

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

25 a 27 de Abril de 2017

Universidade Estadual do Paraná
Campus de Campo Mourão

Anais do VI Colóquio Nacional Cultura e Poder

ISSN: 2446-6611

Realização

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

Apoio

PPGSeD



FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Anais do VI Colóquio Nacional Cultura e Poder

<http://www.fecilcam.br/viccp>

Comissão Organizadora

Frank Antonio Mezzomo, Unespar
Cristina Satiê de Oliveira Pátaro, Unespar
Lara Grigoletto Bonini, Unespar
Thaís Serafim, Faculdade Integrado

Comissão Científica

Ana Cristina Teodoro da Silva, UEM
Ana Karina Brenner, UERJ
André Acastro Egg, Campus Curitiba II
André Luiz Sena Mariano, UNIFAL
Ari Pedro Oro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Beatriz Anselmo Olinto, Unicentro
Dario Paulo Barrera Rivera, Universidade Metodista de São Paulo
Emerson Giumbelli, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Ernelo Schallenberger, Unioeste
Marcelo Camurça Lima, UFJF
Marcos Aurélio Saquet, Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Marcos Gonçalves, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Marcos Silva, USP
Maria Auxiliadora Schimidt, UFPR
Maria Henriqueta Gimenes, UFPR
Maristela Moresco, UTFPR
Reinaldo Matias Fleuri, UFSC
Reinaldo Nishikawa, IFES
Richard Gonçalves André, UEL
Rodrigo Toniol, Unicamp
Sílvia Regina Alves Fernandes, UFRRJ
Tarcísio Vanderlinde, Unioeste
Lucio Tadeu Mota, UEM
Leonildo Silveira Campos, Universidade Presbiteriana Mackenzie
Leandro Baller, Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Brasil
Ernesta Zamboni, Unicamp
Flávio Munhoz Sofiati, UFG
Geiva Carolina Calsa, UEM
Helio Sochodolak, Unicentro
Isabel Rodrigues, UEM
Joanildo Burity, Fundação Joaquim Nabuco
Zueleide Casagrande de Paula

Realização:

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

<http://www.fecilcam.br/culturaepoder>
culturaepoder@gmail.com

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Universidade Estadual do Paraná – Unespar
Câmpus de Campo Mourão

Reitoria

Antonio Carlos Aleixo

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Yeda Pavão

Direção do Câmpus

Eder Rogério Stela

Realização

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

<http://www.fecilcam.br/culturaepoder>
culturaepoder@gmail.com

O conteúdo dos trabalhos cujos autores são identificados representa o ponto de vista dos próprios autores e não a posição oficial do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, da Comissão Científica ou da Unespar.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

A532c

Colóquio Nacional Cultura e Poder (6 : 2017 : Campo Mourão, PR). Anais do VI Colóquio Nacional Cultura e Poder; org. Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder (Frank Antonio Mezzomo; Cristina Satiê de Oliveira Pátaro). Realização 25 a 27 abril. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná – Unespar, 2017, 506p.

Resumos e Trabalhos completos

Site do Evento: <http://www.fecilcam.br/viccp>

<http://www.fecilcam.br/culturaepoder>

ISSN: 2446-6611

1. Pesquisa e Cultura. 2. Grupo de Pesquisa – Evento. 3. Interdisciplinaridade
I. Universidade Estadual do Paraná – Unespar. II. Câmpus Campo Mourão. III. Título.

CDD: 001.4

SUMÁRIO

Apresentação

Resumos

- 13 Religião e juventude: um estudo sobre o processo de constituição de identidades na contemporaneidade
Ada Otoni Ferreira Fontanella, Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e Frank Antonio Mezzomo
- 13 A webquest como proposta para o ensino de história
Adaiane Giovanni e Daniela Maria do Nascimento
- 14 A mímica como estratégia de poder e resistência cultural em Calabar: uma leitura da descolonização da mente
Alba Krishna Topan Feldman e Devalcir Leonardo
- 14 Evidências da cultura empreendedora em região de fronteira: survey e análise da atitude empreendedora sob a perspectiva de gênero por meio da escala Carland Entrepreneurship Index
Alessandra Leite Prado Ludwig e Elton Luiz Ludwig
- 15 Religião e política: a instituição do dia do evangélico em Campo Mourão, PR
Amanda Costa Pinheiro, Frank Antonio Mezzomo e Cristina Satiê de Oliveira Pátaro
- 15 Igreja católica e a “boa imprensa” no Paraná: análise a partir da revista *A Cruzada*
Andressa Paula e Solange Ramos de Andrade
- 16 Preservação do patrimônio ambiental: rio, memória e identidade
Bruna Morante Lacerda Martins
- 16 História para doutos e autoridade científica: os anos dourados do curso de mestrado, história, da UFPR e o desdém com a história escolar
Bruno Flávio Lontra Fagundes
- 17 Centros de memória e a contribuição para o ensino além da sala de aula
Bruno Flávio Lontra Fagundes e Renato César Ferreira
- 17 As práticas espíritas em Marialva, PR (1972-2016)
Carolina Cleópatra da Silva Imediato
- 18 A visibilidade à diversidade social e educacional nos Cadernos do Pnaic
Cíntia de Souza Adelino e Elias Canuto Brandão
- 18 Agentes religiosos em campanha eleitoral para a Assembleia Legislativa do Paraná
Daiana Nunes da Rosa, Frank Antonio Mezzomo e Cristina Satiê de Oliveira Pátaro
- 19 A personalidade de um povo, o tango e a sua memória
Daiane Gláucia de Oliveira e Samuel Klauk

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

- 19 Percepções sobre as transformações na paisagem: a ação das indústrias madeireiras e da agricultura
Daniele Brocardo
- 20 Sobre a cultura histórica e os quadrinhos de Chico Bento: digressões importantes para o ensino de história
Éder Dias do Nascimento
- 20 Agentes religiosos na política: análise das eleições proporcionais de 2016 em Campo Mourão
Elaine Leal Jacomel, Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e Frank Antonio Mezzomo
- 21 Jovens católicos: um olhar sobre a escalada conservadora nas pastorais juvenis da Diocese de Campo Mourão, Paraná
Fábio Alexandre Sexugi, Frank Antonio Mezzomo e Cristina Satiê de Oliveira Pátaro
- 21 Os caminhos da religiosidade em Jesuítas
Franciele Siqueira Miotto, Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e Frank Antonio Mezzomo
- 22 A imprensa engajada com a produção de um espaço urbano ordenado: Maringá e a Folha do Norte
Gessica Aline Silva e Ivonete Pereira
- 22 Alfabetização política, cidadania e exercício do poder
Gimima Beatriz Melo da Silva
- 23 “Infeliz suicida”: considerações a respeito de uma “scena de sangue”- Rio de Janeiro, 1902
Isadora Luiza Francisca Flores
- 23 “Velhas demais”: crítica do “envelhecer” feminino da mídia pelos estudos culturais
Ivania Skura
- 24 Trajetória, estilo e compreensão histórica: apropriações e leituras eclesiais de Dom Agostinho José Sartori, Bispo de Palmas, PR (1970-1990)
Jael dos Santos
- 24 História da loucura e humanitarismo: a reforma psiquiátrica no Hospital Colônia Aduino Botelho (1995-2001)
Jakeline Santos Carvalho
- 25 Educação para surdos: a influência ouvintista e neoliberal
Jessica Akemi Kawano Ribeiro
- 25 O ordenamento jurídico da vila de Curitiba nos séculos XVII e XVIII
Joacir Navarro Borges
- 25 A Lei da TV paga como ferramenta de acesso da Bancada Evangélica ao mercado pago de televisão
João Paulo Pugin Souza

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

- 26 Histórias de municípios narrados nos seus sites oficiais: a história pública e seu potencial para a pesquisa histórica
Jorge Pagliarini Júnior
- 26 Reflexões sobre a escrita da história da colonização de Campo Mourão (1930-1950)
Jorge Pagliarini Júnior e Astor Weber
- 27 Políticos pentecostais e neopentecostais na Câmara Municipal de Curitiba
Juliano Eugenio da Silva
- 27 Imagens da cidade de Boa Esperança (PR): análise das exposições fotográficas da Casa da Cultura Francisco Peixoto Sobrinho e do Museu Alzira Troco Garófalo (1997-2016)
Keila Silva Lima e Michel Kobelinski
- 28 As compreensões e participações políticas de jovens universitários sem religião
Lara Grigoletto Bonini, Frank Antonio Mezzomo e Cristina Satiê de Oliveira Pátaro
- 29 Memória e lugar: a cultura a partir do olhar histórico e geográfico
Leandro Sales Esteves
- 29 O pós-colonialismo em meio a guerra entre teorias
Leandro Sales Esteves
- 30 Formação política e construção da identidade docente de jovens universitários
Leonardo Carvalho de Souza, Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e Frank Antonio Mezzomo
- 30 Marcas (in)visíveis de representações de gênero e sexualidade no brincar
Lucimar Luz Leite e Eliane Rose Maio
- 31 Paixões políticas e danos ao patrimônio histórico em debate: as pixações à estátua de Borba Gato e ao monumento às Bandeiras (São Paulo, 30/09/2016)
Luis Felipe Sanches e Michel Kobelinski
- 31 Escrita de si e escrita da história: o culto à personalidade de Luiz de Souza Leão na alta paulista (1901-1980)
Luis Felipe Sanches e Michel Kobelinski
- 32 A iconografia de Jean-Baptiste Debret no século XIX, a grafiteagem contemporânea e o ensino de história: um paralelo das representações culturais e o cotidiano do negro no Brasil
Luiz Fernando Góes e Eulália Maria A. de Moraes
- 33 Uma interpretação da religiosidade luso-brasileira na perspectiva psicosocial de Rudolf Otto
Michel Kobelinski
- 33 No ensino e na rima: o rap e o hip hop de Emicida como uma estratégia didática para o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira
Michele Perciliano e Ricardo Tadeu Caires Silva

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

- 34 Educação patrimonial e ensino de história a partir do centro de memória de Goioerê
Murilo de Almeida Brasil e Bruno Flávio Lontra Fagundes
- 34 O conceito de “primitivo” na obra de Sigmund Freud
Paulo José da Costa e Ana Flávia Cicero Conde
- 35 As funções da história a partir dos objetivos da disciplina e a intencionalidade nas práticas pedagógicas
Paulo Pereira e Ricardo Marques de Mello
- 36 Um diálogo interdisciplinar sobre a laicidade constitucional brasileira
Rafael Almeida Callegari
- 36 A Assembléia de Deus no tempo da política em Campo Mourão
Rafael Almeida Callegari, Frank Antonio Mezzomo e Cristina Satiê de Oliveira Pátaro
- 37 À sombra acolhedora de uma enorme árvore: Paulo Freire, Amílcar Cabral e a (re) construção pós-colonial do sistema educacional em Guiné-Bissau (1975-1976)
Rafael Domingues da Silva
- 37 Da Polônia à Hollywood: o percurso cinematográfico de Roman Polanski
Rafaela Arienti Barbieri e Solange Ramos de Andrade
- 38 Precarização do trabalho e saúde mental do trabalhador: a autoconfrontação cruzada como instrumento de transformação e pesquisa
Raphael Barbosa e Guilherme Elias da Silva
- 38 Estudantes de primeira geração na Unespar/campus de Campo Mourão
Ricardo Fernandes Pátaro
- 39 Envolvimento e participação discente no processo de aprendizagem: a escola como espaço de encontro entre o ensinar e o aprender
Ricardo Fernandes Pátaro e Elaine Leal Jacomel
- 39 As funções da história no ensino médio na perspectiva dos estudantes de Campo Mourão: 2016
Ricardo Marques de Mello
- 40 O conselho municipal de assistência social como instância de controle: um estudo de caso
Rosilene Lavezzo Melo e Valderice C. Limberger Rippel
- 40 Adaptação e integração ao ambiente universitário: relato de experiência
Thaís Serafim
- 41 A Unila em construção: articulações políticas e acadêmicas na constituição de uma universidade para a integração
Thiago Reisdorfer

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

- 41 A Cango (Colônia Agrícola Nacional General Osório) enquanto influência na estrutura agrária/fundiária do sudoeste paranaense
Tiago Arcanjo Orben e Luis Carlos dos Passos Martins
- 42 A expansão da medicina militar brasileira: cultura, higienismo e poder
Tiago Penteado Bomfim e Vanderlei Sebastião de Souza
- 42 Fragmentos do passado: investigando os resquícios do regime militar no cotidiano de uma instituição escolar
Valdemir Paiva e Pedro Henrique Caires de Almeida
- 43 ‘Revolucionário’ movimento orquestral do El Sistema Nacional de Coros y Orquestas Juveniles e Infantiles de Venezuela e contribuições e transformações do Sistema de Orquestas Juveniles e Infantiles de Jujuy
Viviana Carolina Jaramillo Alemán
- 43 O objeto da história ambiental na perspectiva de um dos seus precursores: Warren Dean
Viviane H. Hoefling Podolan e Ricardo Marques de Mello
- 44 José de Melo e Silva: discursos de uma obra
Wagner Neres Fiuza e Beatriz Anselmo Olinto
- 44 Contribuições da concepção de Educação do MST para a sociedade
Zilda Ferreira Leandro

Trabalhos completos

- 47 Religião e juventude: um estudo sobre o processo de constituição de identidades na contemporaneidade
Ada Otoni Ferreira Fontanella, Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e Frank Antonio Mezzomo
- 65 A mímica como estratégia de poder e resistência cultural em calabar: uma leitura da descolonização da mente
Alba Krishna Topan Feldman e Devalcir Leonardo
- 80 Evidências da cultura empreendedora em região de fronteira: survey e análise da atitude empreendedora sob a perspectiva de gênero por meio da escala Carland Entrepreneurship Index
Alessandra Leite Prado Ludwig e Elton Luiz Ludwig
- 95 Religião e política: a instituição do dia do evangélico em Campo Mourão, PR
Amanda Costa Pinheiro, Frank Antonio Mezzomo e Cristina Satiê de Oliveira Pátaro
- 108 Igreja católica e a “boa imprensa” no Paraná: análise a partir da revista A Cruzada
Andressa Paula e Solange Ramos de Andrade
- 121 A preservação do patrimônio ambiental: rio, memória e identidade
Bruna Morante Lacerda Martins

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

- 136 Questões de legitimidade histórica e lugares de ensinar-aprender: saber histórico comum, saber histórico especialista
Bruno Flávio Lontra Fagundes
- 151 Centros de memória e a contribuição para o ensino além da sala de aula
Bruno Flávio Lontra Fagundes e Renato César Ferreira
- 164 As práticas espíritas em Marialva, PR (1972-2016)
Carolina Cleópatra da Silva Imediato
- 178 A visibilidade à diversidade social e educacional nos Cadernos do Pnaic
Cíntia de Souza Adelino e Elias Canuto Brandão
- 189 Agentes religiosos em campanha eleitoral para a Assembleia Legislativa do Paraná
Daiana Nunes da Rosa, Frank Antonio Mezzomo e Cristina Satiê de Oliveira Pátaro
- 204 A personalidade de um povo, o tango e a sua memória
Daiane Gláucia de Oliveira e Samuel Klauck
- 213 Articulações religiosas nas eleições proporcionais de 2016 em Campo Mourão
Elaine Leal Jacomel, Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e Frank Antonio Mezzomo
- 226 Os caminhos da religiosidade em Jesuítas
Franciele Siqueira Miotto, Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e Frank Antonio Mezzomo
- 242 A imprensa engajada com a produção de um espaço urbano ordenado: Maringá e a Folha do Norte
Gessica Aline Silva
- 258 “Infeliz suicida”: considerações a respeito de uma “scena de sangue” – Rio de Janeiro, 1902
Isadora Luiza Francisca Flores
- 273 “Velhas demais”: crítica do “envelhecer” feminino da mídia pelos estudos culturais
Ivania Skura
- 287 Educação para surdos: a influência ouvintista e neoliberal
Jessica Akemi Kawano Ribeiro
- 298 A Lei da TV paga como ferramenta de acesso da Bancada Evangélica ao sistema pago de televisão
João Paulo Pugin Souza
- 311 O pós-colonialismo em meio a guerra entre teorias
Leandro Sales Esteves
- 319 Memória e lugar: a cultura a partir do olhar histórico e geográfico
Leandro Sales Esteves
- 329 Marcas (in)visíveis de representações de gênero e sexualidade no brincar
Lucimar Luz Leite e Eliane Rose Maio

- 342 Educação patrimonial e ensino de história a partir do Centro de Memória de Goioerê
Murilo de Almeida Brasil e Bruno Flávio Lontra Fagundes
- 353 O conceito de “primitivo” na obra de Sigmund Freud
Paulo José da Costa e Ana Flávia Cicero Conde
- 366 Um diálogo interdisciplinar sobre a laicidade constitucional brasileira
Rafael Almeida Callegari
- 377 À sombra acolhedora de uma enorme árvore: Paulo Freire, Amílcar Cabral e a (re) construção pós-colonial do sistema educacional em Guiné-Bissau (1975-1976)
Rafael Domingues da Silva
- 390 Da Polônia à Hollywood: o percurso cinematográfico de Roman Polanski
Rafaela Arienti Barbieri e Solange Ramos de Andrade
- 402 Estudantes de primeira geração na Unespar/campus de Campo Mourão
Ricardo Fernandes Pátaro
- 418 O conselho municipal de assistência social como instância de controle: um estudo de caso
Rosilene Lavezzo Melo e Valderice C. Limberger Rippel
- 434 A expansão da medicina militar brasileira: cultura, higienismo e poder
Tiago Penteado Bomfim e Vanderlei Sebastião de Souza
- 446 Fragmentos do passado: investigando os resquícios do regime militar no cotidiano de uma instituição escolar
Valdemir Paiva e Pedro Henrique Caires de Almeida
- 462 ‘Revolucionário’ movimento orquestral do El Sistema Nacional de Coros y Orquestas Juveniles e Infantiles de Venezuela e contribuições e transformações do Sistema de Orquestas Juveniles e Infantiles de Jujuy
Viviana Carolina Jaramillo Alemán
- 473 José de Melo e Silva: discursos de uma obra
Wagner Neres Fiuza e Beatriz Anselmo Olinto
- 483 Uma interpretação da religiosidade luso-brasileira na perspectiva psicosocial de Rudolf Otto
Michel Kobelinski

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Apresentação

O Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder apresenta à comunidade acadêmica os “Anais do VI Colóquio Nacional Cultura e Poder”, resultado do evento homônimo realizado entre os dias 25 e 27 de abril de 2017, na Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão.

O evento contou em sua programação com conferência, palestras e workshop, além das sessões de comunicação oral, em que foram discutidos resultados de pesquisas de diferentes áreas do conhecimento. Para mais informações, acessar o site do evento (<http://www.fecilcam.br/viccp>).

Os Anais contêm os resumos e trabalhos completos oriundos de pesquisas desenvolvidas junto aos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu e grupos de pesquisa de diferentes estados. Totalizam mais de noventa trabalhos publicados que, a despeito da responsabilidade autoral do material, tiveram avaliação e aprovação do Comitê Científico do evento. Queremos registrar nossos agradecimentos aos participantes do evento – ouvintes, apresentadores de trabalhos, palestrantes, membros do Comitê Científico –, assim como às agências e setores institucionais que deram apoio financeiro e logístico.

Por fim, o Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder convida a todos para acompanharem os textos disponíveis na sequência, assim como a tomar conhecimento de algumas ações que vem sendo desenvolvidas pelo grupo e que estão disponíveis em: <http://www.fecilcam.br/culturaepoder>

Boa leitura!

Organizadores
Junho de 2017.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Resumos

RELIGIÃO E JUVENTUDE: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES NA CONTEMPORANEIDADE

Ada Fontanella (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD, PRPPG/Unespar), Unespar, adinhaferreira@yahoo.com.br

Cristina Pátaro (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD), Unespar, crispataro@gmail.com

Frank Mezzomo (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD), Unespar, frankmezzomo@gmail.com

RESUMO: O objetivo da presente pesquisa é analisar a influência da religião na construção identitária de jovens universitários. Para isso, são observados os dados produzidos pela aplicação de um questionário online aplicado aos alunos dos 3º anos dos cursos de História, Geografia, Pedagogia e Filosofia de diversos câmpus da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), a partir de uma perspectiva interdisciplinar acerca das temáticas da religião e da juventude. A pesquisa problematiza a construção das identidades juvenis no contexto contemporâneo, visualizado como plural e complexo, reconhecendo a religião como elemento importante para a compreensão da maneira como esses sujeitos se constituem, na medida em que influencia a percepção e a ação dos jovens nas esferas sociais, culturais e políticas. Os resultados da pesquisa, ainda em andamento, indicam uma quantidade significativa de jovens universitários que não se identificam com apenas uma única matriz religiosa, e que a maior liberdade de transitar por esse campo tem respaldado suas escolhas de vida. Ainda assim, mesmo diante de um processo de desinstitucionalização religiosa, e considerando as diferentes possibilidades apresentadas para o conceito de juventude, a religião se apresenta como um importante elemento no processo de constituição das identidades desse grupo.

Palavras-chave: Religião. Juventude. Identidades.

A WEBQUEST COMO PROPOSTA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Adaiane Giovanni, adaiane.ri@gmail.com

Daniela Maria do Nascimento (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento), Unespar, daniella.hist@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho objetiva apresentar a metodologia WebQuest como proposta para o ensino de História a partir de experiências realizadas no âmbito da escola pública no nível de Ensino Médio. A metodologia criada no ano de 1995 surge como uma ferramenta metodológica capaz de atender as demandas dos dias atuais, marcadamente tecnológicos uma vez que gestada para motivar o bom uso dos recursos presentes na rede de internet, possibilita uma maior eficiência e retorno nas pesquisas realizadas pelos alunos no ambiente virtual. Para isto, o trabalho está dividido em três etapas, sendo elas: a) descrição da metodologia; b) abordagem das perspectivas de ensino e; c) apresentação de experiências na disciplina, com temáticas de História do Brasil e História do Paraná. Deste modo a discussão insere-se na perspectiva de contribuição para com os debates sobre ensino de História, que em notável expansão ocupam atualmente espaço de destaque no campo em questão.

Palavras-chave: WebQuest. Ensino de História. Metodologias de ensino.

A MÍMICA COMO ESTRATÉGIA DE PODER E RESISTÊNCIA CULTURAL EM CALABAR: UMA LEITURA DA DESCOLONIZAÇÃO DA MENTE

Alba Krishna Topan Feldman (Programa em Letras), UEM, profa.alba@gmail.com

Devalcir Leonardo (Programa em Letras), UEM, devalcirleonardo@gmail.com

RESUMO: A presente comunicação tem por objetivo apresentar uma leitura da peça *Calabar*: um elogio da traição (2008), de Chico Buarque e Ruy Guerra a partir da teoria crítica pós-colonial. O foco deste estudo centra-se na aplicação dos conceitos de mímica e descolonização da mente como forma de resistência tanto no período colonial como no contexto da ditadura militar (1964-1985), época em que foi escrita a peça. A partir desta pesquisa constatou-se que o texto dramático *Calabar* possibilita, por meio da mímica, desmitificar o passado histórico do Brasil. Esta pesquisa se fundamenta nos estudos de BONNICI (2012), FANON (1968), BHABHA (2010) e ASHCROFT (2001).

Palavras-chave: Resistência. Ditadura. Calabar.

EVIDÊNCIAS DA CULTURA EMPREENDEDORA EM REGIÃO DE FRONTEIRA: SURVEY E ANÁLISE DA ATITUDE EMPREENDEDORA SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO POR MEIO DA ESCALA CARLAND ENTREPRENEURSHIP INDEX

Alessandra Leite Prado Ludwig (Mestranda Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras), Unioeste, adv.leiteprado@gmail.com

Elton Luiz Ludwig (Mestrando no Programa de pós graduação em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade), Unioeste, Ludwig.eltonluiz@gmail.com

RESUMO: O empreendedorismo é um processo que afeta comunidades em suas vertentes sociais, psicológicas e especialmente econômicas, num contexto global de mercados sem fronteiras e produtos sem bandeira. Desta realidade, para além da análise de mercado, advém o objetivo deste estudo, que foi avaliar o nível de atitude empreendedora considerando o conceito de gênero em SCOTT de identidade social imposta. Elegeu-se a cidade de Foz do Iguaçu, região brasileira, de fronteira, multicultural e com forte orientação comercial e turística desde a década de 80 como população da pesquisa. Dados levantados por meio de um levantamento (*survey*) revelaram que mais da metade das respondentes (55,95%) não possuem formação de nível superior completa. A faixa etária média é composta de mulheres maduras, com cerca de 40 anos. O nível de orientação empreendedora da maioria das respondentes está na faixa intermediária e a característica empreendedora mais evidente é a propensão ao risco (81,54% das entrevistadas), sendo que as características de propensão à inovação, postura estratégica e traços de personalidade empreendedora não passaram da marca de 50% da média das entrevistadas. A partir destes dados, observa-se que a cultura empreendedora precisa ser melhor trabalhada no contexto gênero para que alcance escores mais elevados de atitude.

Palavras-chave: Gênero. Empreendedorismo. Índice Carland Entrepreneurship Index.

RELIGIÃO E POLÍTICA: A INSTITUIÇÃO DO DIA DO EVANGÉLICO EM CAMPO MOURÃO, PR

Amanda Costa Pinheiro (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD) Unespar, amanda.pinheiro@ifpr.edu.br
Frank Antonio Mezzomo (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD), Unespar, frank.mezzomo@gmail.com
Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD), Unespar, crispataro@gmail.com

RESUMO: O trabalho discute a instituição do “Dia do Evangélico” no município de Campo Mourão, PR. A iniciativa para inserir esta data comemorativa no calendário municipal se deu por meio do Projeto de Lei de autoria de um vereador, agente religioso vinculado à Igreja Assembleia de Deus. Partimos da discussão acerca da presença de evangélicos na política, crescente no Brasil sobretudo a partir da década de 1980 e que vem configurando pautas legislativas e marcando a presença das religiões evangélicas no espaço público. Tais imbricações entre religião e política nos desafiam a refletir o secularismo da sociedade e a laicidade do Estado.

Palavras-chave: Religião. Política. Evangélicos.

IGREJA CATÓLICA E A “BOA IMPRENSA” NO PARANÁ: ANÁLISE A PARTIR DA REVISTA A CRUZADA

Andressa Paula (Programa de Pós-Graduação em História, PPH, CAPES), UEM andressapaulah@gmail.com
Solange Ramos de Andrade (Programa de Pós-Graduação em História, PPH, Fundação Araucária), UEM, sramosdeandrade@gmail.com

RESUMO: A presente proposta de comunicação oral tem como objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa de mestrado em andamento que tem como temática a imprensa católica no início do século XX no Paraná. A fonte principal da investigação é a revista *A Cruzada* criada pela Mocidade Católica Paranaense na cidade de Curitiba/PR em 1926. Com periodicidade mensal, a revista foi o principal periódico a serviço da Igreja Católica na capital paranaense. Sua proposta era combater à modernidade, os outros tipos de fé e os pensamentos liberais e comunistas, assim como disseminar a doutrina cristã/católica e propagar os modelos e padrões indicados para homens e mulheres no início da República. A primeira etapa da pesquisa foi a coleta das edições disponíveis no Círculo de Estudos Bandeirantes em Curitiba por meio da fotografia, em seguida a realização da leitura e tabulação de todas as edições publicadas durante o período de 1926 a 1931. O objetivo é identificar por meio das 55 edições, quais foram os assuntos mais recorrentes e qual a posição da revista perante a eles. Uma das principais temáticas presentes nas edições analisadas, foi a questão da “boa imprensa” e a “má imprensa” que serão destacados nessa apresentação.

Palavras-chave: Imprensa. Igreja Católica. Paraná.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL: RIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Bruna Morante Lacerda Martins (Programa de Pós-Graduação em Geografia, CAPES),
UEM, brunamorante@gmail.com

RESUMO: A ameaça à preservação do patrimônio ambiental é fato cada vez mais frequente na sociedade contemporânea, um dos exemplos disto, são os empreendimentos hidrelétricos de amplo potencial de impactos socioambientais. Diante disso, esta pesquisa está centrada em tecer reflexões sobre o rio Ivaí, localizado no estado do Paraná, como patrimônio ambiental, pois atualmente o seu curso é palco central de intensos debates sobre aproveitamentos energéticos. Para tanto, algumas questões norteiam o estudo: Quais bens foram tombados ou registrados ao longo do curso do Rio Ivaí? Quais as relações entre as memórias representadas nos referidos bens e a paisagem ambiental? A relevância dessa abordagem se deve ao fato que o crescente interesse em patrimonializar constitui uma prática comum das cidades contemporâneas e está coadunada aos interesses daqueles que vislumbram a legitimação do patrimônio ambiental e cultural como estratégia para os seus anseios, ao mesmo tempo, compreende-se que as vantagens econômicas sobressaem perante a preservação da memória histórica e da valorização de elementos culturais. O procedimento adotado pauta-se na análise de documentos técnicos, legislações, jornais e a produção historiográfica sobre o tema. Ressalta-se que, essa abordagem integra uma pesquisa em desenvolvimento, junto ao Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Maringá.

Palavras-chave: Rio Ivaí. Território. Patrimônio Ambiental.

HISTÓRIA PARA DOUTOS E AUTORIDADE CIENTÍFICA: OS ANOS DOURADOS DO CURSO DE MESTRADO, HISTÓRIA, DA UFPR E O DESDÉM COM A HISTÓRIA ESCOLAR

Bruno Flávio Lontra Fagundes (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD, Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória),
Unespar, parabrunos@gmail.com

RESUMO: O exame da história do curso de mestrado em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – criado em 1971 – revela que, durante aqueles anos, o curso viveu seus anos dourados sob o comando de alguns professores que se tornaram ícones da consagração de uma história científica em permanente interação com pesquisadores internacionais – principalmente franceses – e internacionalmente reconhecido pela investigação do passado paranaense numa linha de História Demográfica Quantitativista. Nos anos 1970, as diretrizes que marcaram o programa de Mestrado da UFPR visavam um conjunto restrito de historiadores-cientistas que não admitiam a interação com a história na escola básica, excluindo de seu horizonte a troca com professores e alunos de escola, alçados à condição de meros reprodutores de história acadêmica e inconvenientes ao processo de produção da História. Os resultados do curso de mestrado em História da UFPR nos anos 1970 ajudaram a construir uma herança perversa de afastamento universidade-escola, deixando um legado de desdém por tudo que significasse história como conhecimento público comum, encarnado na história vivida pelos alunos e professores de escola. Aquele afastamento é um dos grandes

desafios a serem enfrentados hoje pelos praticantes de História e pelos projetos pedagógicos de seus cursos.

Palavras-chave: Ciência histórica. Escola. Universidade.

CENTROS DE MEMÓRIA E A CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO ALÉM DA SALA DE AULA

Bruno Flávio Lontra Fagundes (Doutor, História), Unespar, parabrunos@gmail.com
Renato César Ferreira (Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História e Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil)
Unespar, rcferreira88@live.com

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo principal apontar como os aspectos positivos das ações educativas promovidas pelos centros de memória contribuem para ensino de História, sendo a Fazenda Bimini, na cidade de Rolândia, nosso objeto de pesquisa. Com estes levantamentos iniciais desenvolvidos junto ao Mestrado Profissional em Ensino de História, da Unespar, traremos um resultado parcial dos apontamentos teóricos e a contribuição da Fazenda Bimini, que desenvolve projeto de resgate e preservação histórica. Tais ações educativas visam auxiliar o processo de construção do saber histórico em sala de aula, e oferecem meios para que o aluno se reconheça enquanto parte fundamental na produção deste saber. Notório que as ações educativas têm como finalidade promover a formação intelectual do aluno, sendo assim, reconhecendo a intencionalidade das instituições escolares e dos centros de memória, faz-se necessário questionar a maneira tradicional de se ensinar história, certo de que os centros de memória promovem ações diferenciadas que podem contribuir para o ensino de história dentro da escola. Utilizando a obra da professora Ana Maria Camargo, que trará o suporte necessário para desenvolvermos a noção de centro de memória, também, como referenciamento teórico, dialogamos com diversos trabalhos realizados na área da educação sobre as contribuições das ações educativas para o ensino de história.

AS PRÁTICAS ESPÍRITAS EM MARIALVA-PR (1972-2016)

Carolina Cleópatra da Silva Imediato (Programa de Pós-Graduação em História), UEM, carolinaimediato@hotmail.com

RESUMO: A presente comunicação possui como objetivo apresentar alguns resultados obtidos em pesquisa de campo junto às duas casas espíritas existentes na cidade de Marialva-PR: o Centro Espírita André Luiz (1972-2016) e a Casa Espírita Paulo de Tarso (2006-2016). A pesquisa a que se refere esse seminário está conexo ao projeto de Mestrado intitulado “As manifestações religiosas espíritas no Paraná: A Casa Espírita Paulo de Tarso (Marialva/2006-2016)”. Para tanto, o estudo utilizou entrevistas, pesquisa de campo e documentos fornecidos pelas instituições. Na presente proposta, a prática é compreendida como rito, conforme explica Roberto da Matta (1997), bem como as diferentes práticas apresentadas pelos dois grupos são entendidas a partir da ideia de hibridismo cultural de Peter Burke (2003).

Palavras-chave: Práticas espíritas. Ritos. Hibridismo cultural.

A VISIBILIDADE À DIVERSIDADE SOCIAL E EDUCACIONAL NOS CADERNOS DO PNAIC

Cíntia de Souza Adelino. Mestranda em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar.

(Unespar), e-mail: cintia-adelino@hotmail.com

Elias Canuto Brandão. Docente do Curso de Pedagogia e do Mestrado em Ensino: Formação

Docente Interdisciplinar (Unespar), e-mail: eliasbrandao.unespar@gmail.com

RESUMO: As reflexões desse trabalho integram parte do conjunto das investigações sobre a implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), voltada para a diversidade social. Desta forma, objetivamos neste estudo compreender como os cadernos do PNAIC tratam a diversidade na formação continuada. Destacamos que o aumento nos indicadores de qualidade da educação pela efetivação de políticas públicas apresentados nos cadernos destina-se à diversidade social, potencializando os processos de ensino aprendizagem. A questão é: de fato será implementado? Esta questão é uma incógnita, sobretudo com as alterações políticas de gestão no governo federal. Atentando-nos ao PNAIC, apresenta-se como aprimoramento de políticas educacionais rumo à universalização da qualidade do ensino, comprometendo-se com a forte focalização no ensino fundamental na idade série apropriada. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos como metodologia, a análise documental do referido programa e a revisão bibliográfica de autores que possam sustentar esse trabalho.

Palavras-chave: PNAIC. Diversidade. Políticas públicas.

AGENTES RELIGIOSOS EM CAMPANHA ELEITORAL PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Daiana Nunes da Rosa (Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD), Unespar, daiananunesdarosa@gmail.com

Frank Antonio Mezzomo (Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD), Unespar, frankmezzomo@gmail.com

Cristina Pátaro (Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD) Unespar, crispataro@gmail.com

RESUMO: A pesquisa tem como objeto de análise a campanha dos agentes religiosos que disputaram uma vaga à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em 2014. Investigamos as estratégias aplicadas para a busca de votos, a recorrência às representações religiosas, os lemas de campanha e a recorrência as temáticas da moralidade. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos a coleta de materiais produzidos durante a campanha eleitoral de 2014, tais como: panfletos; *flyers*; programas transmitidos em Horário Eleitoral Obrigatório; blogs e *fanpage* dos candidatos; *jingles*; reuniões com eleitores e instituições eclesiais; notas de apoio de igrejas; entrevistas ou informes publicados na imprensa fazendo menção às candidaturas. De posse desse material, procedemos à tabulação e descrição, organizando em tabelas, quadros e textos, possibilitando que empreendêssemos a leitura sistemática da empiria. Constatamos que nos materiais de campanha os referidos candidatos empreenderam uma intensa recorrência ao simbolismo religioso, serviram-se do apoio de líderes religiosos, artistas gospel e da linguagem bíblica. Isso pode expressar tanto uma estratégia de campanha,

como a convicção pessoal e institucional sobre a missão de ocupar/moralizar o espaço público, notadamente o político.

Palavras-chave: Religião. Política. Agentes Religiosos.

A PERSONALIDADE DE UM POVO, O TANGO E A SUA MEMÓRIA

Daiane Glaucia de Oliveira (Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteira),
Unioeste, dayaholiveira@hotmail.com

Samuel Klauck (Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteira), Unioeste,
samuelk98@msn.com

RESUMO: A proposta deste trabalho é observar aspectos de memória coletiva que influenciam e caracterizam a personalidade de um povo, partindo do caráter tango relacionado à dança, objetivando a reflexão da interferência do contexto histórico-social e relacionando-o com o gênero de dança no que se diz respeito a movimentos, gestos, expressões e música. Têm-se a premissa de contribuir para as discussões que permeiam as influências e bases para as formações artísticas e culturais das quais mantêm-se como história viva e como referências de identificação à determinados grupos sociais, através de transmissões que se perpetuam por gerações, embora seja de forma flexível e híbrida.

Palavras-chave: Tango. Memória. Caráter.

PERCEPÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM: A AÇÃO DAS INDÚSTRIAS MADEIREIRAS E DA AGRICULTURA

Daniele Brocardo (Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Linha de pesquisa Cultura e Identidades, bolsista CAPES),
Unioeste, e-mail: danielbrocardo@gmail.com

RESUMO: Esta comunicação visa apresentar a pesquisa que tem como objetivo estudar as diversas percepções sobre as transformações que ocorreram na paisagem que compreende o ecótono da Floresta Ombrófila Mista-FOM com a Floresta Estacional Semidecidual-FES, no espaço do município de Cascavel/PR, entre as décadas de 1950 a 1990. As transformações investigadas ocorreram a partir da ação das empresas madeireiras e da agricultura. Procura-se perceber as distintas percepções através da análise de diferentes fontes: fotografias impressas e digitais, disponíveis para consulta no acervo do Museu da Imagem e do Som de Cascavel-MIS; jornais da época e entrevistas elaboradas com os agentes deste processo: agricultores, madeireiros e empregados destes setores. Com essas fontes almeja-se, entender-se apresentam concepções heterogêneas sobre as mudanças na paisagem, ampliar constatações a respeito dos olhares que se pode ter sobre o meio natural e como são atribuídos valores a ele. A paisagem é entendida na pesquisa como a interação entre o meio natural e a ação humana, visualizada, sentida e ouvida, ou seja, se constitui em uma realidade interpretada.

Palavras-chave: Meio ambiente. Desmatamento. Memória.

SOBRE A CULTURA HISTÓRICA E OS QUADRINHOS DE CHICO BENTO: DIGRESSÕES IMPORTANTES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Éder Dias do Nascimento (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória),
Unespar, ederpaga@gmail.com

RESUMO: A cultura histórica para JörnRüsen é a articulação perceptiva de diferentes dimensões atuantes na vida prática. Entre elas podem ser citadas: a política, a cognitiva e a estética. Trata-se da maneira do histórico fazer-se presente em uma sociedade, por meio das narrativas, dos objetos evocativos da memória e das expressões artísticas, por sua vez, resultantes dos sentidos antropológicos dados pela articulação dessas diferentes dimensões da cultura histórica. Substrato dependente das operações da consciência histórica quando possibilita o entendimento e assimilação dos diversos códigos disseminados pela humanidade. Diante desses aspectos, o foco da análise proposta está centrado na relação entre a cultura histórica e o ensino de história. Ao mirar esse horizonte, utilizou-se uma história em quadrinhos de Maurício de Souza, com a qual muitos contornos desse território empírico puderam ser explorados. Os resultados aferidos serviram como indicativo da necessidade de trabalhar a historicidade das representações sociais, considerando os jogos de poder sobre elas imbricados no presente.

Palavras-chave: Cultura Histórica. Quadrinhos. Ensino de História.

AGENTES RELIGIOSOS NA POLÍTICA: ANÁLISE DAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 2016 EM CAMPO MOURÃO

Elaine Leal Jacomel (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD), Unespar, gleal.elaine@hotmail.com
Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD), Unespar, crispataro@gmail.com
Frank Antonio Mezzomo (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD), Unespar, frankmezzomo@gmail.com

RESUMO: A pesquisa busca compreender as relações estabelecidas entre o campo religioso e o campo político nas eleições municipais de Campo Mourão-PR em 2016. O objetivo é analisar o desempenho eleitoral, o perfil, o apoio institucional, as representações político-religiosas e as estratégias de campanha adotadas por candidatos ao legislativo municipal que mantêm algum tipo de vínculo com a religião. O material disposto para análise consiste em: santinhos, jingles, panfletos, jornais, postagens midiáticas, entrevistas e outros materiais produzidos no âmbito da campanha, e encontra-se disponível junto ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder. Na análise, abordamos as questões que tocam o processo de secularização e laicidade, observando que, apesar de estarem em um país considerado laico, as instituições religiosas buscam participar ativamente da política, mobilizando-se nas campanhas para ter seus interesses e pautas representadas junto aos poderes legislativo ou executivo. Mediante a pesquisa foi possível observar que os evangélicos estão em crescente atuação e acabam de alguma forma influenciando nas decisões segundo seus interesses por meio da atuação de seus representantes.

Palavras-chave: Agentes religiosos. Política. Religião.

JOVENS CATÓLICOS E FORMAÇÃO POLÍTICA: UM OLHAR SOBRE A ESCALADA CONSERVADORA NAS PASTORAIS JUVENIS DA DIOCESE DE CAMPO MOURÃO, PARANÁ

Fábio Alexandro Sexugi (PPGSeD), Unespar, sexugi@gmail.com
Frank Antonio Mezzomo (PPGSeD), Unespar, frankmezzomo@gmail.com
Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (PPGSeD), Unespar, crispataro@gmail.com

RESUMO: A Diocese de Campo Mourão, PR apresenta um significativo histórico relativo à formação da política da juventude, protagonizada especialmente pela Pastoral da Juventude (PJ) – afinada com a perspectiva da Teologia da Libertação, aqui compreendidos, grosso modo, pela aplicação do Método Ver-Julgar-Agir – a partir dos anos 1980, atingindo seu auge na região na década posterior, quando se percebe o surgimento de inúmeras lideranças que ainda hoje se destacam na sociedade. Constata-se atualmente, todavia, um recuo de tal pensamento nos grupos de base da PJ e um avanço cada vez mais evidente de grupos juvenis vinculados à Renovação Carismática Católica (RCC), que trazem em seu bojo posicionamentos políticos mais conservadores. Do exposto, a pesquisa investiga, sob a ótica do pensamento moriniano, o imaginário teológico e político que permeia as intervenções concretas deste movimento eclesial no campo da orientação política de seus membros, mediante entrevistas e outros instrumentos de coletas de dados, bem como análise do discurso da RCC, expresso por meio de documentos oficiais emitidos pela sua Secretaria de Fé e Política, no sentido de investigar de que forma isso vem se expressando no tempo da política.

Palavras-chave: Juventude. Religião. Formação humana e política.

OS CAMINHOS DA RELIGIOSIDADE EM JESUÍTAS

Franciele Siqueira Miotto (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória),
Unespar, miotto.franciele@gmail.com

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória,
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD),
Unespar, crispataro@gmail.com

Frank Antonio Mezzomo (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória,
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD),
Unespar, frankmezzomo@gmail.com

RESUMO: O presente artigo trabalhou com a fundação e o desenvolvimento da cidade de Jesuítas, localizada na região oeste do Paraná, através da religião, a qual contribuiu para a formação identitária de sua população. Essa identidade é perceptível nas nomenclaturas de ruas, avenidas e também em bairros jesuitenses. Todavia, essa característica não se mostra constante nos novos bairros e ruas atuais da cidade, evidenciando uma nova memória a ser destacada para as próximas gerações. Sendo assim, o presente estudo aconteceu em forma de revisão teórica, na qual se resgatou o panorama da construção histórica da cidade e a perspectiva de como a identidade do município foi concebida tomando como base a religiosidade. Na sequência, analisou-se a formação de memória preponderante a partir da religião, cujos impactos são evidenciados na toponímia do município e como essa influência está diminuindo nas últimas décadas, acarretando assim novas configurações de memória, identidade e poder. Dessa forma, o trabalho concluiu que a linguagem e a representação

religiosa servem para perpetuar memórias e assim identidades. Entretanto, nesta pesquisa também se observam novas representações que estão a criar novos conceitos de memória para a cidade.

Palavras-chave: Religiosidade. Identidade. Memória.

A IMPRENSA ENGAJADA COM A PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO URBANO ORDENADO: MARINGÁ E A FOLHA DO NORTE

Gessica Aline Silva (Programa de Pós-Graduação em História, Capes),
Unioeste, gessica58@hotmail.com
Ivonete Pereira, Unioeste, ivi.pereira21@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo discutir as estratégias e os modos de funcionamento das colunas policiais e sociais da Folha do Norte do Paraná. Para tanto, compreende-se que a produção da mídia imprensa se insere em uma rede de vínculos e discursos, que perpassam suas representações, sua organização, seu conteúdo e mesmo seus autores. Por conseguinte, além das vinculações do periódico se problematiza sua capacidade de orientação, seu compromisso com a verdade e com os fatos. Dessa forma, pode-se dizer que o jornal utiliza de uma série de técnicas para propagar seus conteúdos, e as colunas mesmo ao apresentarem conteúdos diversos um do outro, estão relacionadas a um projeto editorial e respondem a determinados modelos de conduta visados pela sociedade no contexto abordado dos anos 1960 e 1970. Neste caso nota-se, por um lado, o cuidado da imprensa em relação ao controle, a moderação dos gestos, das emoções e ao comprometimento com o desenvolvimento ordenado do espaço urbano, bem como as resistências e transgressões a tais modos de vida, personificadas em sujeitos violentos, infratores, a homens e mulheres desregradas.

Palavras-chave: Imprensa. Estratégias. Cidade.

ALFABETIZAÇÃO POLÍTICA, CIDADANIA E EXERCÍCIO DO PODER

Gimima Beatriz Melo da Silva (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, PGICH), UEA, gbeatriz2008@hotmail.com

RESUMO: O presente estudo propõe a reflexão sobre a representação negativa que a juventude manauara constrói acerca da política e o quanto este cenário pode ser compreendido a partir de bases histórico-culturais que remetem a uma análise da política de forma distorcida da sua essência. Fundamentada em teses desenvolvidas no âmbito da Ciência Política e da Antropologia Política a análise remete à necessidade de estabelecimento de estratégias de promoção da cidadania crítico-reflexiva como ação fundamental para a percepção do poder político enquanto meio efetivo de intervenção no ordenamento da vida em sociedade, percebendo o quanto as relações em sociedade são permeadas e determinadas por relações de poder. Neste sentido, considera-se importante que os cidadãos, sobretudo a juventude, segmento a partir do qual podem erguer-se as novas personalidades que ocuparão cargos de representação política, sejam estimulados a desenvolver uma postura crítica sobre tais fatos, exercendo assim uma condição de cidadania crítico-reflexiva que os leve a perceber os efeitos

que os eventos ocorridos no cenário político podem surtir nas várias dimensões da vida em sociedade.

Palavras-chave: Juventude. Política. Poder.

“INFELIZ SUICIDA”: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE UMA “SCENA DE SANGUE”, RIO DE JANEIRO, 1902

Isadora Luiza Francisca Alves Flores (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, CAPES), UNILA, isadora94flores@gmail.com

RESUMO: Nas primeiras décadas republicanas, reportagens com minuciosas descrições de “scenas de sangue” passaram a ocupar cada vez mais espaço nas páginas dos principais periódicos da cidade do Rio de Janeiro. Tais narrativas, marcadas pelo uso de linguagem “emocional” e pela instrumentalização de termos científicos de forma a causar “sensações” nos seus leitores explicitariam nesse sentido, não apenas o intuito dos periódicos em chamar a atenção do público, mas também subsidiam a percepção de algumas das tensões e controvérsias que marcaram o contexto histórico da época. De forma a inferir a respeito de alguns desses elementos, propomos a análise da cobertura do suicídio de Izabel Angelica Brum, mulher casada e mãe, veiculada pelo diário “Correio da Manhã” em janeiro de 1902. Partindo do estudo de duas reportagens, o presente trabalho, oriundo da pesquisa “*Fait divers: Narrativas de Transgressão, Crime e Poder no Rio de Janeiro das primeiras décadas do Século XX*” em andamento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino Americanos da UNILA, tem como objetivo analisar como jornalistas do início do século XX, faziam uso de uma série de artifícios narrativos em suas reportagens, plasmando assim, representações que reiteravam e transgrediam os padrões normativos de moralidade do período.

Palavras-chave: Imprensa. Século XX. Suicídio.

“VELHAS DEMAIS”: CRÍTICA DO “ENVELHECER” FEMININO DA MÍDIA PELOS ESTUDOS CULTURAIS

Ivania Skura (Doutoranda em Comunicação e Linguagens - PPGCom/Universidade Tuiuti do Paraná), UTP, ivaniaskura@hotmail.com

RESUMO: Abordando as representações femininas e do “envelhecer” das e nas imagens midiáticas, quer-se denotar como os modelos que se ancoram na juventude como valor social regulador são efeito das classificações e quadros de referência da cultura. Pelos estudos culturais, utilizando como base reflexões da vertente estruturalista acerca da experiência não como fonte, mas como efeito das estruturas sociais, são abordados exemplos sobre práticas que traduzem a estrutura social do envelhecimento feminino que resulta de um cenário construído em torno das relações entre mídia e sociedade. São analisados casos em que mulheres da mídia com 30 anos já são consideradas “muito velhas”, denotando um envelhecimento que, nesses espaços, não se refere a uma etapa da vida, mas reflete juízos de valor da mídia e desses processos culturais.

Palavras-chave: Cultura. Envelhecimento. Mídia. Mulher.

TRAJETÓRIA, ESTILO E COMPREENSÃO HISTÓRICA: APROPRIAÇÕES E LEITURAS ECLESIAIS DE DOM AGOSTINHO JOSÉ SARTORI – BISPO DE PALMAS, PR (1970-1990)

Jael dos Santos (Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História – Unioeste)
Bolsista CAPES, jaelsantos89@yahoo.com.br

RESUMO: A reflexão visa a discutir caminhos e aportes teórico metodológicos utilizados em minha pesquisa, a qual tematiza a trajetória episcopal de Dom Agostinho José Sartori, bispo da Diocese de Palmas/Francisco Beltrão entre os anos de 1970 e 2005. O referido religioso foi bispo na região Sudoeste do Paraná, a qual historicamente esteve marcada por grandes conflitos sociais agrários, ao passo que também desenvolveu em seu processo de formação sociocultural formas de organização e luta camponesa. Durante o período de seu bispado também se observa, para além das tensões vivenciadas a partir do Regime Militar, a consolidação de discursos e práticas no interior da Igreja Católica Apostólica Romana, como o Concílio Vaticano II, o que pautou setores dessa na construção de uma linha mais progressista de interpretação e de intervenção no mundo social.

Palavras-chave: Igreja Católica. Sudoeste do Paraná. Hermenêutica.

HISTÓRIA DA LOUCURA E HUMANITARISMO: A REFORMA PSIQUIÁTRICA NO HOSPITAL COLÔNIA ADAUTO BOTELHO (1995-2001)

Jakeline Santos Carvalho (Programa de Pós-Graduação em História Universidade Estadual do Oeste do Paraná, CAPES), Unioeste, jakes_carvalho@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho propõe a investigação da Reforma Psiquiátrica no Hospital Colônia Adauto Botelho em Pinhais, entre os anos de 1995 a 2001. Os eixos centrais da investigação são as condições da implementação da Reforma através dos documentos oficiais da instituição e da base jurídica que permitiu a mesma. Para tanto, partimos de discussões em torno da historicidade do processo em questão e de História da Loucura e da Psiquiatria com o objetivo de compreender as representações em torno de saúde mental do Paraná naquele período. Serão mobilizadas análises em torno da ordem discursiva dos testemunhos a partir da documentação, entendendo as sociabilidades e o papel desempenhado pelo Estado no que diz respeito às leis e portarias que possibilitaram aos poucos as mudanças dentro da instituição que, por sua vez, representam a noção de biopolítica. Ao cabo, pretende-se esclarecer parte da História da Loucura e da Psiquiatria em meio ao processo complexo da Reforma Psiquiátrica, através da busca por uma humanização do saber médico.

Palavras-chave: Desinstitucionalização. História da Loucura. Reforma Psiquiátrica.

EDUCAÇÃO PARA SURDOS: A INFLUÊNCIA OUVINTISTA E NEOLIBERAL

Jéssica Akemi Kawano Ribeiro (Programa de Pós-Graduação em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar, PPIFOR), Unespar, jessica.akemi_@hotmail.com

RESUMO: O seguinte projeto pretende trabalhar a educação para pessoas surdas e a inserção destas no meio social em geral, trabalhando principalmente o conceito de ouvintismo e neoliberalismo e a influência destes na educação e vivência de mulheres e homens surdos. Através de meios teóricos e práticos, buscará traçar um panorama da educação para surdas e surdos na contemporaneidade; sendo possível, por meio da análise de livros, artigos, entre outros documentos, assim como através de entrevistas com pessoas surdas e pessoas ouvintes pertencentes à comunidade surda, ter uma melhor visão do papel da educação e da sociedade ouvinte e neoliberal na vida de surdas e surdos. Tomando como pressuposto que a sociedade brasileira possui uma grande maioria de ouvintes, ouvintes que tomam frente acerca das políticas educacionais e sociais, será então trabalhada a necessidade da participação surda e da busca pela cultura e identidade surda no âmbito educacional e na sociedade em geral.

Palavras-chave: Educação para surdos. Educação inclusiva. Língua de sinais.

O ORDENAMENTO JURÍDICO DA VILA DE CURITIBA NOS SÉCULOS XVII E XVIII

Joacir Navarro Borges, Unespar/Campus Paranaguá, joacir.borges@unespar.edu.br

RESUMO: O texto visa discutir, a partir da legislação portuguesa e da documentação produzida pelos camaristas e ouvidores, o processo de ordenação jurídica da vila de Curitiba ocorrida entre os séculos XVII e XVIII. Embora a criação da Câmara Municipal de Curitiba em 1693 tenha ocorrido sob as prescrições das Ordenações Filipinas, o ordenamento jurídico da vila não nasceu pronto com o surgimento da Câmara Municipal. Houve um processo contínuo de ordenação através de diversos atos que precederam e sucederam a criação da Câmara, tais como a ereção do pelourinho em 1668, as correições do ouvidor Pardinho em 1721 e as sucessivas correições dos ouvidores da Comarca de Paranaguá até o início do XIX, quando Curitiba tornou-se a cabeça da Comarca e passou a sediar a Ouvidoria.

Palavras Chave: Vila de Curitiba. Ordenamento Jurídico. Séculos XVII e XVIII.

A LEI DA TV PAGA COMO FERRAMENTA DE ACESSO DAS IGREJAS EVANGÉLICAS AO MERCADO PAGO DE TELEVISÃO

João Paulo Pugin Souza (Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais), UFABC, joaopugin1@gmail.com

RESUMO: A comunicação oral objetiva analisar as implicações advindas a partir da participação de grupos religiosos detentores de empresas de mídia na política. Explana a pesquisa sobre o processo de criação da Lei 12.485, conhecida como Lei da TV paga, que determinou a inclusão gratuita de canais religiosos na grade das operadoras de TV fechada. Com base na atuação de parlamentares ligados a igrejas evangélicas, denotam-se aspectos que

evidenciam o uso da lei em benefício das emissoras ligadas aos grupos religiosos. Assim, os princípios da comunicação de acesso condicionado foram substituídos por requisitos de abrangência, privilegiando canais abertos, com grande número de retransmissoras, em detrimento de canais com conteúdo nacional diversificado e mesmo parceiros de produtoras independentes. Tendo como ponto de partida a análise da lei, a comunicação oral abordará a pesquisa que trata da midiaticização porque passam as igrejas evangélicas e sua influência no jogo político, a partir da ocupação de cargos estratégicos nas esferas de decisão sobre os temas que lhe são caros. Parte, assim, do entendimento da religião como um sistema de representação simbólica, envolvendo no debate o sistema de representação política brasileira, aliando-se à formação da Bancada Evangélica e calcando-se no conceito de coronelismo eletrônico evangélico.

Palavras-chave: Lei da TV paga. Bancada evangélica. Política.

HISTÓRIAS DE MUNICÍPIOS NARRADOS NOS SEUS *SITES* OFICIAIS: A HISTÓRIA PÚBLICA E SEU POTENCIAL PARA A PESQUISA HISTÓRICA

Jorge Pagliarini Junior (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória), Unespar, palhajr@yahoo.com.br

RESUMO: As representações históricas presentes em *sites* municipais oficiais possibilitam um significativo campo de análise e produção de conhecimento histórico. A partir das contribuições da História Pública, o artigo tem por objetivo problematizar o conteúdo histórico dos *sites* dos 25 municípios integrantes da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM). O estudo se pauta no entendimento do conteúdo dos *sites* enquanto fontes históricas, avaliadas naquilo que eles indicam sobre os seus tipos de narrativas, e sobre os silenciamentos e as lacunas. Com a problematização desse material, visa-se contribuir com uma análise epistemológica a respeito das categorias memória e identidade.

Palavras-chave: História Pública. Memórias e identidade. *Sites* municipais.

REFLEXÕES SOBRE A ESCRITA DA HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DE CAMPO MOURÃO (1930-1950)

Jorge Pagliarini Júnior (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória) Unespar, palha.jr@hotmail.com.br

Astor Weber (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória), Unespar, astorweb@hotmail.com

RESUMO: O objetivo da pesquisa é apresentar resultados alcançados por intermédio da análise de artigos, de dissertações de mestrado e de teses de doutorado que estudaram a história da colonização da região de Campo Mourão (1930-1950). Verificou-se como cada autor apresentou as etapas da colonização de Campo Mourão e as suas controvérsias interpretativas. A análise permitiu a divisão do processo de colonização da região de Campo Mourão em três perspectivas de macro análise. A primeira perspectiva trata a colonização dirigida pós-1940 como um momento importante de desenvolvimento econômico, agrícola e

estrutural para a região, de civilização para os índios, dos caboclos e dos migrantes que ali viviam. A segunda perspectiva procura denunciar a colonização dirigida. Foi o momento da ascensão do capitalismo, do desenvolvimento econômico e estrutural, porém gerou graves problemas sociais e ambientais para a população da região. Os índios, os caboclos e os migrantes pobres não se beneficiaram e foram vítimas desse progresso e processo civilizatório. A terceira perspectiva carrega uma diferença fundamental ao apresentar os índios e os posseiros como sujeitos e não apenas como vítimas do processo de colonização ocorrido na região de Campo Mourão.

Palavras-chave: Colonização. Campo Mourão. Perspectivas.

POLÍTICOS PENTECOSTAIS E NEOPENTECOSTAIS NA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

Juliano Eugenio da Silva (Mestrando em História – Cultura e Identidades na Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG); jeugeniosilva@hotmail.com

RESUMO: A pesquisa se concentra sobre a atuação de políticos pentecostais e neopentecostais na Câmara Municipal de Curitiba nos anos de 1989-2016. Se utilizando do escopo teórico e metodológico da Nova História Cultural, principalmente os conceitos de práticas e representações. Dialoga também com a teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Os objetivos são identificar e buscar compreender as representações e práticas que políticos evangélicos estabeleceram acerca da e na política pública e sociedade secular brasileira, em especial o caso de Curitiba: motivações e áreas principais de atuação. A problemática discutida se encontra nas interações, tensões, aproximações e ingerências entre os campos religioso e político dentro de um Estado (pretensamente) laico.

Palavras-chave: Religião e Política. Câmara Municipal. Laicidade.

IMAGENS DA CIDADE DE BOA ESPERANÇA (PR): ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES FOTOGRÁFICAS DA CASA DA CULTURA FRANCISCO PEIXOTO SOBRINHO E DO MUSEU ALZIRA TROCO GARÓFALO (1997-2016)

Keila da Silva Lima (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória, CAPES), Unespar, kekisdasilva@hotmail.com

Michel Kobelinski (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória), Unespar, mkobelinski@gmail.com

RESUMO: Este trabalho, que se inscreve na linha de *pesquisa Saberes históricos em diferentes espaços de memórias* (ProfHistória) e no Grupo de Pesquisa, *Cultura & Sensibilidades*(CNPq), tem como objetivo analisar os acervos fotográficos da *Casa da Cultura Francisco Peixoto Sobrinho* e do *Museu Alzira Troco Garófalo*, ambos localizados na cidade de Boa Esperança, PR. As linguagens das exposições fotográficas destes ambientes, cujos temas diversificados abrangem o período compreendido entre os anos de 1997 e 2016, chamam a atenção por constituírem ideais de urbanidade e imaginabilidade. A organização das exposições e a forma de interação com os seus visitantes nos fez refletir sua natureza identitária, estrutural, simbólica e estética. Nesse caso, levantamos alguns questionamentos

que julgamos serem pertinentes à história das cidades e ao uso de imagens da cidade em espaços administrados pelo poder público. Quais são as cenas do cotidiano capazes de evocar imagens coesas de uma cidade em desenvolvimento? Que significados estas coleções transmitem ao seu público, uma vez que suas composições decorreram de processos estabelecidos entre observadores (fotógrafos) e o espaço ao redor (cotidiano, ações coletivas e públicas)? Que mensagens as referidas exposições inferem aos visitantes ao construir linguagem alternativa, permeada pela associação entre conteúdos imagéticos e textuais? Partindo do pressuposto de que as imagens da cidade são percebidas e, ao mesmo tempo, de que são fruto de representações históricas, individuais e coletivas, a pesquisa valorizou as contribuições teórico-metodológicas de Lynch (1960), Barthes (1982) e Kossoy (1999). Neste sentido, procura-se identificar a historicidade da construção de imagens da cidade de Boa Esperança (PR), sua legibilidade e visibilidade, bem como os processos de produção e exposição fotográfica em *lugares de memória*.

Palavras-chave: Semiótica da imagem. Fotografia. Exposição fotográfica. Imaginabilidade. Boa Esperança – PR.

AS COMPREENSÕES E PARTICIPAÇÕES POLÍTICAS DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS SEM RELIGIÃO

Lara Grigoletto Bonini (Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento),
Unespar, larascs@hotmail.com

Frank Mezzomo (Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento), Unespar,
frankmezzomo@gmail.com

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (Programa de Pós-Graduação Sociedade e
Desenvolvimento), Unespar, crispataro@gmail.com

RESUMO: A pesquisa problematiza as representações políticas de jovens que declaram acreditar em Deus, mas não participar de religião. O recorte empírico da pesquisa compreende 150 jovens ingressantes em 2014 da Universidade Estadual do Paraná – Unespar. Para identificar as ações e compreensões dos universitários, optamos pela aplicação de survey, por meio de plataforma on-line. Os posicionamentos de participação político-social dos jovens sem religião são percebidos como atuações afastadas das formas tradicionais de política, evidenciado pelo distanciamento da política partidária e a valorização da consciência individual para o engajamento político. Podemos conjecturar que as compreensões dos estudantes demonstram ceticismo e fragilidade sobre as instituições, tendo em vista a atuação em movimentos mais dinâmicos, fluídos e autônomos com a construção de uma religiosidade própria e representações políticas sem a vinculação institucional. Identificamos, ainda, as percepções críticas no que trata da aproximação entre a instituição religiosa e política. A investigação possibilitou averiguar os aspectos subjetivos do campo político e as formas de engajamento político-social que atuam na identidade e vivência dos jovens sem religião da Unespar.

Palavras-chave: Juventude. Sem religião. Campo político.

MEMÓRIA E LUGAR: A CULTURA A PARTIR DO OLHAR HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

Leandro Sales Esteves (Geógrafo, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura), Universidade Presbiteriana Mackenzie-UPM, leandro.esteves@mackenzie.br

RESUMO: Este artigo pretende estudar as diferentes abordagens do conceito de “lugar” presentes nos estudos da História e da Geografia. Para desenvolver tal tarefa apresenta-se a ideia de “lugar de memória” trabalhada pelo historiador francês Pierre Nora. Também serão expostos autores constroem uma abordagem do conceito de lugar a luz da Geografia Cultural-Humanista. É possível conceber que a memória representa para Historiografia algo semelhante ao qual o conceito de lugar representou para a Geografia. A busca por objetos de estudo marcados por elementos subjetivos teve expressão na abordagem da memória pelos historiadores, assim como o conceito de lugar serviu como chave para quebrar com a ênfase cientificista e tradicional da geografia.

Palavras-chave: Memória. Lugar. Geografia cultural.

O PÓS-COLONIALISMO EM MEIO A GUERRA ENTRE TEORIAS

Leandro Sales Esteves (Geógrafo, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura), Universidade Presbiteriana Mackenzie-UPM, leandro.esteves@mackenzie.br

RESUMO: O presente trabalho propõe um diálogo que aborde as teorias do pós-colonialismo no contexto da “guerra entre teorias” proposta pelo filósofo alemão Douglas Kellner em seu livro A Cultura da Mídia. A análise realizada pelo autor destaca o contexto das últimas décadas que produziu uma variedade de abordagens teóricas pós-estruturalistas que provocaram conflitos no campo das teorias sociais. Neste contexto surgem os estudos pós-coloniais com uma variedade de abordagens teóricas e de obras literárias. Este estudo pretende inserir o pós-colonialismo na guerra entre teorias, considerando os limites e as possibilidades desta abordagem na leitura da cultura na contemporaneidade.

Palavras-chave: Pós-colonialismo. Pós-estruturalismo. Cultura de mídia.

FORMAÇÃO POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS

Leonardo Carvalho de Souza (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD), Unespar, carvalho_leo_@hotmail.com
Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD), Unespar, crispataro@gmail.com
Frank Antonio Mezzomo (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD), Unespar, frankmezzomo@gmail.com

RESUMO: Em nossa pesquisa, analisamos dados produzidos pelo grupo de pesquisa Cultura e Relações de Poder em investigação realizada junto a jovens universitários da Universidade Estadual do Paraná – Unespar, Campus de Campo Mourão. Dentre os aspectos abordados pelo instrumento aplicado, discutimos na presente comunicação as questões que tratam sobre as percepções políticas dos universitários de três cursos de licenciatura, a saber, Geografia, Pedagogia e História. Partimos de uma perspectiva interdisciplinar para a compreensão das temáticas da juventude, política e identidade docente. O interesse ao que tange à política deve-se ao fato de que este aspecto exerce influência não apenas na constituição identitária do sujeito jovem, mas também em suas identidades docentes, visto que se encontram em processo de formação profissional junto aos cursos de licenciatura. Ademais, entendemos que o posicionamento e compreensão política são aspectos constituintes da identidade docente, e que exerce influências diretas na futura prática profissional dos licenciandos. A análise dos dados sugere que os estudantes percebem modificações em seus entendimentos e posicionamentos, a partir dos estudos e discussões que vêm realizando no processo de formação universitária oferecido pelos respectivos cursos.

Palavras-chave: Jovens Universitários. Formação Política. Identidades Docentes.

MARCAS (IN) VISÍVEIS DE REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO BRINCAR

Lucimar da Luz Leite (Programa de Pós-Graduação em Educação, PPE), UEM, lukaluz24@hotmail.com
Eliane Rose Maio (Programa de Pós-Graduação em Educação, PPE), UEM, elianerosemaio@yahoo.com.br

RESUMO: As discussões que apresentamos neste artigo discorrem sobre as representações de docentes quanto à sexualidade infantil e relações desiguais de gênero que perpassam os momentos do brincar. Foram entrevistadas 14 professoras de um Centro Municipal de Educação Infantil em Campo Mourão/Paraná. Os resultados evidenciaram diferenças e discriminação de gênero e de sexualidade concebidas e/ou silenciadas nas brincadeiras. Desse modo, compreende-se a relevância de inserir mais estudos de gênero e sexualidade nos Cursos de formação docente, para que professoras problematizem e trabalhem com consistência as questões de gênero e sexualidade no espaço escolar, em especial, nas brincadeiras.

Palavras-chave: Gênero e sexualidade. Docência. Brincadeiras infantis.

PAIXÕES POLÍTICAS E DANOS AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM DEBATE: AS PIXAÇÕES À ESTÁTUA DE BORBA GATO E AO MONUMENTO ÀS BANDEIRAS (SÃO PAULO, 30/09/2016)

Luis Felipe Sanches (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória), Unespar,
sanches.luisfelipe@hotmail.com

Michel Kobelinski (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória), Unespar,
mkobelinski@gmail.com

Resumo: O artigo analisa as discussões sobre as *pichações* à *Estátua de Borba Gato* e ao *Monumento às Bandeiras* após debate entre candidatos à prefeitura de São Paulo, em setembro de 2016. Nestes casos específicos, sob a égide do ativismo político, as *pichações* tiveram o propósito de contestar a autoridade tradicional – representada nas imagens estatuárias – e, ao mesmo tempo, destituir seu significado histórico preexistente. No âmbito da História Sensível e da História Imediata, dos conceitos de vandalismo e iconoclastia – os quais designam danos ou formas de destruição da arte –, examinamos as motivações, as reações a estes fenômenos e os sentidos que lhes foram atribuídos por políticos, mídia eletrônica e internautas. O estudo reflete os limites destas manifestações da cultura popular, a proteção do patrimônio cultural e seus sentidos individual, coletivo e histórico.

Palavras-chave: História de São Paulo. Pichações. Educação Patrimonial. Vandalismo. Iconoclastia.

ESCRITA DE SI E ESCRITA DA HISTÓRIA: O CULTO À PERSONALIDADE DE LUIZ DE SOUZA LEÃO NA ALTA PAULISTA (1901-1980)

Luis Felipe Sanches (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória), Unespar,
sanches.luisfelipe@hotmail.com

Michel Kobelinski (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória), Unespar,
mkobelinski@gmail.com

Resumo: O artigo analisa as práticas arquivísticas de Luiz de Souza Leão (1901-1980) – descendente de famílias ilustres de Pernambuco (séc. XVII) –, que ao longo do século XX, vinculou imagens de si à colonização e à exploração dos sertões do Estado de São Paulo através da escrita de uma história em que é narrador e protagonista, além de um imaginário em torno de suas atuações política, econômica, administrativa e patrimonial, que culminou com a construção de espaços memoriais. Tais práticas autorreferentes, associadas à *Empresa Melhoramentos da Alta Paulista* e, conseqüentemente à fundação das cidades de Tupã (1929) e Parapuã (1934), a organização do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuúre (1966) e do Solar Luiz de Souza Leão, levou-nos a problematizar as subjetividades dos modos de ser e de estar de Luiz de Souza Leão: como a construção de si nutriu uma escrita autorreferente e sua ampliação para espaços memoriais? Em que medida a elaboração ficcional da personalidade de Luiz de Souza Leão também se deu a partir de outras pessoas, já que o tecido intertextual e os monumentos também se impregnaram de outras vozes, imagens e imaginários? Tendo como aportes teóricos e metodológicos a História das Sensibilidades e os estudos (auto)biográficos, o objetivo central é trabalhar algumas dimensões destes arquivos do eu (escritos, arquivos e monumentos), a saber: as influências sociais, tais como a função e valor social, as práticas ou maneiras encontradas por Luiz de Souza Leão para arquivar a própria

vida, além da intimidade arquivística, isto é, suas intenções autobiográfico-monumentais. As fontes de pesquisa se circunscrevem aos referidos espaços museais e às suas coleções e/ou exposições (panfletos, fotografias, recortes de jornal, mobiliário, cartas, certidões, documentos oficiais e tombamentos museais, além de seu texto (auto)biográfico intitulado *Fundação de Tupã* (1968). No âmbito destes estudos e de sua vinculação à linha de pesquisa *Saberes históricos em diferentes espaços de memórias* (ProfHistória) e ao Grupo de Pesquisa, *Cultura, & Sensibilidades* (CNPq), a pesquisa procura ampliar o conhecimento acerca da História Local e Regional, além de refletir sobre os conceitos de patrimônio histórico, exposições de acervos em museus e (auto)biografia.

Palavras-chave: História e Sensibilidade. (Auto)biografia. Luiz de Souza Leão. Patrimônio histórico. Museus.

A ICONOGRAFIA DE JEAN-BAPTISTE DEBRET NO SÉCULO XIX, A GRAFITAGEM CONTEMPORÂNEA E O ENSINO DE HISTÓRIA: UM PARALELO DAS REPRESENTAÇÕES CULTURAIS E O COTIDIANO DO NEGRO NO BRASIL

Luiz Fernando C. F. de Góes (Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória/CAPES), Unespar, lf.degoes@gmail.com

Eulália Maria A. de Moraes (Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória), Unespar, eulaliamoraes@hotmail.com

RESUMO: A presente comunicação é parte do projeto de Mestrado no ProfHistória voltado para o Ensino de História na Educação Básica. Apoiados pela lei 10.639/03 objetivamos a fundamentação teórica dos elementos constitutivos da Cultura Africana. Para tanto buscamos a compreensão da aquisição das linguagens e expressões culturais de nossa sociedade utilizando a arte como componente metodológico de abordagem da História. Procuraremos estabelecer um paralelo envolvendo aspectos da representação cultural do cotidiano da presença negra na sociedade brasileira em dois momentos: na primeira metade do século XIX a partir da iconografia de Jean-Baptiste Debret (1817- 1831) e na atualidade do século XXI com os grafites urbanos que se inscrevem nas ruas, viadutos e edifícios das grandes metrópoles do Brasil. Cotejar representações tão díspares na temporalidade e nas suas origens conceituais nos levará a historicizar e a problematizar noções de cultura, de arte popular e erudita. Nestor Garcia Canclini (2008) chamou de “Culturas Híbridas” o entrelaçamento dos usos populares, cultos, massivos ou a recepção e apropriação simbólica. Para ele a hibridação cultural pode ser encontrada já no processo de colonização quando diferentes culturas de diferentes etnias foram absorvidas causando aquilo que temos de maior expressão na América Latina: a miscigenação.

Palavras-chave: Iconografia do Século XIX. Grafites Urbanos. Representação Cultural.

UMA INTERPRETAÇÃO DA RELIGIOSIDADE LUSO-BRASILEIRA NA PERSPECTIVA PSICOSOCIAL DE RUDOLF OTTO

Michel Kobeliski (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória), Unespar,
mkobelinski@gmail.com

RESUMO: Na colonização do Sul do Brasil, durante o governo de Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, militares e missionários franciscanos entraram em contato com populações indígenas (1771-1774) e, ao mesmo tempo, produziram textos e imagens relacionadas às práticas culturais, psíquicas e religiosas. Nos relatórios militares (9), nas correspondências (20), nos sonetos (2) e nas aquarelas (39), que informavam à Coroa Portuguesa os resultados da colonização e da política de conversão indígena do Marquês de Pombal, também se evocaram antigas crenças pagãs e simbologias cristãs, relacionadas tanto aos ritos sacramentais quanto aos elementos da natureza (fauna e flora). Neste texto, nosso objetivo é analisar esta documentação a partir das relações dialéticas entre a religiosidade popular e a religião cristã, resultantes de construções mentais e culturais, considerando os traços comuns e incomuns, a partir da fenomenologia do sagrado de Rudolf Otto (1869-1937). Deste modo, a pesquisa procura compreender, no âmbito da psicologia e da experiência religiosa, as relações sociais e culturais, as formas de sentir, pensar e representar a presença do sagrado (*mysterium tremendum et fascinans*), no final do período colonial luso-brasileiro.

Palavras-chave: História e Religiosidade. História do Brasil. Colônia. Psicologia da Religião. História Cultural das Sensibilidades. Rudolf Otto (1869-1937).

NO ENSINO E NA RIMA: O RAP E O HIP HOP DE EMICIDA COMO UMA ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Michele Perciliano (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória), Unespar,
michele.perciliano@yahoo.com.br

Ricardo Tadeu Caires Silva (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória),
Unespar, rictcaires@gmail.com.br

RESUMO: Nas últimas décadas a música tem se tornando um instrumento valioso não só para a pesquisa histórica, mas também para o ensino de História – dado o seu potencial de sedução e atração das pessoas, sejam elas crianças, adolescentes, jovens ou idosos (NAPOLITANO, 2002; ROZA, 2013). Apostando nesta potencialidade, este trabalho tem por objetivo apresentar algumas possibilidades de uso das canções do *rapper* brasileiro Leandro Roque de Oliveira, mais conhecido como Emicida, para o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira. A escolha da obra do referido compositor, cantor e produtor musical é motivada pela identificação e engajamento político que o mesmo possui com tal temática e também pelo fato de suas canções fazerem muito sucesso entre os adolescentes e jovens brasileiros, independente da classe social a que estes pertencem. Por meio de suas rimas, Emicida aborda com profundidade os dilemas que a população afrodescendente enfrentou e enfrenta cotidianamente em nosso país, tais como a violência policial, a discriminação racial, o preconceito, o desemprego, etc. – ligando-os diretamente ao nosso passado escravista. De igual maneira, suas composições também buscam exaltar os movimentos de resistência e os valores culturais do negro brasileiro e, em muitos casos, contém referência direta a episódios

históricos da diáspora africana e da escravidão no Brasil, como é o caso das letras que abordam o Quilombo dos Palmares, a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata, etc.

Palavras-chave: Ensino de História. Música. Etnicidade. História e cultura afro-brasileira.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DO CENTRO DE MEMÓRIA DE GOIOERÊ

Murilo de Almeida Brasil (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória),
Unespar, brasil.murilo@gmail.com

Bruno Flávio Lontra Fagundes (Mestrado Profissional em Ensino de História, ProfHistória),
Unespar, parabrunos@gmail.com

RESUMO: Este artigo visa problematizar a importância de ações educativas vinculadas ao ensino de história a partir das perspectivas criadas no processo de construção do Centro de Memória de Goioerê e de seu acervo. A criação de uma ação educativa objetiva em um contexto amplo a formação subjetiva do indivíduo, onde este possa produzir significado histórico e cultural. E, a partir dos espaços de memória, perceber o ensino de história. Espaços de memória como Museus e Centros de Memória adquirem importância a partir da estruturação do IPHAN, com destaque para as três últimas décadas do século XX, quando efetivamente se percebe um crescente incentivo de propostas voltadas para a educação patrimonial e a relevância da mesma no processo de formação do sujeito, tanto enquanto indivíduo como enquanto pertencente a uma coletividade nacional. Com base em documentos governamentais, políticas públicas e obras científicas voltadas para o tema, buscou-se historicizar a questão patrimonial no Brasil e sua dinâmica, bem como as concepções do que é patrimônio e a importância que a educação patrimonial possui enquanto elemento de formação subjetiva de identidade coletiva e individual e suas conexões com o ensino de história.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Formação subjetiva. Centro de Memória.

O CONCEITO DE “PRIMITIVO” NA OBRA DE SIGMUND FREUD

Paulo José da Costa (Programa de Pós-Graduação em Psicologia), UEM, pjcosta@uem.br

Ana Flávia Cicero Conde (Programa de Pós-graduação em Psicologia, CAPES), UEM,
anaflaviacconde@gmail.com

RESUMO: Embora a noção de primitividade tenha ocupado um lugar central no pensamento freudiano, o conceito de primitivo enfrenta os problemas inerentes às construções conceituais psicanalíticas, em função de sua imprecisão e ambiguidade. Desse modo, recuperar esse conceito na obra de Sigmund Freud possibilitou ampliar a compreensão acerca desse objeto de estudo, pelas articulações que isso promove com o pensamento do autor sobre os processos culturais e clínicos. A proposta foi delinear com maior profundidade como o autor define essa questão do primitivo, procurando clarificar esse conceito e as implicações de sua utilização. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa conceitual, através da qual debruçou-se sobre a Edição *Standard* Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Observou-se que o autor utiliza o termo primitivo com várias acepções não excludentes, que

ênfatisam elementos de parte constituinte do psiquismo que é oriunda dos estados iniciais do funcionamento mental, tanto da espécie (filogênese) quanto do indivíduo (ontogênese), os quais permanecem dinamicamente atuando juntos aos desenvolvimentos posteriores, mantendo seu caráter imperecível como é tão destacado pelo autor, e que são determinantes na sua construção teórica acerca dos processos culturais, civilizatórios, grupais, bem como daqueles próprios do indivíduo, que se manifestam na clínica psicanalítica.

Palavras-chave: Primitivo. Sigmund Freud. Psicanálise.

AS FUNÇÕES DA HISTÓRIA A PARTIR DOS OBJETIVOS DA DISCIPLINA E A INTENCIONALIDADE NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Paulo Pereira (ProfHistória, Mestrado Profissional em História. Unespar, Campo Mourão),
pepe4270@hotmail.com

Ricardo Marques de Mello (Unespar, Campo Mourão), ricardo.rmm@gmail.com

RESUMO: Nesta comunicação se expressa os resultados parciais de pesquisa em desenvolvimento no Mestrado Profissional em Ensino de história da universidade Estadual do Paraná, cujo objetivo primordial é produzir um curso voltado para os professores de história a fim de discutir quais as funções possíveis do conhecimento histórico no ensino de história. Especificamente nesta comunicação, objetiva-se apresentar quais as funções presentes nas Diretrizes Curriculares da Educação básica (DCE's) do Estado do Paraná. Por ora, foram identificadas as seguintes funções: formação do pensamento histórico dos estudantes; entender que não existe uma verdade histórica única, mas verdades produzidas a partir de evidências que organizam diferentes problematizações fundamentadas em fontes diversas; promover a consciência da necessidade de uma contextualização social, política e cultural em cada momento; valorizar e contribuir para a preservação de documentos escritos, objetos e lugares de memória; levar a uma análise crítica sobre o processo de construção do conhecimento histórico e os limites de sua compreensão a partir dos documentos históricos; compreender as especificidades da narrativa histórica; desenvolver noções de tempo e temporalidade; reconhecer conceitos e método específicos da ciência histórica. Para que tais funções sejam alcançadas, as DCE's sugerem que a prática pedagógica seja revestida de intencionalidade para que atinja os objetivos propostos, que o ensinar não se constitua em um ato mecânico, destituído de uma finalidade previamente estabelecida e sustentada pela argumentação racional, ou seja, fruto de reflexões acerca do ato de educar, de aprender, dos sujeitos envolvidos e de suas necessidades e da escolha dos conteúdos, procedimentos metodológicos e objetivos determinados.

Palavras-chave: Autoconsciência. Formação. Funções da história.

UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR SOBRE A LAICIDADE CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

Rafael Almeida Callegari (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD), Unespar, prof.racallegari@gmail.com

RESUMO: A pesquisa visa compreender a concepção da laicidade no cenário constitucional brasileiro, utilizando uma abordagem interdisciplinar ao trazer as discussões existentes nos campos das ciências humanas, sociais e jurídicas. O corpus documental é composto por registros legislativos do Congresso Nacional e documentais da Assembléia Nacional Constituinte de 1986-1988, de teses e dissertações sobre o tema. Aborda um histórico constitucional no Brasil, a configuração pretendida pela Constituição de 1988 e analisa a interpretação e as controvérsias surgidas em razão do acionamento da religião no campo político, para concluir que a laicidade constitucional brasileira é um processo iniciado e não acabado, multifacetado e que depende do amadurecimento do ambiente democrático nacional para ser compreendida e respeitada pelo Estado, pela sociedade e pelos agentes políticos ou religiosos.

Palavras-chave: Constitucionalidade. Estado. Laicidade.

A ASSEMBLÉIA DE DEUS NO TEMPO DA POLÍTICA EM CAMPO MOURÃO

Rafael Almeida Callegari (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD), Unespar, prof.racallegari@gmail.com

Frank Antonio Mezzomo (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD), Unespar, frankmezzomo@gmail.com

Cristina Satiê Oliveira Pátaro (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD), Unespar, crispataro@gmail.com

RESUMO: A pesquisa aborda, em uma perspectiva interdisciplinar, a presença institucionalizada da religião na política mourãoense, mediante participação de agentes religiosos da Assembléia de Deus. O recorte temporal refere-se aos anos de 2012 a 2016, período relativo às eleições e o exercício do mandato no legislativo. O corpus documental é composto por documentos da Câmara Municipal de Campo Mourão, do Tribunal Superior Eleitoral, materiais de campanha eleitoral, entrevistas com membros da denominação religiosa, incluindo seus agentes religiosos em atividade política, além de dados colhidos em observação participante e com colaboração do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder. Entre os resultados, destaca-se a organização da Assembléia de Deus para indicar, manifestar apoio e movimentar fiéis em torno de um agente religioso, que atua como seu representante no legislativo e leva à principal arena da democracia, os anseios de seu público cativo em nome da moral evangélica.

Palavras-chave: Assembleianos. Política. Religião.

“À SOMBRA ACOLHEDORA DE UMA ENORME ÁRVORE”: PAULO FREIRE, AMÍLCAR CABRAL E A (RE) CONSTRUÇÃO PÓS-COLONIAL DO SISTEMA EDUCACIONAL EM GUINÉ-BISSAU (1975-1976)

Rafael Domingues da Silva (Programa de Pós-Graduação em Educação, Capes), USP,
rivieradomingues@usp.br

RESUMO: Após mais de cinco séculos de colonização (XV-XX), Guiné-Bissau – um pequeno país da África Ocidental banhado pelo Oceano Atlântico – torna-se independente, ao término de uma guerra com o exército português que durou mais uma década. Com a expulsão do colonizador do território, era imperativo “expulsá-los” da escola e dos conteúdos curriculares hegemonicamente eurocêntricos. A história e a cultura dos povos guineenses eram totalmente ignoradas. O revolucionário Amílcar Cabral – assassinado em 1973 – chamou este processo “descolonizador” de “reafricanização” das mentes. O documento Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, resultado da Assembleia Geral da ONU de 14 de dezembro de 1960 trouxe ainda mais legitimidade na luta pelas independências dos países africanos. Paulo Freire e sua equipe viajaram para várias nações daquele continente, participando de projetos envolvendo a alfabetização e a pós-alfabetização. Analisamos especificamente a experiência e contribuição direta de Freire no trabalho de (re) construção pós-colonial e necessariamente radical do sistema educacional em Guiné-Bissau nos anos 1975-1976.

Palavras-chave: Descolonização da cultura. Sistema educacional pós-colonial. Educação de Adultos.

DA POLÔNIA À HOLLYWOOD: O PERCURSO CINEMATOGRAFICO DE ROMAN POLANSKI

Rafaela Arienti Barbieri (Programa de Pós-Graduação em História, PPH, CAPES), UEM
rafaelaarientibarbieri@hotmail.com

Solange Ramos de Andrade (Programa de Pós-Graduação em História, PPH), UEM,
sramosdeandrade@gmail.com

RESUMO: A presente comunicação tem por objetivo problematizar a trajetória biográfica e cinematográfica do diretor Roman Polanski, hoje com 83 anos, que após fazer parte da denominada Escola de Cinema de Łódź na Polônia, foi para Hollywood e dirigiu seu primeiro longa-metragem nos Estados Unidos. Pensar o meio cinematográfico no qual o diretor em questão estava inserido, vai ao encontro de uma melhor compreensão das representações de *O bebê de Rosemary* (1968) o primeiro filme dirigido por Polanski nos Estados Unidos em meio ao desenvolvimento da denominada Nova Hollywood. Nesse sentido, parte-se do conceito de “linguagem autorizada” de Pierre Bourdieu (1998) em função da visualização de que Polanski precisa produzir para seus pares, para a sua área específica de conhecimento, e também precisa produzir algo que atenda às expectativas do público que se insere na década de 1960 nos Estados Unidos.

Palavras-chave: Cinema. Polanski. O bebê de Rosemary.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR: A AUTOCONFRONTAÇÃO CRUZADA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO E PESQUISA

Raphael Barbosa (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, CNPq) UEM,
barbosa.raphael09@gmail.com
Guilherme Elias da Silva (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) UEM,
guilhermin@hotmail.com

RESUMO: As transformações no sistema de produção capitalista ocorridas nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI trouxeram severas mudanças para o ambiente organizacional e, conseqüentemente, para o modo de vida do trabalhador. As organizações buscam se desvencilhar das rotinas burocráticas procurando a flexibilidade. Entretanto ao invés de criarem condições libertadoras, produzem novas estruturas de controle e poder. O novo modelo de gestão estimula a competição interna, a busca incessante pela perfeição, pelo sucesso financeiro a qualquer custo e o culto à alta performance, trazendo à tona a degradação dos ambientes laborais e um aumento significativo do sofrimento no trabalho, além do favorecimento a diversas doenças profissionais. Este trabalho, fruto de uma pesquisa de Mestrado mais ampla, visa caracterizar, no contexto supracitado, as entrevistas em autoconfrontação cruzada como um instrumento de pesquisa, transformação e desenvolvimento dos coletivos de trabalho cujo objetivo é superar os impedimentos causados por uma organização do trabalho restritiva e individualizante, a partir da ampliação do poder de agir dos trabalhadores sobre o mundo e sobre si mesmos.

Palavras-chave: Autoconfrontação cruzada. Organização do trabalho. Saúde mental do trabalhador.

ESTUDANTES DE PRIMEIRA GERAÇÃO NA UNESPAR/CAMPUS DE CAMPO MOURÃO

Ricardo Fernandes Pátaro (Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD, CNPq, Fundação Araucária), Unespar, ricardopataro@gmail.com

RESUMO: A ampliação da escolarização no Brasil tem levado a expansão no acesso ao ensino superior, ocasionando uma maior presença de estudantes que são os(as) primeiros(as) de suas famílias a ingressarem nesse nível de ensino, os(as) “estudantes de primeira geração”. O objetivo da pesquisa foi identificar a presença e as características de tais estudantes nos cursos de graduação da Unespar/Campus de Campo Mourão. Foram usados questionários socioeconômicos e discussões em grupos focais com os(as) estudantes ingressantes na Unespar em 2016. Os dados evidenciaram que o movimento de democratização da educação no Brasil trouxe um novo perfil de estudantes para o ensino superior. Na Unespar/Campo Mourão, mais de 80% dos(as) estudantes são oriundos do ensino público, 43% moram em cidades vizinhas e 75% são os primeiros(as) de suas famílias a ingressarem no ensino superior. O acesso à universidade representa a realização de um sonho e, dentre as dificuldades para se manterem estudando, destacam-se o fato de morarem longe e a dificuldade com leituras. Considerando a significativa presença de estudantes de primeira geração na Unespar/Campus de Campo Mourão, torna-se ainda mais importante o

planejamento de estratégias pedagógicas, políticas de equidade e assistência estudantil capazes de zelar pela permanência dos(as) estudantes no ensino superior.

Palavras-chave: Democratização da educação no Brasil. Acesso ao ensino superior. Estratégias pedagógicas para permanência.

ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE ENCONTRO ENTRE O ENSINAR E O APRENDER

Ricardo Fernandes Pátaro (Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento/PPGSeD), Unespar, ricardopataro@gmail.com
Elaine Leal Jacomel (Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento/PPGSeD), Unespar, gleal.elaine@hotmail.com

RESUMO: Fruto da colaboração entre professores(as) e escolas de diferentes contextos, a presente pesquisa investiga práticas pedagógicas que contribuem na superação da ideia de que ensinar é transmitir conhecimentos. Partimos do pressuposto de que um maior envolvimento e participação de estudantes pode dar origem a um aprendizado mais significativo e contextualizado. Nesse sentido, além de buscar compreender a importância da participação discente, a pesquisa também busca metodologias que proporcionem o encontro entre o ensinar e o aprender, superando a crença de que basta comunicar/transmitir para que o(a) estudante aprenda. Como alternativa ao modelo pautado na transmissão, apresentamos um trabalho desenvolvido em sala de aula a partir da estratégia de projetos. Na base desse trabalho está a ideia de que conservar a herança cultural de saberes, tradições e valores é tão importante quanto abrir espaço para a inovação, para novos conhecimentos e possibilidades de enfrentar os desafios que nos são postos pelo século XXI. Nossas pesquisas demonstram que a estratégia de projetos possibilita uma maior participação discente, permitindo contextualizar os conteúdos disciplinares em temáticas da vida real, em uma ação que vai além da transmissão de conhecimentos e tem por objetivo levar estudantes a compreender e transformar o mundo em que vivem.

Palavras-chave: Participação discente. Escola democrática. Currículo por projetos.

AS FUNÇÕES DA HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO NA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES DE CAMPO MOURÃO: 2016

Ricardo Marques de Mello, Unespar, ricardo.rmm@gmail.com

RESUMO: Nesta comunicação apresentarei resultados parciais da pesquisa intitulada “As Funções do Conhecimento Histórico no Ensino Médio de História em Campo Mourão: 2014-2016”, cujo objetivo é identificar e contrapor as expectativas funcionais do ensino de história presentes na literatura do tema, em documentos oficiais (Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares da Educação do Estado do Paraná – História), em livros didáticos usados por estudantes no município supracitado, na perspectiva de professores e de alunos. Especificamente nesta Comunicação, exporei os resultados de questionário aplicado em 2016 aos estudantes de todos os terceiros anos do ensino médio de Campo Mourão, que resultaram

em 687 unidades. Trata-se de uma apresentação do instrumento de pesquisa usado nesse caso, dos resultados quantitativos e de breve consideração qualitativa acerca do cômputo final e do cruzamento de algumas variáveis.

Palavras-chave: Funções da história. Ensino de história. Ensino médio.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO INSTÂNCIA DE CONTROLE: UM ESTUDO DE CASO

Rosilene Lavezzo (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSed), Unespar, rosilenelavezzo@hotmail.com
Valderice Cecilia Limberger Rippel, Unioeste, valdericerippel@uol.com.br

RESUMO: Analisamos o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Mato Rico, no Paraná. Esse município se encontra entre os três mais pobres do Estado do Paraná, apresentando o terceiro menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), colocando-o em situação de extrema vulnerabilidade. Para desenvolver o estudo, contextualizamos a participação popular no processo de construção dos conselhos, destacando o papel e as atribuições dos munícipes. E, para subsidiar a discussão, analisamos a efetividade do conselho no seu papel deliberativo e participativo. No intuito de conhecer a realidade e a percepção do papel dos conselheiros do município de Mato Rico, realizou-se uma pesquisa de campo por meio de entrevista semi-estruturada com dez conselheiros da Assistência Social. Concluímos que é necessário proporcionar capacitações para os conselheiros e pensar em estratégias para que eles participem apenas de um Conselho, possibilitando-lhes acesso a uma maior compreensão de determinada matéria, para que sejam mais eficientes e objetivos, possibilitando o real cumprimento de seu papel enquanto conselheiro, buscando a efetivação das Políticas Públicas.

Palavras-chave: Conselho Municipal de Assistência Social. Participação popular. Controle social.

ADAPTAÇÃO E INTEGRAÇÃO AO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Thaís Serafim, Faculdade Integrado de Campo Mourão, coord.psicologia@grupointegrado.br

RESUMO: As exigências de qualificação profissional e de aprendizagem contínua, somadas ao aumento de instituições – sobretudo privadas – e à democratização do acesso ao ensino superior no Brasil tem protagonizado e estimulado o ingresso de um número cada vez maior de estudantes nas universidades. Ao mesmo tempo em que se observa a ampliação do sistema, verifica-se a necessidade de apoio e orientação aos universitários em seu ingresso e, posteriormente, no decorrer de sua formação, a fim de contribuir com o processo de adaptação e integração, corroborando com sucesso escolar e maior desenvolvimento psicossocial. Sendo assim, este trabalho, resultante de pesquisa desenvolvida na Faculdade Integrado de Campo Mourão, tem por finalidade fomentar o debate sobre a democratização do acesso e adaptação ao ensino superior, apresentando o perfil dos acadêmicos ingressantes do curso de Psicologia,

assim como a experiência obtida com a I Semana de Integração entre Calouros e Veteranos do curso.

Palavras-chave: Democratização. Ensino Superior. Adaptação e Integração.

A UNILA EM CONSTRUÇÃO: ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E ACADÊMICAS NA CONSTITUIÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PARA A INTEGRAÇÃO

Thiago Reisdorfer (Programa de Pós-Graduação em História; Bolsista Capes-DS), UDESC,
thiagorhs@hotmail.com

RESUMO: A ampliação no acesso ao ensino universitário construída nos anos 2000 tem tido impactos significativos na sociedade brasileira. Esse processo tem provocado o ingresso de grupos sociais até então alijados dessa instância de ensino, em especial negros e membros das classes populares. Aliado a isso, temos no ano de 2010 a criação de duas universidades com o expresse propósito de promoção do ingresso de estudantes estrangeiros, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e a Universidade Federal da Integração Latino Americana – Unila em Foz do Iguaçu, PR. O objetivo desse trabalho é abordar a constituição da Unila entendida como elemento tanto do processo de ampliação do ensino universitário brasileiro, quanto de expansão dos interesses políticos nacionais sobre a América Latina.

Palavras-chave: Universidade. Unila. Estudantes.

A CANGO (COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL GENERAL OSÓRIO) ENQUANTO INFLUÊNCIA NA ESTRUTURA AGRÁRIA/FUNDIÁRIA DO SUDOESTE PARANAENSE

Tiago Arcanjo Orben (Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),
tiagoarben@gmail.com
Luis Carlos dos Passos Martins (OR)

RESUMO: Este trabalho é fruto de pesquisas que desenvolvo no Doutorado em História, o qual procura considerar a estrutura agrária e fundiária da região Sudoeste do Paraná, com referência aos levantamentos sociais ocorridos em outubro de 1957. Neste sentido, a pesquisa questiona a caracterização de pequenas propriedades atribuída a esta região, a qual ganhou destaque na historiografia que pesquisa o tema como resultado da luta social conhecida como Revolta dos Colonos ou Posseiros. Assim, nos primeiros levantamentos constatou-se a significativa atuação da CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório, tanto, enquanto orientação aos colonos, como, na delimitação dos lotes de terra. Com isso, verificou-se que a colônia teve um desempenho expressivo nas décadas de 1940 e 50, na constituição da estrutura agrária e fundiária da região Sudoeste do Paraná e que esta ação vem pautar o modelo de agricultura e propriedade consolidado com o levante social de 1957. Assim, a pesquisa procura estabelecer questionamentos, ao observar a atuação da colônia para além do que é constantemente atribuído à região com referência às pequenas propriedades.

Palavras-chave: História Regional. História Agrária. Estrutura agrária/fundiária.

A EXPANSÃO DA MEDICINA MILITAR BRASILEIRA: CULTURA, HIGIENISMO E PODER

Tiago Bomfim (Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro, CNPq),
Unicentro/Guarapuava, tiagobomfimunicentro@gmail.com
Vanderlei Sebastião de Souza (Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro),
Unicentro/Guarapuava, vanderleidesouza@yahoo.com.br

RESUMO: Pretendemos com este trabalho analisar a atuação do médico e higienista do exército brasileiro Arthur Lobo da Silva como um dos produtores e divulgadores da medicina militar brasileira entre os anos de 1910 a 1920. Nascido em 21 de abril de 1873, na região de Pernambuco, Arthur Lobo formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1896. Grande parte da sua atuação no exército foi dedicada aos serviços médicos em hospitais e juntas de saúde de várias regiões do país. Como “cientista militar”, Arthur Lobo da Silva publicou um conjunto de obras sempre relacionadas as questões de higiene, doença e também estatísticas sobre os militares que ingressavam no serviço militar. Desta maneira, nossa intenção é compreender as relações de poder inscritas nos prontuários médicos que estabeleceram um novo paradigma de cultura para o Brasil, baseado na higienização das instituições brasileiras.

Palavras-chave: Exército. Poder. Higienização.

FRAGMENTOS DO PASSADO: INVESTIGANDO OS RESQUÍCIOS DO REGIME MILITAR NO COTIDIANO DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Valdemir Paiva (Programa de Pós-Graduação em História, PPGHIS), UFPR,
valdemirpaiva001@hotmail.com
Pedro Henrique Caires de Almeida (Mestrado Profissional em Ensino de História,
ProfHistória, Fundação Araucária), Unespar, pedrohcaires@gmail.com

RESUMO: Intentamos neste trabalho desenvolver uma problematização a respeito dos hábitos e normativas usados no modelo de ensino de uma escola pública na cidade de Campo Mourão, interior do Paraná: o Colégio Estadual Marechal Rondon, e se tais normativas podem ser resquícios do sistema pedagógico utilizado durante o regime civil-militar (1964-1985). Para tanto, recorreremos à literatura especializada e às observações *in loco*, realizadas pelos autores do presente resumo. Nessa etapa foram aplicados questionários a respeito do tema aos alunos, e as respostas foram consideradas para a elaboração desse trabalho. Concluímos que, apesar de velado, no Colégio Marechal Rondon existe, sim, o cultivo de atividades, a maioria cívicas, que são remanescentes do período militar, atividades essas que buscam, a nosso ver, cultivar o valor nacionalista. Portanto, nos debruçaremos nessa investigação buscando descortinar elementos ainda presentes no cotidiano escolar e que são remanescentes do período da ditadura civil militar no Brasil.

Palavras-chave: Educação. Ditadura Militar. Colégio Estadual Marechal Rondon.

‘REVOLUCIONÁRIO’ MOVIMENTO ORQUESTAL DO EL SISTEMA NACIONAL DE COROS Y ORQUESTAS JUVENILES E INFANTILES DE VENEZUELA E CONTRIBUIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA DE ORQUESTAS JUVENILES E INFANTILES DE JUJUY

Viviana Carolina Jaramillo Alemán. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latinoamericanos (Programa de Demanda Social UNILA de Bolsas de Pós-Graduação Stricto Sensu), UNILA, viviana.aleman@aluno.unila.edu.br

RESUMO: O movimento orquestral fundado pelo *El Sistema Nacional de Orquestas y Coros Juveniles e Infantiles de Venezuela (El Sistema)* se encarregou de organizar a prática e instrução coletiva e individual da música através de coros e orquestras sinfônicas, como um plano nacional de educação musical. Assumido status de modelo, se expandiu a mais de cinquenta países nos últimos trinta anos. Trabalhos acadêmicos e publicitários se referem ao sucesso do projeto, destacando o alcance do trabalho social dirigido a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade sócioeconômica. Entretanto, o modelo construído ainda está longe de possuir contornos claramente delimitados quando implementado em realidades similares dentro da América Latina. Este trabalho apresenta um estudo de caso sobre o *Sistema de Orquestas Juveniles e Infantiles de Jujuy (SOJ)* com o objetivo de compreender sua autoidentificação como parte de referido movimento, ainda que tenha se consolidado em torno de difenças importantes, como as observadas no âmbito do repertório e da performance. A análise de ditas transformações nos mostra que El Sistema, ainda que se considere revolucionário, optou por manter o status quo da orquestra sinfônica, enquanto o SOJ coloca elementos deste conceito à prova.

Palavras-chave: El Sistema. SOJ. Orquestra Sinfônica.

O OBJETO DA HISTÓRIA AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DE UM DOS SEUS PRECURSORES: WARREN DEAN

Viviane Hetterich Hoefling Podolan, ProfHistória/Unespar, vhetterich@yahoo.com.br
Ricardo Marques de Mello, Unespar, ricardo.rmm@gmail.com

RESUMO: A presente comunicação apresenta resultados parciais de pesquisa em desenvolvimento no Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual do Paraná, cujo fim maior é produzir um arboreto botânico relacionando os ciclos econômicos da história do Brasil à exploração de determinadas culturas agrícolas. Especificamente neste evento, tenho o intuito de fazer uma breve discussão bibliográfica acerca do que caracteriza o objeto de estudo da História Ambiental. Entre os precursores da área, apresentarei os argumentos de Warren Dean, que funda a História Ambiental como um ramo da História, desvinculando-a da História Natural, e enfatizando a necessidade de considerar a relação da natureza com o ser humano. De acordo com Dean, para se compreender a exploração do bioma da Mata Atlântica é preciso situá-lo em uma estrutura social, econômica e mental, que acompanharam as transições dos estágios de destruição da floresta, ressaltando, assim, que a História da Mata Atlântica não é uma história natural, mas um estudo da relação entre a floresta e o homem. Desta forma, sua preocupação é em estabelecer diálogo com outros historiadores, aprofundando análises e tendo em conta a complexidade das questões envolvidas. A partir da obra de Warren Dean, nesta comunicação pretendo expor com certa

profundidade como um dos temas mais relevantes e polêmicos da contemporaneidade pode e deve ser abordado em perspectiva histórica.

Palavras-chave: Mata Atlântica. História Ambiental. Ensino de História.

JOSÉ DE MELO E SILVA: DISCURSOS DE UMA OBRA

Wagner Henrique Neres Fiuza, (mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro) SEED, wagnerunicentro@hotmail.com

Beatriz Anselmo Olinto, (Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro) Unicentro, biaolinto@hotmail.com

RESUMO: A pesquisa buscou compreender a relação entre a trajetória do autor José de Melo e Silva (1893-1961) e a trajetória de seus textos publicados, a saber *Fronteiras Guaranis* (1939) e *Canaã do Oeste* (1947). Repleta de erudição, sua obra não conseguiu grande repercussão no campo intelectual brasileiro naquela época, embora versasse acerca da nacionalização da fronteira meridional do Mato Grosso durante o Estado Novo (1937-1945). Contudo, a partir de 1979, no processo de criação jurídica e simbólica do estado de Mato Grosso do Sul, o autor e a obra foram redescobertos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul, e alçados à condição de elemento fundamental da literatura regional. Deste modo, o objetivo é encontrar subsídios teóricos para discutir a relação entre autor e obra na trama discursiva que envolveu o nome próprio José de Melo e Silva ao longo da trajetória de seus textos. Para tal, a metodologia inclui análise do discurso articulada com os conceitos de campo, função-autor, discurso e região. A contribuição esperada é perceber a construção do regional e regiões, neste caso Mato Grosso do Sul, para além da geografia, mas também em dimensões simbólicas e discursivas, tensionadas na trajetória de textos e autores.

Palavras-chave: José de Melo e Silva. Função-Autor. Região.

CONTRIBUIÇÕES DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO MST PARA A SOCIEDADE

Zilda Ferreira Leandro, Unespar, zildaleandro@hotmail.com

RESUMO: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como movimento social de massas preocupado com a formação e Educação dos assentados, desenvolveu formas de organizar a escola inserida nos assentamentos de acordo com seus interesses, tanto como movimento social em luta pela Reforma Agrária quanto à formação do sujeito sociocultural sem terra. Nesse sentido, a escola não poderia ser um reflexo das escolas formais existentes. Mas, uma educação voltada para sua especificidade: uma educação popular, do campo e no campo, que estivesse de acordo com seus interesses enquanto classe trabalhadora. Ao longo de seus vinte anos de história, o MST organizou os princípios da sua própria pedagogia, que não se constitui numa nova pedagogia, mas a reunião de elementos pedagógicos, filosóficos e sociológicos de teorias elaboradas por autores que servem de referencial teórico para a chamada Pedagogia do MST. O objetivo principal dessa pesquisa foi analisar as contribuições que seu pensamento pedagógico tem a oferecer também para as escolas fora do MST, na construção de uma Educação que esteja voltada para a transformação social. Faz compreender

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

sua relação com a comunidade enquanto agente educacional desta e vice-versa, percebendo o movimento histórico dialético presente nessas relações e nessa construção, visando a formação de uma nova cultura que supere os valores e costumes capitalistas e um projeto de sociedade que vise a superação da sociedade de classes.

Palavras-chave: Educação. MST. Movimento.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Trabalhos completos

RELIGIÃO E JUVENTUDE: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES NA CONTEMPORANEIDADE

Ada Otoni Ferreira Fontanella¹

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro²

Frank Antonio Mezzomo³

Introdução

A presente pesquisa busca analisar as compreensões de jovens de cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), buscando identificar as influências da religião nas vivências, percepções e processos de constituição de suas identidades.

O estudo está ainda vinculado a pesquisa mais ampla realizada pelo grupo de pesquisa *Cultura e Relações de Poder* da mesma Universidade, e que conta com apoio do CNPq⁴. O referido grupo trabalha com uma perspectiva interdisciplinar, produzindo estudos voltados para cultura e identidades, além da organização de acervos documentais, relacionando-os às estruturas de poder presentes na sociedade.

Ao tematizar a juventude universitária e sua relação com a religião, a pesquisa tem como foco os estudantes dos 3º anos dos cursos de licenciatura da área de Ciências Humanas da Unespar, a saber: História, Geografia, Filosofia e Pedagogia.

O presente texto tem como objetivo discutir as dinâmicas sociais contemporâneas que permeiam a juventude e as dimensões religiosas. Para isso, buscamos demonstrar como as discussões teóricas que tratam da religião na contemporaneidade tornam-se relevantes para a compreensão dos conceitos de juventude, assim como a constituição identitária e os diversificados modos de ser jovem no contexto atual.

Na tentativa de compreender a figura do jovem na sociedade contemporânea, Abramo (2005) mapeia quatro paradigmas de diferentes perspectivas epistemológicas sobre os jovens. Esses diferentes entendimentos ocorrem justamente pela dificuldade em delimitar marcos que

¹ PPGSeD, PRPPG/Unespar, Unespar, adinhaferreira@yahoo.com.br

² PPGSeD, CNPq, Unespar, crispataro@gmail.com

³ PPGSeD, CNPq, Unespar, frankmezzomo@gmail.com

⁴ Trata-se da investigação intitulada "Identidades juvenis, religião e política: jovens universitários de cursos de licenciatura", coordenada pela Profa Cristina Pátaro, à qual se vinculam ainda outros estudantes de Mestrado e acadêmicos de Iniciação Científica.

definem em sua completude a juventude, e quais seriam as características específicas de “ser jovem”. Na América Latina, por exemplo, as considerações demográficas, biológicas e psicológicas foram as que tradicionalmente predominaram nos estudos sobre juventude. Porém, desde a década de 1980, outros olhares sobre a temática vêm sendo mais valorizados, como o sociológico e o político, assim como aportes oriundos de perspectiva culturais e antropológicas (UNESCO, 2004).

Nesse sentido, o primeiro enfoque dado por Abramo (2005) seria o da juventude como um período transitório para a vida adulta. A educação e o serviço militar, por exemplo, podem ser vistos como etapas dessa preparação, pois permitem a aquisição de conhecimentos e destrezas exigidas pelo mundo dos adultos. Porém, tal perspectiva encara o jovem sempre como um devir e não como um sujeito de relevância social no presente. Ademais, não leva em consideração as situações de desigualdades que marcam as vivências dos jovens, ou seja, é necessário considerar que essa condição juvenil não é universalmente homogênea. O segundo enfoque destacado pela autora enxerga o jovem como peça fundamental para o desenvolvimento social, apostando na sua capacidade de superar adversidades, de adaptar-se às mudanças sociais e às transformações tecnológicas, de incentivar pessoas e difundir ideais. Os jovens são vistos, assim, como atores dinâmicos e com potencialidades para resolver desafios sociais. Já na terceira perspectiva, a juventude é entendida como a fase da experimentação, das transgressões sociais, e, por fim, o quarto enfoque entende o jovem como aquele sujeito que passa a ter reconhecidos seus direitos como cidadão, deixando a ótica dos desvios e das incompletudes em uma instância de enquadramento social superada (ABRAMO, 2005).

A compreensão da juventude como propensa a práticas ilícitas ou “desvios” também é abordada por Novaes e Mello (2002), que demarcam sua origem no campo da sociologia. Nesse sentido, as autoras ressaltam que o termo foi constituído pelos trabalhos da Escola de Chicago, nas décadas iniciais do século XX, baseados na ideia de “delinquência”, destacando os jovens como os principais responsáveis por problemas sociais urbanos relacionados à violência. Posteriormente, podem ser verificadas iniciativas por parte de pesquisadores da área de ciências humanas, educadores, gestores de políticas públicas e grupos financiadores de projetos sociais voltados aos jovens, visando compreender e talvez superar a recorrente associação dos jovens aos problemas sociais.

Da mesma forma, para Tavares e Camurça (2004), o conceito de juventude é multifacetado, concebido a partir de diversas óticas dentro da sociologia, sendo complexo e,

aos poucos, expandido e delineado pelos novos trabalhos e pesquisas sobre o assunto. Dessa maneira, os autores argumentam existir dois momentos fundamentais em que este conceito foi impactado: a constatação da heterogeneidade de experiências dos jovens no cenário contemporâneo, o reconhecimento e o estudo de novas dimensões das experiências da juventude, tais como o consumo, sexualidade, música, religião (TAVARES; CAMURÇA, 2004).

Sobre essa possibilidade de construir identidades, Hall (2011) argumenta que a modernidade tardia – como assim nomeia o contexto contemporâneo, com suas transformações no campo social, cultural, político e econômico – provocou uma “crise de identidade” que fragmentou o sujeito moderno e o descentrou, modificando o entendimento do ser humano sobre si mesmo e sobre o mundo em que se encontra. Antes, a condição social do sujeito no período anterior ao Iluminismo (século XVIII), era acompanhada pelo seu nascimento: nascia-se e morria-se nobre, nascia-se e morria-se agricultor. Assim, a identidade era centrada, unificada, fixa, e acompanhava toda a existência do indivíduo. Já no século XIX, o indivíduo passa a refletir o mundo moderno com toda sua complexidade, a partir do momento em que se reconhece que a interação com o outro e com o mundo da cultura à sua volta é fator indissociável da construção de sua identidade.

Na modernidade tardia de Giddens (1991, 2002)⁵, por exemplo, o indivíduo é visto como o principal responsável pela construção do “eu”, a partir da reflexividade que permeia seu desenvolvimento e sua trajetória de vida. Assim, a construção da autoidentidade é feita de forma reflexiva, porém, dentro de um universo de escolhas possíveis para cada indivíduo. Na modernidade líquida de Bauman (2001)⁶, a velocidade das transformações sociais, as fragilidades dos vínculos amorosos, as relações sociais descartáveis e os estilos de vida que são vendidos, consumidos e inutilizados como se fossem produtos, refletem no processo de construção das identidades dos indivíduos. Nada é seguro e sólido na modernidade líquida, e

⁵ Giddens denomina “modernidade tardia” o período posterior à modernidade, caracterizado pelo aumento da separação entre o tempo e o espaço, devido, principalmente, aos novos desenvolvimentos tecnológicos surgidos nas áreas de comunicação e transporte, permitindo a intensificação do processo de interação econômica, política e cultural entre os diversos países do mundo. Assim, na “modernidade tardia”, a construção da identidade pelo indivíduo situa-se numa ótica diferenciada da anterior (pouco referenciada pela tradição e mais pelo constante incentivo a reflexividade das práticas sociais), tornando-se um elemento muito mais híbrido e complexo.

⁶ A “modernidade líquida” ou “pós-modernidade” de Bauman, refere-se a um desdobramento da industrialização da modernidade clássica, marcado por profundas transformações sociais, tecnológicas e culturais, provocando uma crise de referências nos indivíduos, que passaram a se auto referenciar ou escolherem referências “preferidas” para respaldarem suas práticas sociais (dentre as diversas disponíveis), mas que não demoram a descartá-las em busca de outras.

as identidades são negociáveis e revogáveis, elaboradas dentro de um constante processo (BAUMAN, 2005, 2008).

Assim, na atualidade, a mudança assume um caráter ainda mais específico, em virtude do contexto da globalização, produzindo impacto na identidade cultural dos sujeitos, cada vez mais desapegado das tradições, caracterizando-se por uma época de fragmentações, rupturas e por indivíduos cada vez mais reflexivos, marcados por diferenças de posições e visões e, conseqüentemente, de identidades (HALL, 2011).

Ao passo que as identidades estão em constantes transformações, as interconexões com o campo religioso, por certo, inserem uma nova dimensão à nossa análise, na qual reconhecemos que a reconfiguração da religião por meio de novos fenômenos e representações na sociedade, como a secularização e o pluralismo religioso, são gestados com a modernidade. Por esse motivo, as discussões teóricas que tratam da religião nesse momento histórico tornam-se relevantes para a compreensão da influência de tais dinâmicas na composição das identidades juvenis.

Apesar de fazerem leituras diferentes sobre a modernidade e suas conseqüências para a vida social, os sociólogos Bauman (2008, 2001) e Giddens (2002, 1991) concordam sobre a relevância do papel que as identidades desempenham para os indivíduos na contemporaneidade. Bauman (2001), por exemplo, acredita tratar-se de um período de liquefação dos valores tradicionais, com a transformação dos costumes, normas e identidades, rapidamente convertidos e apropriados pelo sistema social, em um movimento inevitável e imprevisível. Já Giddens (1991) defende a tese de que as instituições exercem algum nível de influência no cotidiano dos indivíduos e acabam colocando-os em conformidade com a dinâmica da modernidade. Como um dos pontos de convergência, os dois autores acreditam que a modernidade colocou o mundo em movimento, numa dinâmica nunca antes vista na história da humanidade.

Especificamente com relação às identidades juvenis, Sofiati (2015) destaca que o contexto da secularização não é linear, sendo a religião mais um dos aspectos que compõe o conceito multifacetado de juventude, gerando por suas práticas um paradigma que conforma sua realidade e que o define na sociedade. Nesse cenário, a religião torna-se uma dimensão fundamental da vida dos jovens, constituindo-se como um dos pilares da construção de sua identidade social, principalmente na medida em que facilita a organização desses jovens em grupo (SOFIATI, 2008). Assim, percebemos que a relação entre religião e juventude constitui

um fenômeno complexo quando o jovem se relaciona com algum tipo de religião ou religiosidade, fazendo emergir novas formas de participação social.

Rodrigues (2007) assinala que a religião tem um papel importante em conformar as identidades dos sujeitos, como quando há a adoção de elementos externos que acabam caracterizando grupos e indivíduos. Paralelamente, a autora define como fator de identidade muitas das manifestações extremistas e fundamentalistas de grandes religiões. Salienta ainda que, por vezes, a religião torna-se para o jovem um porto seguro, como quando permite o acesso a redes de solidariedade que oferecem suporte emocional no enfrentamento das vicissitudes próprias dessa fase moratória. Em contraponto, enfatiza que tal relacionamento religioso dos jovens pode vir a impedir seu acesso a outros círculos sociais, posto que o jovem venha a se fechar em suas concepções ou em seu grupo (RODRIGUES, 2007).

De acordo com Novaes (2003), o contexto de massificação dos meios de comunicação leva os jovens a terem facilidades no acesso às religiões, aos textos e às suas ideias, destacando, também, que a liberalização das igrejas, formulada para atrair o público jovem, acabou por criar cultos misturados, como fruto de uma adequação, em certa medida, da religião ao fiel, que passou a aceitar o jovem sem que ele tivesse que se despir de sua imagem primeira, além de permiti-lo vivenciar novas religiosidades e acessar a Bíblia, por exemplo, sem a mediação de vozes autorizadas (NOVAES, 2003). Assim, ao refletir acerca dos imbricamentos entre a juventude e a religião, na diversidade de “mundos” jovens, constituindo diferentes formas de juventude, ou diferentes culturas juvenis, encontramos um fenômeno complexo com características que podem ser específicas, indo além do mundo da cultura, perpassando também o universo transcendente da religião, na medida em que essa juventude busca uma ligação com o sagrado (NOVAES, 2006).

Nesse sentido, a existência de uma desfiliação religiosa em curso, a partir da qual os jovens estariam cada vez mais se emancipando das religiões para buscar uma experiência pessoal de fé, não deve ser entendida como um descompromisso por parte deles para com a religião. Isso porque, muitas vezes, os jovens buscam sistemas ou movimentos religiosos que estabelecem regras rígidas de comportamento, mas acabam não se adequando a eles (RODRIGUES, 2007). Tal ocorrência parece-nos tratar de mais uma das possibilidades dessa conjuntura social, que permite aos indivíduos a oportunidade da escolha.

Nessa parte do texto procuramos apresentar e analisar, ainda de forma inicial, os dados produzidos a partir da aplicação do *survey online* junto aos jovens universitários dos 3º anos dos cursos de licenciatura em Ciências Humanas da Unespar.

A Universidade Estadual do Paraná, instituição pública de Ensino Superior, foi criada em 05 de dezembro de 2013, com câmpus nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Curitiba, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória, que funcionavam até então como faculdades isoladas. Atualmente, possui um total de 67 cursos de graduação, 4 Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e diversos cursos de Especialização em diferentes áreas do conhecimento. Os câmpus da Universidade estão localizados em distintas mesorregiões geográficas do Paraná: Noroeste Paranaense, Norte Central Paranaense, Centro Ocidental Paranaense, Sul Paranaense e mesorregião Metropolitana de Curitiba.

Ao investigar a juventude universitária e sua relação com a religião, a pesquisa conta com os estudantes dos 3º anos dos cursos de licenciaturas da área de Ciências Humanas da Unespar, distribuídos nos seguintes câmpus: Campo Mourão (História, Geografia e Pedagogia); Paranavaí (História, Geografia e Pedagogia); Paranaguá (História e Pedagogia) União da Vitória ((Filosofia, História e Pedagogia).

Considerando apenas os estudantes que responderam a todas as questões, foram contabilizados 262 participantes. Porém, por nossa pesquisa ter como objeto de estudo jovens universitários, um recorte etário foi realizado, considerando-se somente os estudantes de até 29 anos de idade⁷, totalizando, assim, 202 participantes.

Para o levantamento de dados da pesquisa, foi prevista aplicação de um *survey online* a todos os jovens participantes da pesquisa. Por se tratar de uma ferramenta metodológica que permite atingir grande número de pessoas, construindo amostras representativas do ponto de vista estatístico, o *survey online* foi utilizado com o intuito de ser aplicado em curto período de tempo e obter informações mais específicas sobre as características e opiniões do grupo de jovens pesquisados.

O *survey* aplicado foi elaborado com base em outros questionários de autores que trabalham com temáticas similares (STEIL et al., 2001; FERNANDES, 2011; RIBEIRO,

⁷ Considerando as discussões da literatura que relatam a dificuldade para definir as características do “ser jovem”, como os traços comportamentais comum ao grupo, o modo de pensar/encarar o cotidiano, projetos de vida semelhantes, enfim, condições impossíveis de serem alcançadas justamente por se tratarem de sujeitos multifacetados no contexto da contemporaneidade (DAYREL, 2003; NOVAES; MELLO, 2002), optamos, assim, por seguir o recorte do Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), que define esse período da vida do indivíduo como aquele compreendido entre 15 a 29 anos.

2009). Contendo 49 questões, abrange desde os dados socioeconômicos, identificação de gênero e etnia, opção de curso, trabalho e outras indagações diretas, até perguntas abertas para a expressão de opiniões com questões que tematizam a vinculação religiosa e as visões de mundo dela decorrentes, bem como posicionamentos políticos e religiosos, sendo algumas das perguntas perpassadas pela ótica do curso de graduação. O questionário possui a seguinte estrutura: dados pessoais e em seguida informações sobre o curso de graduação (ano de ingresso; turno; câmpus e motivação para a escolha do curso). Na sequência, perguntamos se lembravam de ter participado da primeira etapa da pesquisa em 2014 e algumas questões – para serem marcadas por escala de intensidade (1 a 6, onde 1 significa “discordo totalmente” ou “não ocorre comigo” e 6 significa “concordo totalmente” ou “ocorre comigo”) – sobre assuntos como: se concordam com manifestação religiosa e política na Universidade; infância; preconceitos; engajamento em causas sociais; algumas questões interligadas a temática religiosa etc.). Após essa etapa, entramos efetivamente nas perguntas que abarcam a compreensão religiosa (qual sua religião; o que influenciou a escolha de sua religião; quantas vezes participa de encontros, se participa; o que mais gosta na sua religião; se já mudou de religião, dentre outras questões).

Sobre os dados do questionário, vejamos, inicialmente, o perfil socioeconômico do grupo pesquisado. A primeira tabela mostra a distribuição dos estudantes por câmpus, e a seguinte ilustra a quantidade de participantes por curso de graduação:

Tabela 1: Distribuição dos jovens participantes por câmpus da Unespar.

Câmpus	Jovens participantes da pesquisa	% do total de participantes
Apucarana	19	9%
Campo Mourão	47	24%
Paranaguá	24	12%
Paranavaí	45	22%
União da Vitória	67	33%
Total	202	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 2: Distribuição dos jovens participantes por curso de graduação da Unespar

Cursos de graduação	Jovens participantes por curso de graduação	% por curso
História	42	21%
Geografia	36	18%

Pedagogia	110	54%
Filosofia	14	7%
Total	202	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, a tabela 1 destaca o quantitativo de universitários alcançados nos cinco câmpus da Unespar, sendo importante destacar que o total de participantes não corresponde necessariamente a todos os alunos matriculados nos 3º anos dos cursos de licenciatura em Ciências Humanas da instituição, porque alguns não estavam presentes nos dias que nos disponibilizamos para ir aos câmpus, ou não quiseram participar. Já a tabela 2 permite que visualizemos a exata proporção dos jovens participantes em cada curso de graduação elencado pela pesquisa.

No tocante à idade, a maior parte encontra-se na faixa etária esperada para o jovem frequentar um primeiro curso de graduação, 18 a 24 anos, estipulada por ser o intervalo de idade estabelecido como o mais adequado para esse nível de ensino, com início imediatamente após o término do Ensino Médio (CORBUCCI, 2016). Desse modo, se a idade desejável para conclusão do Ensino Superior é até os 24 anos, podemos considerar que os 151 jovens do nosso universo pesquisado com até 23 anos (75,1%) poderão concluir o curso de graduação com a idade tida como ideal.

Em relação à distribuição por sexo, 25,2% dos participantes são do sexo masculino e 74,8% do sexo feminino. De acordo com as informações divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), essa superioridade percentual está em concordância com a estatística dos matriculados em instituições de educação superior em 2013, sendo que as mulheres predominam nas modalidades de ensino presencial, tendo na educação superior privada a proporção de 57,2% de mulheres para 42,8% de homens, e nas instituições públicas a relação de 51,4% de mulheres para 48,6% de homens (Censo da Educação Superior, 2013). Tal contexto evidencia uma busca por melhores condições de vida por parte dessas jovens, e o aumento pela busca na qualificação de sua mão de obra para uma inserção mais favorável no mercado de trabalho⁸.

Ademais, não podemos olvidar o fato de que o nosso recorte encontra-se situado nos cursos de licenciatura em Ciências Humanas da Unespar, e por isso uma diferença percentual

⁸ Proporção que não se reflete no exercício da docência nas IES, pois tanto na rede privada quanto na rede pública os docentes com maior incidência são os do sexo masculino, tendo a maior parte mestrado quando atuando em instituição particular e doutorado quando em instituição pública (Censo da Educação Superior, 2013), situação que demonstra a necessidade de inserção das mulheres nessa fatia do mercado de trabalho.

tão significativa das mulheres em relação aos homens, visto que, ainda segundo os dados apresentados pela pesquisa do INEP, as áreas do conhecimento que apresentam maior percentual de ingresso para o sexo feminino são “Saúde e Bem-Estar Social” e “Educação”, com 76,6% para as duas na categoria privada e 70,7% para “Saúde e Bem-Estar Social” e 59,9% para “Educação” na rede pública de ensino (Censo da Educação Superior, 2013).

No que diz respeito a cor/etnia, a maioria se declarou branca (67,8%), seguido por pardos (23,8%), negros (7,4%) e indígenas e amarelos (1% cada). O baixo acesso de alguns grupos à Universidade é evidenciado por uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicada em 2015. Nela é demonstrada a proporção entre os anos 2004 e 2014 de estudantes de 18 a 24 anos de idade que frequentam o Ensino Superior por cor/raça. Em 2004 apenas 16,7% da população declarada negra ou parda na faixa etária mencionada estavam em um curso superior contra 47,2% da população declarada branca. Em 2014 a proporção foi de 45,5% jovens negros ou pardos para 71,4% de brancos. Contudo, nota-se que a porcentagem de brancos cursando o Ensino Superior há dez anos é maior que a de negros e pardos em 2014 (IBGE, 2015).

Em relação ao estado civil, constatamos que a expressiva maioria dos participantes é solteira: 155 jovens, representando 76,8% dos universitários pesquisados. As opções “união estável” e “casado apenas no civil” obteve o total de 15 jovens (7,4%) cada, que somados ultrapassam as alternativas “casado apenas no religioso” com 1 respondente (0,5%) e “casado no civil e no religioso”, com 14 (6,9%). Além dessas, 1 jovem (0,5%) disse ser separado(a) e outro 1 (0,5%) viúvo(a). Verificamos, portanto, tratar-se de um grupo de estudantes composto em sua maioria por jovens solteiros e, quando casados/unidos, a maior parte opta por não vincular tal condição a alguma tradição religiosa.

Sobre a trajetória acadêmica, 8 (4,0%) afirmaram ter cursado o Ensino Fundamental em escola particular laica e 4 (2,0%) em escola particular religiosa. Porém, um grupo preponderante de 190 jovens (94,0%) declarou ter cursado essa etapa do processo escolar em escola pública. Na etapa do Ensino Médio, averiguamos uma ocorrência semelhante: 12 (5,9%) disseram ter estudado em escola particular laica, 3 (1,5%) em escola particular religiosa e 187 (92,6%) em escola pública, como demonstra o gráfico a seguir:

Por constatarmos números tão expressivos de jovens formados em escola pública, tanto em nível fundamental quanto médio, percebemos o importante papel que o Ensino Superior público cumpre para a continuidade dos estudos desse grupo, sendo possivelmente a única alternativa para os mais desfavorecidos financeiramente.

Ainda acerca da escolaridade, merecem destaque os dados relativos aos pais e mães. A pesquisa computou que 29 pais (14,4%) possuem nível fundamental completo, ficando as mães em número pouco menor, 23 (11,4%). No entanto, no tocante ao nível médio completo, as mães encontram-se em vantagem com o total de 46 (22,7%), em comparação aos pais, 38 (18,8%). Tal supremacia prevalece também no Ensino Superior, em que 10 mães (5,0%) concluíram este nível acadêmico, em oposição ao quantitativo de 5 pais (2,5%).

Em relação ao nível superior, não contabilizando os 7 pais (3,4%) que deram início a essa etapa educacional, mas ainda não a concluíram, e os 11 jovens (5,4%) que não sabem informar a escolaridade de seus pais, podemos afirmar que 95,1% dos pais não concluíram o nível de graduação. Igualmente, não considerando as 4 mães (2,0%) que deram início a essa etapa educacional, mas ainda não a concluíram, e os 2 jovens (1,0%) que não sabem informar a escolaridade de suas mães, podemos afirmar que 87,2% das mães não concluíram o Ensino Superior, sendo grande parte destes jovens, provavelmente, a primeira geração de universitários da família. Este cenário indica uma mudança de possibilidades ou de perspectiva por parte destes pais e mães, interferindo diretamente na realidade da família no âmbito da ascensão social, se entendemos a Universidade como um espaço do exercício da reflexão e do saber (PRIORI, 2007), além do impacto financeiro que a formação em nível superior pode trazer para a vida do indivíduo. Nesse sentido, Severino (2008) afirma que a inserção do capital humano em determinada localidade é um método para redução da pobreza e melhorias de renda, possibilitando redução das desigualdades sociais.

Destacamos, também, os dados que tangem especificamente ao aspecto econômico desses jovens. A renda familiar de maior incidência é a que se encontra entre R\$ 1.760,01 e R\$ 4.400,00 (2 a 5 salários mínimos)⁹, correspondendo a 92 jovens (45,5%), e a segunda maior, 30,7%, entre R\$ 880,01 e R\$ 1.760,00 (1 a 2 salários mínimos), respectivo a 62 estudantes. Por esta última, conseguimos visualizar o grande número de jovens com baixa renda, além do quantitativo reduzido de jovens que se encontram em estratos mais favorecidos.

Do conjunto de respondentes, 68 (33,7%) relataram trabalhar com carteira assinada e 51 (25,2%) recebem bolsa por encontrar-se vinculados a algum projeto da Universidade. Nesse ponto, vale destacar o quantitativo expressivo de alunos bolsistas na instituição, a maioria vinculada a programas de incentivo a pesquisa científica e de aperfeiçoamento e valorização da docência. Como exemplo deste último, temos o PIBID (Programa Institucional

⁹ Cálculo baseado no salário mínimo do estado do Paraná que em 2016 era de R\$ 880,00.

de Bolsa de Iniciação à Docência), que é bastante expressivo na Unespar, nas diferentes áreas de licenciatura¹⁰. Vale ressaltar que os programas que incentivam a permanência do jovem na Universidade são de extrema importância. Se compararmos o Ensino Superior do Brasil com o de países de alta renda, verificamos que possuímos um índice de evasão muito expressivo, seja por condições econômicas ou culturais. A deficiência registrada nas escolas públicas não pode ser compensada pela reconhecida qualidade das Universidades públicas: a excelência de um nível de ensino precisa atingir o outro. Desse modo, entendemos que as políticas públicas precisam enxergar o Ensino Médio como o caminho essencial ao Ensino Superior e favorecer a permanência desse aluno de baixa renda na Universidade (CARMO et al., 2014).

Ao analisarmos os dados vinculados à percepção/experiência religiosa, incluindo as perguntas de resposta aberta, buscamos relacionar a constituição das identidades desses jovens na interface com o universo religioso. No que concerne à vinculação religiosa, constatamos que os católicos são a maioria, com 109 adeptos (54,0%), seguidos por 32 evangélicos das diversas denominações (15,9%), 5 espíritas (2,5%), 1 afro-brasileiro (0,5%) e 9 ateus (4,4%). Além desses pertencimentos, 4 (2,0%) se identificaram com a opção “religião não determinada ou múltiplo pertencimento” e 24 (11,9%) com a opção “acredito em Deus, mas não tenho religião”, como observado na tabela a seguir:

Tabela 3: Distribuição dos jovens participantes por religião.

Religião/Crença	Quantidade	% do total de participantes
Afro-brasileira (candomblé, umbanda ou outra de origem africana)	01	0,5%
Católica Apostólica Romana	109	54,0%
Espírita	05	2,5%
Igreja Assembleia de Deus	07	3,5%
Igreja Congregação Cristã do Brasil	08	4,0%
Igreja Evangelho Quadrangular	03	1,5%
Igreja Evangélica Adventista	01	0,5%
Igreja Evangélica Batista	10	4,9%
Igreja Evangélica Presbiteriana	01	0,5%
Igreja O Brasil para Cristo	01	0,5%

¹⁰ Este programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos pela Universidade, objetivando valorizar e aperfeiçoar a formação de professores para a educação básica. Fonte: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>.

Testemunha de Jeová	01	0,5%
Religião não determinada ou múltiplo pertencimento	04	2,0%
Acredito em Deus, mas não tenho religião	24	11,9%
Ateu, não acredito em Deus	09	4,4%
Outras	18	8,8%
Total	202	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando os aspectos que possam ter influenciado a escolha de suas religiões, 144 (71,1%) afirmaram que a família inspirou de alguma maneira essa definição, sendo a motivação pessoal a segunda maior referência, com 76 marcações (37,6%), seguida pelos amigos, com 17 (8,4%) e líderes religiosos, com 6 (3,0%)¹¹. Em outro estudo realizado pelo grupo de pesquisa Cultura e Relações de Poder, constatou-se que os jovens sem religião escolheram “motivos pessoais” como o principal influenciador de sua opção de crença, com 81%, sugerindo que a adoção de uma espiritualidade deva estar em conformidade com seus desejos e buscas individuais antes de ser referenciada pela família (BONINI, 2016).

Sobre o tempo de vinculação à religião/crença atual, 124 (61,4%) responderam que a possui desde que nasceu, enquanto 23 (11,4%) afirmaram que possuem a mesma religião/crença há mais de dez anos, 35 (17,3%) há menos de dez anos e 20 (9,9%) desde que entrou no curso de graduação em que se encontra. Em relação à periodicidade com que frequentam os locais de sua religião/crença, 71 estudantes (35,2%) mencionaram ser semanalmente, 49 (24,3%) eventualmente, 31 (15,3%) mensalmente, 12 (5,9%) diariamente e 4 (2,0%) anualmente. Contudo, 35 jovens (17,3%) disseram nunca comparecer nos espaços de culto. Perguntados se paralelamente à sua religião participam de alguma outra, 99 jovens pesquisados (49,0%) responderam que somente em ocasiões especiais; em segundo lugar, 82 (40,6%) afirmaram nunca frequentar outra religião, ao passo que 11 (5,5%) disseram ao menos uma vez por mês e 10 (4,9%) uma vez por semana ou mais.

Em questões de avaliação – nas quais os jovens deveriam expressar seu grau de concordância em uma escala de 1 a 6¹² –, os participantes foram questionados em relação à

¹¹ Nessa questão, os participantes podiam indicar mais de uma opção.

¹² Questão do tipo frases ponderadas para avaliação conforme grau de importância (escala de 1 a 6), onde 1 significa “discordo totalmente” ou “não ocorre comigo” e 6 significa “concordo totalmente” ou “ocorre comigo”. Os outros números significam posições intermediárias. Para a análise dos dados dessa escala de avaliação, em alguns momentos, calculamos uma média ponderada com base no peso atribuído a cada opção de resposta.

perspectiva de frequentarem outras religiões. Do total, 60,9% responderam que discordavam totalmente ou discordavam dessa possibilidade, e somente 23,3% concordaram ou concordaram totalmente, o que demonstra certo contentamento por parte desses jovens em relação à religião à qual se vinculam. Ao mesmo tempo, para a afirmação “as pessoas devem ter só uma religião/crença e seguir suas orientações”, 51,0% discordaram totalmente, e 17,3% concordaram totalmente, revelando que, apesar de satisfeitos com suas práticas religiosas, esses jovens estão abertos a uma eventual mudança de perspectiva e que, também, admitem essa eventualidade na vida do outro.

Indagados acerca de um possível trânsito religioso, 150 jovens (74,2%) responderam que nunca mudaram de religião, enquanto que 42 (20,8%) o fizeram apenas uma vez, 7 (3,5%) duas vezes e 3 (1,5%) até três vezes. Solicitados a exporem as principais razões que os fizeram mudar de religião, destacamos as seguintes respostas:

Nasci fazendo parte da igreja luterana, mas por conta da família ter mudado de igreja, escolhi mudar também (Sexo feminino, 23 anos, Campo Mourão, Evangélica Presbiteriana).

Mudei de religião pois seguia o que me foi ensinado quando criança, a que sigo agora é escolha minha (Sexo feminino, 28 anos, Paranaguá, Evangélica da Comunidade Internacional Aliança com Deus).

Mudei de católico para ateu, devido à questionamentos e reflexões pessoais, por não mais acreditar em algo que de modo geral a sociedade, família e amigos estavam impondo. A partir de uma série de questionamentos e estudos resolvi não crer mais em nenhuma (Sexo masculino, 20 anos, Campo Mourão, Ateu).

Porque não sentia que a religião católica promovesse a auto-reflexão, auto-conhecimento, melhoria íntima e incentivasse todos a transformarmos o mundo à nossa volta para melhor, começando por nós mesmos (Sexo feminino, 28 anos, União da Vitória, Espírita).

De crença eu não mudei, continuo com meus princípios religiosos, no entanto precisei mudar de religião devido ao meu marido, porque precisamos casar em uma religião, então entramos em um acordo e eu passei da presbiteriana Renovada para a católica (Sexo feminino, 23 anos, Campo Mourão, Católica).

Assim, sobre os motivos que fizeram esses jovens mudarem suas crenças, podemos destacar a valorização das escolhas individuais em detrimento do que é preferido pela família; o acompanhamento da mudança de religião vivenciada pela família em algum momento da vida; a relevância dos questionamentos pessoais e a discordância em relação à pressão feita pela família e amigos para seguir uma doutrina específica; o fato de não considerarem a religião anterior promotora da auto-reflexão e incentivadora de caminhos para a transformação social e a necessidade de adequação à religião do cônjuge.

Alguns dados expressam a forte religiosidade desses jovens pela tradição cristã católica. Ao serem indagados acerca da crença em diferentes elementos, verificam-se as seguintes porcentagens: Deus (90,6%), Jesus Cristo (88,6%), Maria como mãe de Jesus (73,8%), Maria e sua virgindade (55,5%), Anjos (77,2%), Santos (51,0%), Espírito Santo (81,2%), ensinamentos da bíblia (70,8%), Igreja (50,5%) e imortalidade da alma (56,4%). Já no tocante à maneira como compreendem a figura de Deus, 121 jovens (59,9%) disseram vê-lo como um pai que ama e se preocupa com cada filho(a), 98 (48,5%) como a personificação do amor e 82 (40,6%) como um amigo para todos os momentos¹³. Tais dados dialogam com outra questão do instrumento: 109 jovens (54,0%) afirmaram concordar totalmente com a afirmação “sinto que um ser superior dá sentido à minha vida”. Igualmente, a crença de que Deus pode dar tudo aos seus seguidores recebeu elevada concordância por parte dos jovens, representando uma média ponderada de 4,0 pontos, em uma escala de 1 a 6.

Em um outro eixo de análise, confrontando os entendimentos desses jovens acerca do campo religioso com relação a seus julgamentos pessoais e as perspectivas sobre o outro, a crença na vida após a morte atingiu a média ponderada de 4,0 (escala de 1 a 6). Já a afirmação de que somente sua religião/crença seria a verdadeira obteve pontuação de 1,8, mostrando uma predisposição desses jovens a aceitar/legitimar crenças diferentes das próprias. A pesquisa também mostrou que 37,1% dos respondentes discordaram ou discordaram totalmente da afirmação “a concorrência entre as religiões por fiéis me faz questionar se alguma delas tem a verdade”, e 38,6% concordaram ou concordaram totalmente, mostrando um equilíbrio de opiniões nesse quesito. E maioria significativa, 58,9%, concordou ou concordou totalmente que “ter fé e crenças é mais importante que ter religião”.

Quando solicitamos que indicassem o grau de confiança (baixa, média, alta e muito alta) em algumas instituições sociais como Governo, Justiça e Organizações religiosas, a que apresentou maior percentual de escolha nas opções “alta” e “muito alta” foram as organizações religiosas (31,0%), seguido da justiça (11,9%) e governo (1,0%), conforme melhor podemos visualizar na tabela abaixo:

¹³ Nessa questão também era possível marcar mais de uma opção.

Tabela 4: Grau de confiança dos jovens participantes nas instituições do país.

<i>Instituições do país</i>	Governo	Justiça	Organizações religiosas
Grau de confiança			
Baixa	148 (73,3%)	77 (38,1%)	52 (25,6%)
Média	52 (25,7%)	101 (50,0%)	87 (43,4%)
Alta	02 (1,0%)	21 (10,4%)	47 (23,1%)
Muito Alta	(0,0%)	03 (1,5%)	16 (7,9%)

Fonte: Dados da pesquisa.

Em contrapartida, na opção “baixa”, o governo ficou com 73,3% da avaliação, seguida pela justiça 38,1% e por último as organizações religiosas com 25,6%. Estes dados sugerem que as religiões e a atuação de seus líderes, consagrados ou leigos, têm sido vistos por esses jovens como a instância social em que depositam maior confiança, se comparados ao Estado e à justiça.

Buscando relacionar as compreensões religiosas às vivências no mundo acadêmico, verificamos que a afirmação “o curso escolhido tem contribuído para modificar minhas concepções religiosas” obteve pontuação de 2,3 (escala de 1 a 6). Contabilizou 3,7 de média a colocação “não acho correto haver manifestações religiosas dentro da universidade”. Na mesma linha de raciocínio, indagados se eram alvo de preconceito na Universidade por não terem uma religião ou crença, a maioria expressiva, 183 respondentes (90,6%), discordou totalmente e apenas 1 (0,5%), concordou totalmente com a afirmação. Ainda dentro de uma ótica que perpassa a vivência na Universidade, na pergunta “considerando sua trajetória no curso de graduação realizado até hoje, que mudanças você considera que houve em sua forma de compreender a religião e/ou outras formas de crença?”, destacamos as seguintes respostas:

Aprendi a importância de questionar nossas crenças e de não ficar preso a elas (Sexo masculino, 22 anos, União da Vitória, Espírita).

A religião pra mim é algo que me dá uma base, mas o foco pra mim é Deus, ele é o centro da minha vida, e mesmo que na Universidade critiquem isso, nunca deixarei de acreditar no meu Deus, pois é ele que eu amo e me sustenta sempre (Sexo feminino, 20 anos, Paranaguá, Evangélica Batista).

Consigo enxergar com mais empatia as crenças das pessoas, tive contato com outras formas de expressões religiosas (Sexo feminino, 20 anos, Campo Mourão, Espírita).

Durante um período da graduação, fiquei sem frequentar uma religião, porque antes eu era da igreja católica apostólica romana. O curso de graduação me fez de [ter] uma nova visão sobre essa crença e suas formas de poder e alienação (Sexo feminino, 20 anos, Campo Mourão, Evangélica da Assembleia de Deus).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A graduação ajudou a compreender diversos questionamentos sobre religião e interpretar fatos que antes não conseguia (Sexo masculino, 20 anos, Campo Mourão, Evangélico da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico).

Por meio dessas falas, verificamos que por vezes há uma preocupação em não deixar o ceticismo e incentivo à reflexão proposto pela Universidade influenciar em sua crença religiosa, ao mesmo tempo em que, em outra circunstância, permitiu ao jovem obter uma visão diferente sobre o mundo e o modo como suas relações sociais estão estruturadas, justamente pelo exercício da reflexividade. Percebemos, também, que, de certa forma, os jovens acreditam em Deus, mas parecem oferecer resistência as institucionalizações das religiões, dogmas e convicções que se apresentam com caráter de certeza absoluta. Por fim, os respondentes mostraram-se incentivados por suas crenças/religiões quando a proposição apresentada de que a religião/crença vivenciada os motivariam a engajar-se na transformação da sociedade computou 3,8 de média.

Considerações finais

Assim, num contexto geral da pesquisa, percebemos que diante do processo de secularização que atinge a sociedade e a diversidade de modos como a juventude se apresenta, as discussões teóricas que tratam da religião na modernidade são consideravelmente importantes para a compreensão da influência de tais dinâmicas na composição das identidades juvenis.

Ao relatar e analisar, de modo inicial, os dados produzidos a partir da aplicação do *survey online*, buscamos identificar e compreender as representações e atuações dos jovens em relação ao campo religioso. Informações como crença/religião, etnia, sexo/gênero, cidade onde mora, trabalho, participação econômica da família, trajetória educacional e escolarização dos pais, entre outras, nos auxiliaram na etapa inicial da construção do perfil desses estudantes.

Posteriormente, os dados mais específicos, aqueles vinculados à percepção/experiência religiosa, permitiram-nos identificar e problematizar as dimensões que tratam da relação do jovem com o campo religioso, incluindo aproximações com a esfera política (como ao analisarmos o grau de confianças nas principais instituições do país), buscando fazer proposições referentes a compreensão identitária desses jovens, objetivo central da pesquisa.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virginia (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

BAUMAN, Zigmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONINI, Lara de Fátima Grigoletto. “**Não tenho religião, apenas a crença em Deus**”: representações político-religiosas dos jovens sem religião da Unespar. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento). Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2016.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2013: resumo técnico. Brasília: Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf. Acesso em: 20 dez. 2016.

CARMO, Erinaldo Ferreira et al. Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, n. 240, p. 304-327, maio/ago. 2014.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Desigualdades no acesso dos jovens brasileiros à educação superior. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa (Orgs.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

FERNANDES, Sílvia Regina Alves. Marcos definidores da condição juvenil para católicos e pentecostais da baixada fluminense: algumas proposições a partir de um survey. **Revista Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 96-125, 2011.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro:

IBGE, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

NOVAES, Regina; MELLO, Cecília Campello. Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos. **Comunicações do ISER**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-103, 2002.

_____. Os Jovens, os ventos secularizantes, o espírito do tempo. **Anais do 30º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2006.

_____. Errantes do novo milênio: salmos e versículos bíblicos no espaço público. In: BIRMAN, Patrícia (Org.). **Religião e Espaço público**. São Paulo: Attar, 2003, p. 25-39.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

PRIORI, Ângelo. Universidade e desenvolvimento regional. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 77, out. 2007.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Religiosidade Jovem**: Pesquisa entre universitários. São Paulo: Loyola: Olho d'Água, 2009.

RODRIGUES, Solange. Como a Juventude brasileira se relaciona com a religião? **Observatório Jovem**, Grupo de pesquisa UFF, Niterói, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. **Educar**, Editora UFPR, n. 31, p. 73–89, 2008.

SOFIATI, Flávio Munhoz. A juventude no Brasil: história e organização. **Passagens de Paris**, Revue Scientifique de l'Association des Chercheurs et Etudiants Brésiliens en France, n.3, p. 1-14, 2008.

STEIL, Carlos Alberto et al. Religião e política entre os alunos de Ciências Sociais: a definição de um perfil. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 2, n. 2, p. 9-35, ago. 2001.

TAVARES, Regina Gomes; CAMURÇA, Marcelo Ayres. “Juventudes” e Religião no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Numem: Revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 7, n. 1, p. 11-46, 2004.

UNESCO. Política de/para/com Juventudes. Brasília, Unesco, 2004.

A MÍMICA COMO ESTRATÉGIA DE PODER E RESISTÊNCIA CULTURAL EM *CALABAR*: UMA LEITURA DA DESCOLONIZAÇÃO DA MENTE

Alba Krishna Topan Feldman¹

Devalcir Leonardo²

Introdução

A teoria crítica pós-colonial oferece um instrumento eficaz na leitura de textos literários e de outros documentos. Ao reler esses textos apresentam-se fissuras em suas estruturas arquitetônicas, assim, possibilita uma nova leitura que desconstrói certezas e suscitam dúvidas em registros historicamente construídos como valor de verdade. O que faz a teoria pós-colonial é demonstrar que estes textos são produtos de um tempo e eleitos como esteticamente elaborados por um grupo hegemônico de poder.

A obra que servirá de fonte para aplicar os conceitos da teoria em questão será a peça *Calabar o elogio da traição* de Chico Buarque e Ruy Guerra, escrito em 1973. Que ficou censurada até 1980, quando foi liberada conforme afirma Fernando Peixoto “24 de janeiro de 1980 o texto de *Calabar* é liberado (ou anistiado) para menores de 14 anos pelo Conselho Superior de Censura” (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 16).

O intuito deste artigo é aplicar o conceito de resistência discursiva somados a mais duas estratégias presentes na dramaturgia de Chico e Guerra: a mímica como ambivalência no discurso pós-colonial, além da tentativa da descolozinação da mente em dois momentos históricos no período colonial e nos anos de 1964-1985.

Portanto, o presente artigo terá como foco de análise o contexto histórico da invasão holandesa em 1630 a 1645; no entanto, a escrita e a encenação da peça demarcam o período totalitário da ditadura militar que teve início em 1964 a 1985. Neste sentido, o discurso de resistência se manifesta por uma ambivalência de momentos históricos. Assim, o conceito de resistência discursiva de Ashcroft (2001) possibilita compreender a violência como elemento constitutivo da formação do Brasil, dando destaque para o período da colonização e da ditadura militar. É importante notar as similaridades nas estratégias de dominação. Sendo assim, a peça *Calabar* fornece uma crítica tanto ao passado como ao tempo presente. Por isso,

¹ Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Letras, UEM, profa.alba@gmail.com

² Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Letras, UEM, devalcirleonardo@gmail.com

sua leitura, encenação e análise crítica pelo viés da teoria pós-colonial tornam-se muito necessários nos dias atuais.

Pós-colonialismo: mímica e descolonização da mente

O processo de colonização deixou marcas profundas nos povos colonizados. Primeiro pelo apagamento de suas raízes tradicionais, principalmente as línguas nativas próprias dos povos autóctones. Além disso, esse processo de colonização foi implementado com muita violência. A empresa colonizadora tem como marco inicial a descoberta das Américas por Cristóvão Colombo, segundo Todorov (1993, p. 80) “A ‘barbárie’ dos espanhóis nada tem de atávico, ou de animal; é bem humana e anuncia a chegada dos tempos modernos”. Esses novos tempos ironicamente se afirmam com a volta da escravidão; prática já superada no ocidente após os impérios gregos e romanos. Em conjunto com a escravidão novas estratégias de dominação foram desenvolvidas pelos colonizadores como a imposição de uma nova língua e o controle disciplinador por meio do monitoramento capaz de assegurar o poder hegemônico à metrópole.

No entanto, o subalterno sempre encontra uma forma de revidar. Para isso, usa-se de estratégias como a mímica e a resistência para manter suas raízes por meio da tradição. Inicia-se um processo de descolonização da mente, segundo Frantz Fanon em sua obra *Os condenados da terra*,

Foi necessária que mais de um colonizado dissesse "isso não pode continuar", foi necessária que mais de uma tribo se rebelasse, foi necessário mais de um levante sufocado, mais de uma manifestação reprimida para que pudéssemos hoje reerguer a cabeça com esta confiança na vitória (FANON, 1968, p. 171).

Como nossa análise parte da peça *Calabar* escrita em 1973, mas que retoma os anos de 1630 a 1645, quando da invasão holandesa no Brasil colônia, faz-se necessário aplicar o conceito de descolonização da mente como mecanismos resistência nos períodos de colonização e pós-colonização. Portanto, no período pós-colonial, o processo de colonização assume a roupagem do imperialismo, neste sentido Bonnici (2012, p. 20) afirma “A crítica pós-colonial é enfocada, no contexto atual, como uma abordagem alternativa para compreender o imperialismo e suas influências, como um fenômeno mundial e, em menor grau, como um fenômeno localizado”.

Outra estratégia de leitura que será aplicado na peça *Calabar* será o conceito de mímica³, neste sentido, se partirá das reflexões de Homi K. Bhabha, especificamente no capítulo *Da mímica e do homem: ambivalência do discurso colonial* (2010). Neste capítulo, o teórico apresenta a mímica como uma forma de resistência do colonizado, pois segundo Bhabha (2010, p. 13) “O efeito da mímica sobre a autoridade do discurso colonial é profundo e perturbador”. Assim, segundo Bhabha a mímica tem como função desestabilizar a autoridade colonial, possibilitando uma dupla visão, vejamos:

A ameaça da mímica é sua visão dupla que, ao revelar a ambivalência do discurso colonial, também desestabiliza sua autoridade. E é uma visão dupla que é o resultado do que descrevi como representação/reconhecimento parcial do objeto colonial (BHABHA, 2010, p. 133, grifos do autor).

A peça, ao retomar na história do Brasil, e a suposta traição de Calabar visto neste novo contexto como “O elogio da traição” faz com que esse duplo olhar se manifeste, pois segundo Bhabha (2010, p. 138) “E nessa outra cena do poder colonial, onde a história se torna farsa e a presença se torna ‘uma parte’, podem ser vistas as figuras gêmeas do narcisismo e da paranóia que se repetem furiosamente, incontrolavelmente”.

Assim, no contexto do imperialismo atual, Thomas Bonnici alerta da importância da crítica pós-colonial como uma forma de romper com a ideologia hegemônica. Segundo o crítico,

Desde a sua sistematização nos anos de 1970, a crítica pós-colonial se preocupou com a preservação e documentação da literatura produzida pelos povos degradados como ‘selvagens’, ‘primitivos’ e ‘incultos’ pelo imperialismo; com a recuperação das fontes alternativas da força cultural de povos colonizados; com o reconhecimento das disposições produzidas pelo imperialismo e mantidos pelo sistema capitalista atual (BONNICI, 2012, p. 21).

Neste sentido, partimos da premissa que a peça *Calabar* representa um documento por retratar um período da história do Brasil muito controverso nos registros oficiais como livros didáticos e fontes historiográficas. Afinal quem foram os traidores? Para responder a esta pergunta, iremos considerar Chico Buarque e Ruy Guerra como dois intelectuais que buscam no entendimento de Fanon (1968) funcionar como “despertador do povo”, assim ao apresentar

³ Por tratar de um termo usado também no teatro, necessita-se estabelecer distinções. Segundo Pavis (2011, p. 243) “O uso atual da palavra (mímica) diz respeito sobretudo aos jogos de fisionomia ou *expressão facial*”. Neste artigo, se aplicará o conceito oriundo das teorias de Bhabha (2010) que afirma a mímica nada mais é do que uma repetição, uma cópia que tenta produzir a diferença.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

um retrato do passado colonial marcado por violência e morte. E ao mesmo tempo responder indiretamente ao slogan “*Brasil: Ame-o ou deixe-o!*” propagado pelas forças hegemônicas no período ditatorial, pelo AI5⁴.

Para ter êxito no processo de descolonização da mente, Fanon apresenta uma valorização da cultura nacional, segundo Bonnici (2012, p. 36) “A dominação colonial existiu para convencer os nativos de que a proposta colonial nada mais era do que banir a escuridão da inexistência da cultura na sua vida e esclarecê-los sobre a única cultura, a européia”. Assim, Fanon reafirma a cultura nacional como fonte de resistência:

a verdade nacional volta-se paradoxalmente para o passado, para o inatual. O que ele visa em sua intencionalidade profunda são as dejeções do pensamento, as exterioridades, os cadáveres, o saber definitivamente estabilizado. Ora, o intelectual colonizado que quer fazer obra autêntica deve saber que verdade nacional é em primeiro lugar a realidade nacional. É-lhe necessário até o lugar em ebulição onde se prefigura o saber (FANON, 1968, p. 186-187).

Para Fanon a resistência passa pela valorização das questões nacionais e define a “verdade nacional” como uma expressão da “realidade nacional”. É na intersecção destes dois planos: verdade e realidade que surge o “saber”, o novo.

Outra possibilidade de novas formas de resistência passa pelo uso da violência, no entanto, Fanon alerta para uma possível armadilha no uso da violência, pois segundo ele,

A violência do regime e a contraviolência do colonizado equilibram-se e correspondem-se uma extraordinária homogeneidade recíproca. Esse reino da violência será tanto mais terrível quanto mais importante fôr o povoamento metropolitano. O desdobramento da violência no seio do povo colonizado será proporcional à violência exercida pelo regime colonial contestado (FANON, 1968, p. 69).

Este ciclo da violência não tende a ser finalizado, pois também funciona como uma estratégia das metrópoles de estabelecer o caos. Assim ao finalizar as guerras novas sínteses de colonos assumirão o poder mantendo a hegemonia da metrópole. Portanto, Fanon (1968, 73) enfatiza que “O aparecimento do colono significa o sincretismo e, portanto, a morte da sociedade nativa, a letargia cultural e a petrificação dos indivíduos. Para o nativo, a vida só pode ressurgir do corpo em putrefação do colono”.

⁴ O Ato Institucional número 5 (AI-5) promulgado pelo general Costa e Silva em 1968. Este ato foi a expressão mais acabada e cruel da ditadura militar no Brasil.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A luta por uma independência nacional pode levar no chamado “nacionalismo ortodoxo”, caracterizado por Fanon com uma repetição dos mesmos métodos opressores dos sistemas coloniais, assumindo uma nova roupagem do imperialismo. Neste sentido Thomas Bonnici afirma:

Fanon foi o primeiro grande teórico do anti-imperialismo, porque via no nacionalismo a extensão, a repetição, e a regeneração de novas formas hegemônicas incompatíveis com a verdadeira libertação nacional. Fanon sugere três estratégias: a criação de laços entre povos que foram separados pelo colonialismo em tribos e cultural autônomas; a dessacralização e a desmistificação da metrópole, a partir da qual um novo sistema de poder substituiria a hierarquia colonial; a valorização da cultura vilipendiada pelo colonizador (BONNICI, 2012, p. 43).

Ao ler os escritos de Fanon como enfatizou Bonnici “o primeiro grande teórico do anti-imperialismo” constitui-se como um importante referencial teórico para compreender as novas formas de dominação do imperialismo nos séculos XX e XXI. Neste sentido, a peça *Calabar* irá materializar essas estratégias de dominação tanto no período colonial quanto período ditatorial. A peça proporciona a seguinte estratégia de leitura: elucidar quem são os traidores, fazendo com que o olhar do leitor/espectador dessacralize o passado e possibilite novas formas de relações de poder não mais opressoras, mas democráticas e libertárias.

Portanto, os dramaturgos denunciam o passado ao aplicar o conceito de traidor não só para Calabar, mas para outros personagens históricos como Mathias de Albuquerque, Frei Manoel do Salvador, Sebastião do Couto e Felipe Camarão. A denúncia da traição se amplia por meio da mímica, pois ao repetir o passado “uma parte” é contada, mas se coloca em dúvida tanto história oficial como o discurso hegemônico do passado e do presente.

A mímica e descolonização da mente em *Calabar*

A dramaturgia de Chico Buarque rompe o tempo e o espaço, pois apresenta de forma crítica e criativa uma denúncia a toda situação de totalitarismo imposto ao ser humano. Segundo Rabelo (1998 p. 208) “Chico toma uma posição claramente favorável aos interesses populares e às liberdades democráticas”. Neste sentido, suas obras como *Roda Viva* (1967), *Calabar* (1973), *Gota d’Água* (1975), *Os Saltimbancos* (1977) e *Ópera do Malandro* (1978) compõem um panteão que expressam no plano da forma e do conteúdo, uma estética inovadora capaz de suscitar uma reflexão crítica em torno de temas como democracia versus totalitarismo; liberdade versus prisão.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A obra que se tomou como objeto de análise deste artigo é a peça *Calabar*. Entre as outras obras já citadas de Chico, a peça *Calabar* é a que mais se aproxima de questões sobre a crítica pós-colonial, pois, ao retratar o passado histórico do Brasil entre os anos de 1630 a 1645, quando da invasão do Brasil pelos holandeses, possibilita aplicar uma leitura da teoria pós-colonialista, tendo como conceitos principais a questão do uso da mímica e o processo da descolonização da mente, ambos estudados por Bhabha (2010) e Fanon (1968), respectivamente.

Os conceitos de mímica e descolonização da mente somam-se na tentativa de *revide* ou de *resistência*. Para ilustrar essa estratégia de resistência, Fanon (1968) preconiza três fases no processo de colonização e a postura do intelectual nativo. Sendo elas a “fase da assimilação”, a “fase da cultura nacionalista” e “fase de luta ou a fase revolucionária e nacionalista”. Na primeira fase, o intelectual nativo assimila a cultura europeia. Na segunda, o intelectual nativo lembra sua identidade autêntica e reage contra a cultura do colonizador. E na última fase, o intelectual começa a inflamar o povo para resistência e busca sua origem.

A peça *Calabar* (2008) apresenta em sua estrutura composicional dois atos. Diálogos curtos, em sua maioria, que demonstra a dinamicidade e a diminuição dos conflitos existenciais. Isso possivelmente torna os personagens livres de uma personalidade romantizada. O texto dramático também é permeado de músicas que complementam a temática da peça aproximando-a de um teatro épico ou dialético próprio dos conceitos de Bertold Brecht⁵.

Ao considerar o contexto de escrita do texto dramático, pode-se deduzir que há um jogo de mímica na composição da peça, mas essa mímica utilizada pelos dramaturgos ganha uma complexidade muito maior pelo discurso irônico ao tornar novo, um fato antigo, como afirma Foucault (1999, p. 26) “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.

Os personagens principais que estabelecem o conflito são em sua maioria figuras históricas, como afirma Peixoto (2008, p. 19) “os personagens são históricos com exceção de Anna de Amsterdã, mas mesmo ela é uma síntese, em certo sentido, de tantas prostitutas importadas nos navios holandeses e todos os fatos são históricos”. Outro personagem curioso da peça é Calabar, pois os conflitos dramáticos desembocam em sua atitude de traição, mas

⁵ Dramaturgo alemão Bertold Brecht (1898-1956), representante de um teatro (alternadamente denominado épico, crítico, dialético ou socialista) e de uma técnica de atuação que favorece a atividade do espectador, graças principalmente ao caráter demonstrativo do jogo do ator (PAVIS, 2011, p. 34).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

Calabar não atua na peça, no momento que inicia o primeiro ato ele está preso e posteriormente é morto e decapitado. Esse fato reafirma o caráter irônico da peça, pois o objetivo é não romantizar Calabar assim como um Tiradentes que é considerado como um herói no imaginário popular. Calabar sai de cena para evidenciar sua “traição”; mas o que se observa é que a prática de trair constitui-se como um fato que perpassa a maioria dos personagens.

A personagem que fala em nome de Calabar é sua companheira Bárbara. Neste sentido, sua trajetória no decorrer da peça também apresenta uma dupla denúncia, pois ao perder Calabar, seu marido, Bárbara denuncia a injustiça por parte dos interesses de Portugal. Além disso, Bárbara denuncia também as condições reservadas às mulheres no período colonial, a prostituição. Configurando assim um processo de dupla colonização da terra e do corpo, como afirma Bonnici (2012, p. 25) “se o homem foi colonizado, a mulher, nas sociedades pós-coloniais, foi duplamente colonizada”. No entanto, Bárbara simboliza a resistência discursiva, segundo Ashcroft (2001), pois luta para manter a autêntica representação da imagem de Calabar. Além disso, Bárbara representa a manifestação da descolonização da mente, pois ela tem consciência da dominação colonial tanto da Holanda como de Portugal.

O primeiro ato inicia-se com um diálogo entre Frei Manoel do Salvador e Mathias de Albuquerque, uma parte deste diálogo passa pela tentativa de Mathias em saber se Calabar delatou outros conspiradores. A presença do Frei demonstra o jogo de poder que a igreja católica exercia naquele contexto. O religioso também fazia um papel duplo, pois servia tanto os holandeses como os portugueses. Nesta fala do Frei percebe-se a descrição de Calabar,

FREI. Neste tempo se meteu com os holandeses um mancebo mestiço mui esforçado e atrevido chamado Calabar. Conhecedor de caminhos singulares nesses matos, mangues e várzeas, levou o inimigo por esta terra adentro, rompendo o cerco lusitano, para desgraça e humilhação do comandante Mathias de Albuquerque. E levou consigo uma mameluca chamada Bárbara e andava com ela amancebado (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 32).

A partir das descrições e por relato da historiografia, Domingos Fernandes Calabar além de um exímio guerrilheiro, usava de seu conhecimento da região para avançar sobre as tropas portuguesas, segundo Mello (2007, p. 291) “tudo indica ter sido Calabar quem familiarizou os holandeses com um estilo de luta em que ele mesmo se distinguiria ao lado

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

dos conterrâneos, neste caso, o conterrâneo é Camarão, cujas táticas de guerra também tinha apreendido com Calabar”.

Outro personagem que se apresenta como uma agente da Companhia das Índias Ocidentais chama-se Holandês, sua participação ora reafirmando as conquistas da Holanda ora fazendo um jogo duplo entre Portugal e Holanda,

HOLANDÊS: Frei, perdão. Que fique entre nós dois. Eu mesmo sou católico romano e se sirvo ao holandês na guerra é apenas por interesse. Se oculto a minha verdadeira religião é para não perder meu cargo. Porque como militar prestei três juramentos de fidelidade: à Companhia das Índias, aos Estados Gerais Holandeses e ao capitão-general. E se me faço de protestante é porque ainda me devem muito do meu soldo. *(Pausa)* Mas assim que me pagarem hei de ir a Roma buscar o perdão do papa pela culpa em que caí (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 36).

Na fala do Holandês transparece a traição por negar o catolicismo por interesses financeiros. Neste ponto, os dramaturgos desvelam e ironizam um dos pilares que impulsionou o processo de colonização, a religião.

Mathias de Albuquerque, o governador de Pernambuco, apresenta seu projeto de transformar o Brasil em imenso Portugal, neste refrão da música *Fado Tropical*: “Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal/Ainda vai tornar-se um imenso Portugal” (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 36). Em outro diálogo Mathias ordena a execução de Calabar

MATHIAS. (Levantando-se)

Hum... sim... Bem, vamos abandonar Porto Calvo dentro de poucas horas. Que antes se queime tudo o que possa vir a servir ao inimigo e que Calabar seja executado em praça pública, para que sua punição sirva de exemplo. Com braço e pregão, para que ninguém falte ao espetáculo, e ao som de tambores, para que palavras perniciosas não sejam escutadas.

FREI. Deus certamente perdoa. E a memória dos homens é curta *(Dá a absolvição em latim) Ego te absoluum... etc.*

MATHIAS. *(Para o oficial)*. Podem dar início a execução. (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 55).

É interessante perceber a tentativa de esconder o discurso de Calabar para que seja lembrado apenas como traidor. Calabar foi executado e seu corpo esquartejado:

OFICIAL: ... Que seja morto de morte natural para sempre na forca... *(Rufos)*... por traidor e aleivoso à sua pátria e ao seu rei e senhor... *(Rufos)*... e seu corpo esquartejado, salgado e jogado aos quatro cantos... *(Rufos)* (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 56).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Após a execução de Calabar entram em cena seus antigos companheiros de combate, o primeiro Dias, “Meu nome é Henrique Dias, Governador dos Pretos, Crioulos e Mulatos de Pernambuco”. Um segundo ex-companheiro de Calabar “Eu sou Dom Antônio Felipe Camarão, Governador-mor de Todos os Índios da Costa do Brasil”. O terceiro e último Sebastião de Souto, um soldado. Estes três eram amigos de Calabar e acabam o traindo por cargos e reconhecimentos. Em uma tentativa de justificar sua postura frente à execução de Calabar, Dias argumenta

DIAS. Escuta aqui moça (Bárbara). Meus pais foram escravos e eu sofri na carne a chibata e a humilhação. Mas disse que ia vencer e venci. E daqui eu saio para seguir vencendo, até que não sobre um holandês nesta terra de Deus. E quando a guerra acabar, bem, aí serei um homem respeitado (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 56).

Os argumentos de Camarão também passam por esse processo ao reafirmar a cultura do colonizador português,

CAMARÃO. E quem é que me obriga a falar feito índio? Eu também posso pensar em português, como cristão que sou. Por que é que vou pra guerra de azagaia, se posso arranjar um mosquete? E quando for pra morrer, pra que é que vou querer virar lua, pedra, cachoeira, bicho, raio de luz, se posso arranjar uma alma e ficar de conversa com Jesus Cristo até o fim dos dias? (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 62).

O índio Camarão deixa bem esclarecido sua tática de sobrevivência. Estes três personagens simbolizam o processo de assimilação da cultura do colonizador, neste estágio, o colonizado se apropria das mesmas táticas do colonizador, primeiramente para sobreviver e posteriormente para ter poder e se diferenciar dos demais colonizados. Assim usam da mímica como uma forma de apropriação e assimilação da cultura dominante.

Neste aglomerado de personagens dois têm um destaque especial, as duas mulheres da peça: a prostituta Anna de Amsterdã e Bárbara companheira de Calabar.

ANNA: Bárbara! (*Bárbara olha a holandesa, depois desvia o olhar, atraída pelo sangue.*) Foi todo mundo embora... Você não pode ficar aqui sozinha! Se eu ainda me lembrasse do que senti, quando perdi pela primeira vez o homem que eu amei, talvez pudesse te dizer alguma coisa... mas foi há tanto tempo... É triste dizer isso, mas nem tenho mais a certeza da cor dos seus olhos... E no entanto eu estremecia de prazer toda vez que ele me olhava... Como estremeço agora... só de lembrar... E nem te conheço direito... Mas talvez seja melhor assim... Senão iríamos lembrar juntas coisas que agora devem ser esquecidas... Coisas que você tem que esquecer... (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 67).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

Nesta passagem, Anna de Amsterdã consola sua nova amiga pela perda do companheiro. Nota-se um profundo sentimento de solidariedade. Anna ao relembrar seu passado e também seu amado, afirma que “quando perdi pela primeira vez o homem que eu amei [...]. É triste dizer isso, mas nem tenho mais a certeza da cor dos seus olhos...” (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 67). O apagamento da memória de Anna também é acompanhado de um conformismo frente à condição de prostituta “Mas talvez seja melhor assim... Senão iríamos lembrar juntas coisas que agora devem ser esquecidas...” (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 67).

Para Bárbara, a morte de Calabar servirá como um exemplo para outros seguirem seu caminho. Calabar faz uma escolha frente aos dois colonizadores, portugueses e holandeses. Sem muita opção, decide-se por fortalecer a conquista holandesa. O fato de um colono (Calabar) possuir uma subjetividade capaz de mudar os rumos de uma guerra, e com isso, pode instaurar uma condição de alteridade do colono frente ao colonizador. Para Bárbara, Calabar deixou a suas ideias espalhadas no chão juntamente com teu sangue, vejamos:

BÁRBARA. Uma amiga... Anna, eu vou contar uma coisa só pra você. Sabe, é até bom eles pensarem que mataram Calabar. Esquartejaram Calabar e espalharam por aí os seus pedaços. Mas Calabar não é um monte de sebo, não. Eu sei que Calabar deixou uma idéia derramada na terra. A gente da terra sabe dessa idéia, colhe essa idéia e gosta dela, mesmo que ande com ela escondida, bem guardada, feito um mingau esquentando por dentro... (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 68).

O resgate da imagem de Calabar sendo revista pelos dramaturgos como um “elogio da traição” faz com que os leitores/espectadores ampliem o painel da traição no contexto colonial e ditatorial. Pois, na peça, em alguma medida, muitos serão retomados como traidores, não apenas Calabar, mas principalmente os personagens representantes da elite ou do povo como Dias, Camarão e Solto. Ao retomar os conceitos de Fanon (1968) sobre o processo de descolonização da mente pode-se aplicar nestas falas de resistência de Bárbara, pois sua atitude enquadra-se na “fase de luta ou a fase revolucionária e nacionalista”. Assim como Fanon preconizou o intelectual colonizado, neste caso, pode ser alegoricamente representado na figura da mulher e sua resistência. Além disso, a figura do intelectual também pode ser materializada tanto em Chico Buarque como do moçambicano exilado no Brasil Ruy Guerra. É interessante lembrar que a própria peça *Calabar* é uma resistência discursiva. A ideia de período nacionalista é a ideia revolucionária de pegar em armas contra os poderes instituídos. Trata-se de atitudes de contraviolência.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

O segundo ato tem como personagem principal Maurício de Naussau, o príncipe holandês enviado pela Companhia das Índias para governar Pernambuco onde se encontrava o centro do poder do Brasil, nos anos de 1630. Os dramaturgos elaboraram a personagem de Nassau com forte teor satírico reforçando a dicotomia entre portugueses e holandeses, ou entre Espanha e Holanda. Nassau também compõe o rol dos traidores, pois seu interesse é dominar os engenhos de cana de açúcar e fazer cessar a guerra para gerar o lucro,

NASSAU. Eu, Maurício de Nassau-Siegen, conde holandês da mui nobre casa dos Orange, que tantos reis e guerreiros têm dado ao país, embarco neste ano de 1637 a caminho de Pernambuco, em terras do Brasil, como Governador-geral plenipotenciário a serviço e mando da Companhia das Índias Ocidentais, carregado de títulos, armas, idéias e um compromisso tácito com o sangue derramado por desconhecidos (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 71).

A chegada apoteótica de Nassau a Pernambuco, na peça, é acompanhada de frevo sendo puxado pela música “Não existe pecado ao sul do Equador”. Tudo isso, reforçado por um discurso político com muitas marcas satíricas destinado ao povo ou aos portugueses, veja:

NASSAU. Como governador-geral de Pernambuco a minha maior preocupação é fazer felizes os seus moradores. Mesmo porque eles são mais da metade da população do Brasil, e esta região, com a concentração dos seus quase 350 engenhos, domina a produção mundial de açúcar. Além do mais, nesta disputa entre Holanda, Portugal e Espanha, quero provar que a colonização holandesa é a mais benéfica (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 74).

Na passagem fica explícito as intenções de Nassau: dominar o centro econômico do Brasil e elevar os métodos da colonização holandesa acima de Portugal e Espanha. Segundo Contrim (1994, p. 87) “os holandeses construíram muitas casas, pontes e ruas, além de realizar obras de saneamento. A cidade ficou mais confortável, e as condições de vida da população melhoraram”. Além da liberdade religiosa, como afirma Galas (2009, p. 175) “Para acalmar os ânimos da população, instituiu uma política de tolerância, sobretudo religiosa, ganhando a confiança do povo e até mesmo do clero”. No entanto, sabe-se que a Companhia das Índias Ocidentais (GWC) implementou processos violentos de colonizações em diversos países, bem como a Companhia das Índias Orientais em toda Ásia. Nesta fala aparecem outras facetas desta colonização holandesa,

NASSAU. Não! Não é simples coisa nenhuma. Esses danados desses portugueses podem ser burros, mas não têm nada de covardes... Os tempos mudaram. Já não se pode apenas chegar, comprar, transportar e revender... Colonizar! É preciso

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

colonizar... Escrivão! Onde diabo se meteu o escrivão (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 74).

A estratégia colonizadora de Nassau transita entre as artes e as armas, pois assim se autointitula “Sou um homem de armas. E um humanista” (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 108). Nassau moderniza Pernambuco construindo pontes e fortes. Mas essa modernização teve um alto custo à Companhia das Índias que operava sempre na condição de ter lucro. Assim, o projeto de megalomania de Nassau chega ao fim:

CONSULTOR. Como interventor da Companhia das Índias e dos Estados Gerais, queria anunciar-lhe oficialmente que sua gestão...
NASSAU. Foi um fracasso.
CONSULTOR. O orçamento...
NASSAU. Estourou.
CONSULTOR. As ações...
NASSAU. Nunca estiveram tão baixas (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 106).

A peça chega a seus quadros finais com uma despedida de Nassau, sempre em um tom irônico, o conde holandês despede do Brasil,

NASSAU. A mesma Companhia que me trouxe, me leva. [...]. A palavra do homem de consciência só pode transformar o passado, mas o passado não tem outra possibilidade de transformação, que não o de ser contado de modo diferente. [...] Adeus terras brasílicas. Bom dia, um dia, Brasil (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 108-109).

A presença quase onipresente de Calabar, mesmo sem sua atuação direta, no primeiro ato. Entretanto, no segundo ato, sua memória vai se tornando mais escassa, pois a única personagem que ainda nutre esperança em fazer justiça é Bárbara, nesta fala do Frei Manoel do Salvador materializa o processo de esquecimento,

FREI (*Para Bárbara*). Calabar é assunto encerrado. Apenas um nome. Um verbete. E quem disser o contrário atenta contra a segurança do Estado e contra as suas razões. Por isso o Estado deve usar do seu poder para o calar. Porque o importa não é a verdade intrínseca das coisas, mas a maneira como elas vão ser contadas ao povo (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 106).

Ao final da peça, o processo de esquecimento de Calabar vai sendo engendrado, pois, Bárbara é a única personagem que reivindica justiça pelo assassinato de seu companheiro. As falas das personagens rompem o tempo e o espaço, possibilitando um novo olhar para o passado sendo “contado de forma diferente” subvertendo os limites da lei. O Frei

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

metaforicamente representa o jogo duplo da igreja católica, principalmente de seus maiores líderes, em apoiar a ditadura ou silenciar-se diante de tantas injustiças. A peça como um todo, representa um jogo de mímica que retoma o passado, mas ao recontá-lo apresenta os dois lados dos processos coloniais e neocoloniais como afirma Bhabha (2010, p. 138) “E nessa outra cena do poder colonial, onde a história se torna farsa e a presença se torna ‘uma parte’, podem ser vista as figuras gêmeas do narcisismo e da paranóia que se repetem furiosamente, incontrolavelmente”.

A fala do Frei também pode representar alegoricamente o discurso de qualquer general ou outro representante do poder hegemônico, pois evidência que a representação do passado está em disputa. No caso de Calabar, ao se retomar seu nome virá apenas a lembrança da traição, no entanto, o historiador Cotrim (1994, p. 65) problematiza o que seria essa traição “O gesto de Calabar foi considerado por muitos historiadores como traição ao Brasil, mas tal julgamento é objeto de controvérsias. Afinal, a que Brasil traiu Calabar? Ao Brasil que antes dessa época pertencia a Portugal e agora estava sob o domínio espanhol?”. Neste sentido, a traição é reafirmada como uma estratégia de dominação, pode-se até lembrar Calabar, mas sempre como traidor.

Portanto, a peça *Calabar* é representada na tentativa de permanente processo de descolonização da mente tendo a história como “uma parte” que está em constante disputa pela sua representação, na tentativa permanente de superar como afirmou Bhabha (2010) a história como farsa, mas que se repete como um mecanismo paranóico reafirmando, segundo o poder dominador, os “heróis” e os “traidores”. Por isso, a afirmativa dos dramaturgos sobre recontar a história ganha todo sentido: “mas o passado não tem outra possibilidade de transformação, que não o de ser contado de modo diferente” (BUARQUE; GUERRA, 2008, p. 108-109).

Considerações finais

A peça *Calabar* (2008) de Chico Buarque e Ruy Guerra apresenta uma releitura da suposta traição de Domingues Fernandes Calabar ao escolher os holandeses em detrimento dos portugueses, como afirma Foucault (1999, p. 26) “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. O acontecimento que faz surgir este “novo” encontra-se na intransigência do regime militar principalmente a partir do Ato Institucional número 5 (AI5) em reprimir as lutas de resistência por liberdade e democracia.

Neste contexto, a peça assume um duplo papel, denunciar e reescrever a história. Essa denúncia é feita em forma de mímica, ao repetir o passado revela-se uma parte deste passado desestabilizando os discursos autoritários, como afirma Bhabha (2010, p. 133) “A ameaça da mímica é sua visão *dupla* que, ao revelar a ambivalência do discurso colonial, também desestabiliza sua autoridade”. Contar os fatos de forma diferente é o que a peça *Calabar* faz, pois desvelam os personagens ligados a elite e ao povo como traidores. Assim, a peça reafirma a atitude de Calabar ao acrescentar um subtítulo “O Elogio da Traição”. Com isso, o jogo da mímica se estabelece não para afirmar o herói, mas o traidor; possibilitando um novo olhar para o passado e para o presente.

Portanto, ler a peça *Calabar* a partir dos conceitos da teoria pós-colonial, faz com que se ampliem as dimensões éticas e estéticas da obra literária. O texto pode não ter sido elaborado em um período colonial, mas sua estratégia de retomar a história colonial possibilita, aos leitores e espectadores contemporâneos, compreender as metamorfoses dos discursos neocoloniais sob a forma hegemônica e imperialista do capitalismo. Logo, a peça elucida em forma satírica que “O que é bom pra Holanda é bom pro Brasil”, assim pode-se acrescentar que “O que é bom pro EUA é bom pro Brasil”, “O que é bom pro o rico é bom pro pobre”. Desde que aqueles que dizem não sejam eleitos como os traidores da história. Assim, a mímica deturpa os fatos para, ao exagerá-los, mostrar os engodos e absurdos do poder. Neste caso, a traição de Calabar é apenas um mote para as outras traições, inclusive a do povo, por não questionar a história.

Referências

- ASHCROFT, B. **Post-Colonial transformation**. London: Routledge, 2001.
- COTRIM, Gilberto. **História e consciência do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- CHICO, Buarque; GUERRA, Ruy. **Calabar: o elogio da traição**. 33 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.
- BONNICI, Thomas. **O Pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2012.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Prefácio de Jean Paul Sartre. Tradução: José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural Collège de France**. Pronunciado em 2 de setembro de 1970. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- GALLAS, Alfredo O. G.; GALLAS, Fernanda Disperati. **O Brasil holandês: a família Nassau: moedas e medalhas**. São Paulo: Ed. do Autor: 2009.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste** 1630-1645. 3 ed. Definitiva. São Paulo: Ed. 34, 2007.

BHABHA, Homi K. Da mímica e do homem: ambivalência do discurso colonial. In: **O Local da Cultura**. 5ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

PEIXOTO, Fernando. Uma reflexão sobre a traição. In: **Calabar: o elogio da traição**. 33 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

RABELO, Adriano de Paula. **O teatro de Chico Buarque**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

EVIDÊNCIAS DA CULTURA EMPREENDEDORA EM REGIÃO DE FRONTEIRA: SURVEY E ANÁLISE DA ATITUDE EMPREENDEDORA SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO POR MEIO DA ESCALA CARLAND ENTREPRENEURSHIP INDEX

Alessandra Leite Prado Ludwig¹

Elton Luiz Ludwig²

Elói Junior Damke³

Introdução

Esta pesquisa consiste em um levantamento inicial de dados para outra pesquisa de mestrado com o tema Histórias de Vida de Mulheres Empreendedoras na Cidade de Foz do Iguaçu/PR. Pretende-se aferir o nível de potencial empreendedor do local das empresárias que serão entrevistadas na pesquisa principal e considerar se o nível geral local reflete elevado grau de competitividade no mercado.

A toda evidência, a presente pesquisa não se presta a esgotar o potencial empreendedor das pesquisadas. A partir de discussões no VI Colóquio Nacional Cultura & Poder (2017), realizado na cidade de Campo Mourão/PR, para apresentação deste estudo observou-se que a aparente limitação metodológica desta técnica *survey* possibilita a riqueza do registro de dados de percepção subjetiva à questionamentos objetivos de atitude.

Utilizou-se neste método como forma de análise o propósito descritivo para identificar atitudes, para o momento do estudo usou-se corte-transversal porque ocorreu em uma só oportunidade. A unidade de análise foi pesquisa individual e não grupal. Como unidade de amostra a referência foi não probabilística, por conveniência. O tamanho da amostra comportou o universo de 168 respondentes, quantidade validada cientificamente por Hair et al (2005) e o instrumento de coleta foi a escala *Carland Entrepreneurship Index – CEI*, instrumento validado e muito utilizado no meio científico.

Para compor a revisão teórica ao questionamento do nível de atitude empreendedora das entrevistadas, o artigo estrutura-se em dois fundamentos, quais sejam: inicia-se a abordagem a partir do fenômeno do empreendedorismo em sua relevância e características e considera em

¹ Mestranda no programa de pós graduação Sociedade Cultura e Fronteiras, Unioeste, adv.leiteprado@gmail.com

² Mestrando no Programa de pós graduação em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade, Unioeste, ludwig.eltonluiz@gmail.com

³ Doutor e professor no Programa de pós graduação em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade, Unioeste, eloi.damke@gmail.com

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

análise a perspectiva de gênero no comportamento do indivíduo empreendedor abordando sobre as condições sociais no mercado de trabalho, desafios, identidades e práticas. Com esta abordagem teórica, delinea-se a metodologia para a realização desta pesquisa e apresentam-se os resultados e conclusões, informando sobre as limitações do estudo e pontos salientes que ensejam pesquisas futuras.

Fundamentação teórica

Em síntese, empreendedorismo é marcado por “uma realidade de imprevisibilidade, competitividade, necessidade de decisões rápidas e pelo aumento da incerteza” (MASSAINI; BARAKAT; GOUVÊA; POLO, 2012, p. 260).

O empreendedorismo é tema de grande importância porque reflete diretamente nas prioridades governamentais, ou seja, “um país com baixas taxas de empreendedorismo tende à estagnação econômica” (INACIO JR; GIMENEZ, 2004, p. 108). A partir do relatório Global Entrepreneurship Monitor – GEM em seu mapeamento constante do empreendedorismo no mundo permitiu-se concluir de fato, que este fenômeno está diretamente ligado ao crescimento econômico e conforme a análise de Fontenele (2010) tal relatório demonstra a mapeia a interação do indivíduo com o meio ambiente que o cerca porque realiza acompanhamento em quase cem países, o que permite avaliar a evolução das práticas e características empreendedoras.

Nesse sentido de percepção de características, constatou-se no último relatório Global *Entrepreneurship Monitor* (GEM 2015), em que o número de empreendedores estabelecidos homens é maior que o de mulheres, porém, entre os empreendedores iniciais, o número de homens e mulheres é similar. Desta constatação, percebeu-se que o perfil feminino demanda maiores investigações em seu perfil de interação no campo empresarial para monitoramento das condições de integração de mulheres no mercado de trabalho, pelo que se propõe o levantamento de dados iniciais sobre o nível atual de potencial empreendedor de mulheres em uma região de desafios multiculturais, em que os produtos precisam atender diferentes culturas.

Neste ponto da atuação, é relevante observar as características do indivíduo que pratica o empreendedorismo e dentro desta análise considerar a perspectiva de identidade de gênero, que possui um fator histórico cultural paralelo de associação de papéis de gênero vinculando o feminino ao espaço doméstico; o feminino é símbolo de reprodução biológica com ênfase na maternidade. “Romper com a associação do feminino com o doméstico não é tarefa fácil, pois

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

implica em se desmontar pressupostos morais, crenças e valores estabelecidos sobre as diferenças entre homens e mulheres. Implica em se questionarem representações de gênero tradicionais que contribuem para criar um meio discursivo em que diferenças socialmente construídas são vistas como inevitáveis e naturais” (CYRINO, 2012, p. 51). Nesse sentido, constata-se que “a divisão sexual do trabalho doméstico está na raiz das diferenças que existem hoje no mercado de trabalho, na esfera de poder das empresas, nos Estados e no plano do saber” (HIRATA, 2006, p. 4).

Cumpra observar os fatores estruturais que influenciam esta performance de gênero através das construções sociais a que se atribuem “papéis de gênero” como forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. Este condicionamento é histórico e reflete categorias de poder na sociedade. Em síntese é uma “categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1989 apud DABAT; ÁVILA, 2012, p. 7). Desta forma, a questão de gênero revela uma premissa de trâmite específico que reflete consequências de desigualdade em relação ao gênero masculino e entre as próprias mulheres, impedindo o pleno desenvolvimento. Ocorre que são impostas obrigações sociais que limitam a plena atuação e integração feminina no meio social o que impede maior intervenção no meio público para concorrência e manutenção de suas famílias. A partir desta premissa observa-se “a questão de gênero como um organizador-chave da globalização neoliberal em que as dinâmicas de trabalho mantêm e agravam um amplo leque de desigualdades sociais” (HIRATA, 2015).

Nesse esteio, o trabalho feminino comporta dois polos, conforme bem explana Hirata:

Um polo, minoritário, é formado por mulheres executivas, profissionais intelectuais de nível superior, relativamente bem remuneradas, em postos de responsabilidade e prestígio social (médicas, advogadas, juízas, arquitetas, engenheiras, jornalistas, professoras universitárias, pesquisadoras, publicitárias, etc.).

Outro polo, majoritário, é constituído por mulheres em setores tradicionalmente femininos, pouco valorizados socialmente e com salários relativamente baixos: empregadas domésticas e diaristas, a segunda categoria profissional mais numerosa no Brasil após o comércio (cf. Oliveira Teixeira, 2013, p. 49), perfazendo cerca de sete milhões, segundo o Censo de 2010; setor público de saúde (auxiliares e técnicas de enfermagem); educação (professoras de pré-escola e ensino fundamental, sobretudo); prestação de serviços (escriturárias, secretárias) e comércio (caixas, vendedoras); profissionais do trabalho de cuidado (babás, cuidadoras) (HIRATA, 2015, p. 5).

Outrossim, recortando-se a análise para o mercado de trabalho executivo pode-se dividir a pesquisa de gênero em duas grandes vertentes: “as executivas assalariadas e as

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

empreendedoras porque possuem formas de inserção, disputas e tensões diferenciadas” (ANDRADE, 2012, p. 23). Destas, para a presente pesquisa foram selecionadas mulheres empreendedoras.

Neste campo, em termos de identidade, trata-se da performance da “terceira mulher” (LIPOVETSY, 2000) que exerce posição de influência no mercado de trabalho e significa a superação do estágio de “mulher do lar”. Caracteriza-se por uma subjetividade própria não mais pertencente unicamente à esfera familiar e menos suscetível aos comandos externos sociais. Explica-se o fenômeno de ascensão desta nova identidade e forma de interação social através da teoria da prática, pela transformação de significados decorrentes da interação entre indivíduo e estrutura; a produção de sujeitos sociais por meio da prática no mundo e da produção do próprio mundo por intermédio da prática (ORTNER, 2007). Nesse sentido também os estudos de Gartner (1988), como fundamental na construção de uma teoria comportamentalista para o empreendedor, que contempla além dos traços de personalidade o seu relacionamento com o ambiente (SHAVER; SCOTT, 1991 apud LIMA; FREITAS, 2014, p. 514).

Dessa forma, além da relevância do estudo do empreendedorismo, destaca-se a importância da perspectiva de gênero para estudo das melhores práticas e estratégias de desenvolvimento deste campo. A contribuição desta pesquisa está em aferir o nível empreendedor feminino em uma região estratégica do ponto de vista econômico para avaliar o potencial de concorrência desta região no mercado de trabalho.

Na sequência, uma abordagem sobre a metodologia empregada. Registram-se as características empreendedoras identificadas correlacionadas com o nível de estudos e idade das entrevistadas. A coleta realiza-se através da técnica de levantamento de dados survey para constatar o nível médio de potencial empreendedor das empresárias na cidade de Foz do Iguaçu/PR e identificar se oferecem elevado grau de competitividade frente ao mercado global.

Escalas de pesquisa e o índice *Carland Entrepreneurship Index* (CEI)

Após exaustiva pesquisa concernente ao empreendedorismo, os especialistas no assunto com reconhecimento da comunidade internacional, Jim e JoAnn Carland, concluíram em 1992 que o empreendedorismo possui 4 pilares: aspectos da personalidade: relativos a necessidade de realização e criatividade; (ii) aspectos relacionados com a inclinação em assumir riscos: atuar na incerteza; (iii) aspectos ligados a inclinação à inovação: procura por processos ou

produtos inexistentes; (iv) aspectos vinculados ao posicionamento estratégico: capacidade de captar as necessidades do mercado e apresentar soluções.

Como forma de medir a atividade empreendedora, Carland, Carland e Hoy (1992) apresentaram uma escala, a *Carland Entrepreneurship Index* (CEI). Ela avalia o potencial empreendedor por meio de metodologia que atribui pontuação avaliativa entre 0 e 33 pontos, sendo considerado o comportamento micro empreendedor o resultado entre 0 e 15 pontos, intermediária entre 16 e 25 pontos e macro empreendedor acima de 25 pontos.

Para os autores da escala CEI, a presença dos 4 pilares demonstram maior ou menor percentual do nível empreendedor, que podem ser mensurados pela escala. Na faixa do macro empreendedor se encontram os visionários, que atuam fortemente na inovação e crescimento dos seus negócios. Para os micro empreendedores o seu negócio é fonte de renda familiar ou abrigo empregatício para sua família, não cria expectativas de crescimento, mas poderá se tornar referência no local onde atua. Carland, Carland e Hoy (1992) identificam muitos dos empreendedores nesses dois cenários.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa se implementou por meio de um levantamento (*survey*) como método de obtenção dos dados. Desse modo, o levantamento foi implementado junto à uma amostra de 168 mulheres empresárias na cidade de Foz do Iguaçu/Pr, adultas, proprietárias de um negócio local, nas imediações de três dos principais bairros locais⁴, incluindo-se também nesta definição de negócio os escritórios de profissionais autônomas, sendo o critério principal para participação na pesquisa: não receber salário.

A representatividade expressa no número de 168 participantes, que apesar de não probabilística, atendeu aos critérios de amostragem estabelecidos por Hair et al. (2005), de que o número mínimo de observações por variáveis deve ser superior a cinco.

Para a coleta dos dados primários foi utilizado o índice *Carland Entrepreneurship Index* (CEI), desenvolvido por Carland e Carland (1996), índice este decorrente de uma gama de estudos sobre empreendedorismo e sintetiza a função empreendedora. Tal instrumento é um dos mais conhecidos e respeitados na literatura do campo (INÁCIO JUNIOR; GIMENEZ, 2004). A classificação conforme a pontuação obtida, além de indicar a faixa geral de

⁴ A coleta ocorreu em algumas das principais vias comerciais da cidade, a saber: Na região central foram consultadas as empresas situadas na Av. Brasil, Av. Juscelino Kubitschek e Av. Almirante Barroso. Na região da Vila "A" a Av. Silvio Américo Sasdeli, Av. Paraná e Av. Andradina. No Jardim Panorama, a Av. República Argentina.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

classificação: de micro-empendedor (0 a 15) à macro-empendedor (26 a 33), como também a faixa intermediária (16 a 25), permite também identificar em meio à quatro elementos, quais os níveis dominantes e quais precisam ser desenvolvidos. O primeiro nível indica traços de personalidade; o segundo, propensão à inovação; o terceiro, a propensão ao risco e o quarto nível uma postura estratégica.

O CEI consiste em um questionário objetivo, contendo 33 questões, com alternativas em pares para escolha de uma afirmativa. Exige pouco tempo para organizar as respostas pelo entrevistado e ao pesquisador é de fácil tabulação. Foi validado no Brasil por Inácio Junior e Gimenez (2004) que traduziram a escala, aplicando as entrevistas a membros da comunidade em geral, alunos de graduação e pós-graduação em administração de duas instituições de ensino superior e por proprietários-gerentes das empresas residentes nas incubadoras tecnológicas do Estado do Paraná, concluindo pela validade do instrumento traduzido quando aferiu resultados positivos nos testes de confiabilidade *split-half* e *Alfa de Cronbach*.

A análise dos dados baseou-se em técnicas estatísticas univariadas. Esta iniciou-se com a caracterização da amostra do estudo, buscando verificar as características sócio-demográficas das respondentes. Por conseguinte, foi implementada estatística descritiva por meio do cálculo das frequências a fim de caracterizar as faixas empreendedoras pelas quais se inserem os representantes da amostra desta pesquisa.

Expostos os antecedentes teóricos e metodológicos, a próxima seção analisa e apresenta os resultados do estudo.

Apresentação e análise de resultados

Primeiramente são apresentadas as faixas etárias das respondentes, que perfizeram total de 141 casos válidos. O total de entrevistadas foi de 168 respondentes, porém nem todas se dispuseram a revelar suas idades. Verificou-se que a idade média é de 40 anos e que a maioria das respondentes se encontram nas faixas de 26 a 41 anos. A distribuição da quantidade de respondentes por faixa etária está demonstrada na tabela 1.

Tabela 1: Caracterização das faixas etárias.

Intervalos Anos	Quantidade	Frequências	Idade Média
18 – 25	10	7,09%	40
26 – 33	34	24,12%	
34 – 41	37	26,24%	
42 – 49	25	17,73%	
50 – 57	25	17,73%	
58 – 65	10	7,09%	
Total	141	100%	

Fonte: Pesquisa de campo.

Podemos observar no aspecto escolaridade uma forte concentração em segundo grau completo com 30,95% das respondentes, que, somados com curso superior completo e incompleto perfazem 70,83%. O nível primeiro grau incompleto foi irrelevante com 1,79% e 4,76% possuíam o primeiro grau completo. Os que declararam possuir o segundo grau incompleto foram 3,57%. Já no extrato pós-graduação lato sensu o percentual foi de 16,67% e com mestrado 2,38%, conforme pode ser visualizado na tabela 2.

Tabela 2: Nível de escolaridade.

Classificação	Frequência	Percentual
Primeiro Grau Incompleto	3	1,79%
Primeiro Grau Completo	8	4,76%
Segundo Grau (Ensino Médio) Incompleto	6	3,57%
Segundo Grau (Ensino Médio) Completo	52	30,95%
Superior Incompleto	26	15,48%
Superior Completo	41	24,40%
Especialização (lato sensu)	28	16,67%
Mestrado	4	2,38%
Doutorado	0	0
Total	168	100%

Fonte: Pesquisa de campo.

Em seguida realizou-se os testes de assimetria, curtose, desvio padrão e a verificação dos histogramas visualmente, como forma de assegurar a normalidade dos dados, de acordo com a metodologia explanada. A confiabilidade e validade foram alcançadas, tendo por base o estudo feito por Junior e Gimenez (2004), tradutores da escala CEI. Estes testes tiveram a confiabilidade assegurada uma vez que as variáveis da escala obtiveram rendimentos menores que o limite ± 3 , de acordo com Schumacker e Lomax (2004).

Vencida a etapa da normalidade e considerando a escala de Carland, Carland e Hoy (1992), realizou-se a análise do perfil empreendedor. A escala parte do zero, quando o respondente não faz nenhuma pontuação, podendo chegar ao máximo de 33 pontos. É

caracterizado como micro-empendedor aquele que obtiver pontuação entre 0 e 15 pontos; intermediário quando sua pontuação estiver compreendida entre 16 e 25 pontos; e macro-empendedor a partir dos 26 pontos. Os níveis de atitude empendedoras estão demonstrados na tabela 3.

Tabela 3: Atitude Empendedoras.

Nível de atitude empendedoras	Frequência	Percentual	Média de pontos
Micro-empendedor	46	27,38%	13,43
Intermediário	121	72,02%	19,65
Macro-empendedor	1	0,60%	26
Total	168	100%	19,69

Fonte: Desenvolvido para esse estudo.

Do montante total de 168 observações válidas, 27,38% são caracterizadas como micro-empendedoras, o que em números absolutos corresponde a 46 pessoas. De acordo com Carland, Carland e Hoy (1992), essas empresas possuem forte característica familiar, geradoras de renda e abrigo de emprego aos familiares. São importantes para suas proprietárias, mas não sua maior ambição e geralmente não vislumbram o crescimento em suas metas.

Empendedoras intermediárias, definidos por Carland, Carland e Hoy (1992), somaram 121 mulheres, uma maioria esmagadora, e respondem percentualmente por 72,02 % do total da pesquisa. Mais propensos à inovação que os micro-empendedores, canalizam suas ações para a melhoria dos processos e produtos já estabelecidos no mercado, vislumbrando reconhecimento e retorno financeiro. Com apenas 1 respondente na faixa dos macro-empendedoras, é caracterizada por uma pessoa que busca à inovação e que pretende mudar toda uma indústria, seja transformando-a ou mesmo criando uma nova. Na pesquisa seu percentual foi de 0,60%.

Considerando os quatro pilares apresentados no referencial teórico, Postura Estratégica, Propensão à Inovação, Propensão ao Risco e Traços de Personalidade, a tabela 4 mostra o percentual de acertos das mulheres empendedoras de Foz do Iguaçu/Pr, através da análise das frequências.

Tabela 4: Características das empreendedoras.

Característica	Percentual
Postura Estratégica	52,59%
Propensão à Inovação	52,98%
Propensão ao Risco	81,55%
Traços de Personalidade	50,25%

Fonte: Desenvolvido para esse estudo.

Diante destes resultados, podemos constatar comportamento mediano para a Postura Estratégica, Propensão à Inovação e Traços de Personalidade, que dialogam com a faixa intermediária, de 19,69 pontos da escala CEI – *Carland Entrepreneurship Index*. A propensão ao risco demonstra um percentual superior, de 81,55%, demonstrando que as entrevistadas possuem alta propensão ao risco, na interpretação das variáveis envolvidas. Os achados deste estudo cumprem seu papel de analisar a atitude empreendedora sob a perspectiva de gênero, por meio da escala CEI em região de fronteira.

Para além dos resultados gerais deste estudo, importa salientar também os resultados de perfil empreendedor e nível de escolaridade por faixa etária. Dividindo-se as faixas etárias em três grupos obteve-se as seguintes faixas: a primeira com idade até 25 anos, a segunda com idades entre 26 a 41 anos e a terceira faixa com idades acima de 42 anos, donde se constatarem resultados mais específicos conforme a fase de vida das mulheres.

Para o primeiro grupo, dentre as entrevistadas que relevaram sua idade, na faixa de até 25 anos compuseram o total de 10 (dez) participantes sendo 2 na categoria de micro-empreendedoras (pontuação 0-15 na escala CEI) e 8 participantes na categoria intermediária (16 a 25 pontos na escala CEI).

Tabela 5: Perfil empreendedor na faixa com idade até 25 anos.

Característica	Percentual
Micro-empreendedoras (0-15 pontos)	20%
Intermediárias (16-25 pontos)	80%

Fonte: Desenvolvido para esse estudo.

A maior incidência exata foi da idade de 25 anos que fez o total de 4 integrantes para o total de 10 respondentes desta faixa etária. Para este primeiro grupo o percentual de empreendedoras encontra-se na faixa de 80% na categoria intermediária e o grau de escolarização predominante situa-se no nível de educação superior incompleta com 4 integrantes, seguido pelos níveis de educação superior completa e segundo grau incompleto

com 2 integrantes em cada categoria, após o 1º grau incompleto e 2º grau completo com 1 resultado para cada nível

Tabela 6: Faixa etária até 25 anos e nível de escolaridade.

Característica	Número de respondentes
Primeiro Grau Incompleto	1
Primeiro Grau Completo	0
Segundo Grau Incompleto	2
Segundo Grau Completo	1
Superior Incompleto	4
Superior Completo	2

Fonte: Desenvolvido para esse estudo.

Na sequência, na faixa de 26 a 41 anos, verificou-se um total de 71 participantes nesta categoria 17 respondentes alcançaram a pontuação de micro-empendedoras (pontuação 0-15 na escala CEI) e 54 participantes na condição de empreendedoras intermediárias (16 a 25 pontos na escala CEI). Dentre os resultados gerais desta categoria o percentual foi de 76,05% de empreendedoras intermediárias e o nível escolar predominante está empatado entre segundo grau completo e superior completo com 20 respondentes em cada categoria, seguido do nível de pós graduação com 15 respondentes, após, superior incompleto com 11 resultados e por fim mestrado e primeiro grau completo com 2 resultados cada e primeiro grau incompleto com 1 caso dentre as respondentes.

Tabela 7: Faixa etária de 26 a 41 anos para nível de escolaridade.

Característica	Número de respondentes
Primeiro Grau Incompleto	1
Primeiro Grau Completo	2
Segundo Grau Incompleto	0
Segundo Grau Completo	20
Superior Incompleto	11
Superior Completo	20
Pós Graduação	15
Mestrado	2

Fonte: Desenvolvido para esse estudo.

Na terceira faixa, acima de 42 anos, constatou-se um perfil de 65% das respondentes na faixa intermediária, 33% na faixa de micro-empendedoras e 1,66% na categoria de macro-empendedoras.

Tabela 8: Perfil empreendedor na faixa acima de 42 anos.

Característica	Percentual
Micro-empreendedoras (0-15 pontos)	65%
Intermediárias (16-25 pontos)	33,33%
Macro-empreendedoras (26-33 pontos)	1,66%

Fonte: Desenvolvido para esse estudo.

Como perfil educacional, constatou-se, nesta faixa acima dos 42 anos, predominância para o segundo grau completo, com 25 das respondentes, seguido pelo nível superior completo, com 11 casos, logo mais pós-graduação, com 9 casos, seguido por superior incompleto, com 8 casos. Primeiro grau completo e segundo grau completo com 2 casos cada e primeiro grau incompleto com 1 respondente.

Tabela 9: Faixa etária acima de 42 anos para nível de escolaridade.

Característica	Número de respondentes
Primeiro Grau Incompleto	1
Primeiro Grau Completo	2
Segundo Grau Incompleto	2
Segundo Grau Completo	25
Superior Incompleto	8
Superior Completo	11
Pós Graduação	9
Mestrado	2

Fonte: Desenvolvido para este estudo.

Desta forma, o perfil de atitude empreendedora, dividido por faixa etária confirma a vocação empreendedora intermediária com maior incidência entre as mulheres mesmo em idades distintas e quanto ao nível educacional observa-se elevação do nível escolar entre as faixas mais jovens, no entanto verifica-se que o nível escolar não guarda relação direta com o perfil de atitude empreendedora. Ressalta-se, contudo que o único caso registrado de macro empreendedora entre as entrevistadas a idade era de 54 anos e possuía grau de mestrado, o que indica que os estudos não determinam mas podem influenciar favoravelmente nos índices de atitude empreendedora. Os achados deste estudo cumprem seu papel de analisar a atitude empreendedora sob a perspectiva de gênero, por meio da escala CEI em região de fronteira.

De outro modo, dentre as 27 respondentes que não revelaram a idade os resultados foram 7 micro-empreendedoras (com pontuação 0-15 na escala CEI) e 20 com perfil intermediário (16-25 pontos na escala CEI). Dentre este universo de 16,07% das respondentes, 25,92% são micro-empreendedoras e 74,07% são intermediárias.

Tabela 10: Perfil empreendedor das respondentes que não revelaram a idade.

Característica	Percentual
Micro-empreendedoras (0-15 pontos)	25,92%
Intermediárias (16-25 pontos)	74,07%

Fonte: Desenvolvido para esse estudo.

Neste grupo das que não revelaram a idade também observou-se o grau de escolaridade em que 3 respondentes concluíram o primeiro grau, 2 apresentaram segundo grau incompleto, 8 registraram segundo grau completo, 2 acusaram superior incompleto, 8 superior completo e 4 indicaram possuir pós graduação. Neste ponto a predominância do grupo aponta para empate nos níveis de segundo grau completo e superior completo.

Tabela 11: Faixa etária acima de 42 anos para nível de escolaridade.

Característica	Número de respondentes
Primeiro Grau Incompleto	0
Primeiro Grau Completo	3
Segundo Grau Incompleto	2
Segundo Grau Completo	8
Superior Incompleto	2
Superior Completo	8
Pós-Graduação	4
Mestrado	0

Fonte: Desenvolvido para este estudo.

Assim, apresenta-se os resultados desta pesquisa que confirmaram os resultados gerais tanto a nível de faixa etária, quanto entre as respondentes que não revelaram a idade de que o perfil empreendedor das iguaçuenses é intermediário. Também observou-se que o nível de escolaridade não guarda relação com o perfil empreendedor e que a predominância de nível escolar tanto a nível geral, quanto nas categorias de faixa etária, como entre as que não revelaram a idade aponta para níveis muito próximos de estatística entre segundo grau completo e superior completo o que abre questionamentos para aprofundamento de estudo das causas deste padrão.

Considerações finais

O fator escolaridade local chama a atenção porque ao contrário dos indicadores apontados pelo IBGE (2012) de registro de elevado nível de escolaridade feminina, entre as empreendedoras iguaçuenses mais da metade (55,95%) não possui titulação de nível superior, estando grande parte ocupando a faixa de segundo grau completo e superior incompleto. Tal

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

fato revela obstáculos primários de capacitação efetiva para desenvolvimento da cultura empreendedora entre o quadro geral das entrevistadas.

Observa-se que as vias pesquisadas ocupam regiões de destaque no comércio local e a média de idade das pesquisadas revela maturidade para ocupar estes espaços. Da mesma forma, o nível médio de orientação empreendedora está posicionado na faixa mediana, o que indica fatores positivos de integração feminina na cultura empreendedora.

A característica empreendedora mais desenvolvida nas empreendedoras iguaçuenses é a propensão ao risco. A postura estratégica e inovadora, bem como os traços de personalidade das empresárias iguaçuenses alcançaram a marca de aproximadamente cinquenta pontos percentuais em média, o que indica que a cultura empreendedora é efetiva é partilhada entre metade das mulheres entrevistadas somente, o que vem a influenciar no processo de consolidação de empresas.

Dentre os resultados por faixa etária e entre as que não revelaram a idade o perfil empreendedor e os níveis escolares não se alteraram significativamente, demonstrando um padrão que se confirma e merece aprofundamento de estudo para suas causas tanto quanto a investigar os motivos de não incidência maior de níveis característicos de macro-empreendedoras, bem como questionar o motivo de tantas empreendedoras apresentarem apenas o nível de segundo grau completo, investigando se existe uma cultura de desnecessidade de titulação ou enfrentamento de dificuldades que não permitam a continuidade dos estudos.

Ainda em tempo, cumpre registrar algumas limitações desta pesquisa. Registra-se como dado de pesquisa a grande dificuldade em se obter respostas pela via eletrônica, ao que foi necessário proceder o contato pessoal em 147 entrevistadas. Destas, observou-se que o fator “solicitude da proprietária” coincidia com empresas de alto fluxo de clientes e prestígio no meio comercial.

Alcançar o número necessário de participantes demandou energia e tempo porque além do fator disponibilidade das empresárias, também contou o fator cultural de desconhecimento dos procedimentos científicos pela baixa incidência de abordagens de pesquisas na comunidade, especialmente pela via eletrônica, levando a uma rejeição inicial pela maioria das entrevistadas.

Com a característica de perfil dinâmico prevalente, muitos foram os casos de recusa à entrevista alegando falta de tempo. A grande maioria das entrevistas foram coletadas pessoalmente sob a leitura dos pesquisadores e resposta concomitante das entrevistadas. Dos

formulários que eram deixados nas empresas para posterior recolhimento a maioria não foi respondido, outros foram descartados. Apenas alguns poucos foram preenchidos sem a presença dos entrevistadores e entregues posteriormente.

Referências

- ANDRADE, S. R. de. **“Eu sou uma pessoa de tremendo sucesso”**: representações, identidades e trajetórias de mulheres executivas no Brasil. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil- CPDOC. Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro, 2012.
- CARLAND, J; CARLAND, J. A.; ENSLEY, M. D. Hunting the Heffalump: the theoretical basis and dimensionality of the Carland Entrepreneurship Index. **Academy of Entrepreneurship Journal**, Pittsburgh, v. 7, n. 2, p. 17-31, 2001.
- CARLAND, J. W.; HOY, F.; BOULTON, W. R.; CARLAND, J. A. C. Differentiating entrepreneurs from small business owners: a conceptualization. **Academy of Management Review**, New York, v. 9, n. 2, p. 354-359, 1984.
- CARLAND, J. W.; HOY, F.; BOULTON, W. R.; CARLAND, J. A. C. An entrepreneurship Index: an empirical validation. **Frontiers of Entrepreneurship Research**, Boston, v. 25, n. 3, p. 244-265, mar. 1992.
- CYRINO, R. **Mulheres Executivas**: a divisão do trabalho doméstico à luz dos estereótipos de gênero. Coleção sociedade & cultura. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.
- DABAT, C. R.; ÁVILA, M. B. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica, p. 7. Tradução do original SCOTT, J. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em http://compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/JoanScott_Genero_umacategoriautil.pdf. Acesso em: 19 out. 2016.
- DAMKE, E. J.; HIJAZI, M. M.; MOREIRA, L. F.; BENITEZ, J. R.; DAMKE, J. F. W. Atitude Empreendedora e Desempenho Organizacional em Micro e Pequenas Empresas: um Estudo no Setor de Varejista de Confecções de Curitiba. Seminários em Administração, **Anais XVIII SEMEAD**, nov. 2015.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Relatório Executivo de Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba, Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), 2015.
- HAIR, J. F. Anderson, R. E., Tatham, R. L.; Black, W. C. **Análise multivariada de dados**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HIRATA, Helena. **Entrevista**: Helena Hirata, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tes/v4n1/13.pdf>. Acesso em: 13 maio 2017.
- HIRATA, Helena. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero**: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa, 2015. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2017.
- IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME. **Mulher no mercado de trabalho**: perguntas e respostas, 2012. Disponível em:

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf. Acesso em: 10 out. 2016.

INÁCIO JUNIOR, E.; GIMENEZ, F. A. P. **Potencial Empreendedor**: um instrumento para mensuração. *Revista de Negócios*, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 107-116, abr./jun. 2004.

LIMA, R. C. R.; FREITAS, A. A. F. Personalidade empreendedora, recursos pessoais, ambiente, atividades organizacionais, gênero e desempenho financeiro de empreendedores informais. **RAP Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 511-531, março/abr. 2010.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MASSAINI, S. A.; BARAKAT, S. R.; GOUVÊA, M. A.; POLO, E. F. Empreendedorismo e competitividade global: uma análise multivariada de dados. **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 5, n. 2, jul./dez., 2012.

ORTNER, Sherry B. Uma atualização da teoria da prática. In: GROSSI, M P; ECKERT, C; FRY, P H (Orgs.). **Conferências e diálogos**: saberes e práticas antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 19-44.

SCHUMACKER, R. E.; LOMAX, R. G. **A beginner's guide to structural equation modeling**. 2 nd. Ed. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2004.

RELIGIÃO E POLÍTICA: A INSTITUIÇÃO DO DIA DO EVANGÉLICO EM CAMPO MOURÃO, PR

Amanda Costa Pinheiro¹

Frank Antonio Mezzomo²

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro³

Introdução

O objetivo principal deste trabalho consiste em discutir a presença dos evangélicos na política, a partir da análise, tramitação e aprovação do Projeto de Lei 168/2013 para instituição do Dia do Evangélico no município de Campo Mourão, estado do Paraná. O referido projeto, de autoria de um agente religioso, integrante do Legislativo Municipal, embora tenha causado algumas controvérsias, foi aprovado por unanimidade pelo Legislativo e sancionado pelo Poder Executivo de Campo Mourão.

Cabe ressaltar que este trabalho é parte do resultado da pesquisa de mestrado intitulada, Religião e Política: análise dos mandatos de agentes religiosos no Legislativo Municipal de Campo Mourão, na qual foram analisados três anos (2013-2015) dos mandatos de dois agentes religiosos, eleitos em 2012, Edilson Martins da Igreja Assembleia de Deus e Toninho Machado da Igreja Presbiteriana Renovada. Ambos apresentaram proposições relacionadas a diversas áreas, como saúde, educação, segurança pública, dentre outras. A religião também se fez presente no mandato destes vereadores, em proposições que analisamos por meio de três grandes eixos: eventos públicos, calendário civil e educação.

Portanto, o projeto de lei para instituição do Dia do Evangélico, de autoria do agente religioso Edilson Martins, relaciona-se diretamente ao calendário civil municipal. Para Le Goff (1984), o calendário é um objeto cultural e social, pois é por meio dele que a sociedade organiza seu cotidiano temporalmente. Desta forma, o calendário é um instrumento que gere a vida em sociedade, pois nele estão inseridos os dias destinados ao trabalho, bem como as festas e os dias de descanso. Por esta razão, o autor também o entende como um “dos grandes emblemas e instrumentos de poder” (LE GOFF, 1984, p. 260). Compartilhando desta compreensão, podemos dizer que esta proposição busca dar visibilidade às datas

¹ Unespar/Campo Mourão, e-mail: amanda.pinheiro@ifpr.edu.br

² Unespar/Campo Mourão, e-mail: frank.mezzomo@gmail.com

³ Unespar/Campo Mourão, e-mail: crispataro@gmail.com

comemorativas já incluídas no calendário municipal, como forma de expressar as articulações de determinada parcela da sociedade: os evangélicos.

Assim, o trabalho está dividido em duas seções, a primeira apresenta o autor do Projeto de Lei para instituir o Dia do Evangélico em Campo Mourão, o vereador Edilson Martins, por meio de alguns aspectos da sua campanha eleitoral em 2012 e atuação política de modo geral nos três primeiros anos de mandato (2013-2015). Na segunda seção, passamos a discutir a tramitação, aprovação e posteriores comemorações do Dia do Evangélico no município.

Edilson Martins: campanha eleitoral e atuação política

Durante o período da campanha eleitoral de 2012, Edilson Martins apresentou, como material de campanha, santinhos, adesivos, placas, perfurades e jingles, utilizando como lema “trabalho e determinação”. Para se apresentar aos eleitores, ressaltou o fato de ser filho de um ex-vereador de Campo Mourão, Salvador Martins, ser casado e pai de um filho. Apontou ainda sua graduação em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Paraná, e seus cargos na direção de diversas políticas públicas no município, destacando o fato de ter participado de vários conselhos municipais e coordenar o escritório regional da então Deputada Estadual Marla Tureck (MATERIAL DE CAMPANHA, 2012).

Edilson Martins contou com o apoio explícito da Igreja Assembleia de Deus (AD), da qual é membro desde os 13 anos. Foi eleito com 1.428 votos, obtendo a terceira maior votação do município. A pesquisa realizada por Mezzomo, Pátaro e Onofre (2014) expõe a forma de organização que a Igreja Assembleia de Deus utilizou para escolha do candidato oficial, com base no relato de Edilson Martins em entrevista concedida aos pesquisadores. Segundo o candidato, a AD realizou uma prévia durante seis meses, quando os membros da Igreja deveriam sinalizar o interesse em se candidatar a vereador. Dentre as pessoas que demonstraram interesse, Edilson foi escolhido com 99% de aprovação. Diante deste fato, o candidato, apesar de não ser o único membro da Igreja a se candidatar no município, parece ter recebido apoio massivo dos pastores e da maioria dos membros desta denominação religiosa.

Segundo o candidato, a estratégia utilizada pela Igreja em 2012 para escolha de um representante oficial obteve melhores resultados em relação à campanha de 2008, ocasião em que a AD não escolheu um candidato oficial e nenhum foi eleito (MEZZOMO; PÁTARO; ONOFRE, 2014). Para a campanha de 2012, enfatizou Edilson Martins, contou-se com a

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

participação das Igrejas evangélicas e seus membros, pois além da Igreja em que participa, mais seis ou sete denominações religiosas do segmento evangélico estavam colaborando com sua campanha e fazendo divulgação no interior dos templos. A Imagem 1 apresenta à esquerda o pastor Flavinei Barbosa de Souza, vice-presidente da Igreja Assembleia de Deus, e à direita o pastor Cerino Barbosa da Igreja Assembleia de Deus (Sede), demonstrando o apoio ao candidato Edilson Martins.

Imagem 1: Pastores da Assembleia de Deus declarando apoio a Edilson Martins.



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e relações de poder.

Assim como os pastores acima mencionados, vários outros membros da Igreja Assembleia de Deus, além de outras denominações evangélicas, também manifestaram apoio ao candidato por meio de material de campanha. Ademais, no entendimento de Edilson Martins, seu pertencimento religioso o diferencia em relação aos demais candidatos, pois o fato de pertencer a uma Igreja, segundo ele, demonstra suas boas intenções. Esta visão do agente religioso fica clara no trecho da entrevista em que afirma:

Uma pessoa que não tem o conhecimento, se você pedir para ele o que está escrito no salmo 23 ele não sabe. Eu acredito que dentro da câmara também boa coisa não vai fazer, porque se você tiver um pouquinho do conhecimento você vai poder estar executando ali melhor, você vai poder ser talvez um pouco de brilho no meio das trevas (MARTINS, Edilson. Entrevista, 2012)⁴.

Diante deste relato, podemos observar que, para este agente religioso, o pertencimento a uma Igreja pressupõe boa conduta na sociedade, assim como no Legislativo. Desta forma, “o imaginário religioso é acionado para avaliar os comportamentos dos agentes políticos,

⁴ A presente entrevista foi realizada por pesquisadores do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, na ocasião da campanha eleitoral de 2012, visando identificar as relações entre religião e política no período eleitoral, o material em questão é parte do acervo do grupo.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

servindo como medida daquilo que é tido como correto” (SANTOS, 2008, p. 209). O correto, no entendimento do vereador, é conhecer a palavra de Deus e agir de acordo com ela.

Após o resultado das eleições, Edilson Martins concedeu uma entrevista ao jornal Tribuna do Interior, na qual relatou que as pautas do trânsito, da segurança pública e do efetivo da polícia militar e civil estavam dentre os principais problemas do município, e que já havia formulado alguns projetos que seriam protocolados assim que tivesse posse do mandato. Sobre o ingresso na política, o vereador destaca,

Iniciei em 1998 a pedido do então deputado estadual Nelson Tureck para secretariar o partido PSDB de Campo Mourão e região. Em 2000 a 2008, meu pai, Salvador Martins, se elegeu a vereador por dois mandatos. No ano de 2005 com a eleição do Prefeito Nelson Tureck, fui convidado a participar da administração, onde atuei em algumas secretarias. Em 2010 com a eleição da deputada estadual Marla Tureck fui convidado a ser seu Coordenador Regional. Pelo trabalho já realizado e a minha experiência na área, fui incentivado a colocar meu nome a disputar as eleições de 2012, concorrendo ao cargo de vereador deste Município. E com a graça de Deus fomos eleitos com quase 1.500 votos, sendo o 3º vereador mais votado (Jornal Tribuna do Interior, 14 dez. 2012).

Enquanto vereador eleito, Edilson Martins integrou a Comissão Permanente de Legislação e Redação⁵. O agente religioso apresentou um número significativo de proposições ao Legislativo Municipal de Campo Mourão, conforme demonstrado no Quadro 1. Em 2013, propôs 100 Indicações, 17 Projetos de Resolução, 33 Requerimentos, 25 Moções e 5 Projetos de Lei, sendo 3 deles aprovados. Em 2014, o número de Indicações subiu para 111, os Requerimentos somaram 40 proposições, 26 Moções, 14 Projetos de Resolução e 4 Projetos de Lei, sendo todos aprovados pela Câmara Municipal. Em 2015, terceiro ano de mandato, Edilson Martins, protocolou um número menor de proposições, chegando a 50% do quantitativo se comparado à média dos dois primeiros anos de atuação parlamentar, já que foram apresentadas 58 Indicações, 23 Requerimentos, 3 Projetos de Resolução, 7 Moções e 1 Projeto de Lei. Nos três primeiros anos do seu mandato, Edilson Martins somou 467 proposições ao Legislativo Municipal de Campo Mourão.

⁵ Conforme artigo 39 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão, compete à Comissão de Legislação e Redação: I) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação; II) pronunciar-se sobre a admissibilidade de proposta de emenda à Lei Orgânica do Município; III) manifestar-se sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento.

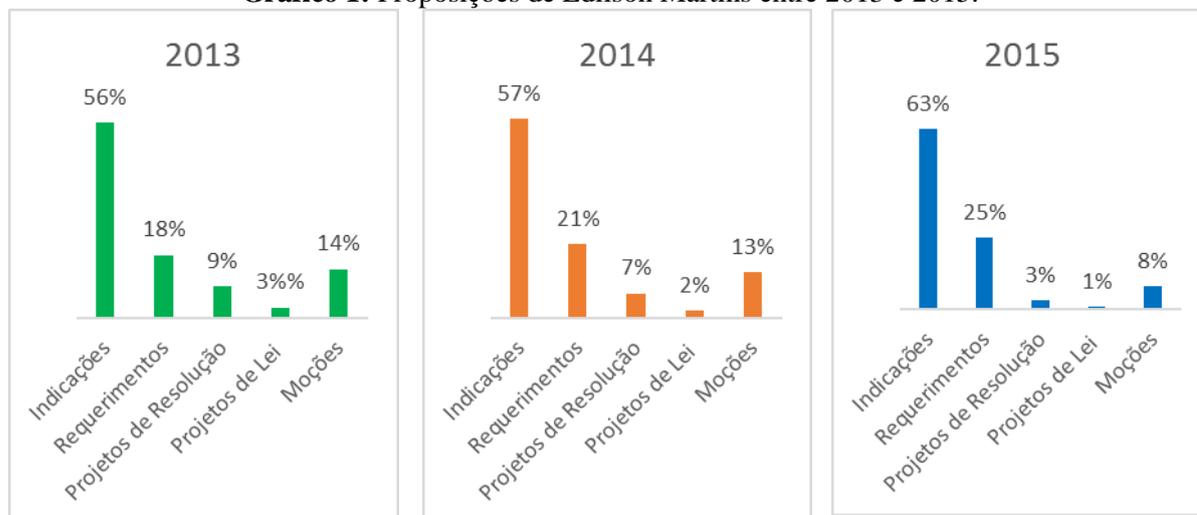
Quadro 1: Tipo e quantidade das proposições apresentadas por Edilson Martins entre 2013 e 2015.

Ano	Indicações	Projetos de Resolução	Requerimentos	Projetos de Lei apresentados	Projetos de Lei aprovados	Moções	Total
2013	100	17	33	5	3	25	180
2014	111	14	40	4	4	26	195
2015	58	3	23	1	1	7	92
Total	269	34	96	10	08	58	467

Fonte: Câmara Municipal de Campo Mourão (Produzido pelos autores).

O próximo gráfico apresenta a atuação do vereador em termos percentuais nos três anos de mandato legislativo.

Gráfico 1: Proposições de Edilson Martins entre 2013 e 2015.



Fonte: Câmara Municipal de Campo Mourão (Produzido pelos autores).

Conforme aponta o Gráfico 1, no ano de 2013, mais de 50% de toda atividade parlamentar de Edilson Martins foi centrada nas Indicações, seguidos de 18% de Requerimentos, 14% de Moções, 9% de Projetos de Resolução e apenas 3% direcionados à formulação de Projetos de Lei.

Em 2014, Edilson Martins apresentou um desempenho semelhante ao ano anterior. No que se refere às Indicações, teve um resultado próximo a 2013, 57% da sua produção anual foi voltada à formulação de Indicações. Em relação aos Requerimentos, o vereador teve uma elevação de 3% em relação ao ano de 2013. Ao contrário das duas primeiras, as demais proposições – Moções, Projetos de Lei e Projetos de Resolução – foram menos recorrentes, se comparado ao quantitativo do ano anterior.

Desta forma, a quantidade de proposições apresentadas pelo vereador Edilson Martins em 2015 foi 50% inferior em relação à média dos anos de 2013 e 2014. Mas em termos percentuais, no que tange à quantidade produzida em 2015, as Indicações permanecem ocupando o maior espaço na atuação parlamentar, com 63% da quantidade total de proposições. Os 37% restantes correspondem às demais atividades, sendo Requerimentos (25%), Projetos de Lei (1%), Moções (8%) e Projetos de Resolução (3%). Importante esclarecer que grande parte dos Projetos de Lei apresentados por Edilson Martins nos três anos de mandato referem-se a questões administrativas, como por exemplo, proposições para mudanças em nomes de ruas da cidade, no entanto, o Projeto Lei para instituição do Dia do Evangélico, causou grande repercussão no município, dividindo opiniões e envolvendo a participação de parcela da população, conforme abordaremos na sequência.

O Dia do Evangélico

O Projeto de Lei 168/2013 que institui o Dia do Evangélico no município de Campo Mourão foi votado nos dias 12 e 13 de novembro de 2013, momento em que o plenário da Câmara Municipal foi completamente ocupado pelo público, que acompanhou principalmente o primeiro dia de votação.

Importante ressaltar que a proposição de um Projeto de Lei para instituição desta data comemorativa no município de Campo Mourão não é inédita. Conforme consta em anexo à documentação do referido Projeto, em 1996, foi protocolado pelos vereadores Levi Queiroz da Paixão e Joani Teixeira o Projeto de Lei 25/1996, para instituição do Dia do Evangélico no município. Este projeto deu origem à Lei Municipal 976, de 28 de junho de 1996, que instituiu a referida data a ser comemorada no dia 1 de novembro.

Em 1998, o Projeto de Lei 229/1998, de autoria dos vereadores Júlio Vieira e Joani Teixeira, tramitou na Casa Legislativa de Campo Mourão, propondo uma emenda modificativa que visava alterar a data da comemoração de 1 de novembro para 10 de outubro. No entanto, conforme registrado na ata da reunião realizada com representantes da Ordem dos Pastores de Campo Mourão (Opecam) no dia 20 de novembro de 1998, foi solicitado por estes representantes que o referido projeto fosse retirado, em razão de haver matéria tramitando na casa com a mesma proposição. A Opecam também solicitou a revogação da Lei 976/1996 e que, em seu lugar, fosse instituído no segundo domingo de dezembro o Dia da Bíblia. Dessa

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

forma, foi acatado por unanimidade pelos vereadores da época o referido requerimento, arquivando o Projeto 229/1998 e revogando a Lei 976/1996⁶.

A pauta retorna em 2013, por iniciativa do agente religioso Edilson Martins, que propõe novamente a instituição da data comemorativa ao Dia do Evangélico no calendário oficial do município. Na justificativa menciona-se a importância da inclusão desta data no calendário civil do município:

Incentivar a divulgação do evangelho objetivando a participação da comunidade em geral através de ações públicas de demonstração de que o caminho para um melhor viver é exatamente a nossa busca constante de Deus. Entendendo a importância que o segmento Evangélico tem junto à comunidade e por isso, nos preocupamos em reconhecer o trabalho desenvolvido por tão importante movimento da cristandade. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou dados comparativos entre os censos realizados nos anos 2000 e 2010 sobre religião, e apontou o crescimento de 61,45% dos evangélicos nos últimos dez anos. De acordo com o comparativo, no ano 2000, cerca de 26,2 milhões de brasileiros se declaravam evangélicos, quantidade correspondente a 15,4% da população, e no ano de 2010, a quantidade de brasileiros que se identificaram como evangélicos saltou para 42,3 milhões, ou 22,2% da população do país. Esperamos a compreensão dos Nobres e que a presente proposta receba a análise e a aprovação de Vossas Senhorias, pois representará o nosso reconhecimento e apoio a todos os Evangélicos de Campo Mourão, que vêm prestando um inestimável trabalho no resgate da cidadania de milhares de pessoas através de recuperação da espiritualidade, abandono do uso de drogas, restauração das famílias e tantas outras ações sociais e comunitárias (CMCM, Projeto de Lei 168/13).

Diante da justificativa, é possível perceber que Edilson Martins pretende convencer os demais membros do Legislativo utilizando-se basicamente de três pontos, a saber: os dados do último Censo, onde se constata o crescimento dos evangélicos no país; a importância do trabalho desenvolvido por este segmento no município, dando a entender que tal conduta é unânime entre os evangélicos; e, por fim, a evangelização das pessoas através da demonstração que o melhor caminho para se viver é a busca constante de Deus.

A justificativa da proposição foi aceita pelos membros do legislativo, porém com uma ressalva feita pelo vereador Sidnei Jardim (PPS), na ocasião, presidente da Comissão Permanente de Legislação e Redação. Tendo em vista as experiências anteriores (1996 e 1998), o presidente solicitou envio de expediente ao presidente da Opecam, Pastor Arnildo Klumb, requerendo sua manifestação em relação à proposição (CMCM, Projeto de Lei 168/13). De acordo com a documentação anexada ao Projeto de Lei, o Pastor Arnildo Klumb se mostrou desfavorável à tramitação do projeto, conforme afirmou em ofício:

⁶ O Dia da Bíblia foi instituído em Campo Mourão em 1999, prevendo a comemoração no 2º domingo do mês de dezembro.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Esta Lei já existe a nível nacional (Lei 12.328, de 15 de setembro de 2010), que instituiu o Dia Nacional do Evangélico a ser comemorado no dia 30 de novembro de cada ano (algo que gerou pesadas críticas entre vários líderes evangélicos). Nós da OPECAM concordamos que é uma iniciativa simpática, mas, todavia, a República nasceu laica e o Estado precisa continuar laico. Defendemos a separação entre Igreja e Estado para que haja democracia. Poderíamos nós requerer feriados evangélicos, como há católicos, mas isso sem dúvidas, geraria muita polêmica desnecessária e abriria precedentes perigosos para o Estado Laico. [...] Portanto, nós da OPECAM incentivamos a fuga de qualquer oportunidade de demonstração do “poder evangélico”, ainda que graças a Deus estejamos crescendo numericamente em termos de adesão de gente, como bem mostram as pesquisas já mencionadas no ofício do requerente excelentíssimo vereador Edilson Martins, porém, ao contrário do vereador, não entendemos que a importância do segmento evangélico precisa disso para ser reconhecido (OPECAM, Ofício 9/13).

Ainda segundo o Ofício 9/13, de autoria do Pastor Arnildo Klumb, a apresentação do Projeto deveria ser revista, propondo em seu lugar a possibilidade de instituição de uma semana da consciência cristã⁷. No entanto, o posicionamento do referido Pastor não foi suficiente para que o vereador Edilson Martins retirasse o Projeto de tramitação, ao contrário, o agente religioso buscou apoio da comunidade evangélica para sua proposta de Lei, sob o argumento de que a Lei demonstraria a “força do povo de Deus”. No documento produzido por Edilson Martins, foram coletadas mais de 500 assinaturas entre fiéis e pastores evangélicos, sobretudo da Igreja Assembleia de Deus, em favor do projeto.

Por meio dos argumentos utilizados pelo vereador, identificamos a busca por reconhecimento legal dos evangélicos na comunidade, podendo indicar que se trata também de um ideal almejado por este público. Ainda que exista a data comemorativa em nível nacional, é possível notar o interesse de parcela da população evangélica em garantir esta data no calendário municipal, atestado, inclusive, pela massiva participação na ocasião da votação do referido Projeto de Lei na Casa Legislativa. Ainda, mesmo diante do posicionamento do presidente da Opecam, declaradamente contrário à formulação da Lei, assinaram o documento proposto por Edilson Martins atestando ser favoráveis à tramitação do Projeto, pois “no calendário, os dias qualificados, mesmo que não sejam feriados, servem como forma de reconhecimento social” (BOSISIO, 2014, p. 28). Tais ocorrências sugerem uma disputa de poder entre as denominações evangélicas, ou ainda, entre o agente religioso e o Pastor Arnildo Klumb, pois diferente do ocorrido no ano de 1998, a sugestão da Opecam não foi

⁷ O posicionamento contrário da Opecam foi noticiado na imprensa local. Segundo a página de notícias, os fiéis que lotaram a Câmara Municipal no dia da votação eram majoritariamente membros da Assembleia de Deus, Igreja à qual é vinculado o vereador agente religioso Edilson Martins. Disponível em: <http://www.bocasanta.com.br/index.php?p=YWxyb3RsaXMvbwlyb3RhaUB6aHo6666YWQ9NjY2MTAwJmx1bW90ZV9vZGFjaWU9OTUwNEA>. Acesso em: 2 mar. 2017.

acatada. Diante dos argumentos utilizados pelo agente religioso e contando com apoio da comunidade evangélica, o Projeto foi aprovado por unanimidade, e o Dia do Evangélico passou a ser comemorado anualmente no segundo sábado de novembro.

É possível considerar ainda que no caso deste Projeto de Lei, assim como em casos semelhantes, o autor da lei se direciona em favor dos interesses de seus eleitores e pelo reconhecimento social dos mesmos. A dinâmica de interesses políticos estabelecida entre o representante e o povo representado pode se configurar como um princípio característico do “estilo evangélico de fazer política”, como aponta Machado (2003).

A visão pontuada pelo Pastor Arnildo Klumb sobre a laicidade do Estado e o perigo que proposições como esta poderiam acarretar a esta laicidade conquistada na república não remete à opinião de todos os evangélicos, uma vez que, mesmo diante do posicionamento do líder religioso, demonstraram interesse em ter a Lei sancionada no município com um número expressivo de assinaturas⁸.

Este contexto resultou na concordância de todos os vereadores em manter o Projeto de Lei em tramitação, culminando com a criação da Lei 3.281, de 19 de novembro de 2013, instituindo o Dia do Evangélico no município, cujo parágrafo único dispõe que “a promoção a ser realizada nesta data será incentivada pelo Poder Executivo em parceria com as igrejas e entidades evangélicas com atuação em Campo Mourão”.

Por esta razão, em comemoração ao primeiro Dia do Evangélico de Campo Mourão, no ano seguinte à aprovação da Lei 3.281/2013, foi organizado, no segundo sábado do mês de novembro, a Marcha para Jesus⁹. O evento iniciou às 10h, em frente à praça do Fórum, na região central, percorrendo uma das principais avenidas da cidade, Capitão Índio Bandeira, sendo finalizado na praça central, com a realização de culto de adoração a Deus, louvores e pregações da palavra, conforme podemos observar na Imagem 2¹⁰.

⁸ Ao contrário da opinião formulada pelo referido Pastor, os autores de Projetos de Leis em defesa da promulgação do Dia do Evangélico, em outros contextos, em nível municipal, estadual ou federal utilizam-se como argumento a laicidade do Estado. Para estes autores, o fato de o Estado ser laico garante a liberdade religiosa e se opõe à promulgação de uma única confissão religiosa, fato que salvaguarda o direito de instituir esta data comemorativa no calendário (BOSISIO, 2014).

⁹ De acordo com a lei federal 12.025, de 9 de setembro de 2009, que institui o Dia Nacional da Marcha para Jesus, o dia a ser comemorado anualmente é o primeiro sábado subsequente aos 60 dias após o domingo de Páscoa. Ao que parece, em Campo Mourão, esta data foi transferida para o segundo sábado de novembro, em razão do Dia do Evangélico. Em 2013, antes da promulgação da lei que institui o Dia do Evangélico, a Marcha para Jesus aconteceu no dia 18 de maio de 2013, e foi organizada pela Opecam. Informação disponível em: <http://www.bocasanta.com.br/?p=YWxyb3RsaXMvemlnYWxpX2FsYWNhaW5Aemh6P2NlbnVsaV9pbHJhZ2k9OTg3MkAmbHVtb3RlX29kYWNPZT05ODcy>. Acesso em: mar. 2017.

¹⁰ Informações disponíveis em: <http://crn1.com.br/noticias/35467/Em-Campo-Mourao--Dia-do-Evangélico-foi-comemorado-com-Marcha-Para-Jesus-.html>. Acesso em: 7 mar. 2017.

VI Colóquio Nacional Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Imagem 2: Comemoração do Dia do Evangélico e Marcha para Jesus de 2014.



Fonte: Jornal CRN online, 10 nov. 2014.

Na edição de 2015, conforme ilustra a Imagem 3, ocorrida também no Dia do Evangélico e por iniciativa da Igreja Assembleia de Deus, com fins de atrair um número maior de fiéis, a Marcha para Jesus foi acompanhada por trio elétrico com bandas formadas por jovens, mulheres, adultos e crianças, e contou ainda com várias caravanas das Igrejas Assembleia de Deus oriundas da Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná¹¹.

¹¹ Informações consultadas na página de notícias Tribuna do Interior. Disponível em: <http://www.itribuna.com.br/campo-mourao/2015/11/marcha-para-jesus-comemora-hoje-dia-do-evangelico/1567617/>. Acesso em: 7 fev. 2017.

Imagem 3: Comemoração do Dia do Evangélico e Marcha para Jesus de 2015.



Fonte: Jornal Tribuna do Interior, 6 nov. 2015.

É possível notar que a Igreja Assembleia de Deus teve certo protagonismo na organização da Marcha para Jesus dos anos de 2014 e 2015 em Campo Mourão. Vale ressaltar que o agente religioso Edilson Martins também participou do evento, conforme registrou a página de notícia local, apontando para o fato de o vereador ser autor do Projeto de Lei que instituiu o Dia do Evangélico no município¹².

Conforme aponta Giumbelli (2014), a Marcha para Jesus se tornou um evento importante de demonstração da presença pública dos evangélicos. A primeira Marcha para Jesus ocorreu em 1993 na cidade de São Paulo, por iniciativa da Igreja Renascer em Cristo, espalhou-se rapidamente para várias cidades do Brasil, contando com a participação de diferentes denominações evangélicas, “com isso passa a servir como mais uma expressão da força evangélica, traduzida nesse caso pela evocação genérica dos ‘cristãos’” (GIUMBELLI, 2014, p. 197).

Uma das características da Marcha para Jesus é seu caráter midiático. Assim como ocorreu em Campo Mourão nos eventos supracitados, as Marchas para Jesus começam com uma passeata e culminam num palco montado em espaço aberto, onde são realizadas

¹² Notícia disponível em:

<http://www.bocasanta.com.br/index.php?p=YWxyb3RsaXMvbwlyb3RhaUB6aHo6666YWQ9Njc3ODQzJmx1bW90ZV9vZGFjaWU9NTc4Mg>. Acesso em: 4 mar. 2017.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

pregações e apresentações de bandas musicais. Desta maneira, “o evento serve assim, como espaço de divulgação e fruição da música *gospel*” (GIUMBELLI, 2014, p. 198, grifos do original). Ou seja, a Marcha para Jesus movimentou o mercado de música *gospel*, compreendida como produção cultural. Na concepção de alguns autores, a Marcha para Jesus se utiliza de estratégias de marketing semelhantes às utilizadas no carnaval, festa típica brasileira, reconhecida mundialmente. Conforme apontam Paegle, Klug e Assman:

As estratégias de *marketing* revelam-se eficientes para a propagação do evento, moldando e interferindo nas escolhas que os fiéis fazem, tornando-se uma ferramenta importante nas relações entre produção e recepção, entre líderes e os fiéis, na qual a “Marcha para Jesus” aparece como carro-chefe na capacidade de aglutinar e atrair mais fiéis-espectadores dentro do mercado religioso, apropriando-se e reinterpretando o carnaval como um evento popular para um evento *gospel* com algumas características semelhantes (PAEGLE; KLUG; ASSMAN, 2010, p. 32).

Diante de tais compreensões, podemos afirmar que a instituição do Dia do Evangélico, embora não seja algo inédito de Campo Mourão, foi inserido na pauta legislativa – após experiências anteriores controversas –, por um agente religioso eleito com o apoio explícito da denominação religiosa a qual pertencente, a Assembleia de Deus. Tais fatos nos permitem concluir que a atuação do agente religioso na proposição deste Projeto de Lei demonstra o exercício da sua representação formal dos interesses dos evangélicos e desencadeia ações que protagonizam a presença pública dos evangélicos no município.

Considerações finais

O presente trabalho buscou discutir as relações entre religião e política por meio da proposição para inserção do Dia do Evangélico no calendário oficial do município de Campo Mourão. Dessa forma, demonstramos a trajetória do autor do Projeto de Lei, desde o período eleitoral, em que o mesmo contou com o apoio explícito da Igreja Assembleia de Deus, da qual é membro, até sua atuação parlamentar nos três primeiros anos de mandato (2013-2015).

Em relação a tramitação do Projeto de Lei, percebemos que se tratou de um período permeado por disputas, entre o autor da Lei e o Presidente da Ordem dos Pastores de Campo Mourão. Neste cenário complexo, a população evangélica foi acionada a opinar sobre a matéria em pauta e manifestaram seu desejo em ter instituído no município uma data festiva que possa demonstrar, conforme dito pelo vereador, a força do “povo evangélico”.

Nos dois anos subsequentes a aprovação da Lei, sua comemoração aconteceu com a realização da Marcha para Jesus, evento que tem se caracterizado no Brasil, como uma das

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

formas de manifestação da presença pública dos evangélicos. Assim, parece correto afirmar que, há um interesse por parte dos evangélicos de demarcar territórios, criar certas tradições e ressignificar espaços que historicamente foram ocupados pela Igreja Católica, a exemplo dos festejos de São João ou relacionados aos Santos Padroeiros. O autor da Lei, neste sentido, por meio da sua atividade legislativa, contribuiu para inserção desta data no calendário civil e consequente manifestação pública dos evangélicos através das Marchas para Jesus.

Referências

BOSISIO, Izabella. **A religião no calendário oficial**: um mapeamento da legislação sobre feriados no Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 2014.

CRN ONLINE. **Marcha para Jesus 2014**. Disponível em: <http://crn1.com.br/noticias/35467/Em-Campo-Mourao--Dia-do-Evangelico-foicomemorado-com-Marcha-Para-Jesus-.html>. Acesso em: 11 mar. 2016.

GIUMBELLI, Emerson. **Símbolos religiosos em controvérsias**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

JORNAL TRIBUNA DO PARANÁ. **Marcha para Jesus 2015**. Disponível em: <http://www.itribuna.com.br/campomourao/2015/11/marcha-para-jesus-vai-marcas-o-dia-do-evangelico-em-cm/1499349/>. Acesso em: 11 set. 2016.

LE GOFF, Jacques. **Calendário**. In: Enciclopédia Einaudi. Memória-História, v. 1. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 260-292.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. **Revista Cultura y Religion**, Santiago, v. 7, n. 2, p. 48-68, 2013.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; ONOFRE, Lucas. Evangélicos na política: as eleições proporcionais de Campo Mourão em 2012. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 244-264, 2014.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura; KLUG, João; ASSMANN, Selvino José. A “marcha para Jesus” como rito de inversão: uma análise em Florianópolis. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 25-33, 2010.

SANTOS, Márcio Martins dos. “Tribunos do povo, servos de Deus”. Um estudo antropológico sobre políticos e religião na cidade de Porto Alegre. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, Recife, ano 12, v. 19, p. 201-239, 2008.

IGREJA CATÓLICA E A “BOA IMPRENSA” NO PARANÁ: ANÁLISE A PARTIR DA REVISTA A CRUZADA

Andressa Paula¹

Solange Ramos de Andrade²

Introdução

O presente trabalho completo é decorrente da pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, que a partir das discussões que envolvem a História das Religiões e Religiosidades busca analisar a presença e a disseminação de temáticas na imprensa católica do Paraná no início do século XX. Entre os periódicos católicos em circulação no território paranaense no início do século passado, foi selecionado para esse estudo a revista mensal *A Cruzada*, criada em 1926 pela Mocidade Católica Paranense na cidade de Curitiba. A escolha dessa revista se deu pela sua expressividade no cenário paranaense, que além da capital, era comercializada em outras cidades do Paraná e também em outros estados, além da sua longevidade se comparada a outros periódicos católicos do período.

A pesquisa de mestrado se concentrará no recorte temporal de 1926, ano de criação da revista, até 1931, quando finda sua periodicidade mensal e inicia-se sua fase semanal. Para o trabalho apresentado nesse momento, a análise do conteúdo se dará a partir dos dois primeiros anos de publicação, portanto, de março de 1926 à fevereiro de 1928.

A revista *A Cruzada* foi lançada em um período de reestruturação da atuação da Igreja Católica no Brasil iniciado com a separação da Igreja e do Estado instaurado no Regime Republicano. Compartilhamos da concepção de Sérgio Miceli (2009) de que esse rompimento entre a Igreja Católica e o Estado irá trazer a perda de alguns privilégios e benefícios que lhes eram concedidos a partir do regime do padroado, mas diferente de outros pesquisadores que tratam desse período entre a Proclamação da República e as primeiras décadas do século XX como uma “Idade das Trevas” para o catolicismo no país, Miceli irá analisá-lo como um momento de “despertar institucional”, onde a Igreja Católica irá buscar novos meios para manter-se como a religião mais influente no Brasil. (MICELI, 2009).

¹ PPH/LERR/CAPES, UEM, andressapaulah@gmail.com

² UEM/LERR, sramosdeandrade@gmail.com

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Dentre as formas de atuação na sociedade propostas pela Igreja Católica estavam a criação de dioceses e paróquias, de seminários e escolas femininas e masculinas comandadas por clérigos e freiras, e o que mais nos interessa nesse trabalho, a criação de periódicos, entre eles jornais diários, revistas e informativos a serviço da Igreja Católica para divulgar a doutrina cristã/católica e combater seus inimigos. A imprensa era uma preocupação antiga dessa instituição, por causa do seu potencial de disseminação de ideias, mas a intensificação dos meios de comunicação impressos em meados do século XIX e início do XX irão fazer com que a Igreja Católica retorne essa discussão e passe a incentivar a criação de periódicos católicos para contra atacar os discursos dos inimigos vinculados nos mesmos meios. Periódicos ligados a uma missão católica já existiam no Brasil, mas é em 1910 que foi criado o Centro da Boa Imprensa para organizar a criação de novas publicações, receber auxílio financeiro e produzir material a ser distribuído aos periódicos católicos.

Dominique Julia (1995) em trabalho que tornou-se referência para o estudo da história das religiões e religiosidades apresenta novas formas de abordagem da temática, ao apontar que:

O que interessa ao operador, ao analista, não é a condição de verdade das afirmações religiosas que estuda, mas a relação que mantém essas afirmações, esses enunciados com o tipo de sociedade ou de cultura, que os explicam. [...] Quer se trate do clero, quer das práticas de piedade ou das teologias, nós interrogamos os fenômenos religiosos em função daquilo que são suscetíveis de ensinar-nos de uma certa condição social, quando, justamente essas teologias eram, para os contemporâneos o próprio fundamento da sociedade (JULIA, 1995, p. 108).

Portanto, sendo o trabalho do historiador a análise dos processos humanos e não o julgamento das suas ações, ao investigarmos a temática proposta busca-se compreender como se deu a atuação da “boa imprensa” no Paraná por meio da revista *A Cruzada* e quais eram as temáticas e os posicionamentos tomados e que pretendiam agir nas consciências dos indivíduos que compõem a sociedade brasileira do início do século XX. Serão tratados nos tópicos a seguir as questões que envolvem o contexto histórico do Brasil e do Paraná no final do século XIX e início do XX; as relações entre a Igreja Católica e a imprensa; a metodologia da coleta e utilização da fonte periódica no trabalho do historiador e em seguida a análise do tema “boa imprensa” apresentado nas páginas da *A Cruzada*.

A Igreja Católica no Brasil na virada do século XIX para o XX

As relações entre Estado e Igreja Católica no Brasil firmadas no período da colonização, levaram o cristianismo e a sua denominação católica ao status de religião oficial do país, entre os benefícios dessa intitulação estão os subsídios governamentais recebidos através do sistema do padroado, que por outro lado também atribuía ao Estado o direito de intervir na organização eclesiástica brasileira, ao participar das decisões sobre a criação de paróquias e dioceses e também na nomeação de clérigos.

Nesse contexto entre 1869 a 1870 aconteceu em Roma o I Concílio Vaticano convocado e presidido pelo Papa Pio IX (pontificado de 1846 á 1878), onde foram discutidas questões sobre a relação entre fé e razão, além de afirmar o primado e a infalibilidade do papa. Boris Fausto (1995) destaca que uma das consequências do I Concílio para o Brasil foi o incentivo de “uma atitude mais rígida dos padres em matéria de disciplina religiosa e uma reivindicação de autonomia perante ao estado” (FAUSTO, 1995, p. 229) A estremeçada relação da Igreja e Estado, na segunda metade do século XIX, abalou-se ainda mais com a Questão Religiosa de 1872, quando bispos que seguiam o ultramontanismo, iniciaram uma campanha contra os maçons e foram punidos com prisão pelo governo imperial.

Segundo Ivan Manoel (2004) a longevidade da Igreja Católica é permeada por diferentes momentos, em mais de 2000 anos não é possível dizer que a Igreja sempre foi à mesma, uma vez que cada período histórico requereu posicionamentos e ações diferentes. O ultramontanismo pode ser compreendido como uma autocompreensão da Igreja Católica que vigorou entre 1800 a 1960 e que possuía como fundamentos a condenação do mundo moderno, a centralização eclesiástica em Roma e um retorno ás bases da Igreja na Idade Média tomadas como paradigma. Autocompreensão da igreja é um conceito que designa o momento em que determinada forma de organização torna-se dominante e direciona a atividade católica, a postura específica a ser tomada e as tarefas, obrigações e papéis sociais determinados. (MANOEL, 2004). Quanto à autocompreensão ultramontana, o autor salienta que:

Por ser um “tipo ideal”, o conceito tende a uma certa fixidez, como se as definições estruturadas em seu interior se referissem a realidades não passíveis de mudanças históricas. No entanto, elas existiram, de tal sorte que se percebem distintamente, naquele período histórico, três momentos que explicitam essas mudanças, não obstante as permanências: 1º momento: de Pio VII (1800-1823) a Pio XII (1846-1878), que corresponde à consolidação da doutrina conservadora, com uma estratégia centrada mais no discurso do que na ação; 2º momento: pontificado de Leão XII (1878-1903), que, sem abandonar a doutrinação contra o mundo moderno,

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

deu passos decisivos para o estabelecimento de uma política de intervenção católica na realidade concreta, de que as Concordatas são exemplo, além de, em certas questões, com a ideia de democracia, demonstrar menos restrições; 3º momento: de Pio X (1903-1914) a Pio XII (1939-1958), a conversão da doutrina em política, do discurso em práxis, por meio do desenvolvimento dos programas da Ação Católica, que acabaram por gerar as contradições que levaram ao Concílio Vaticano II e, na América Latina, à Teologia da Libertação (MANOEL, 2004, p. 11-12).

Esse é o contexto da Igreja Católica ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX no cenário mundial, e que influenciaram as tomadas de decisão e as ações no Brasil. É também no final do século XIX que vários acontecimentos e aspectos levaram ao fim do governo monárquico e o início do regime republicano no Brasil em 1889. A Primeira República, conhecida também como República Velha (1889-1930) foi marcada por várias mudanças nos cenários políticos, econômicos, sociais e culturais. A nova constituição de 1891 trouxe também mudanças na relação do Estado e a Igreja que passaram a serem instituições separadas, além disso, a Igreja Católica deixa de ser considerada a religião oficial do país, o casamento civil passa a ser o reconhecido pelo Estado, e os cemitérios antes ligados a Igreja, passam a ser das administrações municipais. (FAUSTO, 1995) Sobre essa separação Miceli (2009) aponta que:

Do ponto de vista político-organizacional, a separação cancelava na prática todos os direitos de intervenção sobre os negócios eclesiais de que dispunha o poder central, conforme estipulava o regime do padroado. A criação de novas dioceses e paróquias, a fundação de seminários e de outras obras, a distribuição do clero pelos diversos cargos e carreiras alternativos, a indicação e nomeação de prelados, a fixação de normas e diretrizes de interesse para as atividades e serviços eclesiais, e outras tantas atribuições até então de competência do próprio imperador ou de seus altos prepostos, passavam a depender do alvitre da alta hierarquia eclesial. (MICELI, 2009, p. 25).

Para continuar como a principal religião na sociedade brasileira e colocar em ação o processo de recristianização da população, a Igreja Católica se fazia presente em festas e desfiles cívicos, formaturas, inaugurações entre outros. No início do século XX com o aval da alta cúpula eclesial houve a criação de um órgão responsável pela organização e pela regulamentação dos periódicos que funcionariam como local de combate aos discursos anticlericais, a descristianização das famílias, e da presença de outras religiões e como instrumento de divulgação dos preceitos do cristianismo na sua vertente católica.

O Centro da Boa Imprensa – Sociedade Cooperativa de Produções de responsabilidade limitada foi criado em 29 de janeiro de 1910 no Rio de Janeiro com o objetivo de combater a imprensa anticlerical e trazer aos lares católicos uma leitura sã. No estatuto do Centro os

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

leigos católicos eram convidados a serem sócios desse empreendimento cristão ao contribuir de duas formas: primeiro ao realizar orações em nome da “causa”, e segundo ao contribuir financeiramente. Aos associados seriam concedidas intenções em missas e indulgências do Papa. Periódicos católicos já existiam antes da criação do Centro, o órgão foi criado justamente para a sistematização e a organização dessas revistas e jornais e para a criação de novas publicações.

Dentro do contexto do final do século XIX e início do XX, no estado do Paraná foi criado em 1892 a primeira diocese sediada na capital Curitiba, para ser responsável também pelo estado de Santa Catarina. A instalação ocorreu em 30 de novembro de 1894, com a posse do Bispo paulista Dom José Camargo Barros, em 1926 a diocese curitibana foi elevada a Arquidiocese. Campos (2010) discute que a criação de uma diocese no Paraná viria para atender uma demanda do estado em obter um clero organizado para levar a população uma formação católica dentro dos preceitos do ultramontanismo. Com a intenção de intensificar a circulação da doutrina católica, combater concepções anticlericais e a partir dos preceitos instituídos pelo Centro da Boa Imprensa irão ser lançados no cenário paranaense do início do século XX os periódicos *A Cruzada* (1926-1934) de propriedade do grupo da Mocidade Católica Paranaense, o jornal *Cruzeiro* (1931-1932) de propriedade da Legião Paranaense da Boa Imprensa, o jornal *Alvor* (1935-1936) órgão da Associação dos Ex-alunos do Instituto Santa Maria e *O Luzeiro* (1937-1939) periódico mensal da Confederação de Associações Católicas de Curitiba (CAMPOS, 2010).

Metodologia e a fonte periódica

Segundo Tânia Regina de Luca (2008) na década de 70 do século XX ainda era pequeno o número de pesquisas que utilizavam a imprensa como fonte, nesse período já havia certa expressividade na escrita da história da imprensa, mas ainda haviam ressalvas quanto a história por meio da imprensa. As tradições do século XIX e início do XX ainda eram fortes quanto à resistência na utilização da imprensa como fonte, uma vez que esta era vista como um fragmento escolhido do passado, escrito e movido a partir de objetivos e paixões (LUCA, 2008).

Ao analisar a imprensa como fonte de pesquisa Cruz e Peixoto (2007) indicam que “De há muito, acertamos que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui”

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

(CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258) De fato, não apenas a imprensa, mas todos os tipos de testemunho do passado, possuem essa característica de parcialidade, a sua produção seja voluntária ou involuntária, a sua intenção de ser fonte para a história ou não, não diminuem o seu caráter de produção movida por interesses e objetivos pré-estabelecidos.

Por isso se faz necessária a análise crítica do periódico a partir de variados aspectos, como o contexto de publicação, ou seja, no caso da pesquisa em desenvolvimento as configurações do Brasil, do Paraná e da cidade de Curitiba, tanto quanto a estrutura da Igreja Católica no início do século XX. Além disso, precisam ser estudados a linha editorial, os proprietários, anunciantes, redatores e seus objetivos, e também elementos técnicos, como o projeto gráfico, tamanho das matérias, cadernos especiais, colunas fixas entre outros. Todos esses aspectos são importantes para a análise uma vez que:

materiais da imprensa não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico no decorrer de toda pesquisa desde a definição do tema à redação do texto final. A Imprensa é linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260).

Ao optar pelo uso de periódicos na pesquisa história devem-se levar em conta todos os indicativos anteriores, e não se deve esquecer-se da proposta da análise ou acabar por se deslumbrar com o material. Dentro da categoria periódico, há jornais, revistas, folhetos, almanaques entre outros, e cada um desses gêneros possuem características específicas. Quanto a diferenciação entre o jornal e a revista a historiadora Tânia Regina de Luca (2008) discute que:

A fixação dos gêneros foi lenta e pode ser acompanhada a partir dos sentidos atribuídos a termos como jornal, revista, magazine, hebdomadário em dicionários e compêndios de diferente épocas. As definições hoje correntes, que reservam o termo jornal para a publicação diária, em folhas separadas, e revista para as de periodicidade mais espaçada, enfeixadas por uma capa e com maior diversidade temática, tampouco esgotam a questão, pois sempre se pode citar os jornais semanais e seu afã de também tudo abraçar, ou as revistas extremamente especializadas (LUCA, 2008, p. 131).

É a partir dessa especificidade que Ana Luiza Martins desenvolveu sua pesquisa de doutorado através de revistas de São Paulo nas primeiras décadas da República. Ao apresentar

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

os números da Estatística da Imprensa Periódica no Brasil publicado no Rio de Janeiro pela Tipografia do Departamento Nacional de Estatística em 1931, ressalta o crescimento da presença desse tipo de periódico em comparação entre os anos de 1912 e 1930. São apresentados números de revistas de várias naturezas como, noticiosos, literários, humorístico, esportivos entre outros. O que nos interessa nessa pesquisa é o número de revistas religiosas, que segundo a estatística eram 84 em 1912 e passou para 272 em 1930 um aumento de 188 revistas religiosas pelo Brasil, e que contabiliza um crescimento de 223,8 % (MARTINS, 2003). Quanto às revistas religiosas no contexto do início do século XX, Martins (2003) destaca que:

as revistas religiosas, beneficiadas pela recente liberdade de cultos, opondo-se ferrenhamente à pregação secular então encetada, cumprindo papel decisivo no controle da palavra e das mentes. Valendo-se de significativos recursos materiais, com gráficas próprias, bem aparelhadas e contando com subsídios vários, as revistas de cunho religioso alastraram-se, não raro qualificadas pela colaboração de talentosos articulistas e ilustradores do período. Maior circulação ainda obtinham as revistas de origem católica, com entrada garantida nos lares, vistas como inofensivas e benéficas às famílias de formação cristã, que conformavam a imensa maioria do País. (MARTINS, 2003, p. 66).

A partir dos aspectos ressaltados uma das primeiras etapas da pesquisa foi a realização da coleta dos exemplares da revista a ser analisada, uma vez que ainda não existe sua versão digitalizada. Nas pesquisas iniciais para a realização do projeto de pesquisa a ser apresentado na seleção do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, foi averiguado a existência de acervo da revista *A Cruzada* na Biblioteca Pública do Paraná e no Círculo de Estudos Bandeirantes – CEB, entidade ligada a Pontífice Universidade Católica – PUC ambos localizados na cidade de Curitiba/Paraná. A partir de uma plataforma disponível online foi constatado que os dois arquivos possuíam basicamente as mesmas edições; com o contato com a Biblioteca Pública do Paraná e com o CEB, optou-se pela consulta e coleta dos exemplares existentes no último local.

A realização da coleta dos periódicos ocorreu em outubro de 2016, o trabalho foi realizado a partir da fotografia sem flash das edições disponíveis que estavam organizadas em sete encadernações que possuíam as publicações de março de 1926 á fevereiro de 1931, com uma falta de publicações que voltam apenas com as edições de janeiro e fevereiro de 1934³. Como já ressaltado a proposta da pesquisa foi analisar o período mensal da revista que foi até

³ O acervo da Biblioteca Pública do Paraná indica na plataforma online, possuir também as publicações de março e maio de 1934.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

1931, portanto, os cinco primeiros anos de publicação. Com as fotos dos periódicos “em mãos” a segunda etapa da pesquisa foi à realização da tabulação das características gráficas, do conteúdo, colunas, artigos entre outros. O terceiro passo da pesquisa é a análise do conteúdo das edições, etapa essa que está em andamento.

A revista *A Cruzada*

A revista *A Cruzada* teve seu primeiro exemplar lançado em 19 de março de 1926, a data foi escolhida por ser no calendário religioso católico o dia de São José, santo escolhido para ser o padrinho da obra que se iniciava, em diversos artigos seu nome é recorrido para apresentar o exemplo de família católica a ser seguido pelos leitores. Entre os responsáveis pela publicação estavam o redator chefe Rosário Farani Mansur, o gerente Frederico Carlos Allende e o diretor Padre Antonio Mazzaroto. Além da presença do clérigo na direção, haviam outros colaboradores ligados a Igreja Católica, entre os funcionários muitos eram leigos que participavam de diversos grupos da Igreja Católica de Curitiba, como da União de Moços Católicos, a Congregação Mariana, o Centro Operário Católico, o Grêmio Literário São Luis entre outros.

A revista possuiu periodicidade mensal de março de 1926 até fevereiro de 1931, quando passa a ser semanal. Sua comercialização ocorria por meio de assinaturas anuais ou semestrais, sendo nos seus dois primeiros anos de 6\$000 e 4\$000 respectivamente. Mas também havia a possibilidade de compra de números avulsos e atrasados, por \$600 e 1\$000, ou se o leitor católico pudesse auxiliar ainda mais esse empreendimento, a revista solicitava a assinatura benemérita, por 10\$000. Quanto à circulação da revista é possível indicar, a partir do exposto em suas publicações, que possuíam agentes responsáveis pela realização de assinaturas em sete estados do Brasil: no Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Quanto aos aspectos do projeto gráfico/editorial pode-se ressaltar que a média de número de páginas nas edições eram de 28 páginas, a paginação da revista seguia uma sequência em todas as edições do ano, quando iniciava-se um novo ano da revista, iniciava-se novamente a contagem das páginas. As dimensões do formato da revista mudaram no decorrer dos anos, na edição de lançamento até a edição de fevereiro de 1928 media 15 cm x 22 cm, após mudanças gráficas propostas no terceiro ano de publicação passou a ter 17,5 cm x 26,5 cm. O tamanho e o tipo da fonte não possuíam um padrão, e as cores utilizadas eram exclusivamente o preto até maio de 1926 e após isso foram inseridos a cada edição novas

cores como o vermelho, o azul, o verde e o amarelo, que coloriam as fontes e também as imagens.

A estrutura organizacional do conteúdo da revista mudou durante os anos de circulação, mas em geral seguiam o seguinte formato: Capa, que apresentava nome e subtítulo da revista, além de dados como ano e número da edição, e para ilustrar apresentava uma imagem; em sequência vinham algumas publicidades e uma ficha do expediente da revista, com endereço, nomes de agentes em diversas cidades; a página de apresentação, onde trazia o logo da revista, os nomes da equipe editorial, endereço da redação e tipografia responsável. O conteúdo da revista era distribuído em artigos, textos pequenos, notas, colunas sociais e de curiosidades, dentre os temas mais recorrentes na revista está à questão da “boa” e “má imprensa” temática optada para o presente trabalho.

A “Boa” e a “Má imprensa” nas páginas da *A Cruzada*

Os conteúdos veiculados nas páginas da revista *A Cruzada* eram variados pode-se destacar as questões relacionadas à constituição da família católica e a importância atribuída à formação da mulher, onde o discurso era pautado nos males da modernidade, como a moda feminina, as danças, o cinema entre outros. Além disso, por ser uma revista católica assuntos relacionados à doutrina e a fé. Mas para esse trabalho a temática escolhida para análise é quanto à chamada “boa e má imprensa” e o discurso construído pelo periódico para sua disseminação e para seu combate respectivamente.

Romualdo Dias (1996) ao analisar a atuação da revista católica *A Ordem* criada em 1922 no Rio de Janeiro, aponta que divulgar a doutrina da Igreja, informar sobre as artimanhas dos inimigos e combater as ideias comunistas eram alguns dos principais objetivos do periódico:

A revista se apresentava como católica, declarando-se participante da obra restauradora da Igreja. Doutrinar e combater era a tarefa assumida por ela. O combate tinha como alvo os inimigos externos à Igreja e os internos, os próprios católicos que se haviam deixado impregnar pelo “espírito acomodaticio”. Para enfrentá-los, muniram-se da doutrina católica, juravam permanecer fieis à autoridade ao mesmo tempo que postulavam autonomia nessa luta (*A Ordem*, n. 4 e 5, 1922). (DIAS, 1996, p. 93).

Na revista *A Cruzada* eram publicadas publicidades de variados serviços como médicos, tipografias, barbearias, além de estabelecimentos comerciais e de ensino como lojas de confecções, hotéis, escolas entre outros. Mas um tipo de publicidade se destacava, que era

VI Colóquio Nacional

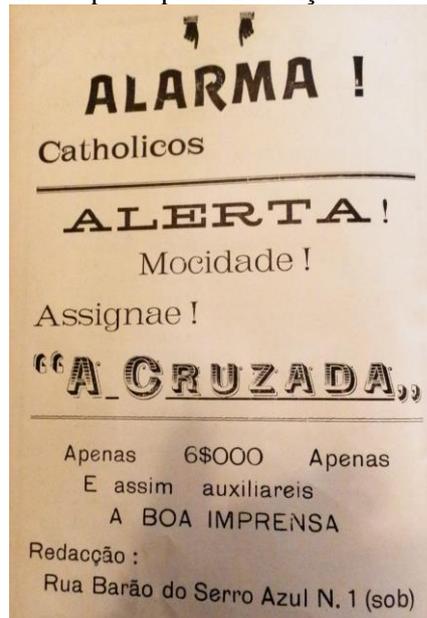
Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

a dos próprios anúncios de assinatura da revista, onde buscava-se sempre chamar os leitores católicos a contribuírem com a obra da boa imprensa (Imagem 1). Em outras ocasiões também apresenta dicas de como os leitores poderiam conseguir novos assinantes para a revista e os argumentos possíveis a serem utilizados na persuasão.

Imagem 1: Contracapa da primeira edição da revista *A Cruzada*.



Fonte: Revista *A Cruzada*, ano 1, n. 1, contracapa, mar. 1926.

Outra estratégia da revista era demarcar os limites entre a “boa” e entre a “má imprensa”, enquanto a imprensa católica era representada pela primeira, a segunda era formada pelos periódicos que se intitulavam ou possuíam posições anticlericais ou aqueles que se posicionavam de forma neutra. Artigos de duas ou até três páginas e textos pequenos buscavam discutir essa temática, como no artigo intitulado de “Más Leituras” de autoria de José de Sá Nunes e publicado em agosto de 1926, que já inicia com a seguinte frase: “Não há perigo maior do que este: a má leitura” (*A CRUZADA*, 1926, p. 101). O artigo aponta a grande circulação entre os jovens, homens e mulheres de livros e da imprensa que possuem leituras indecorosas para os leitores católicos, a solução para o combate desse tipo de leitura na sociedade é apontada como sendo:

S. S. o papa Pio X, de gloriosa e santa memória, nunca se cansou de aconselhar que “se o mal vem da imprensa, devemos combater o mal pela imprensa”. Combatamos, pois, as más leituras, as más revistas e os maus jornais, não consintamos que ninguém os leiam em nossas vistas; e não percamos a ocasião de os lançar ao fogo todos as vezes eles nos caíam nas mãos (*A CRUZADA*, 1926, p. 102).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

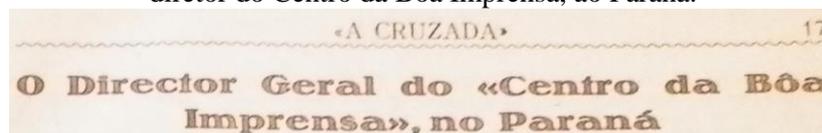
25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A imprensa católica enquanto uma arma de contra ataque contra a “má imprensa” é outro discurso recorrente nos artigos da revista, que para legitimá-lo apresenta as palavras do papa Pio X. Essa tutela da Igreja Católica pela leitura dos seus fiéis é analisada por Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard em *Discursos sobre a Leitura* (1995) onde os pesquisadores apontam que:

Não cabe, portanto, ao leitor ordinário discriminar entre os bons e os maus livros; assim como o espectador ingênuo se encanta ou se espanta com os monstros que vê no teatro, sem procurar conhecer o artifício que lhes dá vida, assim também o leitor se abandona ao livro que excita sua imaginação ou toca seus sentimentos. A escolha é uma responsabilidade do doutor, que conhece as armadilhas da escrita e delas se esquivava, além de saber guardar sua fé na mais estrita ortodoxia, porque está mais próximo da Igreja, guardião infalível do dogma (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 21-22).

Formado por um corpo de especialistas a revista *A Cruzada* se posicionava como agente propagador da “boa imprensa” no Paraná e como periódico responsável por tutelar a formação das consciências dos católicos por meio da leitura ao decidir e determinar o que devia ser evitado e o que devia ser consumido.

Imagem 2: Título da matéria publicada em março de 1927 sobre a vinda do Cônego Alcídino Pereira, diretor do Centro da Boa Imprensa, ao Paraná.



Fonte: Revista A Cruzada, ano 2, n. 1, p. 17-18, mar. 1927.

Em março de 1927 a revista *A Cruzada* comemorava um ano de circulação e celebrava a visita do diretor geral do Centro da Boa Imprensa, o cônego Alcídino Pereira. O artigo apresentava um histórico da formação do Centro, além de ressaltar quatorze objetivos da obra entre eles destaca-se “Dirigir e propagar a Liga da Boa Imprensa, fundada por sua iniciativa no mesmo anno de 1910; [...] Fornecer à imprensa noticiário e mesmo artigos sobre congressos, semanas e festas catholicas, no intuito de dar realce á vida catholica” (A CRUZADA, 1927, p. 18) O ponto alto do artigo é a transcrição de uma carta redigida pelo cônego Pereira onde este nomeia a revista *A Cruzada* como representante do Centro da Boa Imprensa no Paraná.

A revista *A Cruzada* buscou atingir seus objetivos de disseminação da doutrina cristã/católica e de combater seus inimigos nos oito anos que esteve em circulação. Na sua trajetória

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

realizou mudanças gráficas e editoriais para conseguir atingir maior público católico e se firmar como a representante da “boa imprensa” no Paraná.

Considerações finais

O presente trabalho teve o objetivo de apresentar alguns aspectos iniciais da pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, que tem como proposta identificar as temáticas mais recorrentes apresentadas nas edições da revista *A Cruzada*, periódico mensal ligado a Igreja Católica e que esteve em circulação entre 1926 á 1934 em Curitiba no Paraná.

A partir do exposto nesse trabalho é possível indicar que uma das estratégias utilizadas pela Igreja Católica para conter o avanço de ideias de grupos anticlericais e para propagar a doutrina cristã, foi a utilização da imprensa, que antes era vista como perigosa, e que passa a ser uma arma de contra-ataque. Com a recorrente referência a dualidade de publicações com a “má” e a “boa imprensa”, demonstra que a Igreja estava ciente da força da imprensa na sociedade brasileira e passou a utilizar-se desse meio de comunicação e fazer uma imprensa apropriada para os católicos leitores. A criação do Centro da Boa Imprensa em 1940, no Rio de Janeiro, não inaugurou a imprensa católica no Brasil, uma vez que já havia publicações desse tipo no território brasileiro, a sua criação buscou sistematizar a criação de novos periódicos e orientar a disseminação das publicações para cumprir essa missão cristã.

No Paraná a revista *A Cruzada* era considerada um agente da “boa Imprensa” e recorrentemente em seus anúncios de assinatura solicitava que os leitores católicos auxiliassem nessa obra, além de apresentar artigos onde buscava elencar os problemas que a “má imprensa” poderia causar para a formação da sociedade e que acarretaria em uma possível degradação da família católica.

Fonte

A CRUZADA. Revista Mensal da Mocidade Católica Paranaense. Mensal. Edições de 1926 à 1931.

Referências

CAMPOS, Névio de. Ação católica: o papel da imprensa no processo de organização do projeto formativo da igreja católica no Paraná (1926 – 1939). **Educar** – Editora UFPR, Curitiba, n. 37, p. 259-277, maio/ago. 2010.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

CAMPOS, Névio de. **Intelectuais e a igreja católica no Paraná: 1926-1930**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura – 1880-1980**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa. **Projeto história**, São Paulo, n; 35, p. 253-270, jul./dez., 2007.

DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem**: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

JULIA, Dominique. A religião: A história religiosa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 106-131.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MANOEL, Ivan. **O pêndulo da história**: Tempo e eternidade no pensamento católico (1800 - 1960). Maringá: Eduem, 2004.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia á história: Folheando páginas revisteiras. **História**, São Paulo, n. 22, v. 1, p. 59-79, 2003.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL: RIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Bruna Morante Lacerda Martins¹

Introdução

Os debates acerca do acautelamento dos bens naturais têm obtido relevância a partir das últimas décadas do século XX. As recomendações da “Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” adotada pela UNESCO em 1972, fortaleceu o reconhecimento da natureza como bem patrimonial da humanidade, e posteriormente, debatido na “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento” realizada em 1992, e, reafirmado o compromisso com “Rio +20” em 2012, ambas sediadas no Rio de Janeiro. Esta solicitude decorre do processo de mundialização de valores ocidentais, da aceleração do capital nos domínios ambientais, da modernização da agricultura, de empreendimentos hidrelétricos e entre outros elementos (SCIFONI, 2006).

A compreensão do patrimônio ambiental abarca o processo histórico entre a sociedade e a natureza, levando em conta as suas articulações e contradições no espaço vivido, apropriado e usado (ARRUDA, 2009; ALMEIDA, 2012). Nas palavras de Scifoni e Ribeiro (2006, p.112), “O patrimônio ambiental inscreve-se na memória dos diversos grupos que compõem a sociedade e considera o vínculo destes com uma natureza transformada em objeto de ação cultural, em objeto de apropriação social”. Este entendimento transcende o sentido de oposição entre a natureza e a cultura, tendo em vista que a natureza está contida nos objetos, práticas e representações, que os próprios sujeitos legaram uns aos outros.

As correlações entre cultura-natureza são provenientes das identidades e memórias dos grupos e sujeitos históricos, por isto, o patrimônio ambiental desenvolve um importante papel para o conhecimento, preservação e a manutenção dos vínculos de pertencimento do homem com território vivenciado em uma continuidade do tempo. Milton Santos (2006, p. 14), esclarece este aspecto: “A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. [...]. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade”. É imprescindível levar em conta os modos experienciais e as particularidades dos recursos naturais enquanto representações da historicidade e das reminiscências (i)materializadas no espaço habitado.

¹ Programa de Pós-Graduação em Geografia, CAPES, UEM, brunamorante@gmail.com

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Na recente esteira das discussões e regulamentações do patrimônio ambiental, umas das primeiras medidas de salvaguarda na década de 1980 no Brasil, é a classificação do Parque Nacional do Iguaçu como bem natural da humanidade, localizado entre a tríplice fronteira do Brasil-Argentina-Paraguai pela UNESCO. Na sequência, têm-se exemplos, como Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí em 1991, Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central em 2000, Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional da Ema em Goiânia no ano de 2001 e recentemente o tombamento da paisagem carioca entre o mar e a montanha em 2012. Em âmbito estadual, a Coordenação do Patrimônio Cultural do Paraná assegura a proteção de tais bens naturais: Sete Quedas, Cataratas do Iguaçu, Vila Velha, Baía de Paranaguá, Parque do Guartelá, Mata de Araucária e Mata Atlântica, bem como unidades de conservação espalhadas pelo território paranaense.

Observa-se que o patrimônio ambiental está em construção de seu conceito, regulamentação e tipologia. Segundo Delphim (2004), os esforços são escassos para preservar os bens ambientais perante a biodiversidade brasileira, pois há uma urgência nas formulações de planos de gestão dos recursos naturais, que ocorra de forma participativa e compartilhada entre os agentes públicos, privados e a sociedade. Desta maneira, o objetivo deste texto está centrado em tecer reflexões sobre o rio Ivaí como patrimônio ambiental, localizado no estado do Paraná, como forma de conhecimento, valorização e preservação da memória e da história.

Ressalta-se que, essa abordagem integra uma pesquisa em desenvolvimento, junto ao Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Maringá, sob orientação do Prof. Henrique Manoel da Silva e coorientação Prof.^a Maria da Graça de Lima.

Memórias do Ivahy: frutas, animais e explorações

O rio de Ivahy significa “rio das frutas” no Dicionário Sociolinguístico Paranaense de Francisco Filipack (2002). No relato do viajante, Jonh Elliot de 1845, encontramos a menção de variedades de frutas: “rodando em vista de muitas ilhas grandes e pequenas cobertas de relva e poderosas árvores, entre as quaes haviam jaboticabas, jatúbas, jenipápos, guavirovas, e de outras fructas saborosas [...], além das fructas mencionadas limões gallegos (AYROSA, 1930, p. 28). Nos caminhos percorridos se destacam as “laranjeiras ácidas” e os “ladeados de bananeiras” encontradas pelos viajantes nas ribanceiras aos arredores do rio paranaense.

O rio Ivaí é um dos principais recursos hidrográficos do Estado do Paraná. Ele entendido como espaço de sociabilidades, lazer e trabalho, carrega historicamente nas suas

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

águas as memórias de muitas gerações: suas margens foram habitadas por populações de caçadores coletores pré-cerâmicos da Tradição Humaitá, entre 9000 a 2500 AP, conforme registros arqueológicos. Acolheu populações indígenas das tribos Guarani e Kaingang, viajantes e exploradores, e também, imigrantes europeus e migrantes paulistas, nordestinos, catarinenses, quando teve início a frente de (re) ocupação da região que perdura até os dias atuais (MOTA, 2012).

Com a chegada dos europeus no século XVI, o rio Ivaí ofereceu o caminho, o alimento e o refúgio. A passagem de Aleixo Garcia em 1524 e Alvar Núñez Cabeza de Vaca em 1541 nos deixaram inúmeros registros relativos às características naturais deste espaço. Já nos anos finais deste século, os padres jesuítas fundaram nos arredores do rio as denominadas Reduções ou Missões: Jesus-Maria, *San Pablo Del Inai* e Santo Antônio. E nas suas margens permaneceu a segunda fundação da cidade espanhola *Villa Rica del Espiritu Santo* (1579-1632), passaram as bandeiras de Raposo Tavares no ano de 1628 e as comitivas oficiais de Afonso Botelho, comandada pelo capitão Francisco Nunes Pereira em 1771 (PARELLADA, 1993).

Na segunda metade do século XIX, diante da conjuntura em que o estado nacional se estabelecia, o governo provincial do Paraná tratava de dinamizar a exploração econômica com reconhecimento dos seus recém-territórios e concedia incentivos para fundar colônias de migrantes europeus, por outro lado, as elites campeiras se organizavam para ampliarem suas extensões de terras. As ações territoriais exploratórias, financiadas em certas ocasiões pelo governo do imperial, provincial e estancieiros, envolveram o reconhecimento dos domínios do vale do rio Ivahy, rio Paraná, rio Paranapanema e Tibagi (MOTA, 2008).

O político João da Silva Machado, conhecido por Barão de Antonina, viabilizou investidas para percorrer os rios paranaenses. No ano de 1842, delegou Antônio Pereira Borges junto com 60 homens que partiu da freguesia do Amparo – atualmente distrito de Tibagi, os quais seguiram por 14 dias entre trilhas e canoas em direção ao rio Ivahy. A comitiva encontrou com a expedição que saiu de Guarapuava financiada por fazendeiros e dirigida por Francisco Ferreira Rocha Loures, que prosseguiram aos Campos do Mourão. Em 1845, os exploradores Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot atravessaram o rio Ivaí, subsidiado novamente pelo Barão de Antonina, seguiram em rumo aos cursos das águas paranaenses. Essas explorações demonstram os interesses dos poderes instituídos na frente de expansão territorial, bem como do domínio das áreas pertencentes à população indígena, que

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

vivenciavam a beleza cênica, os animais, as flores e a natureza frutífera do rio Ivahy (MOTA, 2008).

A apropriação do espaço do vale do rio Ivaí se deu com a fundação da colônia Thereza Cristina – atualmente distrito de Candido de Abreu (ARRUDA, 2008; MOTA, 2008). Conforme registros do Relatório do Presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, no ano de 1846, o médico Jean Maurice Faivre fundava a colônia “Franco Brasileira”, uma homenagem a Imperatriz Tereza Cristina (1822-1889), entre a confluência do rio Ivaí e “Ivaizinho”. Nas palavras do Presidente Vasconcellos:

Diferente da do Superaguhy, no plano, fim e filantropia, que se propõe, a colônia Thereza afastando-se da costa do mar e dos grandes centros de população para que o influxo da escravidão e das tendências mercantis que nelas ha, não obrasse malignamente sob o seo destino que he (expressão de seo fundador) tornar o homem feliz e virtuoso, foi encravar-se no centro da província á margem do Yvahy na confluência do ribeirão das Campinas, de sorte que, no isolamento e distancia das grandes povoações, que de ordinário estorvão a prosperidade das colônias e as as acabão vê do dr. Faivre hum dos predicados mais recommendaveis de seo estabelecimento (VASCONCELLOS, 1854, p. 57).

A fundação de Tereza Cristina na beira do rio Ivaí denota a importância das águas doces para construção do modo de vida, já que naquela época os saberes-fazeres dos 90 colonos que habitavam em 20 casas, foram voltados para a produção de farinha de mandioca com auxílio de uma máquina de raspagem e 2 moinhos, para o manuseio de metal em uma forja – tipo de forno para fundir metais, para a fabricação de cachaça artesanal no alambique local, que eram vendidas a 200\$ réis a garrafa e para a confecção de artefatos feitos em uma olaria.

A posição estratégica da colônia a beira rio atrelou-se a uma possibilidade de estabelecer um porto de exportação para o Mato Grosso, e ao mesmo tempo, de explorar prováveis minas de sal gemma na região (MOTA, 2008). Neste sentido, houveram expedições de conhecimento para analisar a potencialidade e facilitar os meios de comunicação da colônia e dos territórios adjacentes, tais como: as explorações geográficas dos irmãos engenheiros Keller em 1865, a expedição de Thomas Bigg-Witter buscando condições para traçado da estrada de ferro entre os rios Ivaí e o Tibagi em 1872, a empreitada de Edmundo Mercer para construção de uma estrada em 1910 e a exploração do geofísico Reinhard Maack em 1933 (MOTA, 2012).

Imagem 1: Franz Keller-Leuzinger, **Caça da Anta - Rio Ivaí**, 1865 – Fotografia em albumina; 9,4 X 18 cm.



Fonte: Coleção Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Ao aplicarmos a regra dos três terços, que concerne a uma composição da fotografia dispendo de três terços verticais e três terços horizontais, que orientam o enquadramento da foto, encontramos o centro de interesse da fotografia, conforme Barcelos (2013). Portanto, a imagem produzida por Franz Keller-Leuzinger, durante a expedição geográfica ao rio Ivaí em 1865, denota que o ângulo fechado escolhido para tomada da foto foi determinante na imagem obtida, uma vez que acabou por centralizar o caçador dentro de uma embarcação empunhando um artefato similar a uma lança em luta contra uma anta.

A forma como Keller-Leuzinger retrata a sua expedição sugere a noção de paisagem discutida por Sauer (1998), pois observamos na fotografia a interação entre os elementos naturais e culturais, no caso entre o rio e os exploradores, entre a caça e a anta, nas palavras do autor:

Não podemos formar uma idéia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. Assim, no sentido corológico, a alteração da área modificada pelo homem e sua apropriação para o seu uso são de importância fundamental. A área anterior à atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são um outro conjunto (SAUER, 1998, p. 42).

Porém, Sauer (1998) assinala que existe uma relação primeira de separação do natural com o cultural, sendo que o homem atua como sujeito de transformação na apropriação da paisagem. E isto, converte-se na transposição do primeiro plano com o segundo, no qual a

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

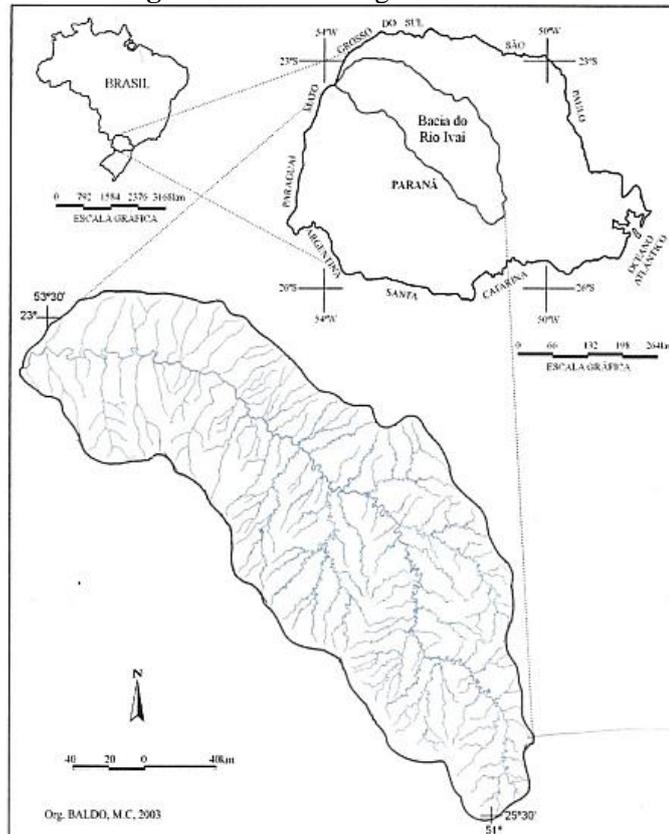
captura do animal está inserido no ambiente desconhecido, no caso o rio Ivahy, que oferece o alimento para continuar a viagem por correntezas e rochas.

Algo que chama a atenção, é a técnica de impressão no papel albuminado, criada por Louis-Désiré Blanquart-Evrard em 1850, o albúmen, popularmente chamado de clara de ovo, formado de água e pela proteína albumina, adere os “sais de prata fotossensíveis à base de papel” (MANINI, 2011, p. 123). No que diz respeito a conservação do material, Manini (2011) alerta para o excesso de luminosidade, umidade e a temperatura em descontrole faz com que modifique a forma e o conteúdo da fotografia. No caso da “Caçada da Anta”, um importante exemplar tanto da memória fotográfica das explorações no rio Ivahy, quanto da técnica empregada, encontra-se sob os cuidados adequados do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Ameaças ao patrimônio ambiental do rio Ivaí: construções de aproveitamento hidrelétrico

O rio Ivaí corresponde a um percurso de 685 km, área total de 36.540,0 km², com suas nascentes no rio dos Patos, próximo a Prudentópolis e o rio São João próximo a Bananas até a foz do rio Paraná, abrangendo 107 municípios. Localiza-se entre as coordenadas geográficas de 22° 54’ a 25° 33’ de latitude sul e 50° 44’ a 52° 42’ de longitude oeste. Assim, suas águas são aproveitadas para a pesca, agricultura, produção artesanal com argila (olarias), bem como, por instâncias termais turísticas, pousadas e casas de veraneio. Os seus principais afluentes são: Alonso, Paranavaí, Antas, Corumbataí, Mourão, Ligeiro e Índios (MAACK, 1968, p. 51) (FIGURA 01).

Imagem 2: Bacia hidrográfica do rio Ivaí.



Fonte: Baldo (2006).

Segundo Parolin et al, “A bacia hidrográfica do Ivaí está totalmente inserida em território paranaense, o que lhe confere o título de maior rio genuinamente paranaense, isto é, nasce, percorre e deságua dentro dos limites territoriais do Estado” (PAROLIN et al, 2010, p. 64). Esta unidade hidrográfica dividida em alto, médio e baixo curso, é a guardiã da biodiversidade, por abrigar em seu curso a quase extinta Floresta Semidecidual do bioma Mata Atlântica, faixas de transição de raros campos de Cerrados e as Florestas de Araucária. A bacia compõe-se de Unidades de Conservação (UC), corredores de biodiversidade, Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), tais como: a UC Vila Rica do Espírito Santo em Fênix e APA estadual da Serra da Esperança em Prudentópolis (PEREIRA; SCROCCARO, 2010).

Ademais, é um dos poucos rios do Paraná que tem seu leito livre de barragens, no entanto tem sido objeto de estudos de aproveitamento hidrelétrico. Em 1984, a Companhia Paranaense de Energia, atualmente responde por Copel Distribuição S.A., realizou o “Estudo de Inventário do rio Ivaí”. Em 08 de janeiro de 1987, a Portaria n. 10, emitida pelo Departamento Nacional de Energia Elétrica atual Agência Nacional de Energia Elétrica

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

(ANEEL), aprovou os estudos finais de inventário hidrelétrico em todo o seu percurso (DNAEE, 1987). A conclusão da pesquisa diagnosticou a viabilidade de construir sete aproveitamentos hidrelétricos nas seguintes localidades: Salto Ariranha, São João do Ivaí, Três Figueiras, Foz do Alonso, Bela Vista do Ivaí, Ubaúna e Ivatuba, totalizando 886 megawatts de potência.

A proposta de obter energia elétrica por meio do rio Ivaí esteve travada por alguns anos nos depositários públicos, todavia a retomada se deu em 2009, com o pedido de revisão dos estudos de potencialidade hidroenergético das empresas Minas PCH, J. Malucelli Energia S.A. e ERSA – Estudos e Desenvolvimento de Projetos S.A, com a previsão de gastos em torno de R\$ 3.550.000,00. Os anseios das proponentes são os seguintes:

Objetivo deste pedido de registro é anuência da ANEEL para elaboração da Revisão dos Estudos de Inventário do rio Ivaí, da sua nascente até sua foz no rio Paraná, visando à identificação do Potencial Hidroenergético Ótimo do rio, respeitando as particularidades ambientais existentes na sua Bacia, identificadas nos estudos de Meio Ambiente realizados na região, com destaque para a Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Rio Paraná, elaborada pela EPE [Empresa de Pesquisa de Energética] (ANEEL, 2009a, p. 2).

As empresas envolvidas realizaram “investigações mais detalhadas da região do aproveitamento, tais como execução de furos de sondagem, levantamento de topografia e implantação de réguas para medição do nível do Rio Ivaí” (MINAS PCH et al, 2011, p. 1). Os prováveis municípios impactados são os seguintes: Borrazópolis, Branco do Ivaí, Cândido de Abreu, Fênix, Grandes Rios, Icaraíma, Ivaté, Ivatuba, Ivaiporã, Japurá, Jussara, Jardim Alegre, Lidianópolis, Manoel Ribas, Paraíso do Norte, Prudentópolis, Querência do Norte, Santa Monica, São Pedro do Ivaí, São João do Ivaí, Tapira e Turvo (ANEEL, 2009a, p. 2).

O relatório final das empresas apresentado para a ANEEL corrobora a hipótese de construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) no curso do rio Ivaí, ou seja, “projetos com menor capacidade de geração de energia elétrica e de área inundada” (REZENDE, 2012, p. 145). Assim, desde que seja PCH, as empresas reclamam o direito de preferência garantido pela Resolução n. 393/98, que concede 40% do potencial inventariado para os responsáveis pelo estudo (ANEEL, 1998).

Esta alternativa “sustentável” de obter energia é o favorito entre os capitais privados, por oferecem um baixo custo, possibilitando “um movimento de grande especulação por parte de empresas interessadas no desenvolvimento e, por vezes, somente na “venda” de projetos no “mercado” criado com essas usinas” (RIBEIRO, 2012, p. 365). Além disso, este tipo de

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

empreendimento ocasiona o efeito cascata, isto é, para o aproveitamento pleno do rio constroem-se inúmeras barragens em sua extensão propiciando o acúmulo de impactos socioambientais na bacia hidrográfica (REZENDE, 2012).

Devido às especulações acerca de projetos hidrelétricos nos rios paranaenses, instituiu-se um movimento social denominado *Pró Ivaí/Piquiri*, fundado em 2012, para discutir e apresentar a população os efeitos ocasionados por barragens no Paraná. O movimento reúne representantes de sindicatos rurais, estudantes, membros religiosos e interessados em defender os rios Ivaí e Piquiri. As ações do movimento envolvem reuniões socioeducativas nas cidades impactadas, elaborações de documentos em prol da preservação do meio ambiente e discussões dos impactos com a comunidade.

O princípio do movimento está embasado na preservação dos rios para o uso múltiplo da população. Em uma reunião, na cidade de Barbosa Ferraz, Robertson Azevedo, um dos representantes do movimento e promotor de justiça de Maringá, discute:

Por que, o que acontece quando você faz uma barragem? Aquilo que é... vamos imaginar, aqui tem umas 80 pessoas, se eu perguntasse para cada um de vocês: diz um lugar do rio ou de perto? Cada um vai ter um lugar, curva, barranca, vasão, ilha, pedra, fundo [...], 80 lugares, plantação de milho ao redor, casinha, sítio arqueológico, corredeira, cachoeira, tudo vira uma coisa só... RESERVATÓRIO! (AZEVEDO, 2012).

A ênfase do promotor em dizer que os lugares do rio que você tem no seu imaginário irão desaparecer por causa da construção de uma barragem propulsiona um ponto para discutir os efeitos de ordem territorial e simbólica ocasionado por barragens na história e memória do indivíduo a coletividade. Diante deste cenário, os poderes públicos dos municípios de Fênix, Itambé, Lidianópolis, São do João do Ivaí e São Pedro do Ivaí, elaboraram projetos leis que declaram o trecho do Rio Ivaí que banha o território municipal como patrimônio ambiental e cultural (PRO IVAÍ-PIQUIRI, 2013).

Neste sentido, o tombamento do rio Ivaí já foi colocado em pauta na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), no entanto não houve a concordância dos parlamentares (ALEP, 2008). Cogita-se que, um dos possíveis enclaves para aprovação do Projeto Lei n. 62 de 2008 seja o artigo 2º: “Ficam proibidas as instalações de obras ou empreendimentos que, isolada ou conjuntamente, venham a alterar de forma significativa as condições naturais do rio” (PARANÁ, 2008). Logo, a constituição desta lei embargaria o uso do rio Ivaí para produzir energia elétrica propiciando a preservação de toda a extensão do rio.

A partir desta constatação, têm-se como delimitação espacial estes municípios para serem estudados perante os aspectos dos bens patrimoniais naturais e culturais, tendo em vista esta pertinência, dentre as cidades citadas, tais como Fênix, São Pedro do Ivaí e São João do Ivaí, já demonstraram por meio de legislação² o interesse na preservação do rio Ivaí na parcela que pertence ao território citadino.

Os principais questionamentos a serem respondidos e problematizados no decorrer do estudo se originaram das perguntas: Quais os elementos que compõe a ideia de patrimônio ambiental? Qual papel do rio Ivaí na construção identitária? Os lugares do rio em que a comunidade local tem no seu imaginário irão desaparecer por causa de construções de pequenas centrais hidrelétricas, assim, quais são os efeitos de ordem simbólica para o indivíduo a coletividade? Qual o discurso empregado nas políticas públicas de preservação ambiental paranaense diante destas ameaças de impactos ambientais e culturais?

Neste sentido, dentre os municípios que serão impactados com a construção das PCH'S no rio Ivaí, destaca-se a cidade de Fênix, uma vez que preserva os resquícios de Vila Rica do Espírito Santo, uma antiga cidade colonial, que carrega parte da história do Paraná.

O legado do Ivaí: entre ruínas e a mata atlântica

A instauração da cidade de Vila Rica do Espírito Santo remete ao período colonial do *Guaíra*, atualmente estado do Paraná. O tratado de Tordesilhas celebrado em 1494 estabeleceu os limites territoriais entre Portugal e a Espanha, colocando a atual jurisdição paranaense a oeste de Paranaguá como sendo espanhol. No domínio territorial espanhol foram fundadas as seguintes cidades: *Ontiveiros* (1554), *Ciudad Real del Guaíra* (1556) e *Vila Rica Del Espiritu Santo* (1570-1632) (MOTA; NOELLI, 1999, p. 26).

Vila Rica Del Espiritu Santo foi fundada pelo capitão Ruy Diaz Melgarejo, no cruzamento dos rios Ivaí e Piquiri. O nome da cidade teria sido decorrente do possível encontro de minas de ouro pelos espanhóis nas terras da região. A sua posição geográfica, no coração do *Guaíra*, possibilitou inicialmente aos espanhóis a posse de terra e a proteção contra os portugueses (AGUILLAR, 2012).

² FÊNIX. **Lei n. 37 de 06 de agosto de 2012.** Declara o trecho do Rio Ivaí que banha o território do Município de Fênix, Patrimônio Paisagístico, Ecológico, Cultural e Turístico e dá outras providências. SÃO JOÃO DO IVAÍ. **Lei n. 14 de 03 de agosto de 2012.** Declara patrimônio cultural, paisagístico, ecológico e turístico do município de São João do Ivaí, o trecho do rio Ivaí que banha o território municipal. SÃO PEDRO DO IVAÍ. **Lei n. 05 de 03 de agosto de 2012.** Declara o trecho do Rio Ivaí que banha o território do município, patrimônio cultural paisagístico, ecológico e turístico do município de São Pedro do Ivaí e dá outras providências.

Entretanto, em 1592, por ordem do capitão Guzmán, *Vila Rica* foi transferida para as margens do rio Ivaí e adjunto da foz do rio Corumbataí. Segundo Parellada (1993), a transferência foi considerada como ruim para os habitantes, pois na primeira fundação havia mais recursos naturais e também muitos índios *encomiendados*. O sistema de *encomienda* “concedia áreas de terras a colonos espanhóis, para que as explorassem com o trabalho dos índios horticultores que residiam na região” (SCHALLENBERGER, 2012, p. 33). Em *Vila Rica*, este sistema econômico era baseado no cultivo da erva-mate, a principal moeda de troca no *Guaíra*.

Entre 1580 a 1640, um novo cenário foi estabelecido, com a frente missionária batizada de redução jesuítica. As reduções jesuíticas tinham o intuito de “catequizar os indígenas, batizar, celebrar os sacramentos e manter contatos com as aldeias vizinhas” e proteger os índios do trabalho nas *encomiendas* (AGUILLAR, 2012, p. 148).

Nos arredores de *Vila Rica* instauram-se as reduções de São José, São Paulo e Los Angeles, bem como, houve uma doação de um terreno pelo capitão Guzmán para a construção de uma igreja e uma casa para os padres jesuítas (PARELLADA, 1993).

No entanto, a urbe estava na mira dos bandeirantes paulistas. Em meados de 1628, a bandeira promovida por Antônio Raposo Tavares impetrou no território guaireño. A expedição de Tavares percorreu as terras paranaenses a fim de capturar os índios para servirem nas fazendas paulistas e também de invadir territórios espanhóis. Com essa expedição, em 1632, houve o cerco da *Villa Rica* pelos bandeirantes paulistas e logo a sua destruição, levando a dispersão dos índios Guarani e alguns espanhóis que seguiram rio abaixo (MOTA; NOELLI, 1999).

Com a destruição de *Vila Rica* encerram-se as tentativas de estabelecimento neste território. Posteriormente, as viagens oficiais realizadas por Afonso Botelho e Francisco Lopes da Silva (1771) e a comitiva do General Muricy (1896) objetivavam o reconhecimento desta área com intuito de encontrar riquezas legadas pelos villariquenhos, no entanto os resultados foram decepcionantes, e logo o mato cobriu os vestígios da antiga cidade.

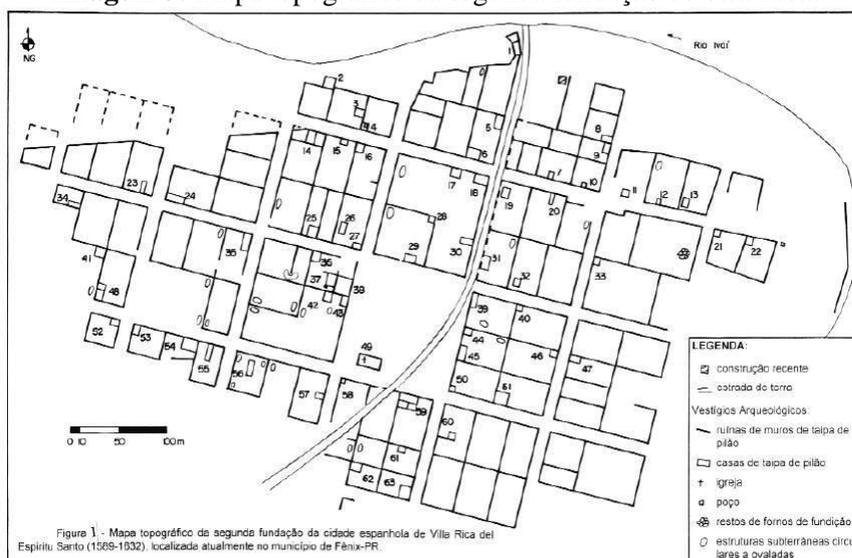
Deste modo, entende-se que a antiga cidade é peça fundamental para compreensão deste período, já que se constitui como espaço de memória dos sujeitos históricos que por ali habitaram, além de representar distintos significados para atual população que tem como legado cultural.

Atualmente, o sítio arqueológico que correspondem à segunda fundação da antiga cidade colonial encontra-se no Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, uma área de

proteção integral, que está localizado no município de Fênix, Paraná. Além do elemento histórico, o parque tem a sua importância geográfica da fauna e flora local, tendo em vista que é um dos poucos refúgios de preservação da Floresta Semidecidual do Bioma Mata Atlântica. (MIKICH; OLIVEIRA, 2003).

Alguns estudos foram realizados no sítio de *Villa Rica*, destacam-se as pesquisas dos irmãos Keller (1985), Blasi e Chymz (1960) e recentemente por Parellada. Os estudos arqueológicos de Parellada (1993; 1997) apresenta um esboço da malha urbana da antiga cidade. A autora constatou que a área da segunda fundação de *Vila Rica* possuía 300.000 metros², sendo que as construções foram erguidas em taipa de pilão, ou seja, terra socada (FIGURA 03).

Imagem 3: Mapa topográfico da segunda fundação de *Vila Rica*.



Fonte: Parellada (1997).

Os vestígios arqueológicos encontrados por Parellada assinalam que a infraestrutura da cidade era composta por: Igreja de São João Batista, devido à relação com Companhia de Jesus; Cemitério próximo à igreja; Cadeia pública; Prefeitura próxima à praça; e também casa de religiosos que abrigavam os jesuítas (PARELLADA, 1997, p. 142-147).

No entanto, esta área da malha urbana de *Villa Rica* encontra-se ameaçada com possível construção de PCH'S no curso do rio Ivaí, visto que a construção de um empreendimento dessa envergadura tem o potencial de causar impactos socioambientais. O parque possui 353,86 hectares (MIKICH; OLIVEIRA, 2003). Segundo o *Jornal Tribuna do Interior* (14 jul. 2012, p. 5): "O Parque Estadual Vila Rica, um dos cartões postais da cidade,

teria seus 350 hectares alagados”, restando apenas 4% do total do parque, envolvendo o alagamento de uma área de proteção ambiental e das ruínas da antiga cidade espanhola.

Portanto, algumas questões norteiam a pesquisa: O que este projeto hidrelétrico no rio Ivaí ocasionará as ruínas de Vila Rica? E para a população? Esta antiga cidade estará propensa a submergir na memória histórica do Paraná? De fato, o interesse econômico sobre o meio extrapola as temporalidades do homem? A historicidade da sociedade contemporânea está entre os jogos de poderes entre o capital privado e público?

Pressupõe-se que preservar *Vila Rica* torna-se um desafio para contemporaneidade, visto que a construção do empreendimento hidrelétrico ocasionará a submersão da memória dos sujeitos históricos que por ali habitaram.

Considerações finais

O patrimônio ambiental configura-se como bens patrimoniais advindos da interação do homem e o meio ambiente, o qual são formados por elementos físicos e biológicos e por elementos culturais, no caso da paisagem. Ressaltamos que, as discussões e as regulamentações deste cunho, ainda são excassas, porém observamos o interesse da sociedade em preservar o meio ambiente para as gerações futuras. Nesse sentido, esta pesquisa em andamento visa tecer reflexões sobre o rio Ivaí enquanto patrimônio ambiental como forma de conhecimento, valorização e preservação da memória e da história e meio para desenvolvimento regional a partir do fomento do turismo. Ao desenvolvermos o conceito de paisagem cultural (SAUER, 1998) como elemento basilar para compreensão do patrimônio ambiental. Logo, a pesquisa estenderá para buscar modos de vida ribeirinhos, e ao mesmo tempo, investigar-se-á a potencialidade turística no entorno deste território, como unidades de conservação, casas de veraneio, estâncias de lazer e outros atrativos.

Fontes

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Resolução n. 393 de 04 de dezembro de 1998**. Brasília: ANEEL, 1998.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Formulário para solicitação de registro estudo de inventário hidrelétrico**. Brasília: ANEEL, 2009a.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Despacho n. 3664 de 28 de setembro de 2009**. Brasília: ANEEL, 2009b.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Disponível em:

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

http://www.alep.pr.gov.br/web/pesquisa_projetos_espelho/pesquisa_projetos_espelho.php.
Acesso em: 6 jun. 2013.

AZEVEDO, Robertson F. **Reunião do Movimento Pró-Piquiri Ivaí**. Barbosa Ferraz, 15 set. 2012, 40 minutos, Casa da Cultura de Barbosa Ferraz.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Portaria n. 10 de 08 de janeiro de 1987**. Brasília: DNAEE, 1987.

ELLIOT, Jonh. Itinerário de uma viagem de exploração pelos rios Verde, Itararei, Paranapanema, e os sertões circunjacentes mandado fazer pelo Exmo Sr. Barão de Antonina em 1845. In: AYROSA, Plínio Marques. As entradas de João Francisco Lopes Henrique Elliot. **Revista do Instituto Geográfico e Etnográfico de São Paulo**, São Paulo, v. 28, 1930.

MELO, Edson O. O último rio intocado, Ivaí é alvo de hidrelétricas. **Jornal O diário do Norte do Paraná**. Maringá, 20/09/2008.

MINAS PCH S/A; J. MALUCELLI ENERGIA S/A; ERSÁ ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. **Comunicado de Execução de Serviço**. Minas Gerais, 2011.

PARANÁ. **Projeto Lei n. 62 de 04 de março de 2008**. Decreta o tombamento do rio Ivaí em toda a sua extensão.

PEREIRA, Walter. Construção de hidrelétrica gera apreensão em Fênix. **Jornal Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 13 jul. 2012. Cidades, p. 5.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes. **Relatório do Presidente da Província do Paraná, Conselheiro Zacarias Góes e Vasconcellos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854**. Curitiba: Type Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.

Referências

AGUILLAR, Jurandir C. Paróquia São José de Campo Mourão: Território Eclesiástico. In: MEZZOMO, Frank A. HAHN, Fábio A. PÁTARO, Cristina S. (Org.). **Constituições de territórios paranaenses: olhares da história**. Campo Mourão: Ed. FECILCAM, 2012.

DELPHIM, C. O patrimônio natural no Brasil. In: FUNARI, P; PELEGRINI, S. **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: Annablume, 2009.

FILIPACK, Francisco. **Dicionário Sociolinguístico Paranaense**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

GANDARA, Gercinair S. CIDADE-BEIRA. Musealização do Patrimônio Cultural e Ambiental (online). **SIAM Review**, Philadelphia, v. 1, p. 1-12, 2012.

IBGE. Cidades. Fênix – PR. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 10 ago. 2012.

MIKICH, Sandra B. OLIVEIRA, Karina L. **Revisão do plano de manejo do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo**. Curitiba: MATER NATURA – Instituto de Estudos Ambientais, 2003.

MOTA, Lúcio T. Campo Mourão: os Territórios do Cacique Kuaracibera dos Guarani, ou os Pahy-Ke-Rê dos Kaingang, ou os Campos do Mourão dos Conquistadores Portugueses In:

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

MEZZOMO, Frank A. HAHN, Fábio A. PÁTARO, Cristina S. (Org.). **Constituições de territórios paranaenses: olhares da história.** Campo Mourão: Ed. Fecilcam, 2012.

_____; NOELLI, Francisco S. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná.** Maringá: EDUEM, 1999.

_____. O vale do rio Ivaí: fronteiras, relações interculturais e guerra da conquista. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). **A natureza dos rios: história, memória e territórios.** Editora UFPR: Curitiba, 2008.

MANINI, Miriam. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida. (Orgs.). **Gestão em Arquivologia: abordagens múltiplas.** 2ed. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2011.

PARELLADA, Claudia Inês. **Villa Rica Del Espiritu Santo: ruínas de uma cidade colonial espanhola no interior do Paraná.** Monografia (Especialização em Antropologia Social), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

_____. **Um tesouro herdado: os vestígios arqueológicos da cidade colonial espanhola de Villa Rica Del Espiritu Santo/Fênix, PR.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Paraná, 1997.

PAROLIN, Mauro; VOLKMER-RIBEIRO, Cecília; LEANDRINI, Josimeire Aparecida. **Abordagem ambiental interdisciplinar em bacias hidrográficas no Estado do Paraná.** Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2010.

PEREIRA, Mauri C. B. SCROCCARO, José L. **Bacias Hidrográficas do Paraná: Série Histórica.** Curitiba: SEMA, 2010.

PRO IVAÍ-PIQUIRI. Disponível em: <http://www.facebook.com/proivaipiquiri>. Acesso em: 10 jun. 2013.

REZENDE, Leonardo P. A análise do impacto cumulativo de barragens hidrelétricas. In: _____. Leonardo P.; DERGAM, Jorge A. (Orgs.). **Proteção da biodiversidade e construção de barragens hidrelétricas.** São Paulo: Ed. Fiuza, 2012.

RIBEIRO, Morel Q. C. As pequenas centrais hidrelétricas: mitos e realidade. In: REZENDE, Leonardo P.; DERGAM, Jorge A. (Org.). **Proteção da biodiversidade e construção de barragens hidrelétricas.** São Paulo: Ed. Fiuza, 2012.

RIBEIRO, W. **O patrimônio ambiental brasileiro.** São Paulo: Edusp, 2003.

_____. SCIFONI, S. Preservar: por que e para quem? **Revista Patrimônio e Memória, UNESP, v. 2, n. 2, 2006.**

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Edusp, 2007.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural.** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Gênese do Guairá: Caminhos, Fronteiras e Território. In: MEZZOMO, Frank A.; HAHN, Fábio A.; PÁTARO, Cristina S. (Orgs.). **Constituições de territórios paranaenses: olhares da história.** Campo Mourão: Ed. Fecilcam, 2012.

SAUER, O. A morfologia da paisagem. In: ROZENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

QUESTÕES DE LEGITIMIDADE HISTÓRICA E LUGARES DE ENSINAR- APRENDER: SABER HISTÓRICO COMUM, SABER HISTÓRICO ESPECIALISTA

Bruno Flávio Lontra Fagundes¹

Comecemos pela universidade e a escola

Quando nos perguntam “qual o grande desafio do ensino básico” para a área de História, logo nos vem a mente que um dos desafios a vencer é, ainda, a resistência da universidade em relação à história escolar. Aqui começa a história da invenção de uma grande tradição.

Instituída pela Reforma da universidade brasileira em 1968, ela consagrou, após mais de 4 décadas, uma “universidade de pesquisa”, atividades de pesquisa que as qualificavam em separado da atividade de ensino sob dois aspectos. Uma, o de pesquisar como fazer procuras e inspeções num dado objeto e que ensejava um processo de ensino e formação que se limitava a capacitar mentes já detectadas de antemão como “brilhantes” ou “mais preparadas”, pinçadas do então “ensino secundário”, na crença do postulado de que a capacidade de ser, ou de se capacitar a algo, já estivesse dada como vocação ou inclinação que só a alguns afetava. Um segundo aspecto seria o de que, à escola, a seus membros que não alcançassem aquele grau de “mente brilhante”, restaria o conhecimento que lhes fosse trazido, pela universidade, a seu conhecimento e com relação ao qual lhe caberia apenas manter uma postura de reprodução.

A gigantesca maioria de escolares que houvesse ficado de fora da seleção das “mentes brilhantes” estariam condenados – sob a batuta de professores relegados a um papel de reprodutores de conhecimento – a nunca pesquisar para produzir conhecimento novo, feito por si, mas recebê-lo por outrens – recebendo pronto conteúdos do *o que* se deve aprender e prescrições sobre *o como* se deve aprender com a História. Foi assim que se organizou um sistema de ensino superior no Brasil que, após a Reforma de 1968, clivou a produção de conhecimento histórico pela pesquisa universitária e o processo de conhecimento histórico de alunos e alunas do ensino básico – a quem se oferecia a escolha mais atraente de cursos técnicos para um mercado de trabalho em expansão durante o período desenvolvimentista

¹ Doutor em História, Unespar, parabrunos@gmail.com.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

industrialista militar. Daí, se firmava um processo de separação universidade e escola que, hoje, está posto em profundo xeque.

Menção significativa deve ser feita ao curso de Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), primeiro mestrado da região Sul do Brasil em História, criado em 1971, embora seja impróprio responsabilizá-lo, ele unicamente, pela constituição daquela separação que deixa-nos uma herança que já está posta em causa há bastante tempo. O curso de Mestrado em História da UFPR foi criado num tempo da história brasileira de grande incentivo a formação de pesquisadores que viam a escola como mera reprodutora do conhecimento histórico superior produzido na universidade, na linha do que dizíamos acima. Fato emblemático que foi do então departamento de História da UFPR, nos anos 1970, que saiu forte núcleo de resistência à participação de professores do Ensino Secundário e pós-graduandos nos simpósios da ANPUH. Na segunda metade da década de 1970, havia forte reivindicação de abertura da entidade para a participação desses profissionais, que pretendiam discutir a história de um ponto de vista dos problemas dela dentro da escola. Houve, como era de se esperar, resistências, e no curso de História da UFPR formou-se grande resistência a essa participação na ANPUH, que deveria ficar reservada aos doutos especialistas da pesquisa histórica, setor por onde a História mais bem poderia se incrementar e crescer num cenário em que, afinal, era dominado pela pesquisa especialista desde seu epicentro – as agências de fomento e os órgãos de formulação das políticas públicas de educação. Assim como da “competência” de professores crescidos no sistema que Faria Filho (2014) identifica como consagrado pela pesquisa.

O curso de História da UFPR tornou-se um símbolo. Símbolo da história científica e acadêmica especialista, com todas as consequências do que Stephen Bann, para a Europa nos séculos XVIII e XIX, qualifica de “ligações entre a profissão histórica, como ela se desenvolveu nos últimos dois séculos na Europa e as formas institucionalizadas de poder no Estado moderno” (BANN, 1994, p. 27). História e poder: eis a trama.

É preciso realçar a constituição do curso de Mestrado em História da UFPR como “curso de excelência” em pesquisa e que reforçava a criação de tradição que hoje se transforma numa herança discutível. O curso de História da UFPR alinhou-se à política científica do regime militar, que alargava a distância História e escola, enrijecendo o pensamento sobre outras linguagens *da* e *na* história, uma vez que o importante era a produção científico tecnológica alojada em cursos ligados às ditas “ciências duras”. Com o que historiadores especialistas desdenhavam das práticas e atividades de história

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

desenvolvidas pela escola, *locus* maior de divulgação da História. O desempenho do curso de Mestrado da UFPR foi notável.

Nos anos 1970 foi admirável sua produção em termos de pesquisa histórica de ponta, mas, como corolário, a percepção dos cientistas da História era a de que suas proposições eram indiscutíveis e seus interesses pela história eram interesses universais pela história. O bom aluno de História na escola seria aquele que soubesse o conhecimento histórico que a universidade produzisse. A universidade admitia pouco as mudanças necessárias a serem feitas em si mesma, coisa da superioridade da ciência, e isso criava uma situação de progressivo afastamento da universidade da escola, uma vez que os especialistas reclamavam de que a escola piorava a História. Por seu lado, a escola reclamava de que a universidade não estava atenta a práticas e metodologias que adotava e gostaria que a universidade se envolvesse, reclamando que o saber erudito, hermético e acadêmico em excesso da universidade previa uma história exclusiva de doutores especialistas para doutores especialistas.

O resultado foi, não só da UFPR, mas de grande parte da universidade brasileira, aprofundar um afastamento entre escola e universidade, com o que a escola também foi criando uma atitude de afastamento, uma vez que ela também foi criando suas resistências ao contato com a universidade.

É Faria Filho quem relata o equacionamento dessa tradição de “universidade de pesquisa” no Brasil, ao propor um exercício de imaginação em que professores da universidade no país dedicassem seu tempo mais à graduação – lugar do conhecimento reproduzido – do que à pós-graduação – lugar do conhecimento produzido. Faria Filho aponta a seguinte questão: “será que se tais pesquisadores se dedicassem com mais afinco à graduação conseguiriam competir ou colaborar de forma não subalterna com seus pares que não têm essa responsabilidade em boa parte do mundo?” (FARIA FILHO, 2014, p. 91/92) E o autor arremata com sua colocação final que denuncia o caráter do sistema de ensino superior brasileiro:

Trabalhando em instituições voltadas para a pesquisa, o ensino e a extensão, os professores universitários participam, porém, de uma cultura acadêmica em que os modos de consagração são, todos eles, referentes ao campo científico-acadêmico. Em outras palavras, os critérios de reconhecimento da excelência acadêmica se referem, quase todos, à pesquisa, à produção de conhecimentos novos, que moldam, de certa forma, a competência e as sensibilidades destes professores (FARIA FILHO, 2014, p. 92).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

Dentro deste modelo de universidade que consagra a pesquisa e molda o espírito de seus praticantes, gravitam em torno da pesquisa, como espécies de “primos pobres”, atividades consideradas de somenos importância, como o ensino e a extensão, se é que, para a área de História, se pode falar de atividades de extensão como interesse de cursos, uma vez que muitos historiadores banhados por aquele modelo ainda pensam a extensão – por cacoete ou por horizonte de expectativa – como sinônimo de “cursos de formação de professores do ensino básico”. O que, com o passar dos anos da Reforma Universitária, foi sendo conhecido como “cursos de reciclagem de professores”.

A literatura sobre o Ensino de História, desde a década de 1990 – incrementada pelo que Lima e Fonseca (2011, p. 19) identifica como “referenciais de análise trazidos” da história cultural para a pesquisa de ensino – já detectou a impertinência com que se pensava, e ainda hoje muitos insistem em pensar, a escola como “a reboque” da universidade. Conceitos como o de “cultura escolar”, “cultura histórica escolar”, “processo de produção de conhecimento histórico escolar”, “conhecimento histórico escolar”, de relevante massa crítica, já revisaram aquela forma de pensamento sobre a relação universidade e escola como algo que poderíamos dizer “ultrapassado”, porque já devidamente questionado e criticado. É do rol de questões que deram forma a um espírito de professores para a pesquisa e a instâncias de consagração baseadas em pesquisa, e instituídas no bojo de uma tradição inventada da organização do sistema de ensino brasileiro, é do rol dessas questões que vimos advogar a hipótese de que o grande desafio do ensino básico para a área de História a vencer é, ainda, a resistência da universidade em relação à história escolar.

O cenário, hoje, tanto na escola como na universidade, é bem diferente

Somado, ainda, há um fator que arriscamos chamar de “trágico”, qual seja: a falta de trabalho para profissionais formados em História que querem, e precisam, trabalhar. A profissão docente, a par suas características e critérios de análise – o que não é nossa intenção ressaltar aqui – oferece postos de trabalho bastante limitados, com baixo índice de atratividade e, mesmo com a realidade de novos espaços de atuação para historiadores formados, os cursos não formam para esses novos espaços e historiadores recém-formados veem lugares de trabalho serem ocupados por profissionais que não têm sua formação, mas que falam e fazem história alheio a que cursos e profissionais de História pensam ou interpretam. A história está por toda parte, mas os historiadores não estão nas partes em que há história. Por inabilitação que sua formação não lhes consegue oferecer, por cursos que não

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

lhes consegue capacitar, cursos de padrão especialista gestados na forte tradição de que vimos falando desde o princípio deste texto. Formados numa tradição erudita, cientificista, intelectualista e árida – aberta estritamente para colegas que “falam sua própria língua e aqueles com os quais conseguem conversar e interagir – os egressos de cursos de história ficam “na mão”.

Se nos dedicarmos por alguns instantes a pensar, aceitando, a realidade de que a licenciatura de História tornou-se o único portal de acesso ao mercado de trabalho, junta-se a isso que está posto aos egressos de cursos de História, um ardoroso, desamparado e precarizado caminho da docência, principalmente na Educação Básica, quando então chegamos a um cenário desolador, espantoso e eternamente denunciado e condenado. A despeito das inovações identificadas pela LDB 9394 de 1996, Souza traça uma situação de “limites impostos pelas condições objetivas da docência”, de modo geral, incluída a História, situação onde, apesar do muito feito no plano de legislações, ainda não foi feito algo que tenha sido “suficiente para tornar atraente a profissão docente” (SOUZA, 2014, p. 35) onde se impõem aqueles limites. Os dados de concursos vestibulares de algumas universidades brasileiras que oferecem cursos de licenciatura nos últimos anos demonstram a grande baixa de procura pelos cursos que formam professores. Interessante pensar que cursos de História ainda retêm algum interesse mínimo e será arriscar, sem base empírica, a hipótese de certo idealismo a que muitos ingressantes universitários ainda deslocam para o estudo da História, provavelmente com a esperança de achar nele o que lhes falta no convívio social: num mundo em que faltam paradigmas totalizantes de análise capazes de discernir e desenvolver um sentido para a vida em sociedade e a existência social no tempo e na história (SARLO, 2007), muitos depositam em cursos de História a possibilidade de encontrar no saber histórico o que lhes falta na vida prática.

Conjugado a condições objetivas, essa realidade, que condiciona os modos de ser e de se constituir de cursos de História, ou suas heranças – tendo na base um ideal de formar professores numa universidade cujos agentes e sistema de fomento ampara-a muito mais se for universidade “de pesquisa” – essa realidade grita por tentativas de encaminhamento de soluções que não sejam restritivas a um horizonte que conceba a área de História como sinônimo de trabalho docente, limitando a formação de seus egressos para um mercado de trabalho tão escasso e precarizado.

O cenário, hoje, tanto na escola como na universidade, no entanto, começa a mudar, aquela herança começa a ser enormemente questionada.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

E os cursos de História e seus desenhos institucionais têm sido bastante questionados dentro da própria universidade, onde muitos de seus praticantes percebem que, até mesmo por questão de sobrevivência de cursos, é sumamente necessário que cursos de História se abram para formações conexas voltadas para práticas que ofereçam, aliado a consistente formação teórica, a oportunidade da capacitação para outras atividades até agora ainda não integrantes do, digamos, *portfólio de habilidades* com que egressos poderiam sair dos cursos a procura de postos de trabalho que constituíssem alternativas à profissão docente. A realidade que encontrávamos nos anos 1970 de cursos de História de primeira linha quererem implantar um padrão de cursos de erudição histórica *tout court* – o que, de algum modo, foi muito bem feito – já não resiste mais a análise das demandas imediatas profissionais e do exame de iniciativas já tomadas por cursos de História desde pelo menos vinte anos atrás. Em outras palavras: profissionais em cursos de formação em História, lutando contra tradição profundamente academicista, não conseguem mais resistir a um diagnóstico do estado da arte do campo e seus dilemas cruciais que os deixem abertos a um campo de trabalho mais diversificado.

Quando, em 2012, estivemos no Congresso Regional da ANPUH, seção Minas Gerais, empenhamo-nos em investigação – por meio de e-mails e páginas de cursos de História alojados na Web – de verificar o que estavam fazendo muitos cursos de História aquela altura. Os resultados de nossa enquete foram materializados em Fagundes (2015). O artigo sistematizava dados de pesquisa em sites de cursos de História brasileiros e com alguns de seus coordenadores, com quem falávamos por e-mail, visando como o curso se apresentava, como se definiam por seus projetos pedagógicos, verificando o que diziam e faziam, então, seus professores e alunos, se estavam preocupados com o futuro dos cursos e com o que pensavam sobre o perfil de profissional a formar. Nosso trabalho identificava naquele momento, pelo relato de práticas e iniciativas já de algum tempo adotadas, que:

Cursos de História brasileiros em várias realidades do país mostram que iniciativas pouco tradicionais e ortodoxas têm sido adotadas, combinadas às práticas e atividades oficialmente prescritas, e mesmo com certo grau de experimentação prática sem elaboração conceitual clara, embora avalizando o argumento dos que defendem alguma revisão nos formatos acadêmicos de cursos de História e finalidade e perfis de formação para atuação na área (FAGUNDES, 2015, p. 2).

É muito legítimo que a universidade reivindique que os avanços do conhecimento científico se transfiram à escola a fim de que o saber histórico seja divulgado atualizado.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A universidade deseja que a escola a acompanhe naquilo que ela já suplantou e avançou em termos de conhecimento. Mais uma vez, no entanto, a literatura sobre o Ensino de História – cuja menção seria exaustiva fazer agora – suplanta um pensamento reprodutivista, ao assinalar, e mostrar, que há história na escola, há pesquisa na escola – pesquisa de tipo não-acadêmica – produção de conhecimento histórico, porque há cultura histórica escolar e há sujeitos de história na escola. Pensando assim, se a universidade requer que a escola se aproprie o mais breve possível do “conhecimento novo” que ela produz, nem sempre ela percebe que o interesse dos alunos da escola pela história é o mesmo interesse pela história que têm os alunos e professores da universidade. Do que resulta seja mais ou menos natural que a escola não se guie sempre pelo conhecimento histórico, pelos interesses que a universidade quer fazer a escola acreditar que ela deva ter sobre a história. E nem se guie por suas práticas. São universos, sujeitos de interesses totalmente diferentes.

A escola é mais efervescente, sem dúvida, e interesses dos alunos pela História não são os mesmos de alunos e professores da universidade. E não que não haja interesse dos alunos da escola pela história. Há e há bastante, a questão é saber onde encontrar esse conhecimento, e postular que se historiadores estivessem a frente desse conhecimento encontrado pelos alunos em outros meios e lugares, esse conhecimento talvez pudesse ser melhorado e aperfeiçoado: são facebooks, redes sociais, aplicativos de aparelhos celulares, softwares de edição de sons e imagens, youtube, livros digitais, televisão, revistas, museus virtuais e físicos e outros.

Estima-se que mais de 70% de alunos e alunas procuram, e encontram, história em outros lugares e, na maioria das vezes, sem precisar de um historiador acadêmico. Os alunos gostam e procuram história!!! Igual a universidade, a escola é presa de seus controles internos, de suas formalidades e de questões estruturais de falta de financiamento, mas tenhamos claro que demandas diárias de alunos e alunas por diversidade e práticas variadas de ensino e aprendizagem não estão comumente prescritas nos cursos de formação dos professores nas universidades. Se a escola estiver “atrasada” em relação aos conteúdos do avanço do conhecimento científico histórico da universidade, por outro lado a escola está bastante “adiantada” em relação à capacidade de prever, apurar e perceber o que é preciso mudar na formação do professor formado na universidade.

Aquela tradição de cursos de História eruditos voltados para o próprio mercado de produção acadêmica e que formou um padrão, aquela tradição não impera mais, ela que, em linhas gerais, ainda ataca muitos cursos de História e seus desenhos institucionais em

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

universidades brasileiras. A rigor, iniciativas que renovadas que procuram institucionalização e consagração concorrem, hoje, com aqueles anteriores modos de consagração que a história academicamente produzida se nutriu embalada pela constituição de um conjunto de práticas que viam no conhecimento histórico um saber incapaz de produzir saberes práticos, mesmo aqueles que, apesar de motivações pedagógicas, se fazem distante da divulgação no ensino formal e se deslocam para vários modos de divulgação agora profundamente usuais na cultura comum e na sociedade em geral.

Depois de algumas décadas, o cenário, hoje, é o de uma universidade histórica que vê sua tradição questionada – ou, quando não questionada, enormemente alheia ao que se faz em História e que não lhe alcança e para qual os praticantes acadêmicos de história costumam olhar com enorme desdém. A sensação reinante é a de há um cinturão de ferro profissional, que interdita outras saídas, a não ser manter a estulta formação de professores para voltarem a universidade, ou que se destinam ao ensino básico – numa linha de pensamento que engata universidade com alta qualidade, escola com baixa qualidade e mercado como história desvirtuada e necessariamente descartável – senão reduzida à memória, como advoga, relativizando, Beatriz Sarlo (2007).

Resultado daquela tradição foi a sedimentação de uma atitude, também da escola, de desavença com a universidade, sob o jargão de que a “universidade não sabe a escola”, “a universidade não conhece a realidade da escola”, a universidade não está no “chão da escola”, por isso não conhece a escola. Mesmo na vertente de percepção de mudanças em curso dentro de cursos de História, há anseios e iniciativas no sentido de reformar alguns aspectos da formação em História que aproxime, outra vez, universidade e escola, tentando quebrar a dureza desta herança vinda na esteira daquela tradição. O anseio para a mudança da mútua resistência escola e universidade em termos de História tem seu emblema, talvez, com a criação, em 2012, de Programas de Mestrado Profissional em Ensino de História, desenvolvidos dentro de cursos de História com professores do Ensino Básico procurando valorizar suas práticas e atividades a fim de trazê-las ao conhecimento acadêmico e universitário. Mesmo que com fortes vestígios de um lastro acadêmico e erudito.

Claro é que iniciativas dessa natureza são incógnitas, uma aposta de boa vontade e de boas intenções. Uma tentativa de institucionalizar saídas, embora reiterem, em contextos de sedução pela memória, de excesso de memória, a utilidade da formação em História restritivamente para formar docentes. A percepção das restrições por que passam cursos de História como formadores de profissionais sem mercado de trabalho e, teoricamente, há

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

espaços de trabalho, tem sido usual. Bem ou mal, produções de história que têm o passado como matéria tornaram-se mercadorias de um mercado de valor simbólico onde a história é, hoje, tão importante quanto foi a institucionalização de cursos de História visando a criação de Estados Nacionais no século XIX europeu (SARLO, 2007). Aquela percepção já é suficientemente alastrada para sensibilizar a muitos de que cursos de História precisam repensar suas funções e vantagens.

Contra longa tradição do ensino de História inventada no século XIX favorável à criação dos Estados Nacionais europeus – onde o passado seria tempo politicamente estratégico como plataforma de construção de identidades entre os povos – Albuquerque Júnior prega o que seria a utilidade do ensino de História, hoje: formar para a diversidade, para a alteridade e não para a identidade! Além do que a história “não tem mais o pejo em admitir que uma das funções da escrita e do ensino de história é nos deleitar, é nos dar prazer, é nos divertir, no duplo sentido da palavra, ou seja, nos tirar da rotina [...] mudar a trajetória de nossas maneiras de ver, pensar e agir” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012, p. 37-38). A história é prazer estético, é arte de contar, de narrar, de divertir e interagir.

O autor, se não o quis fazer, numa perspectiva da história da História captura uma dimensão que tem sido percebida por muitos praticantes e formadores em História, alojados em cursos.

Articulando e acionando iniciativas e práticas dentro do espectro de reflexão e auto-pensamento sobre conhecimento histórico dentro dos próprios cursos de História, hoje, da parte de boa parte de seus responsáveis e praticantes, o olhar se volta para o que, em termos de participação sócio-profissional de historiadores, como fazer para estarmos em meios que não são mais, ou exclusivamente, aqueles meios que fizeram o apogeu de um tempo de ciência de pesquisa unicamente. Como fazer para que toda a intenção pedagógica – diríamos, toda intenção ensinante – da História possa ser melhorado por historiadores de formação consistente em História que possam escolher estar ensinando – enquanto informa, comunica e divulga – história por outros meios, sem ser a sala de aula seu “local de trabalho” por excelência? A discussão volta-se, sem que se esgote, para a análise das possibilidades, limites e potencialidades de ação no mercado social e econômico. E, de forma contundente, para a seguinte reflexão: como, se houver disposição, o mercado econômico exige a reformatação, redesenhos de cursos, a fim de formar para essas outras esferas de atuação? E mais: como formar para atuar com responsabilidade nessas esferas de atuação tentando garantir o mínimo de qualidade a se exigir de produções de história?

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Certo é que esta pode ser uma porta que abre o fazer histórico dos egressos de cursos para um universo para o qual nunca foram preparados, numa tradição secular que sempre nos ensinou o hermetismo, a vetustez de que as pessoas – que são universos dentro de uma entidade dita “mercado” – seriam incapazes de nos compreender.

Porque há um fator, acima de tudo, relativo ao mercado de trabalho em qualquer área, sobre o que precisamos pensar.

Não é mais – se é que algum dia foi – a universidade quem demarca como o mercado deve se organizar e o que esperar dos profissionais que ela produz: o mercado define muito mais que profissionais a universidade deve produzir do que o contrário. Há outra pergunta a propor: a universidade também não deve se ajustar – ou negociar com -transformações das formas de organização do trabalho na sociedade e modificar-se, a fim de atender ao que o mercado requer em termos de demandas que são, normalmente, de produtividade, rentabilidade e utilidade? A criação de um novo software pode fazer e desfazer cursos inteiros de universidades. Pensemos no prestígio que designers – de moda, de automóveis, de decoração interior – adquiriram após a expansão dos recursos digitais. Pensemos o que cursos de História têm deixado de aproveitar quando pensamos que o padrão de curso que nos formou ainda insiste em não nos formar para as tecnologias da comunicação, do ensino e da divulgação ligadas a qualquer setor da vida pública e individual?

Muitas carreiras foram criadas nos últimos 20 anos em função da informática, da globalização e da capacidade que as economias adquiriram de adaptação e ajustamento aos processos de produção e trânsito de capital. Para ficarmos apenas em poucos exemplos, pensemos em disciplinas como a Mecatrônica, cursos de *web-designer*, formando profissionais hábeis em manipular um software e que podem substituir publicitários antigos no mercado. Para manter atualizada sua função de formar profissionais para o mercado, a universidade não pode fechar os olhos para essas realidades novas: ela também precisa rever os modos de organizar seu ensino. Para a História é incabível colocar isso? São matrizes curriculares, formas de atuação, ementas de disciplinas, que precisam ser revisadas sempre a fim de passarem a formar para esse mercado que, ao se modificar, exige habilidades que cursos de formação universitária não ensinam. Parece que a tradição de cursos de História em que fomos formados e conformaram um padrão de cursos indica-nos que essas realidades novas não lhes afetam.

Pensemos na área de História e na dificuldade que temos muitos de nós, de tratar, na prática, com problemas ligados a aplicação das tecnologias ao ensino. Somos professores

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

criados na escola da *eruditio*, do grande pensamento, da reflexão intelectual que se reproduz em conversas e escritos a todo tempo, profissionais que escrevemos muito bem e discutimos atualidades historiográficas. A pessoa formada assim poderá ser, se quiser, um grande intelectual. No entanto, corremos o risco de ficar defasados com o que processos educacionais sociais exigem por causa da cabeça de alunos e alunas escolares que chegam a sala repleta de mediações tecnológicas: são facebooks, redes sociais, aplicativos de aparelhos celulares, softwares de edição de sons e imagens, youtube, livros digitais etc etc etc. Essas mediações são ruins? Não há certezas de que elas sejam necessariamente ruins, como querem atacar muitos de nós ainda apegados a uma cultura enorme da desconfiança ampla e irrestrita à cultura de massa *versus* a cultura erudita e humanista. Humanista mesmo que sem humanização pelo trabalho.

O panorama renovador é o de que os formadores de profissionais na universidade muitos já reconhecem estas questões e essa realidade nova.

Cursos, uns mais, outros menos, discutem estas questões todo dia e muitos se desdobram para encaminhar atividades, práticas, que alcancem consumidores para além de si mesmos. Tomemos, apenas para título de exemplo, o que fazem já há algum tempo cursos de História no tocante à área de patrimônio histórico e memórias institucionais.

Cursos identificam iniciativas públicas e particulares de preservação de memória institucional e coletiva em empresas privadas, em instituições públicas, e alguns têm disciplinas de arquivos, documentação, museus e patrimônio na grade curricular. Há, no discurso, certa consciência de que atividades voltadas para o patrimônio são legitimadoras dos cursos junto a populações onde estão (FAGUNDES, 2015, p. 174).

Professores de cursos adotam práticas dentro de suas disciplinas, muitas vezes por fora de planos de ensino, superando ementas engessadas de muitos anos que traduzem propostas de formação que não se atualizaram com relação às mudanças sócio-econômicas gerais. Os que são contrários a mudanças, argumentam que a História é um campo de saber consolidado e que transformações e mudanças podem trazer prejuízos a esse saber, afrontar o mínimo absolutamente necessário ao exercício responsável da profissão e à reflexão construtiva. Temos dúvidas se convém pensar que uma ideal abertura da disciplina só seria aceita se houvesse condições de controlar toda produção realizada a fim de garantir sua qualidade. Não seria mais importante admitir que, construído um ambiente de trocas com consumidores de mercado, não haveria como controlar integralmente as produções, mas que seria inevitável

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

que produtos de má-qualidade conviveriam com produções de alta-qualidade? Não pode ser esse um silogismo que ate as mãos para atitudes de mudanças que trouxessem o benefício de criação de postos de atuação que pudessem atrair profissionais formados.

Retomo o desafio de que falei no início: a universidade é um grande desafio para História na escola básica, e poderíamos pensar mais: um desafio para a expansão do conhecimento histórico científico até outros meios que o pudessem divulgar por atividades com o fim de ensinar, mesmo que em espaços não-usuais de ensino. Supomos aqui que em todo gesto de divulgar haja uma intenção de ensinar, com o que o ensino está em várias localidades, espacialidades, lugares e meios.

Não estamos estabelecendo uma relação de superioridade entre universidade e escola, entre escola e outros meios – ou superioridade de outros meios.

Nossa tradição, no entanto, desde a criação dos cursos de História brasileiros nos anos 1930, foi a de supor que na escola alunos aguardam o conhecimento histórico avançado produzido pela História universitária, o que, se não acontece, faz da escola uma reprodutora de uma história ruim e rasteira, que piora o conhecimento histórico. Sentada numa espécie de trono, a universidade seria quem realiza a boa história, sem questionamentos. E sentada numa espécie de trono também, a escola entende que nela se circunscreve o atributo de lugar de ensino-aprendizagem por excelência, desdenhando de outros lugares de aprender e ensinar, por mais que teorias pedagógicas possam ter sido forjadas para ambientes escolares.

A história produzida pela universidade é tão importante para a matéria escolar História e para a História em outros locais de aprendizado quanto a História escolar e outros meios são importantes para a História universitária.

A universidade oferece metodologias, reflexões e conteúdos novos produzidos que alcançam diversidade em vários aspectos, e, por seu lado, a escola envia e sinaliza a universidade avisos do que precisa ser observado e o que há de demandas da parte de alunos e alunas com relação à História viva, em movimento na sociedade, história que não é produzida só por historiadores profissionais, mas por profissionais não-historiadores que estão vencendo a concorrência de mercado, a concorrência por consumidores que encontram história em lugares que estão longe de se reduzirem à escola e a universidade – e mesmo “dão de ombros” se a universidade não os aprova. Isso não deve forçar a universidade a rever práticas, componentes curriculares e atualizar ementas de disciplinas, revisar a função da história, visando a formação de profissionais para esse mercado de trabalho, que está bastante modificado economicamente? São sociedades modificadas por vontades coletivas, por

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

identidades que derivam do reconhecimento de outras culturas, de outras coletividades dentro da nacionalidade, por enormes diferenças. Isso força a redefinição do que é História, do para que ela serve, do para onde ela deve apontar e a redefinição de aspectos dentro de cursos de História. Afinal, qual o valor da história hoje se ela não alcança vários públicos novos que, fatalmente, parecem querer conversar de história com quem atribuem um papel de “especialistas”, um prestígio de conhecedores e *experts*. Por que tanto medo?

Autores já propuseram que a relação ensino-aprendizagem em História pode se fazer num momento, numa vivência prática de atividades vividas em minutos, o que pode produzir memórias nos indivíduos a fim de fazê-los pelo menos pensar que haja outras memórias possíveis do passado histórico, outras formas de aprender História, e outros modos de ser da matéria História na escola, dando-lhe outro valor, sem se preocupar em ensinar para transformar a sociedade. Atividades práticas vividas podem ser mais eficazes para isso do que tentar retirar da mente dos indivíduos supostos enganos e alienações trocando-os por outros enganos e alienações. Não devemos nos sentir obrigados a ensinar para a libertação, mas para a autonomia. Formar cidadãos críticos e participativos, se for a escola e a universidade que devem criar, por que só à História cabe essa tarefa?

Pensemos no caso do desenvolvimento de Ações Educativas em Museus e Centros de Memória articulados ao Ensino de História nas escolas.

Se os museus e centros de memória passaram a adotar atividades de Ação Educativa para receber escolares de modo articulado com a matéria História, é certo que foi aceita a ideia de que as Ações Educativas podem favorecer de maneira mais lúdica e envolvente o ensino. Para isso, mudaram escola, a universidade e o museu. É importante a forma de pensar organizada e conceitualizada que a universidade oferece da relação História- Museu- Escola, o que e como se pode aprender de História.

Não há dúvida também de que os Museus tiveram de pensar suas formas de ensinar em vista dos tipos de problemas que nas escolas os alunos punham e desejavam para os documentos e objetos guardados neles.

Escolas, Museus e Cursos de História se organizam e se transformam juntos: escolas se organizam para levar alunos ao museu articulada a uma prática que irá ajudar o professor a “dar a matéria ou algum ponto da matéria”, museus – que são lugares outros em que se aprende história – tiveram de se adaptar, criar espaços e organizar seus objetos de modo a favorecer a vinda dos colegiais até eles e as práticas que o professor conduz, substituindo as tradicionais “visitas guiadas”, que não valorizam a capacidade do aluno de pensar

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

autonomamente. E a universidade passou a valorizar a Ação Educativa dentro de suas matrizes curriculares e práticas de formação. Foram criadas disciplinas de Ação Educativa dentro de cursos, projetos de Extensão e pesquisa são feitos com esse objeto, campos conceituais foram concebidos com novos pressupostos que, inclusive, geraram a criação de campos como “Nova Museologia” e “Educação Patrimonial”. Mestrados profissionais em Educação Patrimonial estão sendo criados.

Esse é um caso típico de modificação das partes que envolvem a formação profissional do professor-pesquisador em História: mudou o museu, mudou a escola, mudou a universidade, porque mudou a sociedade.

A Educação Patrimonial tem sido uma área de atuação do formado em História, tem feito parte de políticas públicas da área educacional de prefeituras e de alguns Estados, um exemplo de que surge aí um profissional novo que deve ser formado para ir ao mercado de trabalho. Em lugares onde há políticas voltadas para o patrimônio, historiadores organizados como prestadores de serviços, ou contratados por escritórios de arquitetura, fazem levantamentos patrimoniais, compõem dossiês, escrevem textos de História que justificam intervenções, revitalização e patrimonialização em áreas de valor social e cultural antes não contempladas por critérios de raridade e excepcionalidade e não contidas no horizonte das matrizes curriculares de cursos de História.

Essas instituições, escola e universidade, num grau relativamente avançado, perceberam que uma é importante para outra e que não devem se desprezar. Que ambas devem se modificar conjuntamente, procurando manter um ambiente de diálogo e colocação de problemas e demandas para que se possam ajudar. E que devem estar atentos a habilidades para estarem em outros pontos de ensino e saber que divulgam e fazem da história um saber que, mais do que saber de especialistas que monopolizam, sozinhos, o passado de todos, seja um saber que se institui na negociação, no contato e na troca com a sociedade, também portadora de várias histórias possíveis de si mesma, e que procura, no mínimo, o reconhecimento de sua autoridade legítima de poderem pensar quem são, de onde vieram, para onde vão, sem que recebam de cima para baixo mensagens do que tem de pensar sobre si mesma.

São as pessoas num mercado social e econômica que devem ser visadas, e se elas estão em grande número dentro das escolas, não é apenas na escola que elas se recolhem. Numa sociedade diversa e plural para que a formação em História deve olhar, é ainda também para si mesma que a História deve olhar, pondo como objetivo formar profissionais para um

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

mercado competitivo e em rápida mudança, onde todas as instituições e muitos paradigmas são afetados, inclusive os que criaram um dia uma tradição de História que se basta a si mesmo e só precisa ter sua autoridade endossada por si mesma. Nesse quadro de mercado profissional em ampla mudança, de proliferação de meios que diversificam a forma de fazer, consumir e divulgar história, onde os lugares de ensino-aprendizado são multivariados, escola e universidade trabalharem em separado pode ser uma atitude quase suicida para ambas, atitude que deixe a ambas numa posição de coisas disponíveis a serem atropeladas pelo trem da história.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et al. **Qual o valor da história hoje?** RJ: Editora da FGV, 2012, p. 22-39.

FAGUNDES, Bruno F L. Entre tradição, inovação e renovação: sobre cursos de História brasileiros. **Revista de História Saeculum**, João Pessoa, n. 32, p. 159-181, jan./jun. 2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A universidade e a formação de professores: uma discussão necessária. In: SOUZA, João Valdir Alves de; DINIZ, Margareth; OLIVEIRA, Míria Gomes de. **Formação de professores (as) e condição docente**. BH: Editora da UFMG, 2014, p. 90-100.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. **História & Ensino de História**. 3 ed. BH: Ed. Autêntica, 2011.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. SP: Cia das Letras; BH: Editora UFMG, 2007.

SOUZA, João Valdir A. de. Dimensão Normativa e desafios atuais dos cursos de licenciatura. In: SOUZA, João Valdir Alves de; DINIZ, Margareth; OLIVEIRA, Míria Gomes de. **Formação de professores (as) e condição docente**. BH: Editora da UFMG, 2014, p. 27-56.

STEPHEN BANN. **As invenções da História**. Ensaios sobre a representação do passado. SP: Ed. UNESP, 1994.

CENTROS DE MEMÓRIA E A CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO ALÉM DA SALA DE AULA

Bruno Flávio Lontra Fagundes¹

Renato César Ferreira²

Introdução

A disciplina de história sempre foi a minha paixão, e desde que comecei a lecionar busquei meios para melhor atingir nossos alunos. Desta maneira, acabei cursando uma especialização em Metodologia do Ensino, a qual me fez ter interesse em estudar autores da área da educação que enfatizassem o processo de ensino-aprendizagem.

Desta maneira, passei a ter interesse em atividades extra-curriculares, e como estes meios podem me auxiliar no processo de construção do conhecimento histórico em sala de aula. Sendo assim, o Mestrado Profissional em Ensino de História (Prof. História) me vem oferecendo suporte teórico e, conseqüente, compreendendo que existem ações educativas, e que estas ações podem estabelecer um diálogo importante de centros de memória, museus e patrimônios históricos com a sala de aula na disciplina de história. Neste momento, encontramos-nos em um estágio inicial de nossa pesquisa, buscando contrapor o levantamento teórico à prática, tendo como objeto de pesquisa o centro de memória localizado na Fazenda Bimini, na cidade de Rolândia (PR), que, desde o início dos anos 90, vem realizando um trabalho de resgate da memória e preservação da memória histórica local, essencialmente proporcionando ao visitante uma experiência histórica diferenciada, sendo parte ativa da visitação local.

A disciplina de História tem para explorar materiais, recursos e espaços de memória que não estão na escola, nem pertencem à escola, e a ideia aqui é a de que esses materiais/espaços que têm o passado guardado pode ser usado/explorado e não são habitualmente usados, porque a história na escola não se utiliza desses espaços. Como é o caso de museus e centros de memória.

Quando pensamos em ensino de história, usualmente nos limitamos às dimensões da sala de aula. Como professor, já pensei desta forma, mas, a partir do momento em que tive

¹ Doutor em História, Unespar, parabrunos@gmail.com

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História e Bolsista do Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil, Unespar, rcferreira88@live.com

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

consciência de que há espaços que podem ser explorados, há uma mudança de postura, tanto na maneira de lecionar, como na maneira em que o aluno se apropria do conhecimento. Infelizmente, os espaços que se encontram fora da sala de aula, como museus, centros de memória e etc., são pouco explorados, usualmente pela falta de interesse do docente ou até mesmo pela falta de conhecimento de como explorar estes espaços.

Desta maneira, queremos dizer que apenas os mecanismos que são disponibilizados em sala de aula não são suficientes para “formar o hábito de pensar, investigar, pesquisar [...] desenvolver o espírito crítico e a criatividade” (STARLING; SANTANA, 2002, p. 92).

Segundo Mauricio Tragtenberg, “o professor é submetido a uma hierarquia administrativa e pedagógica que o controla” (TRAGTENBERG, 1986, p. 92), de certa maneira, realmente, estar preso ao planejamento que deve, muitas vezes, ser cumprido à risca, faz com que o professor fique limitado e com o tempo totalmente reduzido quanto a atividades extra-curriculares. Entretanto, se colocarmos em consideração o enriquecimento pedagógico das ações educativas em centros de memória ou museus, o planejamento anual pode e deve ser flexibilizado.

Ao pensar no processo de ensino-aprendizagem, vários pensadores da educação têm ressaltado a importância da figura do professor enquanto mediador e colaborador no processo de construção do conhecimento, desconstruindo o paradigma do docente enquanto peça central do processo de ensino-aprendizagem. Desta maneira, o saber apenas concretiza-se a partir do momento em que há diálogo e especialmente um espaço onde as transformações do conhecimento histórico ocorram através de colaboração mútua entre professores e alunos.

Diante da exigência de reestruturação do ensino, neste caso o ensino de História, devemos pensar em ações realmente educativas que venham ao encontro de colaborar com o enriquecimento de construção do conhecimento histórico. Não há como pensarmos em construção do saber sem mencionar a mediação do processo de ensino-aprendizagem

O ato de mediar pressupõe a existência de algo que está em processo. No construtivismo, o que está em processo é o pensamento que se movimenta da ação para a conceituação, de conceitos espontâneos para conceitos científicos; a mediação é o elo entre o aluno e a matéria, o que confirma o papel do professor (MATUI, 1995 apud RIBEIRO, 2007, p. 33).

Pensar em uma educação onde haja diálogo é algo que, enquanto educadores, devemos construir constantemente no ambiente escolar, tendo a sala de aula enquanto ambiente em que

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

o compartilhamento do saber transforme a realidade de nossos alunos, os quais, juntamente com o professor, tenham autonomia no processo de produção do conhecimento.

O que caracteriza a educação é a interação entre as pessoas, e isto não está limitado aos muros das escolas, pode ocorrer em qualquer ambiente não formal.

Desta forma, o processo de construção do conhecimento constitui um quadro epistêmico para dar conta da produção dos conhecimentos. Nesse quadro, adiciona-se, aos polos sujeito-objeto, a mediação do outro, do grupo, da teia de relações sociais que apresentam a aprendizagem num círculo bem mais amplo (RIBEIRO, 2007, p. 30).

Diante disto, devemos pensar ações educativas que venham ao encontro de suprir as necessidades que estão articuladas à relação mútua, na produção do conhecimento, entre professor e aluno.

Sendo assim, as contribuições relacionadas aos trabalhos no campo de educação patrimonial encaixam-se perfeitamente no contexto de construção do conhecimento histórico.

Educação patrimonial permite uma aprendizagem por meio da participação ativa dos educandos, cujas experiências são resgatadas pelo educador, que os auxilia a conhecer, refletir sua realidade e a intervir nela. O educando é visto como um sujeito ativo do processo de aprendizagem, co-responsável pela elaboração e pelo desenvolvimento de cada etapa do projeto (STARLING; SANTANA, 2002, p. 96).

Ao trabalharmos memória, buscamos fazer com que o indivíduo, neste caso o aluno, se reconheça enquanto parte deste processo histórico. Joel Candau, em “Memória e Identidade”, ressalta:

Se a memória é “geradora” de identidade, no sentido que participa de sua construção, essa identidade, por outro lado, molda predisposições que vão levar os indivíduos a “incorporar” certos aspectos particulares do passado [...] Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente (CANDAU, 2011, p. 19).

Ações educativas em centros de memória e museus: enriquecendo o ensino de história

Os estudos acerca da estrutura funcional dos centros de memória, e sua contribuição para o ensino de história, são relativamente recentes, tendo seu início nos anos 1980, entretanto, tendo um campo amplo a ser explorado para viabilizar ações que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem da disciplina de história. Ao pesquisar artigos referentes

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

ao tema, encontramos trabalhos voltados à Arquivologia, pois o tema predispõe à organização de arquivos e memórias de determinadas instituições, seja pública ou privada.

Diante disto, Maria Margaret Lopes, em seu artigo “Pela Desescolarização dos Museus”, denomina “escolarização a esse processo de incorporação pelos museus das finalidades e métodos do ensino escolar” (p. 5), o qual o museu é visto apenas como mais um local de visitação, um espaço subjacente ao ambiente escolar:

As escolas, quando possuem alguma condição, integram visitas a museus em suas atividades extraclasse, em geral sem muito senso crítico. Os museus tradicionais, com suas exposições estáticas e apoiadas em concepções de ensino centradas na transmissão de conhecimentos prontos e acabados, não exigem dos escolares ou do público em geral nenhuma outra habilidade que não a passividade (LOPES, 1991, p. 5).

O termo “centro de memória” ganhará espaço a partir da década de 1980, e basicamente incorporará quatro elementos: arquivo, biblioteca, documentos e museus. Mas, em tese, pelo primeiro contato que tivemos com o tema e, segundo a professora Ana Maria Camargo, centro de memória estará ligado, inicialmente, à organização de arquivos. Interessante, uma vez que o sentido da palavra “arquivo” nos remete ao que, de fato, venha a ser um centro de memória.

Ao buscar compreender acerca do tema, enquanto estudiosos da história, devemos ter a consciência de que, além de confrontar nossas experiências, devemos assimilar os conceitos estudados à realidade da vivência escolar em que nosso aluno vive, e somente desta maneira ocorre de forma eficaz a apreensão de conceitos históricos.

Essa perspectiva educacional possui uma proposta semelhante a da educação biocêntrica que estimula o seu aluno à construção, descoberta, transformação, ampliação de seus próprios conhecimentos e valorização da vida, sempre retratando com as suas experiências do dia a dia (CARNEIRO, 2012, p. 2).

Na obra de Camargo e Goulart (2015), as autoras nos informam diferentes maneiras de se formar um Centro de Memória.

Ao traçar um diagnóstico referente ao tema, abordam qual a importância e como estão inseridos os centros de memória nas diversas instituições, público ou privada, que abraçam a ideia de preservação de sua memória, sejam bancos, setores da indústria, escolas, prefeituras etc. As autoras limitaram seu campo de observação às instituições (pública ou privadas) com, no mínimo, dez anos de existência e que possuem importância socioeconômica no país.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Para Camargo e Goulart:

As motivações para implantar projetos ligados à memória organizacional são diversas, e sua vinculação original a determinadas áreas – comunicação, marketing, assuntos corporativos, relações públicas – acaba por marcar tais iniciativas. O ponto de partida costuma ser a necessidade de cuidar dos documentos desses setores e subsidiar suas atividades. Pode também corresponder a um momento de redefinição da identidade institucional (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 66).

Isto é algo com que me deparei diante da pesquisa, de que os centros de memória estão comumente ligados à preservação da memória de diversas instituições, mostrando, basicamente, como estas estão intrinsecamente ligadas à sociedade e como as mesmas são importantes socioeconomicamente.

Antes de ressaltar um pouco sobre o conceito de arquivo, Heloisa Liberalli Belotto traz uma esclarecedora definição quanto ao tema:

É um conjunto de informações e/ou documentos, orgânicos ou não, representativos da organização, referenciados sem que haja necessidade de reunir física ou materialmente as fontes, apenas captando as informações, identificando-as e aos objetos que as contém, para que estejam disponíveis ao pesquisador, de maneira coerente e integrada (BELLOTTO, 2004, p. 274).

Ao fazer algumas leituras complementares, percebemos que a importância dos arquivos para a preservação da memória histórica e, dentre os elementos constituintes acerca da formação de um centro de memória, esta é a mais importante, pois são os arquivos que mantêm viva a memória de uma instituição. Diante disto, Camargo e Goulart

Fazem referência tanto aos documentos quanto ao patrimônio arquivístico e museológico a ser coletado, conservado, organizado e divulgado, interna e externamente [...] Mas há também objetivos menos ambiciosos, como os que propõe a “reunião do acervo de memória” (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 67).

José Maria Jardim, em sua obra “O Conceito e a Prática de Gestão de Documentos”, salienta a importância de se criar um arquivo dentro de uma instituição, não somente como forma de organizar documentos, mas também preservar a memória e identidade destes locais. Mas, segundo o autor, o maior problema é a falta de conhecimento acerca da organização destes arquivos, uma vez que, não reconhecendo o valor histórico destes, acabam sendo deixados de lado ou simplesmente despercebidos.

Jardim (1987) esclarece a importância dos arquivos quanto ao seu valor histórico e aponta de maneira positiva a preservação de documentos institucionais:

As instituições arquivísticas públicas caracterizavam-se pela sua função de órgão estritamente de apoio à pesquisa, comprometidos com a conservação e acesso aos documentos considerados de valor histórico. A tal concepção opunha-se, de forma dicotômica, a de 'documento administrativo', cujos problemas eram considerados da alçada exclusiva dos órgãos da administração pública que os produziam e utilizavam (JARDIM, 1987, p. 36).

Através destas memórias preservadas, o professor de história irá encontrar materiais que poderão auxiliar em sala de aula. Desta maneira, deveria partir destes profissionais uma maior preocupação em trabalhar nesta questão.

Desta maneira, desenvolver ações educativas nos museus e centros de memória é “vital ferramenta com o objetivo de ir muito além do simples chamamento de público para o recinto, mas construção do conhecimento [...] possibilitando mudar atitudes” (COSTA; WAZENKESKI, 2016, p. 66).

Entretanto, Camargo e Goulart são categóricas ao afirmar que todos os profissionais envolvidos com os centros de memória, neste caso podemos também estender aos museus, devem ser capacitados e treinados para lidar com o material histórico:

A operacionalização de um centro de memória envolve trabalho permanente e treinamento contínuo das pessoas envolvidas. Além de mobilizar todos os setores da organização e de dominar sua linhagem, requer profissionais qualificados que acompanhem de perto todos os procedimentos e sistemas de comunicação (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 104).

Portanto, faz-se a necessidade de se criar um contexto no qual o centro de memória venha a ter uma ação educativa eficaz diante das perspectivas educacionais.

Ao falar de tais ações, importante rever o papel e a influência que, especialmente museus e centros de memória, possuem diante do processo de ensino aprendizagem:

A exposição verdadeiramente histórica é aquela em que a comunicação dos documentos, por sua seleção e agenciamento, permite encaminhar inferências sobre o passado – ou melhor, sobre a dinâmica – da sociedade, sob aspectos delimitados, que conviria bem definir, a partir de problemas históricos. Inferências são abstrações, que não emanam da materialidade dos objetos, mas dos argumentos dos historiadores, referindo-se a propriedades materiais 'indiciárias' desses objetos e a informações sobre suas trajetórias” (MENEZES, 1994, p. 39).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Enquanto professores da disciplina de História, devemos reconhecer a necessidade do diálogo entre os espaços culturais e os escolares. Uma melhor articulação entre os ambientes não-formais e a sala de aula.

No espaço não-convencional da aula, a relação de ensino e aprendizagem não precisa necessariamente ser entre professor e aluno (s), mas entre sujeitos que interagem. Assim, a interatividade pode ser também entre sujeito e objetos concretos ou abstratos, com os quais ele lida em seu cotidiano, resultando dessa relação o conhecimento (OLIVEIRA; GASTAL, 2009, p. 5 apud XAVIER; FERNANDES, 2006, p. 226).

Estes espaços não convencionais, que seriam os museus e centros de memórias, não devem reproduzir a relação tradicional entre professor e alunos, a qual também devem ser desconstruída. Nestes espaços, faz-se a necessidade de haver colaboração entre alunos e professores, e esta relação, muito importante, deve ser levada também para a sala de aula.

Desta maneira, quando existe colaboração na construção do saber histórico, o aluno passa a se reconhecer enquanto agente ativo dentro desse processo e conseqüentemente notamos melhor desempenho do aluno em sala de aula. Jacobucci (2011) fecha bem esta questão dos ambientes não-formais de educação: “Alguns espaços não-formais de Educação têm se constituído como campo para diversas pesquisas em Educação que buscam compreender principalmente as relações entre os espaços não-formais e a Educação formal no Brasil” (JACOBUCCI, 2011, p. 12-23).

Diante disto, pensar em ambientes além da sala de aula que auxiliem o processo de ensino-aprendizagem em História é o foco principal da nossa pesquisa, que abordaremos mais adiante, com relação ao trabalho realizado pela Fazenda Bimini, na cidade de Rolândia. Instigar o pensamento de que tais ações educativas são necessárias e essenciais dentro do processo de ensino-aprendizagem:

Toda vez que as pessoas se reúnem para construir e dividir novos conhecimentos, que investigam para conhecer melhor, que procuram entender e transformar a realidade que nos cerca, estamos falando de uma ação educativa. Quando fazemos tudo isso levando em conta alguma coisa que tenha relação com nosso patrimônio cultural, então estamos falando de Educação Patrimonial (COSTA; WAZENKESKI, 2016, p. 66).

Ao analisar as ações educativas dos museus:

Hoje percebe-se que um museu renovado, pleno de atividades culturais e educativas exerce grande atração sobre os mais variados públicos, enfatiza a ideia de que todos podem e devem se apropriar daquele local de encantamento, cultura e lazer (COSTA & WAZENKESKI, 2016, p. 66).

Portanto, fazer com que centros de memória e museus tenham uma maior entrada em ambiente escolar, que realmente tenhamos mecanismos viáveis que venham ao encontro de viabilizar o processo de ensino-aprendizagem na nossa disciplina, é o foco deste trabalho.

Fazenda Bimini: a história além da história

O que teria uma pequena fazenda no interior do Paraná a nos oferecer para o ensino de História? Eis que a resposta vem com a Fazenda Bimini, onde os cafezais deram espaço à preservação da memória e da história local

Concebe educação patrimonial como todos os processos educativos que primem pela construção coletiva do conhecimento, pela dialogicidade entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências onde convivem noções de patrimônio cultural diversas (COSTA; WAZEKESKI, 2016, p. 66).

A Fazenda Bimini está localizada às margens da PR 170, entre Rolândia (400km de Curitiba) e o distrito de São Martinho. A antiga fazenda de café, hoje cede espaço aos grãos.

O estrago feito pela geada negra foi de tal proporção que os agricultores não tiveram outra opção a não ser erradicar os cafezais completamente. Como os cafeicultores já estavam trabalhando há alguns anos com prejuízo devido à ferrugem, não quiseram mais arriscar. A geada de 1975 foi a gota d'água que faltava para que os agricultores tomassem a decisão de partir para a diversificação. (SCHWENGBER, 2003, p. 178).

Após o abandono do cultivo do café, Hans Kirchheim, pioneiro da cidade e dono da Fazenda Bimini:

Sem dinheiro para a necessária mecanização, (Hans) Kirchheim não teve outra saída a não ser arrendar as terras. O fim do café significou também a extinção da colônia de trabalhadores da fazenda. Felizmente não foi também o fim da memória. Terreirões e barracões de madeira da década de 1940 foram preservados. Na parede de um deles estão fotos dos funcionários feitas a partir de 1968, quando passaram a ser registrados. Eram 45 famílias na Bimini. Restaram apenas duas: a dos donos e a de um único funcionário (SANTIN, 2012).

Com a morte de Hans Kirchheim, avô de Daniel (responsável pelo trabalho ambiental e histórico da Fazenda), houve a necessidade de se encontrar outros rumos para a fazenda,

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

uma vez que o café já não estava mais em alta. A mãe de Daniel, Dona Ruth, juntamente com a paixão do filho pela natureza, soube o que poderia fazer:

Um dia caí na real e fiz o questionamento: para que precisamos ganhar dinheiro? O maior ganho de dinheiro é gastar só onde é necessário. Assim, percebi que tínhamos o suficiente com o arrendamento. Poderíamos dedicar nosso tempo a um projeto que ajudasse as pessoas a perceber o quão importante é o meio ambiente. Por isso, até hoje temos fama de esquisitos e até de suspeitos (SANTIN, 2012).

Ao tratar destas questões de preservação da memória histórica, utilizam-se pinturas, músicas, teatro e o próprio espaço da fazenda; constituído de barracões, casas e diversos materiais que remontam ao início da exploração do norte do estado do Paraná, em meados da década de 1930.

A ação educativa deve ser apresentada de uma forma descontraída, interessante para que o aluno que ali estiver saiba que é um local de cultura, mas também de grande ludicidade. A educação vista e vivida através do patrimônio cultural traz consigo uma das mais agradáveis experiências para as crianças e adultos (COSTA; WAZENKESKI, 2014, p. 67).

Ao se pensar no trabalho realizado dentro da fazenda, o professor deve, primeiramente, construir alguns objetivos antes de se fazer a visitação, especialmente refletir sobre as representações existentes nestes lugares de memória.

Os professores podem e devem trabalhar com diferentes lugares de memória a fim de estimular o aluno a identificar as possíveis relações entre os lugares de memória examinados e os segmentos sociais aos quais estão relacionadas (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 76-76).

O casarão de peroba é um espetáculo a parte; neste local, os visitantes podem presenciar o modo de vida de 60 anos atrás: móveis e diversos utensílios da época, onde os visitantes, sob supervisão, podem manusear estes objetos.

Procura-se, com o exercício das artes, despertar os sentidos, visão, sentimento e expressão próprios que permitam reconhecer uma realidade local, questionar e agir a partir dela. Assim, imaginam-se menos conflitos com o ambiente, formando cidadãos mais sensíveis, ativos, tolerantes [...] é investigar exemplos que podem levar à idéia “da arte de falar a linguagem do lugar” (FERREIRA; STEIDLE, 2005, p. 4).

Sendo assim, não podemos deixar de ressaltar que:

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Com um novo pensamento, cria-se um modelo pedagógico inovador, que preconiza um processo de educação utilizando a metodologia ativa de ensino-aprendizado, onde os desafios a serem vencidos pelos estudantes lhes possibilitarão um lugar de sujeitos da construção dos conhecimentos, colocando assim o professor como um facilitador e orientador, através de uma dinâmica de diálogo... é o que prevalece (COSTA; WAZENKESKI, 2014, p. 68).

Para que a visita traga reflexão estudante, o professor deve elaborar ações que venham ao encontro de seus objetivos enquanto ensino de história. Ao se pensar que o nosso tem pouco ou quase nenhum contato com museus ou centros de memória, ao professor se é

Recomendável levar em consideração as manifestações culturais e os lugares que cercam os alunos [...] eles poderão reconhecer no objeto de estudo escolhido suas identidades individual e coletiva. Tal procedimento ajudará a despertar no aluno a afetividade em relação ao que se pretende estudar. Que também o professor tenha apreço pelo tipo de bem que pretende trabalhar com seus alunos; com isso, poderá potencializar ainda mais sua motivação (e) [...] transmitir a eles seu entusiasmo com a pesquisa. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 76-76).

Neste primeiro momento, o professor pode indagar a importância de se preservar a memória e a identidade histórica do local onde vivem. Ao promover conexões entre o universo cultural no qual o aluno está inserido, com aquilo que fora previamente estudado, faz com que os alunos sintam-se motivados e criem sentimentos de afinidade com o objeto, uma vez que são instigados. Segundo afirmação da Museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta: “A educação patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva” (HORTA, 2008, p. 8).

Quando estabelece a pesquisa, o professor deve deixar claros os objetivos e resultados esperados e ter consciência de que trabalho de campo implica em diversos procedimentos.

Algumas atividades com patrimônio cultural costumam ser diferentes das que são desenvolvidas em sala de aula e, por isso, apresentam obstáculos a serem enfrentados. Tais adversidades, porém, podem ser superadas pelos educandos mediante as orientações do professor baseadas em seu bom senso e em suas estratégias de comunicação com seus alunos (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 85).

E para que a visita à Fazenda Bimini não seja apenas “mais uma visita”, devemos pensar em atividades que venham a provocar a percepção dos alunos, que “os levem a fazer constatações a estabelecer conexões e a construir analogias (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 91). Após trabalhar o levantamento daquilo que os alunos percebem enquanto patrimônio histórico em sua vizinhança, a intervenção principal do professor pode ocorrer no momento

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

histórico em que temos o café enquanto principal produto de exportação, e a importância deste na economia da cidade:

A economia rolandiense alicerçou-se, durante anos, na riqueza proveniente do café. A fertilíssima roxa, aliada a um clima dos mais agradáveis, foram as condições básicas para atrair a estas plagas grande número de imigrantes estrangeiros e nacionais em busca da Nova Canaã (SCHWENGBER, 2002, p. 172).

Em momentos pontuais da visita e após o término, o professor deve incentivar os alunos a dialogarem entre os colegas e, já durante a visita, irem trocando experiências e suas interpretações diante dos objetos que estão observando à história.

O produto final do professor, pode ser algo relativamente simples. Figueira & Miranda nos propõem a seguinte situação:

O professor pode propor a elaboração de um mural com os registros do estudo de meio, fazendo uso de fotografias, desenhos, colagens e cartazes com informações obtidas. Esse mural poderá também ser compartilhado com a comunidade escolar a fim de socializar a experiência realizada (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 92).

Ao elaborar atividades deste nível, o professor fará com o que o aluno seja colaborador e traga para a sala de aula suas percepções acerca da visita à Fazenda, e a chance de assimilação do conteúdo estudado é bem maior que apenas ficar nos livros, uma vez que elaborou-se algo a partir da realidade do aluno, trabalhou-se o conteúdo histórico, a visita poderá trazer significações e ou ressignificações do tema ao aluno e, ao final, o aluno poder colocar suas interpretações e apresentar à comunidade escolar, apontará que o trabalho do aluno não foi algo inócuo e completamente sem sentido algum.

Referências

BARBOSA, Neilia Marcelina; OLIVEIRA, Anna Luiza Barcellos de; TICLE, Maria Letícia Silva. **Ação Educativa em Museus: Caderno 04**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/ Superintendência de Museus e Artes Visuais de Minas Gerais, 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Reflexões sobre o conceito de Memória no campo da documentação administrativa**. In: Arquivos Permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 274.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de Memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015.

CANDAL, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

CARNEIRO, Roberta Pizzio. **Reflexões Acerca do processo ensino-aprendizagem na perspectiva freireana e biocêntrica.** In: Revista Thema. 2012. Disponível em: revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/download/145/86. Acesso em: 10 maio 2017.

COSTA, Heloísa Helena Fernandes Gonçalves; WAZENKESKI, Verlaine Fátima. A Importância das Ações Educativas nos Museus. **Àgora Revista de História e Geografia**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 64-73, mar. 2016.

FERREIRA, Yoshya Nakagawa; STEIDLE, Daniel. **Educação Ambiental Local, a Arte de Falar e a Linguagem do Lugar.** Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente. Londrina, mar. 2005.

FIGUEIRA, Cristina Reis; MIRANDA, Lilian Lisboa. **Educação Patrimonial no Ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: Conceitos e Práticas.** São Paulo: Editora SM, 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Ariadne Queiroz. **Guia Básico da Educação Patrimonial.** 4 ed. Brasília: Iphan/Museu Imperial, 2009.

JACOBUCCI, D. F. **Contribuições dos espaços não-formais de educação para a Formação da cultura científica,** Manaus, v. 4, n. 7, p. 12-23, ago./dez. 2011.

JARDIM, José Maria. O Conceito e a Prática de Gestão de Documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1-123 jul./dez. 1987. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/>, v. 2, n. 2, jul./dez. 1987. Acesso em: 2 mar. 2017.

LE MOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOPES, Maria Margaret. A Favor da Desescolarização dos Museus. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 40, p. 443-455, dez. 1991.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. De teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo, v. 35, p. 9-42, jan./dez. 1994.

OLIVEIRA, Roni Ivan Rocha de; GASTAL, Maria Luíza de Araújo. Educação Formal Fora da Sala de Aula – Olhares Sobre o Ensino de Ciências Utilizando Espaços Não- Formais. In: **VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências.** Florianópolis, nov. 2008. Disponível em: <http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viiienpec/pdfs/1674.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2017.

RIBEIRO, Elizabeth da Cruz. **A Prática Pedagógica do Professor Mediador na Perspectiva de Vigotsky.** Monografia. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/monopdf/6/ELIZABETH%20DA%20CRUZ%20RIBEIRO.pdf>. Acesso em: 12 maio 2017.

SCHWENGBER, Cláudia Portellinha. **Aspectos Históricos de Rolândia.** Rolândia: WA Ricieri, 2003.

SANTIN, Wilhan. **Terras Ferteis, Mentes Mais Férteis.** In: Revista Brasileiros, 2012. Disponível em: <http://brasileiros.com.br/2011/09/terras-ferteis-mentes-mais-ainda/> Acesso em: 12 maio 2017.

STARLING, Mônica Barros de Lima; SANTANA, Sylvana de Castro Pessoa. Metodologia de projetos: o patrimônio cultural no currículo do ensino médio. In: Minas Gerais. Secretaria

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

de Estado da Educação. **Reflexões e contribuições para a educação patrimonial.** Belo Horizonte: SEE/MG, 2002 (Coleção Lições de Minas, 23), p. 91-106.

TRAGTENBERG, Maurício. **Relações de Poder na Escola.** In: Educação e Sociedade: Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. São Paulo, Cortez Editora e Livraria, 1985.

XAVIER, O. S.; FERNANDES, R. C. A. **A Aula em Espaços Não-Convencionais.** In: VEIGA, I. P. A. Aula: Gênese, Dimensões, Princípios e Práticas. Campinas: Papirus Editora. 2008.

AS PRÁTICAS ESPÍRITAS EM MARIALVA, PR (1972-2016)

Carolina Cleópatra da Silva Imediato¹

Introdução

O artigo em tela tem por objetivo apresentar alguns resultados da pesquisa relacionada ao Projeto de Mestrado intitulado “As manifestações religiosas espíritas no Paraná: a Casa Espírita Paulo de Tarso (Marialva/2006-2016)”. O projeto em questão se refere à História das manifestações espíritas em Marialva, PR, partindo da História do Centro Espírita André Luiz – CEAL (1972-2016) e da fundação da Casa Espírita Paulo de Tarso (2006-2016), buscando compreender as práticas desses grupos.

Dentro da pesquisa, considerando as obras utilizadas para a escrita do presente artigo, o tema mais apropriado para a discussão parece ser as práticas espíritas. Dessa forma, o artigo versará sobre as práticas observadas no Centro Espírita André Luiz e na Casa Espírita Paulo de Tarso, compreendendo essas práticas como ritos, conforme preconiza Roberto da Matta (1997) na obra *Carnavais malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*.

Serão utilizadas, outrossim, o seminário desenvolvido por Peter Burke (2003), *Hibridismo Cultural*, para melhor compreensão das diferentes práticas dos dois grupos, bem como a obra *Santo de cemitério: a devoção ao Menino da Tábua* (1978-1994) de Solange Ramos de Andrade, como suporte, tendo em vista seu cunho antropológico no uso da pesquisa de campo como fonte.

Breve relato sobre o espiritismo em Marialva (1972-2016)

O Centro Espírita André Luiz ou “Casa da Sopa”, como é conhecido na cidade, foi fundado pelo casal Silvério Antonio Sozza e Carolina de Mathias Sozza, ele natural do interior de São Paulo e ela imigrante italiana, ambos nascidos em 1906.

Até a década de 1970 não havia centro espírita kardecista em Marialva e o casal precisou vender o sítio que possuíam em Mandaguari para adquirir o terreno onde a Casa da Sopa seria construída em 1972. Houve ajuda de voluntários para levantar a casa. Dois dos filhos do casal ajudaram a erguer a casa, eram eles João Antonio de Mathias Souza e Antônio Eugênio de Souza. O casal conseguiu apoio da 7ª União Regional Espírita (URE),

¹ Programa de Pós-Graduação em História, CNPq/CAPES, UEM, carolinaimediato@hotmail.com

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

representado na época por Geraldo Neves da Luz. Outras pessoas da cidade também contribuíram com materiais de construção, tais como o comerciante, e membro da Loja Maçônica Ciência e Justiça, Sr. José Antônio Aurélio Zuffo.

A Casa da Sopa foi finalmente inaugurada em 15 de outubro de 1972. Recebeu esse nome porque desde o início a intenção do casal era servir sopa para as crianças e necessitados da cidade, segundo relatos de seu filho Sr. Roque.

A Sra. Carolina e o Sr. Silverio se dedicavam principalmente à manutenção da sopa, servida por D. Carolina até 1988 quando faleceu. Sr. Silverio continuou a servir a sopa, com auxílio de seus filhos Natalina, Rosa e João Antonio, ou Nico como era conhecido.

Sr. Silverio faleceu em 1996. Com sua partida, a manutenção da sopa foi interrompida várias vezes e ficou a cargo de Nico, na medida que suas irmãs se afastaram do auxílio. Nico já estava doente quando pediu para seu irmão Roque, residente à época na cidade de Franca, que viesse para Marialva para reativar a sopa. Roque vendeu seus bens e veio quase imediatamente.

Roque assumiu a Casa da Sopa em fevereiro de 2000. Seu irmão Nico faleceu pouco tempo depois, em 2001. Em 2009 o Sr. Roque perdeu a visão de um olho e teve redução sensível da visão de outro, sendo necessário entregar a direção da Casa da Sopa para seu sobrinho Valdomiro, o qual veio de Brasília para cumprir a promessa que fez a sua vó 4 dias antes dela falecer.

Atualmente a Casa da Sopa continua em funcionamento, sob a direção de Valdomiro Prado, filho de Natalina e neto dos fundadores. O Centro Espírita e a assistência social fundiram-se em um único CNPJ em 2015 e sua presidente é a Sra. Renata Mondadori. A instituição oferece palestras públicas semanalmente e atendimentos do tipo fraterno e de desobsessão duas vezes na semana. Há três grupos de estudo funcionando no Centro e há um grupo de mesa mediúnica, dirigida pelo Sr. Roque.

Dentre as diversas promoções realizadas pela instituição, uma se tornou periódica e anual: “A festa das crianças”, ocorrida no dia 12 de outubro em decorrência do aniversário próximo da fundação da Casa e em homenagem a Sra. Carolina, que intitulava seu trabalho como “Sopa das Crianças”.

Com a morte dos fundadores da Casa da Sopa houve a saída de muitos colaboradores, sendo que um grande número deles se afastou da instituição em torno de 2004 e 2005.

Em 2005 um novo grupo de estudo kardecista começou a se formar. A princípio as reuniões começaram a acontecer no bairro do Planalto, na casa da D. Cida. Esse grupo era

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

bastante diversificado, mas se constituía principalmente de ex-trabalhadores do Centro Espírita André Luiz, incluindo a D. Cida. Compreender essa dissidência é primordial para a pesquisa.

O grupo que fundou a Casa Espírita Paulo de Tarso surgiu em um grupo de estudos sobre “Evangelho segundo o espiritismo”, um livro do Pentateuco espírita codificado por Allan Kardec. Como já citado, os encontros do grupo eram realizados na casa da D. Maria Aparecida do Planalto.

Esse grupo cresceu e passou a realizar sessões mediúnicas, também na casa da D. Cida e sob a supervisão desta. Como a procura de pessoas na casa da D. Cida aumentou muito, foi necessário deslocar o grupo.

Em 2006 o grupo alugou uma casa no Jardim dos Nobres e fundaram oficialmente a Casa Espírita Paulo de Tarso. O nome da casa foi escolhido pela espiritualidade, sobreveio em uma sessão de mesa mediúnica através do mentor de um dos participantes do grupo. O nome foi considerado apropriado pelo grupo, principalmente porque Paulo se tornara o mentor da Casa em formação.

As reuniões mediúnicas eram dirigidas por D. Cida e por D. Edileuza (pseudônimo) e as duas doutrinavam os espíritos atendidos. Após alguns meses, devido a desentendimentos, D. Cida saiu da Casa Espírita e passou a atender as pessoas novamente em sua própria residência.

Com a saída da D. Cida da Casa Espírita, os médiuns por ela treinados saíram também, permanecendo a Sra. Monika e seu companheiro Sr. Marcos, os quais haviam conhecido o espiritismo através da D. Cida, bem como alguns colaboradores remanescentes do Centro Espírita André Luiz (CEAL), que passaram a ser dirigidos então pela D. Edileuza, única médium ostensiva² do grupo. Como a D. Edileuza era a única médium psicofônica, Sr. Marcos aprendeu a doutrinara para que as reuniões continuassem a ser realizadas.

Há divergências nos relatos fornecidos em relação ao motivo pelo qual D. Cida deixou a Casa Espírita. A Sra. Monika e o Sr. Marcos afirmam que a D. Cida se desentendeu com a D. Edileuza porque esta dizia que as práticas da D. Cida eram de “animismo³” e não de

² A mediunidade ostensiva é aquela que se manifesta por meio da escrita, da palavra ou de outras manifestações materiais, conforme explicitado no “Livro dos Espíritos” (KARDEC, p. 34-35). Disponível em: <http://www.febnet.org.br/wp-content/uploads/2012/07/135.pdf>. Acesso em: 4 set. 2016.

³ O animismo para a doutrina espírita é um fenômeno em que “a comunicação é realizada pelo próprio encarnado, quando este se encontra no estado de emancipação da alma, vulgarmente conhecido no meio espírita como anímico ou, ainda, de desdobramento espiritual”. Disponível em: <http://www.febnet.org.br/blog/geral/colunistas/mediunismo-e-animismo/>. Acesso em: 19 maio 2016.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

“mediunismo”. A D. Cida, por sua vez, relata: que “as pessoas da Casa não me queriam lá” (*sic*); que “a Lenita e a Edileuza estavam vendendo os livros que consegui para os estudos a 10 reais na Bezerra de Menezes em Maringá” (*sic*); que “Lenita disse que as doações da Casa deveriam ir para os trabalhadores pobres da Casa e que eu era a mais pobre” (*sic*); que “me desprezavam porque sou preta, pobre e analfabeta” (*sic*).

Antes da saída da D. Cida da Casa Espírita, a mesma era a responsável pelos tratamentos espirituais de cura. Após seu afastamento, a D. Edileuza assumiu a função.

A Casa Espírita Paulo de Tarso se organizou da seguinte forma após a saída da D. Cida do grupo: A D. Edileuza passou a ser a única dirigente dos trabalhos mediúnicos (reuniões mediúnicas e reuniões de desobsessão) e a Presidente da Casa; a Sra. Monika Domene assumiu a tesouraria da Casa e o atendimento fraterno, este último com o auxílio da Sra. Vanessa Batista; o Sr. Marcos Silva passou a ser o doutrinador nos trabalhos mediúnicos.

Com o aumento de frequentadores da Casa, foram acrescentadas outras terapêuticas ao atendimento, como a acupuntura e o reiki.

A acupuntura era aplicada por profissionais da cidade, mas o serviço, por ser voluntário, trouxe alguns desconfortos para os trabalhadores, na medida em que muitas pessoas que poderiam pagar pela terapêutica, procuravam o atendimento gratuito e assim gerava um não ganho para esses colaboradores em sua profissão. Por essa razão, a acupuntura não permaneceu na Casa.

O reiki continua sendo utilizado na Casa e a sua direção foi assumida pelo Sr. Ney, trabalhador que não participou de sua fundação.

A Sra. Monika Domene registrou a Casa Espírita Paulo de Tarso junto à Federação Espírita do Paraná, através da presidência da 7ª URE (União Regional Espírita) e comunicou o presidente que, embora estivesse se filiando, “a Casa iria continuar a oferecer reiki aos frequentadores” (*sic*).

A Casa Espírita Paulo de Tarso hodiernamente oferece aos frequentadores palestras semanais, aplicação de reiki diariamente; atendimento fraterno, atendimento mediúnico, grupo de estudo do “Evangelho segundo o espiritismo”, grupo de estudo do ESDE (Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita), grupo de estudo do livro “O Céu e o Inferno”, grupo de estudo do livro “Nosso Lar” e grupo de apoio ao luto “Maria de Nazaré”.

As práticas espíritas em Marialva, PR

Roberto da Matta (1997) auxilia a compreensão dos ritos, especialmente os ritos de cunho religioso nos grupos que compõem o Centro Espírita André Luiz (CEAL) e a Casa Espírita Paulo de Tarso.

O Centro Espírita André Luiz (CEAL) possui as seguintes práticas: atendimento fraterno, desobsessão, palestras e passes, grupos de estudos e evangelização infantil.

Já a Casa Espírita Paulo de Tarso mantém o reiki, o atendimento fraterno, grupo de apoio ao luto, grupos de estudo, desobsessão, mesa mediúcnica, palestras e passes.

As palestras são exposições públicas, sempre relacionados a temas espíritas (mediunidade, evangelho, dentre outros), conforme verificado em pesquisa de campo⁴.

Já os passes são movimentos com as mãos, feitos sob indivíduos com desequilíbrios psicossomáticos ou que desejam uma ação fluídica benéfica. No Centro Espírita, os passes contam com a assistência, invocada e sabida, dos protetores espirituais⁵.

O atendimento fraterno consiste em receber fraternalmente, através do diálogo, “aquele que busca o Centro Espírita, dando-lhe noções doutrinárias espíritas, para compreensão de suas dificuldades e/ou motivos”⁶.

A mesa mediúcnica, por sua vez, é uma reunião realizada em volta de uma mesa, preferencialmente branca, para comunicação de espíritos, sendo que “o foco principal é a atividade prática, caracterizada por uma reunião mediúcnica supervisionada que tem como finalidade oferecer condições propícias para o correto e seguro desenvolvimento da faculdade mediúcnica à luz do entendimento espírita”⁷.

Os grupos de estudo são abertos e versam, no Centro Espírita André Luiz (CEAL), sobre mediunidade (estudo do Livro dos Espíritos) e sobre o ESDE – Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita (livro da Federação Espírita Brasileira). Enquanto que na Casa Espírita Paulo de Tarso os estudos versam sobre alguns livros do pentateuco espírita (O Céu e o Inferno, O Evangelho segundo o Espiritismo e o Livro dos Médiuns) e sobre as obras de Joanna de Angelis⁸, no grupo de apoio ao luto.

⁴ Pesquisa de campo realizada em diversos dias em ambas as casas, CEAL e Casa Espírita André Luiz.

⁵ João Teixeira de Paula. Dicionário de Parapsicologia, Metapsíquica e Espiritismo, p. 57.

⁶ FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL, 3. ed. Porto Alegre: FERGS, 2013, p. 50.

⁷ FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA, Brasília: FEB, 2015, p. 13. Disponível em: <http://www.febnet.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Estudo-e-pratica-da-mediunidade-II.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017.

⁸ Joanna de Angelis é um espírito que se comunica através do médium Divaldo Franco, autora de diversos livros espíritas, conforme página da editora da FEB, disponível em: <http://www.febeditora.com.br/autores/joanna-de-angelis/>. Acesso em: 8 fev. 2017.

A desobsessão, segundo Suely Caldas Schubert (1981), é uma reunião específica para tratar processos obsessivos, isto é, são reuniões especializadas em repelir a ação persistente de um mau espírito sobre um indivíduo.

Já o reiki não é uma prática precipuamente espírita, e é desencorajada pela FEP – Federação Espírita do Paraná, conforme se pôde verificar através das pesquisas de campo e entrevistas.

Tal como o passe, o reiki visa a cura através da imposição de mãos, com o diferencial que a imposição das mãos no reiki se dá sob os chakras⁹. “REIKI é uma palavra oriental que significa ENERGIA VITAL UNIVERSAL. O termo REIKI tem sido aplicado a uma técnica específica para restaurar e equilibrar sua Energia Vital Natural” (FRANÇA; FRANÇA; ZAGO, 1989, p. 16).

Essas práticas são importantes para os respectivos grupos, “não só para transmitir e reproduzir valores, mas como instrumento de parto e acabamento desses valores, do que é prova a tremenda associação – ainda não devidamente estudada – entre ritual e poder” (MATTA, 1997, p. 30).

Assim, as práticas espíritas verificadas no Centro Espírita André Luiz (CEAL) e na Casa Espírita Paulo de Tarso são vistas como ritos, nos termos de Roberto da Matta (1997), na obra *Carnavais, malandros e heróis*.

As práticas espíritas são compreendidas como elementos de uma religião:

A religião se configura como um conjunto de crenças e práticas que procuram dar respostas às várias questões que o homem levanta. É a crença no sobrenatural e na estreita relação que este estabelece com o mundo em que vivemos (ANDRADE, 2015, p. 21).

Matta (1997) explica que através das práticas, entendidas como tipos específicos de ritos, são atualizadas as estruturas de autoridade, permitindo identificar “quem sabe e quem não sabe, quem tem e quem não tem, quem está em contato com os poderes do alto e quem se situa longe deles” (MATTA, 1997, p. 30). Ademais, os ritos legitimam coisas e relações, tal como o poder daquele que o exerce, se não vejamos:

utilizamos uma forma tão complexa quanto dispendiosa como o ritual para legitimar coisas e relações já sabidas, como o poder dos poderosos, o novo regime político ou

⁹ “a palavra chakra é sânscrita e significa roda [...]. Estes chakras funcionam como terminais, através dos quais a energia REIKI é transferida e planos superiores para o corpo físico” (FRANÇA; FRANÇA; ZAGO, *Seminário Reiki: Segundo nível*. Niterói: ABR, 1989, p. 21).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

a concretude de um Estado Nacional já demarcado por fronteiras em definidas (MATTA, 1997, p. 32).

Para Matta (1997) o plano social não pode ser reduzido a uma realidade individual, psicológica, geográfica, ecológica, econômica nem teológica, por isso o autor optou por utilizar uma manifestação complexa como o ritual para analisar o plano social.

O social existe num plano próprio [...]. Trata-se de uma região intermediária, na qual é possível apropriar, medir, domesticar, perceber, negociar e assim reagir ao chamado mundo natural externo e interno. O social é, pois, uma espécie de miolo entre o grupo e a pessoa. É um plano onde a consciência se pode realizar, já que tomar consciência é, fundamentalmente, focar a atenção sobre um elemento, deixando de lado os outros. Quando ocorre essa tomada de consciência, um elemento ganha em qualidade, podendo tornar-se veículo de toda uma elaboração grupal. Passa de simples fenômeno infrassocial, dado na natureza, a categoria sociológica, instrumento que ajuda a globalizar e dar forma aos valores e à ideologia (MATTA, 1997, p. 34).

Matta (1997) explica que o ritual tem um caractere diferenciado, a dramatização. Para Matta (1997), a dramatização é a condensação de algum aspecto, elemento ou relação que se destaca, tal como ocorre em desfiles de Carnaval ou procissões, “onde certas figuras são individualizadas e assim adquirem um novo significado, insuspeitado anteriormente, quando eram apenas partes de situações, relações e contextos do cotidiano” (MATTA, 1997, p. 35).

Outrossim, Matta (1997) explica que o mundo ritual depende do que ocorre no cotidiano, ou seja, uma determinada ação comumente trivial, pode adquirir um alto significado quando destacado em determinado espaço e tempo e, assim, se tornar um rito.

De outro lado, o rito cria um plano social e inventa uma realidade profunda. Essa resposta é coletiva e “surge marcando individualidades, aquilo que aparece como ‘cultura’, ‘valores’, ‘ideologia’ e tem algumas características básicas” (MATTA, 1997, p. 37).

A resposta social tem algumas características: transforma-se em ideologia, determina as identidades e individualidades, ao mesmo tempo que reforça a individualidade do grupo. Nesse processo de reforço do grupo, a resposta social permite criar as condições de uma consciência de identidade comum (rito) e permite “a invenção de um campo transcendente, no qual a projeção do grupo poderá gerar e orientar novas determinações e estímulos” (MATTA, 1997, p. 37).

A teoria utilizada por Matta (1997), embora seja um trabalho antropológico, é muito importante para a historiografia justamente pela noção de permanência e mudança atribuídos

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

ao rito por Roberto da Matta. De outro lado, as contribuições de Matta (1997) são relevantes para a presente pesquisa também devido a correlação que o autor faz entre rito e mito:

Outro ponto importante decorrente da visão do rito como drama é a possibilidade de juntar o estudo dos ritos com o dos mitos, sem ter de necessariamente transformar um em reprodução do outro, como o faziam os antigos estudiosos dos sistemas religiosos [...]. Ambas as formas são extraordinárias e pertencem a um universo situado acima do cotidiano, como modos capazes de permitir a reflexão e a alternativa ao mundo real. Ambas são igualmente respostas (MATTA, 1997, p. 40).

Os ritos e os mitos, segundo Matta (1997), estabelecem ações e tipos paradigmáticos, modelos do que devem ser seguidos e indicam quais ações são indesejáveis, bem como as relações que nunca se devem constituir. Para Matta (1997) tanto os rituais quanto seus personagens são criações sociais, “refletindo ambos os problemas básicos de formação social que os engendra” (MATTA, 1997, p. 41).

Um dos ritos só é praticado em uma das casas espíritas e é um elemento que o distingue. O reiki é oferecido na Casa Espírita Paulo de Tarso não apenas para os frequentadores da Casa, mas também para qualquer pessoa que deseja receber o tratamento. Já a administração do Centro Espírita André Luiz (CEAL) prefere adotar a postura da FEP em relação ao reiki e, assim, não permite sua aplicação nas dependências do Centro, conforme foi verificado na pesquisa de campo.

O Reiki, segundo Miwa (2012) é uma técnica japonesa de equilíbrio energético, com elementos indianos, criada por Mikao Usui (japonês 1865-1926). Conforme o mito de fundação, Mikao Usui isolou-se no monte Kuruma para meditar sobre um manuscrito budista sobre cura. Permaneceu no monte por 21 dias, no último dia teve uma revelação e compreendeu o manuscrito. Após voltar do estado de consciência, desceu do monte e passou a aplicar o reiki.

No que tange à aplicação do reiki em uma casa espírita, é compreensível quando nos deparamos com pesquisas de intelectuais como Edward Said e Nestor Canclini, os quais explicam que a história de todas as culturas hoje é a história de apropriação cultural. Peter Burke (2003), outrossim, é adepto do pensamento de Jean-Loup Amselle e ressalta que “não existe uma fronteira cultural nítida ou firme entre grupos e sim, pelo contrário, um *continuum* cultural” (BURKE, 2003, p. 14).

As diferenças nas práticas entre o CEAL e a Casa Espírita Paulo de Tarso marcam a identidade dos grupos. Peter Burke (2003, p. 81) frisa que a identidade cultural “é

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

frequentemente definida por contraste, como um astuto inglês em viagem pela Rússia” ou como católicos apostólicos romanos ao se ajoelharem ao fazer suas preces, enquanto os russos ficam de pé.

É importante destacar que o reiki na cidade de Marialva, PR é aplicada em apenas uma das casas espíritas – a Casa Espírita Paulo de Tarso. Essa informação é relevante não apenas quando se fala de hibridismo cultural (à guisa de Peter Burke, 2003), mas também quando o assunto é a identidade dos grupos, isso porque a Casa Espírita Paulo de Tarso surgiu de uma dissidência no Centro Espírita André Luiz (CEAL).

Em informações obtidas através de pesquisa de campo preliminar, foi possível constatar que o grupo que fundou a Casa Espírita Paulo de Tarso surgiu em um grupo de estudos sobre “Evangelho segundo o espiritismo”, um livro do Pentateuco espírita codificado por Allan Kardec (pseudônimo de Hippolyte Leon Denizard Rivail). Os encontros do grupo eram realizados na casa da D. Maria Aparecida do Planalto. Esse grupo cresceu e passou a realizar sessões mediúnicas, também na casa da D. Maria e sob a supervisão desta. [...] A procura de pessoas na casa da D. Maria era diária e cresceu muito, o que fez com que seus filhos reclamassem da manutenção do grupo em sua casa. Assim, o grupo decidiu procurar outro lugar para fazer os estudos e as reuniões mediúnicas. Alugaram uma casa no Jardim dos Nobres e passaram a se reunir naquele local a partir de 2006 (IMEDIATO, 2016, p. 149).

O grupo que fundou a Casa Espírita Paulo de Tarso no Jardim dos Nobres em Marialva, PR se constituía basicamente de pessoas remanescentes do Centro Espírita André Luiz (CEAL) e algumas pessoas que conheceram o espiritismo na residência de D. Maria Aparecida, no Jd. Planalto.

A influência japonesa na cidade de Marialva, PR é muito relevante, porém não há trabalhos historiográficos sobre a formação cultural da cidade, conforme Imediato (2016, p. 151-152):

Embora existam estudos sobre a cidade de Marialva eles tendem a tratar de questões econômicas, biológicas ou voltadas a viticultura, como são o caso dos seguintes trabalhos A viticultura como base econômica da pequena propriedade no município de Marialva, PR, (ALMEIDA, 2010), Marialva: memórias da economia cafeeira entre 1940-1960, de autoria de Amanda Palomo Alves (ALVES, 2008); Levantamento epidemiológico das condições de saúde bucal no município de Marialva em 2010 (BOSELLI, 2011); Caracterização e proposta de tratamento de efluentes de cantinas de vinho: um estudo de caso, desenvolvido por (CAPELARI, 2008); A viticultura no município de Marialva, PR: análise da assistência técnica (FRANCO, 2005); Colonização e diversidade de fungos micorrízicos arbusculares em videiras da região de Marialva, PR, (GEROLA, 1998); O ritmo climático no Trópico de Capricórnio e a produção de uva: o estudo de caso Marialva, PR (HIERA, 2011); Levantamento da quantidade de embalagens cartonada longa vida comercializadas e coletadas no município de Marialva, PR (LARRANHAGA,

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

2009); Marialva: a crise da pequena propriedade e alternativas de sobrevivência (MAGAROTTO, 1997); Marialva: a trajetória histórica e a opção da 'uva fina', (NEVES2001) e Avaliação do estado nutricional da videira, cultivares Itália e Rubi, no município de Marialva, PR (TONIN, 2004) (IMEDIATO, 2016, p. 151-152).

Peter Burke (2003) relembra que as trocas nas cidades não ocorrem somente no âmbito do comércio, sobretudo há trocas culturais, “onde pessoas de diferentes origens se encontram e interagem” (BURKE, 2003, p. 70). Nesse contexto, o estranho seria não haver o hibridismo das religiões brasileiras com as crenças japonesas, na medida que houve imigração desses povos para o Brasil.

O espiritismo no Brasil, segundo Mary del Priore (2014), foi bem assimilado sobretudo porque a magia das religiões negras já estava bem sedimentada na cultura brasileira. “O processo de sincretismo que se desenvolvera havia séculos, integrando o catolicismo popular e as religiões negras, agora abocanhava a doutrina europeia na sua vertente mais popular” (DEL PRIORE, 2014, p. 165).

No caso da Casa Espírita Paulo de Tarso, a pesquisa de campo revelou que além de elementos advindos das religiões negras, tais como manifestação de velhos pretos e erês, existe o elemento oriental (reiki, chakras, filosofia), advinda da imigração japonesa e da forte atuação da Associação Cultural e Esportiva de Marialva (ACEM) e da Seicho-No-Ie na cidade.

Dessa maneira, a utilização do Reiki na casa espírita em Marialva é resultado de uma hibridização e, como já dito, não se trata de um processo estranho. Segundo Peter Burke (2003), é um processo histórico que existe em todas as culturas do mundo. Não é correto, portanto, se falar em imitação. Inclusive, essa é a crítica que o autor faz à ideia de apropriação, comumente associada a acusações de plágio cultural.

Estas zonas de fronteiras, como cidades cosmopolitas, podem ser descritas como “interculturais”, não apenas locais de encontro, mas também sobreposições ou interseções entre culturas, nas quais o que começa como uma mistura acaba se transformando na criação de algo novo e diferente (BURKE, 2003, p. 73).

Peter Burke (2003) acrescenta que a interação entre o cristianismo e as religiões africanas não se deu da forma como os missionários pensavam, isto é, os negros não foram convertidos, aceitaram o cristianismo. Isso porque “os dirigentes viam a si mesmos como simplesmente incorporando novas e poderosas práticas à sua religião tradicional” (BURKE, 2003, p. 67). Apesar disso Burke (2003) explica que existe a possibilidade de “que os dois lados estivessem pelo menos em parte cientes de suas diferenças, mas preferiram não falar a

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

respeito delas, criando assim o que tem sido chamado de ‘mal-entendido-tácito’, que evitava o conflito explícito” (BURKE, 2003, p. 67).

Conforme já explicitado, Matta (1997) entende que o rito distingue os grupos e é por esse viés que a pesquisa progride. A Casa Espírita Paulo de Tarso se diferencia do Centro Espírita André Luiz (CEAL) pelo grupo que mantém, esses grupos possuem práticas que convergem, mas há muitas práticas divergentes, o que os distingue. Isto é, o rito é permanência, mas também mudança.

Sobre o espiritismo e suas singularidades à brasileira Célia da Graça Arribas (2014) também pesquisa e pontua:

a tendência de uma religiosidade de traços místicos própria do Comandante¹⁰ inaugurou um espaço para práticas até então inusitadas no espiritismo, e com elas vieram as ramificações. As noções de karma, chacras, kundalini e outras de origem oriental ou esotérica abraçadas por ele, juntamente com práticas como a cromoterapia e a apometria, abriram caminho para grupos alternativos (ARRIBAS, 2014).

Mesmo o Centro Espírita André Luiz, que optou por seguir as diretrizes da FEP quanto a suas práticas, possui elementos diferenciadores, um deles é a utilização da apometria como técnica de apoio à desobsessão, utilizada discretamente e sem conhecimento da Federação Espírita Paranaense.

A apometria é uma técnica de desdobramento astral¹¹ utilizada em tratamentos alternativos de cura. Segundo José Lacerda de Azevedo (2002), a apometria não possui relação com o mediunismo. Todavia, é difícil não os associar, sobretudo porque lembra muito a visão das sonâmbulas, tão utilizadas na medicina popular do fim do século XVIII:

os doentes recorriam as sonâmbulas (posteriormente chamadas de médiuns) para diagnosticar seus males, medicá-los ou prescrever remédios. Magnetizadores as punham em estado de “lucidez” para suscitar sua clarividência. Pouco a pouco, muitas se auto-hipnotizavam ou modificavam seus estados de consciência para trabalhar sozinhas. E usavam sua vidência tanto para curar quanto para predizer o futuro (DEL PRIORE, 2014, p. 124).

Em relação aos ritos comuns aos dois grupos, tais como os passes, atendimento fraterno, palestras e grupos de estudo, são práticas encorajadas pela FEB e pela FEP, a qual

¹⁰ Célia Ribas (2014) está se referindo a Edgard Armond (1894-1982), militar que foi Comandante da Força Pública do Estado de São Paulo e exerceu liderança na Revolução de 1922.

¹¹ É o afastamento do espírito de seu invólucro carnal. Segundo Azevedo (2002), o desdobramento apométrico, isto é, utilizando técnicas determinadas de magnetismo, possibilita tanto tratar o obsessivo quanto o obsediado.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

disponibilizou cursos para ambos os grupos de como praticá-los e divulgá-los para a comunidade. Os colaboradores do Centro Espírita André Luiz (CEAL) são mais assíduos a esses cursos, mas alguns “trabalhadores”¹² da Casa Espírita Paulo de Tarso também os usufruem.

As práticas, todas as supracitadas, compreendidas como ritos, na medida que possuem uma forma e um significado específicos, não se trata de eventos cotidianos, porque possuem data, hora e local determinados para acontecer e possuem formalidades a serem observadas. Essas práticas se diferem dos “milagres, golpes da sorte, tragédias, dramas, desastres e catástrofes por serem previstos” (MATTA, 1997, p. 47).

Conforme Matta (1997), “o domínio dos ritos e das fórmulas paradigmáticas que inventam e sustentam personagens culturais é a esfera daquilo que gostaríamos que estivesse situado ao longo ou mesmo fora do tempo” (MATTA, 1997, p. 27). Assim, o autor justifica porque os rituais promovem a identidade social e constroem o seu caráter. “É como se o domínio do ritual fosse uma região privilegiada para se penetrar no coração cultural de uma sociedade, na sua ideologia dominante e no seu sistema de valores” (MATTA, 1997, p. 27).

Considerações finais

O trabalho propôs o estudo e análise das práticas espíritas em Marialva, PR, partindo de um olhar antropológico e cultural não apenas historiográfico. Trata-se de um trabalho preliminar, relatado a partir de coleta de fontes preliminares. Muito ainda há que ser pesquisado: lacunas temporais ainda precisam ser preenchidos, práticas ainda merecem observação, respostas ainda necessitam ser buscadas.

Não foi possível ainda realizar uma descrição pormenorizada das práticas dos grupos integrantes das casas espíritas de Marialva, PR, porém não é o caso de se furtar deste mister, sendo necessário para a compreensão das permanências e das mudanças ocorridas tanto no CEAL quanto na Casa Espírita Paulo de Tarso.

O que pôde se constatar até o momento é que as diferenças culturais contribuíram para a dissidência no CEAL e, conseqüentemente, para a fundação da Casa Espírita Paulo de Tarso.

¹² O termo “trabalhadores” é utilizado pelos próprios integrantes da Casa Espírita para se autodenominarem.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

A pesquisa deve continuar, sobretudo para compreensão de outros elementos que levaram à dissidência e fundação da Casa Espírita Paulo de Tarso, bem como compreender a dinâmica de manutenção de ambas as instituições.

Ressaltando que o projeto em execução não possui pretensão de exaurir o assunto sobre o espiritismo em Marialva, tão pouco sobre a história das duas instituições pesquisadas.

Fontes

GUIMARÃES, Tânia Braga. **Os campos precisam florir**: relatos de Dona Cida, uma vencedora. Biografia. 2014.

IMEDIATO. C. C. da S. **Pesquisa de Campo na Casa Espírita Paulo de Tarso**. 1. 14/02/2016. Horário 19h00min às 23h30min.

IMEDIATO. C. C. da S. **Pesquisa de Campo na Casa Espírita Paulo de Tarso**. 2. 05/04/2016. Horário 20h00min às 23h15min.

IMEDIATO. C. C. da S. **Pesquisa de Campo no Centro Espírita André Luiz**. 1. 04/08/2016. Horário 19h45min às 21h00min.

IMEDIATO. C. C. da S. **Pesquisa de Campo no Centro Espírita André Luiz**. 2. 11/08/2016. Horário 20h00min às 21h00min.

IMEDIATO. C. C. da S. **Pesquisa de Campo no Centro Espírita André Luiz**. 3. 18/08/2016. Horário 19h30min às 21h00min.

IMEDIATO. C. C. da S. **Pesquisa de Campo no Centro Espírita André Luiz**. 4. 25/08/2016. Horário 19h30min às 21h10min.

IMEDIATO. C. C. da S. **Pesquisa de Campo no Centro Espírita André Luiz**. 5. 01/09/2016. Horário 19h20min às 21h00min.

IMEDIATO. C. C. da S. **Pesquisa de Campo no Centro Espírita André Luiz**. 6. 08/09/2016. Horário 19h40min às 21h15min.

IMEDIATO. C. C. da S. **Pesquisa de Campo no Centro Espírita André Luiz**. 7. 29/09/2016. Horário 19h30min às 21h05min.

IMEDIATO. C. C. da S. **Pesquisa de Campo no Centro Espírita André Luiz**. 8. 03/10/2016. Horário 15h00min às 16h00min.

IMEDIATO. C. C. da S. **Pesquisa de Campo no Centro Espírita André Luiz**. 9. 06/10/2016. Horário 19h30min às 21h00min.

IMEDIATO. C. C. da S. **Pesquisa de Campo no Centro Espírita André Luiz**. 10. 13/10/2016. Horário 20h00min às 21h00min.

IMEDIATO. C. C. da S. **Pesquisa de Campo no Centro Espírita André Luiz**. 11. 20/10/2016. Horário 19h30min às 21h00min.

IMEDIATO. C. C. da S. **Pesquisa de Campo no Centro Espírita André Luiz**. 12. 27/10/2016. Horário 19h40min às 21h00min.

IMEDIATO. C. C. da S. Entrevista com Roque Souza, 1.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

IMEDIATO, C. C. da S. Entrevista com Roque Souza, 2.

RESUMO DO ESTATUTO DO CENTRO ESPÍRITA “ANDRÉ LUIZ”. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, 26 out. 1972, p. 24.

Referências

ANDRADE, Solange Ramos de. **Santo de cemitério**: a devoção ao Menino da Tábua (1978-1994). Maringá: Eduem, 2015.

ARRIBAS, Celia da Graça. No princípio era o verbo: espíritas e espiritismos na modernidade religiosa brasileira. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade São Paulo, São Paulo, 2014.

AZEVEDO, José Lacerda de. **Espírito/Matéria**: novos horizontes para a medicina. Porto Alegre: VEC, 2002.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

DEL PRIORE, Mary. **Do outro lado**: a história do sobrenatural e do espiritismo. São Paulo: Planeta, 2014.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL, 3. ed. **Atendimento Espiritual no Centro Espírita**. Porto Alegre: FERGS, 2013, p. 50.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA. **Estudo e prática da mediunidade**. Rio de Janeiro: FEB, 2015, p. 13. Disponível em: <http://www.febnet.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Estudo-e-pratica-da-mediunidade-II.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017.

FRANÇA, Claudete; FRANÇA, Thales; ZAGO, Silvana. **Seminário Reiki**: Primeiro Nível. Niterói: ABR, 1989, p. 16.

FRANÇA, Claudete; FRANÇA, Thales; ZAGO, Silvana. **Seminário Reiki**: Segundo nível. Niterói: ABR, 1989, p. 21.

IMEDIATO, Carolina Cleopatra da. A religiosidade espírita na cidade de Marialva, PR: a formação da Casa Espírita Paulo de Tarso (2006-2016). In: **Anais do Seminário Internacional de práticas religiosas no mundo contemporâneo**, Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2016, p. 147-161. Disponível em: <http://www.uel.br/laboratorios/religiosidade/anais/index.php/ivleer/iwleer/paper/view/25/14>. Acesso em: 9 fev. 2017.

KARDEC, Allan. **O livro dos espíritos**. Rio de Janeiro: FEB, 2007. <http://www.febnet.org.br/wp-content/uploads/2012/07/135.pdf>. Acesso em: 4 set. 2016.

MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MIWA, Marcela Jussara. **Com o poder nas mãos**: em estudo sobre johrei e reiki. Tese (Doutorado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica, Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

SCHUBERT, Suely Caldas. **Obsessão e Desobsessão**. Rio de Janeiro: FEB, 1981.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A VISIBILIDADE À DIVERSIDADE SOCIAL E EDUCACIONAL NOS CADERNOS DO PNAIC

Cíntia de Souza Adelino¹

Elias Canuto Brandão²

Introdução

Os movimentos sociais buscam o tempo todo discutir e cobrar problemas ligados à educação, por meio de ações de mobilização e conscientização, porém tem se deparado com um cenário caótico, no qual o sentimento que vem prevalecendo é o de conformismo e acomodação, passando a ser permissivo com a organização educacional ofertada pelo Estado. Uma destas ofertas é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que tem por objetivos a formação continuada de professores que estão relacionados com diagnósticos funestos da educação, sendo sempre atribuída ao professor a responsabilidade do insucesso escolar, fazendo com que a postura e a prática pedagógica do professor sejam sempre questionadas e colocadas à prova.

O PNAIC surge em 2012, com a Portaria n. 867, de 4 de julho (BRASIL, 2012), resultado da regulamentação do Decreto n.º 6.094, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), que firmava compromisso com as três instâncias da gestão pública: o governo federal, responsável pelos materiais e recursos financeiros e organização do programa; o governo estadual, que se responsabiliza pela formação de professores, ofertadas pelas IES estaduais, cadastradas junto ao PNAIC e; a instância municipal, que realiza a liberação de professores da rede municipal que trabalham com as séries iniciais para participarem da formação continuada nas salas de aulas, onde estas se transformem em “laboratórios” de aplicação do programa.

O PNAIC possui características originais por ser o primeiro programa nacional voltado à alfabetização no momento político sendo de fato implementado, pelas nossas constatações fugindo das características de campanha, possuindo princípios atuais de se pensar a educação nas séries iniciais do ensino fundamental. Vale destacar que as raízes do Programa estão na década de 1990, com o processo de reforma do ensino e as influências de

¹ Mestranda em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar (Unespar), e-mail: cintia-adelino@hotmail.com

² Docente do Curso de Pedagogia e do Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar (Unespar), e-mail: eliasbrandao.unespar@gmail.com

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

agências internacionais³, com a legalização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei n. 9394/96 (BRASIL, 1996), e com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs⁴) que estão firmados, estabelecidos e legitimados pela LDB e outras leis e documentos institucionais que organizam a educação brasileira.

Nesse período houve forte debate das agências internacionais que financiam a educação brasileira em relação às metas que deveriam ser alcançadas, determinando o tempo hábil para o cumprimento dos acordos para que as alianças entre o Brasil e essas agências continuassem firmadas na busca pela globalização. Destacamos que durante esse período a educação ganhou novas características com metas a serem cumpridas, porém muitas das metas não foram alcançadas e em pleno decorrer do século XXI, problemas voltados à educação ainda persistem.

A alfabetização na idade série apropriada é uma dessas metas estabelecidas para a educação que ainda não foi atingida e busca novos meios e caminhos para o sucesso da educação. Foi neste bojo que o PNAIC surge como uma política de focalização – antes dele muitos outros já existiram – e surge na busca de solucionar problemas pontuais do ensino fundamental como a formação de professores, que aqui é uma das principais metas do programa, ou seja, alfabetizar todas as crianças na idade certa, o que, não é possível ainda confirmar se de fato o PNAIC, diante do contexto histórico, político e econômico de fato se confirme.

O Pacto apresenta-se como política focalizada voltada à alfabetização, reafirmando outras políticas da educação como os PCNs, LDB, Ensino Fundamental de Nove Anos, Lei 11.114, de 16 de maio de 2005 (BRASIL, 2005), Lei 10.639, de 09 de janeiro 2003 (BRASIL, 2003), que tornam obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e as leis que regulamentam a Educação do Campo nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, com o Parecer n. 36/2001 (BRASIL, 2001) e na Resolução 01/2002 (BRASIL, 2002), do Conselho Nacional de Educação. Quando nos atemos aos povos do campo, temos a Resolução CNE/CEB n. 2, de 28 de abril de 2008 (BRASIL, 2008), que

³ No ano de 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programada Nações Unidas (PNUD) e Banco Mundial (BM). Dessa Conferência resultaram propostas voltadas para o cumprimento das necessidades básicas de aprendizagem e para a universalização do acesso à educação fundamental.

⁴ Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de Jomtien (UNESCO, 1990); a Declaração de Nova Delhi (UNESCO, 1993). No Brasil, na esfera educacional, o documento Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), Diretrizes Curriculares, Referenciais Curriculares e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB).

estabelece normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam a Educação do Campo.

O PNAIC está fundamentado em quatro eixos: formação de professores; materiais didáticos; gestão e mobilização e, avaliação. Para o desenvolvimento desses quatro eixos, até o momento foram elaborados 60 cadernos visando auxiliar e viabilizar discussões sobre diversidade dentro do processo de formação continuada de professores e, promover o desenvolvimento de novas propostas pedagógicas.

O PNAIC em relação à diversidade

Em todos os seus cadernos, o PNAIC tem apresentado conteúdos referentes à diversidade. Exemplo são os cadernos de alfabetização matemática que desenvolve o princípio do pensamento matemático a partir de trabalhos artesanais indígenas, em que o professor pode optar por promover o trabalho interdisciplinar e alargar a discussão matemática associada à valorização dos povos nativos, entre outros exemplos no decorrer dos cadernos elaborados para a promoção da formação continuada de professores.

As obras literárias disponibilizadas pelo Programa são de riquíssima qualidade na qual o professor tem a oportunidade de se organizar para tratar de algumas especificidades da diversidade, porém mesmo com essas possibilidades pontuais, o programa disponibiliza 12 cadernos que contemplam temáticas como a educação do campo, a inclusão social, educação especial e outros conteúdos relacionados à diversidade. Porém a discussão de gênero não se faz presente nos cadernos, a não ser nos cadernos de alfabetização de língua portuguesa, mesmo assim de forma superficial.

O primeiro caderno do PNAIC que trata da diversidade é intitulado de “*Currículo na perspectiva da inclusão e da diversidade: as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o Ciclo de Alfabetização*”. Possui os seguintes objetivos:

refletir sobre os principais pressupostos teórico-metodológicos do currículo no contexto das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e acerca dos diferentes espaços-tempos de criação do currículo no cotidiano escolar; aprofundar a compreensão sobre os princípios e os fundamentos da organização escolar em ciclos, bem como fazer uma reflexão acerca dos direitos de aprendizagem no Ciclo de Alfabetização; aprofundar a concepção de avaliação defendida neste programa de formação continuada, bem como compreender a importância das práticas avaliativas inclusivas no currículo; refletir sobre os desafios e as possibilidades do Ciclo de Alfabetização para as escolas do campo, dialogando com alguns limites e perspectivas da organização curricular das escolas multisseriadas; ampliar os conhecimentos sobre a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, dialogando com práticas pedagógicas realizadas em turma do Ciclo de

Alfabetização; compreender a importância da diversidade linguística no Ciclo de Alfabetização, as implicações dessa diversidade para o currículo e seus desafios na melhoria da educação básica (BRASIL, 2015, p. 7).

De acordo com os objetivos estabelecidos no primeiro caderno, o programa indica buscar promover uma alfabetização que seja capaz de desenvolver aptidões nos alunos, além de propiciar ao indivíduo, condições de prosseguir com os estudos, pois no documento, são apresentados direitos básicos de aprendizagem que podem ser divididos em eixos estruturantes atribuindo a escola o objetivo de garantir a apropriação de conteúdos pelos alunos, para que eles possam ter participação social efetiva, assim como incentivar uma nova reestruturação do currículo e reorganização escolar.

No processo de alfabetização matemática, o PNAIC disponibiliza dois cadernos. Um de matemática para a Educação do Campo e outro para a Matemática Inclusiva. O caderno de Matemática Inclusiva apresenta os seguintes objetivos:

ampliar conhecimentos sobre aspectos legais referentes à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; aprofundar conhecimentos sobre encaminhamentos destinados aos alunos que fazem parte do público alvo da Educação Especial; ampliar conhecimentos sobre espaços de aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. No contexto da inclusão escolar, ou seja, o trabalho da escola comum articulada com o atendimento educacional especializado – AEE; compreender a importância de um trabalho considerando as diferenças dos alunos com ações voltadas a promover o acesso, a participação e a aprendizagem dos mesmos; sugerir práticas pedagógicas de alfabetização matemática para alunos com necessidades específicas (BRASIL, 2014, p. 5).

No caderno de alfabetização matemática os objetivos específicos estão voltados aos alunos que possuem algum tipo de deficiência física ou intelectual, proporcionado à participação do aluno nas dinâmicas da sala de aula e permitindo que o aluno sinta-se parte da organização escolar e do processo de aquisição dos códigos linguísticos matemáticos. No caderno de Educação Matemática do Campo, ficam evidentes que os objetivos estão voltados à valorização da origem social:

apresentar um Histórico da Educação do Campo brasileira; ampliar conhecimentos sobre aspectos legais referentes à Educação do Campo; aprofundar conhecimentos sobre a relação entre Educação do Campo e a Educação Matemática; apresentar diferentes práticas sociais da realidade camponesa como disparadoras do trabalho com a Alfabetização Matemática (BRASIL, 2014, p. 5).

Nesse caderno o PNAIC evidencia a importância da valorização social ao resgate histórico das origens de cada indivíduo, principalmente daqueles que por muitas vezes são marginalizados por uma parcela da sociedade que se julgam melhores que os demais.

Os cadernos que tratam da Educação do Campo são conquistas dos movimentos sociais, ligados ao campo, à luta pela terra e pela distribuição de renda. Esses cadernos podem ser considerados como uma conquista pelo direito a educação que atenda as subjetividades dos povos do campo atrelados à pedagogia do oprimido. Nesse sentido, Arroyo aponta que:

Acompanhando os movimentos sociais e a sua defesa do direito de todos os povos do campo a educação, um primeiro ponto se destaca: a defesa da escola pública do campo e no campo se contrapõe a toda política de erradicação da infância e adolescência de suas raízes culturais, de seu território, de suas comunidades, dos processos de produção da terra e de sua produção como humanos. Escola do campo, no campo. A escola, a capela, o lugar, a terra são componentes de sua identidade. Terra, escola, lugar são mais do que terra, escola ou lugar. São espaços e símbolos de identidade e de cultura. Os movimentos sociais revelam e afirmam os vínculos inseparáveis entre educação, socialização, sociabilidade, identidade, cultura, terra, território, espaço, comunidade. Uma concepção muito mais rica do que a redução do direito à educação, ao ensino, informação que pode ser adquirida em qualquer lugar. Há bases teóricas profundas, inspiradas nas concepções da teoria pedagógica mais sólida, nesses vínculos que os movimentos sociais do campo defendem entre direito à educação, à cultura, à identidade e ao território. Dimensões esquecidas e que os movimentos sociais recuperam, enriquecendo, assim, a teoria pedagógica; abrindo novos horizontes às políticas de formação de educadores. Formação colada ao território, a terra, à cultura e tradição do campo (ARROYO, 2007, p. 163).

Diferente das políticas educacionais dos gestores públicos apresentadas nos cadernos, os movimentos sociais cobram, escrevem, documentam e lutam por direitos e por uma educação que seja emancipadora, que coloque o aluno como construtor do conhecimento, onde seja participativo na sociedade, que cumpra com seus deveres, mas de maneira politizada e consciente.

Marginalização das classes sociais

Ao analisarmos o PNAIC, é fundamental ter um olhar à diversidade, observando o quesito acesso e permanência escolar, pois, quando pensando em diversidade estamos apontando para uma grande parcela social marginalizada: os povos do campo, negros, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexuais e simpatizantes (LGBTTTIS), moradores de ruas, deficientes físicos e intelectuais, entre outros que possam se identificar com a parcela de excluídos.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Na herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isto, discriminamos o comportamento desviante (LARAIA, 1932, p. 57).

As crianças pertencentes a essa diversidade, ao adentrarem no mundo letrado/escola, possuem dificuldade, uma vez que não conseguem se incluir em grupos de amizade, acabando por sofrer mais uma rejeição social, prejudicando ainda mais o acesso e a permanência na escola. Discutir a diversidade hoje no campo da educação é buscar compreender as transformações sociais que a humanidade vivência, além de aprender a respeitar aquele que é diferente do padrão estabelecido socialmente, fazendo com que seja possível olhar e perceber a totalidade dentro de uma perspectiva educacional.

Os movimentos sociais nesse processo de visibilidade e empoderamento de grupos enquanto classe tem sido essencial para a diversidade que acaba por agonizar tomadas de posições práticas, políticas e ideológicas. Neste sentido observamos a urgência de que o PNAIC, como uma política que contribua com a universalização do ensino e o respeito com a diversidade, atrele a teoria e a prática, pois a diversidade precisa ser compreendida historicamente como um fenômeno social no qual deve contemplar tensões e contradições organizacionais.

Talvez seja mais fácil explicar a mudança raciocinando em termos de padrões ideais e padrões reais de comportamento. Nem sempre os padrões ideais podem ser efetivados. Neste caso, as pessoas agem diferentemente (esta ação constitui os padrões reais), mas consideram que os seus procedimentos não são exatamente os mais desejados pela sociedade (LARAIA, 1932, p. 80).

Dessa forma o PNAIC, ao menos nos cadernos analisados, demonstra algumas características construtivas da diversidade no qual nos possibilita analisar contradições instauradas, como a luta de classes que nesse processo tem papel fundamental pela conquista de direitos e pela visibilidade e que para isto confronta-se com os interesses do estado e seus governantes.

Vale destacar que o Pacto apresenta-se como um dos poucos programas a contemplar e discutir a diversidade e propor o tema formação continuada de professores. Se de fato a formação continuada será implementada ainda não é possível analisar. Algumas constatações já são possíveis observar. O Programa tem pecado no quesito da diversidade territorial, vez ser implementado na região sul e sudeste do país como se as regiões fossem homogêneas. O mesmo PNAIC que chega implantado no sul implanta-se às demais regiões, sem nenhuma

alteração de suas características e propostas, ou seja, sem respeitar as diversidades territoriais e as especificidades de cada região, podendo contribuir com adaptações equivocadas no desenvolvimento do Programa.

Antecipando estas particularidades, observamos que a proposta do PNAIC em relação à diversidade, busca compreender a metodologia e princípios aplicados de modo a exercitar as práticas pedagógicas já existentes, de forma a contribuir para que esse público diverso se sinta acolhido e pertencente ao ambiente escolar, promovendo o acesso e a permanência de acordo com as lutas sociais, buscando a universalização do ensino, a luta pelo espaço, a visibilidade, a igualdade social e o respeito a todos.

Luta pelo reconhecimento da diversidade no contexto escolar

A busca por reconhecimento e problematização da diversidade nos espaços escolares proposta pelo PNAIC retoma algumas questões antigas na qual permite estabelecer um paralelo entre práticas tradicionais e a atual práxis pedagógica, permitindo trabalhar com uma educação emancipatória, incluindo a diversidade e diferentes realidades, a exemplo dos povos do campo. Ao falar da diversidade, é evidente a retomada de dimensões na qual propõe novas matrizes de formação, elevando a emancipação humana. Nesse sentido, Caldart (2009, p. 38) coloca a Educação do Campo como mecanismo transformador e que tem provocado nuances junto aos que governam.

A Educação do campo inicia sua atuação desde a radicalidade pedagógica destes movimentos sociais e entra no terreno movediço das políticas públicas, da relação com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que ela combate, se coerente for com sua materialidade e vínculo de classe de origem. Sim! A Educação do campo tem se centrado na escola e luta para que a concepção de educação que oriente suas práticas se descentre da escola, não fique refém de sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo. E uma vez mais, sim! A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital (CALDART, 2009, p. 38).

O exposto nos direciona a observar que o modelo educacional estabelecido no estado contemporâneo é liberal e a pedagogia dominante é a pedagogia do aprender a aprender. Tal pedagogia propõe o esvaziamento de conteúdos historicamente acumulados, no qual a prática

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

pedagógica fique em função do cotidiano sem se aprofundar em conteúdos específicos. Neste sentido, se o PNAIC não contribuir na formação dos professores para o além do que tratam os livros e documentos, o mesmo estará comprometido em seus objetivos e prática de formação.

Mas, o que de fato nos apresenta o PNAIC? Na atualidade as discussões no PNAIC referentes à aprendizagem se organizam em uma didática desenvolvida por meio de projetos, onde disponibilizam modelos de atividades e textos elaborados e estruturados no qual o professor deve aplicá-los de acordo com as exigências do Estado, o que pode engessar a prática do professor, pois o mesmo dentro dessa proposta fica submisso às ideologias vigente, ficando a serviço da pedagogia da existência, configurando-se em uma pedagogia moderna liberal.

A exigência de pensar a especificidade da diversidade é fazer com que a mesma seja trabalhada nas disciplinas existentes fazendo com que o professor busque considerar a realidade dos sujeitos envolvidos no processo de escolarização juntamente com a prática social e, para isto, a importância da flexibilidade do professor na busca de temáticas que enriqueça os conteúdos e a diversidade.

A diversidade no âmbito escolar permite a realização de diversas indagações, pois, a mesma quando é trabalhada, apresenta-se de maneira aleatória, na qual a questão étnico racial é trabalhada de uma forma desconectada dos demais conteúdos, ficando apenas como um conteúdo solto para cumprir tabela, a exemplo da semana da consciência negra, sem abordar nos conteúdos de forma permanente, o que contribui para não se discutir a discriminação e o preconceito.

Embora a integração multiétnica, multirracial e multicultural não seja produto exclusivo do trabalho escolar, a escola pode se tornar um espaço privilegiado dessa interrogação. Com a internacionalização da economia, com as constantes migrações e com a globalização das comunicações, o número de referenciais culturais a disposição do aluno é cada vez maior. A *educação multicultural* e *intercultural* procura familiarizar as crianças com as realizações culturais, intelectuais, morais, artísticas, religiosas etc. de outras culturas, principalmente das culturas dominantes. As crianças que não aprendem a estudar outras culturas perderão uma grande oportunidade de entrar em contato com outros mundos e terão mais dificuldades de entender as diferenças; fechando-se para riqueza cultural da humanidade, elas perderão também um pouco da capacidade de aprender a humanizar (MCLAREN, 2000, p. 16).

Na diversidade incluem-se os povos do campo, as mulheres, os homossexuais, os indígenas, os quilombolas e tantos outros e, os professores não têm sido preparados didáticos e intelectualmente para o trabalho com a diversidade, seja no conteúdo, teoria e na prática.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Neste sentido, somente o PNAIC não dará conta, mesmo apresentando algumas propostas. As universidades, espaços de formação de educadores, precisam repensar suas grades curriculares, estudando e discutindo a diversidade e não somente atentando-se à formação para o trabalho.

A participação do indivíduo em sua cultura é sempre limitada; nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos de sua cultura. Este fato é tão verdadeiro nas sociedades complexas com um alto grau de especialização, referem-se apenas as determinadas pelas diferenças de sexo e idade (LARAIA, 1932, p. 62).

Neste olhar sobre os cadernos do PNAIC, constatamos colocar a diversidade como requisito de direito do coletivo, mesmo apresentando uma fundamentação liberal. No todo, o PNAIC propõe observar a relação do cotidiano de acordo com os direitos universais, colocando em prática as relações sociais, partindo do processo histórico de cada indivíduo e da premissa do direito de aprendizagem, reafirmando o direito do acesso e a permanência escolar. No entanto, o PNAIC ainda está no nível da expectativa, longe do ideal – a prática.

Conclusão

Considerando as problemáticas apresentadas, conclui-se que o tema diversidade é algo apresentado ao contexto escolar, porém não são realizadas as discussões necessárias, para que de fato o quesito seja compreendido e respeitado por todos, pois, o tema é amplo, contemplando uma gama de sujeitos. E no trato do PNAIC fica evidente a necessidade de políticas públicas e ações de Estado que promova a universalização da educação. Mesmo que o Pacto tenha sido gestado e cunhado dentro de propostas de estado mínimo e mesmo sendo um programa que diante do estado atual talvez não vá longe com sua implementação, este foi o programa que contemplou todo o país, cidade e campo, promovendo a valorização e formação de professores, dando melhor estratégias de ensino às séries iniciais do ensino fundamental, permitindo de fato que o aluno tenha a garantia de acesso e permanência na escola, com incentivo a seguirem os estudos.

Além disso, o PNAIC trouxe para as discussões de formação de professores temas atuais e pertinentes, como a Educação do Campo, diversidade e valorização de território nacional. Mas, precisamos considerar que o Programa foi instituído e implementado como uma política de governo e não como política de Estado, permanente. Isto posto, com a saída da Presidenta da República Dilma Rousseff já observamos que com o atual presidente da

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

república Michel Temer o programa corre o risco de não ter continuidade, visto que já se passaram 12 meses do atual governo e as propostas de formação de professores vinculadas ao PNAIC não foram realizadas até o momento.

Como todos os programas voltados à educação e pelo fato de também ser recente a implementação do PNAIC, o programa possui falhas a serem corrigidas, porém além de ser um programa nacional o que configura em ganho para a educação, o programa se destaca por discutir e formar professores para trabalhar com a diversidade cultural e social, mas se não posto em prática, de nada servirá.

Espera-se que o PNAIC, como política de Estado, seja a superação dos programas temporários na área da educação, algo não experimental que supra com seus objetivos as políticas afirmativas e focalizadas, discuta sem permissão a diversidade como constatamos não fazer, o que resultaria na universalidade do ensino.

Em busca de finalizar, apresentar a diversidade de forma incutida coloca a diversidade como um tema estranho e alheio, permitindo que o Estado possa se ausentar da responsabilidade dessa problemática, marginalizando e não reconhecendo os que trabalham com a diversidade.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores (as) do campo**. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a04v2772.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer n. 36 de 4 de dezembro de 2001**. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_36_de_04_de_dezembro_de_2001.pdf Acesso em: 9 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. Portaria de n. 867, de 4 de julho de 2012. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 129, 5 jul. 2012. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/provinha_brasil/legislacao/2013/portaria_n867_4julho2012_provinha_brasil.pdf. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 28 de abril de 2008**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 9 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 9 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FND n. 16, de 08 de abril de 2009**. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2009/res016_08042009.pdf. Acesso em: 29 set. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FND n. 38, de 16 de julho de 2009.** Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8166-res038-16072009-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 9 ago. 2016.

_____. **Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa.** 2014. Disponível em: http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/cadernosmat/PNAIC_MAT_Educ%20Incl_pg001-096.pdf. Acesso em: 26 set. 2016.

_____. **Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa.** 2014. Disponível em: http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/cadernosmat/PNAIC_MAT_Campo-pg001-064.pdf. Acesso em: 1 ago. 2016.

_____. **Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa.** 2015. Disponível em: http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Cadernos_2015/cadernos_novembro/pnaic_cad_1_19112015.pdf. Acesso em: 26 set. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 15 jul. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 11.114, de 16 de maio de 2005. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. **Lei n. 11.114, de 16 de maio de 2005.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm. Acesso em: 25 set. 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 25 set. 2016.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo:** notas para uma análise de percurso. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1932.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico.** São Paulo: Cortez, 2000.

AGENTES RELIGIOSOS EM CAMPANHA ELEITORAL PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Daiana Nunes da Rosa¹

Frank Antonio Mezzomo²

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro³

Introdução

A interação entre os campos da religião e da política manifesta-se de modo vigoroso no espaço público brasileiro, despertando o interesse de pesquisadores das áreas das ciências sociais, em particular, para compreender a dinâmica acerca da presença dos agentes religiosos no cenário político, notadamente o eleitoral. Problematizamos esse processo, tendo em vista que a presença ativa de agentes religiosos evangélicos⁴ no Brasil coloca-se, sobretudo, a partir das duas últimas décadas do século XX, quando o país fortaleceu a busca pela emancipação tanto da religião, quanto do Estado, com o *disestablishment* da religião e com a imposição de limites ao poder público de legislar nessa matéria (PIERUCCI, 2008, p. 13).

A secularização não gerou um enfraquecimento da religião, ao contrário, levou à fomentação de outros modos de religiosidade não católica, multiplicando e pluralizando o ambiente religioso. A liberdade gerada pelo declínio do monopólio católico, que durava quatro séculos, resulta em “agentes religiosos menos acomodados, mais dinâmicos e dispostos, bem como em organizações religiosas pouco a pouco mais racionalizadas e eficientes na mobilização do laicato, na conquista de espaços e não raro de votos e cargos eletivos” (PIERUCCI, 2012, p. 92).

Considerando essa conjuntura, temos como objetivo analisar a campanha eleitoral de dois agentes religiosos eleitos à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) nas eleições de 2014. Perscrutamos as estratégias aplicadas na busca de votos, os temas centrais das propostas, as bases de apoio dos candidatos, a recorrência às representações religiosas e o

¹ PPGSed, Capes, Unespar, Campo Mourão, daiananunesdarosa@gmail.com

² Unespar, Campo Mourão, frankmezzomo@gmail.com

³ Unespar, Campo Mourão, crispataro@gmail.com

⁴ Quando dizemos ‘evangélicos’ não estamos nos referindo a “todo e qualquer tipo de protestante no Brasil. Esse é um termo que hoje tem um significado bastante específico: ele delimita o campo conservador, ideológica e teologicamente dentro do protestantismo, hegemônico pelo pentecostalismo” (BURITY, 2015, p. 139).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

investimento em temáticas da moralidade, além disso compomos um perfil religioso-político-ideológico dos candidatos⁵.

Utilizamos a categoria agente religioso para pensar os “candidatos que reivindicaram abertamente a sua condição de líderes religiosos (membros da hierarquia ou participantes ativos de uma religião) ou que se apresentaram como representantes de uma organização religiosa” (ORO, 2001, p. 10). Esses agentes trazem para a cena do pleito as suas idealizações e buscam engajar eleitores por meio do discurso próximo das instituições religiosas, já que as mesmas têm “grande capacidade de mobilização popular, [...] conseguem eleger representantes não só para as Casas Legislativas municipais e estaduais, como também para o Congresso Nacional” (MACHADO; BURITY, 2014, p. 601).

Entre os grupos religiosos, os evangélicos constituem o conjunto que se destaca nos empreendimentos de conquista de espaço político representativo, pois, desde Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) há uma crescente participação nas campanhas políticas. Esse crescimento em representatividade também está associado ao aumento do número de fiéis, de fato, segundo o censo do IBGE em 2010, a população católica brasileira declinou de 83,3% em 1991 para 73,8% em 2000, e para 64,6% em 2010, já os evangélicos saltaram de 9% para 15,6% e alcançaram 22,2% em igual período. No Paraná, os fiéis da Igreja Católica Apostólica Romana representam 69,59% da população, já os variados grupos evangélicos detêm 22,27%. Entre os evangélicos, os pentecostais somam 72,21%.

Esses evangélicos em emergência agem com cada vez mais desenvoltura no espaço público, “fazem exigências, ameaçam e montam verdadeiras estratégias de participação eleitoral” (MIRANDA, 2013, p. 69). Portanto, constata-se que na atualidade “valores culturais classificados como religiosos (e vice-versa) e valores religiosos classificados como políticos (e vice-versa) se entrecruzam no campo da convivência civil e chegam, até mesmo, a se incorporar nos projetos e ações de setores governamentais” (NOVAES, 2012, p. 185). Daí a necessidade de empreendermos abordagens empíricas e analíticas para conhecermos o modo como esses grupos religiosos e seus agentes atuam no estado do Paraná, onde as investigações sobre essa temática ainda são incipientes⁶.

⁵ Esse trabalho é parte de um projeto executado por pesquisadores do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Trata-se da pesquisa intitulada: “Agentes religiosos na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná: articulações entre religião e política na campanha eleitoral”, coordenada pelo Prof. Frank Mezzomo e que conta com apoio financeiro da Fundação Araucária.

⁶ Quanto aos procedimentos metodológicos, essa investigação contou com o apoio de outros pesquisadores do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, que vem acompanhado as campanhas municipais vivenciadas pelos agentes religiosos no município de Campo Mourão na região centro ocidental do Paraná desde 2008.

Os dados referentes à campanha de 2014 foram coletados durante o período eleitoral e encontram-se no acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder. Para o levantamento coletou-se os materiais produzidos durante a campanha eleitoral, tais como: panfletos; *flyers*; programas transmitidos em Horário Eleitoral Obrigatório; blogs e fanpage dos candidatos; jingles; notas e moções de apoio de instituições religiosas; entrevistas ou informes publicados na imprensa estadual fazendo menção às candidaturas que manifestam vínculos com as religiões. De posse desse material, procedemos sua tabulação e descrição, organizado em tabelas, quadros e textos, possibilitando que empreendêssemos a leitura e análise sistemática da empiria.

A eleição de 2014 para a ALEP e os agentes religiosos no tempo da política

O Estado do Paraná contava em 2014 com 7.853.968 eleitores. No primeiro turno das eleições, ocorrido em 05 de outubro, compareceu às urnas 6.536.251 eleitores, 83,15% do total. As eleições proporcionais do Paraná visavam o preenchimento de 54 cadeiras da ALEP, para a qual concorreram 736 candidatos. Dentre os candidatos, 31 foram identificados como agentes religiosos, sendo quatro eleitos. Nesse texto abordamos dois desses agentes religiosos: Pastor Edson Praczyk da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), e o Pastor Gilson de Souza da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ)⁷.

O cenário em que os dois agentes se inserem é o tempo da política, entendido como o momento em que “as facções (os partidos reais) são identificadas, e em que, por assim dizer, existem plenamente, em conflito aberto” (HEREDIA, PALMEIRA, 2006, p. 38). Ainda para Moacir Palmeira, é nesse período que “a sociedade permite ver suas próprias divisões e de uma forma profundamente ritualizada: na exacerbação das disputas (minimizadas fora desse período), na delimitação de espaços próprios a aliados e adversários, na utilização de símbolos, como cores e músicas” (PALMEIRA, 2014, p. 398).

Verificamos que os agentes religiosos aqui analisados utilizam o tempo da política para efetuarem a inserção da religião no espaço público de um modo específico com a exibição de suas propostas que carregavam uma identificação religiosa explicitamente conservadora e institucionalmente pregada por suas igrejas. Ressalvamos que para os políticos evangélicos pesquisados a política se insere no cotidiano, visto que são pastores atuantes em

⁷ Os demais agentes religiosos estão sendo analisados em outras pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

suas igrejas e nas redes sociais e por isso tem contato contínuo com seus fiéis e eleitores. Vamos aos agentes.

“A diferença que vem de Deus”: Pastor Edson Praczyk eleito para o quinto mandato na ALEP

O Pastor Edson Praczyk é Deputado Estadual no quinto mandato consecutivo (Quadro 1), foi eleito pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) em 1998 com 32.277 votos para o seu primeiro mandato. Em 2002 foi eleito pelo PL (Partido Liberal) com 46.889 votos e a partir de 2006 passou a ser candidato pelo PRB (Partido Republicano Brasileiro). Sendo eleito em 2006 com 35.725, em 2010 com 50.074 e em 2014 com 47.797 votos.

Quadro 1: Candidaturas do Pastor Edson Praczyk.

Ano	Cargo	Situação	Q. Votos	Partido	Coligação
1998	Deputado Estadual	Eleito	32.277	PSDB	PSDC/PSDB
2002	Deputado Estadual	Eleito	46.889	PL	PT/PHS/PCB/PCdoB/PL
2006	Deputado Estadual	Eleito	35.725	PRB	PT/PHS/PL/PAN/PRB/PCdoB
2010	Deputado Estadual	Eleito	50.074	PRB	PSDB/DEM/PSB/PP/PPS/PTB/PMN/PHS/PTC/PSDC/PRP/PTN/PSL/PRB
2014	Deputado Estadual	Eleito	47.797	PRB	PT/PDT/PCdoB/PRB

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TRE)⁸.

O PRB é um partido associado à IURD desde a fundação em 2005, visto que o recolhimento de assinaturas para a oficialização do partido teve a participação de pastores e membros da igreja, além disso, “a participação de lideranças religiosas da IURD na direção do nacional do PRB desde a sua criação acabou fazendo com que os políticos desse segmento confessional se concentrassem no partido” (MACHADO, 2012, p. 36). No Paraná o partido é presidido pelo Bispo Fábio Santos e nacionalmente é coordenado pelo Senador da República Eduardo Lopes, tendo esse exercido diversos e relevantes funções junto à IURD, tais como junto à Rede Record, ao Jornal Folha Universal e à Editora Gráfica Universal (MACHADO; NACIF, 2017).

O Pastor Edson Praczyk afirma, em seu site e em sua biografia disponível no portal da ALEP⁹, que possui graduação em Engenharia de Software, na Faculdade ESEEI

⁸ Dados disponíveis em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/>. Acesso em: 20 nov. 2016.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

(Escola Superior de Estudos Empresariais e Informática) e em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, no Centro Tecnológico Universidade Positivo de Curitiba/PR.

Pastor Edson converteu-se à IURD em 1980, sendo consagrado pastor titular em 1987. Entre os meses de julho e de agosto de 2014, às vésperas do início oficial da campanha eleitoral, postou em seu canal no Youtube e no Facebook uma série autobiográfica com 10 vídeos contando sua história de vida desde a infância. No oitavo episódio ele narra como se deu sua entrada em disputas eleitorais por meio de escolha feita pela hierarquia da instituição:

A Igreja, na pessoa de bispos e pastores, entenderam a importância de inserir no contexto político representantes. Como todo e qualquer seguimento organizado [...] procuram colocar pessoas do seu meio em posições estratégicas [...]. Fui a pessoa privilegiada por Deus a ser escolhida para disputar eleição, isso em meados de 1998. (Pastor Edson Praczyk. Série de vídeos autobiográficos disponíveis no YouTube, em 13 ago. 2014).

A participação do agente religioso na política faz parte de um plano da própria instituição para ocupar os espaços públicos e as esferas de poder. Desse modo, a hierarquia da Igreja, por meio de seus bispos e pastores, se mobilizam para solicitar o apoio dos fiéis e fazer com que as campanhas obtenham êxito. Portanto, o modo centralizado e estruturado de organização da IURD, possibilita a eleição de seus agentes.

Durante a campanha de 2014 o Pastor Edson Praczyk destacou o apoio oficial de sua igreja focando-se em apresentar declaração de bispos e pastores da IURD. Entre eles estão Bispo Sergio Corrêa, Bispo Alexandre Mendes, Bispo Wagner Negrão, Pastor Roque Junior (Representante da Força Jovem Universal), Pastor João Filho (IURD de Araucária), Pastor Josieldo Catedral (Catedral da Fé de Curitiba), Pastor Kleber Borges (IURD de Telêmaco Borba), Pastor Milton (Cantor da Catedral da Fé de Curitiba). Apresentamos abaixo alguns posicionamentos dos bispos, porquanto serem os integrantes de mais alta hierarquia na IURD.

Em sua manifestação o Bispo Sergio Corrêa, que se identifica como o responsável por cuidar obreiros da Igreja, ressalta a qualidade do candidato no âmbito moral, sendo um diferencial salvaguardado pela IURD. Diz o bispo: “conheço o caráter, e você pode contar com a seriedade desse rapaz [...] a gente já vê que é uma pessoa de qualidade, porque aqui na Igreja Universal se o sujeito não andar como manda o figurino ele é retirado, se ele tá aí no

⁹ Site do Pastor Edson Praczyk está disponível em: <http://www.pastoredson.com.br/perfil/>. Acesso em: 4 nov. 2016. Portal da Assembleia Legislativa do Paraná está disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/23-pastor-edson-praczyk>. Acesso em: 18 nov. 2016.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

quarto mandato, você pode ter certeza que a credibilidade é grande” (Bispo Sergio Corrêa. Vídeo disponível no YouTube, em 1 set. 2014).

O Bispo Alexandre Mendes aparece em vídeo postado no Facebook três dias antes da eleição, assim como Bispo Sergio Corrêa, ele também destaca a moralidade do candidato e acrescenta que votar no Pastor Edson Praczyk é uma “decisão pela família, pela idoneidade, pela justiça, para que possamos fazer desse estado, um estado melhor e também proteger a família” (Bispo Alexandre Mendes. Vídeodisponível no Facebook, em 2 out. 2014).

O Bispo Wagner Negrão líder na IURD no Paraná apresenta-se em um vídeo curto de 18 segundos onde promove o agente religioso explicitando ser esse o candidato da Igreja, dizendo: “Nossos candidatos pra essa eleição em cinco de outubro são Oliveira Filho dez, dez, federal e Edson Praczyk, dez, um, dois, três, pra estadual” (Bispo Wagner Negrão. Vídeo disponível no YouTube, em 27 ago. 2014).

Ao final da fala do Bispo é apresentada a imagem 1, uma espécie de *flyer* do Pastor Edson Praczyk, juntamente com o candidato a Deputado Federal Pastor Bernardino Barreto de Oliveira, também pastor da IURD filiado ao PRB, que alcançou 61.428 votos, não sendo eleito. Esses dois agentes religiosos também aparecem associados nas redes sociais, como é possível observar na imagem 2, postada em 27 de setembro de 2014.

Imagem 1: Flyer dos candidatos Pastor Edson Praczyk e Pastor Oliveira



Imagem 2: Pastor Edson Praczyk e Pastor Oliveira Filho recebem o apoio do Bispo Wagner Negrão



Fonte: Dados da pesquisa.

Para se identificarem com o eleitorado, o agente religioso e seus apoiadores lançaram mão da linguagem bíblica em jingles com o tema “A diferença que vem de Deus”, cuja menção faz referência ao versículo 18 do capítulo 3 do livro de Malaquias: “Então, vereis outra vez a diferença entre o justo e o ímpio, entre o que serve a Deus e o que não o serve”

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

(BIBLIA, 2009, p. 1242). Segundo Burity (2015), esse é o tipo de linguajar que os pentecostais trazem para a cena pública a partir da década de 1980, tendo sido adotada como estratégia devido ao fato dos evangélicos não possuírem, à época, uma experiência de atuação no âmbito político-eleitoral. A mesma referência bíblica também está presente em outros vídeos de divulgação da campanha, como o que mostra o candidato discutindo na conversão estadual do PRB no dia 28 de junho de 2014. Antes do vídeo é apresentada uma figura do candidato compenetrado lendo um caderno e ao lado temos uma digital verde com a figura de uma cruz ao meio, acompanhada do nome do agente religioso e a frase: “A diferenças vem de Deus”. Ml 3:18”.

Nesse lema de campanha o candidato busca resaltar que o diferencial de sua candidatura é a sua identidade que parte tanto da sua condição individual de convertido à IURD, quanto da posição social de pastor e político representante da igreja. Ele seria um legítimo representante dos fiéis porque traz impregnado o discurso de diferença a que se refere o texto bíblico e traria estampado em si a divisão religiosa e social entre as pessoas justas e as ímpias, as que severm ou não Deus.

Imagem 3: Publicidade do candidato Pastor Edson Praczyk.



Fonte: Dados da pesquisa.

No encerramento da série de vídeos autobiográficos, o agente religioso pede o voto dos fiéis dizendo: “Gente, quero conquistar o seu voto porque preciso do seu voto e o voto de todos os seus amigos e familiares. [...] Costumo brincar e dizer para as pessoas que Deus não frauda eleição e anjo não tira título de eleitor” (Pastor Edson Praczyk. Série de vídeos autobiográficos, em 13 ago. 2014).

Nesse episódio o candidato revela a concepção de que Deus e seus anjos não agem diretamente no processo eleitoral. Essa manifestação constitui-se em um modo de mobilizar o

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

eleitor cristão. Evidenciamos que ao longo de toda a série de vídeos o Pastor Edson Praczyk busca se aproximar dos fiéis, narrando uma história de vida que se mistura e se funde com a história da IURD. O candidato faz orações e abençoa os telespectadores rogando o voto dos fiéis, o que flagra uma diluição de fronteiras entre a esfera religiosa e o universo da política.

Além das produções do próprio candidato, identificamos uma entrevista que o mesmo concedeu à Gazeta do Povo, jornal de maior circulação no Paraná. Por ocasião do pleito eleitoral de 2014, o veículo de imprensa criou em seu site o “Portal dos Candidatos”, onde apresentava o perfil de todos os candidatos ao legislativo paranaense e um histórico de cada um. Além disso, os candidatos, que o desejassem, poderiam gravar uma entrevista para ser inserido no portal. No quadro 2 trazemos a transcrição da entrevista em que o candidato falou sobre suas motivações, projetos e experiência.

Quadro 2: Entrevista de Pastor Edson Praczyk ao jornal Gazeta do Povo.

Porque resolveu se candidatar nessas eleições de 2014?

Bom, é a minha quinta oportunidade de colocar-me, o meu nome à apreciação dos eleitores. Já estou deputado, estou no meu quarto mandato, conseqüentemente entendi que tenho reais condições de pleitear uma quinta candidatura. Uma quinta eleição, essa é a razão pela qual estou disputando neste ano mais uma vez o espaço, a vaga a deputado estadual no Estado do Paraná.

Quais as suas principais propostas e as áreas que você prioriza?

Bom, eu sou um tanto que eclético nas minhas propostas. Elas passam desde a educação, tecnologia, meio ambiente, saúde, isso se verifica com as leis que eu tive a oportunidade de tramitar e aprovar no poder legislativo, leis que versam sobre saúde, leis que versam sobre o direito do consumidor, leis que versam sobre tecnologia, leis que também falam sobre a vida de segurança pública das pessoas. Enfim, então eu não tenho especificamente uma área apenas, [mas] uma diversidade de áreas mediante o pedido das pessoas que fazem contato comigo.

O senhor acredita que a sua experiência política vai ajudá-lo, de que forma influencia?

Sem dúvida, eu percebo que uma vez que já detenho o conhecimento legislativo, uma vez que já estou deputado, isso em muito ajuda a tramitação das proposições, dos projetos, inclusive com a articulação dos demais parlamentares para que as propostas saiam do abstrato e se tornem leis.

Fonte: Gazeta do Povo¹⁰.

Por meio da entrevista, evidencia-se um discurso diferente do candidato em espaços mais amplos, para além do público iurdiano da IURD. Ele não cita sua vinculação religiosa e

¹⁰ Entrevista disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/candibook/candidato/edson-da-silva-praczyk-pastor-edson-praczyk-prb-10123/>. Acesso em: 18 nov. 2016.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

centra-se na sua experiência de atuação na assembleia legislativa com apresentação e aprovação de lei de interesse social abrangente.

Por fim, podemos concluir que o Pastor Edson Praczyk utilizou como estratégia de campanha a sua identidade religiosa, explicitando seu exercício de pastor junto à IURD. É possível dizer que sua participação na política está em sintonia com o plano da própria instituição em ocupar os espaços públicos e as esferas de poder, como, aliás, parte da literatura vem mostrando ao analisar outras situações ocorridas no Brasil (ORO, MARIANO, 2010; BAPTISTA, 2007). Desse modo, a hierarquia da Igreja, por meio de seus bispos e pastores, se mobilizou para solicitar o apoio dos fiéis e fazer com que a campanha obtivesse êxito nas urnas.

“Pelo direito de se manifestar contra as práticas imorais e/ou anticristãs”: Pastor Gilson de Souza é reeleito

O Pastor Gilson de Souza utiliza como marca de sua campanha a proteção dos valores da família e do cristianismo. Sua campanha foi direcionada para os fiéis, buscando atrair eleitores por meio de participação em cultos e encontros com lideranças políticas evangélicas. Quanto a sua biografia, o agente religioso declara que nasceu em uma família cristã e atuou por mais de 30 anos como pastor na 43ª Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) de Curitiba. Foi eleito pelo Partido Social Cristão (PSC) com 34.713 votos em 2010, e em 2014 obteve 47.797 votos, pelo mesmo partido.

A campanha do Pastor Gilson de Souza na rede social Facebook começa com a publicação do dia 4 de julho de 2014, quando o agente religioso compartilhou o link de um vídeo da convenção do PSC no Paraná. A partir do dia 16, do mesmo mês, o candidato publicou assiduamente *flyers* (Quadro 2) em que podemos verificar a preeminência da militância “em defesa da família” e “pelo direito de se manifestar contra práticas imorais e/ou anticristãs”.

VI Colóquio Nacional Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Quadro 3: Flyers do Candidato Pastor Gilson postada no Facebook.



Fonte: Dados da pesquisa.

Nos flyers de campanha o candidato materializa sua postura de resistência aos movimentos das minorias questionadoras da moralidade sexual do cristianismo. Ao utilizar como bandeira a defesa da família e o seu direito de se manifestar contra as práticas imorais e/ou anticristãs, o Pastor Gilson de Souza vincula-se a uma onda caracterizada como conservadora, afinal, essa parece se fortalecer como reação “às transformações socioculturais que o Brasil tem experimentado, em especial a partir dos anos 2000, com a abertura e a potencialização de políticas públicas voltadas para direitos humanos e gênero” (CUNHA, 2017, p. 158). O movimento se tornou mais visível nas eleições gerais de 2010 com uma maior presença e exibição de pastores e cantores gospel, para os quais “o Legislativo é um espaço a um só tempo de resistência aos movimentos das minorias sexuais e de ampliação dos espaços políticos do grupo, que se percebe como uma minoria ou como cidadãos de “segunda classe” frente aos católicos” (MACHADO, 2017, p. 356).

Em um dos vídeos de divulgação de sua candidatura publicado no YouTube em 4 de julho de 2014, o Pastor Gilson de Souza comparece na convenção do PSC no Paraná, realizada no dia 28 de junho, na ocasião em que foram homologadas as candidaturas dos filiados que concorreram aos cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal no estado. A publicidade destaca o papel do PSC na defesa dos valores da família, tendo papel principal o candidato à Presidência da República, Pastor Everaldo, ao qual se associou a figura do Pastor Gilson de Souza.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

O Pastor Everaldo trouxe uma inovação para a disputa presidencial sendo a primeira candidatura confessional evangélica a esse posto e, desse modo, trouxe um novo prisma para o modo como os evangélicos disputam eleições, pois, “apresentavam como estratégia até então a manutenção de sua força nos legislativos estaduais e federal, mostrando limites quanto ao investimento em candidaturas majoritárias” (CUNHA; LOPES; LUI, 2017, p. 11).

Imagem 4: Candidato Pastor Gilson de Souza com candidato Pastor Everaldo.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dois agentes religiosos filiados ao PSC defenderam em suas campanhas propostas de defesa de valores críticos para os brasileiros, na medida em que o Pastor Everaldo “ênfatizava um governo não só para os evangélicos, mas para todos quando defendia a família e a vida. [...] Tratava-se da exploração de um código que comunicava sua adesão a um valor social tradicional dito maior, natural, incontestável e que estava sendo ameaçado (CUNHA; LOPES; LUI, 2017, p. 13). Portanto, na concepção desses agentes, a defesa do modelo tradicional de família não é uma questão apenas religiosa, mas, social, assim, não deve ser um modelo adotado somente pelos evangélicos, mas, por toda a sociedade.

O PSC é uma agremiação baseada em valores conservadores e na defesa de pautas embasadas em princípios cristãos. Em seu portal, o partido apresenta uma página denominada “Missão e Valores”, quando apresenta suas principais bandeiras, são elas: a luta pela redução da maioria penal e pelo voto facultativo, a luta contra o aborto e contra a legalização de drogas¹¹. O estatuto do partido explicita que o mesmo “tem como fundamento a Doutrina

¹¹ MISSÃO E VALORES. Disponível em: <http://www.psc.org.br/missao-valores/>. Acesso em: 13 jan. 2017.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

Social Cristã, onde o cristianismo, mas, do que uma religião, representa um estado de espírito que não segrega, não exclui, não discrimina”¹².

A vinculação do candidato com a IEQ é evidenciada em vídeo de cerimônia de inauguração de um centro educacional na cidade de Araucária, região metropolitana de Curitiba, postado no YouTube em 10 de julho de 2014. Segundo a fala do narrador e as imagens mostradas, o evento contou com a participação e fala do Pastor Irineu Rodrigues, Presidente da IEQ no Paraná, do Pastor Gilson de Souza e do então Deputado Federal Ratinho Junior¹³.

A IEQ vem atuando na política brasileira desde a década de 1980, quando apoiou dois candidatos à Assembleia Nacional Constituinte. Atualmente, seu estatuto apresenta um capítulo sobre o modo como a instituição faz a “Coordenação da Ação Política”. Em âmbito nacional é organizada uma diretoria para discutir quais os fins da atuação, assim sendo, os candidatos da igreja:

devem estar filiados à Coordenação Nacional de Ação Política para definir métodos de ação parlamentar e política em seus respectivos campos de atuação para representar o posicionamento político da Igreja. [...]. Os membros do Ministério devem manifestar seu apoio aos candidatos oficiais, demonstrando sua fidelidade à Igreja (CONSELHO NACIONAL DE DIRETORES. Estatuto da Igreja do Evangelho Quadrangular, 2000).

A IEQ atua nas eleições de modo paralelo ao da IURD quando observa as potencialidades políticas dos locais onde os templos estão instalados para tomar a decisão de lançar candidatos oficiais ou de apoiar outras candidaturas. No entanto, diferentemente da IURD, realiza prévias internas para a escolha do representante (ORO, 2003), assim, com tal procedimento, “é permitido aos fiéis se candidatarem às prévias mas estes não possuem poder de voto que é restrito aos pastores e obreiros credenciados. Isso tem garantido um predomínio quase absoluto de pastores entre os – ‘candidatos oficiais da denominação’” (PAULA, 2012, p. 73).

Enfim, concluímos que o Pastor Gilson de Souza lançou mão de estratégias que o aproximasse dos conservadores fiéis evangélicos, pautando sua agenda política na defesa da família e da luta contra práticas entendidas como imorais e anticristãs. Teve o apoio da

¹² ESTATUTO DO PSC (Reforma aprovada em 1 de outubro de 2007). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partido-social-cristao>. Acesso em: 12 maio 2017.

¹³ Ratinho Junior foi candidato em 2014 pelo PSC, concorrendo e sendo eleito deputado estadual, alcançando 300.928 votos. Sua expressiva votação foi um dos motivos que alavancou o crescimento da bancada do PSC na ALEP, passando de 2 para 12 deputados.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

estrutura partidária do PSC, com especial destaque para a figura do candidato a presidente, Pastor Everaldo. Já a IEQ, atuou escolhendo-o como candidato oficial e conferindo-lhe apoio por meio de sua hierarquia eclesiástica.

Considerações finais

Nesse trabalho apresentamos uma investigação sobre a campanha de dois agentes religiosos à ALEP, em 2014. Constatamos que no tempo da política os candidatos empreenderam uma intensa recorrência ao simbolismo religioso, serviram-se do apoio de líderes de suas igrejas e da linguagem bíblica. Isso expressa tanto uma estratégia de campanha, como a convicção pessoal e institucional sobre a missão de ocupar/moralizar o espaço público, notadamente o político.

Os agentes religiosos investigados apresentaram-se como homens de Deus, defensores da família, militante contra práticas imorais e anti-cristãs e representantes da Igreja, além disso, foram eleitos pelo PRB, partido ligado a IURD e pelo PSC, partido com marcas cristãs. Nos dois casos, parece que as estruturas partidárias, imbricadas com a religião, foram fundamentais para o êxito das campanhas eleitorais.

As ações e representações constatadas levantam questionamentos sobre uma efetiva laicidade do Estado e do seu atual estágio de secularização, pois, vemos que os agentes religiosos evangélicos tomam o espaço público como um ambiente a ser conquistado. Se considerarmos o pensamento predominante sobre secularização, segundo o qual uma fronteira entre religião e política seria “condição fundamental para o pleno exercício da democracia, para a garantia de direitos as minorias demandantes e para o exercício da cidadania” (CUNHA, 2012, p. 4), percebemos que no Brasil temos que avançar o debate sobre essa pauta, afim de compreender as dinâmicas e relações de poder estabelecidas na sociedade contemporânea.

Referências

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais**: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo, 2007.

BÍBLIA SAGRADA. 4 ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

BURITY, Joanildo. Religião e Espaço Público: entrevista com Joanildo Burity. **Debates do Ner**, Porto Alegre, ano 16, v. 2, n. 28, p. 127-147, jul./dez. 2015. Entrevista concedida a Lara Grigoletto Bonini e Thaís Serafim.

CONSELHO NACIONAL DE DIRETORES, Estatuto da Igreja do Evangelho Quadrangular. São Paulo: Editora Quadrangular, 2000.

CUNHA, Christina Vital da; LOPES, Paulo Victor Leite, LUI, Janayna. **Religião e Política**: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.

CUNHA, Christina Vital da; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil / Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CUNHA, Magali do Nascimento. “É preciso salvar a família”: gênero, religião e política no contexto do neoconservadorismo evangélico nas mídias no Brasil. In: CUNHA, Christina Vital da; LOPES, Paulo Victor Leite, LUI, Janayna. **Religião e Política**: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll & Instituto de Estudos da Religião, p. 157-169, 2017.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásiade; PALMEIRA, Moacir. **O voto como adesão**. Teoria e Cultura. Juiz de Fora, v. 1, p. 35-58, 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-630, 2014.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. **Cultura y Religión**, Santiago, v. 7, n. 2, p. 48-68, 2013.

_____. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 351-380, 2017.

_____. Religião, cultura e política. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012.

MACHADO, Mônica Sampaio; NACIF, Cristina Lontra. Evangélicos, política e espaço: novas estratégias rumo à presidência da república? **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 566-586, 2016.

MIRANDA, Julia. Estado laico no Brasil: entre sofismas e ambiguidades. **Cultura y Religión**, Iquique, v. 7, n. 2, p. 69-85, 2013.

MISSÃO E VALORES. Disponível em: <http://www.psc.org.br/missao-valores/>. Acesso em: 13 jan. 2017.

NOVAES, Regina. Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 184-208, 2012.

_____. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 53-69, 2003.

_____. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 2, n. 3, p. 9-69, 2001.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

ORO, Ari Pedro; MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 2, n. 18, p. 10-38, 2010.

ORO, Ari Pedro. Igreja Universal: um poder político. In: ORO, Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre. **Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé**. São Paulo: Paulinas, 2003.

PALMEIRA, Moacir. Memorial do Candidato. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 371-409, 2014.

PAULA, Vitor Aparecido Santos de. **Religião e política no Vale do Paranapanema: a Igreja do Evangelho Quadrangular em Assis-SP (1996-2008)**, Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2012.

PIERUCCI, Antônio Flávio. De olho na modernidade religiosa. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 23-24, 2008.

_____. O crescimento da liberdade religiosa e o declínio da religião tradicional: a propósito do censo 2010. **Anuac**, Cagliari, v. 1, n. 2, p. 87-96, 2012.

Partido Social Cristão. Disponível em: <http://www.psc.org.br/missao-valores/>. Acesso em: 13 jan. 2017.

Tribunal Superior Eleitoral (TRE). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/>. Acesso em: 20 nov. 2016.

A PERSONALIDADE DE UM POVO, O TANGO E A SUA MEMÓRIA

Daiane Glaucia de Oliveira¹

Samuel Klauck²

Introdução

O tango é marcado por grandes memórias, identifica um povo e corresponde a um Patrimônio Imaterial e Cultural da Humanidade, declarado pela UNESCO em setembro de 2009, na cidade de Abu Dhabi, repleto de traços característicos e de grandes representações, é uma dança que fala através dos movimentos e da música. Segundo Mastrolorenzo (2006, p. 62) "O caráter está intimamente relacionado com o momento econômico, social e cultural do povo que o concebe, este imprime através de suas exteriorizações, de distintas formas, sua posição e personalidade psicológica coletiva, em um determinado lugar e tempo".

O presente artigo tende a ser um respaldo para o pensamento de como essa dança se estruturou enquanto objeto de memória e de que forma permanece presente na sua essência, mantendo através do tempo os traços da sua origem, advinda do seu contexto histórico. A pesquisa é de caráter bibliográfico e é através das referências que se busca a compreensão dos símbolos que fazem menção ao tango na sua linguagem enquanto representação social.

Fundamentação teórica

A origem e a essência do sentimento

Considerada uma modalidade das danças a dois e mundialmente dançada e bem representada por diferentes etnias, têm em sua origem a influência de outros povos, e todas essas miscigenações contribuíram para que o tango surgisse e se popularizasse. O tango de acordo com Perna (2001, p. 121) "só se definiu como dança de salão na década de 1940, em Buenos Aires, após algumas décadas de aprimoramento".

O tango surgiu das influências dos imigrantes europeus, provenientes dos mais diversos povos, no final do século XIX, logo após a Guerra do Paraguai, com as músicas tradicionais dos vaqueiros e da Habanera afro-cubana que tinha se popularizado pela América do Sul no decorrer do século XIX. (RIED, 2003, p. 81).

¹ Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, dayaholiveira@hotmail.com

² Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, samuelk98@msn.com

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Pouco se fala sobre o tango ter a cultura afro como influência, tanto nas movimentações, como nas canções, mas é bom lembrar o quanto é forte o fato do candombe ter dado ritmo e movimento para o tango, em ZUCCHI (2008, p. 111 apud GARRAMUÑO, 2009, p. 35) “Ao ritmo do tambor e de outros instrumentos, os negros saíam dançando com requebros e trejeitos, executando o tempo do tango ao compasso dessa música”:

Negar a argentinidade do tango é um ato tão pateticamente suicida como negar a existência de Buenos Aires... Talvez resulte doloroso que a história seja sempre nova e, por tanto, invariavelmente confusa e inclinada à miscelânea. Mas isso é a que faz tão apaixonante. A identidade comigo mesma deve ser procurada na lógica ou na matemática: ninguém pode pedir a história um produto tão puro (mas também enfadonho como um cone ou uma senóide) (SALAS, 199, p. 12).

Segundo Broeders (2007, p. 23) diz que "Em busca do elemento exótico identificado com a classe pobre, da qual os negros eram a representação mais gráfica e inofensiva, se foi tecendo o Mito da origem negra do Tango".

O tango é uma dança cantada originária da Andaluzia, Espanha, onde surgiu no século XIX. Expandido-se pelas Américas na década de 1860, aclimatou-se em alguns países sul-americanos. Na Argentina fundiu-se com a habanera cubana e com a milonga criolla e, por volta de 1880, já apresentava características nacionais argentinas, com as quais iria se internacionalizar sob o nome de tango argentino (PERNA, 2001, p. 121).

Na Argentina, em especial na capital, não é comum a menção da origem negra no que se diz respeito ao tango, mas, de acordo com o autor Gobello (1999, p. 18) "Ainda hoje os especialistas discutem se na elaboração do tango prevaleceram os ingredientes espanhóis ou os africanos. A difusão resulta bem lenta, porque os ingredientes espanhóis em questão teriam também sua cota de sangue negro". Porém, foi essa fusão de povos, culturas e sentimentos ali envolvidos, tão quanto os sonhos e frustrações, que se chegou ao tango.

O sofrimento dos imigrantes foi notável. Não havia trabalho para todos e a competição com os *gauchos* pelos restos de oportunidades resultou em sementes de ódio, intolerância radical entre dois grupos, ambos dividindo a miséria, amontoados nos cortiços superlotados – *os conventillos*. Para o imigrante, era a morte dos seus sonhos, o fim das esperanças trazidas além-mar, ternamente embaladas, que compensariam os tropeços, a distância, a saudade, as dificuldades de um recomeço em solo estranho. Os *criollos* viam os estrangeiros como egoístas, avarentos e covardes. Por isto, seu ressentimento e hostilidade cresciam à medida que iam perdendo espaço para os imigrantes, pessoas de hábitos novos e estranhos, o que por si só já era uma ameaça (FERNANDES, 2000, p. 26).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

Sendo assim, o tango é representado por um contexto social, suas letras, suas angústias podem ser vistas e sentidas se analisadas com um olhar mais sensível. Segundo Labraña e Sebastián (2000, p. 15) o tango "se manifesta como a expressão de uma intrincada amalgama de vivências e ideologias conflitantes que se resolvem geograficamente em duas cidades da bacia do Rio da Prata: Buenos Aires e Montevideo." Os dois países compartilham desse Patrimônio, e ambos foram importantes para o surgimento e manutenção da memória, os conflitos que permearam o surgimento do tango, têm seu reflexo nas canções e no simbolismo do que é a música e a dança. Toda a representação ao sentimento de tristeza traz um reflexo de dores pessoais e até mesmo tragédias de cunho nacional, pode ser a maior expressão cultural da alma de um povo.

Nos últimos 120 anos, desde a Campanha do deserto – de extermínio dos índios comandado pelo general Roca em 1879 – até os recentes governos militares, a Argentina passou por uma sucessão de golpes do estado por fases de humilhante submissão econômica aos interesses ingleses nos anos de 1930, a Década infame. Sem mencionar as recentes ditaduras, chaga viva e ainda aberta na nação platina, como de resto, *mutatis mutandis*, também no Brasil e no Chile. Sim, o povo argentino têm bons motivos para se amargurar (FERNANDES, 2000, p. 26).

No entanto, todos os povos possuem suas motivações para exteriorizar sua tristeza, ressentimento e lamentações, mas geralmente não o fazem, não com toda essa força, preferem focar em boas motivações e mais festivas. É possível refletir que a marca forte dos africanos no tango não têm relação com pessimismo das canções, uma vez que o samba é muito mais africano, e sabe-se do sentimento que transmite.

Como o tango já estava presente no Brasil em décadas anteriores à de 1940, acredita-se que esse tango ainda primitivo possa ter influenciado na definição do samba de gafieira até a década de 1940. Na década de 1990 foram adaptados ao samba de gafieira inúmeros passos de tango argentino (PERNA, 2001, p. 121).

A autora Garramuno (2009, p. 41) diz “a semelhança é clara entre essas narrativas: o tango e o samba acompanham e registram, como fiéis termômetros, a civilização e modernização das culturas argentina e brasileira”.

No livro "Tango, um abraço en la escuela" que se trata do tango no âmbito escolar, ainda na introdução, a autora diz sobre o tango:

A mais charmosa dança de casais abraçada do mundo. Ela ajuda as crianças a reencontrar-se com suas raízes, com sua identidade e a descobrir a idiosincrasia do

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

rio platense, sua liberdade, que é comum a todos os homens, mas que é característica básica de nossa personalidade. É recreando tango tal qual se originou, como homens livres, que as crianças encontrarão em si mesmos sua capacidade de escolha e liberdade criativa (FERRETI, 1999, p. 16).

A respeito de identidade, Silva (2000, p. 36) “As políticas de identidade têm a ver com o recrutamento de sujeito por meio do processo de formação de identidades”. Sendo assim, esse processo de propor a atividade no meio escolar, é uma forma de corroborar para o enriquecimento cultural, bem como a transmissão da atividade proposta.

O Tango Prostibulário

Quando se pensa em tango, instantaneamente se remete a figura sensual da dama, do vestido de fenda, do contato próximo, de olhos fintados e da ideia de uma dança que têm suas origens nos cabarés.

De alguma forma, o prostíbulo e o tango haviam tramado uma mútua promoção, é uma das tantas aceitáveis fantasias do mundo tanguero, que deram origem ao Mito do Tango Prostibulário. A prostituição era uma instituição milenária, quando o tango ainda não existia. Por outro lado, ninguém frequentava um prostíbulo para escutar música ou dançar. Para escutar música ia-se aos cafés de Camareras ou simplesmente aos cafés que depois foram surgindo, inaugurando o rito quase religioso de reconhecimento tanguero, seguindo o intérprete favorito (BROEDERS, 2008, p. 47).

Os homens da classe média praticavam os passos entre si para que pudessem aprimorar, e ao chegar aos cabarés ter maior desenvoltura, visto que não era uma dança, nas suas origens, praticada pela sociedade com bons olhos, ela se restringia á esses espaços. Até hoje ainda é possível à formação de pares masculinos para executar essa dança.

O corpo do outro é m simples objeto, e só o contato com sua matéria nos permite transcender dos limites da solidão. Motivo pelo qual o puro ato sexual é duplamente triste, já que não só deixa o homem em sua solidão inicial, senão agrava e ofusca a frustração da tentativa. Este é um dos mecanismos que pode explicar a tristeza do tango, tão frequentemente unida à desesperança, ao rancor, a ameaça e ao sarcasmo (SALAS, 1999, p. 13).

Toda a dramatização da dança, além da sensualidade pode ser contextualizada por letras que descreviam abandono, desprezo, traições, morte e outros sentimentos de amagura, todo esse simbolizo descrito nas canções e nas melodias nos remete e faz menção ás representações do tango enquanto música e dança. O autor Salas (1999, p. 13) cita que “Há no

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

tango um ressentimento erótico e uma tortuosa manifestação do sentimento de inferioridade do novo argentino, já que o sexo é uma das formas mais primárias de poder”:

O tango, especificamente, apesar de ter nascido como uma dança picante e *desenfadada*, esta foi a sua gênese, seguramente a causa de sua antecessora, a milonga, a qual conserva estas características. Naquele tempo, a oligarquia *criolla* definia o tango como uma dança atrevida e pecaminosa que tentava *gratificar* o ato sexual. As características de picardia e abandono foram um elemento hereditário condicionado principalmente, pela milonga. O tango adquire sua fisionomia, sua personalidade, quando seus intérpretes assimilam e posteriormente exteriorizam o verdadeiro sentir coletivo do momento histórico que acontece. O tango conseguiu gradualmente uma simbiose entre as esperanças e as nostalgias depositadas na cidade pelos homens do campo e pelos estrangeiros: ambos contribuíram para a dor de desenraizamento. O tango expressará o que se foi perdido para sempre (MASTROLERENZO, 2006, p. 62).

Outra característica que atribuía sensualidade à dança, era o contato do abraço, que para o contexto da dança à dois, está relacionado à forma como se posiciona para dançar, que neste tipo de modalidade geralmente se encosta a região do tronco, sendo característico o contato do lado direito do peito de ambas os parceiros, além disso, todo o encanto da dança está nos entrelaçar das pernas, que por sua vez se tocam, havendo uma vez o contato corporal.

De acordo com o autor Mastrolorenzo (2006, p. 62) "o tango é uma dança de pares abraçados que começou a desenvolver-se em Buenos Aires, às margens do rio da Prata, desde a metade do século XIX" Segundo Santos (2016, p. 101) "Logo no seu nascimento, a dança era praticada em pares coreografados que, com pouco contato físico, executavam passos marcados e aprendidos nas festas e mais tarde em aula de etiqueta". Todo esse contato físico mais próximo causou resistência à sociedade.

O candombe se dançava em pares soltos, em troca, a polca, a habanera, a mazurca exigiam pares enlaçados. Ao mudar para os bailes de pares enlaçados, *los quiebros* da parceria solta, *o compadrito* foi criando empiricamente uma coreografia própria, juntando seu corpo com o de sua companheira e entrelaçando suas pernas de um modo que, podendo ser erótico (como ocorre agora nos tangos de apresentação) resultava diretamente obsceno (GOBELLO, 1999, p. 16).

Assim que o tango foi dançado em Paris e foi vista de outra forma, não como marginalizada como era em Buenos Aires, e sim como algo de luxo, a sociedade porteña passou a apreciá-lo e aceitá-lo também no seu contexto.

Na virada dos séculos XIX e XX, era a dança dos bordéis de Buenos Aires, mas, segundo outras fontes, era também cultivada pela sociedade nobre da margem do Rio de la Plata. No decorrer desse processo de aceitação, o tango foi refinado e

estilizado (alguns dizem enobrecido) até ter perdido todas as características sensuais e eróticas do tango original dos negros. Assim, modificado, pôde-se ser aceito também pelas classes “cultas” da sociedade (RIED, 2003, p. 81).

O Tango e a Igreja

O tango ia mudando à medida que Buenos Aires ia se modificando, todos foram se adequando de acordo com a cidade, que inventou um idioma próprio, uma filosofia e uma maneira de ser, o que fez com que o tango fosse um elo na união dos bairros ao centro de Buenos Aires. O tango nasceu como uma necessidade imperiosa de expressão de um País, e assim o fez. Entre tantos mitos, dos quais seria impossível citar todos.

Um dos mitos duradouros do tango, que por algum tempo – cerca de seu nascimento – o tango esteve proibido. Provavelmente, para algumas pessoas isso seja doloroso: mas nunca nenhuma autoridade institucional, prescreveu nem proibiu o tango como música ou como dança. A suposta proibição da Igreja Católica foi uma das preocupações de Vicente Rossi (1871-1945) em seu livro *Cosas de Negros* (BROEDERS, 2007, p. 61).

Nunca foi segredo que a hierarquia da igreja tratou o tango com antipatia, onde os fiéis da igreja foram proibidos de dançar o tango, pois era dito que essa dança importada era de natureza imoral. Na obra de Gobello (1999, p. 41). Os bispos franceses chicotearam severamente o tango quando este se fez interrupção em Paris. O mesmo que nossos grandes escritores Leopoldo Lugones, Enrique Larreta e Carlos Ibarguren, aqueles prelados consideravam que o tango era um baile lascivo e obsceno. Embora isso acontecesse, o tango continuava a seguir seu caminho sem que a Igreja oficialmente se pronunciasse nem contra, nem a favor.

Ried (2003, p. 81) apresenta que "o tango foi condenado pelos dirigentes. O Papa o condenou, e o Imperador Guilherme da Alemanha proibiu seus oficiais de dançá-lo (mas eles, então, simplesmente se limitaram a dançá-lo vestindo trajes civis)".

No começo de 1914, alguns jovens romanos comentaram com o Cardeal, que eles gostariam de dançar tango, mas que não dançavam porque os bispos ensinavam que era pecado, foi quando o Papa manifestou o seu desejo de ver uma dança de tango, para poder formar uma opinião a respeito. Um casal de irmãos se propôs a dançar, mas ao Papa não pareceu algo muito bom, e aconselhou os jovens á tentar danças *La Furlana*, uma dança própria da terra. Mesmo com esse acontecimento, o Papa nunca se pronunciou contra o tango.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

Dentre vários bailarinos que ficaram na história, cita o autor Fernandes (2000, p. 285) “*Casimiro Ain, El Vasco Ain*, já referenciado como o bailarino que, a pedido de Sua Santidade, dançou perante o Papa Pio XI, e conseguiu a *absolvição* do tango”.

O certo é que em fevereiro de 1924, às 09h da manhã, ingressou Casimiro Aín, *El Lecherito*, na sala do Trono, acompanhado pela senhorita Scotto, tradutora embaixada argentina. Quando o Pontífice ordenou, com suavidade e energia, os dançarinos puxaram *filigranas* ao compasso do tango *Ave Maria*, de Francisco y Juan Canaro, interpretado em harmonia por um músico pontifício. Concluída a dança, em que Aín incluiu uma figura criada no momento, que colocava a parceira de joelhos frente ao Papa, este se retirou da sala sem fazer comentário algum. Agreguemos que o tango *Ave Maria* havia sido gravado pela orquestra de Francisco Canaro em 1923. O título não é uma saudação á Nossa Senhora, senão, uma interjeição castelhana *Ave Maria*, que denota assombro e estranheza. As referências pontuais a apresentação de Aín frente a Pio XI foram formuladas pela primeira vez pelo diplomático e novelista Abel Posse. (GOBELL, 1999, p. 42).

O tango de acordo com Perna (2001, p. 121) "só se definiu como dança de salão na década de 1940, em Buenos Aires, após algumas décadas de aprimoramento".

Considerações finais

Ao observar o texto, passamos a perceber como o tango pode representar um povo, é uma dança repleta de símbolos, ela tem no seu contexto memórias de toda uma história, alcança gerações por ter um registro forte, por ser transmitida ao longo do tempo com semelhantes traços desde sua origem. As representações da sensualidade que surgiu nas danças de bordéis são carregadas hoje nas casas de show e apresentações aos turistas. As dramatizações e expressões de dor e sofrimento ainda podem ser vistas nas canções que permanecem vivas como quando criadas, podem ser ouvidas em milongas até mesmo aqui no Brasil, e na sua cidade de origem é possível encontrar o tango por todos os lados, sejam nas milongas, nos cafés, nas casas de show e até mesmo na rua. O argentino faz com que essa cultura se mantenha, e será comum passear pela capital argentina e encontrar o tango, não só nas ruas, mas nas pessoas.

Pode-se atribuir parte dessa memória ao fato de que em Buenos Aires exista a *Ley del tango* que o reconhece como integrante do patrimônio cultural, e também determina a preservação, difusão, recuperação, salva guarda, bem como fomenta a difusão das atividades culturais artísticas, educativas e urbanísticas relacionadas ao tema.

Esse sentimento citado diversas vezes no artigo remete ao que o tango simboliza, ele exterioriza aquilo que as pessoas, tanto os negros, quanto os espanhóis, os *criollos*, que

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

viveram aquela época, gostariam de dizer ou queriam representar, é todo o momento histórico envolvido, mas são também angústias e sentimentos pessoais e não só coletivos e de cunho social e nacional, sentimentos e sensações que perpetuarão em qualquer geração, trazendo identificação ao gênero musical e a dança.

E observando a resistência da qual o tango se manteve, embora a sociedade e a Igreja não o aceitassem a princípio, é uma forma de compreender a sua importância e a sua força mediante o significado de suas representações.

Hoje, o que ele traz é tão forte que mobiliza não só os argentinos e uruguaios, são inúmeros os amantes por essa arte e até mesmo mobiliza grandes projetos para que se mantenha viva a memória. São milongas espalhadas por todo o mundo, é a forma de se vestir, é o comportamento nos salões, são as expressões, as características técnicas e tudo que envolve.

O que se têm hoje do tango, é muito próximo do que foi no final do século XIX, embora seja flexível e ao longo do tempo surgem novas possibilidades e tudo se modifica, a essência principal e características da dança se mantêm vivas. Isso faz com que fortaleça ainda mais a sua história e que seja perpassado por gerações que se identificam com esse gênero e com essa história.

Referências

- BROEDERS, Mario. **Los Mitos del tango**; com prólogo de José Gobello. Buenos Aires: Corregidor, 2008.
- FERRETTI, Alba. **Tango, un abrazo en la escuela**. Buenos Aires: Corregidor, 1999.
- FERNANDES, H.A. **Tango, uma possibilidade infinita**. Rio de Janeiro: Bom texto, 2000.
- GARRAMUÑO, Florencia. **Modernidades Primitivas: tango, samba e nação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- GOBELLO, José. **Breve Historia Crítica del Tango**. Buenos Aires: Corregidor, 1999.
- LABRAÑA, L.; SEBASTIÁN, A. **Tango, una historia**. Buenos Aires: Corregidor, 2000.
- MASTROLORRENZO, Hugo. **En busca del método que nunca fue**. Buenos Aires: El Escriba, 2006.
- PERNA, Marco Antonio. **Samba de Gafieira: a história da Dança de Salão brasileira**. Rio de Janeiro: O autor, 2001.
- RIED, Bettina. **Fundamentos da Dança de Salão**. Londrina: Midiograf, 2003.
- SALLAS, Horácio. **El Tango**. Buenos Aires: Planeta, 1999.
- SANTOS, Sheila. **Tango e Samba: um encontro de duas culturas**. Indaiatuba, SP: Vitória, 2016.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 2 ed. Petrópolis: Vozes 2000.

ARTICULAÇÕES RELIGIOSAS NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS DE 2016 EM CAMPO MOURÃO

Elaine Leal Jacomel¹

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro²

Frank Antonio Mezzomo³

Introdução

A presente pesquisa busca compreender as relações estabelecidas entre o campo religioso e o campo político nas eleições municipais realizadas no dia 02 de outubro de 2016, em Campo Mourão, PR. O objetivo é analisar o desempenho eleitoral, o perfil, o apoio institucional, as representações político-religiosas e as estratégias de campanha adotadas pelos candidatos ao legislativo municipal que mantêm algum tipo de vínculo com a religião. Os critérios selecionados para definir os chamados agentes religiosos, candidatos à vereança, levam em consideração o uso de representações religiosas como estratégia de campanha eleitoral, entre elas podendo figurar: recorrência ao campo religioso, apoio explícito ou não da instituição religiosa e/ou exercício de algum tipo de serviço dentro da igreja como pastor, diácono, presbítero, evangelista, ministro ou membro vinculado à instituição eclesiástica.

A campanha ao legislativo municipal de Campo Mourão, em 2016, registrou 167 candidatos que concorreram nas eleições proporcionais. Realizamos uma primeira triagem, buscando identificar quais dos candidatos possuem ligação ou vínculo religioso, chegando a um total de 16 nomes, sendo eles: Diego Reis (PRP), Edilson Martins (PR), Eliseu Lauback (PSB), Gerson Maciel (PPS), Irmão Val (PRB), João Marcos (PSC), Olivino Custódio (PSC), Otamar Pereira (PRB), Missionário Claudinei (PPS), Marlene Pereira (PSB), Pastor Joaquim (PROS), Pastora Jurema (PPS), Pastor Pereira (PRP), Pastor Valdir (PR), Teresa Lisboa (PPS) e Toninho Machado (PSC). A identificação foi realizada por meio de uma tabela em que consta o nome do candidato, filiação partidária, filiação religiosa, contatos, idade, ocupação e apoio recebido.

¹ Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD, Unespar, gleal.elaine@hotmail.com

² Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD, Unespar, crispataro@gmail.com

³ Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD, Unespar, frankmezzomo@gmail.com

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

Diante da quantidade expressiva de candidatos que atendiam aos critérios de agentes religiosos, considerando que outra pesquisa está sendo desenvolvida em paralelo⁴, e procurando resguardar os princípios da cientificidade – objetividade e viabilidade técnica-científica –, nossa pesquisa optou por acompanhar a trajetória eleitoral de quatro candidatos evangélicos, conforme segue: Edilson Martins – Assembléia de Deus e vinculado ao PR; Olivino Custódio – Assembléia de Deus e do PSC; Toninho Machado – Presbiteriana Renovada e vinculado ao PSC; e Pastor Pereira – Assembléia de Deus Ministério de Madureira e do PRP. Denominados evangélicos pentecostais⁵, proferem um discurso religioso desde o início de suas candidaturas, afirmam ser evangélicos praticantes, sendo que três deles possuem cargo junto à congregação que frequentam.

A despeito da participação dos religiosos na política, nota-se que, em nome da legitimidade e da autonomia, “estas instituições não se limitam aos cuidados das almas individuais, levantam questões sobre a conexão pública e privada” (BANDINI, 2004, p. 12), em especial os evangélicos, que acreditam que a participação na política eleitoral, “mais do que um dever moral dos cristãos, é um direito de uma minoria religiosa que sempre foi preterida pelo Estado e pela elite política” (MACHADO, 2015, p. 51). A participação eleitoral busca a legitimidade e o reconhecimento dentro e fora da instituição religiosa. Considerando que a atuação da religião no campo político não se exclui, pois “o vínculo existente nunca se rompeu, apenas foi construído de diferentes maneiras, sem obedecer a uma lógica linear ou ao ditame de leis irresistíveis do desenvolvimento histórico” (BURITY, 2001, p. 30), nossa pesquisa visa entender as estratégias utilizadas pelos agentes religiosos, evangélicos, pleiteantes a uma vaga na Câmara Municipal de Campo Mourão.

Discussões

A fim de tentarmos entender a ligação existente entre o campo da política e da religião, percebemos que nem sempre este elo (religião/política) se consolidou. No século XVI, com a reforma protestante, houve um distanciamento entre religião e a política. De acordo com Bellotti:

⁴ “Religião e política: participação de agentes religiosos no legislativo municipal”, desenvolvida pelo aluno Renan de Oliveira. A pesquisa intitulada “Religião e política: análise das eleições proporcionais de 2016 em Campo Mourão” é coordenada pelos professores Frank Mezzomo e Cristina Pátaro, e conta com o apoio do CNPq.

⁵ O pentecostalismo é uma religião nascida do protestantismo no século XX. Considera a crença nos dons do Espírito Santo como a crença maior, em torno do qual giram as outras crenças e práticas religiosas. (BANDINI, 2004, p. 22).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A Reforma Protestante foi fundamental para enfraquecer o poder da religião cristã como único sistema explicativo aceito na sociedade europeia, pois estabeleceu a concorrência religiosa com a Igreja Católica, culminando nas guerras religiosas do século XVII. Se até então religião e política formavam uma só instância de poder, a partir desse período a instância religiosa rivalizará com outras instâncias sociais e políticas, além da ciência, que surge cada vez mais distanciada de elementos religiosos em suas explicações. (BELLOTTI, 2011, p. 16).

Com o surgimento da Reforma Protestante, o catolicismo perde forças face o processo de secularização e laicização do Estado. A laicidade denota a separação do Estado da Igreja, ou seja, ambas as instituições deveriam exercer suas funções separadamente, sem intervenções mútuas (FERREIRA, 2012, p. 1460). À luz desse distanciamento, no Brasil, a separação oficial entre Igreja e Estado só ocorreu com a publicação da primeira Constituição da República, em 1891. Ainda assim, a Igreja Católica conseguiu manter sua influência política e cultural ao longo do século XX, mostrando algumas mudanças na composição do poder e certa perda da hegemonia, sobretudo a partir da década de 1990.

O processo chamado secularização torna-se um fenômeno mais visível no mundo ocidental ao longo do século XX, contribuindo para uma tendência de afastamento cada vez maior entre muitos indivíduos e as instituições religiosas. Não se trata propriamente de um esfriamento da religião, mas sim um fortalecimento da autonomia individual sobre as escolhas religiosas (BELLOTTI, 2011, p. 25). Nota-se que, mesmo com o processo de secularização – definido por Mariano como “distintos fenômenos sociais e culturais e instituições jurídicas e políticas, nos quais se verifica a redução da presença e influência das organizações, crenças e práticas religiosas” (MARIANO, 2011, p. 244) –, o distanciamento dos indivíduos e das instituições religiosas não significa a exclusão da religião na política; pelo contrário, é possível observar que os religiosos estão participando ativamente, tanto que muitos se mobilizam para terem seus interesses e pautas representadas junto aos poderes legislativo ou executivo.

Nosso trabalho iniciou com a identificação dos candidatos, agentes religiosos, que estavam concorrendo ao legislativo municipal de Campo Mourão nas eleições de 2016. Para tanto procuramos, em uma primeira tabulação, identificar nome, religião, partido, telefone, endereço, e-mail e apoio religioso recebido pelo candidato. Realizamos também a coleta de dados produzidos no âmbito da campanha, visitamos os comitês em busca de materiais impressos, tais como: panfletos, santinhos e jornais produzidos pelos partidos e pelos candidatos. Acompanhamos a divulgação dos jingles e postagens midiáticas tais como, fotos e reportagens, sempre printados e arquivados eletronicamente.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Realizamos, ainda, entrevistas com nossos candidatos, tendo sido agendadas com antecedência em data, local e horário. Edilson Martins, Olivino Custódio e Toninho Machado optaram por ser entrevistados em seus gabinetes junto à Câmara Municipal. Já Pastor Pereira escolheu seu escritório localizado junto à igreja que pertence.

A entrevista foi orientada por algumas questões que foram disponibilizadas antecipadamente para os participantes. Procuramos explorar a trajetória política do candidato, os apoios religiosos recebidos, as principais propostas e sua opinião sobre a atual conjuntura política do Brasil.

Conforme dados fornecidos pelo Tribunal Eleitoral Regional (TRE), foram 170 solicitações de registros, dos quais 167 foram homologados. Dentre estes candidatos, buscamos identificar quais possuem ligação ou vínculo religioso, para em seguida, em uma planilha, identificarmos: nome do candidato, apoio religioso recebido, partido político, condição (eleito ou não eleito) e votos recebidos (Quadro 1).

Quadro 1: Candidatos reconhecidos enquanto agentes religiosos.

Nome	Denominação	Partido	Condição	Votos
Edilson Martins	Assembleia de Deus	PR	Eleito	1.293
Olivino Custódio	Assembleia de Deus	PSC	Eleito	769
Toninho Machado	Presbiteriana Renovada	PSC	Não eleito	703
Pastor Pereira	Assembleia de Deus Madureira	PRP	Não eleito	271

Fonte: Dados da pesquisa.

Em observância aos materiais produzidos pela pesquisa, foi possível identificar que as estratégias utilizadas não estavam exclusivamente ligadas à religião, inclusive por conta da nova legislação eleitoral que define, entre outros, a proibição de apoio direto utilizando os púlpitos das igrejas. Nota-se que os candidatos focaram somente em propostas que acreditam chamar a atenção do eleitor, pois muitos temem o que salienta a Constituição da República⁶. Raramente mencionam a religião como sendo um recurso eleitoral, um apoio, no entanto, percebe-se que estes candidatos utilizaram-se de cultos domésticos e até mesmo de visitas aos templos para serem vistos e reconhecidos pelos eleitores. Todas essas estratégias, por óbvio, são acompanhadas por um pastor ou presbítero líder da referida igreja.

⁶ Inciso I do artigo 19 da Constituição da República, da proibição de relações de dependência ou de aliança do Poder Público com quaisquer religiões, bem como favorecimento ou prejuízo dos mesmos pelo Poder Público.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Em vista de evidenciar os processos de imbricação entre os campos da religião e da política, assim como as articulações dos evangélicos junto a esfera pública, faremos a seguir a apresentação dos candidatos pesquisados, assim como a análise do material produzido.

O primeiro agente religioso, Edilson Martins pleiteou pela segunda vez uma vaga na câmara municipal. Casado, 2 filhos, é membro e músico da Igreja Assembléia de Deus, tendo utilizado em sua campanha um jingle escrito e cantado por um pastor da Assembleia de Deus (AD). Confeccionou perfurades com número e foto, santinhos, utilizando desde a campanha passada o lema “determinação e trabalho”. Apesar da utilização dos materiais citados, em entrevista, o candidato afirmou que apostou no corpo a corpo e na divulgação de seu nome pela rede mundial de computadores. Declarou que seus materiais utilizados foram os cedidos pelo partido, ampliando de forma particular somente o número de santinhos.

Imagem 1: Edilson Martins e autor de seu jingle Pastor Jairo acompanha da esposa e filho.



Fonte: Dados da pesquisa.

Como estratégia de campanha, Edilson utilizou diariamente as redes sociais com postagens de fotos com o lema “#eu sou vereador Edilson Martins”, onde aparece com amigos, familiares e com membros das igrejas. Durante a campanha, o candidato fez postagens diárias em que evidenciou a participação em cultos oficiais da igreja e em cultos domésticos. Em diversos momentos declarou ter o apoio dos pastores e obreiros de sua igreja.

Em entrevista, mencionou que sua candidatura foi aprovada em reunião de obreiros da AD como sendo o candidato oficial e representante da sua religião, assim como ocorrido na eleição de 2012. Membros da igreja trabalharam a seu favor em busca de votos, formando a igreja até mesmo uma comissão para acompanhar sua campanha. Edilson conseguiu a reeleição ficando na 5ª posição com 1.293 votos, 135 votos a menos que a eleição de 2012 quando conseguiu a 3ª posição com 1.428 votos.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

Ao ser questionado em relação a presença de um religioso na política, o candidato mencionou que acredita ser necessária essa atuação, não considera uma troca de favores, mas afirma que de alguma forma os campos podem se ajudar, o candidato apresentou uma das suas atuações na política em favor dos princípios religiosos para exemplificar a importância da atuação de um religioso.

a igreja em si, ela não precisa da política, ela não faz a política lá dentro com intenção de que eu, como vereador, podia contribuir pra minha comunidade lá dentro da igreja, nada! Eu não vou dar dinheiro, até porque ela não pode receber dinheiro, recurso público. Mas ela precisa da política em si, porque hoje nós temos várias leis que estão sendo votadas e justamente que vão de encontro com aquilo que realmente a palavra de Deus fala. Há poucos dias tivemos um projeto, do qual eu fui relator e votei contrariamente, que é a questão da ideologia de gênero. Sem menosprezar ninguém, sem difamar, com maior intenção de resolver a situação, mas sem prejudicar as escolas municipais, as escolas estaduais e sem prejudicar a quem acredita no que está na bíblia. Então eu fui totalmente contra esse processo de ideologia de gênero, por acreditar que esse processo estava de encontro justamente com aquilo que eu estava vivendo, e que a população não pode admitir mesmo. (MARTINS, Edilson. Entrevista).

Imagem 2: Edilson Martins acompanhado do Pastor José Anunciação dos Santos (Pastor Presidente AD Campo Mourão).



Fonte: Dados da pesquisa.

A campanha de Edilson Martins atende, em grande medida, aquilo que Procópio (2014) menciona: a presença de candidatos em lugares públicos, ao longo de suas campanhas, marca um rito político significativo que tem por intenção agregar ao candidato não apenas apoio, mas também colocá-lo como um representante legítimo de determinados agrupamentos coletivos.

Assim como Edilson Martins, o agente religioso Olivino Custódio também foi candidato à reeleição. Casado, 4 filhos, é membro da igreja Assembléia de Deus, tendo ingressado na política em 1982. Em sua estratégia de campanha, o candidato utilizou-se de perfurade com número de campanha e foto, carro de som, participou de cultos, fez reuniões em casas e distribuiu santinhos como o apresentado na imagem 3.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Imagem 3: Material de campanha utilizado pelo candidato.



Fonte: Dados da pesquisa.

Em entrevista, mencionou que não é o candidato oficial da sua igreja, tendo, ainda em eleições anteriores, colocado seu nome à disposição da AD, sem obter seu apoio. A preferência da Igreja por outro candidato, nesse caso por Edilson Martins, não inibiu sua iniciativa, já que Olivino protocolou sua candidatura, inclusive por entender que vem recebendo apoio de fiéis da sua igreja como, aliás, tem demonstrado alguns de seus materiais de campanha. Ao questionarmos sobre a interferência da religião em sua atuação e a comunicação existente entre a igreja e o político, Olivino afirmou que a ligação existe, ele busca separar, mas em suas decisões não deixa de seguir os princípios religiosos:

Existe, porque eu sou membro da igreja, e eu não vou ser contra nada que é certo dentro da igreja, o que é pregado dentro da igreja, com respeito a ela, e pratica aqui [...]. Se não é certo e a igreja me ensina que não é certo, eu não devo fazer. Então, separa, separa a igreja da vida, da gente política, mas caminha dentro da palavra também, não deixa de seguir o que é certo (CUSTÓDIO, Olivino. Entrevista).

Levando em consideração que “a Assembléia de Deus é maior igreja evangélica no Brasil com mais de 12 milhões de auto-declarações, segundo dados do Censo IBGE 2010” (CUNHA, 2012, p. 47) e que conta com um percentual de cerca de 3 mil membros no município de Campo Mourão, acredita-se que a instituição seria capaz de eleger os dois candidatos ligados a ela, no entanto, se mobiliza para que um seja eleito com expressividade.

A escolha de um candidato por parte da igreja enquanto representante “confirma a estratégia que passou a ser adotada pela AD em nível nacional a partir de 2002 [...] evitando a dispersão da campanha e consequentemente de eleitores” (MEZZOMO; PÁTARO; ONOFRE; 2014, p. 253), a postura de escolha de um nome demonstra as dificuldades enfrentadas pela igreja que possui certa independência e autonomia, comparados a outras

religiões. A igreja em si não impede que seus membros votem em outros candidatos, mas reforçam o apoio dado ao candidato escolhido por meio de votação como sendo “oficial da AD”.

Como estratégia de campanha, o candidato contou com o apoio de representantes de bairro, em entrevista demonstrou confiança declarando sempre estar presente colaborando quando os bairros necessitam de algo. Olivino contou com o trabalho direto de 22 pessoas e inúmeros colaboradores. Em uma conversa informal, anterior à entrevista, Olivino Custódio mencionou que usa o chapéu como acessório indispensável em horário de trabalho, tendo o objeto se tornado um símbolo de sua campanha. O candidato foi reeleito com 769 votos, 115 votos a mais que a campanha passada.

Imagem 4: Olivino Custódio apresentando seus chapéus.



Fonte: Dados da pesquisa.

O terceiro agente religioso por nós pesquisado é Toninho Machado. Candidato pela segunda vez, casado, 3 filhos é membro e obreiro da 2ª Igreja Presbiteriana Renovada (IPR). Realizou sua campanha com mais ênfase nos bairros em que atuou como presidente. O candidato utilizou-se de santinhos, perfurades, carro de som e da produção de um jornal. O material produzido pelo candidato, no caso, o jornal, destacou as benfeitorias feitas no município através de suas indicações como vereador. O exemplar foi distribuído na cidade, com ênfase no bairro Lar Paraná⁷, onde mora.

Em entrevista, Toninho Machado afirmou que não é o candidato oficial de sua igreja, que não é representante de nenhum grupo institucional no legislativo, mas declarou ter o apoio explícito de seu pastor e de grande parte dos membros da igreja. Ainda em entrevista, declarou que não é a favor da utilização do termo “representante”, afinal diz trabalhar em favor do povo, e não de uma determinada religião. Contudo, e de certa forma inusitado, sua

⁷ O maior bairro periférico de Campo Mourão, considerado bairro industrial.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

campanha, assim como seu jingle, teve por título “esse me representa”, dando a entender que esta fala seja de toda a população. Em relação à sua atuação enquanto membro de uma igreja evangélica, o candidato afirmou que:

“É claro que se tiver que fazer pela igreja em algum momento específico, eu vou fazer, já fiz e faço e vou fazer. Mas não estou sendo reeleito, não estou buscando uma reeleição pra defender a igreja. Se eu pensar numa eleição ou reeleição pra defender a igreja, aí eu sou uma pessoa muito egoísta, e o outro povo? Então, a gente tem que ter a visão de povo. Porque eu recebo aqui no meu gabinete todos, sem distinção” (MACHADO, Antonio. Entrevista).

Imagem 5: Material de campanha – Toninho Machado.



Fonte: Dados da pesquisa.

É possível perceber que, mesmo em meio ao discurso pouco marcado pela simbologia religiosa, o candidato faz uso de imagens em cultos dentro dos templos, aliado a lideranças religiosas, como podemos visualizar na imagem 6, Toninho ao lado do Pastor Hidekazu Takaiama, que declarou seu apoio à eleição do companheiro de partido por meio de mensagens e um vídeo divulgado nas redes sociais. Em suas postagens diárias, deu ênfase nas obras realizadas no município a seu pedido enquanto vereador, mas não desconsiderou o apoio de religiosos, curtindo e postando fotos. Embora tenha recebido 88 votos a mais que a campanha de 2012, os 703 votos obtidos não foram suficientes para garantir sua reeleição.

VI Colóquio Nacional Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Imagem 6: Deputado Federal e Pastor da Assembléia de Deus Hidekazu Takaiama declara apoio ao candidato Toninho Machado.



Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, o Pastor Pereira, agente religioso, é obreiro responsável pela Assembléia de Deus do Ministério de Madureira, localizado no bairro Lar Paraná. O candidato realizou sua campanha acreditando no corpo a corpo. Pereira, como é conhecido, limitou-se aos fiéis e à comunidade ao redor de sua igreja, mas não deixou de utilizar os famosos santinhos, perfurades, carro de som para a divulgação de seu nome nos demais bairros. Com o lema “Vem com a gente. Juntos somos mais fortes!”, o candidato se propôs a trabalhar em prol da comunidade, afirmando não precisar do recurso financeiro que recebem os vereadores.

Em entrevista, o candidato afirmou que a política não atrapalhará a sua atuação enquanto pastor responsável pela direção da igreja, que nos horários de culto estará à disposição da igreja. Pastor Pereira demonstrou confiança em sua candidatura e acreditou que o apoio da igreja e da comunidade local faria a diferença.

Imagem 7: Material de campanha.



Fonte: Dados da pesquisa.

O candidato não fez muitas utilizações das redes sociais e suas postagens foram somente para apresentar sua candidatura e posts de seu santinho. Pastor Pereira acreditou receber o apoio dos fiéis, mas declarou em entrevista que vem de uma trajetória política

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

familiar e não religiosa. Ainda que sua trajetória política não é ligada a religião, Pereira colocou o seu nome a disposição para representar sua igreja no legislativo, nos conta ainda que a inserção dos candidatos da AD Madureira na política são discutidos em reuniões que iniciam um ano anterior as eleições, o candidato declara que foram feitas nove reuniões para que seu nome fosse apresentado na convenção de pastores enquanto candidato oficial da AD Madureira de Campo Mourão. Pastor Pereira não foi eleito, tendo obtido 271 votos, um pouco menos do número de fiéis de sua igreja, que gira em torno de 300 pessoas.

Imagem 8: Pastor Pereira em caminhada com sua equipe de trabalho e apoiadores do Partido.



Fonte: Dados da pesquisa.

Mediante as campanhas analisadas, foi possível observar que os evangélicos, de alguma forma, buscam ter seus representantes no poder legislativo. Apesar de não serem todos declarados abertamente representantes de suas igrejas, é possível perceber que o apoio recebido das lideranças nas redes sociais demonstra certa preocupação em obter êxito na eleição. Edilson Martins, Olivino Custódio e Toninho Machado conseguiram se eleger em 2012 e buscam a reeleição em 2016. Já Pastor Pereira pleiteia vaga no legislativo pela primeira vez. Na busca por fazer um comparativo dos votos adquiridos na campanha de 2012/2016, o quadro abaixo permite visualizar melhor a quantidade de votos alcançados.

Quadro 2: Candidatos acompanhados pela pesquisa e seus quantitativos de votos.

Nome	Votos 2012/Condição	Votos 2016/Condição
Edilson Martins	1428 – Eleito	1293 – Eleito
Olivino Custódio	654 – Eleito	769 – Eleito
Toninho Machado	685 – Eleito	703 – Não eleito
Pastor Pereira	–	271 – Não eleito

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao observarmos os dados apresentados, considerando que muitos dos candidatos são eleitos por membros de suas igrejas, é possível concluir que os evangélicos possuem certa representatividade na política. Com discreta participação até meados de 1970, os evangélicos vêm ganhando forças e mobilizando até mesmo enquanto bancada religiosa. Na atual legislatura, 70 deputados federais e 3 senadores compõem a Frente Parlamentar Evangélica – número que oscila ao longo do mandato (o que é comum em outras frentes parlamentares no Congresso Nacional) (CUNHA, 2012, p. 46). Os religiosos se mobilizam buscando sua representatividade, afirmando lutarem em benefício da moral e dos bons costumes.

Estudiosos apresentam que há “grande preocupação com a ampliação da participação dos evangélicos na política, interpretando esse fenômeno como um retrocesso no processo de secularização” (MACHADO, 2006, p. 17). O imbricamento entre religião e política ocorre em larga escala nos dias atuais, pois “em um contexto de pluralismo religioso, ou de diversidade cristã, conforme o caso brasileiro, a principal forma de influência da religião no Estado é por meio da ação política” (SOFIATI, 2015, p. 340) e que apesar de estarem em um país considerado laico, acabam de alguma forma influenciando nas decisões segundo seus interesses.

Fontes

- CUSTÓDIO, Olivino. **Entrevista**. Campo Mourão, 29 de setembro de 2016 (A/A).
MARTINS, Edilson. **Entrevista**. Campo Mourão, 26 de setembro de 2016 (A/A).
PEREIRA, José. **Entrevista**. Campo Mourão, 29 de setembro de 2016 (A/A).
MACHADO, Antonio. **Entrevista**. Campo Mourão, 15 de setembro de 2016 (A/A).

Referências

- BANDINI, Claudirene de Paula. **Religião e Política: A participação dos pentecostais nas eleições de 2002**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, 2004.
- BELLOTTI, Karina Kosicki. História das religiões: conceitos e debates na era contemporânea. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 55, p. 13-42, jul./dez. 2011.
- BURITY, Joanildo A. Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. **Estudos da Religião**, São Bernardo do Campo, n. 4, p. 27-45, 2001.
- CUNHA, Christina Vital. LOPES, Paulo Victor L. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

FERREIRA, Ismael de Vasconcelos. Pentecostalismo e secularização: da rigidez doutrinária ao pluralismo religioso. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 10, n. 28, p. 1458-1472, out./dez. 2012.

Incisos XL e XLI do artigo 5º da Constituição da República SILVA NETO, Manoel Jorge. **Proteção Constitucional à Liberdade Religiosa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

MACHADO, Maria das dores Campos. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 35, dez. 2015.

MACHADO, Maria das dores Campos. **Política e Religião**. A participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro; Editora: FGV, 2006.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio/ago., 2011.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; ONOFRE, Lucas. Evangélicos na política: as eleições proporcionais de Campo Mourão em 2012. **Rever**, São Paulo, v. 14, p. 244-264, 2014.

PROCÓPIO, Carlos Eduardo Pinto. A produção ritual da candidatura política. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 23, n. 23, p. 91-108, 2014.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Perspectivas da laicidade no Brasil contemporâneo**. Contemporânea, v. 5, n. 2, dez. 2015.

OS CAMINHOS DA RELIGIOSIDADE EM JESUÍTAS

Franciele Siqueira Miotto¹

Cristina Satiê de Oliveira Pataro²

Frank Antonio Mezzomo³

Introdução

A maioria das cidades brasileiras possui elementos culturais e materiais de sua ocupação e colonização, e essa, por sua vez, sofre influência de outras estruturas. O alargamento do campo de pesquisa promovido pelos Annales⁴ inaugura uma concepção de história social pautada na história problema, possibilitando o questionamento das intencionalidades dos topônimos e sua relação com a construção social das cidades.

No município de Jesuítas, localizado a oeste do Paraná, essa construção se evidencia através da nomenclatura das ruas e bairros identificados por nomes de figuras ligadas à religião Católica. Todavia, por essas nomenclaturas locais, há sempre uma explicação, um motivo, bem como a composição de uma possível forma de se constituir uma identidade das pessoas que compõem determinada localidade.

Refletindo sobre, e na tentativa de entender a constituição histórica desse município como uma mudança social, este texto traz uma reflexão acerca da formação, bem como da criação de uma identidade jesuitense baseada na religiosidade, expressas no nome da cidade em suas ruas, avenidas e bairros.

O texto está organizado da seguinte forma: traz na primeira seção a relação entre História e patrimônio, e sua importância na fundação histórica da cidade. Na segunda seção, trata da questão da formação identitária e conseqüentemente das formas como são representadas por meio das memórias. Na terceira seção, apresenta-se a relação entre religiosidade e suas representações ao longo do tempo, com vistas a evidenciá-la no município de Jesuítas (PR), em especial no que tange à sua toponímia. A quarta seção traz uma breve apresentação e discussão de dados obtidos a partir da análise das denominações das ruas e bairros do município em questão.

¹ ProfHistória/Unespar, miotto.franciele@gmail.com

² ProfHistória e PPGSeD/Unespar, crispataro@gmail.com

³ ProfHistória e PPGSeD/Unespar, frankmezzomo@gmail.com

⁴ Escola dos Annales foi um movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX.

Sendo assim, este trabalho busca refletir acerca das influências da religião na formação e identidade de Jesuítas, influência esta que perpassam também as memórias, constituídas em meio a disputas de poder, que definem qual a memória será preservada.

História e patrimônio

Muito se discute sobre os conceitos da História, o que por vezes gera preconceitos e estereótipos acerca da mesma. É de senso comum que é por meio da História que se estuda o passado a fim de se entender o presente, e, de certa forma, ela já assumiu esta função durante um período, em que predominou as abordagens da chamada História metódica, na França, e do historicismo, na Alemanha – na qual era interpretada como mestra da vida. França e Alemanha delinearão em muito os estudos sobre história, durante várias décadas. Porém tais concepções, segundo Bloch, não analisam as mudanças ocorridas na sociedade ao longo do tempo, tornando-se uma redução simplista, sendo que “a própria ideia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda” (BLOCH, 2001).

Todavia, os conceitos sobre a função da História se expandiram ao longo do tempo, em consequência das constantes mudanças ocorridas em processo cada vez mais rápido, “a história [Geschichte] adquire então uma nova dimensão que escapa à narratividade dos relatos, ao mesmo tempo em que se torna impossível capturá-la nas afirmações que se fazem sobre ela” (KOSELLECK, 2006, p. 49). Já não mais conseguia abarcar respostas sobre mudanças que poderiam vir a ocorrer. Possivelmente pós Revolução Francesa ou século XVIII, a História assume outro viés: o da historização, que se pauta na tentativa de compreender o objeto no seu próprio tempo, com contribuições importantes dos historiadores Hartog e Koselleck.

Segundo os apontamentos de Koselleck:

Na exegese do texto, o interesse especial pelo emprego de conceitos político-sociais e a análise de suas significações ganham, portanto, uma importância de caráter social e histórico. Os momentos de duração, alteração e futuridade contidos em uma situação política concreta são apreendidos por sua realização no nível linguístico. Com isso, ainda falando de modo geral, as situações sociais e respectivas alterações já são problematizadas no próprio instante dessa realização linguística. (KOSELLECK, 2006, p. 101).

As análises de objetos materiais e imateriais podem vir a evidenciar articulações próprias de cada lugar ou cultura e suas formas de se fazer lembrar ao longo do tempo com determinada linguística. Embora essa perspectiva muitas vezes se depare com a dificuldade do

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

sujeito se reconhecer dentro da construção histórica, e como essa está em constante remodelação, ainda se mostra como um inerente desafio à nossa sociedade, que ao não se ater à teia de relações que se há na escolha e evidenciação de determinados símbolos como forma de representação, mantém uma naturalização de conceitos e perpetua classes sociais no poder.

Le Goff (2003) apresentava a História como processo de construção científica, que é imortalizada por meio do documento e monumento, possibilitando a formação de identidades e grupos, que tendem a se consolidar através de memórias coletivas. Segundo Le Goff:

o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador. (LE GOFF, 2003, p. 535).

Peter Burke ressalta que, a partir das contribuições de Leopold Von Ranke, o paradigma tradicional da escrita da História evidenciou a necessidade de rigor na documentação para a produção de narrativas históricas. Também há de lembrar que as mesmas contribuições negligenciaram outras possibilidades de construção do conhecimento histórico (BURKE, 1992).

Em diversos momentos, ao analisarmos a História, é perceptível que sua escrita se deu em convivência a ideais de quem a escrevia, por interesses específicos ou para atender a formas de dominação. Pensando nessa perspectiva, é de fundamental importância que os indivíduos se apoderem do conhecimento sobre o que é a História, qual a importância dos documentos oficiais, bem como outros que podem ser utilizados como fontes. Febvre também chama a atenção para que:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta de flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE, 1949 apud LE GOFF, 2003, p. 428).

Assim, o historiador não precisa necessariamente dispor de documentos oficiais para sua pesquisa, mas pode analisar monumentos, conferindo-lhes sentido para torná-los oficiais e

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

erigi-los como História. O estudo da História, assim, passa a ser composto por diferentes produções humanas, materiais e não materiais.

Segundo Arendt (2009, p. 234), pensando no estudo da História no campo educacional, nas constantes mudanças das sociedades, a educação está “entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é”, ocupando lugar de destaque constante, em consequência do aumento populacional. Assim, entender as relações nessas sociedades é de fundamental importância. Neste sentido, a História enquanto disciplina escolar é responsável também pela emolduração da sociedade pelo viés educacional. No estado do Paraná, as Diretrizes Curriculares de História apresentam a seguinte concepção acerca da disciplina: “objeto de estudo os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída pelos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações.” (PARANÁ, 2008, p. 46).

O sujeito é resultado de constantes manifestações históricas e acaba por ter opiniões e posturas nos diferentes âmbitos, o que lhe confere determinada noção de poder, o que só poderá ser consolidado se o mesmo tomar consciência do processo histórico ao qual foi fruto. José Carlos Reis, em artigo para a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2012, p. 48), concebe sobre o indivíduo no tempo:

O tempo histórico é o das coletividades públicas, das sociedades, civilizações, um tempo comum, que serve de referência aos membros de um grupo. Por um lado, o tempo histórico possui uma objetividade social, é independente da vontade dos indivíduos; por outro, os indivíduos também o criam e tecem, interferem e o transformam, suas biografias modificam a sociedade, mas não podem ignorar o tempo social que se impõe a eles (REIS, 2012, p. 48).

A História como disciplina possibilita o desenvolvimento de um senso crítico para que o cidadão, por meio de reflexões, possa incorporar melhorias ao seu ambiente de convívio. Para tanto, faz-se necessário a compreensão acerca de como se constrói o meio no qual está inserido, e, neste ponto, a questão da análise dos símbolos que o cercam merece destaque, conduzindo-nos para as reflexões acerca do patrimônio histórico. Para Fonseca, patrimônio deriva da:

A ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos. A construção do que chamamos de patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, de uma motivação prática – o novo estatuto de propriedade de bens

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

confiscados – e de uma motivação ideológica – a necessidade de ressemantizar esses bens. (FONSECA, 1997, p. 58).

Através das incorporações da Nova História Cultural, com Roger Chartier (1945) e Carlos Ginzburg (1939), com vertentes para a antropologia histórica, a história do cotidiano e a micro história, “o passado vivido foi interpretado como um tempo distinto do contexto do presente” (PARANÁ, 2008, p. 53) e assim faz-se necessário analisá-lo como fruto de experiências, que necessitam ser preservadas.

O Patrimônio histórico pode vir a ser tanto material como imaterial, representando conjuntos dotados de simbologias, memórias que evidenciaram certas relações do local, deixando marcas. Segundo Bartholo (apud JOHN, 2011, p. 321) “O lugar é produzido na relação com o espaço construído socialmente, mediante uma rede de significados e sentidos que são historicamente e culturalmente tecidos”, que conferem sentido a determinada memória, levando a possíveis formações de identidades.

Para que o Patrimônio Cultural brasileiro seja valorizado, Custódio (2006, p. 12) enfatiza que “a valorização do patrimônio cultural brasileiro depende, necessariamente, de seu conhecimento. E sua preservação, do orgulho que possuímos de nossa própria identidade”, tornando se necessário o estudo acerca da sua importância. Tem-se como pressuposto, portanto, uma melhor assimilação do meio no qual o indivíduo está inserido, e, analisando as constantes disputas de memórias a serem perpetuadas, a ação educacional pautada no patrimônio tende a ser de grande valia para a formação do educando.

A relação entre História e patrimônio se evidencia como uma forma de gerar uma “consciência história” (RÜSEN, 2006, p.16), e assim despertar na sociedade o sentimento de preservação, e de desnaturalizar alguns conceitos impostos anteriormente por disputa de poderes, para que se possa recordar os acontecimentos ocorridos, de forma a manter sempre uma relação entre passado e presente, além da valorização da história local. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, “o que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local.” (DIRETRIZES CURRICULARES, 2014, p. 20).

Sendo assim, o trabalho embasa a análise da questão patrimonial no município de Jesuítas, na tentativa de expor alguns passos sobre sua colonização e sua emancipação política.

Fundação de Jesuítas

O município de Jesuítas está situado na região oeste do Estado do Paraná, região sul do Brasil, com uma área de 228,5 km², com limitações dos municípios de Formosa do Oeste ao norte, Cafelândia ao sul, Assis Chateaubriand a oeste, Iracema do Oeste ao leste. O município está situado a 466 metros acima do nível do mar e distante 600 km da Capital Curitiba.

Figura 1: Mesorregiões do Paraná.



Fonte: IPARDES, 2010.

A Mesorregião Oeste é composta pelas cidades de Microrregião Geográfica MRG-22, representada pelo município de Toledo, sendo os demais municípios: Assis Chateaubriand, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo e Tupãssi.

Figura 2: Localização do município de Jesuítas.



Fonte: IPARDES, 2010.

O site do município de Jesuítas traz algumas distinções sobre o tipo de terra predominante, composta pelos solos latosso distroférico e eutroférico, clima subtropical úmido mesotérmico, além também da composição hídrica:

O município apresenta rede hidrográfica caudalosa, composta pelos Rios: Verde, Jesuítas, Ribeirão dos Padres, Córrego do Salto, Córrego Araras e Córrego Tatumã, favorecendo instalação de atividades de piscicultura, sericicultura, suinocultura, bovinos de leites e outros. A rede hidrográfica rural encontra-se distribuída em seis microbacias, abrangendo uma área de 22.623 hectares. Em relação a temperatura, apresenta mínima de 9°C em junho e máxima de 33° C em dezembro (PREFEITURA MUNICIPAL DE JESUÍTAS).

Atualmente é composto por uma população de 9 mil habitantes, domiciliados em 3.539 residências, sendo que 6.070 dos moradores situam-se na área urbana e 2.931 na área rural. Quanto ao sexo/gênero, tem-se 4.470 homens e 4.531 mulheres (IBGE, 2010). O município ainda possui uma taxa de pobreza de 31,05% (IBGE/IPARDES 2000), 17,1% de analfabetismo (15 anos ou mais) um índice de Desenvolvimento Humano de 0,762 (IDH-M PNUD/IPEA/FJP 2000).

A economia de Jesuítas é baseada em produtos Agrosilvopastoris como: Aves de Corte, Soja, Milho, Trigo, Café, Bovinos. Também dispõe de outros setores econômicos como a construção civil, vestuário, calçados e tecidos, produtos alimentares e mobiliário.

A construção de Jesuítas, datada de março de 1960, ainda na comarca de Cascavel, PR, deriva em parte de um loteamento denominado “Gleba Rio Verde”, renomeado de Progresso, pela Colonizadora Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda. (SINOP).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Durante a década de 1950, período de forte imigração (dada a partir de políticas públicas nacionais de incentivo à imigração) e migração no Brasil, começaram a chegar até a localidade imigrantes e migrantes, atraídos pela oferta de terras e possibilidade de melhoria de vida. Assim, chegaram à região agricultores de diferentes locais do Brasil. Esses agricultores acabaram por se tornar desbravadores, pois muitas dessas terras ainda permaneciam como mata fechada, como confirma os dados do IBGE:

No início da colonização do oeste paranaense toda a vasta região que vai de Foz do Iguaçu à fronteira da Santa Catarina e aos limites do atual município de Palmas, até há bem pouco tempo, era sertão, desconhecido e inexplorado, do qual fazia parte o território que atualmente integra o município de Jesuítas (IBGE, 2016).

Para se vender essas terras, foi organizado um projeto vinculado ao colonizador Enio Pepino, que disponibilizava lotes rurais e urbanos para pagamento em longo prazo, de onde se derivou a área chamada de Jesuítas.

O nome Jesuítas se concebe em virtude da fé dos colonizadores nos padres jesuítas, o que acabou por acarretar também a denominação das ruas, avenidas e bairros da cidade com os nomes dos padres da “Companhia de Jesus”, bem como de figuras consagradas da Igreja Católica. Segundo a descrição toponímica do estado do Paraná referente ao nome do município:

O nome dado à cidade é homenagem aos padres jesuítas espanhóis, que a partir do final do século XVI, iniciaram épico trabalho de catequização em mais de cem mil índios, em terras hoje paranaenses. Destacaram-se nestas ações os padres Simão Mazzeta, Montoya e Justo Mansilia van Surck. Os jesuítas eram membros da Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola (1491-1556) (IBGE, 2016).

Definiu-se, também em consequência dessa fé expressa pelos fundadores, a escolha do Santo padroeiro, Santo Inácio de Loyola, que é consagrado na Igreja Católica como “soldado de Cristo”:

O homem, diante da circunstância de sua vida e também da sociedade na qual está inserido, reage de diferentes formas diante das dificuldades que se apresentam. Assim, Santo Inácio de Loyola, em um monumento de muito sofrimento, de recuperação de um ferimento a bala, se dedica a leitura da vida de Jesus Cristo e da vida dos santos. Os sentimentos advindos com essa leitura provocam a sua conversão a ele se torna um dos grandes “soldados de Cristo” na luta de consolidação do catolicismo no mundo (PARÓQUIA SANTO INACIO DE LOYOLA, 2016).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Nesse sentido, por sua história de sofrimento e superação, essa figura gerou admiração nos colonizadores que assim o indicaram como padroeiro do município de Jesuítas.

Os primeiros moradores – constituídos por migrantes paulistas, mineiros, nordestinos e catarinenses e, mais tarde, também por imigrantes das etnias de origem italiana, espanhola, portuguesa, japonesa e outras em menores quantidades – dedicam-se ao plantio de café, de hortelã e exploração de madeiras (cedro, peroba, canela, entre outras) desenvolvendo então as áreas rurais. Em linha paralela, também se desenvolviam as áreas urbanas, por meio da construção de escolas, igrejas e estabelecimentos comerciais, primeiros sinais de cidade.

Jesuítas se tornou Distrito Judiciário a partir de 31 de dezembro de 1962. Desde então, iniciou a luta pela emancipação política do município, que ocorreu a partir dos anos de 1980:

Em 31 de dezembro de 1962, pela Lei n.º 4.668, foi criado o Distrito Judiciário no município de Formosa do Oeste. Pela Lei n.º 7.304, de 13 de maio de 1980, foi criado o município de Jesuítas, com território desmembrado do município de Formosa do Oeste, e instalado a 1º de fevereiro de 1983 (IBGE, 2016).

Desde a sua formação e emancipação, a cidade de Jesuítas carrega forte influência cristã, concebida pelos seus fundadores e conservada pelos seus moradores, influenciando na formação identitária.

Identidade e memória

Quando se pensa no indivíduo, esse está sempre em algum determinado recorte espacial e temporal, o que concebe uma visão própria do seu lugar de fala e de determinados fatores para sua formação. Calhoun associa identidade à cultura, afirmando que:

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... O auto conhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros (CALHOUM, 1994, p. 9-10 apud CASTELLS, 1999).

Através dessa premissa, é possível traçarmos um panorama de configuração identitária dos munícipes de Jesuítas. Pensando nessa construção da população jesuitense, vemos emergir uma característica de cunho religioso, que tem impactos nas suas representações para a população, influenciando uma possível identidade própria. Segundo Gregolin:

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A identidade preenche o espaço entre o interior e o exterior, entre o pessoal e o público e o sujeito se projeta nessas identidades culturais. A identidade costura o sujeito à estrutura, estabilizando tanto os sujeitos quanto os mundos culturais. (GREGOLIN, 2008, p. 83).

A identidade nos indivíduos é o que gera um sentimento de pertença, comum a todos. Neste contexto, acreditar em algo comum acaba por unir as pessoas em uma estrutura maior e carregada de significados, no caso, vinculados à religião. Para Sarup (1996, p. 14), “a identidade não é uma qualidade inerente à pessoa, [...] ela nasce na interação com os outros”. Desse modo, o indivíduo se molda ao seu meio, recebendo contribuições do mesmo, direta ou indiretamente, o que acaba por transformá-lo em parte desse todo, possuindo defesas e comportamentos próprios de sua cultura. É por isso que a identidade pode variar de um local para outro, conforme as influências que o sujeito recebe ou recebeu. Hall afirma que:

À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2003, p. 12-13).

A identidade não se forma e permanece sem alterações, ela passa por novas construções, assim como ocorre com o lugar onde as mesmas se desenvolvem. Como defende Antônia Terra (2012), a cidade é um campo de transformações, e o olhar de quem vive e vê também altera esse cenário, gerando ou remodelando constantes paisagens. Nesse sentido, a percepção dos moradores gera outros caminhos para a mesma cidade, as frequentes necessidades da população produzem contínuas formas de organização.

Analisando esse aspecto no município de Jesuítas, a partir dos topônimos das ruas e dos bairros, podemos perceber uma característica predominante desde sua colonização, marcada pelas homenagens a padres, bispos, freis, santos e papas da Igreja Católica. No entanto, chama a atenção uma quebra desse padrão nos últimos anos, a partir dos quais as ruas e os bairros passaram a ser denominados com nomes de flores, de países e de moradores do município.

Todavia, tais elementos que influenciam e são influenciados pelas configurações identitárias acabam por formar memórias individuais e coletivas na/para a sociedade. A memória de um povo se identifica com o grupo que domina o poder. Tais grupos escolhem quais símbolos querem ou não preservar, fazendo com que, dessa maneira, a pessoa crie uma

identidade. Para Halbwachs (2006), o grupo social decide o que é memorável ou não. Sendo assim:

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Há grupos que disputam poder para dar ênfase a determinada memória comum. Porém, os testemunhos podem dar ou não a notabilidade a determinado evento. Algumas dessas questões foram levantadas por Paul Ricoeur (2007), sobre o tempo e a narrativa histórica, como se o passado, através da narrativa, tivesse uma reconstituição da experiência temporal, e a partir da análise de fragmentos das representações dos sujeitos próprios de cada época, cercados de simbologia. Fragmentos esses perceptíveis nas ruas e bairros da cidade de Jesuítas, o que remete a uma representação e assim por consequência à formação de uma memória poderosa. Segundo Balandier:

A memória poderosa que funda as sociedades e nelas age se organiza a partir de acordos com as formas institucionais localizadas, pacificando arquivo e patrimônio, fixando-se em “mitos e símbolos selecionados a serviço do regime estabelecido” (BALANDIER, 1999, p. 45).

A memória constitui uma tentativa de olhar para o passado, e de se perceber como fruto dela no presente. Nessa tentativa, a Igreja Católica influenciou muitos dos municípios brasileiros, os quais hoje se estruturam a partir de outras perspectivas sociais.

Dessa forma, as influências religiosas dadas pelos primeiros moradores levaram à criação de uma determinada identidade e memória acerca de Jesuítas. Atualmente, podemos perceber, no entanto, que já não são os mesmos caminhos trilhados pelas pessoas na atualidade, o que se sobressai na análise na toponímia da cidade.

Religiosidade e representação

A religião católica, forte em toda Europa, teve seus desdobramentos e amplitudes também em suas colônias, incluindo a colônia portuguesa na América, desde meados do século XVI.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Historicamente a Igreja sempre esteja atuante as comunidades e os padres sempre tiveram papéis decisivos neste e em tantos outros aspectos. A Paróquia Santo Inácio de Loyola não foi diferente das demais comunidades (PARÓQUIA SANTO INÁCIO DE LOYOLA, 2016).

Ao retomarmos a História da colonização brasileira, da vinda da Congregação Jesuítica para o Brasil e do processo de catequização dos indígenas, podemos verificar os impactos da religião católica na disputa de poder. A colonização da cidade de Jesuítas, em virtude de seus colonizadores, insere a própria religião em uma disputa de poder, no sentido de quem homenagear ao dar nome à cidade e às ruas. A este respeito:

Bourdieu nos fala que as palavras e os nomes que constroem a realidade social são tanto alvo quanto fruto de luta política, o que faz com que conseguimos definir o real campo de lutas para definir o que é real. Neste sentido, atribuiu à representação um ato de magia social, pelo qual as palavras têm o poder de fazer existir e inexistir aquilo que existe (PESAVENTO, 1999, p. 2).

Refletindo sobre isso, as ruas de Jesuítas, principalmente as do centro, remetem ao poder político e religioso exercido pela Igreja Católica desde a sua vinda ao Brasil.

Utilizando o conceito de representação de Chartier (1990), os processos de construção dos indivíduos variam conforme o contexto social e seu período de vivência, sofrendo influências por todo o tempo. A representação religiosa leva a novas representações e, por conseguinte, a novas identidades. Ainda segundo o autor,

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17).

As intencionalidades estão inseridas, justificadas na autoridade, e consolidam práticas e posições, que acabam muitas vezes sendo naturalizadas pelos indivíduos. Essa representação, encaminhada por uma determinada conjuntura, tende a criar um simbolismo próprio de lutas e dominação, da qual o indivíduo se sente parte, interiorizando determinada representação como parte da sua constituição cultural, o que acarreta em uma disputa onde o vencedor é quem melhor consegue fazer uso de influência.

Assim, aqueles que detêm o poder estabelecem os registros de linguagem que definem e atribuem sentido a realidade, expressando um resultado do enfrentamento de forças que tem lugar no plano das relações de poder. É nessa medida que as trocas linguísticas podem ser entendidas como relação de poder simbólico (PESAVENTO, 1999, p. 2).

Analisando o poder simbólico que os nomes exercem, e retomando a análise do município de Jesuítas, percebemos que as novas ruas foram nomeadas com nomes de moradores que fizeram parte da comunidade jesuitense, os quais de uma forma ou de outra estão ligados ao contexto histórico da cidade, numa tentativa de preservar uma memória para além do contexto familiar daquele indivíduo. O domínio dessa memória pode ser uma forma de assegurar o poder.

Breve análise das ruas e bairros de Jesuítas

Através de um levantamento das ruas e bairros presentes em Jesuítas, foi traçado um parâmetro de nomenclaturas, sendo que existem 21 bairros com aproximadamente 125 ruas e avenidas. Em sua maioria, esses bairros com características de proximidade do bairro central, datam dos últimos dez anos, uma mudança ainda recente.

O nome de todos os bairros da cidade consta no Quadro 01, a seguir:

Quadro 1: Bairros do município de Jesuítas.

1	CENTRO	12	SÃO FRANCISCO
2	MULTIRÃO	13	AMÉRICA II
3	BNH	14	HABITABEM BRASIL
4	FLORINDA	15	SOL NASCENTE
5	FLORIDA	16	PARQUE INDUSTRIAL
6	CRISTO REI	17	CASAS COHAPAR
7	FLORENÇA	18	AMÉRICA
8	COLORADO	19	PARQUE INDUSTRIAL
9	NOSSA SENHORA APARECIDA	20	CONDOMINIO
10	TROPICAL	21	FLORIDA II
11	TROPICAL II		

Fonte: Autora (2016).

Em meio a esses bairros, a região do centro mostra uma maior quantidade de ruas e avenidas com nomenclaturas de ícones da Igreja Católica, como descreve o Quadro 2 abaixo.

Porém, nos bairros apresentados anteriormente no Quadro 1, apenas três aparecem com nomes religiosos.

Quadro 2: Nomes das ruas e avenidas de Jesuítas

Ruas e avenidas de Jesuítas	Total	Porcentagem
Nomes religiosos	64	51%
Moradores de Jesuítas	36	29%
Flores	19	15%
Países	06	5%
Total	125	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando os quadros, é possível concluir que a predominância de nomes católicos se evidencia no bairro central, um dos primeiros bairros criados na cidade e onde se concentrava a maioria de seus colonizadores, o que poderia remeter-se a uma possível explicação das nomenclaturas baseadas nas condições econômicas e na classe social.

Retomando Chartier (2007), a representação religiosa pode levar à formação de identidade voltada para princípios cristãos, como uma forma de sentimento de pertença, levando a uma disputa de poder por essa representação, podendo vir a gerar memórias que predominarão no município e na História do mesmo.

Considerações finais

Caminhos são espaços que as pessoas traçam durante seu período de existência, e, ao mesmo tempo, dizem muito sobre a identidade de um local. Muitas das cidades do Brasil possuem influência religiosa, em sua maioria Católica, e buscou-se evidenciar, ao longo deste trabalho, que o município de Jesuítas também teve sua fundação nessa concepção, o que é visível nas identificações das ruas e avenidas.

Analisando o contraste entre as ruas e bairros antigos e novos, percebe-se uma formação de memória, e ao mesmo tempo uma luta de poder, para que haja a preponderância de determinados eventos sobre outros, através de representações que situam o indivíduo numa determinada concepção sobre o que é importante ou não. Característica essa que certamente

influencia a questão de identidade dos seus moradores, os quais podem carregar essas marcas de religiosidade como memórias e identidades.

Ainda pensando em memória, um fato que chama a atenção é o de que muitas das pessoas que fizeram parte da comunidade de Jesuítas ficariam somente na memória de seus entes, mas as nomenclaturas dos mesmos tendem a exercer uma representação social para o município e assim marcar, impactar novos grupos que buscam fazer parte do contexto histórico do município. Aqueles que se evidenciarem e permanecerem como uma representação nessa disputa de poder poderão ficar na memória do município e de seus moradores.

Seria interessante aprofundar o presente trabalho com mais pesquisas orais, levantamento da opinião dos moradores e questionários diversos que possibilitassem a compreensão de como essas representações se fazem presentes nas práticas sociais dos municípios. Da confrontação desses dados seria possível tecer considerações acerca da influência da religiosidade na vida desses cidadãos.

Dessa forma, ainda há caminhos que serão percorridos, e esses mesmos caminhos estarão a compor ou a identificar novas perspectivas de vida, bem como novos grupos sociais.

Referências

- BALANDIER, G. **O dédalo**: para finalizar o século XX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2014.
- BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 295-305.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. São Paulo, v. 5, n. 11, abril 1991.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: EdUNICAMP, 2001.
- GASTAL, Suzana. **Alegorias urbanas**: o passado como subterfúgio: tempo, espaço e visualidade na pós-modernidade. Papyrus Editora, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité**: Présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5 ed. São Paulo: Unicamp, 2003.

PAROQUIA SANTO INACIO DE LOYOLA. **50 anos de evangelização**. Toledo: Gráfica Tuicial, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JESUÍTAS. Disponível em <http://www.jesuitas.pr.gov.br/index.php?sessao=1ec320efbanc1e&id=116>. Acesso em: 26 mar. 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, set. 1999.

REIS, José Carlos. O tempo histórico como "representação intelectual". **Revista Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, 2012.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SARUP, M. **Identity, culture and the postmodern world**. Edinburgh: Edinburgh UP, 1996.

A IMPRENSA ENGAJADA COM A PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO URBANO ORDENADO: MARINGÁ E A FOLHA DO NORTE

Gessica Aline Silva¹

Introdução

A maioria das pessoas que compram todos os dias um ou vários jornais em busca de notícias, informações, comentários, ofertas comerciais ou para recrear-se com a historieta ou desenho humorístico preferido, não sabe nem suspeita sequer o esforço colossal requerido para pôr entre suas mãos essas poucas páginas que terão poucos minutos de vida [...]. Afinal o leitor quer saber tudo o que acontece no mundo [...]. Se o fato é notícia, a missão do jornal é levar o fato até o leitor. (FOLHA DO NORTE, 9 set. 1973, p. 1).

A partir dessas podemos identificar alguns traços e características que envolvem a representação do trabalho da Folha do Norte do Paraná. Em primeiro lugar está a ‘missão’ da mídia de publicar os fatos, de trazer informações, no entanto, nesta palavra derivada do verbo informar encontra-se uma brincadeira, uma dupla função que pode ser destacada com um simples parêntese (in)formar, ou seja, os periódicos além de noticiar, formam seus leitores. Em segundo lugar, o leitor que busca conteúdo o toma de forma descontextualizada, como mostra a passagem acima, desconhece o trabalho envolvido na produção das notícias e os vários filtros que perpassam os fatos e as páginas do jornal.

Ainda sobre o papel da imprensa, o editorial publicado no dia 10 de setembro de 1969, apresenta a consciência da Folha do Norte a respeito do trabalho que desenvolve como construtora, tranquilizadora da sociedade, enquanto participante ativa “da tarefa de informar e de também, até onde está a nosso alcance, colaborar na orientação da opinião pública” (FOLHA DO NORTE, 1969, p. 3). Assim, contando com a brevidade e fugacidade da leitura da imprensa diária, que muitas vezes, não permite ao consumidor apreciar o conteúdo que recebe, bem como com as características apresentadas acima, o objetivo desse artigo é desacelerar essa temporalidade e impor o tempo da análise, isto é, discutir as estratégias e modos de funcionamento das colunas sociais e policiais da Folha do Norte do Paraná.

¹ Programa de Pós-Graduação em História, CAPES), Unioeste/MCR, gessica58@hotmail.com

Historiografia e imprensa

A imprensa por muito tempo interpretada como uma “enciclopédia do cotidiano” foi aos poucos incorporada como fonte história ao longo do século XX, passando a ser compreendido como um veículo de comunicação isento de neutralidade, sendo carregado de parcialidades e múltiplas vinculações, respondendo a um contexto de criação, a uma linha editorial, aos jornalistas contratados, os patrocinadores e anunciantes. Para além dessas questões a adoção da fonte jornalística considera, ainda, sua inserção histórica, sendo analisada como uma força ativa da vida moderna, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência história (DARNTON, 1990; DE LUCA, 2008). A partir de tais compreensões teórico-metodológicas a análise da imprensa requer alguns procedimentos como o entendimento de suas condições materiais de produção, circulação, bem como conhecimento do perfil de seus administradores, jornalistas e leitores (SILVA; FRANCO, 2010; CAVALCANTE, 2002).

Ainda sobre a abordagem dos periódicos, Heloísa de Faria Cruz (2013), indica o uso do conceito periodismo ao referir-se à comunicação impressa e periódica, problematizando-a como prática social constitutiva e articuladora do espaço urbano, de sociabilidades e de práticas culturais. Nessa perspectiva, o trabalho com os periódicos deve se atentar as experiências e motivações dos grupos produtores das publicações, as historicidade e peculiaridades em busca da compreensão acerca das relações imprensa/sociedade.

Além disso, o entendimento dos espaços de formação e aprendizagem considerados para além dos ambientes familiar e escolar, colocam os meios de comunicação como uma fonte inegável de contribuição. Dessa forma, as mídias não seriam apenas espaços de informação e lazer, veiculando também uma série de valores, concepções e representações e constituindo-se em um lugar de formação (FISCHER, 2002).

Ao historicizar o processo de consolidação e modernização da imprensa brasileira, na segunda metade do século XX, pode-se apontar para a substituição do modelo de jornalismo francês próximo do gênero literário, opinativo e subjetivo, por um modelo empresarial, privilegiando a informação “objetiva” e “imparcial” influenciado por técnicas americanas. Os periódicos passaram a desenvolver uma linguagem própria, um design, que estabeleceu padrões editoriais e gráficos como a presença de manchetes, títulos, subtítulos, entretítulos, boxes, textos complementares padronizados, incorporando a oralidade, as gírias da moda, os estrangeirismos e a alta comunicabilidade fotográfica, criando coerência interna e tornando a sua leitura mais agradável e próxima do público leitor (RIBEIRO, 2003; CRUZ, 2013).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Neste contexto, as primeiras páginas se tornaram centrais nas estratégias de venda e apresentação das edições dos periódicos como uma vitrine, uma espécie de “cardápio atraente” de tudo o que estava no interior do jornal. Uma apresentação lógica, uma ordenação do material na página, uma disposição racional eram princípios de funcionalidade e de valor estético. A equipe dos jornais passara, então, a contar com grupo de redatores, que revisavam as matérias dando essa unidade de estilo a edição final. Todos estes aspectos conjugados atribuíram credibilidade e constituíram a imprensa enquanto “espelho da realidade”, conferindo ao campo jornalístico um capital simbólico, uma “fala autorizada” como um ator social reconhecido (RIBEIRO, 2003).

Com base nesses apontamentos, o esforço aqui apresentado é o de historicizar a relação entre a mídia e a sociedade, apontando os mecanismos de poder cristalizados no ideal de imparcialidade e compromisso com a verdade divulgado pelos jornais. Sendo assim, para uma organização didática deste artigo, primeiramente serão apresentados alguns dados acerca da Folha do Norte como forma de contextualizar sua produção, visto que a partir do conhecimento das especificidades de tal veículo de comunicação pode-se problematizar seu papel e sua influência no meio social. Em seguida serão examinadas as colunas policiais e sociais e algumas das matérias publicadas pelo periódico no período analisado.

Se aproximando da Folha do Norte do Paraná

A primeira edição da Folha do Norte do Paraná foi publicada no dia 25 de setembro de 1962, diretamente de uma impressora rotativa off-set, impresso em duas cores (azul e preto) o periódico se destacava por sua qualidade gráfica, pela modernidade e novidade que representava na imprensa local marcada por uma produção ainda quase que artesanal. No entanto, esta não é a única característica que se destaca, fundado pelo Bispo Dom Jaime Coelho da diocese de Maringá o jornal foi administrado pela Igreja Católica até 1964, ano em que foi arrendado para Joaquim Dutra.

Este vínculo do jornal com a Igreja Católica, personificado na figura do bispo e mesmo de alguns membros de pastorais e padres, que escreviam regularmente em suas edições mesmo após o arrendamento, deve ser problematizado de forma cuidadosa, uma vez que, após e mesmo durante o Concílio Vaticano II (1962-1965) o discurso religioso passou a apontar para a necessidade de investir na comunicação social, como forma de orientar os cristãos diante dos desafios da modernidade e da secularização.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Ademais, o periódico circulou diariamente em mais de 90 cidades localizadas, principalmente, na região norte e noroeste do Paraná até o ano de 1979, quando deixou de circular definitivamente. Como foi dito anteriormente o jornal foi arrendado por Joaquim Dutra entre os anos de 1964 e 1973, período este investigado no presente artigo. Durante esta fase sua estrutura passou a conter várias colunas assinadas, a utilizar frequentemente o recurso fotográfico, aumentando a quantidade de anúncios e valorizando as notícias regionais, ganhando um caráter mais dinâmico e comercial.

Em relação ao conteúdo apresentado pelo jornal, o combate ao avanço do comunismo foi uma das principais lutas travadas desde a sua fundação. O ponto a se observar aqui é a convergência entre o projeto político defendido pelo regime militar vigente, o discurso oficial da Igreja Católica e da Folha do Norte, ou seja, o de combate ao comunismo, visto como uma ameaça a família cristão e a busca pela moralização da sociedade. Dessa forma, como indica o editorial do dia 10 de setembro de 1969, a postura do jornal presa pela sabedoria de saber calar-se diante de assuntos que podem causar a perturbação e fermentação popular, assim “se ficamos em dúvida quanto à consequência de uma notícia ou de um comentário, preferimos calar-nos, não por timidez, mas por questão de prudência” (FOLHA DO NORTE, 1969, p. 3).

Ainda neste período de censura, a atenção da Folha do Norte recaí sobre assuntos regionais, em especial, ao novo cenário de desenvolvimento econômico, iniciado nos anos 1970, enfatizando o discurso de modernização e promoção nacional. No norte paranaense, por sua vez, se sobressai o processo de crescimento da população urbana devido, em grande parte, ao êxodo rural fruto do desenvolvimento e mecanização da agricultura. Essas alterações econômicas e políticas contribuem para elaboração de novas mentalidades, comportamentos, estilos de vida, enfim, alteraram o cotidiano nacional.

Além disso, há de se considerar as particularidades da organização da cidade de Maringá. Inserida na região norte do Paraná seu surgimento se desenvolve associado a política da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que por meio de sua política empresarial estruturou a ocupação local a partir de um projeto de colonização planejada baseada em eixos como pequenas propriedades, produção cafeeira, fundação de estradas e núcleos urbanos a distâncias predeterminadas para facilitar o escoamento da produção, tudo isso coroado com grande investimento na promoção dessas terras como um lugar de enriquecimento rápido (TOMAZ, 2010).

Nas narrativas sobre a história de Maringá além da presença da companhia de terras se destaca o traçado e organização do espaço urbano. Criado com base na ideia de cidade-jardins

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

as ruas e os bairros foram desenhados de forma a respeitarem o relevo local, destacando o verde, a arborização e sua divisão em zonas comerciais, habitacionais, operárias, entre outras. Essa preocupação com planejamento urbano expresso deste a política da CTNP, apropriado pela administração pública e reivindicado pelo jornal são alguns dos aspectos encontrados e valorizados nos retratos da elite local presente na coluna social e dos sujeitos transgressores das colunas policiais.

O jornal participa ativamente do processo de alteração e organização da passagem urbana ao veicular notícias sobre melhorias da cidade, publicando matérias reivindicando algumas obras públicas ou mesmo procurando orientar a população em relação ao zelo com o espaço público. Como ilustra a publicação do editorial “Cidade Limpa” ao informa que “a cidade cresceu, embonitou-se, está quase toda pavimentada e ajardinada. Merece, portanto, ser tratada com mais carinho. Mas não se pode esperar que o bom aspecto urbano seja uma responsabilidade exclusiva da Prefeitura. A tarefa é de todo o povo” (FOLHA DO NORTE, 1967, p. 9).

De acordo com o conteúdo apresentado até o momento pode-se entender que a mídia é um dos elementos centrais nas engrenagens de controle social, nos ensinando e orientando cotidianamente. Nesta perspectiva, o discurso da imprensa acaba por instaurar objetos, circunscreve conceitos, legitima sujeitos anunciadores e fixa estratégias, sua análise, portanto, não se restringe a questões linguísticas, mas engloba a emergência e as condições dos enunciados. Como Foucault (2014, p. 8-9) aponta na Ordem do Discurso a produção discursiva “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Deste modo, considera-se a organização das notícias e comentários da Folha do Norte não são fortuitos, se desenvolvendo a partir de procedimentos de controle e delimitação internos e externos. Ou seja, respondendo processos como a rarefação dos que falam, investindo em uma série de rituais e circunstâncias que legitimam suas falas, além, da constante repetição de narrativas maiores extraídas de textos morais e filosóficos, como os textos religiosos e jurídicos, visto que os discurso se atravessam, sendo inclusive fonte de lutas (FOUCAULT, 2014).

Com tais característica os periódicos são capazes de ditar a ordem dia e os assuntos discutidos em rodas de conversas entre vizinhos. A apresentação deste contexto e destas estratégias indicadas por Foucault, para além de historicizar o jornal e seus mecanismos de

funcionamento, permitem inseri-lo em uma teia de vinculações e relações sociais e de poder que permeiam sua produção. Finalmente, há de se atentar especificamente aos temas apresentados pelas colunas problematizadas a seguir.

As colunas sociais e policiais e os jogos de gratificação e punição

Em uma breve apresentação das colunas sociais e policiais pode-se introduzir a primeira como uma constante que pouco varia ao longo dos anos, sendo localizada na quarta página do jornal, tendo como autor Frank Silva e veiculando breves notas e comentários sobre os eventos sociais como bailes, concursos de beleza, casamentos, etc. A segunda, marcada pela inconstância não possui um assinante e sua localização oscila entre as últimas páginas do jornal e, de forma geral, informa acerca das prisões e crimes cometidos na cidade.

Esses dois espaços da Folha do Norte, portanto, são aparentemente opostos não tendo nenhuma relação. Entretanto, deve-se considerar, como apontado anteriormente, que o conteúdo do jornal está organizado de forma coerente, selecionada e conectada de acordo com o projeto editorial dos redatores, dos administradores e mesmo dos anunciantes. Neste ínterim, os conteúdos apresentados por ambas as colunas possuem relações, ou seja, se por um lado a coluna social acompanha e elogia o modo de vida da alta sociedade, a coluna policial ao apresentar os sujeitos criminosos e infratores os pune, além de servir de advertência apontando para o perigo de certas condutas imorais. Essas colunas são, portanto, espaços simbólicos cuja vinculação permite aos sujeitos ascender ou descender socialmente.

Além disso, a questão da autoria deve ser considerada nestas colunas, uma vez que, na análise da imprensa se pondera acerca da responsabilidade e intenção do autor. Neste caso, a coluna policial ao não possuir um autor declarado o caráter de seu conteúdo é atribuído a equipe geral do jornal. A coluna social, em questão, ao ser assinada por Frank Silva, passa a ser sua a responsabilidade pelas informações e comentários divulgados neste espaço. Por conseguinte, este jornalista é investido pelo poder de fala, sendo de seu encargo o conteúdo das notas sociais e a formação de seus leitores, sendo assim, um participante ativo da constituição do ambiente social. Seus textos, portanto, possuem uma certa relevância social, respondendo a condições de produção, a um horizonte moral, não podendo ser partilhado de forma totalmente livre, e sendo apropriado de forma desigual pelos leitores.

Dessa forma, cabe mencionar e esclarecer alguns pontos sobre o papel do colunista social, um personagem cujos vínculos eram extremamente importantes, visto que, por meio destas conexões eram recebidos os convites para eventos, bem como eram vendidos os

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

anúncios vinculados na página social, através destas relações de parceria e amizade se construía as notas e comentários presentes na coluna. Inserido neste contexto, o jornalista ganha, cada vez mais, destaque no periódico, passando a ser reconhecido ao ponto de a coluna antes chamada Destaques, passar a ser identificada apenas como Frank Silva, escrito nas páginas do jornal com letras garrafais. Dessa maneira, seu nome e o conteúdo que produzia poderiam ser identificados sem necessidades de maiores explicações.

A relação entre o colunista e sociedade não era de forma alguma unilateral havia uma dependência mútua, pois se o primeiro dependia de conexões sociais para produzir conteúdo, o segundo compreendia a coluna social enquanto um espaço simbólico, no qual projetava uma imagem capaz de promover determinadas famílias e sujeitos, dar-lhes honra, inseri-los entre as altas rodas da sociedade. Como pode-se notar nas edições especiais da coluna social no ano do aniversário de 20 anos de Maringá quando o autor passa a divulgar listas dos 20 médicos, lojistas e empresários mais destacadas da sociedade, nestas eram veiculadas fotos e uma breve apresentação das atividades desenvolvidas por esses personagens, como forma de dar publicidade a figuras consideradas centrais para o desenvolvimento da cidade (FOLHA DO NORTE, 1967).

A veiculação de seus nomes, as descrições e elogios as atividades por eles desenvolvidas, se constituía em uma forma de tornar público seu sobrenome, sua família, sua empresa, fazendo uma propaganda ou promoção de si com vistas a aumentar seu capital e valor dentro da dinâmica social. Como argumenta, Joana Maria Pedro (1994) no livro *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*, no qual apresenta as representações das mulheres e suas atividades do início do século XX em Florianópolis, os processos de urbanização e organização da cidade, trazem consigo o aparecimento de novas classes sociais e novos sujeitos com o crescimento populacional, neste contexto as notas sociais contribuía para a inserção desses sujeitos nas altas camadas da sociedade local.

Do mesmo modo, a capa do jornal na edição do dia 4 de março de 1969, apresenta como foto central a imagem de alguns senhores e senhoras reunidos em uma festa, na qual a legenda aponta que “o colunista Frank Silva reuniu a nata da sociedade maringaense, no último sábado para ‘Noite dos Destacados’” (FOLHA DO NORTE, 1969, p. 1). Na foto pode-se notar a elegância de tal evento com a banda ao fundo, uma mesa com um grande arranjo de flores, todas as mulheres trajando belos vestidos, joias e penteados, os homens todos com trajes formais, ternos e gravatas. Todos esses pontos somados ao que sugere a legenda ao

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

dizer “nata da sociedade” podem ser identificados como marcadores da distinção social, como elementos capazes de dar coerência a determinados grupos sociais.

Imagem 1: Foto da capa do Jornal Folha do Norte do Paraná.



Como visualizado acima, no convívio social e eventos especiais, o corpo torna-se um meio no qual se materializa o sujeito, é um território de modificações e peça que apoia a construção das subjetividades. Nesse sentido, as formas de vestir, visualizadas na imagem acima, apontam para a modernização do gosto para o acompanhamento de tendências de moda e consumo, principalmente, entre as classes mais altas. Assim, algumas das notas sociais do jornal chegam a detalhar as roupas utilizadas nos eventos sociais, ilustrando e propagando as últimas novidades no ramo do vestiário, construindo uma associação entre determinadas maneiras de vestir e um estilo de vida.

A coluna social, além apresentar comentários sobre a vida e o cotidiano da elite local, apresenta os principais locais de sociabilidades desses personagens, sendo eles as lanchonetes e restaurantes, o cinema, o teatro e, principalmente, os clubes sociais. Este último espaço de socialização é central na dinâmica da alta sociedade, uma vez que, se configura em um ponto de encontro, articulação dos principais eventos e mesmo de organização de ações que visam a filantropia e desenvolvimento humano da cidade.

Nesta perspectiva, encontram-se notas como do dia 05 de dezembro de 1965, na qual informa-se sobre a realização de um bazar beneficente organizado por mulheres pertencentes

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

a um clube social (FOLHA DO NORTE, 1965, p. 4). Ou antes a nota do 11 de novembro de 1965, informando a respeito da realização do chá mensal do Clube da Amizade, espaço exclusivo para as mulheres da sociedade (FOLHA DO NORTE, 1965, p. 4). Ou as notas sobre realização de festas e eleição de diretores para o Clube dos Solteiros, espaço majoritariamente masculino.

Além desses clubes, na leitura do jornal foram identificados também os seguintes: Rotary Club, Maringá Clube, Clube Hípico, Olímpico, Aero Clube, Country Clube, Clube Teuto Brasileiro, Centro Português, Sociedade Médica de Maringá, Lions Clube; Vale Azul Iate Clube, Clube da Juventude, Clube Alemão, Clube dos Trinta, Clube Ucraino de Maringá, Sociedade Hípica de Maringá, Clube Médico de Maringá, Clube de Xadrez, Clube Filatélico de Maringá, Touring Club, SOCEMA e ACEMA. A partir da observação dos nomes das associações e das notas citadas até o momento, pode-se perceber como estes segmentam e organizam os grupos sociais de acordo com interesses e identidades comuns, por exemplo, os clubes baseados em diferenças de gênero, nacionalidades, em hobbies, em profissões, entre outros.

Por sua vez, a coluna policial da Folha do Norte pode não possuir a mesma constância que o colunismo social, no entanto, suas publicações se destacam, principalmente, no que se refere ao projeto de moralização da sociedade. Seu conteúdo consistia na apresentação de pequenas notas que informavam o horário, local, motivo e nomes dos envolvidos nas prisões e ocorrências policiais. E, assim como na coluna social localiza as sociabilidades das elites, esse espaço acaba por enquadrar os locais de violência e criminalidade. Os textos que expõem as prisões por roubos, embriaguez, desordem e brigas localizam como cenário comum os bares, a Vila Marumbi ou Zona do Meretrício, a Vila Operária, o Maringá Velho e a Estação Rodoviária da cidade.

Neste último ambiente a ação policial era tão corriqueira, chegando a se tornar alvo de zombaria pela própria imprensa, como demonstra o seguinte trecho publicado dia 14 de fevereiro, “também a cana foi feita na Estação Rodoviária. Aliás, lá é o lugar onde mais se prende. Os manjados, inclusive, já pensaram em colocar uma plaquinha por lá: aqui se vai em cana” (FOLHA DO NORTE, 1968, p. 10).

É válido mencionar que ambos os lugares identificados se caracterizam pela circulação das camadas pobres e trabalhadoras da população. Além disso, a situação da Estação Rodoviária é marcada pela questão da passagem ou tráfico de pessoas de diferentes destinos e origens, sendo a porta de entrada para os outros sujeitos que vem de fora dos limites da cidade

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

ou da sociedade local, elementos estranhos a dinâmica estabelecida, que serão ou não assimilados.

Ambas as colunas policiais e sociais ao localizarem os sujeitos em determinados pontos da cidade contribuem para o enquadrar a população, desfazendo as multidões confusas e perigosas. Assim, como no mecanismo do panóptico problematizado por Foucault (2004) em *Vigiar e Punir*, se destaca o jogo de visibilidade, em que se individualiza os sujeitos a fim exercer uma vigilância contínua. Essa estratégia do poder disciplinar, por sua vez, tem um duplo efeito política e economicamente, uma vez que se preocupa com as técnicas de tempo e espaço, localizando os sujeitos de forma funcional, seguindo uma ordem arquitetônica, controlando as atividades e decompondo o tempo em aspectos quantitativos e qualitativos. Neste exercício a população é observada, registrada, classificada e submetida ao treinamento, sendo sujeita a micro penalidades e gratificações em sanções normatizadas de forma individualizante.

Esses dispositivos do poder estão para além do Estado, envolvendo as instituições, os discursos, as estruturas arquitetônicas, as leis, as medidas administrativas, os enunciados científicos, as proposições morais e filosóficas e os modos de viver. Dessa forma, o exercício do poder em Michel Foucault, está propagado no tecido social se materializando em gestos e práticas, atuando em rede e interligando discursividades. Finalmente, a noção foucaultiana de poder não é apenas impeditivo ou negativo, mas também de caráter positivo e produtivo.

Neste ponto de vista, valoriza-se os deveres para o desenvolvimento da sociedade, os sujeitos possuem a missão de serem úteis, sendo uma das finalidades das disciplinas, da vigilância e das punições torná-los produtivos, a ociosidade neste contexto é condenada. Dessa maneira, a campanha pela moralização da cidade e o combate à prostituição encampado pela Folha do Norte, em especial, ao ato de esperar ou caminhar a procura de clientes nas ruas centrais, também chamado de Trottoir, bem como a prática de lenocínio são pontos centrais como demonstram algumas matérias do periódico. Como por exemplo, a matéria publicada no dia 01 de maio de 1965 acerca do fechamento de bares e locais de prostituição na Vila Operária, apresentando, ainda, que as denúncias foram apresentadas por famílias vizinhas reclamando da algazarra e inconveniência causada pela presença das “mulheres da vida” e seus fregueses.

Nessa mesma matéria destaca-se a fala do coronel da polícia, que inclusive dá nome ao artigo “Coronel Haroldo: ‘não tolerarei mas inferninhos’”. A voz do jornal também se faz presente para censurar tais estabelecimentos e defender a ação policial quando diz “Nós

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

damos apoio a toda iniciativa policial que se orienta no sentido de moralizar a cidade, apelamos aos responsáveis pela Justiça a fim de que colaborem para exterminar os antros de vagabundagem” (FOLHA DO NORTE, 1965, p. 2). No conteúdo desta matéria, como em outras notícias encontradas no jornal, nota-se como a prostituição é igualada a vadiagem, não sendo reconhecida como uma atividade econômica ou profissional.

Em outra notícia intitulada “Polícia: guerra ao ‘trottoir’” informa-se sobre a deportação de “doidivanas” para outros municípios, além disso, apresenta um local onde o exercício da prostituição parecer ser admissível a Zona do Meretrício ou Vila Marumbi, como pode-se observar na transcrição abaixo

A medida da Polícia tomará, segundo Sr. Haroldo Castro, para combater o ‘trottoir’ será a deportação das doidivanas detidas para outras cidades, onde existem zonas de meretrício. O fechamento da Vila Marumbi, na opinião do comandante da 13ª RPM, é inoportuno, já que o fechamento de zonas localizadas nas cidades adjacentes a Maringá provocaram a evacuação para o setor local, e conseqüentemente não há acomodações” (FOLHA DO NORTE, 1966, p. 2).

Ainda sobre o texto acima nota-se o trânsito destas mulheres, que pressionadas e deportadas pela polícia, vagam por diferentes cidades, tal deslocamento pode ser lido como uma forma de resistência e sobrevivência adotadas pelas “doidivanas”, como também indica Ivonete Pereira (2004) em estudo sobre a prostituição em Florianópolis entre os anos 1900 e 1940.

Para além da deportação, outras formas eram utilizadas para lidar com as prostitutas como é caso das prisões de “um dia”, nas quais elas eram recolhidas e levadas para a prisão, permanecendo ali por um dia, sendo fichadas e em seguida libertadas. Este mecanismo se apresenta como uma forma de controle dessas mulheres, com uma função didática e punitiva, visando enquadrá-las no exercício regulado da sexualidade. Isto porque como argumenta Joana Maria Pedro (1994), com a burocratização do estado com a República e o surgimento de novos cargos no governo e novas classes sociais, o papel da honra, principalmente, feminina ganha aspecto central no processo de mobilidade social, bem como de autodiferenciação, se tornando o pilar de políticas higienistas em relação a manutenção do projeto de família nuclear funcional.

O artigo “‘Arrastão’ de vadias”, publicado no dia 06 de janeiro de 1973, traz a informação acerca da prisão de uma série de mulheres por se prostituírem. Como pode-se

observar no trecho abaixo, a ação da polícia é considerada oportuna, já a presença das “mulheres da vida” é entendida como uma praga que está infestando a cidade.

Esta providencia policial é mais que oportuna, sobretudo por que a cidade volta a ficar infestada de mulheres da vida. A propósito, tem sido várias as vezes em que reclamações chegaram às redações de jornais denunciando que a Praça Napoleão Moreira da Silva, sobretudo entre 22:00 e 24:00 horas, foi transformada em verdadeiro mercado de mulheres da vida (FOLHA DO NORTE, 1973, p. 4).

Além do trabalho policial, o jornal também cumpre um papel no processo de repressão a prostituição ao denunciar o local e o horário em que podem ser avistadas as “mulheres da vida”. Assim como nas outras matérias expostas vê-se a colaboração entre poder público, jornal e população, na denúncia e prisão das prostitutas, cada qual a sua maneira vigia e enquadra estes sujeitos desviantes. Deste modo, a colaboração entre essas diferentes instâncias aponta para como o poder se exerce nas relações de força, sendo exercido em diferentes campos sem possuir um centro irradiador de poder. Seu exercício é, portanto, capilar, microfísico, fluído, envolvendo mudanças, ação e, por fim, desenvolvendo diferentes técnicas variáveis historicamente (FOUCAULT, 1995).

Neste mesmo sentido encontram-se as proposições de Sidney Chalhoub (2001) ao apresentar o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro no início do século XX, apresenta as mudanças demográficas e a construção do capitalismo no contexto brasileiro, expondo a constituição da visão positiva do trabalho, bem como as tentativas de disciplinarização da população. Dessa forma, o autor desnuda as formas de controle social por meio da ação dos agentes policiais e jurídicos esquadrinhando, conhecendo, dissecando, vigiando, impondo padrões aos diversos aspectos da vida dos trabalhadores, destacando, por outro lado, também a resistência, a não-conformidade e a luta. Nesse sentido, o controle social passa a cobrir diferentes aspecto do cotidiano como, por exemplo, os espaços de lazer popular, os botequins e as ruas alvos da repressão policial, que ao rotular certos indivíduos de “vadios” por não serem capazes de se adequar ao projeto de vida produzido para eles. Neste contexto, além da ação policial e judicial, as notas moralizantes que envolvem as notícias policiais também contribuem para estigmatização e vigilância.

Dessa forma, no contexto abordado aqui a prática da prostituição não é o único comportamento desviante, o alcoolismo também era alvo de repressão aparecendo, constantemente, em notas que relatavam a prisão de sujeitos alcoolizados. Entretanto,

diferente dos textos sobre a prostituição, que possuíam um caráter moralista, nos artigos sobre prisões de bêbados sobressai o tom de ironia e zombaria com o qual o problema é retrato.

No ano de 1969, por exemplo, o personagem Benedito Mariano é selecionado pelo jornal como principal alvo das zombarias, sendo diversas vezes mencionado nas colunas policiais. Como nesta nota do dia 18 de novembro intitulada “Eta Benedito”, em que o sujeito é preso por estar bêbado e causar desordem em uma churrascaria, o texto diz “Com o BENEDITO MARIANO na pinga não há quem possa. Não há de ver que ele “aprontou” novamente. [...] já está tão acostumando a ser preso que até nós estranhamos o dia em que seu famoso nome não acontece nesta coluna. E o motivo é sempre o mesmo: pinga” (FOLHA DO NORTE, 1969, p. 9). É possível atentar-se para como sua prisão é tratada de forma rotineira, sendo ele um personagem constante e famoso no espaço da coluna policial.

Em uma segunda nota publicada no dia 25 de novembro de 1969, mas uma vez sua persona se faz presente “Será o Benedito?”, este é o título do texto, que brinca com o ditado popular que se refere a situações indesejáveis. Ao ser preso novamente por embriaguez o jornal veicula o seguinte trecho “Ele é mesmo incorrigível. [...] E cada vez que o predem é em lugares diferentes. Desta vez estava lá no Edifício Genko ‘aprontando’ uma das suas. Não adianta, Benedito! Você nunca vai conseguir acabar com a pinga da cidade” (FOLHA DO NORTE, 1969, p. 9).

Por fim a publicação do dia 27 de novembro veicula que:

Mais uma vez o inveterado ‘bebum’ foi recolhido ao xadrez. BENEDITO MARIANO não se entende: não se sabe se ele gosta de ir preso ou gosta de beber. A verdade é que ele não sai da cana devido a cana. Pelo menos os nomes conjuminaram. Já fizeram até uma sugestão dar um prêmio ao BENEDITO quando ele completar mil prisões: como vítima claro (FOLHA DO NORTE, 1969, p. 9).

Nas linhas acima constata-se, como de costume nestas notas, a presença de anedotas e trocadilhos com finalidade de causar o riso, tornando o personagem Benedito em objeto de chacota, descredito. Além disso, nos exemplos aqui apontados seu nome vem escrito em letras maiúsculas, se destacando do restante do texto, dessa forma até o olhar mais distraído poderia ser guiado ou ter sua atenção capturada pela presença do famoso e inveterado, ou seja, aquele “bebum” que costumeiramente faz suas aparições na coluna policial.

O emprego da palavra “bebum” é outra característica comum dos textos que retratam prisões por embriaguez. Este termo, mais uma vez aliado ao humor e mesmo a outras denominações como “cidadão honorário da pinga” se configuram em mecanismo de

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

linguagem que colaboram na criação de uma imagem negativa e desacreditada do alcoólatra. Essas palavras repetidas diariamente no jornal tornam-se espadas prontas para ferir, punir e rebaixar socialmente os nomes a elas vinculados.

Tais características foram observadas por Vanderlei Machado (2007), que ao investigar os modelos de masculinidade hegemônica em Florianópolis, entre o século XIX e XX, adverte para o combate a embriaguez relacionada a degeneração física e moral do homem. Conclui, também que as prisões por embriaguez e desordem, bem como a divulgação dos nomes dos presos tinha o objetivo de punir, de desqualificar e isolar esses indivíduos da sociedade, dificultando sua ascensão social.

Entretanto, além de observar as relações de poder, a disciplinarização e higienização constitutivas da vida social no mundo urbano, as matérias e discussões teóricas apresentadas até aqui, permitem problematizar as formas como os sujeitos participam de sua construção, como indica Michel Foucault em suas últimas obras, cujo o interesse recaí sobre os modos de subjetivação, nos quais o sujeito se constitui “aceitando, recusando, incorporando, apropriando-se diferenciadamente das linguagens existentes num determinado momento histórico para construir suas identidades pessoais, sociais e sexuais” (RAGO, 1995, p. 11). Isto é, o discurso do jornal apresenta e impõem uma série de determinação, no entanto, a leitura e apropriação desse conteúdo pelos sujeitos se fazem de forma particular,

Apesar da Folha do Norte honrar certas posturas morais, que como apontado anteriormente valorizam, por meio de elogios, as representações dos homens e mulheres presentes nas colunas sociais. A constante denúncia de sujeitos desviantes como as prostitutas e os embriagados, que mesmo com a ação da polícia tornam a se fazerem presentes e circularem por diferentes espaços, muitas vezes, longe dos domínios a eles fixados, podem ser tomadas como forma de resistência as regulações do discurso. Assim, também, por mais coerentes que sejam as indicações, discursos e os mecanismos de poder presentes no periódico, estas ainda não superam a capacidade do sujeito de constituir-se de apropriar-se e fazer uso destas questões de acordo com sua conveniência.

Considerações finais

A partir do objetivo de desacelerar a leitura do jornal e analisar seus mecanismos e sua atuação no âmbito das regulações sociais foi possível levantar uma série de questões que em muito extrapolam o limite deste artigo. Como, por exemplo, o discurso cristalizado da imprensa em relação ao seu compromisso com os fatos, com a verdade desinteressada e

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

desconectada dos interesses e dos projetos editoriais que circulam e selecionam as capas, os editoriais, as fotos, os títulos e os conteúdos de suas edições diárias.

Neste sentido, pode-se aproximar do projeto e das vinculações da Folha do Norte do Paraná, como um estudo de caso. Foram mapeadas as relações do jornal com a Igreja Católica, seu combate ao comunismo, seu engajamento com o desenvolvimento e melhoria do espaço urbano, principalmente, em sua campanha pela moralização da cidade. Todas essas lutas marcadas por uma coerência interna na construção e organização dos textos e na presença dos autores. Dessa maneira, foi possível conhecer os mecanismos de coesão, gratificação, elogios e criação de capital social as elites das colunas sociais por um lado, e suas punições e zombarias nas colunas policiais em relação aos sujeitos que não se encaixam em um modelo de organização social e de gênero, que preza pelo controle, elegância, utilidade e docilidade dos corpos.

Os caminhos apontados seguidos neste texto indicam a articulação entre a imprensa e o poder público, ou seja, o discurso dos jornais colaborando para a formatação dos sujeitos e dos espaços urbano. Assim como advertem para o caráter mercadológico da imprensa, bem como sua influência na criação e legitimação de modos de vida. A partir de tais contribuições, podemos atentar para importância dos periódicos no cotidiano da população, principalmente, em um contexto histórico em que os meios de comunicação e informação eram limitados.

Finalmente, não se pode encerrar este texto sem se observar que neste jogo do poder a mídia é apenas uma das peças. Assim, o papel dos sujeitos também se destacada, por meio da sua apropriação dos discursos veiculados pela imprensa e pelas suas resistências, escolhas na constituição de suas subjetividades.

Referências

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional. II Congresso Brasileiro de História da Educação: história e memória da educação brasileira. **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana 1890-1915. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2 ed., São Paulo: Contexto, 2008, p. 113-153.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, 2002.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-229.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MACHADO, Vanderlei. **Entre Apolo e Dionísio**: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1994.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, n. 7, p. 67-82, 1995.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 147-160, 2003.

SILVA, Márcia Pereira; FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-11, 2010.

TOMAZ, Paulo César. A região norte do Paraná e a formação da cidade de Maringá. **Revista Semina**, v. 8, n. 2, p. 1-19, 2010.

"INFELIZ SUICIDA": CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE UMA "SCENA DE SANGUE", RIO DE JANEIRO, 1902

Isadora Luiza Francisca Alves Flores¹

Introdução

Empreendendo os passos iniciais em direção da análise da cobertura vinculada pelo diário Correio da Manhã do suicídio de Izabel Angelica Brum, o presente trabalho é dividido em duas seções. Em um primeiro momento objetivamos empreender algumas considerações a respeito do contexto do impresso no início do século XX, seu impacto e alcance, tomando como ponto de partida o romance "Recordações do escrivão Isaías Caminha" de Lima Barreto. Em seguida, objetivamos tecer algumas inferências visando à percepção de alguns dos artifícios narrativos pelos quais os *fait divers* operaram de forma a entreter, mas também plasmar representações, dialogando assim com toda uma conjunta histórica/social.

As narrativas de transgressão do início do século XX

o novo boletim foi pregado. A rua encheu-se ainda mais. Havia gente de toda a sorte: velhos, moços, burgueses, operários, senhoras – gente de todas as idades e condições. Os que ficavam mais distante, no passeio fronteiro, para ver melhor, punham-se nos bicos dos pés, cheios de ansiedade. Quando subi a escada, voltei-me um instante e vi aquela centena de pessoas, com as pálpebras arregaladas, o pescoço erguido, esforçando-se por ler (BARRETO, 1995, p. 84).

O excerto acima, retirado da obra "Recordações do Escrivão Isaías Caminha", romance de Lima Barreto reconhecido pela sua referência autobiográfica, serve-nos de ponta pé para uma reflexão a respeito do impacto das "scenas de sangue" publicadas pelos jornais cariocas do período no conturbado cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, então capital de um recente regime republicano. Os pescoços virados, os olhos arregalados, a ansiedade descrita nos corpos de curiosos de "toda sorte" que se punham nas pontas dos pés tentando se interar de detalhes de uma escandalosa notícia (BARRETO, 1995) servira, nesse sentido, de primeiro indício e como tal, fator instigador, para que tomássemos a incidência de algumas reportagens vinculadas nos jornais impressos no início do século XX sob outra perspectiva, não mais

¹ Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, Unila, isadora94flores@gmail.com

circunscrevendo à leitura enquanto meio de acesso uno aos discursos de veículos impressos e nem mesmo tomando-a enquanto como um hábito obrigatoriamente restrito às classes altas.

Assim sendo, objetivamos por meio da análise de um dos mais consagrados jornais do período, o *Correio da manhã*, a percepção da intencionalidade e também dos artifícios narrativos utilizados pelos jornalistas da época, visando à mobilização emocional dos seus leitores. Assumimos deste modo, a instrumentalização de uma linguagem menos rebuscada e de característica melodramática, enquanto indicador da ambição dos jornalistas do periódico em atingir, em mobilizar, um público cada vez mais amplo em um período em que a lógica de mercado mudava e a produção impressa ocorria em escalas cada vez maiores.

De encontro a tal abordagem, a observação de Marco Morel (2008) a respeito dos pontos de venda e circulação da imprensa nas cidades brasileiras ainda no Início do século XIX nos auxiliou a encarar a inserção da produção impressa na vida de cariocas de “todas as sortes” de forma ainda mais ampla, não limitada necessariamente ao seu acesso ou habilidade de decifrar as edições físicas de impressos. Segundo o autor, a inserção de tipografias e livrarias em locais privilegiadas da malha urbana implicou em “impressos, leituras coletivas e cartazes e papéis circulando de maneira intensa pelas ruas, incorporam-se ao cotidiano da população” (MOREL, 2008, p. 38) tal como o boletim que os jornalistas do fictício *O Globo*² de Barreto penduraram causando a aglomeração de pessoas.

Episódio da vida de Isaías Caminha que alude ao fascínio exercido no público pelas notícias, em especial aquelas referentes a crimes, tendo em vista que a “gente” de “todas as idades” e “condições” se amontoava tentando acessar, justamente, detalhes descritos no anúncio de uma notícia sangrenta. Como caracteriza Barreto:

A curiosidade era geral; o crime impressionara a população. Por essa estranha e misteriosa faculdade das multidões, aquele caso, vulgar um mês antes ou depois, naquele dia tomou a proporção de um acontecimento, de um fato pouco comum. Para atender à impaciência da massa, constantemente se telefonava para a polícia. A resposta era a mesma; não havia notícias. O diretor, por detrás da veneziana semicerrada, espreitava o poviléu embaixo. Os repórteres chegaram trazendo para a redação a ansiedade das ruas, a emoção dos cafés — toda a imprevista vibração da cidade em face daquele fato de polícia quase banal (BARRETO, 1995, p. 82).

Não obstante, Marília Rodrigues Oliveira, em sua tese de mestrado “A Tragédia da Rua Januzzi: narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira

² Segundo Luciana Hidalgo em “Literatura da urgência: Lima Barreto no domínio da loucura” o fictício “O Globo” na qual o protagonista Isaías iniciou sua carreira, satirizava a redação do *Correio da Manhã*, periódico no qual o próprio qual Lima Barreto trabalhara (HIDALGO, 2008, p. 97).

República” postula que a perspectiva de Barreto a respeito da produção desse tipo de reportagem condiciona as mesmas enquanto frutos “da simples manipulação da notícia pela imprensa, que desenvolveria uma escrita apelativa para chamar a atenção da opinião pública” (OLIVEIRA, 2014, p. 19). Entretanto, e sem negar o caráter de entretenimento ou mesmo o caráter apelativo das notícias dessa natureza, para a autora, a “manipulação” da notícia não explicaria em totalidade o que levaria um público amplo a se interessar por essas reportagens.

Ao se questionar sobre que bases e lógicas se desenvolviam a inventividade dos jornalistas que produziam tais notícias sensacionais visando o aumento das vendas, a Oliveira (2014) se depara com um importante questionamento: “Afinal, por que determinadas mortes e sofrimentos mereciam ser extensamente pranteadas em detrimento de outras, que permaneciam silenciadas?” (OLIVEIRA, 2014, p. 19). Na perspectiva da pesquisadora:

Para responder a tais questões, não basta atentar para a lógica da própria imprensa. Como veículos de comunicação entre setores sociais diversos que eram, essas folhas respondiam a demandas sociais mais amplas, desenvolvendo abordagens e temas de notícias que gerassem o interesse num maior número de potenciais leitores. Se o desenvolvimento de tecnologias vividas no início do século XX permitiu que os jornais tivessem instrumentos para construção de reportagens capazes de vender um número maior de jornais e gerar lucros às empresas comerciais, estes periódicos traziam dilemas e debates de interesse de membros de diferentes camadas sociais. Logo, nos cabe analisar como, ao mobilizar uma gramática emocional para construir determinados crimes enquanto sensacionais, a imprensa lidava com densas questões sociais que se encontravam a elas atreladas (OLIVEIRA, 2014, p. 19).

Dessa forma, Oliveira (2014), ao propor a análise do processo de construção da cobertura da “*Tragédia da rua Januzzi*”, postulando-a enquanto um “crime sensacional”, cuja discussão pública foi capaz de mobilizar falas, experiências e projetos de diferentes atores sociais (OLIVEIRA, 2014, p. 7), teve grande influência para o desenvolvimento do presente trabalho. Influência que se deve também a forma pela qual sua tese evidenciou aproximações entre as narrativas literárias difundidas no período, práticas de leitura e a construção da escrita jornalística criminal da Primeira República. A fim de compreender algumas dessas aproximações voltamo-nos para uma de suas referências, o livro “*Páginas de Sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*” de Alessandra El Far. Obra que apresenta uma pertinente análise dos hábitos de leitura dos cariocas no contexto de um Rio de Janeiro do final do Império e do início da República. Conjuntura na qual, segundo El Far (2004) se verificava uma situação de alfabetização muito diferente do restante do

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

território nacional³ e mediante a qual crescia uma produção editorial diversificada e significativa.

A proliferação constatada por El Far (2004) de romances acessíveis, que à moda francesa, se propunham a despertar emoções e sensações pouco experimentadas na rotina cotidiana dos seus leitores através do emprego de narrativas melodramáticas (EL FAR, 2004, p. 113), nos auxilia a inferir a respeito das estreitas relações entre a construção das narrativas literárias e das jornalísticas no período. Fenômeno esse, evidenciado no já citado romance de Barreto, em uma passagem na qual os jornalistas tentam decidir o título de uma reportagem criminal e propõem o uso do nome de um “romance popular”, sugerindo que isso poderia atrair ainda mais o interesse do público (BARRETO, p. 82).

No terceiro capítulo do seu livro, El Far cita ainda uma crônica publicada por Orestes Barbosa na *Gazeta da Tarde*, na qual o jornalista conta a história de uma prostituta que teria aprendido a ler para “saborear” as narrativas do “*Crime de Rocca e Carletto*”. Episódio criminoso que, para El Far teria abalado a cidade, inspirando as penas dos “escritores empenhados em fazer sucesso às custas das descrições minuciosas sobre os horrores daquela tragédia” (EL FAR, 2004, p.70). Conforme nos subsidia a pesquisadora:

No Rio de Janeiro de finais do século XIX, os “casos do dia” não só rechearam as páginas dos principais periódicos da cidade como também serviram de inspirações para os escritores que construíram suas histórias intercalando o drama vivido pela personagem central com inúmeras outras cenas de caráter inusitado. Questões relevantes na sociedade brasileira daquele tempo, [...] apareciam em meio a enredos atraentes e cativantes. Ao introduzir no caminho dos jovens uma série de provas que procuravam testar suas convicções morais, os autores discutiam no campo da ficção os temas em permanente tensão na época (EL FAR, 2004, p. 180).

Assim sendo, a relação de proximidade, e em muitos casos de correlação estabelecida entre os citados “casos do dia”, os *fait divers*, e toda uma gama da literatura popular, os chamados *romances de sensação*, permite-nos a visualização de um contexto no qual, narrativas de transgressão, sejam elas literárias ou jornalísticas, faziam uso de artifícios narrativos muitas vezes similares para mobilizar o público, recorrendo ao tensionamento de preceitos morais de forma a entreter. Cabe destacar nesse sentido, que tal como os *romances de sensação* nos permitem acessar discursos a respeito do inusitado e, portanto das normas e do cotidiano se utilizando de uma estética melodramática, os *fait divers* também atuam de

³ Segundo El Far (2004) em um contexto no qual o restante do país (que tinha cerca de 80% de analfabetos): O percentual de pessoas alfabetizadas na capital federal subiu de 35,2%, em 1872, para 50,8%, em 1890, e 61,1% em 1920 (EL FAR, 2004).

forma a conformarem discursos melodramáticos a respeito anomalia que, enquanto uma categoria construída socialmente, esta intrinsecamente relacionada às normas que regem o seu contexto histórico.

Façamos deste modo algumas considerações a respeito dos “casos do dia”, os *fait divers*, categoria pelo qual localizaremos a notícia de suicídio analisada posteriormente. Termo francês introduzido pelo pesquisador Roland Barthes no livro *Essais Critiques (1964)*, o *fait divers* configura-se enquanto um gênero narrativo jornalístico centrado no pitoresco, em dramas passionais, crimes chocantes, fatos curiosos, etc. Os *fait divers*, diferenciam-se estruturalmente de outros tipos de narrativas do mundo impresso. Segundo Ana Alencar (2005), essas breves narrativas de transgressão teriam qualidades semelhantes às “formas breves da literatura: fragmentação, rapidez, intensidade e concisão” (ALENCAR, 2005, p. 117). Ainda no que diz respeito às temáticas exploradas por essas narrativas, Sylvie Dion (2007) postula que:

Os temas explorados pela crônica dos *fait divers* são certamente restritos, mas não se limitam à morte. A crônica dos *fait divers* se interessa igualmente pelos suicídios, por certos tipos de acidentes, catástrofes naturais, monstros e personagens anormais; por diversas curiosidades da natureza, tais como os eclipses, os cometas, as manifestações do além, os atos heróicos, os erros judiciários e, enfim, por anedotas e confusões. Como podemos constatar com a leitura destes temas, o *fait divers* é sempre a narração de uma transgressão qualquer, de um afastamento em relação a uma norma (social, moral, religiosa, natural) (DION, 2007, p. 123).

Os *fait divers* fazem, portanto, parte do universo da informação, e como tal, do universo dos discursos (DION, 2007). Nesse sentido, elencam e vinculam *representações*. E uma vez que, segundo Chartier (1989) toda representação é determinada pelos seus autores e como tal, o contexto na qual é construída, sua análise explicita dinâmicas, mecanismos e disputas pelos quais grupos conformam e reproduzem concepções a respeito do mundo social a seu redor. E é buscando acessar algumas das interpretações, em especial no que tange a figura da mulher na virada para o século XX, que nos voltamos à cobertura vinculada pelo Correio da Manhã da tragédia de Isabel Angelica Brum, mulher casada, mãe de dois filhos, que se suicidou com uma faca de cozinha.

O suicídio de Isabel Angelica Brum: revisitando o “pequeno chalet da rua Viera”

“Um pequeno chalet, edificado no centro de terreno na rua Viera, na estação de dr. Froutin, foi o teatro da scena que vamos narrar” (CORREIO DA MANHÃ, Edição 224, 24

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

de janeiro de 1902, p. 2) é com essa sentença que fora iniciada uma narrativa vertiginosa pela qual o jornal *Correio da Manhã* noticiou a morte de Izabel Angelica Brum, sob o título garrafal de “Suicídio”. No local, descrito pela folha enquanto dividido em dois aposentos, uma cozinha e uma sala que sendo “modestamente mobilhada” servia de dormitório geral para toda a família: “o Sr. Fortunato Manoel Menezes, casado com d. Izabel Angelica Brum e tendo dois filhos menores, Luiza de 11 anos, e Elpidio de 18 anos de idade” (CORREIO DA MANHÃ, Edição 224, 24 de janeiro de 1902, p. 2).

De acordo com narrativa proposta na reportagem entre o casal “há 15 anos reinava a boa harmonia; mas, ultimamente algo concorreu para que esta fosse desertando, tendo desfecho na scena de hontem” (CORREIO DA MANHÃ, Edição 224, 24 de janeiro de 1902, p. 2). A vida do casal é, portanto em um primeiro momento descrita sob uma perspectiva positiva. Estabelece-se assim, um cenário de felicidade prévio ao infortúnio ao qual a folha atribuiria o fim da harmonia e, conseqüentemente, a causa do suicídio: o dia no qual “apareceu naquela casa um amigo de Fortunato, o qual conseguiu captar a sympathia de Izabel” (CORREIO DA MANHÃ, Edição 224, 24 de janeiro de 1902, p. 2). A narrativa construída evoca, nesse sentido, à noção de “fatalidade”. Noção segundo El Far, tão cara a produção literária de época (EL FAR, 2004, p. 147) e cuja fórmula de forma geral estabelecia a macula do caráter de suas protagonistas, anteriormente virtuosas, enquanto fator que impossibilitaria que alcançassem um futuro próspero e feliz.

Cabe destacar que o suicídio se fez presente em produções culturais (literárias, teatrais) do período⁴, configurando-se em muitos casos enquanto um artifício narrativo para causar a mobilização de sentimentos, a comoção, mas atuando também para demarcação da impossibilidade ou impropriedade de personagens femininas em atingirem ou manterem aquele que era lido enquanto o único espaço de realização da mulher: o casamento. Dessa maneira, a oposição entre uma suposta vida de harmonia com os eventos trágicos que se sucederiam uma vez que Izabel se aproximasse do amigo do marido, não apenas denota a apropriação do estilo narrativo melodramático por instituir, e exacerbar a antítese entre a virtude, a harmonia *versus* a tragédia e o sofrimento, mas por situar a noção da ruptura desse cenário partindo da construção narrativa da corrupção moral de Izabel.

⁴ Esse artifício fora utilizado especialmente entre autores do período canônico do Romantismo (José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo), mas também se fez presente após a temporalidade convencionalizada enquanto marco de predominância da escola literária, especialmente entre os já citados *romances de sensações*.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Peter Brooks (1995), em sua obra “The melodramatic imagination. Balzac, Henry James, and the mode of excess” infere que modo melodramático de concepção e representação pode ser entendido de forma bastante ambiciosa enquanto um processo de acessar os dramas fundamentais da vida moral, achando formas de expressá-los através do exagero (BROOKS, 1995). Não por coincidência, a inevitabilidade da tragédia de Izabel fora, narrativamente, anunciada e atrelada a uma suposta fraqueza moral da personagem, responsabilizada pelo adultério e como tal pela decadência de uma vida onde antes reinava a harmonia, tendo em vista como Izabel “deixava-se levar pelas seduções do miserável, até que Fortunado, sendo sabedor, repreendeu sua esposa e, ao mesmo tempo, cortou as relações com seu falso amigo proibindo-o de penetrar em sua residência” (CORREIO DA MANHÃ, Edição 224, 24 de janeiro de 1902, p. 2).

Diante da resolução do marido e o afastamento de seu amante, segundo o jornal Izabel teria passado a demonstrar tristeza “deixando mesmo transparecer as suas sinistras intenções, por ter já há dias tentado contra sua existência, o que não foi levado a efeito” (CORREIO DA MANHÃ, Edição 224, 24 de janeiro de 1902, p. 2). São encadeados os primeiros elementos de uma teleologia que justificaria a catarse da transgressora de Izabel, e que culminaria na reconstrução dramática de tragédia já anunciada pelo título da reportagem:

Hontem, à hora do costume, recolheu o casal, mas Izabel, tendo premeditado o seu plano levou para a sala uma faca de cosinha.

Passou-se o tempo, até que no relógio soaram três da madrugada.

Izabel levantou-se, e pegando da faca, com toda a calma, deu um profundo golpe no pescoço, o que affectou a carótida, e cahiu entre a parte e uma commoda, sendo ahi encontrada morta.

Uma hora depois, Fortunato despertou e dispunha-se a sahir para o seu trabalho, desperando-se-lhe então horrível quadro – sua esposa banhada em sangue, morta!

Fortunato, louco ante aquela scena, gritou por socorro, acorrendo ao local vários visitantes, que já nada puderam fazer.

Os filhos da suicida despertando começam também a gritar, atirando-se Luiza, como uma louca, sobre o cadáver da querida mãe.

Uma das visinhas aconselhou então a Fortunato que fosse comunicar o occorrido a polícia, o que ele fez, indo notificar do facto o Inspector Nolasco (CORREIO DA MANHÃ, Edição 224, 24 jan. 1902, p. 2).

O modo vertiginoso e minucioso com que a cena do suicídio, e da descoberta do corpo pela família é descrito, nos oferece elementos para compreender aquilo que a pesquisadora Marinalva Barbosa (2010) denomina *fluxo sensacional*. Característico das reportagens policiais das primeiras décadas do século XX, tal fluxo interpelaria o público leitor através de construções narrativas que mesclariam o ficcional com a suposição de um real presumido

(BARBOSA, 2010, p. 55), configuração polissêmica bastante característica das reportagens criminais do período.

Cabe destacar que o contexto início do século XX marca uma transição da prática jornalística no país, na qual teriam sido conformadas as bases para a construção do ideal de objetividade no jornalismo, fundamentos que seriam aprofundados com as reformas por que passariam os jornais cinquenta anos mais tarde (BARBOSA, 2010, p. 40). Ainda segundo Barbosa (2010) o mito da objetividade deve ser “percebido na longa duração, como um simbolismo construído pelas próprias empresas jornalísticas e pelos jornalistas para assim cunhar uma distinção, no sentido que confere a esta palavra Bourdieu (1989), ou um lugar autorizado de fala” (BARBOSA, 2010, p. 40).

Assim, na produção de narrativas de crimes, a presença de elementos ficcionais/fantásticos implicava também no uso de artifícios que apelassem ao real como forma de conformar um lugar autorizado de fala. Afinal, tais narrativas pertenciam ao mundo do jornalismo e como tal, tudo aquilo de ficcional e imemorial, carecia ser ancorado por elementos que aportassem uma pretensa realidade objetiva (BARBOSA, 2010, p. 54).

Voltemo-nos, portanto, novamente a reportagem analisada de forma a buscar perceber alguns dos artifícios instrumentalizados de forma tanto a chocar como conferir “distinção” aos *fait divers*. O suicídio de Izabel, que segundo a reportagem não foi testemunhado por ninguém, uma vez que a família toda dormia, foi reconstituído enquanto uma ação realizada depois que no “relógio soaram três horas da madrugada”, sendo supostamente perpetuada pela dona de casa com “toda calma” (CORREIO DA MANHÃ, Edição 224, 24 de janeiro de 1902, p. 2). Inferências que denotam a inventividade do repórter que cobriu o ocorrido e que, diante da tragédia concreta, a localização de um corpo de uma suposta suicida, buscou preencher as lacunas do ocorrido, optando por fazê-lo também com elementos que atribuíram a sua narrativa mais dramaticidade.

A imagem de uma mãe infligindo em si mesma um corte na carótida diante dos filhos adormecidos, uma vez que todos dividiam um mesmo cômodo para dormir, é por si só uma cena chocante. Característica tal, exponencialmente ampliada com a descrição da suposta calma com a qual Izabel teria se ferido fatalmente. Contudo para equilibrar a presença de elementos fictícios e de forma a legitimar sua narrativa e carregá-la de veracidade, e como tal, certo nível de objetividade e distinção, o autor se utiliza de elementos que evocam a ciência criminalista, que então dava os primeiros passos no país.

Logo após a descrição dramática dos filhos encontrando o cadáver da mãe, o jornal narra a chegada da autoridade policial no local do ocorrido, passando então a descrever alguns dos sinais encontrados na cena. Desde a posição do corpo no chão “tendo a mão direita semi-fechada e a esquerda sobre o coração”, às feições de Izabel, “de cor parda, bastante sympathica, e trajava na ocasião saia e paletot brancos, com flores roxas, achando-se os cabellos soltos e descalça”, descrevendo também as marcas na cômoda, “o signal de uma mão ensanguentada, fazendo presumir ter Isabel nella se apoiado, antes de cahir” e no assoalho “diversas pegadas, ainda frescas, sendo reconhecidas como de Izabel”. Por fim, a reportagem ainda que o corpo de Izabel “foi enviado ao Necrotério onde deu entrada ás 3 horas da tarde” detalhando que o corpo foi então “collocado na 1 mesa á direita” local onde seria realizado “o necessário exame” (CORREIO DA MANHÃ, Edição 224, 24 de janeiro de 1902, p. 2).

A presença de tais elementos na narrativa, conferindo as suas análises relevância para a reconstituição do ocorrido, permite-nos postular uma aproximação dessa narrativa não somente com os recursos utilizados por toda uma gama de histórias de crimes centradas na resolução de casos sensacionais, mas também das novas abordagens científicas pelos quais crimes e criminosos passaram a ser compreendidos a partir do final do século XIX, e que influenciaram as produções culturais centradas em crimes. Segundo aponta-nos Ana Gomes Porto, nas décadas finais do XIX:

Multiplicaram-se as descobertas ao redor dos criminosos e da detecção dos crimes. Entre eles estavam os trabalhos de Bertillon que criou, por volta de 1880, a antropometria judiciária e de Galton sobre as impressões digitais. Tais métodos se adaptaram perfeitamente à individualização dos criminosos e foram úteis para identificar cada criminoso, criando um histórico de reincidentes através das fichas sinaléticas. Delineava-se, portanto, todo um sistema baseado na ciência e no seu caráter de neutralidade para que crimes e criminosos pudessem ser identificados (PORTO, Ana, 2011, p. 193).

Ainda segundo a autora, o desenvolvimento dessas teorias teria tido desdobramentos importantes no Brasil, verificando-se a incidência no país de paradigmas baseados na cientificidade para compreender a criminalidade na transição do século XIX para o XX (PORTO, 2011). Oliveira (2014) também verifica a influência dessas teorias na formação do corpo policial brasileiro da primeira década do século XX “cuja biblioteca contava com exemplares de Loccard, Bertillon e A. Reiss, precursores da chamada polícia científica” (OLIVEIRA, 2014, p. 38). Contudo, no que diz respeito à influência dessas teorias em narrativas jornalísticas, Oliveira ressalva que:

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

a chegada destes conhecimentos às narrativas dos “crimes de sensação” obedeciam a uma lógica distinta. Análises de manchas de sangue e experiências com incrustação de balas perdiam detalhes das discussões teóricas presentes nos debates especializados para ganharem ares sensacionais nas folhas jornalísticas (OLIVEIRA, 2014, p. 38-39).

Segundo essa perspectiva, a presença desses elementos não implica em uma pura transposição, mas uma apropriação de termos de forma que estes ocupassem papéis definidos dentro das narrativas sensacionais (OLIVEIRA, 2014). No contexto específico da reportagem, publicada no primeiro quinquênio do século, podemos inferir ainda a respeito da ambição do repórter em permitir ao leitor o acesso a uma espécie de visualização da disposição da cena da tragédia, tendo em vista como nesse período, em especial no periódico *Correio da Manhã*, era incomum o uso de imagens em espaços outros daqueles destinados aos anúncios publicitários. Não obstante, observa-se que ainda que haja uma ambição pela construção de uma visualização, tal construção atende a uma lógica narrativa que privilegia aspectos específicos ao construir o cenário do “theatro” onde se desdobrara o ocorrido. São privilegiadas descrições dos objetos que trariam indícios que evocariam ao ocorrido, permitindo que o repórter tecesse teorias a seu respeito. Destaca-se nessa lógica narrativa, a descrição da arma do crime: “vimol-a na delegacia, é bastante ordinária, de cabo preto, tendo a lamina cheia de dentes, nada cortando, o que denuncia o extraordinário esforço para com Ella conseguir a vítima o sinistro intento” (CORREIO DA MANHÃ, Edição 224, 24 de janeiro de 1902, p. 2).

No excerto, ao dar ênfase às características físicas da faca, o repórter opta por adicionar uma nova dimensão sensacional ao ocorrido. A partir da análise da arma do crime, infere-se a respeito do esforço “extraordinário” supostamente desprendido para Isabel em ordem de cumprir seu “sinistro intento”. Comentário que evidencia a instrumentalização das análises dos objetos da cena do crime de forma a operar uma ampliação do caráter sensacional da narrativa.

Na segunda reportagem publicada na edição de número 225, em 25 de janeiro de 1902, e que deu continuidade a cobertura do caso, outros elementos são adicionados ao esforço pela reconstituição do crime. Utilizando-se dos depoimentos dados por vizinhos e os filhos da vítima o repórter revisita a sua narrativa da “fraqueza moral” da vítima. E ao fazê-lo evidencia outras das tensões que marcavam as representações das feminilidades transgressoras no período.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A minuciosa notícia ontem por nós publicada, temos a acrescentar o seguinte: Fortunato Menezes de Cardoso Brum, marido de Isabel Angelica Brum, a infeliz suicida, esteve incommunicavel até ontem, à noite quando foi solto. O delegado da 1 suburbana interrogou os filhos de Isabel, que declararam ser-lhes dispensado bom tratamento de seu pae.

Foram também interrogados os vizinhos: Maria da Conceição Machado, Luiz Ribeiro de Lima, negociante e Francisco Gurgel do Amaral, guarda da Intendência Municipal.

Todos declaravam que Isabel dava-se às vezes ao vicio da embriaguez, assim como Fortunado, e que Isabel algumas vezes tinha symptomas de alienação mental, manifestando a idéia de matar-se.

Por vezes Isabel pedira à Maria para que esta fizesse uma vestido preto, pois queria emprender uma viagem.

Isabel freqüentava assiduamente sessões espíritas

(CORREIO DA MANHÃ, Edição 225, 25 de janeiro de 1902, p. 2).

A operação pela qual o excerto acima expande os antecedentes do crime nos permite conjecturar sobre uma repercussão considerável da primeira matéria, tendo em vista como eram poucas as reportagens dessa natureza cuja cobertura fosse ampliada para outros números. Não somente, a segunda reportagem corrobora também, e de forma ainda mais proeminente do que a primeira, a disposição dos *fait divers* em operarem de forma a instigar a percepção do leitor de comportamentos inadequados.

Segundo Porto (2011), os *fait divers* ao trazerem para o centro da discussão a diferença conferiam aos transgressores e criminosos o lugar central em suas narrativas como exemplos fora da normalidade, ou seja, desviantes em relação ao padrão desejável, instigando assim, o leitor a perceber formas de vida consideradas impróprias (PORTO, 2011, p. 197). No que diz respeito ao “padrão desejável” vigente no período, destaca-se que este fora disputado em um contexto no qual o processo da consolidação da classe médica e de saberes higienistas, apoiado por discursos sanitaristas embasou a concepção de todo um conjunto de instituições, prescrições e normas que tinham como objetivo ordenar a urbe, a vida, os corpos e costumes de seus habitantes (PAIXÃO, 2009; ZAFERINO, 2007).

Nesse contexto, as representações do feminino oriundas de setores da classe média e branca tomaram como referencial a imagem da mulher-mãe, que deveria ter qualidades morais altruísticas que seriam passadas para seus filhos. Conforme nos subsidia Margareth Rago:

Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social,

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho (RAGO, 1987, p. 62).

Desta forma, a "nova mulher" submetida à tutela médica, além de constituir num agente familiar da higiene social, deveria tornar-se o baluarte da moral da sociedade (MATOS, 1996, p. 128). Qualquer transgressão a esse ideal passou a ser patologizada, compreendida enquanto doença que deveria ser corrigida e sanada: loucura, histeria, alienação. Não coincidentemente, à narrativa de "fraqueza moral" plasmada na primeira reportagem, são adicionadas informações que evocam a alienação mental, reforçando uma perspectiva patológica do suicídio de Izabel Brum. Os supostos episódios de embriaguez do casal citados pela reportagem vem de encontro com essa perspectiva. Tendo em vista como, embora imagens negativas a respeito do consumo do álcool tenham acompanhado o processo de colonização⁵, observa-se, nesse contexto histórico, um deslocamento de sentidos, no qual a repressão ao consumo do álcool assumiu contornos científicos, patológicos, assumindo também novas implicações legais.

Para Myrián Sepúlveda dos Santos (2004) com a República, mendigos, bêbados e vadios descritos pela lei eram tidos como aqueles indivíduos que escolhiam a miséria e vício, uma afronta à moral e aos bons costumes e para quais se fazia necessário o encarceramento e a correção (SANTOS, 2004). Nesse sentido, diante dos esforços pela instituição de uma nova ética de trabalho⁶, a suposta opção do "alcoolismo" entre as classes populares, especialmente entre negros e mestiços, passou a ser considerado um estigma da degeneração. Sergio Trad (2009), ao se referir ao consumo de substâncias na República Velha enfatiza a participação da medicina na construção do problema das drogas foi decisiva, seja do ponto de vista jurídico, seja influenciando no debate público, ainda que não o fosse de maneira unânime. Especificamente, a respeito do consumo álcool Trad salienta que:

O álcool que chamava a atenção da classe médica desde o Império (GONDRA, 2004), preocupava os setores sanitários pelos inúmeros internamentos de alcóolicos

⁵ Segundo aponta Rebeca Earle (2008) algumas crônicas europeias do período colonial associaram o uso exagerado do álcool, especialmente às populações indígenas. Na perspectiva desses colonizadores, a inferioridade das populações nativas e de suas organizações sociais acarretaria no consumo exacerbado de álcool, o que, por sua vez, refletiria o próprio domínio exercido por Satanás no continente antes da chegada dos espanhóis, cuja condição cristã e civilizada torná-los-ia, segundo tais cronistas, menos propensos ao vício. Ver EARLE, R. "Algunos Pensamientos Sobre "El Indio Borracho" en el Imaginario Criollo". In: Revista de Estudios Sociales, Bogotá, n. 29, 2008. p. 18-27.

⁶ Sobre os esforços oficiais pela instituição de uma nova valorização do trabalho ver: CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

nos manicômios (ADIALA, 2006). Médicos, como Nina Rogrigues, vinculavam os efeitos negativos produzidos pelas bebidas à população mestiça e aos vadios (FIORE, 2-003), enquanto outros pesquisadores chegaram a afirmar que a toxicomania era uma das causas da loucura e do aumento da criminalidade entre os brasileiros (TRAD, 2009, p. 102).

E embora Fortunato também tenha se dado a episódios de embriaguez, a segunda reportagem continua, majoritariamente enfatizando a construção da “fraqueza moral” de Izabel. Já nos primeiros parágrafos em contraposição aos episódios de embriaguez de Fortunato há a declaração dos filhos para os quais, segundo a reportagem, o homem dispensava bom tratamento. Já no que toca a Izabel mantêm-se a vinculação da sua imagem a fatores que corroboram a representação de sua alienação mental, indireta ou diretamente.

Além do uso expresso do termo “alienação mental” ao se referir as vezes que Izabel teria expressado a vontade de tirar a própria vida, o jornalista enfatiza também a assiduidade com a qual Izabel supostamente freqüentava sessões espíritas. Além de evocar ao sobrenatural, artifício celebre para mobilizar a atenção do leitor, a informação a respeito das sessões espíritas chama-nos a atenção nessa reconstituição levando em consideração também o estigma que então envolvia religiões “espíritas”, associando-as alienação. Em seu trabalho “O olhar dos psiquiatras brasileiros sobre os fenômenos de transe e possessão” Angélica A. Silva De Almeida, Ana Maria Oda e Paulo Dalgalarondo, postulam que ao longo das primeiras décadas do século XX, em especial na comunidade psiquiátrica pertencente ao eixo Rio de Janeiro/São Paulo, produções científicas enfatizaram o papel das religiões mediúnicas como causa de loucura (ALMEIDA et al., 2007, p. 35), conferindo-lhes caráter patológico e perigoso do ponto de vista social.

De encontro a tal perspectiva Roberta Muller Scafuto Scoton (2007), em sua tese de mestrado “Espíritas enlouquecem ou Espíritos curam? Uma análise das relações, conflitos, debates e diálogos entre médicos e kardecistas na primeira metade do século XX” destaca o processo pelo qual, ainda no século XX as posições expressas nas conferências, publicações e teses sobre a natureza prejudicial do espiritismo cresceram nas escolas de medicina, progressivamente radicalizando-se (SCOTON, 2007, p. 45).

A reportagem mobiliza, nesse sentido, o mistério característico de um tema que evoca ao sobrenatural, mas que também carrega significados relacionados à alienação e como tal, comportamentos anormais, evidenciando a complexidade que compunha os *fait divers*, narrativas melodramáticas de transgressões caracterizadas pelas suas dimensões sensacionais de entretenimento e o constante em diálogo com as normas de seu contexto histórico-social.

Considerações finais

A cobertura da morte de Izabel Angelica Brum vinculada pelo diário *Correio da Manhã* e circunscrita ao gênero narrativo do *fait divers* nos permitiu tecer algumas considerações a respeito do diálogo estabelecido entre a inventividade de um jornalista, toda uma cultura impressa e o contexto histórico recheado de tensões sociais do início do século XX. Nesse sentido, a percepção do arranjo moralizante da narrativa pela qual o suposto suicídio da dona de casa foi reconstituído, nos permitiu visualizar como o exercício jornalístico, uma vez conferido de um local autorizado de fala, e enquanto também se utilizava de artifícios que o aproximava a produção literária, atuou de forma a plasmar representações que dialogavam com os padrões normativos da época.

No caso específico dos esforços interpretativos do repórter por trás das reportagens publicadas em janeiro de 1902, voltadas à cena de sangue que se desdobrada no pequeno chalé da Rua Viera, esses atuaram de forma a elencar elementos que compuseram a representação de uma feminilidade subversora. Simultaneamente, reiteraram-se os padrões normativos morais, justamente uma vez que o repórter encadeou tais elementos de forma a estabelecer uma relação direta de entre as transgressões dessa feminilidade, sua decadência e a fatalidade de sua morte.

Referências

- ALMEIDA, Agélica da Silva et al. O olhar dos psiquiatras brasileiros sobre os fenômenos de transe e possessão. **Revista Psiquiatria Clínica**, São Paulo, suplemento 1, número 34, p. 34-41, 2007.
- BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Ática, 1995.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Maud, 2010.
- BROOKS, Peter. **The melodramatic Imagination: Balzac, Henry James, Melodrama and the Mode of Excess**. Yale: Yale University Press, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CORREIO DA MANHÃ. **Edição 224**. p.2. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1902.
- _____. **Edição 224**. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1902, p. 2.
- DION, Sylvie. O "Fait Divers" Como Gênero Narrativo. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 34, p. 123-131, 2007.

EARLE, Rebecca. Algunos Pensamientos Sobre "El Indio Borracho" en el Imaginario Criollo. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 29, p. 18-27, abr. 2008.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de Sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GUIMARÃES, Valéria. Sensacionalismo e Modernidade na Imprensa Brasileira no Início do Século XX. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 11, n. 18, p. 227-240, 2009.

MATOS, Maria Izilda. "Construindo a Paulistaneidade: As representações do feminino e do masculino no discurso médico-eugênico. São Paulo (1890-1930). **História Revista**, São Paulo, v. 1, n. 1. 1996.

MOREL, Marco. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 21-43.

MULLER SCAFUTO SCOTON, Roberta. **Espíritas enlouquecem ou espíritos curam?** Uma análise das relações, conflitos, debates e diálogos entre médicos e Kardecistas na primeira metade do século XX. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

OLIVEIRA, Marília Rodrigues. **"A Tragédia da Rua Januzzi": narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República. Rio de Janeiro,** Dissertação. Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. O uso do espaço urbano do Rio de Janeiro no início do século XX: engenheiros e populares. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PORTO, Ana Gomes. "Sherlock Holmes E Suas Imitações Mais Ou Menos Grosseiras": Literatura De Crime No Brasil. **Revista Letras**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 191-208, jul./dez. 2011.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. A Prisão Dos Ébrios, Capoeiras E Vagabundos No Início Da Era Republicana. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan./jun. p. 138-169, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das. Letras, 1993

TRAD, Sérgio. In: NERY FILHO, A., et al. (Orgs). **Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas**. Salvador: EDUFBA; 2009, p. 97-113.

ZEFERINO, Breno Martins. **A inventiva brasileira: modernidade, saúde e ciência na virada do século XIX para o XX**. Dissertação Mestrado em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

“VELHAS DEMAIS”: CRÍTICA DO “ENVELHECER” FEMININO DA MÍDIA PELOS ESTUDOS CULTURAIS

Ivania Skura¹



Artista: Ani Castillo².

Há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de "nós" e "eles". Ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral (KELLNER, 2001, p. 9).

Introdução

A epígrafe acima, da introdução da obra “A cultura da mídia” de Douglas Kellner (2001), é elencada como ponto de partida do debate deste artigo: o olhar da cultura na estética feminina como aparelho moral regulador. Ao lado, a tirinha de Ani Castillo é trazida para ilustrar como a imagem pessoal é elemento mediador por excelência do valor discursivo que apresenta Kellner, problematização em torno da qual se debruçará o texto. Há o desenho de uma mulher envelhecida e ancorando os sentidos segue-se o texto “*I wonder how would it feel to get old in a place where getting old was not seen as bad, but as the most natural thing in the world...*” (Em tradução livre: “Eu imagino como seria envelhecer em um lugar onde envelhecer não fosse visto como ruim, mas como a coisa mais natural do mundo”).

Para falar de mulheres da/e na mídia, é essencial problematizar, num primeiro momento, padrões de apresentação, comportamento e propostas de representações femininas das imagens midiáticas. A investigação aborda os modelos de beleza feminina que são apoiados na juventude para defender que o envelhecimento das mulheres, visto como

¹ Doutoranda em Comunicação e Linguagens, PPGCom/Universidade Tuiuti do Paraná, UTP, ivaniaskura@hotmail.com

² Essa e outras obras da artista estão disponíveis em: <https://www.instagram.com/p/BC00y2eC4i7/>. Acesso em: 1 fev. 2017.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

categoria social e não como etapa da vida, é um efeito das classificações e quadros de referência da cultura.

Os estudos culturais são adotados como lente crítica para colocar em debate questionamentos daquilo que já se cristalizou como “adequado” ou “correto” para as imagens femininas, para a investigação de um imaginário social e cultural historicamente consolidado. Pelos estudos culturais, utilizando como norte reflexões da vertente estruturalista acerca da experiência não como fonte, mas como efeito das estruturas sociais, especialmente em Althusser e Levi-Strauss abordados por Hall (2003), se propõe uma discussão teórica em torno de exemplos empíricos presentes nas mídias.

Como breves amostras sobre práticas que traduzem a estrutura social da velhice e do envelhecimento feminino como tabu e destino indesejado que resulta de um cenário construído em torno das relações entre mídia e sociedade, são indicados recortes de reportagens para ilustrar alguns movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. O critério de busca das matérias teve como base as palavras-chave “too old”, “muito velha” e “velha demais”. Foram selecionadas apenas aquelas que continham tais expressões no título principal das manchetes. As publicações observadas como as mais frequentes (ou que se repetiam mais de uma vez) também foram consideradas no *corpus*. Demais artigos relacionados, que tematizaram o recorte, foram consultados e por vezes elencados no texto em caráter ilustrativo.

Pequeno contexto dos estudos culturais

Os estudos culturais emergem na década de 1950, em um período de rupturas de correntes de pensamento e se apoiou, naquele momento, em três obras principais consideradas referências ao mundo pós-guerra, que ajudaram a “marcar o novo terreno”: 1) Hoggart em *As utilizações da cultura*, cujo debate sobre “sociedade de massa” ajuda a criar uma “crítica prática” sobre a cultura da classe trabalhadora, em busca de significados e valores de seus padrões e estruturas, desvirtuando a polarização de alta/baixa cultura. 2) Williams em *Cultura e sociedade*, que se dedica a discutir mudanças na vida social, política e econômica, buscando características e formas de expressão comuns para refletir, num primeiro momento, cultura-e-sociedade em um esforço generalizante; e 3) Thompson em *A formação da classe operária inglesa*, que se apoiou na historiografia marxista inglesa e na história econômica do trabalho visando romper reducionismos e determinismos, destacando cultura, consciência, experiência e agenciamento.

As obras dos autores não fundaram uma “subdisciplina acadêmica” porque não havia essa intenção, mas tratam-se de respostas às pressões imediatas do tempo e sociedade em que foram escritos: modificações na indústria, na democracia, nas classes sociais e na arte. Explica Hall (2003) que: “eles não apenas levaram a ‘cultura’ a sério, como uma dimensão sem a qual as transformações históricas, passadas e presentes, simplesmente não poderiam ser pensadas de maneira adequada” (HALL, 2003, p. 133).

Duas vertentes se consolidaram dentro do escopo dos estudos culturais³: a culturalista que, de modo breve interpreta as relações culturais de cima para baixo (ainda que se façam ressalvas em dicotomias), modulando a análise num nível experiencial mais tradicional, abordando formas de consciência coletivas e a experiência como solo, como “o terreno do vivido”, como reflexo do real. E a estruturalista, cujas rupturas em Althusser (ao falar de ideologia) e, sobretudo, em Levi-Strauss e a semiótica (para abordar cultura), apontam que a experiência não poderia ser fundamento, pois só se “vive” e experimenta as próprias condições, dentro e através de categorias, classificações e quadros de referência da cultura. O segundo posicionamento teórico (estruturalista) foi adotado, aqui, como pano de fundo para olhar as imagens da cultura da mídia nesse processo de investigação.

A experiência, portanto, foi compreendida não como *fonte*, mas como *efeito* dessas categorias, dentro dessa “relação imaginária” e da dominação nos modos de produção. O que significa, como explica Hall (2003), que o sujeito é “falado” pelas categorias da cultura, no lugar de “fala-las”. Tal abordagem se refere a um sujeito descentrado e contraditório como conjunto de posições na linguagem e no conhecimento. Fala-se, portanto, de sujeitos como portadores das estruturas, não como agentes ativos na construção de sua história.

O “envelhecer” feminino da e na cultura da mídia

“A cultura da mídia e a de consumo atuam de mãos dadas no sentido de gerar pensamentos e comportamentos ajustados aos valores, às instituições, às crenças e às práticas vigentes” (KELLNER, 2001, p. 11). Nesse intento, a imagem feminina jovem e bela foi se construindo para fortalecer um modelo vantajoso de influência e lucro que beneficia as mídias e o mercado de consumo.

³ "Sem sugerir que haja qualquer síntese fácil entre os dois, convém dizer neste ponto que nem o 'culturalismo' nem o 'estruturalismo', em suas atuais manifestações, se adaptam à tarefa de construir o estudo da cultura como um domínio conceitualmente claro e teoricamente informado. Mesmo assim, algo importante emerge da comparação rudimentar entre suas respectivas forças e limitações" (HALL, 2003, p. 149).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

As representações de mulheres são modos de produzir significados na cultura pela linguagem, e a produção de sentidos se dá por sistemas simbólicos que são atravessados por instituições, instrumentos, saberes e poderes (SANTAELLA, 2004). É claro que os consumidores apresentam filtros e resistências e não assimilam as mensagens da cultura de modo automático, mas as representações nas mídias têm profundo efeito sobre as experiências existenciais corporais, nas formas de sonhar e desejar que propõem, explica a autora.

A mídia como instância de produção gera percepções dos modos mais “adequados” de ser e de viver, disciplinando incansavelmente, regulando e vigiando os indivíduos. É pertinente questionar porque o rosto envelhecido, o cabelo que embranquece, o corpo flácido, são, nessas representações, alguns dos maiores inimigos das mulheres. Tanto na mídia como no cotidiano por extensão. Por que com 30 anos já somos consideradas velhas? Não se trata de uma etapa da vida que chega, não se trata apenas de uma reação biológica do passar do tempo, há muito medo de envelhecer e distorções nas percepções pessoais porque a juventude e a velhice não são mais meras etapas da vida, mas são valores da cultura da mídia e da sociedade de consumo.

As manchetes a seguir revelam como a categoria social da velhice feminina se dá como efeito dos quadros de referência da cultura e como a pressão estética não poderia partir de nós mesmos, mas resultar dos efeitos destes. O que parece é que, em um cenário cultural cruel para muitas mulheres, o “envelhecimento” nem sempre é completar 60 anos⁴, não é viver o privilégio da longevidade, mas é sentir, desde ainda muito cedo, as pressões estéticas da cultura. “Envelhecer nem sempre é apenas um processo fisiológico, mas também psicológico, intelectual, social e cultural” (KARPF, 2015, p. 31).

Os excertos midiáticos a seguir demonstram essa realidade cultural. Isso pode ser notado quando, por exemplo, a manchete “37 anos, muito velha para ser par romântico de um ator de 55”⁵ (Imagem 1) explica que a atriz Maggie Gyllenhaal foi rejeitada por Hollywood para contracenar com um homem de mais de 50 anos por ter sido considerada inadequada para o papel, uma vez que já “tinha passado dos 30”.

⁴ O Plano de Ação Internacional sobre Envelhecimento das Nações Unidas, publicado em 1982, estipulou 60 anos como idade que caracteriza a pessoa idosa.

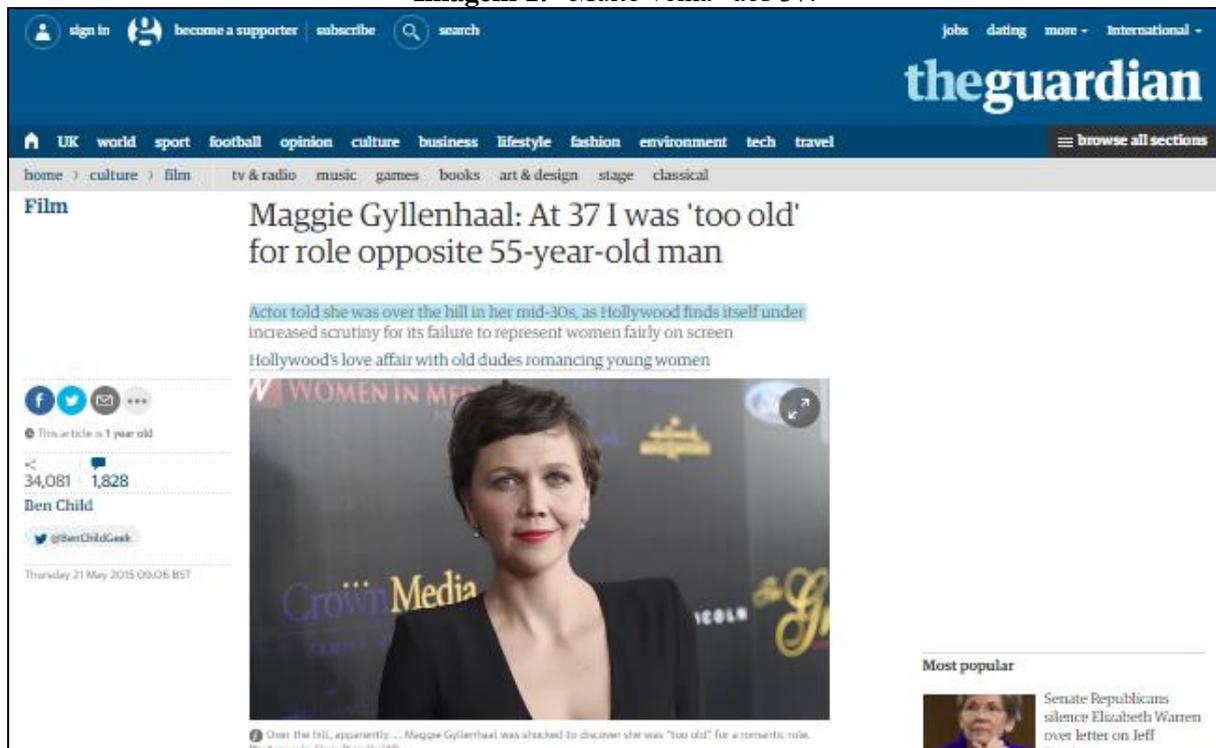
⁵ Notícia do jornal The Guardian, publicada em 21 de maio de 2015: “Maggie Gyllenhaal: At 37 I was 'too old' for role opposite 55-year-old man”, em tradução livre. Disponível em: <https://www.theguardian.com/film/2015/may/21/maggie-gyllenhaal-too-old-hollywood>. Acesso em: 1 fev. 2017.

VI Colóquio Nacional Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

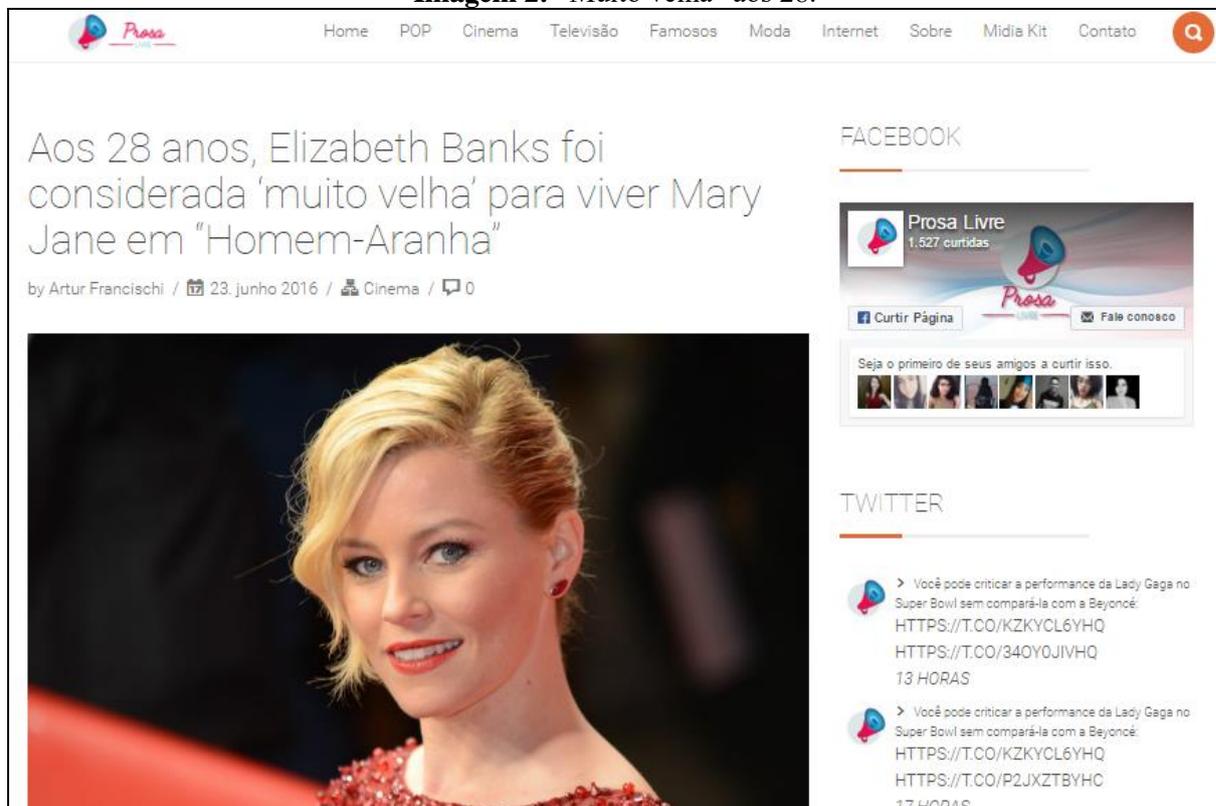
25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Imagem 1: “Muito velha” aos 37.



Fonte: The Guardian (2015).

Imagem 2: “Muito velha” aos 28.



Fonte: Prosa livre (2016).

Aos 28 anos, Elizabeth Banks também foi considerada “muito velha” para representar o papel da personagem Mary Jane no filme “Homem-Aranha” (Imagem 2), sendo, no caso, apenas 16 meses mais velha que Tobey Maguire, ator que conseguiu o papel do super-herói⁶.

A matéria de título “Olivia Wilde foi considerada ‘muito velha’ para o elenco de ‘O Lobo de Wall Street’” (Imagem 3) segue esse padrão e ainda tem como subtítulo “Isso pode parecer um absurdo para nós, mas não para a indústria cinematográfica de Hollywood”. Explica a reportagem que a atriz, de 32 anos, relatou o caso em uma entrevista ao programa de televisão americano “The Howard Stern Show”⁷. A matéria ainda indaga às leitoras da revista: “E se com trinta e poucos anos você já é considerada ‘velha’, imagine com 50?”.

Imagem 3: “Muito velha” aos 32.



Fonte: Revista Claudia (2016).

⁶ Reportagem publicada no site Prosa Livre em 23 de junho de 2016. Disponível em: <http://prosalivre.com/aos-28-anos-elizabeth-banks-foi-considerada-muito-velha-para-viver-mary-jane-em-homem-aranha/>. Acesso em: 1 fev. 2017.

⁷ Matéria publicada na Revista Claudia Online, em 17 de março de 2016. Disponível em: <http://claudia.abril.com.br/noticias/olivia-wilde-foi-considerada-muito-velha-para-o-elenco-de-o-lobo-de-wall-street/>. Acesso em: 1 fev. 2017.

Não se tratam de casos isolados, explica a pesquisa trazida na reportagem “Como é ser atriz com mais de 40 anos em Hollywood? Difícil, muito difícil” (Imagem 4):

Recentemente, um estudo do Center for the Study of Women in Television and Film da Universidade Estadual de San Diego analisou o gênero, raça e a idade dos personagens nos 100 maiores filmes lançados em 2015. Embora o número de personagens femininas tenha aumentado 22% quando comparado ao ano de 2014, a maioria delas ainda é branca e muito nova. Entre os 2.500 personagens examinados, mulheres com mais de 40 anos compreendem apenas 20% do total. O percentual é ainda menor quando elas têm mais de 50 anos: somente 9%, enquanto os homens na mesma faixa etária são quase o dobro: 17% [...] E enquanto as mulheres vão perdendo papéis enquanto envelhecem, homens vão ganhando mais. O mesmo estudo da Universidade Estadual de San Diego concluiu que, em 2015, homens aos 40 anos representaram 30% de todos os personagens nos 100 maiores filmes do ano passado. É como se Hollywood fosse descartando as mulheres que, veja bem, seguem o rumo natural da vida e envelhecem (FRANCISCHI, 2016, s/p.)⁸.

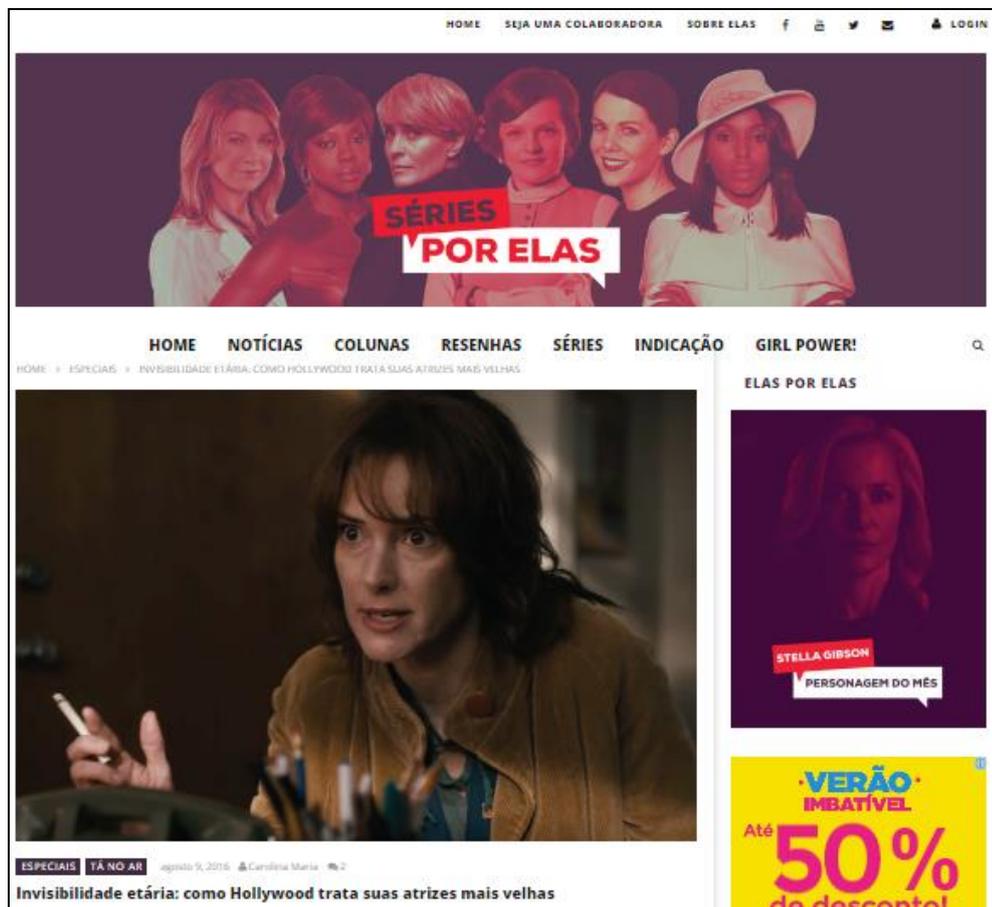
Imagem 4: Hollywood versus “os 40”.



Fonte: Prosa Livre (2016).

⁸ Publicação “Como é ser atriz com mais de 40 anos em Hollywood? Difícil, muito difícil”, de Artur Francischi em 18 de fevereiro de 2016 para o site Prosa Livre. Disponível em: <http://prosalivre.com/atriz-40-anos-hollywood-dificil/>. Acesso em: 1 fev. 2017.

Imagem 5: Invisibilidade etária.



Fonte: Séries por Elas (2016).

Na publicação “Invisibilidade etária: como Hollywood trata suas atrizes mais velhas” (Imagem 5) também se conclui que “há um ponto interessante nessa passagem do tempo quando se trata das estrelas de cinema e televisão: elas não podem envelhecer” (SÉRIES, 2016, s/p)⁹. Na matéria, comenta-se que a atriz Anne Hathaway, de 33 anos, relatou já ter sido beneficiada por essa “incoerência etária” no começo da carreira (revelou com 20 anos era escalada interpretar mulheres de 50 anos), mas agora perde papéis para concorrentes mais jovens.

O que ocorre em Hollywood, vale ressaltar, se reflete e reverbera em outras localidades. Essas discussões são pertinentes, também, em nível mais próximo de nós, no contexto brasileiro por exemplo, porque “as situações locais, nacionais e globais dos nossos dias são articuladas entre si por meio dos textos da mídia” (KELLNER, 2001, p. 32).

⁹ Artigo de Carolina Maria para o site Séries por Elas, publicado em 9 de agosto de 2016. Disponível em: <https://seriesporelas.com.br/invisibilidade-atrizes-com-mais-de-40-anos/>. Acesso em: 1 fev. 2017.

VI Colóquio Nacional Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

O exemplo da matéria brasileira “Juliana Paes é considerada velha demais para viver Gabriela”¹⁰ (Imagem 6) denota esses reflexos.

Imagem 6: “Velha demais”.



Fonte: Vila Mulher (s/d).

Fica claro, contudo, que essa situação não se refere a uma atriz em específico, mas se dirige a toda uma categoria, como se percebe no artigo sobre o mesmo tema cujo título afirma “Juliana Paes e Camila Pitanga estariam 'velhas' para viver Gabriela”¹¹ (Imagem 7).

¹⁰ Publicada no portal Vila Mulher, por Juliana Falcão (MBPress). Disponível em: <http://vilamulher.uol.com.br/famosos/mundo-da-fama/juliana-paes-e-considerada-velha-dema-is-para-viver-gabriela-6-1-80-1437.html> Acesso em: 1 fev. 2017.

¹¹ Reportagem publicada em 28 de outubro de 2011 no site Ego Notícias, do grupo Globo.com. Disponível em: <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2011/10/jornal-juliana-paes-e-camila-pitanga-estariam-velhas-para-viver-gabriela.html> Acesso em: 1 fev. 2017.

Imagem 7: “Velhas” depois dos 30.

globo.com | g1 | globoesporte | gshow | famosos & etc | vídeos

ASSINE JÁ | CENTRAL | E-MAIL | ENTRAR

ego. Notícias

HOME | FAMOSOS | MODA | BELEZA | NOTÍCIAS | FOTOS | VÍDEOS | HORÓSCOPO | PAPARAZZO | Ego 40 graus | EGO Trip

publicada em 28/10/2011

Jornal: Juliana Paes e Camila Pitanga estariam 'velhas' para viver Gabriela

Mariana Rios seria a mais cotada para interpretar a personagem título de remake.

Do EGO, em São Paulo

50 comentários | Twostar | Recomendar 46

Inicialmente figurando a lista de atrizes cotadas para protagonizar o remake de "Gabriela", Juliana Paes, de 32 anos, foi **descartada da trama** por ser considerada "velha" para o papel, segundo coluna do jornal "Diário de São Paulo". O mesmo motivo teria afastado Camila Pitanga, de 34 anos, da personagem.

Ainda de acordo com a coluna, quem estaria mais cotada para dar vida a sensual e batalhadora baiana, que sobe

Juliana Paes e o marido, Carlos Baptista (Foto: Arquivo)

TUDO SOBRE

- Juliana Paes
página da famosa »
- Juliana Paes exhibe barriga chapada após dia de malhação na a...
há 3 dias
- Juliana Paes aproveita dia em família e curte espetáculo no ...
há 4 dias
- Tais Araújo, Juliana Paes e Giovanna Antonelli vão a lançame...
em 01/02/2017

- Camila Pitanga +
- Mariana Rios +

Fonte: Ego Notícias (2011).

Explica a matéria de 2011, publicada no site que compõe rede de canais de comunicação da própria emissora de televisão produtora da novela, que as atrizes, na época, com 32 e 34 anos, respectivamente, teriam sido preteridas na lista de elenco da produção por conta de suas idades. Adianta no subtítulo ainda a notícia de que outra atriz, de 26 anos, poderia ocupar o papel: “Mariana Rios seria a mais cotada para interpretar a personagem título de remake”. A atriz Juliana Paes, no entanto, mesmo tendo sido considerada por diversas manchetes midiáticas como “muito velha” para o papel, assumiu a posição de protagonista na novela que foi ao ar em 2012.

É interessante perceber como tais classificações da cultura da mídia, embora tenham força e influência, não são irremovíveis ou finais, nem mesmo “corretas”, porque muitas vezes forçam percepções e sentenciam noções distorcidas.

O que ocorre em Hollywood e nas mídias do globo quando relatam casos de mulheres jovens que para os moldes da cultura são já “muito velhas”, conforme os breves exemplos

elencados, se denomina idadismo (preconceito relacionado à idade). Gisela Castro (2015) alerta que o idadismo, embora muito disseminado, é pouco abordado por pesquisadores e pelos meios de comunicação, e defende que precisamos discutir esse problema, especialmente porque

sem descurar do viés ideológico, compreende-se que o discurso midiático participa da constituição da realidade ao produzir uma carga afetiva que matiza nossas interações no mundo. Reconhecendo o papel ativo do receptor da comunicação, e o caráter dialético da conformação social dos discursos, entendemos que os discursos sobre o envelhecimento acionados pelos meios de comunicação participam da construção social dos padrões identitários e estilos de vida no contemporâneo (CASTRO, 2015, p. 112).

A autora também alerta os perigos dessa relação como efeito dos quadros de referência da cultura vigentes quando aponta que “se a guerra contra o envelhecimento comparece como um imperativo de ordem moral, fica comprometida a dignidade na velhice” (CASTRO, 2015, p. 113). Goldenberg concorda afirmando que tentar rejuvenescer as imagens da velhice a todo custo é um tipo de violência, porque é um modo de deslegitimar o envelhecimento, roubando a dignidade e ofendendo os que realmente chegaram lá (GOLDENBERG, 2015).

O idadismo, unido à pressão estética que defende a beleza como impossível de se dissociar da juventude, demonstra como o envelhecimento, historicamente, vem acompanhado por uma carga extremamente negativa, pelo desdém e pelo medo, de modo que muitas vezes sua discussão acaba sendo prescindida e se reiteram valores difamatórios.

É uma luta, porém, intentar desintoxicá-la desses significados tão nocivos, recuperando seu uso, no lugar de forçar os discursos anti-idade. É preciso usar do envelhecimento para falar do processo da vida humana em si, e não só de uma fase final (KARPF, 2015). Nominar a velhice sem intenções pejorativas, considerando complexidades e efeitos dos modos de conceituá-la, como denominação de indivíduos de uma categoria social que não tem identidade ou realidades simples de se capturar, é um dos meios de fazê-lo.

Considerações finais

Ao trabalhar com cultura, trabalha-se diretamente e invariavelmente com as demais estruturas sociais. Longe de reduzir os estudos culturais a um pluralismo simplista, se pode afirmar que o legado teórico deixado é o de que a teoria precisa questionar, e causar também ela mesma seus “efeitos”, para problematizar padrões e modelos, que no caso desta

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

investigação, foram as representações que podem parecer cristalizadas acerca das mulheres, mas que são ideias muitas vezes limitadoras cujas imagens midiáticas reforçam.

Por este caminho, notou-se como os julgamentos reguladores morais de juventude como molde e modelo acompanham os discursos midiáticos. Atentou-se também como o envelhecimento feminino não é visto como uma etapa da vida, mas, nessas representações, é um efeito das classificações e quadros de referência da cultura que se criam e se reproduzem nesses próprios espaços.

Tais práticas culturais se encontram inseridas em jogos de poder (HALL, 2003), e tais representações certamente servem aos propósitos econômicos¹² e da indústria de cosméticos, do incentivo das intervenções cirúrgicas com finalidade unicamente estética e até mesmo estimulam a venda e distribuição dos periódicos da mídia que fomentam e movimentam estes valores culturais do culto ao corpo jovem.

Santaella (2004) aponta que essas representações midiáticas têm profundo efeito sobre as experiências existenciais corporais, nas formas de fantasiar e de almejar que propõem. Como espaço privilegiado de informação e de difusão de padrões, as publicações para o público feminino acabam incentivando uma progressão consumista da beleza, denota a autora.

Kellner (2001) afirma, contudo, que é concebível pensar que a sociedade do futuro olhe para a nossa época da cultura da mídia como um tempo de “barbarismos”, pelo modo como os interesses comerciais produzem programas e criações que desdenham das mulheres. Também cita como os medos universais e primordiais, entre eles o “de envelhecer, da decadência física” (KELLNER, 2001, p. 164), têm sido explorados de maneira bem-sucedida em Hollywood. Servindo à cultura da mídia, o medo do envelhecimento até mesmo se usou como tema ou como pano de fundo em filmes de terror, explica o autor.

Sobre estes modelos de ser e de viver, quando falamos de envelhecimento ou mesmo de feminilidades, é incontestável que não são fixos ou nem mesmo bem resolvidos, mas é visível como são tanto refletidos como construídos nas e pelas mídias. Numa visão mais estrutural, pode-se defender que não somos a origem das réguas que medem nosso valor social como imagem, mas somos submetidos ao cenário social e temos de reagir aos seus efeitos apenas dentro das possibilidades que estão ao nosso alcance.

¹² Mesmo trabalhando entre as práticas articuladas em torno de contradições, contudo, nos estudos culturais nem a vertente culturalista nem a estruturalista tem foco específico na análise econômica da produção cultural e ideológica, debruçam-se no nível do conteúdo e no nível das formas e estruturas (HALL, 2003).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Talvez por isso, justamente, em nossa sociedade, alguns poucos e pequenos atos cotidianos possam denunciar essas estruturas de maneira tão contundente: não tingir os cabelos grisalhos é praticamente um ato político de afronta; não se submeter a cirurgias plásticas rejuvenescedoras parece ser uma espécie de contraconduta ao quadro geral da cultura em que vivemos. Problematizar e questionar os produtos da mídia com discursos anti-idade é uma forma de, ainda que muito singela, fugir dos jogos cruéis da cultura da mídia que com base na afirmação de que envelhecer é perder valor “ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana” (KELLNER, 2001, p. 9).

As imagens e os valores difusores de modelos pré-estabelecidos para mulheres (con)formam percepções de mundo. Mas é pertinente lembrar, contudo, que tais representações, mesmo que sejam muito representativas do social e do cultural e criadoras de modelos identitários, têm origens móveis e podem ser profundamente questionáveis.

Fontes

EGO NOTÍCIAS. Redação. **Jornal: Juliana Paes e Camila Pitanga estariam 'velhas' para viver Gabriela.** Publicação de 28 de outubro de 2011. Disponível em: <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2011/10/jornal-juliana-paes-e-camila-pitanga-estariam-velhas-para-viver-gabriela.html> Acesso em: 1 fev. 2017.

PROSA LIVRE. Artur Francischi. **Aos 28 anos, Elizabeth Banks foi considerada ‘muito velha’ para viver Mary Jane em “Homem-Aranha”.** Publicação de 23 de junho de 2016. Disponível em: <http://prosalivre.com/aos-28-anos-elizabeth-banks-foi-considerada-muito-velha-para-viver-mary-jane-em-homem-aranha/>. Acesso em: 1 fev. 2017.

PROSA LIVRE. Artur Francischi. **Como é ser atriz com mais de 40 anos em Hollywood? Difícil, muito difícil.** Publicação de 18 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://prosalivre.com/atriz-40-anos-hollywood-dificil/> Acesso em: 1 fev. 2017.

REVISTA CLAUDIA. Redação. **Olivia Wilde foi considerada “muito velha” para o elenco de “O Lobo de Wall Street”.** Publicação de 17 de março de 2016. Disponível em: <http://claudia.abril.com.br/noticias/olivia-wilde-foi-considerada-muito-velha-para-o-elenco-de-o-lobo-de-wall-street/>. Acesso em: 1 fev. 2017.

SÉRIES POR ELAS. Carolina Maria. **Invisibilidade etária: como Hollywood trata suas atrizes mais velhas.** Publicação de 9 de agosto de 2016. Disponível em: <https://seriesporelas.com.br/invisibilidade-atrizes-com-mais-de-40-anos/>. Acesso em: 1 fev. 2017.

THE GUARDIAN. Ben Child. **Maggie Gyllenhaal: At 37 I was 'too old' for role opposite 55-year-old man.** Publicação de 21 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/film/2015/may/21/maggie-gyllenhaal-too-old-hollywood>. Acesso em: 1 fev. 2017.

VILA MULHER. Juliana Falcão. **Juliana Paes é considerada velha demais para viver Gabriela.** Sem data de publicação. Disponível em:

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

<http://vilamulher.uol.com.br/famosos/mundo-da-fama/juliana-paes-e-considerada-velha-demais-para-viver-gabriela-6-1-80-1437.html> Acesso em: 1 fev. 2017.

Referências

CASTRO, Gisela G. S. Precisamos discutir o idadismo na comunicação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 101-114, jul./dez. 2015.

GOLDENBERG, Mirian. **Coroas: corpo, sexualidade e envelhecimento na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003.

KARPF, Anne. **Como envelhecer**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: EDUSC, 2001.

SANTAELLA, Lucia. **Corpo e comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.

EDUCAÇÃO PARA SURDOS: A INFLUÊNCIA OUVINTISTA E NEOLIBERAL

Jéssica Akemi Kawano Ribeiro¹

Introdução

Quando pensamos em cultura como manifestações de um determinado espaço social, a perda da capacidade de expressão e do próprio reconhecimento dessa cultura se mostra uma grande lacuna na formação dessa sociedade e de cada indivíduo participante dela. Como afirma Perlin e Quadros, “dependendo de quem define e de quem é definido, as diferenças apresentam formas que não necessariamente representam o Ser nas formas autênticas daqueles que estão sendo definidos” (PERLIN et al., 2006, p. 167). Muitas vezes a cultura é compartilhada entre as pessoas que habitam o mesmo espaço geográfico, seja um país, uma região ou até mesmo uma cidade. Laraia nos traz a primeira definição de cultura como aquela colocada por Edward Tylor, onde cultura, de forma ampla, “é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1871, p. 1 apud LARAIA, 2001).

Porém, muitas vezes a cultura pode carregar divergências dentro de um mesmo espaço geográfico, como Laraia (2001) coloca ao citar os exemplos de Keesing (1961) acerca dos lapões e os esquimós, ou os índios Pueblo e Navajo, que dividem o mesmo espaço geográfico, respectivamente, o círculo polar ártico e o sudoeste americano, porém, diferem em seus hábitos, moradias, economia, alimentação, ou seja, possuem diferentes culturas. Alguns grupos divergem em cultura devido a características específicas que não se referem ao lugar que moram, mas à etnia, raça, classe social, entre outros. Hoje, felizmente, podemos presenciar discussões sobre cultura negra, cultura indígena ou cultura proletária que, nas palavras de Saviani, é “a ideologia do proletariado” (SAVIANI, 1944, p. 37). Neste grupo enquadrados a cultura surda, embora pouco reconhecida, visto que os surdos possuem uma característica que lhes é própria e que os diferencia bruscamente dos outros habitantes do mesmo espaço geográfico. Nas palavras de Perlin e Quadros, a história colocou os surdos “todos como párias sociais, como deserdados e toda sorte de estereótipos” (PERLIN et al., 2007, p. 13). Assim, além de serem surdos, característica do corpo e muitas vezes hereditária,

¹ Mestrado em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar – PPIFOR, Unespar, jessica.akemi_@hotmail.com

a cultura surda representa uma resistência frente ao isolamento e desconhecimento acerca de sua língua, cultura e identidade, é uma característica social.

Assim, na pesquisa acerca da educação para surdos, e a influência da ideologia neoliberal e do ouvintismo² na educação e na vida pessoal e social dessas pessoas, mostrou-se essencial, através de estudos teóricos e da troca de experiências com pessoas da comunidade surda³, a abordagem mais aprofundada do conceito de cultura, e da relação que o surdo estabelece entre a sua própria cultura, a cultura surda, pouco difundida e reconhecida, e a cultura ouvintista, predominante e detentora de poder na sociedade em que ele vive.

Acerca da existência ou não existência de uma cultura surda

Muitos debates ainda são feitos acerca da existência ou não de uma cultura surda de fato. Pontua Miranda que, “segundo Sá (2006), as pessoas não-surdas têm muita dificuldade em admitir que os surdos possuam processos culturais específicos” (MIRANDA, 2010, p. 8). De fato, não seria correto tratar do surdo como um total alheio à cultura em que vive e de outros grupos específicos que possa pertencer, por exemplo, o surdo negro, a surda branca, o surdo homossexual, a surda proletária, candomblecista, indígena, autista, etc. Ou seja, o surdo não é totalmente distinto, porém, complementa Miranda (2010, p. 8), “as especificidades culturais dos surdos, manifestas na língua, nos costumes, nos modos de socialização, subjetividade, expressividade, nas formas de resistência à dominação ouvinte e de funcionamento cognitivo, dão origem ao que chamamos ‘cultura surda’”. Sendo um grupo de minorias numa sociedade de ouvintes, a cultura surda é tomada como irrelevante e até mesmo inexistente. Em alguns casos, o grupo de minoria não se denomina pela menor quantidade de pessoas pertencentes a ele, mas à minoria de direitos e à opressão sofrida pelo grupo no decorrer do processo histórico. No Brasil, por exemplo, as negras e os negros, ou as mulheres, não são minoria numérica, mas permanecem significativamente fora das posições de poder e decisão, sofrendo violência direta e indireta.

² Segundo Skliar, ouvintismo é “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte” (SKLIAR, 1998, p. 15 apud MARTINS; KLEIN, 2012, p. 5).

³ Segundo Karin Strobel (2009), a comunidade surda é dividida entre as pessoas surdas e ouvintes, como intérpretes, fonoaudiólogos, educadores, membros da família ou círculo de amigos de pessoas surdas, entre outros. Enquanto que o termo “povo surdo” diz respeito apenas às pessoas surdas.

Lane traz a tabela que “shows the criteria that have been advanced by social scientists for characterizing a social group as an ethnic group” (LANE, 2005, p. 292)⁴:

Tabela 1

Propriedades de grupos étnicos: Distintos	
Nome coletivo	Costumes
Sentimento de comunidade	Estrutura social
Normas de comportamento	Língua
Valores	Formas de arte
Conhecimento	História
Parentesco	

Fonte: LANE, 2005⁵.

Os indivíduos surdos compartilham tais características. Um nome coletivo, o denominado Mundo Surdo e o sentimento de comunidade entre eles, visto que se identificam com este grupo e são leais a ele. Também possuem, além da língua em comum, normas, valores e costumes convergentes, como colocado por Karnopp, pode haver “convergência de aspectos políticos, sociais e linguísticos entre os membros dessa comunidade” (KARNOPP, 2008). É certo que a língua de sinais não é universal, há a Libras – Língua Brasileira de Sinais – no Brasil, a ASL – American Sign Language – nos Estados Unidos, a LSF – Língua de Sinais Francesa – na França, entre tantas outras; assim como também há regionalismos dentro de um mesmo país, explica Gesser:

A língua de sinais, ao passar, literalmente, de “mão em mão” adquire novos “sotaques”, empresta e incorpora novos sinais, mescla-se com outras línguas em contato, adquire novas roupagens. O fenômeno da variação e da diversidade está presente em todas as línguas vivas, em movimento (GESSER, 2009, p. 40-41).

Porém, complementa Gesser (1971, p. 12), “em qualquer lugar que haja surdos interagindo, haverá língua de sinais. Podemos dizer que o que é universal é o impulso dos indivíduos para a comunicação e, no caso dos surdos, esse impulso é sinalizado”. Assim, tal como os ouvintes, as línguas dos surdos são várias a depender do país, da região, e variam até

⁴ Mostra o critério que foi desenvolvido por cientistas sociais para caracterizar um grupo social como um grupo étnico.

⁵ Conteúdo da tabela traduzido do original em inglês.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

entre diferentes faixas etárias ou posições sociais, porém, a maneira de se comunicar é a mesma, viso-gestual entre os surdos ou oral-auditiva entre os ouvintes.

Os surdos também compartilham suas formas de arte, conhecimento e história, manifestadas na poesia, no teatro, nas piadas surdas, e também nas artes plásticas. Essas manifestações se dão principalmente através da língua de sinais, embora, com a difusão da escrita da língua de sinais, se torne possível registrar seu patrimônio cultural em textos virtuais e livros, assim como através de vídeos, com ajuda do avanço tecnológico. O papel das manifestações artísticas é extremamente relevante nas culturas em geral, tornando-se destaque ainda maior na cultura surda, visto que eles são uma minoria linguística (LANE, 1995). A poesia, assim como as outras expressões artísticas atuam como ferramentas no reconhecimento e valorização da identidade e cultura surda. Nas palavras de Sutton-Spence e Quadros, “os poemas que descrevem e validam a experiência surda são fortemente usados para o empoderamento do povo surdo” (SUTTON-SPENCE et al., 2006, p. 116). Assim, através da arte, eles podem manifestar seu orgulho surdo (SUTTON-SPENCE et al., 2006), e, complementam as autoras (2006, p. 116) que essas manifestações se dão entre “poemas que celebram declaradamente a língua de sinais e o mundo visual, os que celebram realizações surdas, os que exploram explicitamente os relacionamentos entre surdos e ouvintes e os que comentam sobre o lugar das pessoas surdas no mundo”. Porém, afirmam (2006, p. 117), essas manifestações também podem tratar dos mais diversos temas. Mesmo que o poema seja de um tema geral, o fato dele ter sido produzido por um poeta surdo é relevante, pois levará a construção de imagens surdas e a valorização da língua de sinais.

Também os surdos possuem suas estruturas sociais, organizando-se em associações esportivas, religiosas ou sociais, o que indica uma necessidade cultural de reunirem-se entre seus semelhantes. Dentro destas estruturas eles possuem seus próprios líderes, surdos carismáticos e com a retórica necessária para despertar a identidade e valores do grupo. Quanto ao parentesco, há uma discussão acerca deste ponto, visto que muitos grupos culturais não são familiares e não possuem a terra de seus ancestrais. Segundo Lane (2005, p. 293) os surdos quando viajam em busca de lugares onde sintam um parentesco, planejam visitar grandes escolas de surdos, como a Gallaudet University⁶. Assim, embora haja uma utopia de

⁶ Universidade Internacional dedicada a surdos e alunos com dificuldades auditivas, educação e pesquisa (<https://www.gallaudet.edu/attending-gallaudet>).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

uma terra dos surdos, pontua Lane (2005, p. 292) “Deaf-Worlds are to be found around the globe”⁷.

Lane (2005, p. 291) divide os surdos entre os pertencentes ao Mundo Surdo, onde o “S” maiúsculo indica o Surdo que reconhece sua língua, sua história, enfim, sua cultura; e “oral deaf adults and late-deafened adults”⁸, que costumam considerar que eles têm um dano auditivo e não identificam a si mesmos como membros do Mundo Surdo. Assim, muitos surdos podem, de alguma forma, recusar parte dessa cultura, permanecendo entre os ouvintes e a cultura ouvintista. Porém, a cultura dos ouvintes não enquadra plenamente o indivíduo surdo, pois, por melhores que sejam as intenções dos ouvintes, não podem trazer ao surdo uma imagem plena e positiva sobre si mesmo, sua língua e cultura, visto que em espaços exclusivos de ouvintes não há outros surdos para que ele se relacione e se identifique culturalmente.

Perlin (1998), de maneira mais aprofundada, explica a cultura Surda dividindo o povo surdo entre pertencentes a cinco diferentes classes de identidade, sendo elas: identidade política, identidades surdas híbridas, identidades de transição, identidades surdas incompletas e identidades surdas flutuantes. Segundo ela, “mais intensamente, como adulto, nos movimentos surdos, a pessoa surda vai construir sua identidade política” (PERLIN, 1998), pois é através da consciência e militância que ela se desenvolve. Já as identidades híbridas se dão quando o surdo nasce ouvinte, tornando-se surdo posteriormente, principalmente quando a surdez acontece após a aquisição da língua oral. Este é o caso da teórica (1998) que retrata dizendo que não se é um, mas duas metades, pois o “surdo que nasceu ouvinte terá sempre presente as duas línguas, mas a sua identidade teria de ir ao encontro das identidades surdas”. Já as identidades de transição são comuns para a grande maioria de surdos filhos de pais ouvintes e, afirma Perlin (1998), ocorre “no momento em que esses surdos conseguem contato com a comunidade surda, a situação muda e eles passam pela des-ouvintização da representação da identidade”. Uma vez que, segundo a autora (1998), “a hegemonia dos ouvintes exerce uma rede de poderes difícil de ser quebrada pelos surdos, que não conseguem se organizar em comunidades para resistirem ao poder”, vários surdos possuem identidades incompletas, onde tentam reproduzir a identidade e as atitudes dos ouvintes. Para melhor exemplificá-las, Perlin dá o depoimento de uma estudante surda de 25 anos, identificada como “P”:

⁷ Mundos-Surdos são encontrados ao redor do mundo.

⁸ Surdos adultos oralizados e adultos que ficaram surdos tardiamente.

Tenho uma amiga que não procuro muito. Tem alguns restos auditivos. Usa aparelho de audição. Ela não se aceita como surda. Penso que é por seus 11 irmãos serem ouvintes. Ela não quer estar no mundo dos surdos e tudo faz para ser oralizada. Tem poucos amigos.

Quando ela foi para o II Grau não gostava de minha LIBRAS, me pedia para falar. Notei que já nos primeiros dias fez amizade com uma colega. Elas ficavam juntas e conversavam. Não durou muito a colega ouvinte deixou-a por outra. Dessa vez sentiu-se desanimada com a experiência. A colega não entende bem a fala e ela não consegue compreender bem a colega. Na verdade minha amiga não tem boa voz, é muito mal articulada porque ouve mal. Ela também não conhece sinais.

A sua vida parece oscilar como um pêndulo entre surdos e ouvintes, não consegue ter amigos. Rejeita os surdos e busca os ouvintes, estes a rejeitam por ela não saber falar corretamente. Os surdos a evitam pois ela não sabe sinais e não os aceita. É bem triste.

São dois casos bem claros: ela fala mas não é compreendida pelos ouvintes, tem vocabulário reduzido; ela não sinaliza perfeitamente visto que não lhe atrai as coisas dos surdos. É uma oscilação de não gostar de ir aos surdos e querer ir aos ouvintes sem ter onde fixar-se (P.). (PERLIN, 1998).

Ou seja, a identidade surda é reprimida, tendo como ponto principal o poder dos ouvintes sobre a experiência e cultura do indivíduo surdo. E, por fim, as identidades flutuantes representam, afirma Perlin (1998), “alguns surdos que querem ser ouvintizados a todo custo. Desprezam a cultura surda, não têm compromisso com a comunidade surda”. Muitas vezes os surdos possuem identidades flutuantes porque não se adaptam entre os ouvintes nem entre os surdos, visto que dificuldades fisiológicas atrapalham a comunicação com os ouvintes – não há *feedback* quanto ao uso da língua oral e a leitura labial nunca é perfeita – e não possuem conhecimento da língua de sinais nem interesse pela cultura surda.

A educação para surdos, o mercado de trabalho e a cultura

Afirma Saviani acerca da educação tecnicista:

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico (SAVIANI, 1999, p. 23).

Tal definição se encaixa amplamente no conceito educacional que vivemos atualmente, principalmente se consideramos a educação pública e direcionada à camada mais pobre da população. Diversos teóricos relacionam o sistema político e social de determinada época e espaço com a educação pública que é ofertada. Sendo, a partir dessa perspectiva, a educação e a sociedade estreitamente relacionadas, em um sistema capitalista a educação não só reafirma como também constroi os valores neoliberais, como a competitividade, a

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

meritocracia e a punitividade. Saviani trata de tais teorias pedagógicas, denominadas teorias crítico-reprodutivistas, afirma ele:

São críticas, uma vez que postulam não ser possível compreender a educação senão a partir dos seus condicionantes sociais. Há, pois, nessas teorias uma cabal percepção da dependência da educação em relação à sociedade. Entretanto, como na análise que desenvolvem chegam invariavelmente à conclusão de que a função própria da educação consiste na reprodução da sociedade em que ela se insere, bem merecem a denominação de "teorias crítico-reprodutivistas" (SAVIANI, 1999, p. 27).

Para além da discussão se os teóricos crítico-reprodutivistas estão com a razão ou não, pontua Saviani (1999, p. 39-41) que “é certo que contribuíram para disseminar entre os educadores um clima de pessimismo e de desânimo que, evidentemente, só poderia tomar ainda mais remota a possibilidade de articular os sistemas de ensino com os esforços de superação do problema da marginalidade nos países da região”. Tal pessimismo se instaura porque não é oferecida uma saída viável para tal situação que, se observamos a fundo a educação brasileira, está de fato ocorrendo. Conclui Saviani (1999, p. 41), “na verdade, estas teorias não contêm uma proposta pedagógica”.

Em uma sociedade capitalista de ideologia neoliberal a educação pública, principalmente aquela voltada aos bairros mais pobres, não visa uma formação integral, política e social, ou seja, a formação da cidadã e do cidadão. Da mesma forma, também não supre as exigências para egresso na vida acadêmica e aquisição de capital e melhor posição social. Com o interesse direto de manter a estrutura social intacta, o dinheiro e o poder – e qual a diferença tênue entre ambos? – nas mãos dos “eternos grandes senhores”, a população pobre recebe a mínima instrução para que permaneça na mesmíssima situação, sendo preparada para exercer a função que lhe é, muitas vezes, determinada desde o nascimento, de forma rápida, produtiva e sem quaisquer revoltas.

Segundo o censo de 2010 do IBGE, dentre 86,4 milhões de pessoas no mercado de trabalho, apenas 20,4 milhões delas possuem alguma deficiência ou necessidade especial, ou seja, apenas 23,6% do total de trabalhadoras e trabalhadores (OLIVEIRA, 2012, p. 6). Também foi registrado que há 45 milhões de portadores de necessidades especiais vivendo na pobreza; e, segundo estimativa da ONU em 1981, havia mais de “50 milhões de pessoas com deficiência e dessas 82% vivem na pobreza” na América Latina e Caribe, assim evidenciando “a intrínseca relação entre deficiência e pobreza” (ANDRADE et al, 2015).

Ainda hoje há uma grande dificuldade entre os surdos em adentrar o mercado de trabalho. Visto que a população ouvinte em sua maioria não conhece a língua de sinais, assim como os clientes das empresas, a surdez indica um empecilho à comunicação, o que pode prejudicar a produtividade do indivíduo. Tal situação no contexto atual pode ser facilmente contornada com o uso das tecnologias ou com o simples aprendizado da Libras, no caso dos surdos brasileiros. Contudo, tal abordagem ainda parece distante da realidade dessas pessoas. Segundo Marx e Engels, “o proletariado é recrutado em todas as classes da população” (MARX et al, 2007, p. 47). Embora muitos surdos permaneçam dependentes financeiramente ou trabalhando de informalmente, é possível encontrar um aumento na inclusão de surdos no mercado de trabalho, assim como cegos, deficientes intelectuais, deficientes físicos, entre outros grupos de minorias. Os surdos, porém, vistos como “incomunicáveis”, ficam limitados aos cargos braçais, relativos à limpeza ou trabalhos mecânicos na linha de produção. Também pela suposta dificuldade ou impossibilidade na comunicação, não encontram quaisquer promoções ou chances de crescimento na empresa. Buscando uma melhora em tais condições de emprego, a educação entra como uma forma de habilitá-los para o trabalho, caracterizando a educação tecnicista também presente na vida de pobres, negros, deficientes intelectuais e físicos. Cito Araújo:

Padden & Humprise, citados por Klein (1998), observam que é interessante pensar em como escolas para surdos que atendem adolescentes e jovens, os quais ainda não foram inseridos no mercado de trabalho, falam em reabilitação, como se fosse necessário reparar algo ou alguém que já falhou (ARAÚJO, 2002, p. 48).

É através dessa reabilitação que o surdo deixa de ser educado como cidadão, capaz, ser político e individual, com identidade e cultura própria, para ser apenas um possível proletário nas linhas de produção, carregando o trabalho braçal, mecânico e mal remunerado quase como uma sina, sem mudança possível. No caso dos surdos, essa educação tecnicista se volta principalmente ao desenvolvimento da fala oral e leitura labial. Segundo Strobel, teórica surda:

Talvez, a mais “sofrida” de todas as representações no decorrer da história dos surdos é a de “modelar” os surdos a partir das representações ouvintes. Wrigley reflete sobre esta afirmação: “[...] para o oralista, convencionalização tem o objetivo mais amplo: as crianças surdas “passarão” por ouvintes, tornando-se assim “aceitáveis” como pessoas que parecem ouvir” (1996, p. 47). Esta representação ouvintista ainda está presente atualmente, muitas vezes a sociedade quer que os surdos sejam “curados”, direcionando-os para a ilusão da esperança da “normalização” (STROBEL, 2007, p. 23).

Hermanse, surda francesa, retrata em documentário a mesma situação durante sua infância:

Quando pequena, me ensinaram a falar, eu me lembro muito bem. Eu tinha impressão de ser uma boca, que meu corpo se reduzia a minha boca, como se o resto não existisse. E eu fazia de tudo para falar. Essas bocas perto do meu rosto, que se mexiam. Eu fazia o que podia para imitá-las. Eu achava que, depois, eu viraria ouvinte e falaria como todo mundo. Aprender a falar era a única meta. Não tive aulas de geografia, de história, de francês. Só existia minha boca, a reeducação interminável durante toda a minha infância. A maioria dos meus professores eram legais. Mas queriam que eu falasse, e nada mais (OCHRONOWICZ, 2009).

Assim, a partir desta perspectiva médica, o surdo é visto como uma pessoa que precisa ser consertada, adequada ao mundo normal, onde os ouvidos e as bocas “funcionam corretamente”; ao invés de uma abordagem cultural onde os surdos são uma minoria linguística com costumes, história, organizações sociais, enfim, uma cultura e identidade própria. Dessa forma, sem acesso à educação completa e de qualidade, sendo educados muitas das vezes por ouvintes, sem um modelo surdo para desenvolver sua identidade e conhecer sua cultura, será o surdo um cidadão completo? Terá acesso a outras condições de trabalho e de vida? Na concepção de Lane (2005), será o “surdo” um “Surdo” quando crescer? Terá a identidade política surda que nos fala Perlin (1998)?

Considerações finais

Muitas questões permanecem em aberto nessa discussão, visto que o bom debate nunca se encerra, mas, pelo contrário, encontra outras questões e problemáticas no decorrer do caminho. Aqui, contudo, fica evidente a importância da cultura no desenvolvimento do indivíduo surdo dentro da sociedade e na sua vida pessoal e na construção de sua identidade; assim como também se mostra a necessidade de uma educação de qualidade para surdos, o que inclui a presença de educadoras e educadores surdos para pleno acesso a esta cultura.

Diferente da concepção de Tylor, que afirma, conforme a interpretação de Laraia, que a diversidade é “o resultado da desigualdade de estágios existentes no processo de evolução” (LARAIA, 2001), tomamos como correto que as culturas são várias e igualmente válidas, e é parte essencial da formação do sujeito dentro da sociedade. Explica Laraia (2001), “todo sistema cultural tem a sua própria lógica e não passa de um ato primário de etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro”. Logo, a cultura surda não é um estágio em

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

direção à cultura predominante e mais avançada dos ouvintes, mas uma cultura própria, com suas características, manifestações, língua e lideranças.

Dessa forma, não são necessárias representações sociais dos surdos que, nas palavras de Strobel, “estimulam as identidades imaginárias, isto é, sendo concebidos como seres ouvintes, em uma dimensão histórica, no contexto agradável e aceitável para a sociedade” (STROBEL, 2007, p. 20). O surdo tem o direito de assumir, aderir, nomear e defender sua cultura, sem que isso retire dele a possibilidade de conviver com ouvintes, trabalhar nos mais diversos cargos, estudar e viver de forma autônoma. Uma vez que grande parte dos surdos são filhos de pais ouvintes que desconhecem a cultura e língua surda, os alunos surdos, em sua grande maioria, não possuem quaisquer outros vínculos com o Mundo Surdo além da escola, sendo papel dos educadores de escolas surdas, ou de professores de alunos surdos incluídos no sistema regular de ensino, ensinarem sobre esta cultura e seu devido valor. Apenas assim, será possível uma visão positiva sobre ele e sobre os outros surdos, como pertencentes a um grupo de minoridade linguística (LANE, 1995), perdendo a concepção médica e já ultrapassada de um indivíduo defeituoso.

Contudo, no contexto atual, ouvinte e neoliberalista, é necessário que o surdo também aprenda a língua portuguesa escrita, assim como a cultura ouvinte, para uma melhor convivência e maiores oportunidades no mercado de trabalho. A utopia de um mundo dos surdos (LANE, 2005) não pode abandonar a realidade concreta onde surdos ainda são minoria no mercado de trabalho, realizam em grande parte os trabalhos braçais e são mal remunerados, sem possibilidade de crescimento nas empresas, além de possuírem pouco acesso à educação de qualidade. Mas, pelo contrário, através da cultura surda, incentivá-los a serem independentes, curiosos e preparados para o mundo ouvinte, muitas vezes tão hostil à comunidade surda.

Ainda hoje podemos analisar que o embate entre duas culturas dentro de um mesmo tempo e lugar causa enormes prejuízos aos que pertencem à cultura com menores direitos e visibilidade, neste caso, a cultura surda. O mercado de trabalho, a história, a cultura dominante, a linguagem, a política e a estrutura social e econômica, todos pautados pelos interesses ouvintistas e neoliberais, acabam por alienar os indivíduos surdos, que precisam abandonar sua cultura e ajustar-se ao mundo ouvinte para conseguirem seus direitos como cidadãos e cidadãs. Assim, concluímos que a educação dos surdos possui um grandioso empecilho não apenas na maneira em que esta educação ocorre, mas também na falta de

instrução dos próprios ouvintes acerca dos surdos, sua cultura, língua e identidade, e a importância da inclusão e diversidade.

Referências

ANDRADE, Carolina et al. **A dupla desvantagem da mulher com deficiência no mercado de trabalho.** Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16581&revista_caderno=29. Acesso em: 19 abr. 2017.

ARAÚJO, Maria. **A Qualificação de Surdos para o Trabalho e o Papel Significativo da Linguagem.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

ENGELS, Friedrich et al. **O Manifesto Comunista.** São Paulo: BoiTempo, 2007.

GESSER, Audrei. **Libras: Que Língua é Essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

KARNOPP, Lodenir. **Literatura Surda.** Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/literaturaVisual/assets/369/Literatura_Surda_Texto-Base.pdf. Acesso em: 19 abr. 2017.

LANE, Harlan. **Construction of Deafness.** Disponível em: http://www.ohio.edu/PEOPLE/kochl/public_html/construction_of_deafness.pdf. Acesso em: 22 abr. 2017.

LANE, Harlan. Ethnicity, Ethics, and the Deaf-World. **Jornal of Deaf Studies and Deaf Education**, Boston, p. 291-310, maio 2005.

LARAIA, Roque. **Cultura: Um Conceito Antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MIRANDA, Viviane. **Surdez e Identidade: Existe Uma Cultura Surda?** Monografia. Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Maria. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência.** Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

PERLIN, Gladis. **Histórias de vida surda: identidades em questão.** Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** Campinas: Autores Associados, 1999.

SOU surda e não sabia. Direção de Igor Ochronowicz. 69 mins. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Vw364_Oi4xc&t=1819s. Acesso em: 21 abr. 2017.

STROBEL, Karin. In: QUADROS, Ronice et al. **Estudos Surdos II.** Petrópolis: Arara Azul, 2007, p. 18-37.

SUTTON-SPENCE, Rachel et al. In: QUADROS, Ronice. **Estudos Surdos I.** Petrópolis: Arara Azul, 2006, p. 111-165.

A LEI DA TV PAGA COMO FERRAMENTA DE ACESSO DA BANCADA EVANGÉLICA AO SISTEMA PAGO DE TELEVISÃO

João Paulo Pugin Souza¹

Introdução

A proposta de pesquisa aqui relatada foi desenvolvida durante o ano de 2016, a partir do trabalho conjunto com a orientadora da pesquisa, professora doutora Ana Keila Mosca Pinezi, bem como a partir das discussões promovidas nas disciplinas, a partir da pesquisa e das discussões levantadas quando da apresentação no VI Colóquio Nacional Cultura & Poder.

Trata-se de um trabalho distinto do projeto inicial submetido à seleção do programa, cuja proposta visava abordar como a organização da Assembleia de Deus Vitória em Cristo em indústria cultural religiosa permitia que esta se organizasse politicamente, ocupando cargos estratégicos nos mecanismos de representação pública. Tal proposta primeira carecia de um corpus específico que sustentasse a hipótese – e, sobretudo, a comprovasse (ou refutasse) a partir de um trabalho cujo resultado não recaísse em obviedades. A partir da proposta de problematizar de que maneira a representação política por grupos religiosos conflui para a defesa de seus interesses no campo midiático, propôs-se trabalhar a partir de uma legislação específica – a que dispõe sobre o sistema fechado de TV. O foco escolhido foi no processo de tramitação de projeto de lei até sua sanção, onde, segundo a hipótese levantada, as Igrejas desenvolveram estratégias para trabalhar a legislação em favor de seus interesses.

Entre o Estado e o religioso

O debate sobre o papel regulador do Estado na comunicação social consta em diversas leis, como a Constituição Federal, a Lei de Imprensa e a Lei das Telecomunicações. Desde 1997, quando a Agência Nacional de Telecomunicações foi criada a fim de regular o mercado audiovisual, juntamente com a Agência Nacional do Cinema, as discussões sobre a comunicação de acesso condicionado – TV e rádio por assinatura – se intensificaram.

Em 2007, o então deputado federal Paulo Bornhausen (PFL-SC) apresentou ao plenário da Câmara o projeto de lei 27, que dispunha sobre a organização e a exploração das

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, UFABC, joaopugin1@gmail.com

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

atividades de comunicação no sistema fechado. Participava dos objetivos principais adaptar a legislação brasileira visando possibilitar que as empresas concessionárias de telefonia pudessem prestar o serviço de distribuição de TV por assinatura.

Ao PL 27 foram apensados outros dois projetos: o PL 70, que limitava o capital estrangeiro nas empresas produtoras e distribuidoras de conteúdo condicionado, e o PL 332, que versava sobre o regime jurídico das empresas.

Ainda em 2007, o projeto foi encaminhado às comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Inicialmente, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) elaborou pareceres a respeito da importância da regulação das operações econômicas no sistema fechado de TV. Posteriormente, o projeto foi enviado à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). Ao longo de três anos de discussões na CCTCI, o PL foi revisado e modificado por diversas vezes, tendo sido propostas mais de 150 emendas ao texto original.

Faz-se importante o registro de que, até o relatório final da CDEIC, nenhum parlamentar ligado a grupo religioso sugeriu emendas ao projeto. Apenas quando discutido na CCTCI, à época composta de 36% de deputados evangélicos, esses parlamentares passaram a propor que se discutisse o conteúdo nos canais por assinatura.

Das proposições de tais deputados, convém ressaltar algumas, que, pela alteração proposta no texto, evidencia os interesses dos grupos religiosos a que pertencem. A emenda 13, de autoria do deputado João Campos (PRB-GO) previa a discussão sobre não apenas a livre iniciativa, possibilitando empresas de telefonia a operarem no ramo de TV por assinatura, mas propunha dispor sobre o conteúdo veiculado nos canais distribuídos. Por sua vez, a emenda 25, proposta por Lincoln Portela (PRB-MG) introduzia ao debate a questão da obrigatoriedade de distribuição de canais, como forma de assegurar que a TV por assinatura brasileira não se caracterizasse como uma filial das *majors* norte-americanas. Em 2009, a deputada Fátima Pelaes (PMDB-AM) propôs requisitos acerca do conteúdo dos canais cuja distribuição fosse obrigatória e gratuita, sendo pautado pelos princípios da liberdade de expressão e estímulo à produção nacional e independente.

Após dezenas de reuniões e debates na CCTCI, o projeto de lei foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde o então relator, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), alterou a redação dos artigos relacionados aos canais obrigatórios. Foram excluídos os critérios relativos ao conteúdo como requisito à obrigatoriedade, e redigidos

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

termos técnicos: a presença dos canais nas cinco regiões geopolíticas do país e a transmissão para, no mínimo, um terço da população.

Desta forma, os princípios da comunicação de acesso condicionado foram substituídos por requisitos de abrangência, privilegiando canais abertos, com grande número de retransmissoras, em detrimento de canais com conteúdo nacional diversificado e parceiro de produtoras independentes, como o Canal Brasil, da Globosat; o Curta!, da Synapse; o Primebox Brazil, do Grupo BoxBrazil; e mesmo canais com conteúdo educativo, como a TV Cultura e a TV Brasil, ambos estatais. Mas mais do que canais abertos, a reação dada por Cunha obrigou a transmissão gratuita de emissoras, em sua quase totalidade, pertencentes a grupos religiosos.

Dos canais que passariam a ser distribuídos obrigatória e gratuitamente, dois são de propriedade da Igreja Universal do Reino de Deus (Record e Record News), um da Igreja Internacional da Graça de Deus (RIT), três de grupos católicos (TV Aparecida, Rede Vida e Canção Nova), três com cerca de 35% de seus horários locados a Igrejas evangélicas (Rede Brasil, RedeTV! e Band), dois com 100% de sua programação arrendada a Igrejas evangélicas (Ideal TV e CNT) e apenas três sem conteúdo religioso (Globo, SBT e MixTV). Após a relatoria final, o projeto foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff em 2011, tornando-se a lei 12.485.

Diante deste cenário, a proposta da pesquisa consiste em analisar os trabalhos que os grupos religiosos que possuem conteúdos nos canais citados realizaram para garantir a obrigatoriedade dessas emissoras no sistema fechado de TV. A hipótese corrobora a ideia da construção de estratégias políticas, no sentido de atuar nos momentos-chave da tramitação do projeto de lei.

Assim, os exemplos exponenciais acima apresentados, quando ao menos três deputados propuseram emendas ao texto-base da lei, mostram uma articulação dos grupos religiosos desde a inclusão do tema do conteúdo até a definição de quais emissoras seriam assim distribuídas. Todos os deputados mencionados a partir das discussões na CCTCI pertencem a grupos religiosos, sendo, inclusive, líderes expoentes da Bancada Evangélica: João Campos, da Assembleia de Deus de Vila Nova, Goiás; Lincoln Portela, presidente da Igreja Batista Solidária; Fátima Pelaes, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo; e Eduardo Cunha, então membro da Igreja Sara Nossa Terra, e, desde 2015, membro também da Assembleia de Deus Ministério Madureira.

Estado da arte das pesquisas sobre o tema

Uma primeira análise acerca do conteúdo das pesquisas sobre a Lei da TV paga evidenciou a miscelânea de interesses de abordagem do tema. Alguns trabalhos se focaram no impacto que as disposições da lei refletiram diretamente no consumidor, a partir da inclusão obrigatória de conteúdo nacional nos canais fechados (BAESSE, 2015; LIMA, 2015). Também os impactos no mercado audiovisual foram analisados, seja a partir da constatação do aumento da demanda (LOPES, 2015), ou mesmo da distinção entre a origem do conteúdo veiculado (SILVA e SOUSA, 2016). Foram discutidas questões relativas às reais consequências advindas com a lei 12.485, como sua validade em relação aos princípios da comunicação de acesso condicionado (GERALDES; CARIBÉ, 2015) e os problemas de concorrência acirrados pela lei (SILVA, 2012). Também um conjunto de textos se dedicou a discutir a Lei da TV paga a partir de sua inserção em um contexto de emergência de políticas públicas para o audiovisual (MORAIS, 2016; MELO, 2015). Mesmo os interesses empenhados para sua aprovação foram debatidos (FERNANDES; CHAGAS, 2015), em um esforço de compreendê-la a partir da conjuntura na qual se inseria à época de sanção. Apenas uma pesquisa abordou o processo de tramitação da lei, suscitado para contextualizar o período de crescimento das produtoras independentes (PENNER, 2016).

Acerca da distribuição desta produção ao longo dos anos, pudemos verificar que a incidência de pesquisas acerca dos impactos da lei se deu majoritariamente a partir de 2015, somando oito textos apenas naquele ano.

Quanto aos veículos em que foram publicados os trabalhos, vimos uma concentração de obras específicas sobre os impactos da Lei da TV paga em duas edições da Revista Eptic. Produzido pelo Observatório de Economia e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, o periódico é uma das poucas publicações do país cujo tema central é a economia política da comunicação e da cultura. Os dossiês “Perspectivas e desafios para as políticas de regulação da mídia”, publicado em maio de 2015, e “Cinema: suas políticas e sua economia”, publicado em maio de 2016, concentram um terço das publicações encontradas e que tratam da Lei da TV paga. Os demais trabalhos advêm de pesquisas de programas de pós-graduação e de outros periódicos das áreas de Comunicação e Políticas Públicas.

Em relação aos marcos teóricos de referência dos textos, viu-se uma seleção de autores que discutem o Estado e seu papel na regulação dos serviços de comunicação. A partir da formulação de leis para o audiovisual, Moraes (2016) compreendeu o governo como ineficaz ao prover a democratização dos meios massivos de comunicação. Com base na

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

discussão de Deubel (2002), o autor enxergou que as políticas públicas atuam no sentido de cristalizar o jogo de forças entre os distintos atores que reivindicam intervenção durante a definição dessas regras. Morais constatou que a lei tem avanços limitados, apesar de conter elementos em seu texto que discorrem sobre uma situação diversa culturalmente no campo audiovisual fechado.

Por sua vez, Caribé (2015) trabalhou a partir da visão crítica de Lima (2004), que diz haver o prevaecimento da concepção liberal no Estado brasileiro. Sob teor mais excludente, compreende que o papel chave do poder público reside justamente na abstenção – sua participação ativa seria sempre interpretada como uma ameaça à liberdade. É justamente a partir desse contexto que Caribé analisou a aprovação das políticas governamentais para o audiovisual, como a Lei do cabo e a Lei das telecomunicações.

Os entraves burocráticos pelos quais passa a Ancine² foram trabalhados por Costa (2015) a partir dos conceitos de economia política aplicados às regulações de Mitnick (1989). O autor compreende o papel do Estado como um ponto de intersecção de diversos agentes: privados, consumidores e o próprio Estado. Nesse sentido, o trabalho da Ancine pressupunha ações de restrição, vigilância e mediação, o que, na visão de Costa, reflete um trabalho que implica o diálogo entre os interesses de tais atores.

O trabalho de Silva e Sousa (2016), por sua vez, conferiu à Lei da TV paga um papel primordial, uma vez que esta representou diretamente a intervenção do Estado no mercado de TV por assinatura. Para a autora, a lei trabalhou para aproximar os polos produtores (cinema e televisão), uma vez que compreendeu a produção cinematográfica nacional como um conteúdo obrigatório³. Assim, a pesquisa buscou na compreensão do papel da televisão os motivos para esse meio disputar historicamente espaço com o cinema. O trabalho se baseou na compreensão da indústria cinematográfica nacional a partir de Autran (2013). A intervenção do poder público – registrada sobretudo na dotação orçamentária destinada ao fomento da TV e do cinema nacionais – refletiu e acirrou a guerra de posições entre os atores do mercado de bens culturais.

Já a visão crítica de Lima (2015) acerca da proposição da lei se respaldou em Stival (2014), que afirma que a participação de determinados grupos de interesses na criação de normas gera comportamentos oportunistas. Assim, “a regulação estatal raramente é desenhada

² A agência é responsável pela fiscalização do cumprimento da Lei da TV paga (BRASIL, 2011).

³ Os programas jornalísticos e as transmissões esportivas não são considerados no cálculo da cota de conteúdo obrigatório (BRASIL, 2011).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

para proteger o ‘interesse público’, um termo indefinível na melhor das hipóteses, mas, na verdade, voltada a beneficiar interesses privados” (2014, p. 138).

Quando Fernandes e Chagas (2015) discutiram a Lei de meios da Argentina, o fizeram a partir da evocação do contexto de criação dos grandes grupos midiáticos. A base de discussão se centrou em Ortiz (1988), que entende que, ao atuar nos diversos meios de comunicação de massa e de informação, o conjunto de empresas de mídia comungou de uma série de fatores. Assim, os grupos de comunicação se tornaram – estruturalmente e à vista do consumidor – uma única esfera e um mesmo empreendimento.

Por sua vez, Caribé (2016), ao analisar a hegemonia das Organizações Globo também no mercado de TV por assinatura, comungou da crítica de Santos (2001). A globalização se vendeu como uma fábula por meio do mito do fluxo instantâneo de informações e da atuação do grupo em diversas frentes do mercado, cujo processo real e perverso das desigualdades se escamoteou. Tal campo de separação entre a técnica e a política tornou desigual a disputa por espaço nos canais fechados: de um lado um grupo com mais de 50 anos de poderio econômico (BOLAÑO, 2005) e, de outro, produtoras independentes com infraestrutura e orçamento inferiores.

Na seara da hegemonia, Baesse (2015) estudou os conceitos de Gramsci (1992) para aplicá-los às Organizações Globo. Sendo estes aparelhos privados de hegemonia, se caracterizam como um caso de propriedade privada hegemônica. As atividades do grupo visariam, assim, o funcionamento em favor de uma visão de mundo imposta à sociedade por uma fração das elites brasileiras. Já Pessotto (2016) buscou compreender os impactos da Lei da TV paga frente a esse cenário hegemônico. Sua análise verificou de que forma a lei teria impulsionado mudanças práticas no setor e, em que medida, favorecera as produções regionais e independentes. Tais obras, que trouxessem a diversidade cultural brasileira à tela dos canais por assinatura, deveriam assumir posições de protagonismo – o que não ocorre. A pesquisadora manteve como base uma visão pós-positivista, elaborando indicadores a fim de avaliar a eficiência da política pública, segundo os critérios de Secchi⁴ (2013).

Por sua vez, Lopes (2015) guiou sua análise a partir da inserção do mercado de comunicação de acesso condicionado em um cenário de busca pelo reconhecimento do capital simbólico. Assim, cada programadora, segundo o autor, busca oferecer os melhores canais, visando ser reconhecida e desejada pelo público. Sua análise a partir de documentos oficiais

⁴ O autor utiliza como critérios básicos de avaliação das políticas públicas a economicidade, a produtividade, a eficiência e a eficácia (SECCHI, 2013).

se embasou nas discussões de Dantas (2011), que evidencia como o capital se apropriou da cultura, fazendo-a uma nova força dinamizadora do capitalismo e em busca do rentável.

As discussões de Castells (1999) também embasaram a disputa de espaço entre a televisão e o cinema, como constatado por Silva (2012). Dado que novas práticas de consumo e a profusão de mídias pautam a era da informação, foi nesse cenário em que a indústria secular do cinema buscou terreno com produtos distribuídos cada vez mais próximos dos consumidores. Também Penner (2016) trabalhou o conceito de sociedade em rede (CASTELLS, 1999) residindo na convergência de formatos e mídias uma situação favorável ao crescimento dos conteúdos produzidos para a internet na TV fechada.

Ainda acerca do que resultou a falsa expectativa de aumento da diversidade de conteúdos na TV fechada a partir da lei 12.485, Melo (2015) trabalhou Bolaño (2000) e sua concepção de multiplicação da oferta. Assim, a compreensão é a de que o surgimento de diversos canais de comunicação não garante a emergência de novas perspectivas e abordagens do conteúdo veiculado. Nesse sentido, o autor guiou seu debate compreendendo que a quantidade disponível de instrumentos da indústria cultural não reflete necessariamente um aumento na oferta de visões.

Por fim, há que se ressaltar que Geraldine e Caribé (2015) também partiram desse pressuposto ao embasar a discussão acerca das reais intenções para a aprovação da Lei da TV paga. Eles comungam com o que Santos (2001) compreendeu como a capacidade de reversibilidade do quadro de hegemonia internacional, dada a partir da construção de uma outra globalização. Esta, por sua vez sustentada na cultura popular, produziria uma maior diversidade e equilíbrio de narrativas, o que, segundo os autores, ainda não se verificou, dado o predomínio das *majors*⁵ no mercado de produção e exibição.

Considerações finais

Esses primeiros resultados apresentados não esgotam todas as possibilidades de análise a partir dos dados que coletamos, mas nos mostram uma tendência de produção a partir de 2015. O prazo de quatro anos para o aumento de publicações reside no fato de que grande parte das pesquisas abordou os resultados práticos da lei para a indústria do audiovisual, o que dependeu de diversos fatores. O cumprimento do prazo legal de adequação das emissoras e programadoras caracteriza-se como um desses motivos, uma vez que a

⁵ *Majors* são empresas internacionais – a maioria com sede nos Estados Unidos – que possuem filiais no Brasil para distribuição de conteúdo.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

regulamentação da lei se deu apenas em 2012, com a publicação da Instrução Normativa 100. Este instrumento legal estabeleceu a implantação das cotas de conteúdo nacional de maneira progressiva, cujo cumprimento pleno se daria apenas em 2014. A disponibilização de dados por meio de relatórios oficiais da Ancine sobre o mercado de TV por assinatura também dificultou o acesso aos dados oficiais, uma vez que a agência passou a disponibilizar os documentos apenas a partir de 2013. Por sua vez a emergência de políticas públicas para o audiovisual no continente latino-americano pode também ser um fator que impulsionou o desenvolvimento das pesquisas sobre o tema.

A concentração de grande parte das publicações a partir de dois dossiês – voltados ao mercado audiovisual em sua relação com o Estado – evidencia a necessidade da criação de espaços de estímulo como esses. Tal como Marques (2016) evoca, as publicações científicas acerca de temas emergentes e em correlação com o Estado são cada vez mais necessárias como espaço de discussão da máquina pública. É exatamente esta correlação que nos moveu para a realização desta pesquisa e que, ao mesmo tempo, evidenciou a necessidade de sua discussão com outras áreas.

Grande parte das abordagens das pesquisas relaciona os artigos da lei com sua aplicabilidade ao mercado audiovisual, seja diretamente na indústria produtora ou mesmo em sua importância frente ao movimento da sociedade pela democratização dos meios. No entanto, pouco espaço foi destinado ao processo primeiro de construção da lei. Quase todas as pesquisas citam-na a partir da proposição, em 2007, ou mesmo de sua sanção, em 2011. Porém, todo o período de quatro anos entre esses fatos ainda não foi um tema trabalhado nas publicações encontradas por nossa pesquisa.

Motivos para a realização de tal estudo não faltam. Ainda não há consenso sobre a real motivação para a proposição do projeto de lei 29/07: se seria por uma demanda enviada ao deputado Paulo Bornhausen por grupos sociais ou pelas empresas de telecomunicação. Também a centena de redações realizadas pelos deputados nas três Comissões da Câmara Federal e nas duas Comissões do Senado mereceriam um debate próprio, dadas as redações conferidas ao texto e que modificaram substancialmente a possibilidade de cumprimento dos princípios da comunicação de acesso condicionado. A atual crise no mercado de TV por assinatura, que registrou queda de 17% na base de assinantes em 2016 não diminui a importância do setor, que possui aproximadamente 18,9 milhões de assinantes (BUCCO, 2016).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

O cenário contemporâneo da TV paga, por si só, deveria inspirar trabalhos que buscassem respostas para tal na construção da lei. Dos 16 canais cuja distribuição deve ser obrigatória e gratuita aos assinantes, nove são de propriedade direta de grupos religiosos e 14 exibem conteúdo religioso terceirizado. Também o registro de produções reprisadas exaustivamente pelos canais (CASTRO, 2015) evidencia que o cumprimento da cota de conteúdo nacional não segue os princípios da comunicação de acesso condicionado, uma vez que não estimula a produção independente e cultural. O debate acerca das relações do mercado de TV por assinatura com os oligopólios produtores de conteúdo, as *majors* estadunidenses e o Estado é contemplado amplamente nas pesquisas, mas não o é em sua interface com os grupos religiosos, por exemplo. A penetração das Igrejas no mercado condicionado de TV acabou se tornando, assim, um instrumento cuja obrigatoriedade é amparada na lei.

As discussões em torno da busca por um processo de democratização dos meios de comunicação e do cumprimento de seus objetivos educacionais e culturais fazem-se cada vez mais importantes. O recrudescimento das políticas estatais a partir de processos políticos (DOS SANTOS; COUTINHO, 2012), como o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, limita cada vez mais as tentativas de prover um Estado cujas políticas públicas trabalhem contrárias aos interesses hegemônicos dos oligopólios. Moraes (2011) já alertara para os riscos da concentração de negócios do espetáculo nas mãos de determinados grupos, que ameaçam a pretensa autonomia dos meios de comunicação.

Nesse esforço de levantamento de uma certa produção de conhecimento, nos localizamos em um ambiente sociocultural no qual as tecnologias da informação e comunicação são cada vez mais centrais para o desenvolvimento humano (CASTELLS, 1999). Percebemos que as pesquisas crescem conforme os mecanismos legais se mostram fontes de pesquisa – mas também de dados oficiais para essas pesquisas; diversificam-se aos poucos os locais de produção, ainda muito dependentes de iniciativas de periódicos quase especializados em determinados temas.

O levantamento bibliográfico aqui realizado permitiu destacar alguns aspectos que poderão nortear pesquisa futuras em diversas áreas. O aumento significativo das produções científicas nas áreas de Comunicação e Políticas Públicas é um forte indicador da relevância e complexidade do tema para ambas as áreas. Tal como defendemos a realização de pesquisas que correlacionem a lei 12.485 com aspectos mercantilistas, religiosos e políticos, é imprescindível que se comece a estabelecer um foco mais sistemático de estudo a respeito do

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

processo envolvido na tramitação da lei. A falta de pesquisas acerca do tema gera uma lacuna preocupante e de estudo primordial para a compreensão do atual cenário promovido pela lei.

Neste sentido, nossa pesquisa visou contribuir para a construção da memória das pesquisas que tratam do impacto da Lei da TV paga na sociedade, tal como Salomão Filho (2003), dando uma visão de suas necessidades e desafios a serem superados. Os resultados dos trabalhos aqui sumarizados reforçam as palavras de Maringoni (2013) de que os resultados das políticas de comunicação se traduzem, por vezes, em verdadeiros hiatos legais. A regulação, bem como a própria constituição dessas legislações, se tornaram cada vez mais necessárias. Cada vez mais as tensões, confrontos e linhas de força atuantes nesse cenário importam. É preciso, pois intensificar as investigações acerca da trajetória porque passaram as legislações de mídia, de sua proposição até sua sanção e, assim, contribuir para a construção de meios de comunicação de massa democratizados.

A partir de uma revisão de literatura em projetos de pesquisa e artigos publicados, pouco se constatou de trabalhos desenvolvidos em torno da lei da TV paga. O enfoque predominante dado nas pesquisas levantadas opera nas discussões sobre os resultados da Lei para o mercado audiovisual brasileiro, como o incremento da produção independente e as consequências para o mercado a partir da entrada das empresas de telefonia no ramo da TV fechada.

Para a abordagem desejada, foi proposta a discussão da representação política das Igrejas a partir das discussões de autores como Figueiredo Filho (2002) que entende que os parlamentares ligados aos grupos religiosos atuam em favor da manutenção e da expansão de suas atividades, e de Oro (2003), que reconhece serem poucos os temas nos quais a Bancada Evangélica atua de maneira coordenada – e a mídia é um deles. Já em relação ao processo de midiaticização porque passam as Igrejas, são fundamentais os trabalhos de Vital da Cunha (2012), cujas pesquisas demonstraram que os parlamentares evangélicos atuam para assegurar o acesso das Igrejas à mídia, e de Cunha (2008), que pesquisa as disputas dos grupos por visibilidade nos meios de comunicação.

Como fontes primárias para a compreensão da importância dos grupos religiosos em alcançar espaços na mídia propõe-se a revisão bibliográfica a partir das obras de teóricos da comunicação, da religião e do sistema de representação política. O trabalho realizado até o momento se desenvolveu em pesquisas nos sites das instituições por onde tramitou a lei (Câmara Federal, Comissões e Senado), onde estão dispostas as informações detalhadas sobre os passos cronológicos porque passou o projeto. Também constam ali as proposições,

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

emendas, relatorias, atas de reuniões, discussões nas Comissões em audiências públicas, enfim, dezenas de documentos oficiais que servirão como fontes secundárias e de base para a pesquisa documental acerca das estratégias empregadas pelos grupos religiosos.

São desafios identificados no momento o desenvolvimento de uma pesquisa capaz de abordar a representação religiosa a partir das estratégias empregadas pelos parlamentares e abordar, com rigor acadêmico e livre de (pre)conceitos, a importância da ocupação desses espaços para os grupos religiosos. Para além disso, pensar em marcos teóricos a partir de outros teóricos foi fundamental para determinar a importância de se repensar os marcos teóricos essenciais ao desenvolvimento do projeto.

Ressalte-se que trabalhar a partir de um problema que envolve questões interdisciplinares como a religião, a política e a mídia se torna um dos objetivos – e desafios – do programa interdisciplinar de pós-graduação junto ao qual se desenvolve a pesquisa, uma vez que, tal como ressalta Casanova (2006), a interdisciplinaridade não une simplesmente as disciplinas, mas as reúne em torno de um problema, se complementando mutuamente. Entende-se, por fim, que as perguntas feitas para o passado são produzidas no presente e, sobretudo neste caso, fundamentais para entender de que maneira as relações entre lideranças religiosas e parlamentares se desenvolveram na busca por apoio político.

Referências

AUTRAN, Arthur. **O pensamento industrial cinematográfico brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2013.

BAESSE, Jurema Maria de Sousa. **Mídia, sociedade civil e a democratização da comunicação: o confronto de discursos durante a Confecom**. Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.485**, de 12 de setembro de 2011. Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a medida provisória n. 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as leis n. 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12485.htm. Acesso em: 25 out. 2016.

BUCCO, Rafael. TV paga encolhe 17% em um ano. **Portal Tele Síntese**, São Paulo, 12 ago. 2016. Disponível em: <http://www.telesintese.com.br/tv-paga-encolhe-17-em-um-ano/>. Acesso em: 13 dez. 2016.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

CASTRO, Daniel. Para cumprir cotas, canais pagos reprisam filmes até 61 vezes no ano. **Portal Notícias da TV**, São Paulo, 1 nov. 2015. Disponível em: <http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/para-cumprir-cotas-canais-pagos-reprisam-filmes-ate-61-vezes-no-ano-9065>. Acesso em: 14 dez. 2016.

CARIBÉ, Pedro A. Lei da TV paga: desafios modernos e globais do cinema brasileiro e/ou independente. **Eptic**, Aracaju, v. 18, n. 2, maio/ago. 2016.

_____. **Lei da TV paga**: os mediadores na constituição de uma rede audiovisual. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CASANOVA, Pablo Gonzáles. **As novas ciências e as humanidades**: da academia à política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Mannuela. Cinema, ao fim e ao cabo. Primeiras impressões sobre o impacto da lei 12.485/2011, a Lei da TV paga, no Brasil. **Rebeca**, Rio de Janeiro, ano 4, ed. 7, jan./jul. 2015.

CUNHA, Magali do Nascimento. A serviço do rei: uma análise dos discursos cristãos midiáticos. **Rever – Revista de Estudos da Religião**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 46-69, set. 2008.

DANTAS, Marcos. O espetáculo do crescimento. A indústria cultural como novo motor de desenvolvimento na atual fase do capitalismo. In: **Produção de conteúdo nacional para mídias digitais**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2011.

DEUBEL, André N. R. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogodá: Ediciones Aurora, 2002.

DOS SANTOS, Rafael; COUTINHO, Angélica (Orgs.). **Políticas públicas e regulação do audiovisual**. Curitiba: CRV, 2012.

FERNANDES, Carla Montuori; CHAGAS, Genira Correia. Lei de meios audiovisuais da República Argentina: paradigma para uma legislação brasileira? **Eptic**, Aracaju, v. 17, n. 2, maio/ago. 2015.

FIGUEIREDO FILHO, Valdemar. **Entre o palanque e o púlpito**: mídia, religião e política. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GERALDES, Ellen Cristina; CARIBÉ, Pedro Andrade. A seletividade do audiovisual brasileiro e, ou, independente na Lei da TV paga. **Revista Comunicação midiática**, Bauru, SP, v. 10, n. 2, p. 109-125, maio/ago. 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Lettere (1908-1926)**. Turim: Einaudi, 1992.

LIMA, Heverton Souza. **A Lei da TV paga**: impactos no mercado audiovisual. Dissertação (Mestrado em Meios e processos audiovisuais). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LIMA, Venício. **Mídia**: teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LOPES, Denise Maria Moura da Silva. Avanços, retrocessos e estagnações: um balanço da lei 12.485. **Eptic**, Aracaju, v. 17, n. 2, maio/ago. 2015.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

MARQUES, Fabrício. A importância de estar presente. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ed. 241, mar. 2016.

MELO, Paulo Victor. Participação da sociedade nas leis de mídia da América Latina: apontamentos iniciais. **Anais Seminário OBSCOM-CEPOS: Comunicação e Marxismo**, Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2015.

MITNICK, Barry. **Economia política de la regulación**. México: Fondo de Cultura: 1989.

MORAES, Denis. **Vozes abertas na América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2011.

MORAIS, Kátia. A política de fomento ao audiovisual no Brasil e o lugar da TV. **Eptic**, Aracaju, v. 18, n. 2, maio/ago. 2016.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 53-69, out. 2003.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PENNER, Tomaz. A Lei do cabo e a produção de conteúdos audiovisuais para a internet. **Anais Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

PESSOTTO, Ana Heloiza Vita. **De coadjuvante a protagonista? Os desafios da diversidade cultural, da produção audiovisual independente e regional na TV paga**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Bauru, 2016.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **Direito concorrencial: as condutas**. São Paulo: Malheiros, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Gárdia Rodrigues. Cinema e televisão: afastamentos e reaproximações na economia do audiovisual brasileiro contemporâneo. **Latitude**, Alagoas, v. 6, n. 2, p. 267-295, 2012.

SILVA E SOUZA, Ana Paula da. Lei da TV paga: um novo paradigma para a política audiovisual brasileira. **Eptic**, Aracaju, v. 18, n. 2, maio/ago. 2016.

STIVAL, Fernando. **Características jurídicas do mercado brasileiro de audiovisual**. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento). Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2014.

VITAL DA CUNHA, Christina. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

O PÓS-COLONIALISMO EM MEIO A GUERRA ENTRE TEORIAS

Leandro Sales Esteves¹

Introdução

Este artigo pretende aproximar elementos da teoria pós-colonialista às questões que envolvem a guerra entre teorias expostas pelo filósofo alemão Douglas Kellner em seu livro *A Cultura da Mídia*, publicado em 2001.

Apesar das críticas tecidas por Kellner a respeito da multiplicação de discursos teóricos após as instabilidades últimas décadas, o autor expõe a importância dos diferentes objetos de estudo levantados pelas teorias pós-estruturalistas. No entanto, alerta ao fato de que nenhuma teoria é capaz de possuir uma verdade totalizadora da realidade social. Segundo Kellner, as novas teorias podem fornecer ferramentas teóricas e conceituais capazes de produzir uma abordagem multiperspectiva nas teorias sociais. Sendo assim, ao invés de produzirem a guerra entre teorias alertada pelo autor, as teorias estruturalistas e pós-estruturalistas, permitem o desenvolvimento de uma análise capaz de compreender os objetos de estudo numa maior complexidade.

Entre as diferentes teorias que surgem no período analisado por Kellner, destaca-se o pós-colonialismo. Para ampliar a compreensão a respeito das diferentes abordagens e conceitos pertinentes ao pós-colonialismo será utilizado como referencial o texto “Avanços e Ambiguidades do pós-colonialismo no limiar do século 21” de Thomas Bonnici. Neste artigo publicado em 2005, o autor aborda os conceitos pertinentes aos estudos pós-coloniais, e aponta para os diferentes direcionamentos e problemas inerentes a esta linha teórica. Bonnici desenvolve sua abordagem por meio da literatura, campo no qual tanto o colonialismo quanto o pós-colonialismo expressam seus conflitos e visões sobre a realidade colonial e suas persistências na contemporaneidade.

Cultura de mídia e as transformações sociais das últimas décadas

Kellner (2001) apresenta a complexidade do contexto entre as décadas de 1960 e 1990 e seus reflexos no campo das teorias sociais. Para este autor, diante dos efeitos dos movimentos de contracultura que eclodiram na década de 1960 e da reorganização da

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, UPM, leandro.esteves2008@hotmail.com

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

economia e da política após as recessões de 1970, houve uma ofensiva dos movimentos conservadores que aprofundaram seu antagonismo em relação aos modos de vida alternativos. No que se refere à década de 1990, o autor chama atenção para o papel das grandes mudanças tecnológicas que acabaram influenciando as diferentes esferas da vida, no trabalho, no lazer e no cotidiano. Kellner destaca que os efeitos da tecnologia da mídia e da informação provocaram um efeito ambíguo. Segundo este autor, se por um lado estas tecnologias diversificam as escolhas e ampliam a autonomia cultural, por outro, criam novas formas de vigilância e de controle.

Como afirma Kellner,

As Novas tecnologias de Mídia também propiciam poderosas formas de controle social por meio de técnicas de doutrinação e manipulação mais eficientes, sutis e ocultas. Na verdade, sua simples existência já cria a possibilidade de minar energias políticas e manter as pessoas bem guardadas dentro dos confins de seus centros de entretenimento doméstico, distantes do tumulto das multidões e dos locais de ação política de massa (KELLNER, 2001, p. 26).

Neste contexto, os estudos de cultura de mídia concebem o fenômeno das tecnologias como uma força dominante de socialização que substitui instituições tradicionais como a família, a escola e igreja na constituição de valores e modelos de identificação. Nesse sentido, tal abordagem teórica aponta para a cultura de mídia como a cultura dominante da contemporaneidade.

Transformações sociais e guerra entre teorias

As transformações destas últimas décadas provocaram um forte reflexo nas teorias sociais. Entre estas transformações se destaca a multiplicação das abordagens teóricas, em especial, aquelas que se erigiram em meio aos argumentos sobre o fim da Modernidade. O autor chama a atenção para a explosão de discursos teóricos sobre a pós-modernidade, afirmando que:

No que se refere à ruptura com as formas modernas de vida, alguns teóricos do pós-modernismo alegam que “o cativo do sofá, incansável surfista das ondas de TV, e o jóquei do computador plugado no ciberespaço e nos novos mundos da informação e do entretenimento constituem um espantoso desenvolvimento evolucionário, uma decisiva novidade na aventura humana. Os midiôlatras e tecnomaníacos da atualidade são vistos como caçadores coletores de informações e entretenimento, desafiados a sobreviver a suma sobrecarga de “infoentretenimento” e a processar uma espantosa quantidade de imagens e ideias (KELLNER, 2001, p. 28).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A “guerra” alertada por Kellner teria sua origem a partir da reprodução das lutas sociais no campo das teorias. Pois, segundo o autor, os novos discursos teóricos seriam produtos da sublimação de paixões e energias políticas derivadas dos movimentos de contestação da década de 1960. Entre estes movimentos se destaca o que chamamos de contracultura, destacado por Fanti:

Nos anos 60 há uma explosão de movimentos contraculturais que reivindicam uma maior liberdade para os indivíduos, sejam de pensamento, expressão ou comportamento, ao mesmo tempo em que cresce a consciência da responsabilidade coletiva pelo fim da guerra, da pobreza e da injustiça (FANTI, 2012).

Os movimentos contraculturais contribuem diretamente na emergência de diferentes abordagens e objetos de pesquisa. No que se refere a contribuição destes movimentos, Fanti (2012) afirma:

O legado contracultural permanece um misto que trouxe poder e polarização, ressentimentos e libertação, mas que certamente se tornou uma parte permanente da vida política e cultural e, a partir desses dois enfoques, que verificamos os frutos da revolução que os anos 60 viram florescer, crescer e se transformar carregadas da nova sensibilidade a nova percepção de que a modernidade estava sendo, no mínimo, transformada em seus pressupostos mais caros (FANTI, 2012).

A guerra entre teorias marca um conflito que de um lado abriga a abordagem estruturalista com suas teorias totalizadoras, cientificistas e universalizantes como o Marxismo, a Psicanálise e a Semiótica, e de outro os discursos teóricos do pós-estruturalismo com suas diversas teorias da linguagem, do sujeito, da política e da cultura. Assim, o debate a respeito das categorias sociais acaba cedendo espaço para as noções vida social, subjetividade e discurso.

No contexto da guerra entre teorias, Kellner tece a seguinte crítica:

A proliferação de novos discursos teóricos primeiramente tomou a forma de febre teórica na qual cada discurso teórico novo, ou recém-descoberto, produzia entusiasmo febricitante, como se um novo vírus teórico tomasse conta e se apossasse de seu hospedeiro. Então a febre teórica em proliferação assumia a forma de guerras teóricas entre discursos teóricos rivais, reduzindo muitas vezes a teoria ao domínio da moda (KELLNER, 2001, p. 34).

Apesar da polarização gerada entre as teorias estruturalistas e pós-estruturalistas, o autor destaca que em meio a esta nova diversidade teórica, grupos antes marginalizados

pelos teóricos sociais passaram a problematizar questões envolvendo o estudo das minorias étnicas e de gênero antes ignorados ou subestimados.

O pós-colonialismo situa-se entre estas inovações teóricas. Na visão de Kellner tal linha teórica surge a partir de:

Teóricos frequentemente oriundos de países colonizados produziram novos estudos subsidiários, atacando a colonização ocidental, enquanto os estudos sobre o pós-colonialismo e as vozes das nações recém-criadas produziam algumas instigantes inovações teóricas e expandiam muito o terreno dos discursos críticos (KELLNER, 2001, p. 35).

Colonialismo e pós-colonialismo

Apesar de possuir uma diversidade de abordagens os estudos pós-colonialistas, que ganharam notoriedade desde a década de 1970, se apresentam como um campo de análise das interações entre as nações europeias e as sociedades colonizadas ao longo da Idade Moderna.

É considerado colonialismo toda a política de opressão europeia desenvolvida sobre as sociedades africana, americana e asiática a partir do século 16. Tal política caracterizou-se não somente pela dominação militar e econômica, mas também provocou um processo de degradação das culturas dos povos colonizados e pela imposição de uma cultura eurocêntrica e cristã.

O pós-colonialismo consiste ainda num movimento de resistência às diferentes formas de colonialismo que ainda se encontram enraizadas na cultura, na política, na economia e na sociedade dos povos colonizados no passado.

A partir desta constatação Bonnici demonstra uma certa ambiguidade que caracteriza o termo pós-colonialismo. Esta realidade suscita a seguinte questão: Como podem existir nações pós-coloniais na medida em que ainda persistem diferentes formas de dominação europeia sobre as atuais “ex-colônias”? Tal como o autor afirma “a celebração triunfante de independência disfarça o atual neocolonialismo sob o pretexto de modernização e desenvolvimento numa era de globalização crescente e de transnacionalismo” (BONNICI, 2005).

Portanto, o “pós-colonialismo compreende toda a cultura influenciada pelo processo imperial desde o início da colonização até a contemporaneidade” (BONNICI, 2005).

Literatura e pós colonialismo

Devido a sua enorme abrangência, a literatura representou e representa um importante recurso tanto para o colonialismo quanto para a resistência pós-colonial. No que se refere ao colonialismo, a literatura teve um papel fundamental para a construção ideológica. Como exemplo pode-se destacar o a imposição do eurocentrismo e da tendência natural do nativo à submissão. Como afirma Bonnici:

a literatura inglesa foi utilizada para formar uma ideologia da superioridade do europeu (Próspero, em *A tempestade*), da submissão congênita do nativo (Calibã, em *A tempestade*), da inutilidade de rebelião e subversão contra o colonizador (em *Macbeth*), da repressão a qualquer transgressão (em *Medida por medida*), da formação do cânone literário (imposição do cânone inglês em detrimento de qualquer literatura local) (BONNICI, 2005).

Ao pós-colonialismo, a literatura se manifesta como uma importante forma de resistência, na medida em que, por meio de autores nativos, pode questionar os cânones ocidentais, incitar a descolonização da literatura nativa e afirmar a identidade original dos povos colonizados.

Como Bonnici elucida,

O projeto de descolonização da literatura eurocêntrica implica a crioulização da língua europeia, o uso da paródia e da mímica, a apropriação do poder para afirmar a identidade através da re-leitura, a denúncia do estrago colonial revelado pela diáspora, a ampliação do cânone literário, a ruptura da primazia dos textos metropolitanos pela re-escrita. Diante da importância e da força e da ameaça da literatura pós-colonial ao processo de descolonização da cultura, “a literatura inglesa polarizou qualquer literatura escrita por nativos, colocando está num estatuto inferior, denominando-a “periférica”, “marginal” e “não-canônica”, e incorporando-a na Commonwealth Literature” (BONNICI, 2005).

A Literatura pós-colonial pode ser concebida como uma janela que permite-nos compreender “quem é o sujeito pós-colonial da contemporaneidade?”. Uma possível resposta pode ser expressa pelo autor quando este considera que:

O crítico ou o autor pós-colonial é provavelmente um acadêmico, oriundo de uma ex-colônia britânica, preocupado do peso histórico do colonialismo e da persistência do projeto colonizador na mentalidade e na ideologia das pessoas pós-coloniais vivendo em países que outrora foram colônias europeias. O escritor ou crítico pós-colonial, especialmente aquele que não pertence a uma ex-colônia britânica, se angustia ou diante da re-visão não-começada ou diante da revisão inadequada da literatura produzida por qualquer país que estava submetido ao colonialismo ou está sendo atualmente arrebataado pelo projeto acríptico da globalização. Além disso, o grande problema para esses é a aceitação *sic et simpliciter* da teoria pós-colonial fabricada

pela academia do Ocidente e aplicada aos textos não- europeus tal qual foi formulada (BONNICI, 2005).

Estudos culturais

Bonnici demonstra um certo receio em inserir o pós-colonialismo no âmbito dos estudos culturais. Para o autor, a forte influência estadunidense sobre a academia brasileira condiciona nossas universidades a uma simples imitação. De tal forma que,

a preferência ao contexto sobre o texto, a bibliografia anglo- americana, a diluição dos estudos literários, ao abandono das reflexões latino-americanas sobre a identidade, poderia viciar e distorcer a teoria pós-colonial, impor um outro tipo de colonialismo e descartar o que é realmente latino-americano nesse campo (BONNICI, 2005).

Kellner deixa evidente seu entusiasmo com a abordagem dos estudos culturais na medida que destaca o importante papel desta linha de análise na qual ideologia, valores, representações de sexo, raça e classe se articulam com os modos de produção cultural. Nessa linha de análise Kellner defende uma ideia na qual considera que:

situar os textos culturais em seu contexto social implica traçar as articulações pelas quais as sociedades produzem cultura e o modo como a cultura, por sua vez, conforma a sociedade por meio de sua influência sobre indivíduos e grupos (KELLNER, 2001, p. 39).

Pós-colonialismo e pós-estruturalismo

Bonnici problematiza as produções pós-coloniais e o pós-estruturalismo. Inicialmente destaca a importância do pós-estruturalismo surgido nos países metropolitanos, o qual representou um importante movimento de luta pelos direitos das minorias, especialmente aqueles que envolvem os direitos dos homossexuais e das mulheres. No entanto, para o autor, houve uma negligência por parte dos pós-estruturalistas quanto ao entrelaçamento de classe, raça e gênero. Estabelecendo um paralelo com tal problemática, Bonnici afirma que:

a literatura pós-colonial, de autoria dos autores nascidos nas ex- colônias, esteja representando certas minorias privilegiadas dos países atingidos pelo colonialismo e deixando de lado representações mais profundas de classe, Gênero e raça pertencentes a maioria dos sujeitos colonizados. No romance *The God of Small Things*, de Arundhati Roy, destaca-se mais a família aristocrata de Ammu do que a do pária Vellutha. O negro Solomon em *A Distant Shore*, de Caryl Phillips, é o personagem (inicialmente) afortunado que consegue fugir da tragédia da guerra civil num país africano, e não representa os milhões que deixou atrás, vítimas das atrocidades tribais e do desemprego (BONNICI, 2005).

Mesmo diante destas problemáticas o pós-colonialismo produziu um importante e significativo referencial teórico. Somado a ampla e diversa produção de obras literárias, tal referencial fornece o arcabouço epistemológico necessário para promover o trabalhoso movimento de resistência. Tal movimento se faz fundamental para a difícil construção de identidade das ex-colônias frente às imposições coloniais que ainda persistem, tanto no campo teórico como nas diferentes esferas da vida social.

Sendo assim, pode-se afirmar que “A penosa construção de nós mesmos se desenvolve na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro” (GOMES, 1986 apud BONNICI, 2005).

Conclusão

As instabilidades sócias, políticas, econômicas e culturais das últimas décadas refletiram diretamente no campo das teorias sociais. Apesar da fragmentação teórica provocada novas teorias surgidas a partir dos movimentos sociais, houve uma favorável multiplicação dos olhares possíveis sobre imensa gama de objetos sociais, antes subestimados pelas teorias estruturalistas. O desafio de construir uma complementaridade entre as categorias sociais e os discursos e histórias de vida contemporâneos tornou-se fundamental para a construção de uma teoria multiperspectiva capaz de superar a guerra entre teorias.

As transformações sociais geradas pelas novas tecnologias, tornaram a sociedade mais complexa. Assim, há uma demanda maior por novos instrumentos teóricos capaz de compreendê-los em a partir de uma variedade de dimensões.

Neste contexto o pós-colonialismo apresenta um importante papel para a reconstrução das identidades das ex-colônias. Sendo a literatura, uma importante janela capaz de fornecer linguagem e expressão aos movimentos de resistência que lutam contra imposições culturais ainda persistentes no contexto pós-colonial.

Referências

- BONNICI, Thomas. Avanços e ambiguidades do pós-colonialismo no limiar do século 21. **Lêgua & meia - Revista de literatura e diversidade cultural**. Feira de Santana, v. 4, n. 3, p. 186-202, 2005.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- FANTI, Luís Henrique; FEIJÓ, Martin Cezar. Pós-modernidade e contracultura dos anos 60 e suas influências na agenda política dos anos 90. **Educação, Gestão e Sociedade: Revista da Faculdade Eça de Queiros**, ano 2, n. 6, jun. 2012.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

GOMES, Paulo Emílio Salles. **Cinema:** trajetória no subdesenvolvimento. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

HALL, Stuart. **Da diáspora.** Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais:** identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

SAID, Edward. **Fora do lugar:** memórias. São Paulo: Cia das Letras, 2004

MEMÓRIA E LUGAR: A CULTURA A PARTIR DO OLHAR HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

Leandro Sales Esteves¹

Introdução

A busca por elementos universais e objetivos exerceu forte influência sobre a História e a Geografia como conhecimentos acadêmicos, tendo em vista que ambos campos das ciências humanas alicerçaram suas bases em ideários positivistas. Do mesmo modo que se aproximaram, estes saberes também engendraram uma tentativa de resistência e rompimento com este caráter positivista. Tal movimento se deu por meio da busca por objetos de estudo marcados por elementos subjetivos que se diferenciavam dos tradicionais de análise. Este processo de rompimento teve grande expressão a partir da abordagem da memória pelos historiadores. Para a ciência geográfica foi o conceito de lugar que teve este papel, no qual serviu como chave para quebrar com a ênfase cientificista e tradicional da geografia. A Geografia Cultural surgida no início do século XX nos Estados Unidos abre as portas para se romper com o objetivismo que até então caracteriza o fazer geográfico. Na década de 1970 importantes geógrafos humanistas, influenciados pela geografia cultural e pelos estudos geográficos cujas bases filosóficas se alicerçavam em bases filosóficas fenomenológicas e existenciais concebem ao conceito de lugar um universo de sentidos, significados e experiências que se manifestam na cultura de um povo. O conceito de lugar antes restrito às noções de localização, passa a ser considerados a partir de uma teia de percepções, memórias, afetividades e vivências construídas pelos indivíduos que nele habitam. No campo da historiografia, a memória entendida como representação do passado, responde a um anseio questionador capaz de recontar a história livre da necessidade de se produzir narrativas triunfantes, considerando elementos subjetivos antes desconsiderados pelo seu caráter objetivista e cientificista. O historiador francês Pierre Nora problematiza as questões que envolvem a produção o anseio em se memória a todo momento em todos os espaços. Ao analisar o que denomina de “Problemática dos lugares” Pierre Nora destaca diversos elementos que diferenciam o saber historicizado da produção de memórias. O autor também confere uma conotação histórica ao conceito de lugar que se distancia do conceito de lugar

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, UPM, leandro.esteves2008@hotmail.com

construído pela geografia cultural-humanista. Utilizando a expressão “lugares de memória” para demonstrar um estágio em que a memória está convertida em história.

Influências do positivismo na historiografia

Há grande contribuição da historiografia alemã na construção de uma abordagem historicista que marcou a passagem do século XVIII para o século XX. O historicismo alemão se difere em grande parte das metodologias que vão posteriormente marcar a produção acadêmica da história. Ao considerar a singularidade de cada nação, desenvolveu um olhar historiográfico que se diferencia da visão globalizante imposta pelo cientificismo positivista que se desenvolverá nos períodos seguintes.

Ao descrever o surgimento e a importância do historicismo alemão, Barros destaca:

A emergência da Escola Alemã está relacionada a dois fatores bem específicos, e na verdade complementares: um desenvolvimento novo que se desdobra da própria historiografia, a partir da imposição da necessidade de uma metodologia específica de trabalho, e um contexto singular, que é o da consolidação dos estados nacionais após o período da Restauração, com o fim das guerras napoleônicas. Deve-se dizer ainda que o novo paradigma historicista, que se difundirá a partir desta escola, também atingirá outras especialidades para além da região que hoje constitui a Alemanha, de modo que em diversos países europeus também surgirão historiadores prontos a adotar o paradigma historicista (BARROS, 2001, p. 14).

O século XIX é marcado por uma série de transformações econômicas, políticas e sociais que refletem diretamente no campo do conhecimento científico. Estas transformações, que possuem maior expressão na França, vão repercutir na definição dos moldes do estado burguês, cuja influência atinge diferentes partes do mundo. No que se refere ao conhecimento, Faustino e Gasparin destacam que:

Devido à importância dada ao conhecimento científico nesse período – a partir do século XVII, a observação, a experimentação, a comparação e a classificação dos fenômenos passaram a ser os instrumentos utilizados pela ciência para se chegar à verdade – objetivou-se elevar a História à categoria de ciência e, para que isso fosse possível, dever-se-ia buscar suas leis gerais. Desde o século XVI, com o renascimento cultural ocorrido na Europa, multiplicaram-se as técnicas para reunir, preparar e criticar uma série de documentos considerados importantes para o fornecimento de dados à interpretação histórica, mas é no século XVIII que as filosofias da História tomam forma (FAUSTINO; GASPARI, 2001, p. 160).

A visão histórica formada sobre o ideário positivista e cientificista concebe o historiador como um observador que investiga a realidade em busca da verdade. Este observador deve desenvolver todas as atividades de produção do conhecimento através do

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

método científico dominante. O uso do método científico consagrado pelas ciências naturais confere um carácter essencialmente objetivo à História. Era um dever do historiador se afastar do objeto de estudo, incorporando um nível elevado de neutralidade que seja capaz de impedir quaisquer formas de influências pelo espírito de seu tempo. O carácter imutável do positivismo que passa a marcar a historiografia se choca diretamente com os processos de diferenciação que vinham sendo construídos pelo historicismo alemão no século XIX.

Nesse cenário metodológico, os dados relevantes para a produção do conhecimento histórico se baseavam em documentos oficiais que respaldavam determinada interpretação do passado. Como afirma Faustino e Gasparin:

A produção do conhecimento histórico, resultante dessa escola de pensamento, valorizava a seleção de um grande número de fatos bem respaldados por documentos, de onde se retiravam ou resgatavam os acontecimentos do passado que deveriam servir para a compreensão da sociedade do presente (FAUSTINO; GASPARIN, 2001).

Tal análise pode ser reforçada pela afirmação de Seligmann-Silva: “A historiografia positivista tradicional é avessa às imagens, desconfia delas assim como despreza a imaginação” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 74).

Os lugares de memória

Pierre Nora (1993) elucida as oposições que marcam história e memória. O autor concebe a memória como a vida em evolução ou deformação, presente de modo inconsciente nos grupos vivos e vulnerável a dialética da lembrança/esquecimento. Memória é o simbólico, o mágico, o latente, o repentino, o sensível, o detalhe, a lembrança vaga, o particular, a imagem, o flutuante, o sagrado, o vivido, o gesto, o objeto, o espaço, o enraizado absoluto para um determinado grupo social.

Já a história para o autor consiste numa reconstrução precária daquilo que não mais existe. Um esforço intelectual e crítico de representação do passado em uma prosa universal.

Nesse jogo de diferenças e oposições Nora afirma que:

No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimada do passado vivido. No horizonte das sociedades de história, nos limites de um mundo completamente historicizado, haveria dessacralização última e definitiva (NORA, 1993, p. 9).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A história se recusou a representar uma memória particular. Preferiu as memórias globalizantes, positivas e explicativas, revestidas de memória verdadeira e sem lacunas.

Pierre Nora demonstra que o que chamamos hoje de memória já é história. A problemática dos lugares resulta desta supressão da memória pela história. Tal como destaca Nora, “O tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar da história reconstituída” (NORA, 1993, p. 12).

A aceleração da História que marca a contemporaneidade é um resultado do impulso colonizador cuja mundialização que marca a atualidade representa um de seus ápices. Esse progresso modernizador impôs a erradicação da memória. Esta realidade gerou uma obsessão pela produção de registros históricos que se torna perceptivo pela busca por lugares onde a história materializa. Como afirma Pierre Nora “A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza está ligada a este momento particular da nossa história” (NORA, 1993, p. 1).

Este movimento também é marcado pela destituição da memória como prática social e a conduz à um modo historicizado. Como enfatiza Nora “Há locais de memória porque não há mais memória” (NORA, 1993, p. 1) ou ainda “Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”. Para o autor “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p. 2).

A existência dos lugares de memória se sustenta na ideia de que não se produz mais memória espontânea. Daí decorre a necessidade incessante de se produzir lugares e arquivos sem os quais a memória, já convertida em história, desapareceria. Com o autor elucidada

Lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos, semi- oficiais e institucionais, semi-afetivos e sentimentais; lugares de unanimidade sem unanimismo que não exprimem mais nem convicção militante nem participação apaixonada, mas onde se tinham ancestrais a um mundo da relação contingente com aquilo que nos engendrou, passagem de uma história totêmica para uma história crítica; é o momento dos lugares de memória (NORA, 1993, p. 14).

Lugar na geografia cultural-humanista

Por ser um campo de conhecimento voltado para a análise da realidade espacial, a geografia tem os conceitos de lugar, região território e paisagem como ferramentas teóricas fundamentais para construção de suas teorias.

Desde sua constituição como disciplina acadêmica no século XIX até a maior parte do século XX o conceito de lugar teve uma importância secundária. Isto se deve ao forte

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

positivismo que marcou as primeiras pesquisas na ciência geográfica. Ideias estas que ao supervalorizarem o objetivismo na produção de conhecimento, restringiu a noção de lugar um sentido de localidade. Tal noção também se deve ao fato do conhecimento geográfico se confundir em grande parte com o conhecimento cartográfico. Sendo assim, um lugar significaria uma localidade no mapa. Por exemplo um ponto na superfície terrestre definido pela intersecção de um paralelo e de um meridiano. Conforme afirma Holzer, “a busca crescente da objetividade praticamente inviabilizou qualquer consideração que extrapolasse o seu significado locacional” (HOLZER, 1999, p. 68).

Visando explorar caminhos diferentes daqueles trilhados pelos positivistas, o geógrafo estadunidense Carl Sauer ao desenvolver as bases da abordagem cultural nas pesquisas geográficas passa a explorar elementos subjetivos que proporcionam desdobramentos ao conceito de lugar. Mas, somente nas últimas décadas do século XX os geógrafos humanistas vão sofrer influência das ideias das ideias de Carl Sauer. Como salienta Holzer “O estudo da Geografia para Sauer estava vinculado ao conceito de “paisagem cultural”, no qual “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado” (HOLZER, 1999, p. 68).

Em 1952 o geógrafo francês Eric Dardel publica o livro *O homem e a terra*, considerado como uma das publicações mais importantes da Geografia. Onde o autor propõe um estudo fenomenológico e existencialista da geografia. Dardel se refere a uma geografia vivida em ato que considera a relação do homem com o seu meio como base de sua existência. Dardel propõe o conceito de espaço primitivo, defini como,

um espaço englobando o espaço material, mas mais próximo, sem nenhuma dúvida do espaço geográfico concreto que do espaço geométrico. Espaço onde se desenvolve a existência, por que ela é, em essência, extensão, por que ela procura um horizonte, direções, existências a se aproximar dela, por que a vida lhe oferece percursos a seguir, fáceis ou acidentados, seguros ou incertos. Ali onde os termos não podem mais se agarrar à uma realidade que resiste e que responde e não são mais do que cifras, é a geografia que, naturalmente, fornece seu vocabulário porque ele é concreto e qualitativo, próximo e claro. (DARDEL, 1990 apud HOLZER, 2003, p. 119).

As ideias de Sauer e Dardel se amalgamariam na década de 1970 quando passam a influencia a Geografia sob uma influência humanista. Neste contexto é constituído um conceito de lugar destituído de conotações puramente locais. O conceito de lugar proposto pela Geografia Humanista é construído a partir da relação dos conteúdos objetivos de uma área com os modos de ver o mundo pela sociedade, as crenças pessoais e os demais

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

significados subjetivos. Lukermann confirma a ideia do lugar como chave conceitual para a compreensão geográfica onde

O ponto culminante do estudo geográfico é a descrição da Terra em ordem geográfica. A chave para tal ordem está no conceito locacional de lugar. Enfatizar o relativo, o cultural, a experiência histórica da humanidade, em relação aos atributos físicos da área, é fazer o estudo completo da geografia – o estudo dos lugares (LUKERMANN, 1964 apud HOLZER, p. 69).

Considerar o lugar em seus sentidos e significações como espaço vivido, incorporado de elementos subjetivos, manifestações culturais, visões de mundo e experiências de vida aproxima o conhecimento geográfico de uma abordagem fenomenológica. Como afirma Holzer,

Estas ideias apontam para um dado: o das semelhanças entre o que os fenomenólogos chamam de “mundo” e o que os geógrafos humanistas denominam de “lugar”; o do “lugar” como um dos constituintes básicos da Geografia, como uma de suas essências (HOLZER, 1999, p. 69).

Para reafirmar a correspondência entre a ideia fenomenológica de “mundo” com a ideia de “lugar” construída pela abordagem humanista da Geografia, Holzer (1999) cita Luijpen:

a percepção é sempre percepção da coisa total, compreendida num campo mais amplo, o qual, por sua vez, é abrangido em um horizonte de significados ‘próximos’ e ‘longínquos’ ligados aos sempre mutáveis momentos de atualidade e potencialidade da percepção, eis o que se chama ‘mundo’ na fenomenologia. (LUIJPEN, 1973 apud HOLZER, 1999, p. 69).

Superada a ideia positivista que concebeu um sentido locacional ao conceito de lugar, na década de 1970 a consolidada conceituação de base filosófica fenomenológica e existencial proposta pela abordagem cultural e histórica em Geografia irá culminar como chave fundamental da Geografia Humanista. Holzer destaca que,

A fenomenologia e o existencialismo, como base filosófica, e a escolha do “lugar” como conceito espacial que mais atendia aos propósitos, seriam apropriados por alguns expoentes do coletivo – Tuan, Buttimer e Relph – empenhados na renovação da geografia cultural, ou melhor, da própria geografia, além de pretender o reconhecimento da geografia humanista como campo autônomo de estudos (HOLZER, 2003, p. 115).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Na década de 1970 a geógrafa americana Anne Buttimer faz uma ponte entre Geografia e Fenomenologia ao abordar as experiências geográficas em suas relações íntimas e coletivas no mundo cotidiano. Para Buttimer a abordagem fenomenológica da geografia remete a um “lugar natural” que seria o ponto de partida do conjunto de referências pessoais. Sendo assim, “Muitos estudos fenomenológicos enfatizam a natureza dialógica das relações entre as pessoas e os lugares” (BUTTIMER apud HOLZER, 1999, p. 70).

Ao se referir aos “campos de preocupação” o geógrafo Yi-Fu Tuan destaca a correspondência entre as noções de “mundo” e de “lugar” como produtos da consciência humana e sua relação subjetiva com as coisas e os outros. Tuan foi um dos que mais contribuiu para a construção de uma identidade própria para a Geografia Humanista. Para Holzer “Tuan afirmava que ‘espaço’ e ‘lugar’ são conceitos que definem a natureza da Geografia. Introduzia também o tempo como conceito em constante interação com o espaço” (HOLZER, 2003, p. 71).

Há uma grande preocupação entre os geógrafos humanistas em definir o lugar enquanto uma experiência geográfica que sob uma abordagem fenomenológica o concebe como um espaço vivido.

A geógrafa brasileira Livia de Oliveira, expoente da Geografia Humanista no Brasil, tradutora das principais obras de Tuan se refere aos livros “Topofilia” e “Espaço e Lugar”, como um “mundo topofílico, telúrico, de pausas e de movimentos” (OLIVEIRA, 2013, p. 91).

A abordagem subjetiva que enseja a abordagem humanística presente no livro Topofilia pode ser percebida pelo que afirma Oliveira:

Quanto a Topofilia, o autor acrescenta um subtítulo abrangente: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São estes conceitos que enriquecem e ampliam a visão de mundo, no contexto da experiência. O neologismo topofilia entrou para o dicionário, traduzindo o ‘elo afetivo’, entre nós e a natureza. A análise geográfica enfatiza o papel da percepção, concedendo uma maior relevância experiências sensoriais dos homens com o espaço na constituição da noção de lugar (OLIVEIRA, 2013, p. 91).

A percepção é colocada no cerne das preocupações geográficas, chamando a atenção para a relevância dos sentidos dos homens, suas sensações e seus sentimentos, seus sonhos e seus anseios. Mostra, também, que a percepção é ação e é um estender-se para o mundo; é uma linguagem de sinais e de símbolos. Os sensores táteis, as mãos competentes permitem perceber as asperezas e as texturas, porém são os visuais que nos fornecem a tridimensionalidade e do nosso meio ambiente, as cores e a distribuição dos objetos,

ensejando a movimentação espacial. Tuan esclarece o sentido da Topofilia da seguinte forma:

Um objetivo central dessa obra é estudar os sentimentos de apego das pessoas ao ambiente natural ou construído, pois “topus” é uma palavra grega que significa “lugar”, enquanto “filo” significa amor, amizade, afinidade. Esse autor se propôs a encontrar os elementos universais das percepções e valores sobre o ambiente por vários caminhos, como identificar as respostas psicológicas comuns a todas as pessoas (derivadas da evolução biológica e da estrutura básica do cérebro) e depois mostrar que os mesmos tipos de respostas se manifestam na cultura dos povos. Vê-se isso quando ele afirma que “a mente humana parece estar adaptada para organizar os fenômenos [...] em pares de opostos” e, mais adiante, comenta que todas as culturas pensam os fenômenos por oposições binárias entre macho e fêmea, terra e céu, montanha e mar, etc. (TUAN, 1982).

Segundo Oliveira, é no livro “Espaço e lugar” que Tuan aprofunda as conceituações fundamentais da Geografia Humanista:

O autor indaga: que é espaço? Que é lugar? Para responder estas questões os conceitos se fundem e se diferenciam apenas por um continuum, assim “quando o espaço nos é familiar, torna-se lugar”. A perspectiva da experiência é que nos permite isolar os conceitos, que na realidade constituem uma moeda, com dois lados. Espaço e lugar são essencialmente, inseparáveis e permeiam nossas percepções, nossas atitudes e nossos valores de visão de mundo (OLIVEIRA, 2013, p. 92).

Edward Relph foi um dos geógrafos que na década de 1970 consolidam a abordagem cultural do lugar na geografia. Para Relph a relação entre geografia e fenomenologia era fundamental para a crítica ao cientificismo e ao positivismo, bem como para construção de uma visão unificadora e holística da relação homem- natureza. Ao se referir a preocupação de Relph com a base filosófica fenomenológica da geografia humanista Holzer (2008, p. 137) afirma que “O método fenomenológico seria utilizado para se fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e, com isso, através da intencionalidade, reconhecer as “essências” da estrutura perceptiva”.

A contribuição de Relph para a construção conceitual de “lugar” se esforça em demonstrar a diversidade e a intensidade das experiências humana no espaço vivido. Como Holzer explica

Relph identificava seis tipos de espaço: o pragmático ou primitivo, o perceptivo, o existencial ou vivido, o arquitetônico ou do planejamento, o cognitivo e o abstrato. Para ele o lugar é um modo particular de relacionar essas diversas experiências de espaço, podendo ser identificado a partir de três componentes que se

interrelacionam: traços físicos, atividades e funções observáveis e, finalmente, significados e símbolos. Componentes estes que lhe dão autenticidade (HOLZER, 2008, p. 142).

Lugar e memória

Apesar de sua forte dimensão espacial o lugar também traz um forte componente temporal que se manifesta no campo da memória. Memória e lugar se aproximam por considerarem elementos subjetivos e por questionarem os modos positivistas que se impõem tanto na história quanto na geografia. O impulso teórico que marcou a abordagem da memória e do lugar nestas ciências humanas foi capaz de romper com o objetivismo destes campos de conhecimento contribui diretamente para que os estudos abordem dimensões antes observadas com desconfiança, mas que por meio da leitura da memória e do lugar oferecem uma intrigante teia de elementos antes desprezados como fontes de pesquisa. Tal como afirma Oliveira

A dimensão tempo está implícita em todos os lugares quer nas ideias de liberdade, movimento, quer no esforço em procura da acessibilidade. Assim, também a dimensão temporal está na experiência do espaço, confundindo-se facilmente às essências espacial e temporal. Na construção do nosso spatiotemporal vivenciamos meios ambientes naturais e construídos, e sabemos que os grupos culturais se distinguem na maneira de perceber e de organizar seus espaços e seus lugares. Isto é constatado através dos tempos e dos espaços, nos agrupamentos ou nas divergências, na localização em montanhas, ou nos vales, junto aos litorais ou em ilhas. O resultante do mosaico geográfico e histórica da vida humana sobre a superfície terrestre está aí, para ser estudado, explicado ou aceitado, e principalmente compreendido. A literatura contribui para o conhecimento e a apreciação de lugares e para a representação de espaço míticos, simbólicos ou afetivos, que passariam despercebidos, se não forem chamados a nossa atenção, tornando-os visíveis esteticamente (OLIVEIRA, 2013, p. 93).

Referências

- BARROS, José D'Assunção. Escolas históricas – discussão de um conceito a partir de dois exemplos principais: a “escola histórica alemã” e a “escola dos annales”. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 17, n. 24, p. 7-36, dez. 2010.
- BLOCH, Marc. **Introdução a História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.
- BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, p. 165-194, 1982.
- DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: Natureza da Realidade Geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- FAUSTINO, Rosângela Célia; GASPARIN, João Luiz. A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino de história. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 23, n. 1, p. 157-166, 2001.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

FONSECA, Ricardo Marcelo. O positivismo, “historiografia positivista” e história do direito. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho, n. 10, p. 143-166, fev. 2013.

HOLZER, Werther. A geografia humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, p. 137-147, Maio. 2013.

HOLZER, Werther. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, ano V, n. 10, p. 113-123, 2003.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 67-78, jul./dez., 1999.

LE GOFF, Jacques. História. In: _____. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 103-141.

MARTINS, Estevão de Rezende (Org.) **A história pensada**. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Editora Martins Fonseca, 2006.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Livia de. Os sentidos de lugar e de topofilia. **Revista Geograficidade**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 91-93, 2013.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Org.). **Qual o espaço do lugar?: Geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, p. 17-32, 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

TUAN, Yi-Fu. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 143-164.

MARCAS (IN)VISÍVEIS DE REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO BRINCAR

Lucimar da Luz Leite¹

Eliane Rose Maio²

Introdução

Este trabalho tem como propósito divulgar os resultados da investigação intitulada: “Representações de gênero e de sexualidade nas brincadeiras infantis e na docência: discurso, consolidação, resistência e ambivalência”³, a qual teve por objetivo analisar as representações expostas por docentes que lecionam na Educação Infantil, referentes às temáticas de gênero e de sexualidade no brincar. Para tanto, foram analisados dados provenientes de questionários junto a 14 professoras de um Centro Municipal de Educação Infantil em Campo Mourão/Paraná. Os dados evidenciaram diferenças, discriminação e estereótipos de gênero e de sexualidade representadas e/ou silenciadas no brincar.

O presente texto está dividido em duas partes. Na primeira parte, procuramos apontar compreensões conceituais, históricas e atuais gênero e sexualidade na escola, em especial, nas brincadeiras e brinquedos. Esses elementos auxiliarão a segunda parte, em que apresentamos as representações de gênero e sexualidade no brincar, reveladas pelas docentes.

Desse modo, compreende-se a relevância de se inserir mais estudos de gênero e sexualidade no curso de licenciatura (Pedagogia), para que professoras problematizem as relações desiguais de identidade de gênero e sexualidade que marcam as brincadeiras e corpos das crianças na realidade escolar.

Gênero e sexualidade no brincar

As aprendizagens de gênero e da sexualidade advêm desde a infância e percorrem a vida toda. Na escola, por exemplo, elas são refletidas, reproduzidas e produzidas (MORENO, 1999; CAMARGO; RIBEIRO, 1999; FERREIRA, 2006; RIBEIRO, 1996; VIANNA; RIDENTI, 1998; SEFFNER, 2006). Nesse sentido, a distinção entre os sexos refere-se às

¹ Doutoranda em Educação, PPE, UEM, Maringá, Paraná. E-mail: lukaluz24@hotmail.com

² Professora Dra. do Mestrado e Doutorado em Educação, PPE, UEM, Maringá, Paraná. E-mail: elianerosemaio@yahoo.com.br

³ Ressaltamos que o resultado deste estudo já tem sido divulgado em outros eventos regionais e estaduais, além de ser publicado na Revista de Educação pública, UFMT. <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4095>

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

aprendizagens que se reproduzem do exterior para o interior das crianças bem antes que sejam vistas exteriormente. Assim sendo, culturalmente, os comportamentos e as atitudes marcam os corpos de meninas e de meninos (FERREIRA, 2006).

Para Ribeiro (1996), as maneiras explícitas e implícitas de gênero são transmitidas às crianças pela educação informal, de tal modo que proporcionam estereótipos de gêneros que perpassam no espaço escolar, incluindo-se o brincar. Nesse âmbito, tanto o brinquedo quanto a forma de brincar são elementos historicamente influenciados pelas relações desiguais de gênero. Consideramos que antes mesmo de uma criança vir ao mundo, já se iniciam o preparo e a intervenção da família, parentes e amigos/as para recebê-la. Presentes, arranjos no quarto, roupas, brinquedos vão sendo organizados, deixando bem evidentes os processos de significados e estereótipos de gêneros. Esses aprendizados são refletidos e (re) produzidos na escola (LOURO, 1997). O que nos chama a atenção, de forma preocupante, é que nem sempre são notados. Quando o são, o silêncio se propaga.

Sendo a brincadeira uma ação que possibilita liberdade, as crianças podem sentir-se mais à vontade para manifestar a sexualidade como descoberta corporal, em que brincam com seus genitais e expressam carinho, curiosidades e comunicam a afetividade por gestos. Essas manifestações sexuais são caracterizadas, em muitos casos, como condutas não ‘adequadas’. Em consequência disso, acarretam o castigo e, conseqüentemente, os rótulos e preconceitos. Para contrapor esse quadro oponente de caráter repressivo, Ribeiro (2006) explica que as crianças têm o direito à intimidade, a expressar sua sexualidade e à informação. No entanto, algumas escolas educam para o impedimento, ao invés de realizarem intervenções que permitam à criança aprender ou manifestar noções de intimidade, que Giddens (1993, p. 11), compreende como “uma total democratização do domínio interpessoal”. A intimidade como democracia é definida pelos direitos e deveres e precisa ser compreendida “como um aglomerado de prerrogativas e responsabilidades que definem o planejamento da atividade prática” (GIDDENS, 1993, p. 208).

Moreno (1999) constata que as manifestações espontâneas nas brincadeiras possibilitam-nos perceber diversas diferenças quanto ao gênero em função de cada sexo. Assim, a autora discorre que “as meninas têm liberdade para ser cozinheiras, cabeleireiras, fadas madrinhas, mães que limpam seus filhos [...], e os meninos são livres para ser índios, ladrões de gado, bandidos, policiais, ‘super-homens’” (MORENO, 1999, p. 32). Para a autora, as manifestações espontâneas nas brincadeiras indicam espaços e marca, sobremaneira, os corpos das crianças. As meninas e meninos devem se comportar de modo diferente durante as

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

atividades lúdicas. Caso haja condutas semelhantes, os comentários invasivos são realçados, na aceção de mostrar que as normas sociais estão sendo desrespeitadas.

Essas distinções e discriminações de gênero evidenciadas na escola são, muitas vezes, vistas com certa “naturalidade”. Dessa forma, a escola realça tais diferenças, separando os meninos e as meninas nas filas, nas brincadeiras e em outros momentos, sem ao menos refletir sobre essas ações. Louro (1997, p. 60) destaca que “tal ‘naturalidade’ tão fortemente construída talvez nos impeça de notar que, no interior das atuais escolas, onde convivem meninos e meninas, rapazes e moças, eles e elas se movimentem, circulem e se agrupem de formas distintas”. Se as aprendizagens referentes às relações de gênero são entendidas como algo próprio da natureza, como evidencia Louro (1997), entendemos que elas se tornam mais difíceis de serem problematizadas como deveriam, resistindo a novos olhares.

Desse modo, infelizmente “um longo aprendizado vai, afinal, colocar cada qual em seu lugar” (LOURO, 1997, p. 60). Todos os aprendizados (gestos, movimentos, discursos, sentidos) ao serem incorporados pelos gêneros (masculino e feminino), tornam-se parte de seus corpos. Atualmente, ainda observamos alguns valores (relacionados às brincadeiras, às cores, aos brinquedos tidos como de meninas e de meninos) calcados na herança de padrões, os quais diferenciam e separam conforme cada identidade de gênero. Para Pereira e Mourão (2005, p. 206), “algumas brincadeiras preferidas pela maioria das meninas conduzem-nas à passividade, enquanto os meninos geralmente preferem atividades consideradas mais ativas e vigorosas”. Um gênero torna-se mais apto do que o outro, o que não significa que um seja naturalmente mais hábil do que o outro. São as construções culturais que compreendem que meninos apresentam mais habilidades para determinada tarefa/brincadeira (jogar bola, soltar pipas) do que as meninas. Nesse ponto, “observa-se que, desde o nascimento, meninas e meninos são submetidos a um tratamento diferenciado, que lhes ensina os comportamentos e emoções ‘adequados’ e ‘aprovados socialmente’ ao seu sexo” (PEREIRA; MOURÃO, 2005, p. 206). Culturalmente, os gêneros (masculino e feminino) aprendem a se comportar de maneira diferente. Tais diferenças nutrem a discriminação de gênero, discriminação esta que, para Moreno (1999), começa no momento do nascimento, ou mesmo antes, nas relações familiares e evade o espaço escola. Meninas e meninos, ao chegarem à escola, já têm interiorizados padrões de conduta que revelam princípios discriminatórios, cobrados com recorrência pela sociedade, pela escola e pelos familiares.

Portanto, as diferenças são apreendidas no convívio entre as pessoas. Por essa razão, o gênero relaciona-se aos valores e atribuições sociais e culturais (VIANNA; RIDENTI, 1998).

O brincar, por exemplo, é marcado por distinções. Para Cunha, Araújo e Gomes (2011) e Finco (2003), o brincar, além de ser considerado como atividade essencial para o desenvolvimento infantil, configura-se como artefato de fabricação de diferenças e de estereótipos.

A esse respeito, Kishimoto (2010, p. 10) ressalta a importância de se desconstruir práticas que adotem posturas de diferenciação quanto ao gênero no espaço da escola. “É conciso [...] criar um ambiente em que meninos e meninas tenham acesso a todos os brinquedos sem distinção de sexo, classe social ou etnia”.

Dessa forma, os brinquedos sofrem influência do contexto social e a criança é o sujeito desse processo, por vezes segmentado. A esse respeito, Felipe (2012, p. 220) destaca que os espaços, os brinquedos e as brincadeiras que proporcionamos às crianças não podem pautar-se por segmentações, pois “em geral, as pessoas costumam argumentar que os comportamentos de meninos e meninas, homens e mulheres são geneticamente explicados, que a natureza os fez pensar desta ou daquela forma”. No entanto, Goellner salienta:

que o gênero, é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que vão marcando os corpos, a partir daquilo que se identifica ser masculino e /ou feminino. Quando dizemos a um menino que ele não pode chorar porque isso é coisa de mulher ou, ainda, quando ensinamos as meninas que elas não devem participar de brincadeiras que exijam força porque isso é para homens, estamos reforçando modos de ser masculino e feminino que são comumente aceitos como normais e desejáveis a nossa cultura (GOELLNER, 2012, p. 109).

Tendo-se a compreensão de que o gênero se refere às aprendizagens de valores construídos socialmente, como bem ratifica Goellner (2012), essas aprendizagens continuam proliferando-se à medida que as atitudes, os comportamentos e as condutas são incididos às pessoas.

As brincadeiras são constituídas a partir do repertório cultural. Para Wenez (2012), além das representações de gênero, a sexualidade também se organiza nas relações sociais, fortalecendo determinada forma de identidade sexual, compreendida historicamente como ‘normal’. Dessa maneira, um silêncio sobre a sexualidade foi e vai se perpetuando nas práticas escolares e nas vivências coletivas das brincadeiras das crianças, uma vez que o esse silêncio ainda promove, legitima e valoriza uma única forma de sexualidade, as masculinidades e feminilidades heterossexuais.

Rabelo e Ferreira (2013) defendem a relevância da discussão da temática sexualidade e gênero junto aos professores e professoras, para que elas/es reflitam sobre a ‘naturalidade’

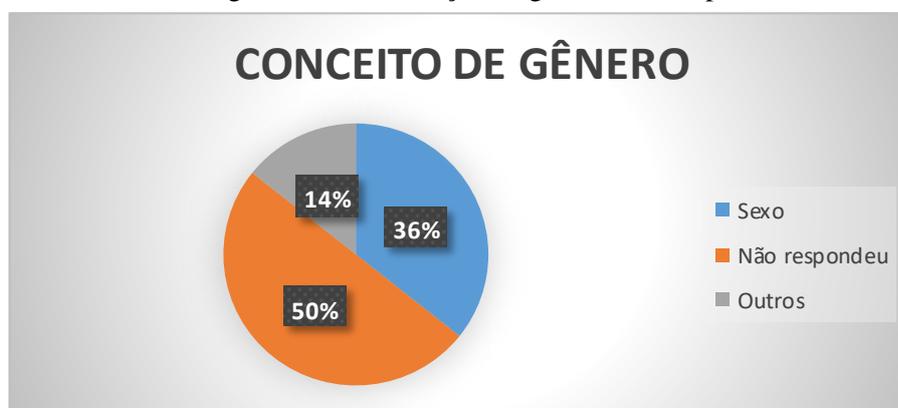
com que são tratadas essas questões de gênero e sexualidade. É necessária a compreensão de que as relações de gênero e sexualidade são culturais sociais e históricas e, assim, transcorrem as gerações. Caso contrário, os atos de discriminação, de violência e de repressão a respeito de gênero e sexualidade continuarão muito mais fortes do que imaginamos, como tem evidenciado a mídia e algumas realidades sociais.

Os cursos de formação de docente deverão dar suporte aos/às professores/as para que possam questionar os conhecimentos (re) produzidos no âmbito da escola. A esse respeito, Texeira (2010, p.47) aponta que a escola não reduz somente ao conhecimento científico, mas precisa também considerar e questionar o senso comum que permeia o seu espaço, no qual todas as informações devem possibilitar o debate. Para a autora, “sentimentos, valores e estereótipos, se não discutidos, ouvidos, são apenas fantasmas. Portanto, não existem, de fato, mas são apenas pressentidos e temidos. Se pressentidos, não são tocáveis, mas assumem um poder intenso sob os indivíduos”. Quando não debatidos, esses elementos interveem nas relações desiguais refletidas e produzidas na escola.

Resultados e discussões

Os dados de nossa pesquisa evidenciaram ausência de apreensão a respeito do conceito de gênero. Das 14 docentes que participaram da investigação, 5 delas, correspondendo a 36%, demonstraram entender sexo e gênero como elementos com a mesma significação. É o que o Gráfico 1 está representando.

Gráfico 1: Categoria 1: Conceituação de gênero citadas pelas docentes.



Fonte: Elaborada pela autora para fins de pesquisa.

Conforme mostra o Gráfico 1, além do entendimento de sexo como unívoco de gênero pelas participantes, identificamos também que 50% das docentes deixaram de responder à

questão sobre o conceito de gênero. Diante desse quadro, pressupomos que, em pleno século XXI, ainda há um silêncio sobre as temáticas de gênero e sexualidade. Dessa forma, partimos do pressuposto de que a falta de conhecimento e domínio referente ao assunto pode ter sido um dos indícios. Assim, o ocultar (não responder) pode ser visto como uma alternativa de fuga de algo que não se sente segurança. As considerações de Xavier Filha (2006) auxiliam-nos na compreensão desses dados quando afirma que gênero e sexo são elementos com significados distintos. A conceituação de sexo refere-se à identidade biológica da pessoa, definindo-a como “macho” ou “fêmea”. Em contestação, gênero alude-se às edificações da cultura, portanto é algo inacabado e constituído nas afinidades sociais. Do mesmo modo, Vianna e Ridenti (1998) e Seffner (2006) destacam que o gênero se relaciona ao apego e às atribuições sociais e culturais que são construídas e compreendidas conforme cada extensão histórica e espacial. Isso significa dizer que nas e pelas relações sociais é que são construídas as definições normativas para o feminino e o masculino.

Quanto ao não responder à questão sobre a conceituação de gênero, atingindo a porcentagem de 50% das participantes, compreendemos a resistência sobre tal assunto. Para as autoras Maio (2011) e Sayão (1997), o espaço escolar ainda tem apresentado dificuldade em desempenhar seu papel formativo diante do assunto inerente ao gênero e à sexualidade. Assim, entendemos que, por mais que atualmente as discussões e as pesquisas sobre esses assuntos estejam bem avançadas, elas ainda não atingiram os cursos de formação docente e as escolas como deveriam. É por isso que Braga (2010a, 2010b) alude à relevância de inserir as temáticas de gênero nos cursos de formação de professoras/res para que os/as mesmos/as estejam preparados/as para realizar um trabalho efetivo de gênero e sexualidade.

Questionadas sobre as manifestações sexuais das crianças durante o brincar, mais da metade das participantes, chegando a 64% (Gráfico 2), argumentaram que, durante seu tempo de atuação na Educação Infantil, não têm percebido nenhuma manifestação em relação à sexualidade. As docentes acreditam que, por serem crianças, não expressam a sexualidade. A esse respeito, Felipe e Prestes (2012) enfatizam que é na infância que começam as manifestações submersas da sexualidade, por meio do descobrimento da criança de seu próprio corpo como fonte de prazer.

Gráfico 2: O olhar das docentes sobre as representações das manifestações sexuais infantis.



Fonte: Elaborada pela autora para fins de pesquisa.

Compreendemos que, aparentemente, há um olhar das docentes sobre as crianças como assexuadas⁴. A esse respeito, Xavier Filha (2012) nos auxilia quando afirma que ainda há o entendimento de que falar sobre sexualidade com as crianças pode incentivá-las à vida sexual, por isso a ausência de trabalho sobre esse assunto. Felipe e Pretes (2012), Wenez (2012) e Xavier Filha (2012) destacam que no espaço escolar há entendimento de que, por ser criança, não é preciso saber sobre sexualidade. Para Silva et.al (2009), seja qual for a idade da criança, ela é sexuada, visto que sexualidade não se refere apenas ao sexo, mas está vinculada aos sentimentos, afetos e ao corpo. Existem inúmeras maneiras de se expressar a sexualidade, seja pelas relações de afeto, curiosidade e/ou pela linguagem simbólica. Desse modo, é relevante tratar sobre sexualidade no contexto infantil. De acordo com Felipe (2012), desde o nascimento da criança, iniciam-se as primeiras descobertas. “Quando o bebê recebe seu primeiro alimento, ali ele já descobre o seio materno como fonte de satisfação.” (FELIPE, 2012, p. 47). Ao longo da vida, outras expressões são descobertas, tais como o carinho, o toque durante o banho, a troca de fraldas ou de roupa, o beijo, o abraço e as palavras de afeto.

Referindo-se ainda aos dados relacionados à sexualidade, ressaltamos que apenas 36% das participantes argumentaram já ter identificado manifestações sexuais das crianças durante as brincadeiras no parque. Vejamos nos relatos que seguem:

- Em alguns momentos, as crianças brincam de casinha, como os papéis de pai, mãe e filhos, mas sempre com a supervisão do professor (Karina).

⁴ “tem a ver com os nossos sentimentos, nosso corpo, as formas de sentirmos prazer, como nos relacionamos sexualmente, a orientação do nosso desejo, o afeto que sentimos e recebemos” (SILVA; SILVA; SANTOS, 2009, p. 21).

- No maternal ainda não presenciei nada, mas no nível⁵ já ocorreram situações de usarem as bonecas para brincar de namorados. Mediante essa brincadeira é conversado com eles que são muito pequenos para pensar nesse assunto e sugeridas outras formas de brincar (Beatriz).

- Sim, beijo na boca, conversar e explicar que agora não é o momento e nem o tempo de se fazer isso que quando ela for maior eles vão poder beijar quem eles gostarem e escolherem como namorado (Joana).

- Beijo na boca, mas selinho e abraços. Conversamos com cada criança e falamos que eles não têm idade para estar namorando (Elaine).

- Sim, eles brincam de papai, mamãe e filhinho (Daiane).

As manifestações de afeto e as representações culturais da família (pai, mãe e filho) são marcadas nas narrativas pela heterogeneidade, o 'ideal' de configurações familiares aceitável em meio à sociedade. Além disso, as intervenções procuram ressaltar o tema sexualidade como desnecessário no contexto da Educação Infantil.

Estudos como os de Moreno (1999), Cunha, Araújo e Gomes (2011), Silvestre e Barreto (2008), e Wenez (2012), vêm sugerindo que existem diferenças de gênero em relação ao brincar. No entanto, os dados obtidos por meio da questão sobre como ocorrem as brincadeiras tem-se evidenciado contraditórios, uma vez que as 14 participantes relataram não ter percebido diferenças de gênero no brincar das crianças. Tais dados podem ser observados na tabela a seguir:

Tabela 1: Categorias de diferenciação de gênero no brincar e no brinquedo.

Como ocorrem as brincadeiras?	
Não há divisão entre meninas e meninos; brincam com os mesmos brinquedos e brincadeiras.	Há divisão, não brincam com os mesmos brinquedos e brincadeiras.
14 professoras	Nenhuma professora

Fonte: Elaborada pelas autoras para fins de pesquisa.

Consideramos que o ato de não perceber a diferença nas representações de gênero nem sempre significa que ela não existe. Isso pôde ser observado nesta pesquisa, por meio de algumas passagens nas quais se revelam diferenças de gênero no brincar.

- As diferenças que existem nas brincadeiras dos meninos e das meninas é que geralmente as meninas brincam de casinha, boneca com seu grupo de meninas, e os meninos também fazem o seu grupo e brincam de carrinhos etc. Acho que essas

⁵ A participante Beatriz não explicitou a que nível se refere.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

diferenças existem porque já foram ensinados assim desde antes, já aprenderam assim com seus pais (Liara).

- Atualmente, mulheres e homens têm desempenhado papéis bem semelhantes na sua fase adulta. Enquanto criança ainda vemos situações em que meninos usam azul e brincam de carrinho e as meninas não devem agir como meninos e vice-versa, na fase infantil ainda há muito pré-conceito com relação ao ser menina e menino (Beatriz).

- Em relação à criança, percebo que ainda há diferença, nas brincadeiras. Nem sempre os meninos querem brincar com as meninas. Na relação homem e mulher, o homem é visto na sociedade como forte e a mulher como frágil (Mariane).

Constatamos que as diferenças, as distinções, as desigualdades de gênero evidenciadas na escola, muitas vezes não são percebidas por serem vistas com certa ‘naturalidade’. Dessa forma, a escola (re)produz tais diferenças, separando automaticamente os meninos e as meninas, entre outros momentos, nas filas e nas brincadeiras. Um exemplo dessa compreensão de ‘naturalidade’ e ‘normalidade’ pode ser identificado na fala de uma das docentes: “as relações de gênero nos espaços de socialização são *normais*: sim, meninas brincam com meninos e vice-versa, com *naturalidade*” (Ivete). A esse respeito, recorremos a Louro (1997), quando aponta que a “naturalidade”, tão fortemente construída, acaba impedindo que notemos as diferenças entre meninos e meninas nos contextos escolares atuais.

Outro aspecto a ser destacado nos dados desta análise é a terminologia sexista nos fragmentos anteriores e, praticamente, em grande parte dos relatos, nos quais as docentes utilizam termos masculinos para se referir ao gênero masculino e feminino, (professores, eles, todos, pequenos, amigos entre outros). Para Neri e Teixeira (2012), isso é comum, pois a língua assume o conteúdo de uma sociedade patriarcal. Assim, afirmam que o gênero feminino desaparece por trás do masculino, mesmo que em um determinado local a presença feminina seja majoritária. Abranches (2011) acrescenta que a ocultação do feminino na linguagem gramatical corresponde à instalação do masculino específico em genérico, exibindo o poder de representação geral do ser humano.

Outro dado importante evidenciado em nossa análise é a relevância que seis professoras atribuem ao trabalho de gênero e de sexualidade na escola. No entanto, outra vez, parecem entender que essa temática é proeminente a partir de uma faixa etária, e não no contexto da Educação Infantil, conforme mostramos nos fragmentos a seguir:

- Acredito ser importante, mas a partir de uma determinada idade (Karina).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

- É importante, porém varia da faixa etária da criança, ou seja, a partir dos 10 anos (Joana).

As considerações de Louro (1997) auxiliam-nos na interpretação dessas considerações, ao apontar que nos múltiplos espaços e nas muitas instâncias em que se podem observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente, porque “ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, muito ‘natural’” (LOURO, 1997, p. 65). Xavier Filha (2006) evidencia que gênero é algo inacabado, que estaria ligado à constituição social do sujeito masculino e feminino. Compreendemos que os valores culturais são inseridos socialmente na medida em que interagimos uns/umas com os/as outros/as. Desse modo, somos educados/as com os hábitos culturais, embora ainda haja o entendimento dessa dinâmica como algo próprio da natureza. A força que se tem de que as representações de gênero são provenientes do natural interfere em nossa maneira de estar e apreciar o mundo. É preciso refletir e problematizar o conhecimento subjetivo e objetivo, pois ambos, tendo suas origens na cultura, podem estar marcados pela discriminação e desigualdade de gênero.

No conjunto de questões: “Como você vê as relações de gênero nos diversos espaços de socialização? Isso é refletido na escola? De que modo acontece? E como você lida com isso?”, nove relatos revelam que, embora a sociedade tenha passado por inúmeras mudanças nos mais diferentes segmentos, como o social, o cultural e o econômico, os valores que revelam diferenças quanto ao gênero ainda se proliferam. Isso pode ser refletido nas realidades educativas, mesmo passando despercebido pelas docentes. Esses valores, em nossa cultura, procuram ressaltar que o homem e a mulher são moldados a partir de relações de poder (SCOTT, 1995).

Considerações alcançadas

A partir da análise realizada, observamos que, atualmente, ainda há silenciamento sobre o gênero no brincar das crianças representada pelas docentes. Em outros momentos, as docentes deixam transparecer vozes com marcas bem explícitas de diferenciação de gênero. Essas diferenciações são arquitetadas na sociedade e refletidas na escola e, com o tempo, vão ganhando novos significados sobre a sexualidade. As narrativas analisadas evocam que o tema é relevante, porém, deve ser trabalhado a partir de uma determinada faixa etária. Entendemos, portanto, que esse tema ainda carrega certa aceção de interdição.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Outro destaque necessário insere-se na questão do sexismo linguístico, encontrado em grande parte das respostas fornecidas pelas participantes. Constatamos a presença de vários termos masculinos utilizados na representação geral da espécie humana, tanto para o feminino quanto para o masculino. Isso pode revelar a linguagem sexista, fruto das relações sociais e que ainda está, infelizmente, embutida na sociedade e no cotidiano escolar. Essa linguagem provoca relações de gênero desiguais e a inferioridade do gênero feminino em determinadas situações coletivas.

A última consideração transparecida em nossa análise trata do entendimento de socialização como sinônimo de igualdade de gênero. Oito dentre as 14 participantes entendem ser a diferença de gênero inexistente, por motivo de as crianças brincarem todas juntas em um mesmo espaço. O fato delas brincarem juntas, sem separação de meninas e de meninos, como aparecem nos discursos, não significa que não exista diferenças quanto ao gênero.

Compreendemos que tanto a sexualidade quanto o gênero são temas relevantes que estão associados às vivências das crianças, ainda que, em alguns espaços escolares, as relações desiguais de gênero e as expressões da sexualidade das crianças não sejam percebidas. Muitas vezes, quando intuídas, são assuntos silenciados – nesse caso, a resistência sobressai sobre as ações pedagógicas que deveriam ser realizadas, no sentido de auxiliar na quebra de tabus, interdições e preconceitos que estão presentes nos espaços educativos e que, conseqüentemente, alimentam a homofobia. Partindo dessa compreensão, faz-se necessária a discussão de gênero e de sexualidade nas escolas, visto que nesses espaços também há a (re)produção de desigualdade e discriminação de gênero e de sexualidade.

Referências

ABRANCHES, G. Como se fabricam as desigualdades na linguagem escrita. In: JOAQUIM, T.; PINTO, T. **Gênero e recursos educativos digitais**. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2011, p. 33-37.

BRAGA, E. R. M. Gênero, sexualidade e educação: questões pertinentes à Pedagogia. In: CARVALHO, E. J. G. de; FAUSTINO, R. C. **Educação e Diversidade Cultural**. Maringá: EDUEM, 2010, p. 205-218.

_____. Diversidade sexual: questões pedagógicas. In: SILVA, H. M. da; CELÓRIO, J. A.; SILVA, M. C. A. da. **Saberes e sabores da Educação**. Maringá: EDUEM, 2010, p. 49-58.

CAMARGO, A. M. F.; RIBEIRO, C. **Sexualidade(s) e infância(s)**: a sexualidade como um tema transversal. Campinas: Unicamp; São Paulo: Moderna, 1999.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

CUNHA, B. B. B.; ARAÚJO, M. F.; GOMES, R. F. F. Infância e diversidade: significações de gênero no brincar de crianças na Brinquedoteca. **Revista Nupem**, Campo Mourão, v. 3, n. 5, p. 23-37, 2011.

FELIPE, J. Sexualidade na infância: dilemas da formação docente. In: XAVIER FILHA, C. (Org.). **Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: UFMS, 2012, p. 47-58.

FELIPE, J.; PRESTES, L. M. Erotização dos corpos infantis, pedofilia e pedofilização na contemporaneidade. Seminário de pesquisa em educação da região sul, **Anais eletrônicos ANPED SUL**, Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Genero,_Sexualidade_e_Educacao/Trabalho/12_42_52_2538-7464-1-PB.pdf. Acesso em: 15 abr. 2015.

FERREIRA, M. O. V. Docentes, representações sobre relação de gênero e consequências sobre o cotidiano escolar. In: SOARES, G. F.; SILVA, M. R. S. da; RIBEIRO, P. R. C. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais**. Rio Grande: FURG, 2006, p. 69-82.

FINCO, D. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Proposições**, Campinas, v. 14, n. 3, p. 89-101, set./dez. 2003.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor, e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOELLNER, S. V. Corpo, gênero e sexualidade: reflexões necessárias para pensar a educação da infância. In: XAVIER FILHA, C. (Org.). **Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: UFMS, 2012, p. 103-116.

KISHIMOTO, T. M. **Brinquedos e brincadeiras na educação infantil**. São Paulo: USP, 2010.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAIO, E. R. **O Nome da Coisa**. Maringá: Unicorpore, 2011.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Unicamp, 1999.

PEREIRA, S. A. M.; MOURÃO, L. **Identificações de gênero: jogando e brincando em universos divididos**. Rio Claro: Motriz, 2005.

RABELO, A. O.; FERREIRA, A. G. Formação docente em gênero e sexualidade: entre semelhanças e diferenças luso-brasileiras. In: RABELO, A. O. (Org.). **Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas**. Rio de Janeiro: FPERJ, 2013, p. 25-74.

RIBEIRO, C. A fala da criança sobre sexualidade humana: o dito, o explícito e o oculto. Lavras: Universidade Federal de Lavras; Campinas: Mercado de Letras, 1996.

RIBEIRO, J. S. B. Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 145-68, 2006.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G. **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997, p. 107-118.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99. jul./dez. 1995.

SEFFNER, F. Cruzamento entre gênero e sexualidade na ótica da construção da(s) identidade(s) e da(s) diferença(s). In: SOARES, G. F.; SILVA, M. R. S. da; RIBEIRO, P. R. C. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Problematizando práticas educativas e culturais. Rio Grande: FURG, 2006, p. 85-94.

SILVA, A. de F.; SILVA, D. da; SANTOS, A. dos. **Por uma educação não sexista**. Rio de Janeiro: CAMTRA, 2009.

SILVESTRI, M. L.; BARRETO, F. O. Relações dialógicas interculturais: brinquedos e gênero. In: RIBEIRO, C. M. (Org.). **Educação Inclusiva**: tecendo gênero e diversidade sexual nas redes de proteção. Lavras: UFLA, 2008, p. 59-71.

TEIXEIRA, A. B. M. “Magistério” do gênero: impactos da vida de discentes e docentes. In: MACHADO, C. J. S et al. (Org.). **Gêneros e práticas culturais**: desafios históricos e saberes interdisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, 2010, p. 35-48.

VIANNA, C.; RIDENTI, S. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998, p. 93-105.

WENETZ, I. **Presentes na escola e ausentes nas ruas**: brincadeiras de crianças marcadas pelo gênero e pela sexualidade. Tese. (Doutorado em Ciências do Movimento Humano). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

XAVIER FILHA, C. Construindo identidade(s) sexual e de gênero: artefatos culturais em análise. **Anais simpósio científico-cultural**, Paranaíba: UEMS, v. 1, p. 20-31, 2006.

_____. Educação para as sexualidades, a igualdade de gênero e as diversidades/diferenças na educação das infâncias. In: _____. (Org.). **Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: UEMS, 2012. p. 17-34.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DO CENTRO DE MEMÓRIA DE GOIOERÊ

Murilo de Almeida Brasil¹
Bruno Flávio Lontra Fagundes²

Introdução

Este artigo é fruto do projeto de pesquisa de mestrado do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHist – vinculado à Universidade Estadual do Paraná – Unespar – Campus de Campo Mourão. Como o mestrado ainda está em andamento – em seu segundo semestre – a priori procura-se disseminar as etapas em desenvolvimento e as conclusões preliminares, bem como os primeiros diálogos bibliográficos estabelecidos.

Nele, visou problematizar a importância de ações educativas vinculadas ao ensino de história a partir das perspectivas criadas no processo de construção do Centro de Memória de Goioerê e de seu acervo. A criação de uma ação educativa objetiva em um contexto amplo a formação subjetiva do indivíduo, onde este possa produzir significado histórico e cultural. E, a partir dos espaços de memória, perceber o ensino de história. Espaços de memória como Museus e Centros de Memória adquirem importância em dois momentos distintos: tanto da estruturação dos museus pelo IPHAN como no diálogo constante com a instituição escola.

Cada qual desses momentos demarcam sua importância no desenvolvimento da perspectiva da instituição museu no território brasileiro. Sendo assim, ambos não estão desconexos, nem tampouco estão claramente demarcados.

Dando maior destaque para as três últimas décadas do século XX, quando efetivamente se percebe um crescente incentivo de propostas voltadas para a educação patrimonial e a relevância da mesma no processo de formação do sujeito, tanto enquanto indivíduo como enquanto pertencente a uma coletividade nacional. Lançamos olhares para a relação escola-museu e a dinâmica dialógica de troca e parceria em que ambas se constituem e promovem o processo de ensino-aprendizagem de crianças e jovens.

Neste aspecto nota-se que o texto de Maria Margareth Lopes busca problematizar a questão, e alertar para o espaço ocupado pelos museus no processo de formação cultural. Principalmente das crianças e jovens levados pelas escolas para visitas guiadas.

¹ ProfHistória. Unespar. E-mail: brasil.murilo@gmail.com

² ProfHistória. Unespar. E-mail: parabrunos@gmail.com

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

O papel educacional que cabe aos museus, e há anos vem sendo debatido nos fóruns museológicos internacionais, reflete o fato de que a grande maioria do público que os frequenta é composta de crianças e jovens levados por suas escolas, para as tradicionais visitas guiadas, ou outras atividades que em essência vêm significando a transposição para o interior do museu das metodologias e práticas do ensino escolar (LOPES, 1991, p. 5).

Lopes critica de forma clara os rumos que a relação escola-museu, até então, tinha tomado no cenário educacional brasileiro. E, para tanto, mira-se nas discussões e propostas internacionais e nos congressos museológicos, afim de ampliar a discussão sobre as metodologias utilizadas nos museus, bem como as trocas desiguais – no âmbito de tutela institucional sobre o processo educativo – ocorridas entre escola e museu. E, ao criticar a relação escola-museu, Lopes marca o espaço educativo do museu, que não pode ser encarado como uma extensão do espaço educativo da escola. Antes, sim, deve ser um espaço independente de formação cultural que em sua diversidade dialogue com a escola, numa relação que ambas contemplem a formação do sujeito.

A autora esclarece o processo de escolarização dos museus que, perigosamente, vinha ocorrendo com as instituições museais no final dos anos de 1980 e início dos 1990, enfatizando sua preocupação com este caminho:

Nossas escolas são “deficitárias”. Nossos museus em grande parte não possuem serviços educativos estáveis. Mesmo assim “substituem” a escola em funções das quais esta não dá conta. Sem ela não sobrevivem, já que sua clientela é quase exclusivamente escolar. Para manter essa clientela adaptam-se cada vez mais aos métodos da escola. Trata-se de um círculo vicioso.

As escolas, quando possuem alguma condição, integram visitas a museus em suas atividades extraclasse, em geral sem muito senso crítico. Os museus tradicionais, com suas exposições estáticas e apoiadas em concepções de ensino centradas na transmissão de conhecimentos prontos e acabados, não exigem dos escolares ou do público em geral nenhuma habilidade que não a passividade (LOPES, 1991, p. 5).

Ao discutir-se o espaço do Museu no processo de formação e sua relação com a escola, elencam-se outras discussões pertinentes como a questão do patrimônio e a questão da educação patrimonial. Bem como os métodos e metodologias aplicadas nos museus e centros de memória.

Procurou-se um diálogo entre autores da área de ensino de história e educação patrimonial, que pudesse, ainda que incipientemente, embasar o início desta proposta de se pensar o ensino de história na realidade de Goioerê. Para tanto, aborda-se a discussão da relação educação patrimonial, ação educativa e ensino de história em aspectos mais gerais, ao

passo que se insere a Casa da Memória de Goioerê enquanto espaço de memória passível de promover saberes históricos.

Com base em documentos governamentais, políticas públicas e obras científicas voltadas para o tema, buscou-se historicizar a questão patrimonial no Brasil e sua dinâmica, bem como as concepções do que é patrimônio e a importância que a educação patrimonial possui enquanto elemento de formação subjetiva de identidade coletiva e individual e suas conexões com o ensino de história. Implicitamente, nestas discussões se faz presente a escola e sua relação dialógica com o museu. Onde se propõe a pensar em uma Ação Educativa que valorize este diálogo ao conectar o currículo escolar de história e a cultura material observada nos objetos musealizados.

Centro de memória de Goioerê

Os centros de memórias são centros de preservação, construção e manutenção da memória com vistas à produção de uma memória social. Nunca é um processo isento de tendências e privilégios, ou seja, a manutenção da memória é uma batalha entre a memória que se quer preservar em detrimento da memória que se pretende esquecer. Por isso, conhecer as origens do centro de memória se faz essencial, pois é nestas origens e na constituição do centro que estão as raízes que ditam a direção e o papel social e intelectual ao qual ele será percebido.

Dentro da nova museologia³ fala-se em vocação museal. Como o termo sugere, todo museu tem ou deveria ter uma vocação, uma missão, um “destino” definido a cumprir junto da sociedade. Enquanto instituição, o museu ou centro de memória pode ser público ou privado e, em linhas gerais, ter uma temática pré-definida que estabeleça o tipo de acervo que a instituição pode ou não receber e de que forma ela atuará junto a sociedade. Esses princípios norteadores dos museus e/ou centros de memórias devem estar claros em seu Plano Museológico⁴.

A realidade brasileira é bem diversificada quanto à questão da estruturação dos museus e centros de memórias, criando um cenário de desigualdade e instabilidade nas diversas instituições e regiões do país. Na nossa Unidade da Federação, por exemplo, foi

³ Segundo a Profª Drª Alice Duarte (2013) “a nova museologia é um movimento de larga abrangência teórica e metodológica, cujos posicionamentos são ainda centrais para uma efetiva renovação de todos os museus do século XXI. Hoje a clareza da expressão parece deficitária, até pela proliferação de outras designações: museologia crítica, museologia pós-moderna, sociomuseologia”.

⁴ Documento compreendido como ferramenta de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

implantado em 2012 o ‘Programa Museus Paraná’⁵ no intuito de fomentar e incentivar a estruturação e o diálogo entre as muitas instituições do Paraná. À época do lançamento do programa, o levantamento consistia em aproximadamente 150 museus municipais no Estado. Mas o que seria este programa?

Trata-se de um projeto que envolve todo o Estado e beneficia os museus municipais localizados nas diversas regiões do Paraná. O Programa consiste em três etapas: exposições itinerantes, capacitação e apoio técnico (PARANÁ, 2012).

À época, a Casa da Memória de Goioerê, apesar de estar catalogada enquanto instituição museal municipal, contava apenas com um acervo não totalmente catalogado, bem como não possuía sede própria. Sua atuação efetiva junto à comunidade se restringia, basicamente, a algumas poucas exposições esporádicas em escolas ou eventos outros, organizados pela Secretaria de Cultura de Goioerê ou pela própria Administração Pública.

A real situação deste acervo era que havia um depósito com muitos objetos do cotidiano das pessoas que viveram em Goioerê e de empresas que, por um motivo ou outro, doaram objetos como: Maquinas de Escrever, Computadores Antigos, Ferramentas de Trabalho no Campo ou ligados a outras profissões, ferros de passar, aparelhos de radiodifusão, móveis residenciais para a Secretaria de Cultura no decorrer dos anos. Visto que a mesma tinha o projeto de construção da Casa da Memória. Mas, de fato, estava longe de ser um acervo catalogado, com descrição, origem, procedência, material composto e histórico destes objetos. Enfim, ainda faltava um processo mais apurado de musealização do objeto.

Há cerca de três anos e meio, o então secretário de cultura Pedro Luiz Marques contratou uma equipe específica para trabalhar com a Casa da Memória de Goioerê em parceria com a Associação dos Pioneiros de Goioerê⁶ e, a partir desta parceria, iniciaram um processo de valorização da história e memória de Goioerê, muito por conta das festividades dos 60 anos do município que se aproximavam.

Esta equipe focou suas ações na catalogação das peças e objetos do acervo citado acima, e no levantamento de dados sobre os pioneiros, junto à Associação dos Pioneiros, para as festividades do sexagésimo aniversário do município. Neste mesmo contexto, foi cedido, pela prefeitura, um dos prédios mais antigos da cidade para que se tornasse a futura sede.

O prédio está localizado à Rua José Bonifácio, n. 1200, Centro.

⁵ Acesso: <http://www.cultura.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=968&tit=Secretaria-da-Cultura-lanca-o-Programa-Museus-Parana>.

⁶ Instituição que também estava basicamente inativa e, à mesma época procurou se revitalizar.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

No entanto, o prédio, em um primeiro momento, estava condenado, assim iniciou-se uma luta junto à equipe de Planejamento e Obras do município para adquirirem recursos junto às outras instâncias governamentais para restauração do prédio. Como destacam notícias nos jornais e sites de notícias do município, como por exemplo o site do Jornal Tribuna da Região, onde encontramos as manchetes “Autorizado início da remodelação da Casa da Memória”, do dia 02 de Julho de 2016⁷, onde é ressaltada a luta de um pouco mais de dois anos para aprovação do projeto e arrecadação de verba que veio por meio de emenda parlamentar. Na ocasião, o então prefeito Beto Costa frisou que “não existe futuro e presente se não olharmos para o passado” e ressaltou que na Casa da Memória “nossos filhos poderão vir e conhecer nossa história”, o que, mesmo sendo político e não técnico da área historiográfica ou museológica, reforça a importância de se pensar o centro de memória municipal.

Neste processo de estruturação e restauração da Casa da Memória, pode-se acompanhar também uma definição – ao menos do ponto de vista político – da vocação da instituição. A intenção das instituições e pessoas que tomaram à frente, se nos pautarmos nos pronunciamentos do prefeito, da diretoria da Associação dos Pioneiros e do Secretário de Cultura da época, todos caminham para uma instituição de preservação da memória local, com foco na pessoa do “pioneiro”⁸. Para além do discurso do prefeito citado acima, em um outro momento, o mesmo prefeito reitera, em uma espécie de inauguração antecipada – haja vista que o prédio ainda não está totalmente reformado – no dia 30 de dezembro de 2016, que a importância da construção da Casa da Memória, a seu ver era “para conhecermos alguém, temos que saber seu passado. Nossos filhos terão a oportunidade de contar com um local que contar a história de Goioerê”⁹.

Contextualizada de forma sintética e o mais breve possível, a Casa da Memória de Goioerê, que recebeu, há pouco, o nome de um dos homens considerados pioneiros com destaque na dimensão cultural de Goioerê, agora chama-se oficialmente, Casa da Memória Alcides de Moreira Castilho. Porém, a despeito deste movimento de viabilização da

⁷ Disponível em: <http://tribunadaregiao.com.br/noticias/artigo/autorizado-inicio-da-remodelacao-da-casa-da-memoria>. Acesso em: 12 abr. 2017.

⁸Aqui não podemos desprezar a extensa biografia e debate sobre esta personagem e a invenção do pioneirismo paranaense. No entanto, neste momento a intenção é apenas apontar os caminhos pelos quais, o discurso museal tem seguido. O pioneiro é figura importante e está diretamente relacionado à memória do município de Goioerê. Bem como em outros municípios paranaenses, muito devido a relativa recente história desses municípios e, desta história, invariavelmente se misturar com as lembranças desses pioneiros que ajudaram a construir a cidade.

⁹ Disponível em: <http://tribunadaregiao.com.br/noticias/artigo/casa-da-memoria-recebeu-o-nome-do-pioneiro-alcides-castilho>. Acesso em: 12 abr. 2017.

construção da sede da Casa da Memória, há de se pensar posteriormente a constituição de um Plano Museológico que dê norte a instituição e em seu diálogo com a sociedade, em especial a escola.

A falta de um Plano Museológico dificulta a organização e a perspectiva educacional da Casa da Memória, o que acaba por se tornar um agravante nas propostas educacionais pensadas para este centro. Sem, no entanto, impossibilitar a criação das mesmas ações educativas. Uma vez apresentado o Centro de Memória, é importante pensarmos o porquê fazermos uma ação educativa.

Ações educativas em museus

Sob a égide da Nova Museologia, o compromisso sócio-político dos museus é, antes de tudo, educacional e sua nova definição aponta para “instituições de serviço público e educação, um termo que inclui exploração, estudo, observação, pensamento crítico, contemplação e diálogo (BARBOSA, Neilia Marcelina; et al. 2010, p. 7).

A partir disso, os museus e centros de memórias têm buscado uma prática didática que facilite o diálogo entre museu, a sociedade e a escola – que historicamente é seu principal cliente – focando seu trabalho no processo ensino-aprendizagem. Ainda que notadamente muitos museus não tenham perdido seu ideal preservacionista – algo que também não deve desaparecer – afinal, historicamente preservar a memória tem sido o grande objetivo dos museus. Sendo assim, é importante ressaltar que a partir da Nova Museologia, não substitui os objetivos, outrossim, amplia-se o campo de ação e de intersecção do museu com a sociedade e, conseqüentemente, com a escola. Voltando-se mais para o processo educativo.

Na perspectiva de desenvolver este processo educativo, os Museus aprimoram e vêm aprimorando a prática de Ações Educativas juntamente com a escola. As funções, ou os objetivos de uma ação educativa seria, para Magaly Cabral citada por Costa e Wazenkeski:

Buscar trazer para a sua ação o que o bem cultural pode oferecer para uma discussão a respeito da relação do indivíduo com a realidade;

Buscar a identificação dos significados e sentidos, num contexto que é diferente para o usuário, já que percepções e identificações significadas e sentidos variam de acordo com as experiências passadas de cada um, vivenciadas dentro de seu contexto histórico-social;

Tratar o bem cultural propondo hipótese sobre o que significa para o indivíduo, buscando um movimento de recriação e reinterpretação das informações, conceitos e sentidos nele contidos (COSTA; WAZENKESKI, 2015, p. 67).

O conceito de ação educativa é diversificado, porém suas definições “apontam para o museu como espaço de educação e de comunicação”¹⁰ tendo nas ações educativas o elo entre os visitantes e o bem cultural. O museu não só resguarda, e recolhe, e preserva, mas ele tem de comunicar com a sociedade, e como a escola é sociedade, uma ação educativa é um ato de se comunicar com a sociedade.

Com a valorização das ações educativas “os museus [...] passam a ter um importante espaço de interpretação de culturas e de educação dos cidadãos” (COSTA; WAZENKESKI, 2015, p. 65) proporcionando aos alunos e visitantes uma aprendizagem significativa e uma apropriação do conteúdo.

Pensar uma ação educativa e, principalmente, colocá-la em prática demanda um trabalho árduo e dificilmente é pensado e fabricado de forma individual. Ação educativa é trabalho a quatro, seis, oito mãos. Ou seja, são necessários diversos saberes, acompanhados de uma abordagem interdisciplinar constante entre as principais áreas de convergência que se encontram atuantes na relação escola-museu.

A ação educativa possui metodologia própria e carrega consigo a característica de ser interdisciplinar, ou seja, se apropriar, dialogar e produzir métodos próprios a partir da experiência e da troca cultural, teórica e prática dos agentes culturais das diversas áreas do conhecimento que participam da elaboração da mesma. Ressalta-se, ainda, que toda ação educativa está condicionada ao espaço e ferramentas disponíveis para efetivação da mesma, portanto se faz necessário conhecer os espaços disponíveis para a execução de ações educativas e o que seu acervo permite desenvolver.

Para tanto, fez-se um levantamento primário do acervo da Casa da Memória de Goioerê, o que nos permite pensar os possíveis *links* entre acervo material e currículo escolar. Afim de criar as condições materiais para a prática de uma ação educativa que dialogue com o ensino de história escolar e que justifique levar os alunos para o museu afim de aprender história nesse espaço de memória.

Relação escola-museu-escola

Maria Margaret Lopes inicia seu artigo “A Favor da Desescolarização dos Museus”¹¹ dizendo que “os museus não pertencem ao domínio da educação escolar regular, seriada, sistemática – intra-escolar. Situam-se” (LOPES, 1991, p. 1). Apesar de distante, esta obra

¹⁰ BARBOSA, Neilia Marcelina; et al. 2010, p. 9.

¹¹ Artigo publicado na revista Educação e Sociedade, 1991.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

marca¹² as discussões sobre ações educativas em museus e seu diálogo com a instituição Escola. Tanto Lopes quanto Horta são autoras que ressaltam a necessária distinção entre ensino escolar (formal) e ensino não-escolar (não formal). Neste sentido, a aprendizagem oriunda das ações educativas e visitas aos museus e centros de memórias se localizam enquanto aprendizagem não-formal.

Ambas ainda enfatizam a necessidade desta delimitação, para que, quando a instituição Escolar lançar mão das atividades museais, não as façam de forma que, para o aluno, se torne apenas uma visita guiada ou que ocorra uma simples “transposição para o interior do museu das metodologias e práticas do ensino escolar” (LOPES, 1991, p. 5).

Assim, alertam para a emergência de metodologias próprias para as ações educativas, onde a criança possa perceber-se em outro universo de aprendizagem. De uma forma que o mesmo crie significado e aproprie-se do conteúdo de maneira mais dinâmica e, por conseguinte, atrativa. A qual, muitas vezes, se torna mais complexas de serem abordadas no espaço escolar.

Circe Bittencourt diz:

É comum encontrarmos crianças e jovens em museus, acompanhados de professores, percorrendo as salas onde estão expostos variados objetos em vitrinas com iluminação atrativa. Uma atividade educativa dessa natureza é sempre bem-vinda, mas para quem dela participa sempre fica a indagação sobre o que efetivamente se aprende nessas visitas, que demandam preparação e envolvimento dos docentes e da comunidade escolar (BITTENCOURT, 2011. p. 354).

Evidentemente que esta prática deve estar dialogando com o currículo escolar da disciplina, assim sendo, a ação educativa aplicada ao ensino de história, inicia-se em sala de aula, passa pela ação educativa propriamente dita – no museu ou centro de memória – para, posteriormente, retornar à sala de aula e cumprir sua função educativa. Como nos permite compreender o pensamento de Cyanna Fochesatto, quando a mesma faz algumas indagações que surgem do contato do aluno com o acervo do museu:

O patrimônio que está no museu, sendo considerado um instrumento de alfabetização visual, fomenta algumas inquietações. Entre elas, indaga-se: os objetos memorialísticos guardados no museu representam e são significativos para aqueles grupos de alunos que fazer (sic) a visita? Possivelmente esses artefatos, obras e objetos não são parte do cotidiano dos alunos, mas foram em determinado momento importantes para as gerações passadas. E, é esse entendimento e valorização que a

¹² Juntamente com os escritos de Maria de Lourdes Parreiras Horta.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

relação museu-ensino da história deve focar para desenvolver as habilidades e possibilidades interpretativas nos alunos (FOCHESATTO, 2017, p. 2).

Notadamente, Fochesatto elege o desenvolvimento de habilidades interpretativas como objetivo principal da ação educativa ao pensar a relação museu-ensino de história. E, prosseguindo em sua análise, a autora sugere:

As escolas que buscam e agendam visitas ao museu deveriam ter em princípio um plano pedagógico voltado a vincular a atividade ou exposição que o museu oferece às temáticas que estão sendo trabalhadas em sala de aula. O museu é um ambiente plural a ser explorado e um convite interdisciplinar de aprendizagem. E, por isso, necessita de projetos interdisciplinares para o melhor entendimento de tudo que esse espaço pode propiciar (FOCHESATTO, 2017, p. 3).

Ressaltando, assim, a importância de se pensar o diálogo entre escola e museu, de forma que a visita se torne significativa e produtora de conhecimento que auxilie na formação intelectual, social e cultural do aluno.

Para o ensino de história, o museu assume um papel específico, o de trazer a concretude material do conteúdo do passado através de seu acervo. Para tanto, a metodologia empregada é de vital importância. E é, justamente, no pensar e aplicar esta metodologia que se faz concreta a relação dialógica escola-museu. No instante em que a metodologia museal tem a possibilidade de explorar uma perspectiva da formação do aluno, para a qual o ensino formal é deficitário. Assim, nesta relação a escola entende e valoriza o significado do museu a partir das visitas de ação educativa, bem como o museu reconhece a importância da escola para sua existência social. A relação é sempre uma via de mão dupla: o museu faz bem à escola e a escola também faz bem ao museu.

Conclusão

As ações educativas em museus e casas de memórias tornaram-se, a partir da década de 1980, uma das principais ferramentas utilizadas pelo museu, em seu diálogo com a sociedade e especificamente com a escola. Isto, graças a Nova Museologia que amplia a compreensão sobre a função educadora dos museus e sua relação com a escola.

Com isso, as instituições museais entram numa dinâmica de mudança, se deslocando da função de preservador/responsável pela preservação e manutenção da memória e dos objetos materiais que rememoram a história que se quer contar para uma instituição que, além de preservar esta memória, ela educa e auxilia no processo de ensino-aprendizagem a partir do

contato com a instituição escola, principalmente através das ações educativas pensadas para esta relação. Em paralelo com a ampliação do conceito de patrimônio cultural.

O diálogo entre museu-escola é essencial neste processo, a percepção de que ambas as instituições – cada uma a seu modo – constituem-se em instituições essenciais para a difusão e promoção do conhecimento histórico, bem como responsáveis pela consequente preservação desta história.

Para aplicar de fato uma ação educativa que dialogue com a disciplina histórica, são necessários dois passos principais. Que são: a) conhecer o acervo e espaço do museu e; b) analisar o currículo escolar da disciplina. Para então, pensar as possíveis conexões entre conteúdo escolar do ensino de história e bens culturais materiais ou imateriais disponíveis no museu.

A partir daí, tendo um ponto de referência, propõe-se usar o centro de memória de Goioerê a fim de pensar ações educativas e atividades que venham fomentar a participação escolar em uma troca constante entre as instituições. E, ainda assim, promover o processo de ensino-aprendizagem, não apenas a partir do saber histórico escolar, mas a partir de outros espaços capazes de produzir conhecimento histórico.

Referências

BARBOSA, Neilia Marcelina; et al. **Ação Educativa em Museus: caderno 04**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/ Superintendência de Museus e Artes Visuais de Minas Gerais, 2010.

BINA, Eliene Dourado. Museus: espaços de comunicação, interação e mediação cultural. 1º Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, **Actas 1º Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**. Porto, Universidade do Porto, v. 2, p. 75-86, 2010.

BITENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, ed. 7, 2002.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2011.

COSTA, Heloisa H. F. G.; WAZENKESKI, Verlaine F. A importância das ações educativas nos museus. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 64-73, jul./dez. 2015.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída d uma abordagem ainda inovadora. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 99-117, 2013.

FOCHESATTO, Cyanna. **Os espaços museológicos e o ensino da história: possibilidades na educação básica**. Disponível em: <http://simpohis2017.blogspot.com.br/p/cyanna-fochesatto.html>. Acesso em: 6 abr. 2017.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

FONSECA, Thais Nívia de Lima. A história do ensino de história: objeto, fontes e historiografia. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História e ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 15-28.

_____. A história do ensino de história no Brasil: tendências. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História e ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 29-36.

LOPES, Maria Margaret. A favor da desescolarização dos museus. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 40, p. 1-9, dez. 1991.

MACHADO, Ironita Policarpo; ZANOTTO, Gizele (Orgs.). **Momento patrimônio**, v. 2. Passo Fundo: Aldeia Sul; Berthier, 2013.

_____. **Momento patrimônio**. Erechim: Graffoluz, 2015.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set./92 ago./93.

PEREIRA, Júnia Sales; MIRANDA, Sônia Regina. Por que seguir pensando, hoje em dia, nas conexões entre práticas de memória, patrimônio e Ensino de História?. **Revista História Hoje**, Florianópolis, v. 3, n. 6, p. 11-18, 2014.

ROCHA, Helenice. A presença do passado na aula de história. In: MAGALHÃES, Marcelo (Org.). **Ensino de história: usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 33-52.

O CONCEITO DE “PRIMITIVO” NA OBRA DE SIGMUND FREUD

Paulo José da Costa¹

Ana Flávia Cicero Conde²

Introdução

De acordo com Grotstein (1997), o conceito de “primitivo”, com acepção substantiva ou adjetiva, sempre exerceu fascinação no seio da psicanálise, tendo organizado a teoria e a prática psicanalíticas, mesmo considerando-se as diferentes escolas. Embora se considere a existência dessa fascinação e seu uso apresente uma frequência muito numerosa, é interessante observar que os diversos dicionários psicanalíticos consultados se apresentam, digamos, silenciosos, quando se observam os índices de verbetes. Apenas em Mijolla-Mellor consta tal verbete:

O termo ‘primitivo’ é vizinho de ‘arcaico’, do qual convém, entretanto, distinguir na medida em que ele não remete para a noção de origem, mas para uma descrição antropológica ou histórica de fatos da cultura (mito, religião, lenda) ou de maneiras de pensar que permanecem no estado inconsciente no homem civilizado moderno (MIJOLLA-MELLOR, 2005, p. 1418).

Assim sendo, chama a atenção o descompasso entre a altíssima frequência com que aparecem no discurso psicanalítico, tanto informal como formal, o conceito de primitivo, os termos congêneres, as inúmeras outras palavras adjetivadas por ‘primitivo’ e o baixíssimo índice de presença nessas obras de referência. Entretanto, o que queremos chamar a atenção aqui é o fato de que esse termo contém uma imprecisão conceitual que desperta inquietude no sentido de buscar maior compreensão.

O próprio termo “primitivo” tal como apresentado acima, por Mijolla-Mellor (2005), não parece ser suficientemente preciso por não apresentar um conjunto de caracteres que permitam a detecção das condições necessárias que favoreçam as possibilidades descritivas, classificatórias e identificadoras do que pode ser circunscrito pelo uso da expressão que identifica o conceito. Entretanto, é preciso considerar que na psicanálise “a incerteza e a relatividade dos conceitos são os principais ingredientes” (KORBIVCHER, 2005, p. 1595) como nos processos do conhecimento humano em geral e que pluralismo e controvérsia são

¹ Programa de Pós-graduação em Psicologia, UEM, pjcosta@uem.br

² Programa de Pós-graduação em Psicologia, CAPES, UEM, anaflaviacconde@gmail.com

inerentes particularmente ao campo psicanalítico (WIDLOCHER, 2003) desde os tempos de Freud.

Darriba (2004) enfatiza que a provisoriedade na produção conceitual freudiana, embora possa ser vista como um estágio em que se encontra determinada disciplina, no caso, a psicanálise, como uma condição momentânea, tal condição é sua essência em função da peculiaridade do seu objeto, o inconsciente. Contudo, isto não quer dizer que não se deva procurar a clarificação dos conceitos, mesmo respeitando a peculiaridade psicanalítica. Assim, destacamos que ao apontar essa problemática não pretendemos que os conceitos psicanalíticos sejam padronizados, unificados ou operacionalizados, pois tal condição descaracterizaria a especificidade da psicanálise. Não obstante, é possível pensar que as construções conceituais psicanalíticas possam se valer de conceitos abertos que incorporem a ideia de incompletude e de transitoriedade (LAVERDE RUBIO, 2004).

Embora se considere que “a noção de primitividade ocupa um lugar central no pensamento de Freud” (MIJOLLA-MELLOR, 2005, p. 1418), o conceito de primitivo enfrenta os problemas inerentes às construções conceituais psicanalíticas. Além disso, há uma pluralidade de abordagens a respeito do que Grotstein (1997) denomina de conceito de “primitivo”, sendo que a maioria dos autores importantes no âmbito da Psicanálise, direta ou indiretamente, discorreram a respeito e propuseram contribuições ao assunto, sem, contudo, dar conta da problemática conceitual aqui apresentada. Desse modo, recuperar esse conceito na obra de Sigmund Freud parece ser uma possibilidade de ampliar a compreensão acerca desse objeto de estudo pelas articulações que isso possa promover.

Sobretudo, supomos que revisitar Freud objetivando estudar em sua obra o conceito de primitivo é uma possibilidade de contribuir para o aprimoramento do processo de clarificação desse conceito, bem como discutir suas perspectivas na atualidade. Assim, através de uma investigação conceitual centrada na obra freudiana, a presente proposta é delinear como Freud define essa questão do “primitivo”, com o intuito de clarificar a compreensão desse conceito e as implicações de sua utilização.

O percurso pela obra freudiana

Fazer uma varredura na obra freudiana visando localizar a utilização de determinado conceito ou termo é uma tarefa árdua, um desafio, tendo em vista a quantidade de textos que compõem a sua produção, constante na Edição Brasileira, disposta nos 23 volumes. Por outro lado, quando o termo que se investiga é utilizado com frequência, como é o presente caso, a

dificuldade aumenta tendo em vista a necessidade de se deter em cada aparição daquilo que se investiga, para analisar.

Apresentar aqui os resultados indicando paulatina e individualmente o que foi sendo encontrado em nosso percurso pela obra freudiana acerca do termo primitivo, não nos pareceu viável, tendo em vista a grande quantidade de vezes em que o termo aparece. Além disso, a apresentação individual de cada uma das vezes em que o termo é utilizado se tornaria redundante. Desse modo, optamos por apresentar os resultados agrupando alguns termos usados por Freud, de modo a que os iguais, ou congêneres, fossem considerados em bloco, respeitando-se os sentidos atribuídos pelo autor, como se verá a seguir. Portanto, trata-se de uma estratégia de seleção em que os termos mais frequentes ou os mais relevantes, no sentido de que servem melhor aos propósitos do presente estudo, serão destacados.

Épocas/eras primitivas, período(s) primitivo(s)

Tais expressões são utilizadas pelo autor para mencionar os períodos iniciais da organização da sociedade humana (FREUD, 1972a, 1974e), os ciclos históricos remotos (FREUD, 1976p), cujo sentido de algo distante temporalmente, antigo, desde um tempo ancestral (1975a, 1976q), diz respeito aos primórdios da humanidade, fazendo menção às heranças inerentes ao ciclo de desenvolvimento do ser humano enquanto espécie (FREUD, 1975k), tanto em relação ao aspecto filogenético quanto ontogenético, em que elementos desenvolvidos e incorporados em épocas históricas muito iniciais permanecem e operam nos indivíduos de todos os tempos (FREUD, 1975k). Nessa mesma perspectiva, também se reporta a um tempo pré-histórico e a um tempo antigo no processo civilizatório em que os instintos se manifestavam com maior liberdade em função de que a repressão ainda não havia se constituído com a intensidade que passou a ter posteriormente com a consolidação da civilização. Acrescenta ao mesmo tempo que essa condição, típica de uma época primitiva, se atualiza em certas situações de vivências grupais nas quais a inibição individual diminui (FREUD, 1976g). Além disso, alude aos períodos iniciais da constituição da religião como forma de expressão humana (FREUD, 1976k), onde o adjetivo primitivo tem a denotação de inicial, primordial.

Por outro lado, Freud emprega as expressões indicadas como correspondendo a um tempo mais antigo, anterior, da vida do indivíduo, que seria a sua primeira infância, um tempo inicial do desenvolvimento da sexualidade infantil (FREUD, 1972b, 1975b), aos primeiros anos da vida do bebê (FREUD, 1975k, 1976o), cujas impressões na vida mental permanecem

como remanescentes (FREUD, 1975a, 1976a, 1976c). Portanto, a referência aqui é a história individual, as vivências próprias das fases do desenvolvimento psicosssexual, particularmente os primeiros anos da infância de determinado indivíduo.

História primitiva

Em muitas das vezes em que essa expressão é apresentada pelo autor, ela remete ao sentido de conjunto de vivências de um povo em períodos precedentes, num tempo longínquo, no passado remoto (FREUD, 1976p), aos tempos iniciais da constituição e do desenvolvimento de um povo (FREUD, 1975a), aos acontecimentos ocorridos na formação inicial das sociedades humanas (FREUD, 1975i). Ao mesmo tempo, em outras vezes essa designação está relacionada aos primeiros anos de vida da criança, onde deve ser buscada a origem dos sintomas neuróticos (FREUD, 1972c), vinculando-se às vivências infantis, individuais, internalizadas, que, mesmo reprimidas, não desaparecem e podem ser rastreadas pelo analista no processo de análise, pois todo material psíquico investigado remontará aos primórdios da constituição do psiquismo do paciente (FREUD, 1975d). O destaque aqui para a história primitiva como os primeiros anos da infância deve-se à concepção de que é a época em que a criança vivencia os momentos mais importantes para o seu desenvolvimento psicosssexual (FREUD, 1975a, 1976g). Em ambas as situações acima, tanto pela perspectiva coletiva quanto individual, o autor enfatiza que o que é vivido na história primitiva permanece atuante no psiquismo (FREUD, 1970a).

Sociedade(s) primitiva(s)

Freud (1976p) utiliza essa expressão referindo-se aos agrupamentos humanos do período pré-histórico e épocas iniciais do desenvolvimento do processo civilizatório; em certo momento identifica como as hordas primevas. O autor (1976e) também utiliza tal termo para designar povos existentes na atualidade, mas que ainda mantêm características ancestrais e vivem em estágios anteriores do processo civilizatório quando comparados com outras sociedades contemporâneas.

Raças primitivas

Essa expressão aparece aludindo aos povos que viveram em épocas muito anteriores, desde a pré-história até períodos subsequentes (FREUD, 1972a). Com esse mesmo sentido, esse termo aparece várias vezes, acrescentando em alguns casos a acepção referente a

sociedades consideradas pouco evoluídas quando comparadas com as da atualidade (FREUD, 1970b), ou ainda existentes na contemporaneidade, mas com características daquelas menos cultas (FREUD, 1974c, 1974e, 1974f, 1975c, 1975k, 1976e, 1976m), geralmente com o significado de inculto, selvagem e, inclusive, pré-histórico (FREUD, 1976f).

Povo(s) primitivo(s)

Esta é uma expressão que aparece com muita frequência (FREUD, 1970b, 1972d, 1974b, 1974c, 1974e, 1974f, 1975a, 1975b, 1975f, 1975h, 1975i, 1975k, 1976g, 1976h, 1976i, 1976m, 1976p), onde o autor ora remete aos grupos humanos pré-históricos, de tempos muito antigos, anteriores ao processo civilizatório moderno e contemporâneo, ora se refere aos povos que, mesmo existindo na atualidade, apresentam uma organização social considerada arcaica, incivilizada, se comparados às sociedades ditas civilizadas, nos quais persistem modos de funcionamento mental característicos das fases iniciais da sociedade humana. Destaca ainda que, alguns desses modos de funcionamento mental, permanecem atuantes também no homem dito civilizado, seja no indivíduo adulto, seja nas crianças no curso do seu desenvolvimento psicosssexual.

Horda primitiva

Em vários momentos de sua obra, Freud (1974c, 1975a, 1976k, 1976m) comenta sobre a horda primitiva. Trata-se de uma espécie de organização social humana do período pré-histórico e que remete ao início da história da humanidade, onde o autor conjectura o mito da horda primitiva em que os filhos mataram o pai, comeram o seu corpo e ocuparam o seu lugar, tendo como consequência a instalação de leis e costumes, originando as instituições culturais e sociais posteriores. O autor também fez uso da ideia acerca da existência de uma herança arcaica originária desse funcionamento característico da horda primitiva no desenvolvimento da humanidade que permanece nos homens de todos os tempos.

Homem primitivo

Termo amplamente usado por Freud (1970b, 1974c, 1974d, 1974e, 1975a, 1975f, 1975i, 1975j, 1976b, 1976d, 1976g, 1976n, 1976p, 1976q), seja no singular ou no plural, diz respeito ao ser humano que viveu em épocas muito remotas, pré-históricas, ancestrais, convivendo em hordas, num tempo em que eram dados os primeiros passos rumo às organizações sociais mais complexas posteriores. Mas também se refere àqueles homens de

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

tempos posteriores e, inclusive, atuais que se constituem em povos silvícolas, indígenas, aborígenes, cuja “vida mental deve apresentar um interesse peculiar para nós, se estamos certos quando vemos nela um retrato bem conservado de um primitivo estágio de nosso próprio desenvolvimento” (FREUD, 1976p, p. 20). Portanto, o autor também amplia igualmente para o próprio homem dito civilizado, no qual sobrevivem processos mentais e funcionamentos característicos dos nossos ancestrais, afirmando que “o homem primitivo sobrevive potencialmente em cada indivíduo” (FREUD, 1976g, p. 156), cujas peculiaridades que caracterizam suas formas de pensar e de sua vida emocional estão presentes, por exemplo, nos sonhos, nos sintomas e nas produções culturais mais sofisticadas.

Período primitivo

Essa expressão aparece na obra freudiana em três momentos, sendo utilizada para aludir a um tempo pré-histórico, primordial, antigo, inicial, do desenvolvimento humano como espécie (FREUD, 1975k), da civilização (FREUD, 1974e), e de um povo, no caso, o hebreu (FREUD, 1975a). Nas outras ocasiões em que é empregado, ele faz menção à época inicial da vida do indivíduo, a sua primeira infância, aos primeiros anos da vida da criança com suas experiências e fantasias, do desenvolvimento mental e psicosssexual infantil cujas vivências e impressões permanecem como remanescentes (FREUD, 1972b, 1975a, 1975b, 1976a, 1976c, 1976o).

Primitiva infância

Associado ao segundo sentido da expressão anterior (período primitivo), logo acima, está o termo ‘primitiva infância’ denotando a acepção de primeiros anos da vida com suas vivências características que permanecem como remanescentes no indivíduo adulto. Refere-se aos aspectos perverso-polimorfos próprios da sexualidade infantil (FREUD, 1975g, 1976a, 1976c, 1976d).

Tempos primitivos

Em inúmeros lugares da obra freudiana aparece a referência aos tempos primitivos. Trata-se de uma menção às épocas passadas, à pré-história e aos períodos iniciais do processo civilizatório, aos inícios da organização humana em sociedades e do pensamento consciente, aos primórdios da história. Diz respeito não somente aos homens de eras tão remotas, mas igualmente de povos existentes na atualidade, mas que apresentam características desse tempo

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

inicial, como aqueles que se diferenciam da civilização contemporânea (indígenas, aborígenes, silvícolas, tribos nômades, etc.). Remete ainda ao homem contemporâneo que traz em si as marcas da evolução e do desenvolvimento da sua espécie (FREUD, 1970a, 1974a, 1974d, 1974e, 1975a, 1975h, 1975k, 1976p, 1976q). Desse modo, aspectos inerentes a esse tempo e funcionamento primitivos permanecem também no homem contemporâneo como uma herança e que são passíveis de serem conhecidos na investigação do psiquismo através da análise. Outros elementos que contêm aspectos oriundos desse tempo primitivo e que são passíveis de serem identificados a partir de uma análise minuciosa são as lendas, os sonhos, certas expressões da linguagem e alguns tipos de representações plásticas, que os estudos psicanalíticos auxiliam na compreensão desses tempos primitivos.

Instintos primitivos

Esta expressão, na concepção do autor, ressalta os elementos pulsionais, presentes nos homens de todos os tempos, pré-históricos, arcaicos, antigos e atuais, que permanecem sempre atuantes (FREUD, 1970a, 1974b, 1974e, 1975h, 1976e, 1976g). Portanto, o adjetivo primitivo designa algo ancestral, originário, que está presente em todos os seres humanos de todas as épocas, inclusive nos atuais. Tais elementos pulsionais e instintuais estão presentes tanto nos “eventos mentais normais, e mesmo os mais elevados feitos do espírito humano portam uma relação demonstrável com os fatores encontrados na patologia – com a repressão, com os esforços para dominar o inconsciente e com as possibilidades de satisfazer os instintos primitivos” (FREUD, 1976e, p. 324-325). No que concerne aos instintos primitivos, o autor enfatiza “a relação entre o homem pré-histórico e as sociedades primitivas contemporâneas, bem como a conexão entre os produtos da civilização e as estruturas substitutivas dos neuróticos” (FREUD, 1976e, p. 327).

Estádio(s)/Estágio(s) primitivo(s) e Etapa(s)/Fase(s) primitiva(s)

Tais elocuições são utilizadas no sentido tanto de referir-se a determinados momentos do processo evolutivo e de desenvolvimento da humanidade, quanto do indivíduo. Em ambos os casos predomina a concepção de inicial, arcaico, anterior, precoce, seja quando se refere à pré-história humana e períodos subsequentes, seja quando diz respeito aos primeiros anos da infância do sujeito no seu desenvolvimento psicosssexual (FREUD, 1972a, 1972e, 1974c, 1974e, 1974f, 1975a, 1975k, 1976a, 1976d, 1976f, 1976j, 1976p). Igualmente é destacado que elementos pré-históricos, arcaicos, iniciais no processo evolutivo da humanidade e no

desenvolvimento da sexualidade infantil do indivíduo, permanecem na constituição posterior. Por isso, Freud (1974c, p. 323) assinala que “as etapas primitivas sempre podem ser restabelecidas”.

Fantasia(s) primitiva(s)

Considerando a extensão da obra freudiana, esse termo aparece poucas vezes, mas é de suma importância no campo psicanalítico. O sentido é sempre de algo inicial, arcaico, primordial, precoce, originário, tanto no indivíduo quanto na espécie (FREUD, 1970a, 1975e, 1975k, 1976a, 1976c, 1976l). De modo crucial Freud afirma: “Acredito que essas fantasias primitivas, com prefiro denomina-las, e, sem dúvida, também algumas outras, constituem um acervo filogenético. Nelas, o indivíduo se contacta, além de sua própria experiência, com a experiência primeva naqueles pontos nos quais sua própria experiência foi demasiado rudimentar” (FREUD, 1975k, p. 433).

Crenças primitivas

Em dois momentos da obra freudiana aparecem essa expressão. Refere-se aos aspectos relacionados a alguns tipos de crenças existentes nos homens da pré-história e de épocas subsequentes, bem como nos povos atuais considerados incivilizados, mas também se faz presente em alguns modos de funcionamento mental no homem civilizado contemporâneo em função da sua constituição como sujeito (FREUD, 1975h, 1976d). Diz Freud (1976d, p. 310) que “relacionam-se da forma mais íntima com os complexos infantis e, na verdade, baseiam-se neles”.

Mente primitiva

A expressão mente primitiva aparece na obra de S. Freud por quatro vezes (FREUD, 1972b, 1974c, 1975h). Segundo o autor, “a mente primitiva é, no sentido mais pleno desse termo, imperecível” (FREUD, 1974c, p. 323), sendo possível pensar que ele alude a esse termo como demonstração do que se denomina em Psicanálise pelo conceito de ‘infantil’, cujos elementos uma vez inscritos no psiquismo, permanecem como sedimentos das vivências posteriores. Portanto, diz respeito aos elementos infantis oriundos das etapas primitivas, iniciais do desenvolvimento, presentes no psiquismo, envolvendo a possibilidade de compreensão tanto pelo vértice filogenético quanto pelo ontogenético.

Vida mental primitiva

Tal elocução tem a função de indicar o conjunto de processos psíquicos que estão presentes no início do desenvolvimento psicosssexual, o processo de construção do aparelho mental e suas instâncias, sobressaindo o sentido de inicial, arcaico e precoce (FREUD, 1975c, 1975j, 1976m), tanto da humanidade quanto do indivíduo.

Outros termos

Muitos outros são os termos que agregam o adjetivo primitivo na obra freudiana e que não serão aqui apresentados, por duas razões: a) embora apareçam com uma frequência muito alta seria muito extenso tratar aqui de cada um deles, pois não se prestam a categorizações tal como se adotou acima; b) mesmo que se tratasse um por um, julgamos que não acrescentaria sentidos novos ao que já foi esboçado no decorrer deste estudo.

Embora o termo primitivo nas suas várias combinações com outras palavras seja por Freud ora utilizado em sentido denotativo, ora em sentido conotativo, de modo geral, a partir do que foi apresentado acima, é possível compreender que apresenta acepções não excludentes: inicial, arcaico, originário, precoce, primário, primordial, primevo, elementar, fundamental e, por vezes, incipiente, rudimentar.

Tanto podem caracterizar o funcionamento mental peculiar, ou aspectos, dos primeiros meses de vida do bebê, desde sua centralização nos processos corporais a partir dos quais se originam os desenvolvimentos do psiquismo e a constituição do sujeito, quanto designar o processo, ou elementos desse processo, de construção da humanidade, desde a pré-história, passando pelos tempos de consolidação do homem enquanto ser civilizado. Mas pode englobar ainda povos existentes na atualidade que, na concepção freudiana, mantêm características que poderiam ser atribuídas a etapas anteriores do processo civilizatório quando comparados com outros na contemporaneidade. Portanto, enfatiza elementos de parte constituinte do psiquismo que é oriunda dos estados iniciais do funcionamento mental tanto da espécie (filogênese) quando do indivíduo (ontogênese), os quais permanecem dinamicamente atuando junto aos desenvolvimentos posteriores, mantendo seu caráter de imperecibilidade como é tão bem destacado pelo autor em inúmeros momentos de sua obra.

Considerações finais

Afirmar que é possível compreender que o termo primitivo, encontrado ao longo da obra freudiana, apresenta acepções não excludentes de inicial, arcaico, originário, precoce,

primário, primordial, primevo, elementar, fundamental e, por vezes, incipiente, rudimentar, não significa dizer que se pretenda uniformizar, padronizar os significados, mas que permitem clarificar o conceito em questão e o seu uso, seja no plano do desenvolvimento da humanidade, seja no campo da constituição da subjetividade do indivíduo.

Um ponto que é preciso destacar aqui se refere ao próprio uso, por Freud, dos termos primitivo e primitividade, bem como quando alude aos povos primitivos na atualidade. Certamente que ao utilizar tais expressões ele se pautou nas concepções antropológicas vigentes em sua época, que não cabe aqui aprofundar, cuja noção acerca do primitivo foi contestada pela Antropologia como contendo elementos negativos e etnocêntricos. Contudo, um olhar mais atento, que não se prenda somente aos momentos em que pode ser apreendido um sentido etnocêntrico na utilização freudiana do termo primitivo, perceberá que, no geral, sobressai um sentido de demarcar modos diferentes de funcionamento mental, com modalidades distintas que expressam uma complexidade sempre presente na busca de compreensão do psiquismo. E é por isso, provavelmente, que o termo primitivo aparece também na literatura pós-freudiana com muita frequência, inclusive nos autores atuais, sem o caráter etnocêntrico, mas como forma de explicitar determinados aspectos do funcionamento psíquico. Tal compreensão permite transitar entre inúmeras possibilidades de sentido e significações, sendo que as implicações de sua utilização nos moldes de um conceito aberto permitem não apenas maior clareza conceitual como favorece a construção de conjecturas a partir da prática clínica que retroalimentem a interlocução entre o teórico e o clínico.

Referências

- DARRIBA, V. A. O “inacabamento” do conceito na psicanálise. **Pulsional Revista de Psicanálise**, São Paulo, v. 17, n. 179, 2004.
- FREUD, S. (1910). Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1970a. v. 11, p. 53-124.
- _____. (1918). O tabu da virgindade (contribuições a psicologia do amor III). In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1970b. v. 11, p. 175-192.
- _____. (1900). A interpretação dos sonhos (primeira parte). In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1972a. v. 4.
- _____. (1900). A interpretação dos sonhos (segunda parte) e sobre os sonhos. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1972b. v. 5.

_____. (1905). Fragmento da análise de um caso de histeria. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1972c. v. 7, p. 1-119.

_____. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1972d. v. 7, p. 123-251.

_____. (1905). Os chistes e sua relação com o inconsciente. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1972e. v. 8, p. 13-267.

_____. (1914). A história do movimento psicanalítico. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974a. v. 14, p. 13-85.

_____. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974b. v. 14, p. 85-119.

_____. (1915). Reflexões para os tempos de guerra e morte. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974c. v. 14, p. 311-341.

_____. (1927). O futuro de uma ilusão. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974d. v. 21, p. 15-71.

_____. (1930). O mal-estar na civilização. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974e. v. 21, p. 81-171.

_____. (1931). Sexualidade feminina. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974f. v. 21, p. 259-279.

_____. (1939). Moisés e o monoteísmo. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975a. v. 23, p. 19-161.

_____. (1940). Esboço de psicanálise. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975b. v. 23, p. 168-237.

_____. (1937). Análise terminável e interminável. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975c. v. 23, p. 247-287.

_____. (1937). Construções em análise. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975d. v. 23, p. 291-304.

_____. (1908). Fantasias históricas e sua relação com a bissexualidade. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975e. v. 9, p. 161-170.

_____. (1911). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975f. v. 12, p. 13-108.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

_____. (1913). A disposição à neurose obsessiva – uma contribuição ao problema da escolha da neurose. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975g. v. 12, p. 399-409.

_____. (1913). Totem e tabu. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975h. v. 13, p. 13-194.

_____. (1913). O interesse científico da psicanálise. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975i. v. 13, p. 199-226.

_____. (1917). Conferências introdutórias sobre a psicanálise. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975j. v. 15, p. 21-285.

_____. (1917). Conferências introdutórias sobre a psicanálise. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975k. v. 16.

_____. (1918). História de uma neurose infantil. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976a. v. 17, p. 19-153.

_____. (1917). Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976b. v. 17, p. 169-179.

_____. (1919). ‘Uma criança é espancada’ – uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976c. v. 17, p. 223-253.

_____. (1919). O ‘estranho’. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976d. v. 17, p. 273-314.

_____. (1919). Prefácio a Ritual: estudos psicanalíticos, de Reik. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976e. v. 17, p. 321-327.

_____. (1920). Além do princípio do prazer. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976f. v. 18, p. 13-85.

_____. (1921). Psicologia de grupo e a análise do ego. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976g. v. 18, p. 89-179.

_____. (1941). Psicanálise e telepatia. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976h. v. 18, p. 217-234.

_____. (1923). Dois verbetes de enciclopédia. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976i. v. 18, p. 287-312.

_____. (1923). O ego e o id. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976j. v. 19, p. 23-83.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

_____. (1923). Uma neurose demoníaca do século XVII. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976k. v. 19, p. 91-133.

_____. Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976l. v. 19, p. 309-320.

_____. (1925). Um estudo autobiográfico. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976m. v. 20, p. 17-92.

_____. (1926). A questão da análise leiga. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976n. v. 20, p. 209-293.

_____. (1926). Psicanálise. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976o. v. 20, p. 301-309.

_____. (1933). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976p. v. 22, p. 15-220.

_____. (1932). A aquisição e o controle do fogo. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976q. v. 22, p. 227-233.

GROTSTEIN, J. S. The psychoanalytic fascination with the concept of the 'primitive'. In: ALHANATI, S.; KOSTOULAS, K. (Eds.). **Primitive mental states**. Northvale, NJ: Jason Aronson, 1997, p. 1-21.

KORBIVCHER, C. F. The theory of transformations and autistic states: autistic transformations – a proposal. **International Journal of Psycho-Analysis**, v. 86, n. 6, p. 1595-1610, 2005.

LAVERDE RUBIO, E. Investigación conceptual. **Revista de la Sociedad Colombiana de Psicoanálisis**, Bogotá, Colômbia, v. 29, n. 2/3, p. 219-239, 2004.

MIJOLLA-MELLOR, S. Primitivo. In: MIJOLLA, A. (direção geral). **Dicionário internacional da psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Imago, 2005. v. 2, p. 1418.

WIDLOCHER, D. O lugar da pesquisa clínica em psicanálise. In: GREEN, A. (Org.). **Psicanálise Contemporânea: Revista Francesa de Psicanálise: Número Especial 2001**. Tradução de Álvaro Cabral *et al.* Rio de Janeiro: Imago; São Paulo: Departamento de Publicações da SBPSP, 2003. p. 51-64.

UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR SOBRE A LAICIDADE CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

Rafael Almeida Callegari¹

Introdução

A presente pesquisa é desenvolvida com o objetivo de trazer um olhar interdisciplinar sobre o instituto da laicidade no Brasil, buscando nas perspectivas das Ciências Sociais e Jurídicas, especialmente nesta última, a compreensão de sua configuração.

Diversos são os estudos na última década sobre a interação entre o campo da política e o da religião, merecendo a atenção de historiadores, antropólogos, sociólogos, juristas, teólogos, cientistas políticos e da religião.

Embora essa imbricação não seja fato novo, nota-se especialmente no Brasil, o aumento paulatino da utilização recursos da linguagem religiosa, como símbolos, passagens bíblicas e outras, nas repartições públicas, nas manifestações políticas, inclusive durante campanhas eleitorais.

Para atender essa pretensão, investigou-se quais foram as origens históricas e normativas da laicidade no *locus* de estudo, as situações que demonstram a sua correlação fato social e norma, especialmente ao se observar os estudos científicos que apontam o trânsito da religião no espaço público, notadamente no campo da política.

Empreendeu-se a revisão da literatura utilizada pelos principais bacharelados em Direito no país, que se adiante ser escassa, para então colaborar com as discussões do porvir sobre a configuração, sentido e alcance da laicidade constitucional.

Ainda, utilizou-se das observações e discussões sobre o tema que pautam as pesquisas do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), bem como do Observatório da Laicidade do Estado, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O presente texto é desenvolvido em três tópicos e suas considerações finais, sendo o primeiro intitulado “A laicidade como norma”, onde se identifica os textos normativos que

¹ PPG Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Unespar, prof.racallegari@gmail.com

apontam o princípio², especialmente aqueles de características constitucionais, notadamente na República Federativa do Brasil.

O segundo tópico, “A laicidade como fato social e jurídico” aborda de forma breve as discussões trazidas pelas ciências sociais sobre o que é o instituto, como ele vem se apresentando na sociedade brasileira e quais as configurações que o mesmo permite.

A laicidade como norma

Ao encerrar a denominada “Guerra dos 30 anos”, conflito que envolvia diversos países do atual Leste Europeu, a celebração dos Tratados de Augsburg, em 1555, e de Westfália, em 1648, demarcaram o início da acepção moderna de Estado-Nação, bem como a profunda modificação das motivações bélicas, que antes eram preponderantemente religiosas (especialmente pelo confronto catolicismo-protestantismo), vez que afastavam-na como motivação já que o primeiro tratado dava direito ao chefe de Estado impor a sua crença aos habitantes de seus domínios, e o segundo ampliava a proteção de paz às denominações protestantes não abrangidas pelo primeiro.

Esses diplomas internacionais do século XVI e XVII impulsionaram um processo de prevalência da soberania estatal sobre a origem e a legitimação advinda do sagrado. Canotilho (2003) afirma que a liberdade religiosa que emanava da emergente pluralidade, direcionava naturalmente à idéia de tolerância religiosa e na rejeição da idéia de imposição pelo Estado uma religião oficial ao foro íntimo do indivíduo.

Jellinek (2003) traça que a luta pela liberdade religiosa é a verdadeira origem dos direitos fundamentais, e que foi o primeiro elemento normativo que permitiu a liberdade de questionar, discutir, conquistar, exigir e exercer os demais direitos, uma vez que sem a primeira liberdade, as demais não seriam possíveis ante a indiscutibilidade do dogma trazido pela religião.

No Brasil, o seu princípio como colônia de uma nação católica, somado à ampla atividade da Companhia de Jesus desde 1540, e a religião oficial do Império (sobre a égide da Constituição de 1824) apontam para um tardio processo de separação entre Estado e Igreja e estabelecimento da liberdade de culto³.

² Nas Ciências Jurídicas, princípio aqui tem o sentido de diretriz, exsurge como uma das fontes de interpretação das normas jurídicas; preceito de conteúdo axiológico, valorativo.

³ A Constituição de 1824 dava liberdade a outros cultos, desde que em âmbito exclusivamente privado, traçando em seu artigo 5º que as outras religiões eram permitidas em culto doméstico, ou particular em casas para tal fim, sem aparência exterior de templo.

A imbricação Estado e Religião era de tal forma evidente na constituição imperial, que no artigo 95 traçava-se que o exercício do direito político de votar e ser votado não poderia ser realizado por aqueles que professassem religião diversa da oficial. Ou seja, tinha-se liberdade para opção religiosa diversa mas isso afastava a qualidade de cidadão do império⁴.

Este cenário de ação da religião diretamente na estrutura estatal é o que KURU (2009) chama de Estado Religioso, justamente pela presença de normas constitucionais que permitiam o entrelaçamento entre as funções estatais com a do clero.

Com o advento da república, editou-se o Decreto 119-A⁵, que efetivava a separação entre Estado – Igreja e a garantia à plena liberdade religiosa e de culto, seguido da promulgação da Constituição Republicana de 1891, única da história constitucional brasileira que não cita Deus em seu preâmbulo, e que reforçou o texto normativo anterior, recepcionando-o no novo ordenamento jurídico-constitucional.

As primeiras normas constitucionais que modificavam a relação Estado-Nação e Igreja apontavam a vedação ao estabelecimento de subvenção ou embaraço ao exercício religioso, o exercício de culto de forma ampla (artigo 11), e especialmente no parágrafo 3º do artigo 72 da Constituição de 1891, traçava que “todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para este fim e adquirindo bens, observada as disposições de direito comum”⁶.

A tratar da religião a primeira constituição republicana promoveu mudanças radicais na acepção da interação que aquela teria com a política e o Estado, rompendo-a totalmente porque mesmo ao garantir que a crença religiosa não privaria o cidadão de exercícios de direitos obtemperou que os de natureza política seriam perdidos se usada para isentar-se de obrigações legais. Além disso, reconhecia-se apenas o casamento civil, promovia a secularização dos cemitérios, instituía o ensino leigo e proibia expressamente a participação de religiosos na vida política⁷.

⁴ A interação religião-estado era de tal forma que no artigo 102 da Constituição Imperial havia normas sobre eleições às Assembleias Paroquiais, órgão de estrutura unicamente religiosa, sem nenhuma função estatal.

⁵ No Direito Constitucional aplica-se o princípio da recepção constitucional para as normas infraconstitucionais anteriores a uma nova constituição e que são compatíveis com esta. Desta forma o Decreto 119-A é lei que foi recepcionada pela Constituição de 1891, mantendo-se em vigência, e permanece até os dias atuais uma vez que todas as constituições brasileiras até então outorgadas ou promulgadas consagram a separação entre Estado e Religião.

⁶ O parágrafo 7º do artigo 72 da Constituição Republicana de 1891 aponta que “nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o governo da União ou dos Estados.

⁷ Essas informações podem ser observadas nos artigos 70, § 1º e 72, §§ 4, 5, 28 e 29 da Constituição Republicana de 1891.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Pela leitura dos dispositivos constitucionais da Primeira República, observa-se o esforço em destinar à religião apenas a participação na vida privada do indivíduo. O afastamento da mesma de qualquer atuação no campo político alcançava o direito de votar e ser votado, vez que proibia que se fizessem usuários dos direitos políticos, aqueles que pertencessem à quaisquer denominações religiosas.

As demais constituições brasileiras, já não tão envolvidas com o furor da necessidade de consolidar um regime político assaz distinto do anterior, diminuíram o rigor na medida mencionam Deus em seus preâmbulos, permitiram o ensino religioso, reconheceram legalidade ao casamento religioso (fruto de uma Concordata – tratado internacional realizado com a Santa Sé) e excluíram a vedação de participação dos agentes religiosos como candidatos ou eleitores.

Quando da realização da Assembléia Nacional Constituinte de 1986, cujos trabalhos culminaram no texto constitucional atual, houve maciça participação de agentes religiosos na política, fossem católicos ou evangélicos, os primeiros focando sua participação no fortalecimento das conquistas sociais e preservação de seu espaço já consolidado na sociedade, e os segundos, visando o equilíbrio de forças com a Igreja Católica, evitando eventual retomada de religião oficial, e preservar a pluralidade e liberdade religiosa (NOVAES, 2001).

A atual Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988 (CF88), não institui religião oficial, autoriza o ensino religioso facultativo nas escolas públicas (artigo 210, § 1º) e reconhece o casamento religioso (artigo 226, § 2º), liberdades que não se restringem ao catolicismo vez que insere em seu artigo 5º (incisos V, VI e VII), ser inviolável a liberdade de crença e do exercício de cultos religiosos, a proteção aos locais de culto e suas liturgias, a assistência religiosa nas entidades de interações coletivas e a proibição de restrição a direitos por motivos de crença religiosa, só permitindo esta quando não cumprida uma prestação legal e alternativa àquela que o religioso pretenda se eximir.

Para viabilizar o funcionamento e a pluralidade entre as denominações religiosas, o constituinte vedou a instituição de tributo sobre templos de qualquer culto, entendendo-se o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades religiosas (artigo 150, inciso VI, alínea 'b' e § 4º da CF/88).

Ainda, em seu artigo 19, a CF88 veda que a União, os Estados, Distrito Federal e Municípios estabeleçam cultos religiosos ou Igrejas (reforçando a inexistência de religião oficial), subvencione (conceda dinheiro ou vantagens para estimular suas atividades) ou

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

embarace seu funcionamento (tome medidas que dificultem ou impeçam suas atividades), bem como proíbe qualquer relação de dependência ou aliança, ressalvando no caso desta última, aquela a título de satisfação do interesse público (motivada pelas diversas entidades assistenciais mantidas pelas instituições religiosas e pela manutenção das demais ações filantrópicas).

A Constituição Federal não possui norma que expressamente declare que o Estado Brasileiro é laico, e os dispositivos trazem a ideia de que o Estado Brasileiro não atua de forma religiosa, mas qualquer exegeta observa que ela destaca a importância da religião na própria configuração social na medida em que protege o seu exercício, aceita a interação para fins sociais (interesse público) e não proíbe a participação de religiosos no campo político.

A laicidade constitucional, portanto, é extraída pela interpretação sistêmica dos dispositivos apontados, somando-se àqueles que traçam sobre a soberania popular e a igualdade perante a lei sem distinções de qualquer natureza (PINHEIRO, 2008).

Importa considerar que se trata de resultado curioso ao se considerar as imbricações entre os campos religioso e político, observadas desde a instalação da Assembleia Nacional Constituinte. A religião permeava as discussões de tal forma que ao elaborar-se o regimento que daria as regras e diretrizes para a realização dos trabalhos dos constituintes, o Senador Constituinte Salantiel de Carvalho, membro da Assembléia de Deus, solicitou inclusão de artigo que obrigava a presença da Bíblia Sagrada na mesa diretiva, emenda inicialmente rejeitada pelo relator Fernando Henrique Cardoso sob a argumentação de atender-se à laicidade. Votação em plenário rejeitou os argumentos deste último, tendo então a proposta sido aprovada por unanimidade (PINHEIRO, 2008).

Este fato, o uso da Bíblia à mesa da Assembleia Constituinte, bem como outros que motivaram as discussões sobre a permissão ou não de símbolos sagrados, uso de textos bíblicos, acionamento da religião em motivações de votos por parlamentares ou em campanha eleitoral, apontam a necessidade de investigar-se quanto ao real sentido da laicidade no Brasil.

A laicidade como fato social e jurídico

As diversas pesquisas realizadas sobre a atual imbricação entre o campo religioso e o campo público têm apontado para a ressignificação tanto do conceito de secularização, quanto do que venha a ser o princípio da laicidade, vez que insuficientes para explicar a crescente e estruturada presença da religião no espaço público.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Após a elaboração da Primeira Constituição Republicana, Rui Barbosa, jurista brasileiro renomado e que colaborou com o processo da constituinte, sobre a formulação não religiosa daquelas normas constitucionais disse:

As constituições não se adotam para tiranizar, mas para escudar a consciência dos povos [...] nossa constituição não criou a nação, nem a religião nacional. Achou-as preexistentes, e estabeleceu-se com o intuito de as proteger sob uma forma republicana de governo [...] Antes da República existia o Brasil; e o Brasil nasceu cristão, cresceu cristão continua a ser até hoje. Logo, se a República veio organizar o Brasil, e não esmagá-lo, a fórmula da liberdade constitucional, na república, necessariamente há de ser uma fórmula cristã. As instituições de 1891 não se destinaram a matar o espírito religioso, mas a depurá-lo, emancipando a religião do jugo oficial (BARBOSA, 1903, p. 383).

A pretensa ideia da perda de influência e participação da religião nos diversos setores da vida, inclusive o estatal, através de um movimento de secularização total, não se verifica no Brasil, uma vez que sua presença nas práticas sociais, demonstra um processo peculiar, distinto do europeu ou do americano, uma vez que a desmopolização religiosa ocorrida no país teve singular consequência:

a ampla liberdade religiosa resultante da secularização do Estado está na raiz da desmonopolização religiosa, da formação e expansão do pluralismo religioso e, por consequência, do acirramento da concorrência religiosa. Isto é, a concessão de liberdade religiosa e a separação Igreja-Estado romperam definitivamente o monopólio católico, abrindo caminho para que outros grupos religiosos pudessem ingressar e se formar no país, disputar e conquistar novos espaços na sociedade, adquirir legitimidade social e consolidar sua presença institucional. Fenômeno que não ocorreu do dia para a noite, mas paulatinamente e aos tropeços (MARIANO, 2003, p. 112).

A definição do que é laicidade e o seu uso nas argumentações sobre a presença da religião no espaço público a favor ou contra este fenômeno, tem contribuído especialmente na Ciência Jurídica, para uma imprecisão quanto ao seu sentido e alcance.

Ela é traçada por Bauberót e Milot (2011, p. 80), como “um arranjo do político no qual a liberdade de consciência se encontra, em conformidade com uma vontade de igual justiça para todos, garantida por um Estado neutro em relação a diferentes concepções da vida ideal que coexistem na sociedade”.

Blancarte (2008) e Pinheiro (2008) afirmam que o termo por vezes é utilizado em uma acepção restritiva e intolerante, noutras muito aberta a ponto de não haver funcionalidade, e que a ausência da definição expressa no texto constitucional a mantém vulnerável a indistintos argumentos. Por outro lado defende Huaco (2008, p. 25) que “não depende que seja

explicitada através de normas constitucionais, mas sim que permaneça implícita em todo o sistema jurídico”.

Sarmento (2008) entende que a laicidade é um princípio de natureza dúplice uma vez que salvaguarda as diversas confissões religiosas da potestade do Estado, bem como protege o Estado das ingerências daquelas. Essas considerações somam-se ao concluído por Zylbersztajn (2012, p. 71) que destaca ser “a laicidade é um princípio e, como tal, deve ser realizada na maior medida possível diante das possibilidades fáticas e jurídicas do caso em concreto”.

Nas discussões trazidas pelos artigos científicos sobre o tema, em especial sobre quais as características que teria a laicidade, Mariano afirma que:

refere-se histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto (MARIANO, 2011, p. 244).

As referidas características, que também foram observadas por Huaco (2008), uma vez presentes, sejam todas, ou algumas, de forma ampla ou restrita, traduzem os diferentes graus de laicidade, e a pluralidade das manifestações religiosas interfere na compreensão dos mesmos, especialmente quando se vislumbra fatos sociais como menção de Deus no preâmbulo constitucional, uso de trechos bíblicos em manifestações legislativas, crucifixo nas salas dos tribunais ou plenários; todos fatos sociais que já levaram o Judiciário a se posicionar pela manutenção ou exclusão desses signos, e sempre sob o argumento da laicidade.

Sarmento (2008), Lopes de Almeida (2008) e Habermas (1997) traçam que a democracia vai além do simples governo da maioria, pressupondo o respeito a diversos direitos e instituições, visando igualmente proteger as minorias. Assim, sendo necessário garantir um tratamento igualitário, a solução destes embates sobre a presença do religioso no espaço público não pode se resumir à identidade cultural da maioria.

Assim, a justificativa da laicidade não se encontra puramente na separação religião e estado, mas também, segundo Milot (2008, p. 130), “no reconhecimento da diversidade moral e religiosa e na justiça política que deve garantir que nenhuma discriminação seja exercida no exercício das liberdades fundamentais”.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

O Observatório da Laicidade do Estado, utilizando-se das considerações de Fischmann (2008), aponta em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores que a soberania popular substitui, nas ações do estado, o caráter sagrado da moral coletiva e que a conciliação das percepções sobre a presença religiosa é indispensável para a própria democracia, identificando que na produção legislativa, por exemplo, é garantida a participação de todos:

dos crentes e dos não crentes, enquanto cidadãos. O Estado laico não pode admitir imposições de instituições religiosas, para que tal ou qual lei seja aprovada ou vetada, nem que alguma política pública seja mudada por causa dos valores religiosos. Mas, ao mesmo tempo, o Estado laico não pode desconhecer que os religiosos de todas as crenças têm o direito de influenciar a ordem política, fazendo valer, tanto quanto os não crentes, sua própria versão sobre o que é melhor para a sociedade (NEPPDH, 2011)⁸.

É por esta razão que Blancarte (2008) aponta que os esforços devem ser direcionados para a reivindicação de liberdades e de direitos, mediante os representantes populares e políticos, devendo-se olvidar das Igrejas e seus crentes, as quais ainda nutrem o direito de opinião e merecem tolerância.

Sobre a tolerância, Fischmann (2008) e Lopes Almeida (2008) apontam que o seu paradoxo reside justamente na necessidade de se compreender o que pode ou não ser tolerado. Zylbersztajn (2012) aponta que esse limiar deve ser compreendido dentro dos critérios da razoabilidade, apontando:

é uma questão de razoabilidade dentro dos moldes até aqui discutidos. O Presidente da República tem todo o direito de usar um broche com a imagem de uma santa em sua vida particular, ainda que em espaços públicos. Não poderia fazer o mesmo, no entanto, representando o país em missão oficial. A manutenção dos símbolos religiosos em gabinetes pessoais não afrontaria a concepção de laicidade, mas o uso de um terço enrolado no punho de um procurador durante uma sustentação oral no Plenário de um Tribunal talvez excedesse os limites possíveis (ZYLBERSZTAJN, 2012, p. 119).

No Brasil contemporâneo essa razoabilidade não tem sido suficientemente identificada, face às recorrentes disputas políticas envolvendo grupos laicos e religiosos, o que leva Mariano (2011) a concluir que:

⁸ O texto foi extraído do sítio eletrônico do Observatório da Laicidade do Estado (OLE) do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas em Direitos Humanos (NPPDH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufjf.br/ole/conceituacao3.html>. Acesso em: abr. 2017.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A laicidade estatal no Brasil não somente não dispõe de força normativa e ascendência cultural para promover a secularização da sociedade e para assegurar sua própria reprodução, como tem sido acuada pelo avanço de grupos católicos e evangélicos politicamente organizados e mobilizados para intervir na esfera pública (MARIANO, 2011, p. 254).

O panorama que se enfrenta portanto, quanto à percepção e configuração da laicidade, é permeado de múltiplas dificuldades em razão da própria complexidade do mundo contemporâneo, corroborando-se com as reflexões trazidas por Casanova (2004), Cipriani (2015) e Sofiati (p. 346-347), de que é preciso “estudar situações concretas, visto que os Estados laicos com liberdade religiosa também enfrentam problemas de desvios, remanejamentos e adaptações”, sendo portanto a laicidade uma ideia em construção, onde a sua dinâmica “tende a continuar em situação de indefinição, cujos direcionamentos dependem da ação social dos grupos laicos e religiosos”.

Considerações finais

A laicidade constitucional brasileira é princípio que destaca o caráter democrático do Estado, sendo prevista de modo implícito no texto, contudo reforçada pelas normas de liberdade de culto, crença e de não subvenção estatal. Pode-se concluir que o estado não é antirreligioso ou anticlerical, justamente porque prima pelo ambiente plútime, de liberdade confessional. A laicidade trazida pela constituição aponta que não pode haver predileções nas ações estatais, em relação a uma ou outra denominação religiosa.

Uma vez que é princípio, possui valor axiológico, condutor das posturas humanas em sociedade, porém ainda insuficiente para responder todas as situações e fatos sociais em que a religião imbrica-se com o espaço político, necessitando-se sempre da análise do caso em concreto, da harmonização de direitos e interesses em benefício do interesse público e da democracia.

Serve como norte para a resolução destas arenas de interpretação, a compreensão da laicidade como alerta ao equilíbrio da presença de qualquer concepção social, política ou jurídica, seja ela com raízes religiosas ou não. Ou seja, a permeabilidade entre religião e espaço público é permitida justamente quando enriquece a democracia. As decisões políticas portanto residem no interesse de todos, independente de credos, e o Estado deve preservar este objetivo.

Cada situação em que se reclamem eventual abuso dos limites da presença da religião, implicará na compreensão de que a laicidade é um elemento em construção e que a

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

razoabilidade deve ser o eixo para a resolução dos impasses então apresentados pelos queixosos, necessariamente unindo-se as percepções não somente da Ciência Jurídica, como também as discussões trazidas pela Antropologia e demais Ciências Sociais, ante a necessidade de um olhar interdisciplinar para a resolução de demandas complexas.

Referências

- BARBOSA, Rui. Discurso no Colégio Anchieta. Palavras à Juventude. In: BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Obras Completas de Rui Barbosa**, v. 30, tomo 1, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1903.
- BAUBERÓT, Jean; MILOT, Micheline. **Laïcités sans frontières**. Paris: Seuil, 2011.
- BLANCARTE, Roberto. O porquê de um Estado laico. In: LOREA, Roberto Arruda (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2008, p. 19-32.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7 ed. Coimbra: Almedina, 2003.
- CASANOVA, José. Religiones públicas em um mundo global. **Iglesia Viva**, Valencia, n. 218, abr./jun., 73-86, 2004.
- CIPRIANI, Roberto. Além da dimensão institucional, ou melhor, o papel do indivíduo na diátribe entre a laicidade e a liberdade religiosa. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 27, p. 95-111, 2015.
- FISCHMANN, Roseli, **Estado Laico**, São Paulo, Memorial da América Latina, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 1, 1997.
- HUACO, Marco. A laicidade como princípio constitucional do Estado de Direito. In: LOREA, Roberto Arruda (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2008, p. 33-80.
- JELLINEK, Georg. **La declaración de los derechos del hombre y del ciudadano**. México: Universidad Autónoma de México, 2003.
- KURU, Ahmet. **Secularism and state police toward, religion, and politics**. Cambridge, New York: Columbia University Press, 2009.
- LOPES DE ALMEIDA, Fábio Portela. **Liberalismo político, constitucionalismo e democracia**: a questão do religioso nas escolas públicas. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.
- MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio/ago. 2011.
- _____. Efeitos da Secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. **Civitas**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 111-125, jun. 2003.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

MILOT, Micheline. A garantia das liberdades laicas na Suprema Corte do Canadá. In: LOREA, Roberto Arruda (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2008, p. 129-138.

NOVAES, Regina Reyes. A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 60-81, mar./maio 2001.

PINHEIRO, Douglas Antônio Rocha. **Direito, Estado e Religião**: a constituinte de 1987/1988 e a (re)construção da identidade religiosa do sujeito constitucional brasileiro. Belo Horizonte: Fino Traço, 2008.

SARMENTO, Daniel. O crucifixo nos Tribunais e a laicidade do Estado. In: LOREA, Roberto Arruda (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2008, p. 189-201.

SOFIATI, Flávio Munhoz. Perspectivas da laicidade no Brasil contemporâneo. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 5, n. 2, p. 327-350, jul.-dez. 2015.

ZYLBERSZTAJN, Joana. **O princípio da laicidade na Constituição Federal de 1988**. Tese (Doutorado em Direito do Estado). São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2012.

“À SOMBRA ACOLHEDORA DE UMA ENORME ÁRVORE”: PAULO FREIRE E A PROPOSTA DE (RE) CONSTRUÇÃO RADICAL PÓS-COLONIAL DO SISTEMA EDUCACIONAL EM GUINÉ-BISSAU (1975-1976)

Rafael Domingues da Silva¹

“Aprender na vida, aprender junto do nosso povo, aprender nos livros e na experiência dos outros. Aprender sempre” (Amílcar Cabral).

Introdução²

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 no 26º artigo concebe a educação como um direito de todo indivíduo em ter acesso à educação gratuita. Se, por um lado, a educação é direito humano universal, por outro, ela tem sido um privilégio. O acesso a ela foi e têm sido obtidos por meio de muitas lutas de homens, mulheres, LGBTs etc., engajados (as) em movimentos sociais, de partidos políticos etc., como ocorreu e ocorre atualmente no Brasil. Se a educação é direito universal, logo a luta pela libertação e criação de um estado de real soberania nacional também o é. Uma dura guerra de libertação e para que a educação deixasse de ser privilégio foi travada em um pequeno país da África ocidental, Guiné-Bissau, colônia de exploração portuguesa durante mais de cinco séculos.

É na Guiné-Bissau recém-libertada onde entra Paulo Freire, até então na etapa de seu exílio em Genebra, Suíça. Este foi convidado por Mário Cabral, do Comissariado de Educação da Guiné para visitar aquele país e conhecer a existente campanha de alfabetização de adultos, aprender e contribuir com o processo de (re) construção do sistema de ensino, ou seja, a alfabetização de adultos e a pós-alfabetização, implicando “na transformação radical do sistema educacional herdado do colonizador” (FREIRE, 1978, p. 21). Este texto tem o objetivo de analisar este processo histórico que desaguou na libertação de Guiné-Bissau em 1975 e, principalmente, compreender a experiência e participação crítica freireana nos esforços daquela nação recém-libertada no campo educacional pós-colonização.

¹ Programa de Pós Graduação em Educação, CAPES, USP, rivieradomingues@usp.br

² Este Texto ora apresentado com algumas modificações foi originalmente escrito como trabalho final para a disciplina “Estado, Democracia e Educação Pública”, de responsabilidade da Professora Doutora Sônia Maria Portella Kruppa e ofertada no 2º Semestre de 2016 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado e Doutorado, da Universidade de São Paulo, USP.

A antiga África de grandes reinos e a guiné portuguesa

Inúmeras civilizações antiquíssimas prosperavam no continente africano como, por exemplo, o vasto e poderoso Império do Mali e o Reino Achanti (Munanga, 2009), quando Portugal se aventurou em mares desconhecidos ainda na primeira metade do século XV, descobrindo as ilhas que atualmente fazem parte de seu território: Açores (1427), e Madeira (1420). A primeira possessão ultramarina foi a Conquista de Ceuta em 1415 liderada pelo Rei Dom João I (Maestri, 1994). Diversos povos localizados nos mais diversos pontos da vasta África estabeleciam comércio entre si, como a rota comercial entre os sudaneses comercializando ouro com os egípcios há milênios antes de Cristo. Além do comércio, povos deste continente foram um dos primeiros a lidarem com o ferro e bronze, dando início à metalurgia na história na humanidade, representando avanço significativo em termos de tecnologia. De utilização de madeira, ossos e pedra, passamos nós a usar utensílios feitos de metal, muito mais afiados, resistentes, duráveis e, por consequência, muito mais eficientes no fazer de determinada tarefa como, por exemplo, a maior letalidade de uma fecha com ponta de metal no abate de um animal durante a caça.

O navegador português Nuno Tristão (?–1446?) descobriu, ou melhor, tomou posse do território onde atualmente é Guiné-Bissau em 1446, local onde foi “varado pelas setas envenenadas dos nativos” chamado de “selvagens” (AGUIAR, 1964, p. 11). Durante séculos a Guiné-Portuguesa foi entreposto comercial de especiarias, minérios preciosos e escravizados. A conquista da Guiné foi narrada pelo cronista Gomes Eanes de Zurara. Aliás, as crônicas de conquista eram estratégias, documentos necessários à obtenção dos plenos direitos de domínio mediante as bulas papais.

Com o objetivo de obter autorização papal para a guerra no norte da África como cruzada e justificar a escravização de infiéis, D. Afonso V encomendou a Gomes Eanes de Zurara, de ‘ideologia feudalizante’ e afeito ao espírito cavalheiresco, a Crônica da Tomada de Ceuta, também conhecida como a Terceira Parte da Crônica de D. João I, datada de 1450 (Saraiva & Lopes, 1985: p. 139-141). Assim, por relatar o sucesso dos portugueses cristãos contra os muçulmanos marroquinos em 1415, foi conseguida a bula *Dum Diversus* em 1452, que concedia aos lusitanos plenos direitos de conquista no norte africano. A Crônica da Guiné foi escrita especificamente para a obtenção de uma nova bula papal que ampliasse os direitos portugueses sobre o “mar Oceano. Ao narrar as descobertas portuguesas, que entre 1434 e 1448 já haviam ultrapassado o Cabo Bojador e chegado à Guiné ou “terra dos negros”, D. Afonso V requeria do Papa Nicolau V (1397-1455) o reconhecimento das terras que os portugueses já haviam encontrado na costa africana. A data oficial da Crônica da Guiné é de 1453. A nova Bula, a *Romanus Pontifex*, veio em Janeiro de 1455, e concedia a Portugal a posse de todas as terras descobertas ou por descobrir ao sul do Cabo Bojador (GUIMARÃES, 2011, p. 5).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A principal motivação alegada pelos conquistadores em solicitarem o direito de uso fruto total dos novos territórios está ligado a civilizar e salvar os “povos selvagens” por meio da catequese e o sacramento do batismo, trazendo as ovelhas desgarradas para o rebanho de Deus. O procedimento acima relatado será o mesmo com a futura descoberta do novo mundo em 1492, a América. O posterior Tratado de Tordesilhas de 1494 será a solução encontrada em relação à bula *Inter Coetera* de 1493. A Coroa Portuguesa viu-se em prejuízo comparando-se com a Espanha, maior beneficiada com a partilha do novo mundo. A bula do Papa Alexandre VI – *Inter Coetera* – estabelecia a posse das terras para os espanhóis a 660 quilômetros a Oeste da Ilha dos Açores. A Leste da mesma ilha a posse era portuguesa. Eis que surge o ponto interessante: O Rei D. João II exigiu o estabelecimento de novas medidas. Ora, se as terras sulistas eram, até aquela altura, “desconhecidas”, por que refizeram o documento colocando a nova linha imaginária a 2,500 km a Oeste das Ilhas de Cabo Verde? A hipótese mais provável é que os portugueses sabiam da existência de territórios mais para o Sul da Linha do Equador. Três anos após a assinatura do Tratado de Tordesilhas, Vasco da Gama deixa Lisboa e, se observarmos os mapas existentes do trajeto de ida da missão vascaína, verifica-se um “desvio” considerável para Oeste logo após a passagem por Cabo Verde. Nesta mudança de rota, o “Brasil” foi (re) conhecido e em 1500 a missão cabralina tomou posse do achado.

Entre os séculos XV ao XIX, Portugal teve o domínio sobre o território da Guiné sempre ameaçado, sendo a principal atividade lucrativa o comércio de escravizados. No século XIX este histórico domínio territorial português começou a ser ameaçado ainda mais pelas potências europeias como, por exemplo, a França. Aguiar (1964) cita a presença francesa em Cacheu, cidade da então Guiné-portuguesa, e ressalta que historicamente aquela cidade pertencia a Portugal. Em 1885 com a paradigmática Conferência de Berlim, a perda dos territórios para nações mais poderosas era iminente, não fosse a intervenção britânica na divisão dos pedaços da “Pizza África”. Amílcar Cabral afirma o seguinte:

O colonialismo português conseguiu sobreviver, apesar da partilha da África, realizada pelas potências imperialistas no fim do século XIX, porque a Grã-Bretanha apoiou as ambições de Portugal que, principalmente depois do Tratado de Metwen (1703) se tornou numa semi-colônia britânica. A Grã-Bretanha tinha interesse em servir-se das colônias portuguesas, não apenas para explorar os recursos econômicos, mas também para as ocupar como base de apoio no caminho do oriente, mantendo assim domínio absoluto no Oceano Índico. Para contrariar a cobiça das outras potências colonialistas e defender os seus interesses em relação às colônias portuguesas a Grã-Bretanha descobriu a melhor solução: defendeu os direitos de sua semi colônia [...] Portugal foi apenas o guardião cioso dos interesses,

dos recursos humanos e materiais dos nossos países, ao serviço do imperialismo mundial. Esta é a verdadeira razão da sobrevivência do colonialismo português em África. (CABRAL, 1978, p. 70-71).

O citado tratado de Methuen (1703), conhecido como Tratado dos Panos e Vinhos estabelecia a exclusividade da venda de tecidos ingleses em Portugal e a aquisição dos vinhos de Portugal por parte da Grã-Bretanha, cuja balança comercial sempre lhe era favorável. Como o tratado era de exclusividade, os lusitanos acharam-se amarrados à Inglaterra, e esta dependência tornou-se ainda mais clara na “dívida” contraída por Portugal quando os britânicos defenderam as possessões do país ibérico em África. Os “direitos históricos” não mais valiam e era necessário “provar” a posse. “no que diz respeito à África portuguesa, este conceito”, o conceito de direito histórico, “foi enterrado pelas potências coloniais na Conferencia de Berlim” (1885) (CABRAL, 2008, p. 48). Diante destes pontos é que Cabral afirma a “semi-posse” portuguesa dos territórios em África.

A presença histórica do “semi-colonizador”

Como dissemos o direito histórico não era mais aceito para a continuidade da garantia de posse. Os portugueses travaram guerras com os “nativos da Guiné” e “durante quase 50 anos fizeram uma guerra colonial contra o nosso povo; guerra contra manjicos, contra pépeis, contra fulas, contra mandingas, beafadas, balantas, contra fulas, contra quase todas as tribos da nossa terra, na Guiné” (CABRAL, 1974, p. 17-18). Na verdade, os portugueses estiveram em permanente guerra contra o (s) povo (s) da Guiné desde o século XV, pois Nuno Tristão, o descobridor daquela terra não regressou a Portugal, sendo morto, de acordo com as crônicas, por fechas envenenadas dos “nativos selvagens”. Desde os últimos momentos do século XIX e grande parte do século XX, o colonizador português penetra à força pelos territórios das tribos da Guiné tomando-lhes as mais férteis terras e convertendo-os em mão de obra destinada ao trabalho forçado, principalmente na agricultura (Cabral, 1974). Solos férteis e força humana disponível para as companhias agrícolas. Vejamos, por exemplo, a situação em outras colônias portuguesas.

Em Angola e Moçambique cerca de 70% da produção agrícola, e, na Guiné, a totalidade provem de cultivadores africanos. Estes são obrigados a vender as suas colheitas aos colonos a preços artificialmente baixos, que as autoridades portuguesas impõem e que os compradores ainda baixam mais. As zonas mais férteis, donde os africanos foram sistematicamente afastados, foram exploradas por companhias coloniais e estão em vias de ocupação por colonatos europeus [...] as companhias coloniais possuem propriedades que excedem por vezes as centenas de hectares. Por

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

exemplo, a Companhia Angolana de Agricultura possui cerca de 250.000 hectares de plantações de café. A companhia de Diamantes de Angola é a única concessionária de extração de diamantes nesta colônia. Em Angola e Moçambique, 570.000 africanos são obrigados a cultivar algodão e cerca de 60.000 famílias camponesas na Guiné tem de cultivar amendoim (CABRAL, 2008, p. 51-52).

O (neo) colonialismo português não se diferenciou muito daquele experimentado nos séculos do Brasil colônia. Outros aspectos podem dar a pintura nova a re-colonização. Todavia, não se descolou totalmente dos primórdios do século XV, verificando seu viés de continuidade. Em Guiné havia a divisão clara de classes sociais, dividida em três principais: o colono de origem europeia, o “assimilado” e o “não civilizado”. E quem era o assimilado?

Pois bem. Este pertencia ao minoritário grupo de africanos “inseridos” na “civilização europeia”. Tal inserção se dava por meio do pagamento de impostos, prestação de serviço militar, ser muito bem letrado e ainda comprovar estabilidade financeira suficiente para ganhar o estatuto de “civilizado” (Cabral, 2008). Entretanto, o próprio autor destaca que metade dos portugueses residentes em seu próprio país não obteriam o “almejado” estatuto de assimilados, se colocados fossem a cumprir as exigências estabelecidas. Esta condição de “assimilado” era apenas letra impressa em papel, pois a realidade não se parecia nada com flores.

Teoricamente considerados como cidadãos portugueses – não goza dos privilégios reservados aos europeus. Alguns deles encontram-se numa situação de isolamento entre a massa da população africana e os colonos, e estes últimos os rejeitam-nos através de uma discriminação declarada ou dissimulada (CABRAL, 2008, p. 54-55).

A situação dos “não assimilados” era muito pior do que aquela daqueles inseridos na sociedade à europeia. É no mínimo interessante verificar a distância entre o que ressalta Amílcar Cabral e o discurso abaixo:

O nosso gênio colonizador, não distinguindo raças, religiões ou cores de pele, é um alto exemplo para ser seguido. A paz existia em toda a terra portuguesa até o dia em que a inveja e a cobiça começaram a dominar aqueles que, condutores de outros povos, não admitiam a vigência de uma política ultramarina feita sem ódios e sem racismos, mas com amor e espírito cristão (AGUIAR, 1964, p. 10).

O autor menciona justamente as pressões – da qual falamos anteriormente – de outras nações europeias pela tomada da posse das colônias portuguesas na África. Pressões estas existentes, na realidade, desde o século XV e ainda mais aprofundadas antes da Conferência de Berlim nos anos 1800. Ao observar um mapa da África de 1914, (WESSELING, 2008, p.

463), constatamos como a Guiné Portuguesa está pressionada em todos os lados pela França com a posse da então nomeada e enorme África Ocidental Francesa. Por isso o ressentimento lusitano.

Afirma Aguiar (1964) que já conduzem outros povos e querem destruir a harmonia entre Portugal e suas colônias que, ao se juntarem, formam toda a terra portuguesa. Por tratar-se de uma publicação da Agência do Ultramar, é cristalina a tentativa do autor em encobrir a enorme tensão social e a guerra existente na Guiné e, é claro, passando pela exploração intensiva dos recursos naturais e das gentes. E no meio de toda esta injustiça surge o PAIGC, uma força revolucionária com o objetivo de se romper com os grilhões da colonização imperialista.

Da semente sepultada ao solo à frutificação: a palmeira da esperança de Amílcar Cabral

O Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde surgiu em 19 de Setembro de 1956³ em Bissau, capital do país. Neste mesmo ano surgiu o MPLA – Movimento pela Libertação de Angola (Cabral, 1978). Entre os fundadores do PAIGC estava Amílcar Cabral, nascido na cidade de Bafatá, na Província de mesmo nome em 1924. Quando ainda com 08 anos muda-se para Cabo Verde onde fez os estudos primários e secundários. Em 1945 muda-se para Lisboa para frequentar o Instituto Superior de Agronomia. Desta maneira torna-se um dos pouquíssimos guineenses a obter curso superior. Em 1952 retorna à Guiné-Bissau como funcionário do Ministério do Ultramar, trabalhando nos Serviços Agrícolas e Florestais da Guiné. Ao trabalhar no recenseamento agrícola de 1953, tem a oportunidade de viajar o país de ponta a ponta, conversando diretamente com as pessoas, obtendo vasto conhecimento da realidade de seu país (Cabral, 2008).

Após visita à Guiné-Bissau em 1975, Paulo relata sua conversa com um militante e soldado do PAIGC: este último relatou que um dia qualquer do período da guerra de libertação, Cabral se reunia com camponeses. Durante a conversa toma uma semente encontrada ao chão e a enterra ao solo, dizendo que aquela semente representava o início de uma nova Guiné-Bissau livre do colonialismo e dona de sua própria história.

³ Há uma divergência em relação ao ano de criação do PAIGC com a bibliografia por nós consultada. No livro Obras Escolhidas de Amílcar Cabral, v. 1, 1978, o ano de criação do partido aparece como sendo em 1956. Já no tomo Documentário: textos políticos e culturais, apresentado e organizado por Antonio E. Duarte Silva, 2008, o ano de criação é 1959. Consideremos 1956.

Em certo momento de sua conversa com os camponeses [...] à sombra também de uma árvore, Cabral se levanta, com uma semente de dendê na mão e, escolhendo o sítio adequado, cava o chão e a planta. Depois, olhando os camponeses em volta, lhes diz: “muita coisa vai acontecer em nosso país, feito por nós, pelo povo da Guiné, antes que a palmeira que nascerá desta semente dê os primeiros frutos”. “Anos depois, disse-me o militante, se fez uma reunião do comitê do PAIGC daquela região, ao lado da palmeira que dava o seu primeiro cacho”. Ao fazer aquele discurso, que não se reduziu apenas à sua dimensão oral, quando disse que muita coisa ocorreria no país, feita pelo povo, antes que a palmeira frutificasse pela primeira vez, mas também incluiu o ato de plantar a palmeira, Cabral falou uma linguagem de esperança. Não de uma falsa esperança, que é de quem espera na pura espera, por isso que vive um tempo de espera vã. A espera só é esperança quando se dá na unidade entre a ação transformadora do mundo e a reflexão crítica sobre ela exercida. (FREIRE, 1978, p. 62).

A semente realmente prosperou. Mas, ao relatar a conversa com o militante, não se diz se Cabral estava presente na reunião junto à palmeira com seu primeiro cacho. Amilcar Cabral foi morto em Konacri, capital da Guiné⁴ em 1973. Neste ano algumas partes consideráveis de províncias de Guiné-Bissau como Bafafá, Bissau, Cacheu e Bolama (Bijagós)⁵, ainda possuíam focos de resistência do exército português. Contudo, são nas chamadas zonas libertadas onde surgem as primeiras classes de alfabetização de adultos. Estas escolas localizadas dentro das densas florestas, sombreadas por enormes árvores, ainda estavam sujeitas a emboscadas do exército português. Por este motivo a ausência de paredes para facilitar a fuga de educandos e educadores caso fossem surpreendidos com a aproximação dos “tugas”⁶. É neste contexto de dupla luta pela libertação da Guiné-Bissau e pela educação de seu povo que entra em cena Paulo Freire.

O menino que lia o mundo pisa no chão de África

No ano de 1974, Antonio Salazar é retirado do poder como resultado da Revolução dos Cravos em Portugal. Em 10 de Setembro do mesmo ano os portugueses reconhecem a independência da Guiné-Bissau (CABRAL, 1978). Em 1975 Paulo Freire estava no exílio trabalhando no Instituto de Ação Cultural – Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas (World Council of Churches), com sede em Genebra, Suíça. Em janeiro de 1975 Paulo Freire recebe uma carta do Comissariado do Estado para Educação e Cultura da

⁴ São países distintos a Guiné-Bissau com capital em Bissau, a Guiné e sua capital Konacri e a Guiné Equatorial com a capital Malabo. A Guiné Equatorial, além de ter o Espanhol e o Francês como línguas oficiais, também adotou o Português como língua e tornou-se membro da CPLP com plenos direitos em 2014.

⁵ Os Bijagós são as 88 ilhas formadoras do belíssimo Arquipélago dos Bijagós. Este conjunto de ilhas formam uma das nove “províncias” de Guiné-Bissau: a província de Bolama, além das outras oito da parte continental: Bafatá, Biombo, Bissau, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali. Uma das ilhas do arquipélago se chama Bolama, onde se localiza a Capital da província chamada Bolama.

⁶ Os portugueses.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

República da Guiné-Bissau. O engenheiro Mario Cabral, Comissário da Educação faz o convite a Freire para contribuir com o processo de alfabetização de adultos em ocorrência naquele país.

O desafio foi aceito. “Como homem do terceiro mundo, como educador com este mundo comprometido, outra não pode ser minha posição de, como a de companheiros com quem trabalho, senão a de oferecer a contribuição mínima que possamos dar ao povo da Guiné-Bissau” (FREIRE, 1978, p. 91). Ressalta ainda que a referida contribuição ocorreria de fato após o conhecimento da realidade guineense. “Nada teremos a ensinar aí senão formos capazes de aprender de e com vocês. Por isso mesmo é que iremos a Guiné-Bissau como camaradas, como militantes, curiosa e humildemente” (FREIRE, 1978, p. 93).

Insiste-se na coerência político-pedagógica, além de ética na leitura do mundo, ou seja, Freire aceitou o convite e antes de pensar qualquer ação alfabetizadora, junto com sua equipe conheceria o país para verificar o processo de alfabetização anteriormente iniciado com o PAIGC combatendo os focos de permanência do exército português. “No ano letivo de 1971-1972 o PAIGC tinha nas zonas libertadas um total de 164 escolas, onde 258 professores ensinavam a 14.531 alunos” (FREIRE, 1978, p. 22). Então, em setembro de 1975, Paulo Freire e sua equipe chegam a Guiné-Bissau, com o intuito primeiramente de mais ouvir do que falar e muito mais aprender do que ensinar (Freire, 1978).

À sombra acolhedora de uma enorme árvore, conversando com homens grandes

Ainda em Recife, em Casa Amarela, o menino Paulo Freire vivia rodeado de árvores frondosas, mangueiras e jaqueiras, onde começava a leitura do mundo. Décadas mais tarde Freire visitou a mesma casa. “Eu me lembro exatamente... Agora, na volta ao Brasil, visitei a casa, o quintal... me lembro exatamente... das duas mangueiras... nomeio das quais meu pai pendurava a rede” (FREIRE; GUIMARÃES, 1982, p. 15). Foi em meio daquelas grandes árvores onde o menino – futuro “andarilho do óbvio” – foi alfabetizado pelos pais Joaquim e Edeltrudes, a “Tudinha”. O chão do quintal se faz quadro negro e os gravetos, os gizes com os quais escreviam as palavras (Freire; Guimarães, 1982). Muitos anos após passar por Bolívia, Chile, Estados Unidos, Suíça etc., Freire achava-se em lugar remoto de Guiné-Bissau em uma comunidade rural. Recebido por “homens grandes”, “anciãos”, homens de idade “avançada”⁷

⁷ Vejamos o que afirma Cabral sobre chegar à velhice em seu país naquele tempo histórico: “na nossa terra é raro encontrar velhos de barba e cabelos brancos”. A média de vida na nossa terra, na Guiné ou em Cabo Verde, é de 30 anos. A nossa esperança de vida é de 30 anos: quem passa os trinta já tem sorte (CABRAL, 1978, p. 138).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

e com bastante experiência e conhecimento da vida. Tais homens sábios o recebem à sombra de uma grande árvore, de sombra generosa.

Aberta a reunião, aquela que assistíamos o Comissário Mário Cabral, em poucas palavras, disse de nossa presença na Guiné-Bissau, do trabalho que fazíamos juntos com os nacionais no campo da educação, terminando por afirmar que estava como o responsável pela educação do país, para ouvi-los e debater com eles, livremente, as suas necessidades mais prementes. Imediatamente, então, os cinco mais velhos do grupo se reuniram num círculo dentro do círculo maior, discutindo entre si, em voz baixa, enquanto os demais permaneciam silenciosos. Um jovem ao meu lado disse: “conversam entre eles para estabelecer a ordem em que devem falar bem como para definir alguns pontos sobre o que falarão. Fazem sempre assim”, concluiu [...] em dado instante, um a um, começaram os cinco a falar. De modo geral, ricos no uso de metáforas, de gestos, com os quais sublinhavam suas afirmações [...] falaram também do momento atual, de seu ânimo de participar do esforço de reconstrução nacional, apontando, ao mesmo tempo, as dificuldades com que se defrontavam. O mais velho entre os “homens grandes”, o que falou por último, à sombra acolhedora da enorme árvore, falou a todos nós numa linguagem igualmente de esperança (FREIRE, 1978, p. 63).

Viajar os quatro cantos da Guiné-Bissau serviu para conhecer de perto o “legado” deixado pelo colonizador ao longo dos séculos e, a partir deste aprendizado, delinear a proposta de alfabetização de adultos para além da reprodução mecânica e alienante de palavras num blá-blá-blá vazio. O contato com os homens grandes tinha o objetivo de conhecer em profundidade a cultura daquele povo, cheio de história, esta considerada inexistente a partir do ponto de vista eurocêntrico. Este trabalho de campo feito por Paulo Freire e sua equipe serviu, posteriormente para o levantamento das palavras geradoras com as quais preparariam os “cadernos básicos”⁸ para o trabalho de alfabetização. Paulo freire destaca a enorme alfabetização oral do povo da Guiné e os diversos grupos étnicos e suas respectivas línguas. O conhecimento oral dos “indígenas” não tinha qualquer valor do ponto de vista pedagógico, ou seja, se fazer valer das histórias e memórias ancestrais como currículos, conteúdos no processo de alfabetização em processo.

Diziam que não sabíamos. Agora sabemos que sabíamos e podemos saber mais

O (neo) colonialismo / imperialismo não é somente definido, marcado pela intensiva exploração econômica na obtenção de recursos naturais valiosos, aliado com o trabalho forçado em regime insistente de escravidão como foi visto, por exemplo, as atrocidades

⁸ São cadernos nos quais contem as palavras geradoras do país, obtidas por meio do levantamento do universo vocabular e as respectivas decodificações. Além das palavras fotografias, desenhos relacionados aos temas postos em discussão nos círculos de cultura. Exemplo de palavra geradora: ARROZ.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

cometidas no Congo belga do Rei Leopoldo II, onde seres humanos eram acorrentados pelo pescoço como se animais selvagens fossem (BRUIT, 1988, p. 10). É claro que o imperialismo não se restringiu à África e fincou suas garras na Ásia, América Latina e Oceania. A Índia como possessão japonesa, a Nova Guiné dividida entre Alemanha e Holanda, a Indochina pertencente à França (BRUIT, 1988). Retornando à África, a Alemanha divulgava por meio de cartaz, nos inícios do século XX, a necessidade de possuir colônias, pois, “sem nossas colônias, não teríamos matéria prima” (BRUIT, 1988, p. 6).

Esta presença ultrapassou a existência de uma burocracia estruturada com funcionários neocoloniais á serviço da metrópole. Esta presença se fez na imposição da cultura e também psicológica. Dizer sistematicamente ao colonizado o seu não saber resulta no processo de silenciamento. Se outro nada sabe de valor e sua história não existe, é necessário aquele sabedor oriundo de terras distantes trazendo consigo a bagagem do conhecimento e da civilização. A “ideologia do colonizador”. Devido justamente a este ponto, Amílcar Cabral afirmou ser a luta do PAIGC e do povo da Guiné-Bissau “ser baseada na nossa cultura, porque cultura é fruto da história e ela é uma força” (CABRAL, 1974, p. 67). A mente coletiva constituiu-se, ao longo de séculos da presença do colonizador, outro “território” a ser colonizado, por exemplo, a partir do ensino da Geografia e da História do território do colonizador.

Paulo Freire colocou a imperiosa necessidade de uma transformação radical do sistema educacional, bem como dos conteúdos. Esta descolonização das mentes era entendida por Cabral como “reafricanização das mentes” (FREIRE: 1978: p. 20). Localiza-se aí um dos pontos de encontro entre Cabral e Freire ao compreenderem a alfabetização de adultos e a educação em sentido amplo, enquanto “ação cultural”. Se as experiências não podem ser simplesmente transplantadas, precisando ser recriadas, a escola em Guiné-Bissau precisava, a partir da libertação, ser reinventada.

Projeto Cultural Global

Educação: Alfabetização de Adultos

Ação Cultural ↔ Alfabetização Revolucionária de Adultos
↕
Níveis de Consciência Política e Crítica dos (as) Trabalhadores (as)

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Este projeto cultural global em processo incluía várias frentes de atuação. Uma delas era a (re) criação da educação naquela jovem nação libertada, especificamente no campo da educação de adultos. Entretanto, na área educacional, não se limitava a alfabetização. A pós-alfabetização, a educação técnico-tecnológica era uma preocupação constante do PAIGC e do Comissariado de Educação. Daí o convite a Paulo Freire para contribuir no processo de um projeto cultural global.

A legitimidade da luta de libertação e o surgimento de uma nova mulher e de um novo homem

A citada Declaração Universal dos Direitos Humanos traz em seu 15º artigo que “todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade” e, é cristalina a leitura, uma nacionalidade não submetida à outra nação. Para completar, a Assembleia Geral da ONU de 14 de Dezembro de 1960 resultou na resolução 1514 (XV), a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, reforçando a legitimidade da luta pela libertação nacional.

A Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais [...], Declara que: 1. A sujeição dos povos a uma subjugação, dominação e exploração constitui uma negação dos direitos humanos fundamentais, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da paz e da cooperação mundial; 2. Todos os povos tem o direito de livre determinação; em virtude desse direito, determinam livremente sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Logo, é direito de um povo em sua diversidade, reivindicá-la, por meio da luta armada se for preciso. Aí está a conexão com os debates da disciplina “Estado, democracia e educação pública”. Pelo direito de ter direitos. Foi o que aconteceu com os países africanos principalmente entre as décadas de 1950-1960. Adicionando outro ingrediente, “ninguém será mantido em escravatura ou em servidão” e “a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos” (artigo 4º).

Trabalho forçado, termo utilizado por Cabral, era realidade na Guiné e não havia mais como ocultar essa prática degradante da opinião pública internacional naquela altura dos anos 60. A Criação de partidos revolucionários⁹ como a FRELIMO em Moçambique, o PAIGC em

⁹ FRELIMO: Frente pela Libertação de Moçambique; PAIGC: Partido Africano para a Libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde; MPLA: Partido Popular pela Libertação de Angola; MLSTP: Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Cabo Verde e Guiné-Bissau, o MPLA em Angola e o MLSTP em São Tomé e Príncipe foi, mais do que tudo, reivindicar o cumprimento de direitos humanos universais. Havia lutas simultâneas como, por exemplo, a luta na qual Paulo Freire se envolveu para que a educação em Guiné-Bissau deixasse de ser privilégio de séculos. Mesmo com a resolução da ONU de 1960, A libertação nacional veio de fato somente 14 anos depois com o Acordo de Argel assinado em agosto de 1974 entre o PAIGC e o Governo de Portugal. A libertação nacional era a síntese de um projeto em processo inspirado em Amílcar Cabral de descolonização e “reafricanização” das mentes em África, ou seja, a construção de uma outra sociedade fundada sob um outro alicerce de educação e cultura, a perspectiva de formação um novo homem e uma nova mulher em Guiné-Bissau.

Referências

- AGUIAR, Armando. **Guiné: minha terra**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964.
- BRUIT, Héctor H. **O Imperialismo**. 3 ed. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- CABRAL, Amílcar. **Alguns princípios do partido**. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- _____. **Obras Escolhidas de Amílcar Cabral: a arma da teoria: unidade e luta I**. Textos coordenados por Mário de Andrade. 2 ed. Lisboa: Seara Nova, 1978.
- _____. **Documentário: textos políticos e culturais**. Apresentação de Antônio E. Duarte Silva. Lisboa: Cotovia, 2008.
- DAVIDSON, Basil. **A libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana**. Prefácio de Amílcar Cabral. Lisboa: Sá da Costa, 1975.
- FREIRE, Paulo. **Cartas a Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre educação: diálogos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. v. 1, 2001.
- GUIMARÃES, Jerry Santos. “Memória e retórica: mouros e negros na Crônica da Guiné (século XV)”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, jul./2011.
- MAESTRI, Mário. **O Escravismo no Brasil**. São Paulo: Atual Editora, 1994.
- MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf. Acesso em: 19 abr. 2017.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

_____. **Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/spovos/dec60.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar.** A partilha da África (1880-1914). 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 2008.

DA POLÔNIA À HOLLYWOOD: O PERCURSO CINEMATOGRAFICO DE ROMAN POLANSKI

Rafaela Arienti Barbieri¹

Introdução

Problematizar uma fonte cinematográfica não é tentar atribuir exclusivamente à palavras significados que a imagem em movimento procura representar, afinal, a escrita não dá conta de explicar aquilo que pertence ao visual. Pensar o cinema enquanto documento histórico é, portanto, pensar seu contexto histórico de produção, os indivíduos envolvidos em sua criação bem como os diversos elementos vinculados à tal processo.

Para que um filme seja lançado é necessária uma espécie de “permissão” para falar, tanto do diretor quanto da instituição envolvida, os quais estão imersos em uma complexa rede de transmissão e recepção, não deixando de lado as próprias relações de mercado que lucram com essa produção. Porém, de acordo com Pierre Bourdieu:

não é na relação com um mercado que se opera a determinação completa do significado do discurso. [...] há primeiramente o valor distintivo, que resulta do relacionamento operado pelos locutores, consciente ou inconscientemente, entre o produto linguístico oferecido por um locutor socialmente caracterizado e os produtor simultaneamente propostos num espaço social determinado. Há também o fato de que o produto linguístico só se realiza completamente como mensagem se for tratado como tal, isto é, decifrado; além do fato de que os esquemas de interpretação que os receptores põem em ação em sua apropriação criativa do produto proposto podem ser mais ou menos distanciados daqueles que orientam a produção (BOURDIEU, 1998, p. 24-25).

Bourdieu não trabalha com o cinema especificamente, porém suas análises auxiliam a pensar o contexto de produção de um filme em específico. Tendo em vista *O bebê de Rosemary*, lançado em 1968 e dirigido por Roman Polanski, são necessárias reflexões sobre qual o sentido do lançamento do mesmo em tal período, buscando pensar justamente o que atribui autoridade à Polanski, um diretor polonês que realiza seu primeiro filme em Hollywood na década de 1960 nos Estados Unidos e ao desenvolvimento da denominada Nova Hollywood.

¹ PPH/CAPES/ LERR, UEM. E-mail: rafaelaariantibarbieri@hotmail.com. Solange Ramos de Andrade (orientadora).

Uma linguagem autorizada

Bourdieu defende que a autoridade da linguagem reside no fato de que não basta que um discurso seja compreendido, é necessário que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio. Isso vale para pensar tanto o público da década de 60, que tem que reconhecer a narrativa do filme como também os indivíduos que fazem parte do ambiente cinematográfico juntamente com Polanski, e que o chamaram para dirigir o filme. É necessário tal duplo reconhecimento.

Polanski precisa atender aos anseios de seus pares, de sua área específica de conhecimento relacionada ao cinema, bem como precisa igualmente produzir algo que atenda às expectativas do público que se insere na década de 1960 nos Estados Unidos, marcada por novas formas de crença que fogem ao controle institucional, como é o caso das seitas e do próprio movimento denominado contracultura.

De acordo com F. X. Feeney:

Um dia, em 1946, o pessoal de uma estação de rádio em Cracóvia, na Polónia, viu-se a entrevistar um adolescente curioso que era tão pequeno que parecia ter sete anos de idade. Um dos membros, uma funcionário de teatro comunista chamada Maria Bilizanka, pediu-lhe para falar sobre seus interesses como se estivesse a falar com uma criança. Ela não só ficou a saber que ele tinha 13 anos, como era duro, autoconfiante e inteligente. Ele disse-lhe que os miúdos que ela apresentava soavam a falso. Ela desafiou-o a fazer melhor – aqui e agora. O rapaz lançou-se numa performance que tinha aperfeiçoado no Verão anterior. Tratava-se de um monólogo de um velho astuto, proferido com um perfeito sotaque do campo. As suas mudanças de voz propositadas e linguagem corporal eram tão calmas e confiantes que Bilizanka lhe ofereceu logo ali um emprego como actor (FEENEY, 2006, p. 8).

O pequeno ator era Roman Polanski, que tem hoje 83 anos. Polanski nasceu em Paris, em 1933, foi criado na Polónia por seu pai judeu, sobreviveu ao Holocausto e teve sua mãe morta em uma câmara de gás. Em 1977, o diretor é acusado por sexo ilícito, fornecimento de drogas, sodomia e perversão com Samantha Geimer, com 13 anos na época. No mesmo ano, foi condenado e passou 42 dias preso em uma instituição psiquiátrica.

Tal caso bem como a trajetória da carreira do diretor são trabalhados em inúmeros documentários e filmes como *Roman Polanski: um estranho no ninho* (2013) *Polanski: Procurado e desejado* (2008), *Roman Polanski: a vida em filmes* (2011). Cabe lembrar que tal situação com Samanta Geimer ainda é frequentemente revisitada² bem como está em

² Disponível em: http://www.allocine.fr/article/fichearticle_gen_carticle=18659737.html Acesso em: 31 jan. 2017.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

andamento, uma vez que a Polônia reabriu o processo de extradição do cineasta³ que hoje vive na França com sua esposa e dois filhos.

A matéria do site G1, publicada em Maio de 2016, argumenta que:

Nascido na França, filho de pais poloneses, Polanski, de 82 anos, não está atualmente na Polônia, informou o advogado. O cineasta mora na França com a esposa, a atriz Emmanuelle Seigner, mas viaja com frequência à Polônia. Nunca retornou aos Estados Unidos, nem mesmo para receber o Oscar de melhor diretor em 2003 por "O Pianista" (G1, 2016).

Polanski dirigiu, até 2013, 33 filmes, incluindo curta e longa metragem, sendo que seu primeiro curta foi lançado em 1957, na Polônia, *Murder* quando o diretor tinha 24 anos. Cabe lembrar que antes disso, em 1955 o diretor realizou o curta-metragem *The Bicycle*, “que dramatizava a quase morte de Polanski às mãos de um assassino em série, mas grande parte de *The Bicycle* foi destruída no laboratório e nunca chegou a ser concluída” (FEENEY, 2006, p. 16). O último filme, de 2013, é *A pele de Vênus*, sendo que o diretor estava com 80 anos. É previsto para 2017, o lançamento do filme *Baseado em fatos reais*, com a participação de Eva Green.

O primeiro curta metragem de sucesso de Polanski foi *Dois homens e Um armário*, lançado em 1958, sendo que em 1962, é lançado o filme *A faca na Água*, o primeiro longa-metragem do diretor e o primeiro filme polonês a receber uma indicação pela Academia de Hollywood⁴. Já *O bebê de Rosemary*, foi então o primeiro longa-metragem do diretor produzido nos Estados Unidos.

Em meio a tais fatores, a produção da imagem no cinema não é feita individualmente, apesar da figura do diretor geralmente ser enfatizada e, partindo do pensamento de Hans Belting,

ainda que percebamos o mundo como indivíduos, fazemo-lo de modo coletivo e com um olhar historicamente determinado. [...] as imagens vistas estão, de modo inevitável, sujeitas à nossa censura pessoal. [...] A nossa experiência imaginal baseia-se decerto numa construção, que nós próprios elaboramos; esta, porém, é dirigida pelas condições actuais em que as imagens mediais são modeladas (BELTING, 2014, p. 33).

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/polonia-reabre-processo-de-extradicao-de-roman-polanski.html>. Acesso em: 31 jan. 2017.

⁴ Disponível em: <http://50anosdefilmes.com.br/2010/a-faca-na-agua-noz-w-wodzie/> Acesso em: 31 jan. 2017.

Algumas características específicas do ambiente cinematográfico nos Estados Unidos na década de 1960, bem como alguns elementos da trajetória de Roman Polanski, permitiram a produção de um filme como *O bebê de Rosemary*. São mudanças que também acabam por influenciar fortemente na própria experiência imaginal indicada por Belting e na organização das imagens. De acordo com Christian Metz (1970), ao articular suas reflexões sobre o verossímil, argumenta que,

una convención tácita y generalizada pretende que la elección del film como medio de expresión, como forma del decir, limite por sí misma desde un principio el campo de lo decible, imponiendo así la adopción preferencial de ciertos temas; hay, en toda la fuerza de la expresión, temas de films (en tanto no existen «temas de libros» en un sentido similar), y algunos contenidos, en detrimento de otros, son considerados «cinematográficos». Un implícito correlato pesimista sugiere que el cine no puede decirlo todo: se piensa así a menudo en los films como si aún fueran – en todos los sentidos del término – mudos (METZ, 1970, p. 17).

O autor auxilia a perceber que existem limites impostos para o que será ou não dito por meio do cinema, indicando a presença de conteúdos e temas que podem ou não ser abordados em uma produção. O autor disserta sobre uma instituição cinematográfica, sem perder de vista os avanços de um cinema novo mais emancipado:

Desde este punto de vista, la eclosión de los «cines nuevos» como el de Polonia, Checoslovaquia, Brasil, España, Alemania Occidental, etc., representan victorias, obtenidas allá contra las secuelas del stalinismo y aquí contra las presiones de la reacción. En cuanto al esfuerzo común a los «jóvenes cineastas» de todos los países para modificar la profesión [...], estos constituyen, en la medida en que triunfan, una victoria contra la censura económica (METZ, 1970, p. 19).

Pensando nessas restrições, é necessário traçar a trajetória de Polanski, bem como esclarecer algumas especificidades do cinema estadunidense na década de 1960. Polanski formou-se na Escola de Cinema de Łódź, cujos estudantes mais tarde fizeram parte da denominada Escola Polonesa de cinema, onde também Andrzej Wajda, Andrzej Munk, Jerzy Kawalerowicz e Wojciech Has⁵. De acordo com Medeiros,

A Escola Polonesa de cinema surgiu, portanto, como um fenômeno geracional com uma identidade em construção já na Escola de Łódź, a partir de redes de convivência entre os jovens estudantes no decorrer da década de 1950 (MEDEIROS, 2014, p. 11-12).

⁵ Disponível em: <http://www.festival-cannes.fr/pt/article/58728.html>. Acesso em: 1 fev. 2017.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Antes da década de 1950, Vinícius Medeiros (2014) argumenta que 1948 na Polônia foi implantado o chamado “Estado de Partido Único”, o qual teria consagrado o regime autoritário do país à medida que restringia liberdade de expressão, bem como formas de oposição, “buscou efetivar políticas públicas também no âmbito cultural, visando à recuperação de um passado nacional polonês de acordo com os interesses políticos do regime” (MEDEIROS, 2014, p. 3).

Em busca da construção de uma cultura política hegemônica, o Estado de Partido Único utilizava-se da exaltação de determinados temas e silenciamento de outros, nesse contexto, o cinema

seria uma das mídias prediletas do Estado na construção e enquadramento da memória oficial. A política cultural do realismo socialista, detalhada na URSS por Andrei Zhdanov, demandava a adesão à linha ideológica do Partido Comunista e a representação nas artes de temas fundamentais, como a luta de classes, o embate entre o velho e o novo e a eliminação da ideologia “burguesa reacionária”. [...] A doutrina regeria não apenas o cinema, mas também o teatro, a literatura e as outras manifestações artísticas na Polônia (MEDEIROS, 2014, p. 5).

Determinadas formas de representação foram definidas pelo Estado e as narrativas cinematográficas deveriam incorporar temas como a luta de classes, o avanço do socialismo, o tirano capitalista, buscando exaltar a ideia do trabalho enquanto eficaz para o bem da sociedade (MEDEIROS, 2014, p. 5)

Embora Medeiros argumente que em 1950 seja possível notar sinais de um descongelamento político e fim de uma “asfixia criativa” de realizadores vinculados ao âmbito cinematográfico, alguns filmes permaneceram indicando alguns temas como indicava Estado de Partido Único.

O filme *A faca na água*, dirigido por Polanski e lançado em 1962, acabou por mesclar alguns temas “desafiadores” com os requisitos do Estado, como classes sociais, privilegiados e “pobres”. Por sua vez, a atitude da personagem Krystyna (Jolanta Umecka) diante de “seu homem” torna perceptível um diálogo desafiador⁶. Antes de ir para os Estados Unidos, Polanski ainda fez filmes na França e no Reino Unido.

De acordo com Feeney,

“Não pode imaginar quão libertadora foi a experiência de *A faca na Água* para nós na Polónia quando o filme estreou”, disse Andrej Wajda a Lawrence Weschler do

⁶ Disponível em: <http://50anosdefilmes.com.br/2010/a-faca-na-agua-noz-w-wodzie/>. Acesso em: 1 fev. 2017.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

The New Yorker, quatro décadas mais tarde em 1994. “Pela primeira vez desde a guerra, aqui estava um filme que nada tinha a ver com a guerra... [Roman] tinha tudo a ver com começar de novo... Tenho a certeza de que em parte isso teve a ver com o seu sucesso no estrangeiro – as críticas positivas no festival de Veneza, a capa da Time, a nomeação para um Óscar”. No entanto, apesar da notável adulação global, o filme foi negativamente criticado na Polónia. Até mesmo o governante polaco, Wladyslaw Gomulka, afirmou que o filme não era “Típico nem relevante para a Polónia no seu todo” (FENNEY, 2006, p. 37).

Imagem 1: Capa da revista Time de 20 de setembro de 1963.



Fonte: <http://50anosdefilmes.com.br/2010/a-faca-na-agua-noz-w-wodzie/>

É deste contexto histórico e ambiente cinematográfico que Roman Polanski recebe suas influências para depois ir para os Estados Unidos e produzir seu primeiro longa-metragem no país. É necessário destacar a importância de compreender a trajetória da carreira do diretor em função da análise de uma produção específica como é o caso de *O bebê de Rosemary*.

Duas entrevistas com os produtores do filme em questão auxiliam a perceber melhor como se deu a escolha de Polanski para dirigir *O bebê de Rosemary*. *Entrevistas retrospectivas com Roman Polanski, Robert Evans e Richard Sylbert* é um material extra

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

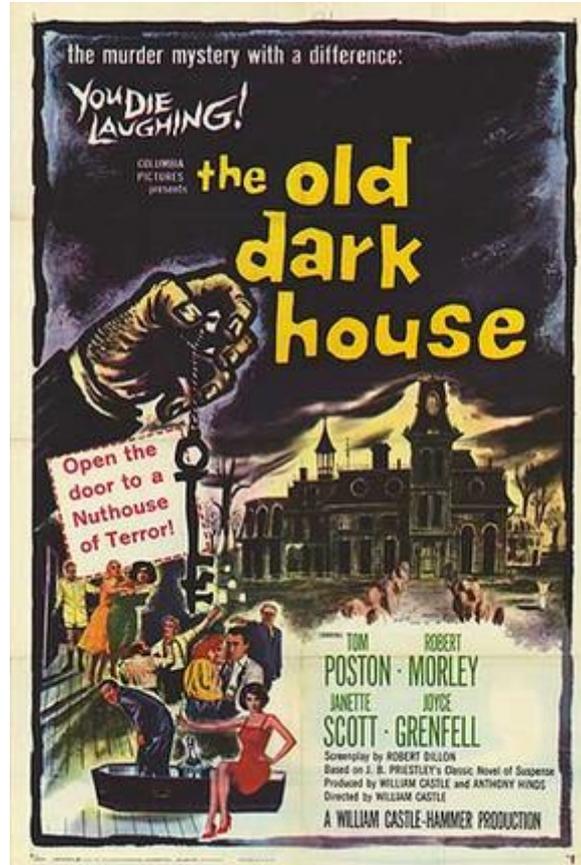
25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

disponível no DVD da Paramount lançado em 2002. Já *Roman Polanski: on Rosemary's baby* é um outro conjunto de entrevistas lançado pela *Criterion Colletcion* em 2012.

Os documentários e entrevistas, assim como acontece com o filme, não devem ser compreendidos enquanto o “real em si”, nesse caso eles também possuem intenções em formar uma determinada imagem a respeito de Roman Polanski e de *O bebê de Rosemary*. Porém ainda assim esses conjuntos de entrevistas selecionadas auxiliam para um melhor entendimento do processo de produção do filme em questão.

No conjunto de entrevistas no DVD da Paramount, Robert Evans (um dos produtores de *O bebê de Rosemary*) fala que Bill Castle tinha os direitos do filme e queria dirigi-lo. Comprou a parceria, mas não seria Bill Castle que dirigiria o filme. É nesse momento que Richad Sylbert (*production designer*) fala da carreira de Bill Castle, um diretor de filmes de série B, sendo que o estilo de filmes de terror que ele fazia era distinto daquilo que Evans estava proposto a fazer, eram espalhafatosos, com assentos que tremiam. Era um jeito diferente de atrair o público.

Imagem 2: Capa de um dos filmes de William Castle, *The Old Dark House* (1963).



Fonte: <https://filmow.com/a-velha-casa-assombrada-t40693>.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Castle aceita ser o produtor, e começam então a pesquisar um diretor. Evans cita como uma conexão com Polanski, o filme *Kanal*, de 1957, dirigido por Andrzej Wajda, outro diretor que fez parte da Escola Polonesa de Cinema. Evans prossegue falando que Polanski tinha acabado de fazer *A dança dos vampiros* (1967) e sabia que ele queria fazer um filme de esqui. Dessa forma, trouxe para Polanski um roteiro sobre esqui e “provas tipográficas de um romance que estava prestes a ser publicado” (FEENEY, 2006, p. 74). Polanski leu primeiro o livro e aceitou dirigir *O bebê de Rosemary*.

Evans fala sobre algumas especificidades da gravação de *A dança dos vampiros* e *Faca na água*, o quão difícil era fazer as cenas da forma que Polanski fez, elementos que teriam chamado sua atenção. Eram características de filmagem que fugiam do padrão, bem como das normas impostas naquele momento histórico.

Da mesma forma que a Polônia passava por uma série de modificações no que se refere ao meio cinematográfico, a década de 1960 em Hollywood é também marcada por algumas mudanças, um período de novas tendências que chamou-se Nova Hollywood. Filipe Furtado (2015) afirma que o ano de 1967 pode ser reconhecido, principalmente, como aquele em que o cinema americano descobriu oficialmente os cinemas novos e encontrou maneiras de se apropriar de seus recursos de montagem e encenação. Antes, tratava-se de um impacto localizado exclusivamente em alguns filmes de arte.

É necessário discutir esse ambiente específico de produção do filme para entender o contexto que permitiu seu lançamento. Bourdieu, apesar de não reduzir o significado de um discurso ao mercado, enfatiza que é necessário levar tal elemento em consideração afinal, ele contribui para formar, não só o valor simbólico, mas também o sentido do discurso.

O ato de fala, para Bourdieu,

é uma conjuntura, um encontro de séries causais independentes: de um lado encontra-se o habitus linguístico, que implica uma certa propensão a falar coisas determinadas [...] do outro, as estruturas do mercado linguístico, que se impõe como um sistema de sanções e de censuras específicas (BOURDIEU, 1998, p. 24).

A proposta do autor em relacionar essas duas instâncias não visa recusar nem substituir a análise linguística do código, mas “a gramática define apenas parcialmente o sentido, e não é na relação entre um mercado que se opera a determinação completa do significado do discurso” (BOURDIEU, 1998, p. 24).

Tentando pensar a fonte que utilizo a partir desse pensamento, pode-se compreender que decodificar a linguagem específica do filme e analisar essa relação com o mercado não é suficiente para compreender a narrativa do mesmo. É necessário unir alguns elementos: mercado, contexto histórico, problematizar a temática, o diretor, esse contexto cinematográfico específico.

Para Bourdieu, a autoridade de que se reveste a linguagem vem de fora, e a linguagem manifesta essa autoridade, manifestando-a, simbolizando-a, “o poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz cujas palavras [...] contituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da garantia de delegação de que ele está investido” (BOURDIEU, 1998, p. 87).

Dessa forma, tanto a maneira como a matéria do discurso depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial. Essa noção de que a autoridade é algo que vem de fora permite problematizar Polanski e perceber que é necessário o reconhecimento de seus pares dentro do que se pode denominar instituição cinematográfica, assim como também é preciso o reconhecimento do público ao qual a linguagem é direcionada. Nesse caso, é uma autoridade que também é possibilitada pelas mudanças no meio cinematográfico, como é o exemplo na Nova Hollywood.

Furtado cita o *Bebê de Rosemary* inserido nesse contexto de modificações, e também destaca que o fenômeno se intensificou de tal forma que no final de 1968 até cineastas a princípio bastante convencionais, como Gordon Douglas, com *Crime Sem Perdão* (The Detective), e Norman Jewison, com *Crown, o Magnífico* (The Thomas Crown Affair), experimentaram técnicas associadas a filmes estrangeiros. Às margens da indústria, especialmente em Nova York, este período de 1967-1968 veria emergir um grande número de filmes que questionavam o aparato cinematográfico.

O bebê de Rosemary é lançado após a perda de força do Código Hays de cinema e do *Studio System* o que, somado ao período de mudanças denominado Nova Hollywood, possibilitou o espaço para novas produções cinematográficas. Entre 1930 e 1968 as produções hollywoodianas deviam obedecer as regras do Código Hays, período conhecido como a “censura hollywoodiana”⁷.

⁷ Disponível em: http://obviousmag.org/archives/2013/05/hollywood_os_anos_da_censura.html. Acesso em: 15 fev. 2017.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

De acordo com Luiz Nazário (2007), o Código Hays impedia que a simpatia do público fosse dirigida para o lado do crime, do erro, do mal e do pecado. O cinema devia mostrar modelos de vida corretos e respeitar as leis divinas, natural e humana. A exposição da violência era limitada ao máximo; desestimulava-se abordar suicídio, uso de drogas, rapto de crianças, crueldade contra animais; homossexualidade, sexo ilícito e adultério estavam proibidos: as instituições do casamento e do lar sendo sagradas, não se aceitavam relações casuais ou promíscuas. Danças, alusões, gestos e palavras obscenas estavam banidos, assim como a nudez de fato ou em silhueta (NAZÁRIO, 2007).

O código começou a se enfraquecer em 1953 e foi durante os anos 60 que a aplicação tornou-se insustentável e o Código de Produção foi definitivamente abandonado em fins da década. Já o Studio System teve seu auge entre 1932 e 1946 sendo o período que a história do filme se confundiu com a história de Hollywood. Com o Studio System, todos os integrantes da produção (diretores, atores e roteiristas) ficaram diretamente subordinados às ordens do produtor – a peça fundamental de todo esse sistema. O *Studio System* assinalou a fase em que o filme se tornou uma mercadoria e o cinema uma indústria. Numa perspectiva mais ampla, pode-se dizer que o *Studio System* marcou o fim do cinema artesanal e o início da “internacionalização do filme”.

A Paramount, produtora de *O bebê de Rosemary*, foi uma das primeiras a ir contra tal monopólio cinematográfico em um momento onde o fenômeno televisivo começava a fazer mais indivíduos permanecerem em casa. Como forma de fazer face ao declínio, os estúdios apostaram nas grandes produções com ecrã alargado (como o Cinemascope), cores fortes (como a Technicolor), som estéreo e tentativas de 3D. Os musicais e os grandes épicos históricos tornaram-se moda, mas o resultado foi o encarecimento dos filmes sem uma garantia de retorno de público às salas de cinema, o que levou os grandes estúdios a ficar perto da falência.

Com a emergência da chamada contracultura e o abandono do código de produção em 1966, o *Studio System* chegava ao fim. Metz também aborda tais censuras do meio cinematográfico bem como o novo cinema que estava tomando corpo na década de 1960. Ao tratar dos diferentes tipos de censura, Metz argumenta que “la censura propriamente dicha mutila la difusión, la censura económica mutila la producción, la censura ideológica mutila la invención” (METZ, 1970, p. 18).

A década de 1960, de uma forma mais geral, ainda conta com o movimento da contracultura, com seitas como Templo do Povo, A família, A Igreja de Satã, *The Source*

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Family. Cabe destacar o uso de drogas alucinógenas, utilizadas para experimentar novas formas de se relacionar com o mundo, e do próprio verão de 1966 e “o perigo das drogas”, aclamado pelos conservadores (CARVALHO, 2002, p. 6).

Tal contexto está diretamente relacionado ao lançamento de *O bebê de Rosemary* uma vez que o filme conta com a representação de Satã, de bruxas, bem como cenas de nudez e uma indicação de um possível estupro de Rosemary. Tais temáticas dificilmente poderiam ser trabalhadas daquela forma e em um filme de terror se o Código Hays e o *Studio System*, por exemplo, ainda tivessem força. A forma que o sagrado é representado, tanto no ritual do filme quanto na gravidez de Rosemary, são influenciados por essa crescente liberdade cinematográfica, a qual faz parte de um contexto que não deve ser deixado de lado em uma análise histórica.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- DUNCAN, Paul (ed.), FEENEY, F. X. **Roman Polanski**. Colônia: Taschen, 2006.
- Entrevistas retrospectivas com Roman Polanski, Robert Evans e Richard Sylbert**. Paramount Collection, DVD, 2002.
- FERREIRA, Neilane Maria. **Paz e Amor na Era de Aquário: a Contracultura nos Estados Unidos**. Uberlândia: CDHIS, 2006.
- FURTADO, Filipe. Sobre cowboys solitários e mitos revisitados. In: REIS, Francis Vogner; LIMA, Paulo Santos; OLIVEIRA JR. Luiz Carlos; EDUARDO, Cléber; ANDRADE, Bruno; FURTADO, Filipe; NOGUEIRA, Calac; ALPENDRE, Sérgio; MARTINS, Guilherme. **Easy Riders: o cinema da Nova Hollywood**. Ministério da Cultura e Banco do Brasil, 2015. Disponível em: <http://culturabancodobrasil.com.br/portal/wp-content/uploads/2015/01/Cat%C3%A1logo-Easy-Riders.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- KANAL (Kanal). Direção de Andrzej Wajda. Roteiro de Jerzy Stefan Stawiński. PL. Produzido por Zespół Filmowy "Kadr". P.P. Film Polski, 1957, (91 min.).
- MARTINS, Marcelo Machado. Percursos interpretativos nas linguagens da moda. **Anais Colóquio de Moda**. p. 1-11, 2006. Disponível em: http://coloquiomoda.hospedagemdesites.ws/anais/anais/2-Coloquio-de-Moda_2006/artigos/75.pdf. Acesso em: 12 maio 2016.
- MEDEIROS, Vinicius Santos de. Um fenômeno chamado Escola Polonesa: autoritarismo, cinema e memória na Polônia pós-guerra (1945-1956). **3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia**, GT Historiografia da Mídia. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/3o-encontro-2014/gt-8-historiografia-da-midia/um-fenomeno-chamado-escola-polonesa-autoritarismo-cinema-e-memoria-na-polonia-pos-guerra-1945-1956/view>. Acesso em: 15 fev. 2017.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

METZ, Christian. El decir y lo dicho em el cine: hacia la decadencia de un cierto verosímil? In: BARTHES, Roland; BOONS, Marie-Clarie; BURGELIN, Olivier; GENETTE, Gérard; GRITTI, Jules; KRISTEVA, Julia; METZ, Christian; MORIN, Violette, TODOROV, Tzvetan. **Lo verosímil**. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporaneo, 1970.

NAZÁRIO, Luiz. O outro Cinema. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 16, p. 94-109, jul./dez. 2007.

POLANSKI: WANTED AND DESIRED (Polanski: procurado e desejado). Dirigido por Marina Zenovich. Roteiro de Marina Zenovich. USA. Produzido por HBO Documentary Films, Graceful Pictures, British Broadcasting Corporation e Antidote Films. Dist. Home Box Office, 2008, (99 min.).

ROMAN POLANSKI: A FILM MEMOIRE (Roman Polanski: a vida em filmes). Dirigido por Laurent Bouzereau. Roteiro de Laurent Bouzereau. UK. Produzido por Andrew Braunsberg, Christoph Fisser, Henning Molfenter, Luca Barbareschi e Timothy Burrill. Dist. Eclipse Features, 2011, (90 min.).

ROMAN POLANSKI: ODD MAN OUT (Roman Polanski: um estranho no ninho). Dirigido por Marina Zenovich. Roteiro de Chris A. Peterson, Marina Zenovich e P.G. Morgan. USA. Produzido por Lila Yacoub e Marina Zenovich. Dist. Films Distribution, 2013, (88 min.).

Roman Polanski: on Rosemary's baby, Criterion Collection, 2012.

ROSEMARY'S BABY (O Bebê de Rosemary). Direção de Roman Polanski. Roteiro de Roman Polanski. USA. Produzido por William Castle e Paramount Pictures. Dist. Paramount Pictures. 1968, 1 disco (2h 22 min.) DVD.

THE DETECTIVE (Crime sem perdão). Dirigido por Gordon Douglas. Roteiro de Roderick Thorp. USA. Produzido por Abby Mann e Arcola Pictures. Dist. Twentieth Century Fox Film Corporation, 1968, (114 min.).

THE THOMAS CROWN AFFAIR (Crown, o magnífico). Dirigido por Norman Jewison. Roteiro de Alan Trustman, Haskell Wexler. USA. Produzido por The Mirisch Corporation, Simkoe, Solar Productions. Dist. United Artists, 1968, (102 min.).

ESTUDANTES DE PRIMEIRA GERAÇÃO NA UNESPAR/CAMPUS DE CAMPO MOURÃO

Ricardo Fernandes Pátaro¹

Introdução

O movimento de democratização da educação no Brasil se insere em um amplo quadro de consolidação da noção moderna de democracia e seu desenvolvimento não está isento de tensões. Ainda que essa democratização promova inúmeros desafios – como a maior presença em sala de aula de alunos com dificuldades e lacunas na aprendizagem – sabemos que estudantes antes marginalizados passaram, pela primeira vez na história de nosso país, a concluir o ensino fundamental, generalizando o acesso também para o ensino médio e reafirmando a função social de produção da sociedade que a escola assume (ESTEVE, 2004; PÁTARO, 2015; PETITAT, 1994).

Traçando um panorama rápido do movimento de democratização da educação em nosso país, chama a atenção o fato de que em 1940, pouco mais de 20% da população de 5 a 19 anos frequentava escolas de nível primário, secundário e técnico. Em 1960 essa porcentagem elevou-se para aproximadamente 30%. Já entre 1980 e 2000 o percentual de crianças e jovens de 7 a 14 anos matriculados na escola passou de 80% para 96,4%, e na faixa dos 15 a 17 anos foi de 49,7% para 83% (OLIVEIRA, 2007). Esses dados refletem brevemente as políticas públicas pensadas para a educação básica nos últimos anos e, mesmo que não sejam suficientes para avaliar todas as intenções, bem como a extensão das mudanças e desafios provocados pela democratização da escola no Brasil, indicam uma situação sem precedentes em nossa história: estudantes antes excluídos passaram a ter direito à escola.

A democratização da educação básica no Brasil, associada ao aumento no número de alunos(as) que concluem o ensino fundamental e o ensino médio, também tem repercutido no ensino superior, uma vez que o crescimento do contingente estudantil passou a funcionar como um elemento de pressão para criação de novas vagas no nível superior (CARMO; CHAGAS; FILHO; ROCHA, 2014; FILHO, 2015).

Nesta pesquisa², nosso interesse recaiu sobre uma das implicações que a expansão da escolarização trouxe para o ensino superior brasileiro, ou seja, a maior frequência, nesse nível

¹ Programa de Pós Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD, CNPq, FAP, Unespar/Campo Mourão, ricardopataro@gmail.com

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

de ensino, de estudantes de primeira geração – entendidos como os primeiros de suas famílias a terem acesso ao ensino superior. Nosso desejo é compreender parte da realidade vivida por esses(as) estudantes no campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná. Para tanto, é importante entender, mesmo que brevemente, o histórico da democratização e estatização da instituição escolar no Brasil, o que nos permitirá uma aproximação inicial aos desafios gerados pelo fenômeno da universalização da escola, como veremos a seguir.

A democratização da educação no Brasil

Ainda que existam vários elementos que levaram à exclusão de diferentes grupos sociais do acesso à escolarização, a falta de vagas pode ser considerada uma das causas históricas da exclusão de grandes parcelas da população da escola. Historicamente notamos que, sem escolas em quantidade suficiente para atender a toda a população de um país, legitima-se e institucionaliza-se um processo de exclusão sistemático daqueles com mais dificuldades de aprendizagem (ESTEVE, 2004; OLIVEIRA, 2007; PENIN, 2009).

No caso específico do Brasil, a implantação de um modelo de escola pública sob controle do Estado, a partir do século XVIII, promoveu um gradativo aumento de ações para superar a falta de vagas e universalizar o ensino (ARANHA, 2012). Um dos objetivos dessas ações foi questionar os mecanismos de seleção e exclusão, aumentando o número de vagas na escola pública e expandindo-a para maiores parcelas da população, além de fortalecer o Estado perante a Igreja, que até então detinha um grande controle sobre a escolarização. Exemplo disso são as chamadas Reformas Pombalinas, que resultaram na expulsão dos jesuítas, no desmantelamento do sistema de ensino jesuítico brasileiro e em ações sucessivas para a implantação de um modelo de escola pública e laica, sob controle do Estado no Brasil, então Colônia de Portugal (PILETTI, 1996). Vale destacar que essas ações seguiram uma tendência iniciada com a promulgação, em 1787, de um código escolar por Frederico Guilherme II da Prússia, atual Alemanha. O código promulgado por Guilherme II retirou da Igreja a gestão das escolas e entregou-a para um ministério que passou a administrar e fiscalizar as escolas primárias da Prússia. A promulgação desse código buscava fortalecer o Estado perante a Igreja e teve repercussão em diversos países da Europa naquele período, incluindo Portugal e sua colônia, o Brasil (ESTEVE, 2004).

² A etapa empírica da presente pesquisa teve o envolvimento de Franciele Carlos Gonçalves e Grasielle Mendes da Silva, alunas do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Paraná – PIC Unespar/Campus de Campo Mourão, com apoio financeiro do CNPq e da Fundação Araucária.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Após o código escolar promulgado na Prússia, o movimento de estatização da escola ganhou força, especialmente a partir da emergência e consolidação dos Estados-Nações europeus que despontaram nos séculos XVIII e XIX, em decorrência da desintegração da sociedade feudal (ARAÚJO, 2011; ESTEVE, 2004; LOPES, 1981; PETITAT, 1994). Vale lembrar que as transformações sociais e políticas que ocorreram posteriormente com as revoluções burguesas também ajudaram a impulsionar a ideia de escolarização como fator de prosperidade e a defesa de uma escola pública, universal, gratuita, laica e obrigatória (PETITAT, 1994). Foi essa a ideia que Portugal trouxe para a colônia brasileira com as Reformas Pombalinas, como pontuamos anteriormente.

Embora a estatização da escola tenha se iniciado como um movimento que buscava a abertura da escola para maiores parcelas da população, o que se viu ao longo dos séculos XVIII e XIX foi o desenvolvimento de uma lógica fortemente excludente, distante daquele objetivo inicial de atender a todos(as). Se, por um lado, a escola passou a ser um espaço público destinado a todos(as), ao menos legalmente, por outro lado, diante basicamente da incapacidade do Estado gerir a falta de vagas nos bancos escolares, foi se constituindo um sistema educacional seletivo, que naturalizou uma estrutura de exclusão de alunos(as) com mais dificuldades para aprender. Isso impulsionou uma concepção de educação na qual a escola era entendida como um privilégio para poucos (ESTEVE, 2004).

Foi a partir da segunda metade do século XX – com o fim da Segunda Guerra Mundial – que a ideia de escola como privilégio começou a dar lugar à noção de escola como direito. A globalização impulsionou a integração econômica, cultural e sociopolítica de diferentes nações do globo e, no âmbito educacional, a redução das restrições territoriais intensificou a implementação de reformas educativas em direção a uma escola laica, gratuita e universal em diferentes países ao redor do mundo (ESTEVE, 2004; LOPES, 1981; PETITAT, 1994).

Ainda que o fenômeno da globalização esteja permeado de tensões e ambiguidades, é nesse contexto que tem início uma busca pela democratização do acesso à instituição escolar na intenção de atingir camadas da população até então excluídas. No Brasil, podemos destacar algumas ações que demonstram o processo de democratização da educação básica, dentre elas a obrigatoriedade do ensino primário de 4 anos citada pela primeira vez na Constituição de 1934, a garantia ao direito à educação básica como dever do Estado no art. 208 da Constituição Federal de 1988, a continuidade de tal garantia citada nas Leis n. 11.114 e n. 11.274 – leis que levaram o ensino obrigatório e gratuito de oito para nove anos, com matrícula a partir dos seis anos de idade – e na Emenda Constitucional n. 59, que estendeu a

obrigatoriedade da escolarização para o período dos quatro aos 17 anos, englobando o ensino médio e totalizando 14 anos de escolarização básica para a população brasileira.

Embora saibamos que há ainda um longo caminho para levarmos a escola brasileira aos parâmetros definidos em lei, não podemos deixar de reconhecer que atualmente assistimos a chegada na escola de muitas(os) alunas(os) representantes da primeira geração de suas famílias que têm acesso garantido à escolarização básica (ARAÚJO, 2011; ESTEVE, 2004; PENIN, 2009). Pela primeira vez na história da educação brasileira o sistema educacional alcançou, ao final do século XX e início do século XXI, um ensino fundamental obrigatório praticamente universalizado no que diz respeito ao acesso (OLIVEIRA, 2007). Sem desconsiderar que essas conquistas são parciais e precisam ser analisadas também em outras conjunturas, entendemos que a democratização da educação no Brasil é um processo que, embora ainda em movimento, apresenta desdobramentos inéditos e que incidem, inclusive, sobre o ensino superior, como veremos a seguir.

A expansão do ensino superior no Brasil

As políticas públicas citadas anteriormente e pensadas para a educação básica nos últimos anos beneficiaram o ensino fundamental brasileiro com o aumento de vagas que praticamente universalizaram seu acesso. Com o aumento na quantidade de alunos que passaram a concluir o ensino fundamental, presenciamos um aumento também na quantidade de estudantes que passaram a ingressar no ensino médio, concluindo essa etapa e ingressando no ensino superior brasileiro (OLIVEIRA, 2007). Além disso, o desenvolvimento econômico registrado em nosso país nas últimas décadas levou à criação e ampliação de políticas públicas específicas para o ensino superior (CARMO; CHAGAS; FILHO; ROCHA, 2014). Estudantes que não prosseguiram os estudos após o ensino médio, devido ao histórico afunilamento na oferta de vagas, passaram a alcançar uma renda que lhes possibilitou cursar esse nível de ensino com auxílio de programas de financiamento ou conseguiram ingressar em instituições públicas, diante da adesão dessas universidades ao uso da nota do Enem como critério de seleção, Sisu e programas de cotas, por exemplo.

De 2001 a 2010, a quantidade de estudantes nas instituições de ensino superior brasileiras passou de 3 milhões para 6 milhões. Dentre os programas que influenciaram no aumento de vagas em cursos de graduação públicos e privados no Brasil, podemos destacar o Programa Universidade para Todos – ProUni, o programa de Reestruturação e Expansão das

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

Universidades Federais – Reuni, o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, e o Sistema de Seleção Unificada – Sisu (CARMO; CHAGAS; FILHO; ROCHA, 2014; FILHO, 2015).

O Programa Universidade para Todos – ProUni, do governo federal, concede bolsas para que estudantes com renda bruta familiar *per capita* máxima de até três salários mínimos possam cursar a graduação em instituições privadas de ensino superior. Na concessão de bolsas são utilizadas as notas do Enem e o(a) estudante deve ter alcançado uma pontuação mínima exigida pelo ProUni. Para a concessão de bolsas integrais os(as) candidatos devem apresentar renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, para bolsas parciais de 50% os(as) estudantes devem possuir renda familiar de até três salários mínimos (CARMO; CHAGAS; FILHO; ROCHA, 2014). O ProUni oferece ainda políticas de ações afirmativas destinadas a estudantes negros, pardos ou indígenas e também aos portadores de deficiência.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, faz parte do Plano de Desenvolvimento da educação – PDE e favorece o aumento no raio de acesso às instituições públicas. A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação. Para alcançar o objetivo, todas as universidades federais apresentaram ao MEC planos de reestruturação de acordo com a orientação do Reuni. O intuito foi criar condições para ampliar o acesso e a permanência na educação superior com a construção de prédios e laboratórios, aumento de vagas nos cursos de graduação, ampliação de cursos noturnos, combate à evasão no ensino superior público, contratação de docentes e técnicos, aquisição de equipamentos e implantação de novos cursos.

O Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, financia bolsas para alunos matriculados em cursos de graduação que tenham avaliação positiva nos processos do Inep. Esse capital é obtido através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e tem por objetivo ajudar estudantes brasileiros a pagarem uma faculdade particular. É um empréstimo a juros mais baixos que o estudante começa a pagar depois de formado. O financiamento do FIES pode cobrir 50%, 75% ou 100% do valor das mensalidades do curso superior.

Já o Sistema de Seleção Unificada – Sisu, gerenciado pelo MEC, permite que estudantes sejam aprovados em universidades públicas de qualquer estado da federação, oferecendo vagas aos candidatos que participam do Enem.

É evidente que os programas citados anteriormente apresentam resultados parciais e possuem problemas. Sobre o ProUni e Fies recaem a crítica do fortalecimento das instituições privadas em detrimento do investimento em instituições públicas. De acordo com Filho

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

(2015), os programas citados ofereceram incentivo direcionando bolsas de estudos geradas pelo governo e beneficiando, em sua maioria, as instituições privadas, priorizando a urgência da expansão requerida como forma de ampliação do acesso das camadas mais pobres à universidade e de sua inclusão social. Vale destacar também que se o Sisu promove um melhor aproveitamento das vagas em universidades públicas brasileiras – que poderiam ficar ociosas sem esse sistema unificado de seleção – o mesmo sistema cria, por outro lado, desafios no que concerne à dificuldade para os candidatos se sustentarem longe de suas famílias e cidades de origem.

Diante do exposto, não temos a intenção de avaliar os programas citados, mas sim destacar sua insuficiência, chamar a atenção para a necessidade de fortalecer ainda mais as políticas de acesso para o ensino superior que tem sido organizadas no Brasil nos últimos anos e ampliar aquelas que têm foco em instituições públicas. A esse respeito, não podemos nos esquecer que há estudantes de primeira geração tão carentes que, mesmo diante de uma maior possibilidade de acesso ao ensino superior, não apresentam condições de nele permanecer (ZAGO, 2006). Para esses alunos não basta o ingresso, é preciso desenvolver políticas de permanência que envolvam moradia, transporte, alimentação e acompanhamento de sua aprendizagem. Evidentemente, reconhecemos a existência de políticas que apresentam esse intuito (CARMO; CHAGAS; FILHO; ROCHA, 2014), mas sabemos também da necessidade de buscar ainda outros caminhos para lidar com os desafios gerados pela maior presença, no ensino superior, de estudantes com dificuldades de aprendizagem e a reflexão sobre possibilidades de permanência de tais estudantes nesse nível de ensino.

Metodologia da pesquisa

Para buscar dados sobre os desafios gerados pelo acesso ao ensino superior e a maior presença de estudantes de primeira geração na Universidade Estadual do Paraná – Unespar/Campus de Campo Mourão, organizamos um questionário individual para levantamento de dados sócioeconômicos de todos(as) os estudantes ingressantes e desenvolvemos duas sessões de grupos focais com os primeiros anos diurno e noturno do curso de Pedagogia da Unespar/Campo Mourão. O curso de Pedagogia foi escolhido, pois é a área de formação dos pesquisadores.

O questionário individual foi respondido pelos(as) alunos(as) ingressantes de todos os cursos da Unespar/Campus de Campo Mourão (Pedagogia, Matemática, Letras, Geografia, Turismo e Meio Ambiente, Economia, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção,

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Administração e História) a fim de obtermos dados socioeconômicos para analisarmos o perfil dos(as) alunos(as) ingressantes de 2015. Ao todo, 324 alunos(as) responderam ao questionário individual, lembrando que os alunos e alunas eram livres para responderem e suas identidades foram preservadas.

Já os grupos focais tinham por objetivo possibilitar o contato com as peculiaridades dos(as) estudantes participantes da pesquisa, bem como suas dificuldades em se manterem no curso de Pedagogia.

Como técnica de pesquisa qualitativa, o grupo focal é derivado das entrevistas grupais e permite a pesquisa empírica por meio das interações grupais. Uma das principais características da investigação com grupos focais é a ocorrência de momentos de partilha coletiva e contraste de experiências que constroem um quadro de interesses e preocupações comuns, vivenciados por todos os participantes da pesquisa e articulados em meio à discussão focada no tema da pesquisa (TRAD, 2009).

Os grupos focais foram gravados, transcritos e forneceram dados para analisar as características e dificuldades dos(as) estudantes de primeira geração, como veremos a seguir.

Análise dos dados: questionários sócioeconômicos e grupos focais

Iniciaremos pela exposição dos dados oriundos dos questionários socioeconômicos, já que fornecem um perfil dos(as) estudantes ingressantes nos cursos de graduação oferecidos pela Unespar/Campo Mourão.

A primeira informação que nos chama a atenção nos dados tabulados a partir dos questionários socioeconômicos é que 84% dos(as) alunos(as) ingressantes são oriundos de escolas públicas e 66% prestaram mais de uma vez o vestibular para conseguir ingressar. Entre esses(as) alunas ingressantes, o gênero feminino é predominante, 64% são mulheres, e embora a faixa etária seja muito variável, 55% estão entre 17 e 20 anos. Mais de 60% dos(as) estudantes entrevistados(as) se auto denominam brancos, 31% se consideram pardos, 85% são solteiros(as) e 65% moram com os pais e mães ou familiares. Entre os alunos e alunas entrevistados(as), 74% trabalham (30% em tempo integral e 44% em tempo parcial), desse total, 41% ganham menos de um salário mínimo e 49% entre um e dois salários mínimos. Mais de 65% dos(as) alunos(as) manifestaram dificuldades em conciliar trabalho e estudo, 53% encontram alguma dificuldade para acompanhar as disciplinas do curso, sendo que 20% deles(as) já reprovaram no curso ou em alguma matéria.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Para finalizar o breve perfil traçado, destacamos que 77% das mães e 80% dos pais dos(as) alunos(as) ingressantes concluíram apenas a educação básica e 75% dos(as) estudantes são os primeiros de suas famílias a ingressarem no ensino superior.

Em suma, o perfil socioeconômico dos(as) estudantes ingressantes é de alunos(as) que estudaram em escolas públicas, predominantemente do sexo feminino, jovens que, em sua maioria, ainda moram com os pais e trabalham para ajudar no orçamento doméstico. Solteiros(as), são os(as) primeiros(as) da família a ingressarem em um curso superior e encontram dificuldades para permanecerem na universidade.

Acreditamos que tais dados são a base para planejar estratégias, políticas de equidade e assistência estudantil, além de evidenciarem que o movimento de democratização da educação básica no Brasil, junto ao aumento no número de alunos(as) que concluem o ensino médio, trouxe um novo perfil de estudantes para o ensino superior.

Embora ainda faltem vagas nas universidades, principalmente nas públicas, percebemos que aquele sistema educacional seletivo começa a ser questionado também no ensino superior, como aconteceu com a educação básica. Diante disso, acreditamos que traçar um perfil de nossos(as) estudantes é um passo essencial para conhecê-los(as) e pensar ações para prevenir a evasão e zelar pelo bom desempenho desses estudantes que começam a chegar ao ensino superior brasileiro.

Um segundo passo, em nossa opinião, é aprofundar o conhecimento que temos das dificuldades dos(as) chamados(as) alunos(as) de primeira geração, que na Unespar/Campo Mourão constituem um corpo de 75% dos(as) estudantes ingressantes no ano de 2015.

Para esse aprofundamento, recorreremos à utilização de grupos focais, discussões coletivas com alunos e alunas junto aos pesquisadores. Em nossa pesquisa, a análise dos grupos focais foi realizada a partir da definição de três categorias: (i) dificuldades para ingressar no ensino superior, (ii) significado de ingressar no ensino superior e (iii) dificuldades para acompanhar o curso de ensino superior. Vale pontuar que a terceira categoria decorre diretamente da problemática de nossa pesquisa, cujo objetivo foi identificar as características e dificuldades dos(as) estudantes de primeira geração no curso de pedagogia da Unespar/Campo Mourão. A primeira e segunda categorias são temas derivados, já que nos auxiliaram a entender as dificuldades mais comuns desses(as) estudantes durante o percurso da graduação. É importante lembrar também que apenas a terceira categoria foi pensada previamente, as demais se referem a assuntos que adquiriram relevância no decorrer dos

grupos focais e nos auxiliaram na compreensão das dificuldades vividas pelos(as) alunos(as) de primeira geração. Na sequência, passaremos a analisar cada uma das categorias.

Dificuldades para ingressar no ensino superior

A primeira categoria se refere aos problemas que os(as) estudantes ingressantes enfrentaram para ingressar no ensino superior. Ao analisar os dados dos grupos focais percebemos que as dificuldades evidenciadas giraram em torno de três assuntos principais: dificuldades com o conteúdo de provas de seleção como o vestibular, Enem e outras; responsabilidades familiares (casar cedo, cuidar dos filhos); e falta de apoio dos pais.

A respeito das dificuldades com o conteúdo de provas de seleção para ingressar no ensino superior, os(as) estudantes citaram que o Ensino Médio pelo qual passaram não proporcionou aprendizagem suficiente para que estudassem sozinhos, gerando a necessidade de buscar apoio em cursinhos preparatórios. Como afirmam Carmo, Chagas, Filho e Rocha (2014), embora o desenvolvimento econômico tenha levado a uma ampliação de políticas e aumento no número de vagas no ensino superior, o histórico afunilamento na oferta de vagas, marcado pela seleção do vestibular, ainda funciona como mecanismo de seleção e exclusão. Os trechos abaixo, retirados das discussões dos grupos focais, ajudam a ilustrar a dificuldade que os(as) estudantes trazem desde a educação básica:

Trecho 1

– [Uma dificuldade de ingressar] é a restrição do conhecimento no ensino médio, ele não prepara para o vestibular, ele é bem restrito se você não for atrás por conta, não aprende nada.

Trecho 2

– Não só no vestibular, eu entrei com a nota do Prouni do Enem, pois a do Sisu eu achei muito difícil. É uma prova muito cansativa, você não dá conta de fazer, as últimas perguntas você tem que chutar mesmo, não sei se é porque o tempo é muito curto, é muita questão pra pouco tempo, então pra gente é difícil fazer, e a nota de corte também.

O fato de não terem aprendido os conteúdos cobrados nas provas de seleção foi uma dificuldade muito citada entre os(as) estudantes. Em alguns momentos, como no trecho 2 acima, os(as) estudantes ingressantes no ensino superior perceberam suas dificuldades, mas atribuíram a outros fatores, como “tempo curto” para realizar a prova. No caso de nossa pesquisa, as dificuldades com o conteúdo das provas de seleção foram entendidas como um elemento que evidencia a existência das lacunas na aprendizagem. Segundo Esteve (2004), tais lacunas são uma característica marcante dos(as) estudantes de primeira geração,

característica que deve ser levada em consideração ao pensarmos políticas de permanência para esses(as) estudantes. Se a busca por uma real democratização da educação não pode prescindir de políticas de ampliação do acesso, sobretudo ao ensino superior no caso de nossa pesquisa, não podemos esquecer que igualmente importante é o fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis (ZAGO, 2006).

Uma outra dificuldade destacada pelas estudantes foi o fato de algumas se casarem cedo, terem filhos e não conseguirem conciliar família e estudo:

Trecho 3

– Eu tenho duas filhas pequenas, e estou com outra! É cansativo, perco noites de sono muitas vezes e por conta da gravidez estudar é muito cansativo.

Trecho 4

– No meu caso eu tenho que conciliar cuidando das crianças pequenas. Morando em uma cidade que eu não conheço ninguém, a gente veio pra cá esse ano e não tem ninguém pra auxiliar [...] E pro ano que vem a gente ainda vai pensar no que fazer, com o pequeno que tá chegando.

Casar cedo se localiza na esfera pessoal e demonstra como as decisões dos(as) estudantes no âmbito privado interferem nos seus estudos, favorecendo ou dificultando o sonho de cursar o ensino superior, mas não impedindo-o. Vale a pena destacar o fato de que apenas as mulheres destacaram essa dificuldade, apesar de existirem homens com filhos entre os participantes da pesquisa. Esse fato evidencia como a responsabilidade sobre a prole ainda acaba recaindo exclusivamente sobre a mulher, ainda que devesse ser dividida entre o casal.

Permanecendo na esfera pessoal, os(as) estudantes participantes da pesquisa destacaram também o fato de receberem ou não apoio dos pais para estudarem. A falta de escolarização dos pais também foi citada, mas de forma polarizada. Se para alguns participantes da pesquisa a falta de escolarização dos pais atuou de forma negativa em sua vida escolar, para outros, essa mesma falta de escolarização foi fator determinante para que os familiares fizessem todo o possível para incentivar os filhos e filhas a estudar, como vemos:

Trecho 5

– Meus pais não têm o ensino fundamental completo, eu acho que essa é uma dificuldade, porque você não tem com quem discutir o conteúdo [...] pro meu pai, meu irmão indo pra roça com ele estava bom, se eu e minhas irmãs ficassemos em casa estava ótimo, então a gente tem essa parte de decepção. Também acho que é mais vontade tua de querer do que o pai e a mãe de ajudar, faltou apoio para a gente, algum incentivo.

Trecho 6

– Uma conquista, porque eu vim de uma família muito pobre, então os meus pais sempre deixaram muito claro para eu estudar, porque eles não iam ter condição de pagar um dia uma faculdade pra mim [...] Veio uma alegria que eu ia poder

conseguir fazer uma graduação, estudar e aprender mais, e ia ter alguma coisa em que é uma área que eu gosto trabalhar com criança.

Novamente aqui destacamos que a baixa escolarização dos pais é uma das características dos estudantes de primeira geração. O fato dos familiares não terem tido a oportunidade de estudar parece-nos questão central para definirmos não só quem é o(a) estudante de primeira geração – o(a) primeiro(a) de sua família a ter acesso ao ensino superior, no caso de nossa pesquisa – mas também qual é a relação que ele(a) estabelece com a escolarização (ESTEVE, 2004). Para alguns, como vimos, a baixa escolarização dos pais é fator negativo, na medida em que os pais não incentivam/acompanham, e até mesmo não fazem questão de que os filhos(as) estudem. Para outros, a falta de escolarização na família, é fator que impulsiona a busca de escolarização para os(as) filhos(as).

Além das três dificuldades principais destacadas, vale a pena chamar a atenção para outros elementos discutidos e que também se configuram como dificuldades para ingressar no ensino superior, como o fator financeiro, trabalho e falta de tempo para estudar, saúde e preconceito sofrido em relação à idade avançada ao voltar a estudar.

Significado de ingressar no ensino superior

A segunda categoria se refere ao significado que os(as) estudantes e suas famílias atribuem ao fato de estarem no ensino superior. Nessa categoria, os(as) estudantes discutiram a respeito da importância de ingressarem em uma universidade. De maneira geral, o significado de estar no ensino superior foi definido por palavras como orgulho, conquista, realização de um sonho, mérito, entre outras, como observamos nos trechos a seguir:

Trecho 7

– Os meus pais antigamente [...] Tiveram que trabalhar, ajudar em casa, então eles não tiveram essa oportunidade de estudar, então ver a gente fazer isso hoje eles se sentem realizados através do que nós estamos fazendo [...] Então eu acho que pros nossos pais é um orgulho muito grande e é um mérito pra gente ter essa oportunidade estar aqui hoje [...].

Trecho 8

– Pra mim é uma grande conquista [...] porque como algumas pessoas já citaram, na minha família, mesmo agora, é nossa geração que está conseguindo ingressar num curso superior. [...] de 10 filhos todo mundo ia pra roça, as meninas cuidavam da casa, minha mãe é um exemplo disso. [...] e agora a nossa geração [...] não todos, conseguiram ingressar no ensino superior.

Como grande parte dos(as) participantes da pesquisa são os(as) primeiros(as) de suas famílias que tiveram a oportunidade de ingressar no ensino superior, notamos que o

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

sentimento e o clima da discussão é bastante positivo. Como afirma Zago (2006), é importante reconhecer que existem estudantes pobres que têm conseguido “ultrapassar barreiras ao longo de suas trajetórias escolares, ingressar e permanecer nas universidades públicas” (ZAGO, 2006, p. 228). Isso nos permite pontuar os limites de teorias da reprodução e observar diferentes dimensões do êxito e do fracasso de parcelas da população, no que diz respeito ao acesso à escolarização. Em consequência disso, podemos afirmar que a democratização da escola nos ajuda a entender que a instituição escolar, seja ela de nível básico ou superior, possui uma função produtiva importante que vai além da reprodução social e “do simples apoio ideológico ao poder estabelecido” (PETITAT, 1994, p. 263). Ao presenciarmos a gênese dos estudantes de primeira geração no ensino superior brasileiro – um novo grupo social que passa a ter acesso à escolarização – a educação, enquanto instituição, se mostra como produtora da sociedade (PETITAT, 1994).

A despeito de ser tomada, algumas vezes, como uma instituição voltada à manutenção da ordem, a complexa instituição escolar participa da superação dessa mesma ordem e trabalha para além da coesão e legitimação de poder, levando alunos de primeira geração a se escolarizarem e terem oportunidades diferentes daquelas que seus pais e familiares viveram (LOPES, 1981; PETITAT, 1994).

Dificuldades para acompanhar o curso de ensino superior

Em nossa última categoria de análise, que se refere diretamente à problemática de nossa pesquisa, notamos que os(as) estudantes discutiram sobretudo acerca das dificuldades vividas no cotidiano depois de ingressarem na universidade. Tendo superado as dificuldades para ingressar no ensino superior e vivendo a alegria de conseguir uma vaga tão concorrida, as dificuldades giraram em torno de dois assuntos principais: leituras e estudo de conteúdos do ensino superior (centrada na dificuldade e falta de hábito com leituras, falta de tempo para estudar e/ou participar da vida acadêmica), distância entre o campus e a cidade de origem (viagens diárias, gasto com ônibus).

Em um primeiro momento, foi discutida a dificuldade com a leitura que os(as) estudantes acabam apresentando depois que iniciam o curso de graduação na universidade. Tal dificuldade certamente está relacionada aos aprendizados do ensino médio e fundamental, embora os(as) estudantes ingressantes atribuam à falta de hábito, que não deixa de ser um reflexo das lacunas da escolarização básica, como vemos nos seguintes trechos:

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Trecho 9

– No primeiro ano, eu não sei se é por causa da gente ser novo, mas tem uns textos que são bem difíceis de entender, que você lê, lê e lê e não a entende, você lê de novo não entende por causa da linguagem científica, tem que ter um dicionário do lado [...].

Trecho 10

– É a falta de hábito [...] Antes de entrar na graduação, eu não tinha esse hábito da leitura.

Trecho 11

– A gente tem muita leitura ao mesmo tempo [...] nem sempre dá pra ler mais de uma vez, eu não tenho só aquela pra fazer, tem outras, tem trabalho pra fazer.

– A gente tenta fazer discussão em grupo.

– É, enquanto eu leio, eu elaboro uma questão com a dúvida que eu tenho [...] e eu chego aqui tiro essa dúvida [...]

Trecho 12

– São quatro turnos na verdade, de manhã, tarde, noite e madrugada estudando e trabalhando. É o que mais pesa, conciliar trabalho e faculdade.

– [...] não tem atividades no campus no fim de semana que você possa participar, ou é tudo a tarde ou é de manhã, e a pessoa que trabalha não tem esse tempo.

– Se você vem a tarde e fica o dia inteiro aqui, não tem onde estudar, nem o que comer!

Nos trechos acima é possível notar que os(as) estudantes estão se aproximando, em sua condição de primeiros da família a ingressarem no ensino superior, da necessidade de realizarem leituras para fins de estudo, diferentes das leituras descomprometidas, mais superficiais. Nos trechos, embora citem maneiras para estudar e ler juntos, os(as) estudantes não apresentam um olhar intencional para o problema central, que é a dificuldade com a leitura, habilidade que não é simplesmente decifrar os sinais gráficos, mas implica conhecimentos amplos, cultura, capacidade de produzir e estabelecer relações, ler entrelinhas, ironias. Em alguns momentos, como no trecho 12, até mencionam a necessidade de participarem mais da vida cultural e acadêmica do campus e apontam problemas pessoais (falta de tempo devido ao trabalho) e problemas estruturais do campus (falta de espaço adequado para ficar, se alimentar e estudar). Não ter um espaço apropriado para ficar fora do horário de aula acaba sendo prejudicial para a formação dos(as) estudantes que deveriam conhecer o ambiente universitário como um todo, não somente o espaço das salas de aula.

Não podemos nos esquecer que, nesse caso, devemos levar em consideração, como já apontado anteriormente, a necessidade de fortalecer também a educação básica, para que as dificuldades com leitura e entendimento de textos sejam trabalhadas adequadamente. Por outro lado, consideramos que é necessário adotar medidas que auxiliem os(as) estudantes que apresentam essas lacunas ao cursar o próprio ensino superior.

Uma outra dificuldade apontada para cursar o ensino superior foi morar longe do campus, o que acarreta gasto de tempo e de dinheiro com viagens, como vemos a seguir:

Trecho 13

– [...] pra vir pra faculdade é difícil [...] se paga muito caro pra poder vir [...] isso também prejudica, chega tarde em casa tem que levantar cedo pra trabalhar eu acho que é um desafio isso.

Enfim, como vimos em nossos dados, se muitos(as) estudantes que hoje ingressam no ensino superior possuem não só dificuldades financeiras, necessitando de auxílio transporte e alimentação, como também dificuldades de aprendizagem, precisamos pensar em caminhos para superar tais lacunas e auxiliar tais estudantes em suas dificuldades e a permanecerem no ensino superior. Um primeiro passo é traçar o perfil e entrar em contato com as dificuldades vividas pelos(as) estudantes de primeira geração que ingressam no ensino superior brasileiro.

Considerações finais

A democratização da educação é um processo que ainda está em movimento no Brasil (ARAÚJO, 2011; PÁTARO, 2015). Se, por um lado, a democratização da escolarização revelou-se um êxito, levando para a sala de aula os filhos e as filhas de brasileiros e brasileiras que não tiveram acesso à escolarização básica, por outro lado, percebemos que revelou também desafios e conflitos para a instituição educacional, que precisa agora garantir a aprendizagem de todos(as) e a permanência adequada de estudantes cujas particularidades e dificuldades começam a povoar o cotidiano educacional. Se antes eram excluídos sistematicamente de uma escola considerada privilégio para poucos, hoje permanecem e ocupam a preocupação daqueles que desejam garantir a efetivação de uma educação adequada às suas particularidades, seja na educação básica ou no ensino superior. De um ponto de vista global, portanto, a democratização da educação no Brasil pode ser considerada um êxito. Por outro lado, do ponto de vista local, passamos a ter, em sala de aula, uma maior quantidade de estudantes com dificuldades e lacunas na aprendizagem. Inicialmente, esse paradoxo foi vivido fortemente no ensino fundamental brasileiro, que primeiro universalizou seu acesso, e mais recentemente tem ocorrido também em outros níveis de ensino, com no ensino superior.

Na presente pesquisa, notamos que 75% dos(as) estudantes ingressantes nos cursos oferecidos pela Unespar/Campo Mourão são estudantes de primeira geração, possuem lacunas em sua aprendizagem e consideram uma conquista o ingresso no ensino superior.

As dificuldades desses estudantes de primeira geração, sobretudo aquelas relacionadas à aprendizagem inicial, devem ser um aspecto a ser levado em consideração não só para

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

pensar políticas de permanência no ensino superior, como também políticas de fortalecimento da escola básica. Ao registrarmos a chegada de estudantes de primeira geração no ensino superior brasileiro é conveniente que sejam entendidas suas dificuldades, como a necessidade de auxílio para transporte, alimentação, apoio para leitura, com espaços adequados para estudo e para conviverem no ambiente universitário como um todo.

Se levarmos em consideração que a Unespar é uma instituição recém-criada e que se encontra no cenário brasileiro atual de expansão do ensino superior, o levantamento do perfil de seus alunos e suas alunas torna-se ainda mais importante, diante da necessidade de planejar estratégias para atingir as metas e os objetivos necessários para a consolidação da Unespar enquanto universidade.

Vale pontuar também que aquilo que organizamos com o presente texto dá conta de uma parte dos dados de nossa pesquisa, dentro de uma gama de outras dificuldades que seriam igualmente importantes de serem comentadas. É importante deixar registrado que nosso desejo foi apontar algumas das características e dificuldades dos(as) estudantes de primeira geração da Unespar/Campo Mourão, características e dificuldades que podem servir de base para acompanhar as políticas públicas e a alocação dos recursos destinados à democratização da educação, considerando a necessidade de otimizar e ampliar os investimentos na universalização do acesso e permanência de acordo com a realidade de cada instituição de ensino superior de nosso país.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2012.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. A quarta revolução educacional: a mudança de tempos, espaços e relações na escola a partir do uso de tecnologias e da inclusão social. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 12, n. esp., p. 31-48, mar. 2011.

CARMO, Erinaldo Ferreira; CHAGAS, José Aécio Silva; FILHO, Dalson Britto Figueiredo; ROCHA, Enivaldo Carvalho. Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 240, p. 304-327, maio/ago. 2014.

ESTEVE, José Manuel. **A terceira revolução educacional**: a educação na sociedade do conhecimento. São Paulo: Moderna, 2004.

FILHO, Domingos Leite Lima. Expansão da educação superior e da educação profissional no Brasil: tensões e perspectivas. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 31, p. 195-223, 2015.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **As origens da educação pública**: a instrução na revolução burguesa do século XVIII. Edições Loyola, São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, out. 2007.

PÁTARO, Ricardo Fernandes. **Entre educar e ensinar**: complexidade e representações docentes sobre os objetivos da escola. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

PENIN, Sonia. Profissão docente e contemporaneidade. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Profissão docente**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2009, p. 15-40.

PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2009.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-370, maio/ago. 2006.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO INSTÂNCIA DE CONTROLE: UM ESTUDO DE CASO

Rosilene Lavezzo¹

Valderice Cecilia Limberger Rippe²

Introdução

A democracia envolve o bem comum, a justiça, a liberdade e a igualdade, emergentes da participação do cidadão nas decisões e no controle dos governos que prestam contas do exercício do poder que lhes foi concedido. Dessa forma, a participação política do cidadão é o meio de garantir o autogoverno e a soberania popular. Nesse contexto, Rousseau destaca que:

O cidadão é aquele que faz parte, participa da “cidade”. Ser cidadão é participar das decisões do corpo político, da “cidade”. A “cidade”, palavra cujo sentido “quase que se perdeu inteiramente entre os modernos” e “sinônimo” de república e é o corpo político que resulta da associação de todos. [...] a maioria considera um burgo uma cidade e um burguês como um cidadão. Não sabem que as casas formam um burgo, mas que são os cidadãos que fazem à cidade. (DO CONTRATO SOCIAL apud COSTA, 2007, p. 92).

Segundo Colin (apud LAVEZZO, 2007), a década de 1980 é marcada por avanços significativos para os cidadãos brasileiros. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a questão da participação popular nas Instâncias de Controle tornou-se evidente, garantindo a participação das pessoas com representatividade paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil nos diversos Conselhos Municipais.

Os conselhos instituídos nos municípios através de leis específicas têm o objetivo de efetivar a participação popular e a descentralização político-administrativa preconizadas na referida Constituição Federal. Esses conselhos municipais são a forma de inserir, efetivamente, representantes da sociedade civil organizada como atores nos processos decisórios e de relevância social e de cunho coletivo.

Em vista do exposto, o objetivo deste artigo consiste em analisar o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Mato Rico, no Paraná. Para desenvolver o estudo, contextualiza-se a participação popular no processo de construção dos

¹ Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD, Unespar, rosilenelavezzo@hotmail.com

² Unioeste, valdericerippel@uol.com.br

conselhos, destacando o papel e as atribuições dos mesmos conselhos e analisa-se a efetividade deles no seu papel deliberativo e participativo.

O texto é desenvolvido e apresentado em quatro subtópicos: no primeiro discute-se sobre a participação popular nas instâncias de controle social, no segundo tópico abordam-se os aspectos legais, no terceiro tópico uma explanação das atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social e a sua efetividade, o quarto e último tópico é dedicado a apresentação da pesquisa de campo com a análise dos dados coletados por meio de entrevista com os conselheiros municipais de Assistência Social do município de Mato Rico, Paraná.

Participação popular nas instâncias de controle social – aspectos legais

A participação popular decorre de um princípio inscrito na Constituição Federal de 1988, referindo-se à construção de uma democracia participativa, tendo em vista a inviabilidade de se ter, modernamente, a democracia direta à moda antiga, na qual as pessoas tinham conhecimento direto de todos os problemas relacionados ao poder público, opinavam e decidiam mediante votação (COLIN apud LAVEZZO, 2007, p. 23).

Com o aumento da população e a ampliação das relações na sociedade originaram-se variadas dificuldade na administração das coisas públicas, inviabilizando o exercício direto da democracia pela população. Dessa maneira, no Brasil optou-se pela democracia representativa, cujo objetivo era e é a escolha, pelo povo, dentro de procedimentos eleitorais legais, de representantes. Esses representantes compõem o Parlamento e o Poder Executivo, onde se decide sobre qual é a vontade da população com relação aos negócios (no sentido amplo) da nação.

Cabe destacar que esses representantes começaram a cair em descrédito, uma vez que presenciamos inúmeras experiências desastrosas em que os representantes acabavam não representando o povo que os elegeu, e sim aos interesses das elites nacionais e estrangeiras. Em decorrência buscou-se uma alternativa, acreditando-se que, para a sociedade brasileira, cabia adotar a democracia participativa, ou seja, a população, dentro de determinados campos da administração pública, contribuindo e interferindo diretamente na tomada de decisões.

Dessa maneira, a sociedade começa a se organizar no âmbito nacional, participando através de organizações e de conselhos, possibilitando assim que as pessoas tomassem decisões importantes em benefício da sociedade. Aos poucos esses conselhos foram se fortalecendo com o objetivo de garantir os direitos já conquistados, ao mesmo tempo em que lutavam para conquistar novos direitos.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Esses conselhos foram incorporados à estrutura dos governos, tal qual apontado por Costa:

a participação da população na formulação e controle das políticas sociais setoriais com o objetivo institucional de desenvolver a cooperação entre Estado e Sociedade na solução de problemas de interesse comum nessas áreas. São compostos por representantes de Entidades da Sociedade Civil e Representantes do Governo que devem, em conjunto, participar do planejamento das decisões e do controle de políticas sociais setoriais. São espaços públicos de discussão e decisão, assim como o de acompanhamento e fiscalização de ações, Programas e alocação de recursos. (COSTA, 2007, p. 87).

Desde então desenvolvem-se mecanismos mais democráticos, como a participação direta no processo decisório, a gestão compartilhada e os conselhos. Nesse norte é que surgem os movimentos sociais, que, num primeiro momento, se constituem para atender às solicitações específicas e localizadas, mas que, a partir dos anos 1980, conseguem sair do particular para o geral, compreendendo a necessidade de ampliar as pautas de reivindicações, definindo novos objetivos. A importância dos movimentos populares abriu caminho para ocupar esses espaços, o que foi fundamental para tornar públicas muitas questões focalizadas.

Segundo Colin (1999), a democracia é um ideal da vida política, benéfica na procura de eliminar as desigualdades de oportunidades. A participação popular, através de suas organizações representativas, ocorre na formulação das políticas públicas e no controle das ações governamentais em todos os seus níveis. Essa participação permite que se perceba a situação real do município, suas necessidades e prioridades, tornando a população mais instrumentalizada.

Dessa forma, busca-se promover a mudança do enfoque assistencialista, para um trabalho de prevenção, de proteção, de promoção e de inserção. O que se obtém, como interface, é a transversalidade e a atuação em rede, assim atingindo a eficiência e eficácia mediante a politização das discussões, a mudança de gestão, a descentralização, a participação popular, o controle social, comando único, fundo, planejamento, transferência, avaliação e representação de interesses coletivos.

Note-se que, quando existe um conselho eficiente, este possibilita a execução das políticas públicas com maior eficácia, pois muda a visão de assistencialismo e passa-se a adotar um cunho preventivo diante das ações do Estado.

A assistência social, apesar das inovações conferidas através da legislação, muitas vezes ainda garante de forma precária a inserção do usuário no acesso a bens e a serviços

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

públicos. Tal precariedade vem sendo enfrentada através de inúmeros mecanismos, como a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a consequente implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005) e a Norma Operacional Básica (NOB/RH/2005), assim como da ação dos conselhos, que realizam um efetivo controle social, fóruns e outros espaços de debate e de organização das demandas da assistência social (LAVEZZO, 2007).

Cabe colocar que esses mecanismos revolucionaram a Assistência Social, pois buscam organizar a Proteção Social Básica e Especial através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Órgão Gestor, respectivamente. Segundo a PNAS, o SUAS e a NOB/RH, os municípios devem se organizar para habilitar-se à Gestão do SUAS, o que se dá em instâncias: Inicial, Básica e Plena.

Todos esses avanços têm como objetivo a superação e ou a minimização das condições de pobreza vivenciadas pela maioria da população brasileira, com vistas à superação da miséria e a emancipação social. Dessa maneira, os municípios devem organizar-se em consonância com esses mecanismos para avançar na garantia da efetivação das Políticas Públicas, voltadas a essa população. Esses municípios necessitam, portanto, da efetiva contribuição, em cada um deles, do respectivo Conselho Municipal.

Atribuições do conselho municipal de assistência social (CMAS)

A assistência social, como uma forma específica de suprir necessidades sociais, surge a partir da existência dessas necessidades na sociedade capitalista, como fruto da relação contraditória e antagônica entre capital e trabalho, constituindo-se na chamada “questão social”. Os diferentes interesses postos na sociedade e a forma como essa sociedade se organiza, produzindo e reproduzindo suas relações, geram diferentes expressões da “questão social” que reivindicam seu enfrentamento (HEIN, 2003 & GONÇALVES, 2003).

Assim, trata-se de uma assistência social que se coloca no dilema de atender demandas referentes às necessidades humanas – que são sociais e históricas – em uma sociedade regida pela lógica do mercado. Uma assistência social que, antes de ser pragmática ou um conjunto de medidas que visa atender demandas e necessidades de segmentos populacionais pobres, é produto e expressão objetivada de conflitos de interesses, exigindo do Estado e da sociedade a participação (PEREIRA apud HEIN, 2003 & GONÇALVES, 2003).

Até 1988 era considerado cidadão, para fins de acesso a direitos sociais, apenas aquele que possuía Carteira de Trabalho assinada. Esse era o passaporte para os serviços sociais

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

existentes no país. A chamada “cidadania regulada” exigia a contrapartida do usuário, pois, como trabalhador, contribuía diretamente para ter acesso aos seus direitos. Aos demais restava a negação de sua cidadania, a “cidadania invertida”, na qual os usuários, para terem acesso à satisfação de suas necessidades, precisavam comprovar a sua condição de pobreza, sendo alvo, na maioria das vezes, da caridade e da filantropia.

Para Colin (apud LAVEZZO, 2007), a Assistência Social no Brasil ficou relegada a ações residuais e fragmentadas, pautadas na lógica da caridade, da tutela e do favor, advindas de iniciativas diversas. Com a promulgação da Constituição Federal em 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), vale dizer, a Lei Federal n. 8.742/1993, a assistência passa a integrar o tripé da Seguridade Social, sendo reconhecida como direito social juntamente com a saúde e a previdência. A assistência passa a ser considerada como um meio, uma estratégia de redistribuição, estendendo direitos a todos os que dela necessitam, independentemente de qualquer contribuição prévia.

A LOAS prevê princípios, diretrizes e objetivos que regulamentam e norteiam a política de assistência social, dentre os quais cabe aqui destacar a divulgação ampla dos benefícios, dos serviços, dos programas e dos projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para a sua concessão.

Hein (2003) e Gonçalves (2003) trazem à discussão a ideia de que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos usuários da política de assistência social é a desinformação. Não porque essa não seja buscada, mas porque os benefícios não são divulgados. Os critérios para o acesso às ações assistenciais somente agora começam a ser divulgados. Segundo o Ministério da Saúde, “Uma sociedade fortalecida e consciente busca o respeito mútuo na sua relação como Estado e com o próximo e a informação se apresenta como um importante instrumento do cidadão para defesa dos seus direitos e realização de suas aspirações e desejos” (2007, p. 7).

O espaço de atuação do Conselho Municipal tem sido fértil para que esse princípio da publicidade dos benefícios se cumpra. Todas as ações do Conselho e das organizações nele registradas devem primar pela divulgação ampla e transparente sobre os critérios de acesso dos usuários e dos recursos públicos, seja do governo federal, do estadual ou do municipal destinados para a ação.

Esse princípio deve articular-se com a diretriz apresentada no artigo 5º da LOAS, que estabelece a participação popular por meio de organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Dessa forma a LOAS no seu Artigo 5º destaca:

A organização da assistência social tem como base a seguinte diretriz: I – Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação da política e no controle das ações em todos os níveis; III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política da assistência social em cada esfera de governo (LOAS, 1993, p. 7).

Para que essa participação se efetive, os órgãos gestores municipais, estaduais e federal, além dos dirigentes de entidades sociais, precisam colocar em prática esse princípio da LOAS. Os conselheiros municipais possuem a prerrogativa de decidir sobre as questões referentes a essa área. O poder de decisão precisa estar fundamentado no acesso às informações corretas sobre as ações assistenciais.

Vale destacar que o trabalho não se esgota ao instituir-se no município o sistema descentralizado e participativo de assistência social. O sistema que viabiliza a execução da política deve estar alicerçado em princípios que darão a direção e as finalidades das ações. Esses princípios não são, todavia aleatórios, pois eles foram pactuados através da legislação maior e expressam a consciência da sociedade brasileira sobre a forma de enfrentamento das desigualdades no país.

Considerando a diretriz e a descentralização político-administrativa e a participação popular, fica claro que esse sistema deve ser orientado no sentido de compreender a descentralização como meio de redistribuição de poder e de definição de papéis. Deve-se também considerar a responsabilização das três esferas de governo, a reorganização institucional e a reformulação de práticas.

A descentralização visa ao fortalecimento da democratização e da equidade no interior do sistema, potencializando o exercício da cidadania participativa no planejamento, acesso e controle das ações previstas na LOAS (HEIN, 2003). Além disso, a legislação prevê a criação de Conselho, Plano e Fundo de Assistência Social para fins de repasse de recursos financeiros para execução das ações.

O Conselho de Assistência Social é um órgão ou instância colegiada de caráter paritário e deliberativo. Integra a estrutura básica da secretaria ou órgão equivalente. Tem sua composição, organização e competência fixada em lei. O Conselho é um espaço público no qual pode ocorrer a participação da sociedade na administração e no controle da política de assistência social.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Entretanto na área da política, segundo (HEIN, 2003) a autora citada, as primeiras experiências de Conselhos aconteceram no âmbito da luta de classes. Primeiramente isso ocorreu na Rússia, posteriormente na Itália na década de 1920, em que a experiência conselheira ganhou expressão nos conselhos de fábrica, que apareceram como embrião dos soviets. O surgimento dos conselhos representou uma experiência concreta das massas operárias, por neles identificarem a forma de organização cuja tendência era a realização da democracia direta, com o exercício de seu próprio poder.

Na história da administração pública e das políticas sociais brasileiras, o conselho é um personagem relativamente novo. No Governo Geisel (1975-78) foi criado o Conselho de Desenvolvimento Social, órgão esse diretamente vinculado ao Gabinete da Presidência da República, o qual instituiu o Programa Nacional dos Centros Sociais Urbanos, para dar conta da problemática social que vinha se explicitando na correlação de forças que impulsionou a redemocratização.

No que se refere à competência dos Conselhos, é possível afirmar que eles têm uma função de definidor das políticas. Segundo Hein (2003), podemos observar que os conselhos têm desempenhado uma função mais de colaborador, por vezes se configurando praticamente como órgão cooperativo e consultivo, pelo desconhecimento do que significa seu papel e do próprio aparato legal que o define. Isso possibilita que o executivo exerça com mais tranquilidade o seu papel de homologador ou não das deliberações do Conselho.

Ainda segundo a autora, estudos sobre conselhos demonstram que os conselheiros parecem atribuir-lhe um caráter meritocrático e voluntário ao reconhecê-lo como alguém que vem “para somar” com “boa vontade”, sem conseguir reconhecer seu papel político, sua obrigação legal e seu caráter deliberativo. Apresentam indícios do significado político da aproximação da população com a administração e planejamento do serviço público, mas restringem sua função no ajudar e colaborar com boa vontade.

Fundados nos princípios da democracia participativa, os Conselhos debatem-se na divisão do poder onde a participação paritária entre Estado e sociedade civil está tentando dar outro caráter à administração pública na condução das políticas sociais. Não existe *script* pronto, mas, sim, um cenário histórico dado, nacional e localmente, que, no plano das ideias e da prática, vivencia uma crise de transição que, para ser superada, necessita de atores sociopolíticos que sejam também autores.

Os conselhos se constituem em espaços sociais ampliados pelo campo da estrutura representativa, pois, como órgãos colegiados e perpassados por interesses diversos e mesmo

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

contraditórios, possibilitam que a área de soberania do cidadão coincida com a área do poder público, que dispõe de órgãos representativos nos diversos níveis da organização social. Ainda que a institucionalização e a prática dos Conselhos estejam perpassadas pela lógica da democracia representativa ampliada, isso não impede momentos de democracia direta, embora sob formas secundárias.

Além disso, um sistema democrático (a exemplo da prática dos Conselhos, que se funda nas ações de domínio público por cidadãos que atuam indiretamente, através de seus representantes eleitos) não assegura, por si só, práticas e relações democráticas. A cidadania política transcende os limites da delegação de poderes da democracia representativa e se expressa por meio da democracia participativa, da constituição de Conselhos paritários, em que cada Conselho se apresenta como novo *locus* do exercício político.

Os Conselhos são instrumentos de controle social das políticas sociais públicas que intermedeiam a relação entre Estado e sociedade, tendo como necessidade premente garantir a criação e a articulação de mecanismos que, de fato, viabilizem a participação dos representantes dos diferentes segmentos sociais, podendo provocar momentos de negociação transparente e aberta, em que os interesses são desprivatizados. É esse contexto que fomenta o ensejo à construção da esfera pública, onde são criados espaços de politização e de construção democrática com motivação à constituição da dimensão pública da sociedade civil, que, ao se fortalecer, consegue fazer frente ao desmonte dos seus direitos reconhecidos (SPOSATI; LOBO, 1993).

O Conselho, como instrumento privilegiado de controle social das políticas sociais, incorpora a possibilidade de participação mais abrangente no processo decisório. Conselheiros efetivamente representantes de seus segmentos conseguem executar o contraponto/controle no debate sobre as ações e as decisões do poder público. Todavia, o reconhecimento do “outro”, das diferentes necessidades sociais, não significa a eliminação de conflitos nem linearidade nos processos de ações, mas possibilita novos ensaios do viver democrático e a construção dos interesses comuns e pertinentes ao contexto dos sujeitos sociais.

Sobre o caráter fiscalizador, Sposati (1994) destaca que é necessário ultrapassar as formas burocráticas e os critérios de relatórios estatísticos que não medem a qualidade das atenções. É preciso evoluir criando formas que subsidiem os atores sociais para fazer interlocuções e avaliações que levem a considerar padrões de qualidade dos serviços sociais.

Ocorre que a falta de transparência das ações do Estado e a realização dos serviços públicos num âmbito que mais parece privado do que público deixa os usuários desconfiados

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

e sem ação, pois, via de regra, os mesmos usuários geralmente não dispõem dos conhecimentos e dos recursos para compreender como ocorre todo o processo. Diante disso ficam impossibilitados para se envolverem de fato e fazer o controle das gestões públicas. Dessa forma, evidencia-se que é urgente ressignificar os princípios democráticos, fomentando a presença e a inferência da sociedade civil no processo de normalização e de deliberação das ações dos serviços públicos.

Verifica-se que a inserção tardia ou muito recente dos diferentes segmentos da sociedade na gestão das políticas sociais brasileiras implica um aprendizado permanente de ambos os lados. Tal qual pondera Sposati (1994), cabe ao Estado respeitar e dar oportunidade para a sociedade interferir e se organizar para conseguir o estatuto de interlocução.

Efetividade do CMAS no Município de Mato Rico, Paraná

Para dar sustentabilidade à discussão do nosso objeto de estudo, passamos a analisar a efetividade do Conselho Municipal de Assistência Social de Mato Rico, localizado na região Central do Estado do Paraná, a aproximadamente 450 km da capital, com população estimada em 4.235 habitantes, conforme dados do IBGE (2007).

Vale destacar que o referido município se encontra entre os três mais pobres do Estado do Paraná, apresentando o terceiro menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), colocando-o em situação de extrema vulnerabilidade.

Em relação à Política de Assistência Social, o município buscou organizar-se através da criação da Secretaria Municipal de Assistência Social, ocorrida em 2009. Até então sua denominação era Divisão de Saúde, uma vez que a Assistência Social estava vinculada ao Departamento de Saúde. Outro fator fundamental que merece ser destacado é que, em 2009, foi implantado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que visa organizar os serviços de Proteção Social Básica, prestados pela assistência e prevenir situações de risco.

Segundo Relatório Municipal (2009), o município conta com Órgão Gestor/Secretaria Municipal de Assistência Social, Casa Lar para Idosos, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Contra Turno Social, Programa Bolsa Família (PBF), entre outros. Além disso, dispõe de Fundo Municipal de Assistência Social, Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) e de Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Destaca-se que sem o Conselho o Plano e o Fundo Municipal, o município não receberia recursos federal ou estadual.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Mato Rico foi instituído pela Lei Municipal n. 099/2000 e revogado na íntegra pela Lei Municipal n. 299/2009. Esta última lei reorganizou tudo e, especialmente no IV Capítulo, trata da questão da criação do Conselho Municipal de Assistência Social, mediante os seguintes dizeres:

Art. 33º: Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, órgão deliberativo, de caráter permanente no âmbito municipal, de composição paritária, conforme disposto na Lei Federal n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 34º:- São competências do Conselho Municipal de Assistência Social:

I – Definir as prioridades da política de assistência social;

II – Aprovar a Política Municipal de Assistência Social;

III – Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;

IV – Atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de assistência social;

V – Propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, acompanhando a movimentação e o destino dos recursos;

VI – Acompanhar, avaliar, e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município em especial a execução dos Programas Sociais dos Governos Federal, Estadual e Municipal;

VII – Aprovar critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal;

VIII – Apreciar e aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;

IX – Apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

X – Elaborar, alterar e aprovar seu Regimento Interno;

XI – Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social; (Lei Municipal n. 299/2009).

De acordo com a referida Lei, o Conselho deve convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, a qual terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema. Além disso, cabe ainda ao conselho:

XIII – Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XIV – Propor a formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços de assistência social;

XV – Divulgar no Diário Oficial do Município e periódicos de circulação, todas suas resoluções, bem como as contas do Fundo Municipal aprovadas;

XVI – Acompanhar e fiscalizar equipe multiprofissional, conforme dispõe o art.20, § 6º, da Lei n.º 8.742/93;

XVII – Regulamentar surplementarmente as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social de acordo com o art. 22 da Lei n. 8.742/93;

XVIII – Propor ao Conselho Estadual e Nacional de Assistência Social e demais órgãos governamentais e não-governamentais, programas, serviços e financiamentos de projetos;

XIX – Acompanhar as condições de acesso da população usuária da assistência social indicando as medidas pertinentes à correção de exclusão constatada;

XX – Propor modificações nas estruturas do sistema municipal que visem à promoção, proteção e defesa dos direitos dos usuários da assistência social;

XXI – Dar posse aos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, a partir da instalação da primeira composição;

XXII – Convocar, organizar e estabelecer as normas de funcionamento da conferência, em regimento próprio.

Art. 35º: O CMAS será formado por 20 membros titulares e suplentes, e terá a seguinte composição: 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) membros suplentes sendo:

I – Do Governo Municipal

Dois representantes da Secretaria de Assistência Social;

Dois representantes da Secretaria de Saúde;

Dois representantes da Secretaria de Educação e Cultura;

Dois representantes da Administração;

Dois representantes da Secretaria de Agricultura. (Lei Municipal n. 299/2009).

Diante desse contexto, cabe destacar que, conforme a Secretaria Municipal de Assistência Social (2009, p. 12), cabe à sociedade civil fazer-se representar por:

a) 02 (dois) representantes de Usuários ou de entidade de Defesa de Direitos dos Usuários de Assistência Social, no âmbito municipal; b) 04 (quatro) representantes de entidades Prestadoras de Serviço da Área de Assistência Social, no âmbito municipal. c) 04 (quatro) representantes de entidades dos Trabalhadores da Área de Assistência Social, no âmbito municipal (Lei Municipal n. 299/2009).

Observando o modo de funcionamento da Assistência Social no município, constatamos que as dificuldades relacionadas ao Conselho Municipal de Assistência Social no município ocorrem justamente quanto à presença e à participação nas reuniões, pois os conselheiros comparecem muito pouco às reuniões, e isso dificulta o trabalho e, conseqüentemente, o resultado final que o conselho se propôs, e necessita realizar. Segundo a Secretaria Municipal de Assistência, é feito um contato por telefone para lembrar os conselheiros da reunião, mesmo que estes já tenham sido informados, pois as reuniões sempre são agendadas com antecedência.

Antes da implantação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em junho de 2009, as reuniões aconteciam em lugares distintos, ou seja, onde fosse possível. Agora, com o CRAS, as reuniões acontecem sempre no mesmo local e isso facilita muito, porque os conselheiros acabam por ter um ponto de referência.

Metodologia

Com o intuito de coletar as informações a respeito do funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Mato Rico, no Paraná e qual sua efetividade frente a política pública de assistência social, entrevistou-se os dez conselheiros titulares. A entrevista foi organizada em seis perguntas semiestruturadas, através de formulário e foi realizada nos meses de fevereiro e março de 2009.

É importante salientar que desde o nosso primeiro contato com os conselheiros entrevistados, esclarecemos os objetivos da pesquisa, bem como o local, o propósito da pesquisa e o sigilo resguardado aos conselheiros. O roteiro da entrevista foi elaborado tendo por base alguns dos dados obtidos junto a secretaria municipal de assistência social do município em questão, com a finalidade de coletar e agregar mais informações dos conselheiros envolvidos. Além disso, para elaboração das perguntas levou-se em conta as dificuldades vivenciadas pelo conselho mediante a ausência dos mesmos nas reuniões.

Ressaltamos que definir um objeto de pesquisa, assim como estabelecer um recorte para a investigação, não é fragmentá-lo ou limitá-lo arbitrariamente. Frigotto (2008) salienta que este pensamento ao afirmar que se o processo do conhecimento nos impõe a delimitação e o enfoque em um determinado problema, isto não expressa uma obrigação em abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É neste sentido que mesmo delimitado um fenômeno não perde a totalidade, da qual faz parte indissociável.

De acordo com Minayo (1993, p. 38): "a relação entre quantitativo e qualitativo [...] não pode ser pensada como oposição contraditória [...] é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais 'concretos' e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa".

Minayo explica que, quantitativos e qualitativos vem de modo a obter uma compreensão e explicação mais ampla do tema estudado. Ou seja, uma pesquisa totalmente elaborada, com mais informações coletadas.

As entrevistas aconteceram na sala de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social de Mato Rico, localizada na Avenida Principal s/n – Centro, conforme a disponibilidade dos conselheiros. O tempo de cada entrevista variou de acordo com a dinâmica da entrevista, que permearam entre 30 e 40 minutos, nos quais registramos as interações por meio escrito com anotações.

Toda a pesquisa, independentemente de seu tipo e objetivo, produz conhecimentos, possibilita respostas e, por sua vez, gera novas indagações. Portanto, por mais que um trabalho científico deva ser pensado em um espaço temporal – caracterizado por um cronograma – no qual se estabeleça um início, meio e fim, em que cada etapa possua importância e integração com o todo, devemos lembrar seu caráter provisório.

Apresentação e análise dos dados

A pesquisa contou com a participação dos dez conselheiros da Assistência Social, escolhidos intencionalmente por serem os titulares do referido Conselho. Para manter sigilo do nome, na apresentação dos dados os sujeitos serão denominados de CON01; CON02; CON03 e assim por diante.

Questionou-se, primeiramente, a cada entrevistado, se ele participa de todas as reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social. Obtiveram-se as seguintes informações:

CON-01: Não, pois às vezes as datas e horários coincidem com minha agenda da escola.

CON-02: Não consigo participar de todas, devido meu horário de trabalho ou outro compromisso.

CON-03: Não, nem sempre consigo participar, mas sempre procuro saber os assuntos discutidos.

CON-04: Sim, porque trabalho na Assistência Social, então fica mais fácil. Os demais apenas responderam que sim.

Embora a maioria dos conselheiros participem das reuniões, nota-se que a ausência de alguns conselheiros pode dificultar os trabalhos devido à descontinuidade da participação, prejudicando o andamento necessário para a concretização da tomada de decisões.

Outro questionamento relevante foi sobre a quantidade de Conselhos de que o entrevistado participa como conselheiro e se ele já realizou alguma capacitação para essa finalidade. Obtiveram-se as seguintes respostas:

CON-01: Dois Conselhos.

CON-02: Dois Conselhos.

CON-03: Cinco Conselhos.

CON-04: Seis Conselhos.

CON-05: Quatro Conselhos.

Cabe destacar que os demais participam de apenas um Conselho, entretanto, dos dez entrevistados, apenas um já realizou capacitação específica para atuar como conselheiro. Isso demonstra a fragilidade do Conselho Municipal de Assistência Social do município. Outro aspecto relevante a considerar é o fato de que os conselheiros participam de vários Conselhos, esse dado demonstra a fragilidade da garantia da participação popular prevista na C.F. de 1988.

Com o intuito de enriquecer nossa pesquisa, indagou-se a cada entrevistado se ele compreende os assuntos discutidos em reunião e se esses assuntos são amplamente discutidos. Obtivemos as seguintes informações:

CON-01: Sim, na maioria das vezes os assuntos são bem abordados, apesar de não serem da minha área de atuação, e são amplamente discutidos, quando tenho dúvidas geralmente questiono.

CON-02: Quase sempre compreendo, e as reuniões são amplamente discutidas e todos têm oportunidades de expor suas opiniões.

CON-03: Compreendo sim, embora não seja minha área de atuação, felizmente nas reuniões quem é da área busca explicar de maneira clara sobre os assuntos.

CON-04: Sim, e acredito que são amplamente discutidos, pois apesar de não concordar com algumas coisas sempre estou a par das decisões e ações do Conselho.

Nota-se que os entrevistados acreditam que os assuntos são amplamente discutidos, entretanto nem todos compreendem os objetos de discussão. Dessa maneira, observa-se, mais uma vez, a fragilidade do Conselho Municipal de Assistência Social.

Nesse sentido, o que a pesquisa nos mostra é a necessidade de aprimorar, capacitar e efetivar os conselhos municipais. É bom lembrar que são os conselhos que deliberam, ou seja, decidem e fiscalizam sobre a aplicação dos recursos e sobre as políticas públicas destinadas a população. No caso de Mato Rico a pesquisa evidencia que o Conselho Municipal de Assistência Social apresenta deficiência quanto a real atividade do mesmo.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Mato Rico, no Paraná. Para desenvolver o estudo, contextualizou-se a participação popular no processo de construção dos conselhos, destacando o papel e as atribuições dos mesmos. E, para subsidiar a discussão, analisou-se a efetividade do conselho no seu papel deliberativo e participativo.

Percebe-se que os conselheiros muitas vezes não conseguem conciliar a agenda de trabalho com as inúmeras reuniões de conselhos, tendo em vista que a pesquisa revelou que os

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

conselheiros participam de até seis conselhos distintos – o que pode ser desfavorável na tomada de decisões.

Além disso, através deste estudo e das informações obtidas através da pesquisa, destaca-se a importância de capacitações para os conselheiros, bem como a necessidade de pensar em estratégias visando à participação de conselheiros em apenas um Conselho, possibilitando a cada participante maior compreensão de um assunto específico, para que o conselho seja mais eficiente e objetivo, viabilizando o real cumprimento de seu papel na sociedade, buscando a efetivação das Políticas Públicas, bem como garantindo o repasse de recursos Estadual e Federal.

Outro aspecto a ser considerado é que as pessoas, bem como os setores públicos devem buscar mediações com o objetivo de viabilizar o acesso da população às informações, pois é através dessas informações que se somam esforços em busca da efetivação dos direitos, bem como onde buscá-los.

Referências

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social** – LOAS lei n. 8742/93.

_____. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004.

COLIN, Denise Ratmam Arruda. **LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social anotada**. São Paulo: Veras, 1999.

COSTA, V. M. R.; BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. **Política social e democracia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008,

GONCALVES, P. F. C. Curso de capacitação de conselheiros municipais da assistência social. Ministrado na Unioeste, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus de Cascavel, 2003.

HEIN, E. L. L. Curso de capacitação de conselheiros municipais da assistência social. Ministrado na Unioeste, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE (2007).

LAVEZZO, Rosilene. **Programa Bolsa Família: e os seus rebatimentos no combate à pobreza**. Pitanga: UCP – Faculdades do Centro do Paraná, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz, jul/set 1993.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

PROJETO DE LEI N. 299. Institui a política municipal de assistência social e dá outras providências. Gabinete do Prefeito. Mato Rico, PR, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMAS do Município de Mato Rico -Paraná, 2009.

SPOSATI, A. **Cidadania ou filantropia**: um dilema para o CNAS. São Paulo: Núcleo de Segurança e Assistência Social da PUC/SP, 1994

A EXPANSÃO DA MEDICINA MILITAR BRASILEIRA: CULTURA, HIGIENISMO E PODER

Tiago Bomfim¹

Vanderlei Sebastião de Souza²

Introdução

Durante a primeira metade do século XX, o exército passou a exercer outra função na sociedade além de garantir a segurança nacional através do treinamento com armas. Em um contexto de saneamento das instituições, tendência que chegou no Brasil através da circulação científica que existia entre os intelectuais brasileiros e europeus, o exército através do seu Serviço de Saúde passou a ser uma alternativa para construir a nacionalidade brasileira. Isto é, ser uma das instituições do Estado responsável por livrar a população das mazelas sociais, principal responsável por não permitir o progresso do Brasil, o que acabava refletindo na construção de uma identidade brasileira e na possibilidade de colocar o país no concerto das nações civilizadas.

Se era consenso entre um grupo de intelectuais ligados ao movimento sanitarista que o principal problema brasileiro era a inferioridade da sua população frente as outras nações mundiais, e que o responsável por esta inferioridade seria o número elevado de doentes que habitavam as várias regiões brasileiras, a questão que emergia era saber como implantar um projeto de profilaxia cujo o alcance fosse nacional. O exército foi uma das instituições utilizadas para levar este discurso higienizador até o mais profundo sertão brasileiro. Enquanto era consenso no debate público que higiene e saneamento destes espaços insalubres era a principal ferramenta a ser utilizada para eliminar as doenças que castigavam a população, no exército este discurso foi resignificado pela classe médica do Serviço de Saúde do exército, originando em um conhecimento específico da caserna, chamada de medicina e a higiene militar.

A partir do momento que a solução nacional passava a ser pelos cuidados médicos, tanto a classe médica civil como também a militar, passam a receber maior importância na arena pública. Alinhados com que havia de mais recentes nas produções científicas e

¹ Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro, CNPq, Unicentro/Guarapuava, tiagobomfimunicentro@gmail.com

² Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro, Unicentro/Guarapuava, vanderleidesouza@yahoo.com.br

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

animados por um nacionalismo político, os médicos militares passaram a ressaltar as contribuições que a passagem dos homens nas fileiras militares traria para a população brasileira. Porém, para que fosse possível o exército atuar de maneira eugênica, ou seja, melhorando a população brasileira, era preciso reorganizar e reestruturar o exército brasileiro.

É interessante perceber como este discurso higienizador permitiu com que a intelectualidade do exército reivindicasse um maior fortalecimento das suas estruturas para que fosse possível encampar este projeto sanitário nas várias regiões brasileiras. Para isso, a produção e circulação científica foi a ferramenta utilizada pelos médicos militares para apresentar a importância de se modernizar o exército brasileiro. Este processo modernizador instaurado no exército brasileiro, principalmente no Serviço de Saúde, tem muito a ver com o processo maior, originado na Europa.

Arthur lobo e a circulação científica do exército brasileiro

Nascido em 21 de abril de 1873, em Pernambuco, Arthur Lobo da Silva dedicou grande parte da sua vida a carreira militar. Sua principal atuação na caserna foi servindo nos hospitais e juntas de saúde de várias regiões do Brasil. Arthur Lobo foi um dos primeiros estudiosos a ter como preocupação a análise de periódicos militares. Em seu livro “O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro” escrito em 1958, o autor destina o terceiro capítulo deste livro para elencar na sua opinião as principais obras produzidas pelo Serviço de Saúde do Exército brasileiro. Na parte inicial do seu texto, Arthur Lobo deixa claro a importância que a escrita e o suporte de papel, como jornais e folhetos tem para a preservação do conhecimento produzido pelo Exército, pois estes “impressos guardaram durante tanto tempo os pensamentos daqueles que os escreveram” (SILVA, 1956, p. 96).

Promovendo inicialmente este debate envolvendo a importância da tradição escrita, em oposição a tradição oral, o autor ainda afirma que existem inestimáveis coleções de jornais, revistas e folhetos conservados nos arquivos e bibliotecas para serem analisados (SILVA, 1956, p. 96). É por meio de um relato que Arthur Lobo resalta a importância de se pesquisar em arquivos, o autor descreve que em meio aos papéis arquivados, ele havia encontrado um folheto de 70 páginas, escrito em 1867 e publicado pela Typographia Nacional do Rio de Janeiro, no qual o seu título havia lhe chamado a atenção, eis que ele descobre que o folheto encontrado era um Projeto de Plano para Organização do Corpo de Saúde do Exército (SILVA, 1956, p. 96).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

O fato de Arthur Lobo iniciar desta maneira seu capítulo, nos chama atenção para alguns pontos que merecem destaque, o primeiro deles é a defesa que o autor faz ao ressaltar a importância que os folhetos tiveram para preservar o conhecimento que se tinha produzido naquele tempo para as futuras gerações, é compreensível a partir do momento que analisamos e contextualizamos fragmentos da vida de Arthur Lobo. Durante parte da sua vida, Arthur Lobo foi presidente do Boletim da Sociedade Médico-Cirúrgica Militar (1915-1920), este boletim em um primeiro momento, não se iniciou como uma publicação oficial do Serviço de Saúde do Exército, somente com o passar do tempo é que este Boletim se tornou o principal veículo de divulgação do Serviço de Saúde (CARDOSO, 2013, p. 324). Ao ser incorporada a Revista Medicina Militar e a Revista de Química e Farmácia Militar, este boletim passou por diversas mudanças ao longo da sua existência, mas a principal característica deste periódico que foi amplamente defendida por Arthur Lobo como presidente foi divulgar o conhecimento produzido pelos “cientistas que se interessam pelo desenvolvimento da medicina militar brasileira” (BOLETIM DA SOCIEDADE MÉDICO-CIRURGICA MILITAR, 1915, p. 1-2).

O período em que Arthur Lobo seguiu como presidente da “Revista medicina e Higiene Militar” é apresentado com altivez por ele, sem possuir auxílio oficial, o autor retrata que esta revista “venceu todos os obstáculos, ficando sozinha como representante única do Serviço de Saúde do Exército” (SILVA, 1956, p. 111), e a razão disto acontecer, foi devido ao trabalho que ele próprio desempenhou como diretor e redator principal, sendo o “maior sustentáculo da Revista” (SILVA, 1956, p. 111), usando do seu “esforço e perseverança” (SILVA, 1956, p. 111). É com estas palavras de orgulho que o autor apresenta uma das suas contribuições para a divulgação da medicina militar.

A mudança no título da Revista de Medicina e Higiene Militar em 1932, é apontado com relevância pelo autor. Passando a se chamar Revista de Medicina Militar, Arthur Lobo ressalta nas páginas de seu livro que a modificação tinha como função sintetizar as informações apresentadas no título. Porém, mais do isso, esta mudança apresenta uma alteração no conceito apresentado pela revista. Ao usar a palavra “medicina” no título, Arthur Lobo afirma, que todos os ramos científicos que se relacionam com a saúde humana, entre elas a higiene, a farmácia, a bacteriologia, física, química e a história natural, não ficariam deslocados da revista militar (SILVA, 1956, p. 112).

Com esta mudança no título da revista, ampliou-se os horizontes de divulgação da medicina militar. Como um dos divulgadores deste conhecimento científico voltado para o exército, acreditamos que Arthur Lobo escreve este capítulo abordando os livros, jornais e

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

revistas que influenciaram o meio militar, com o objetivo de apresentar os interesses da classe médica do exército, e aqui incluídos farmacêuticos e dentistas. Mais do que isto, ocorre uma tentativa de elevar o patamar desta classe no campo científico tanto nacional como também internacional.

Outro ponto que destacamos na parte inicial do capítulo que Arthur Lobo escreve, é a sua narrativa ao encontrar o Projeto de Plano para a Organização do Corpo de Saúde do Exército (1867). Fica evidente a intenção do autor ao começar a sua análise sobre os periódicos do período por este folheto em específico, se analisarmos a obra toda de Arthur Lobo. No livro “O Serviço de Saúde do Exército brasileiro” (História evolutiva desde os seus primórdios até os tempos atuais), como o próprio título indica, o autor procura construir cronologicamente a ação de cada chefe do serviço de saúde desta corporação. Com a intenção de narrar e recordar certos acontecimentos, Arthur Lobo, busca apresentar a importância que todos os envolvidos na criação e manutenção do Serviço de Saúde do Exército, tiveram a serviço da nação brasileira tanto no período de paz, com a criação e divulgação da medicina militar, como também nos períodos de guerra, onde esteve auxiliando nas fileiras do combate.

Ao ressaltar a importância que as atuações de alguns indivíduos tiveram para o Serviço de Saúde, e o papel que esta instituição teve para a nação brasileira auxiliando no combate de doenças e também na formação de “tipo de brasileiro”, Arthur Lobo também se insere como um dos responsáveis pelo prestígio que ele mesmo procura construir e ressaltar ao escrever o seu livro narrando cronologicamente o desenvolvimento desta repartição do exército. É interessante perceber que em diversos momentos do seu livro, Arthur Lobo cita seu próprio trabalho como “obra completa, minuciosa e única no gênero entre nós” (SILVA, 1956, p. 105), dentre o rol de trabalhos que ele destaca como importante para a construção e divulgação do conhecimento produzido pelos médicos do exército.

Por fim, Arthur Lobo procura fazer duras críticas a falta de assistência e investimento por parte do governo e também por parte de outros ministérios no interior do próprio exército. A falta de incentivos e recursos para a divulgação e manutenção das pesquisas produzidas pelos médicos do exército, foram alguns dos problemas apontados por Arthur Lobo para sair em defesa da classe médica e apresentar a importância das revistas e jornais como veículos de divulgação das pesquisas produzidas pelo Serviço de Saúde do Exército, pois segundo o autor, é por meio da medicina militar produzida no interior do exército que ocorrerá o aperfeiçoamento da nação brasileira.

Medicina militar fator de aperfeiçoamento da nação brasileira

Dentre as doenças abordadas pela medicina militar, o alcoolismo foi um dos males encontrados no interior dos quartéis brasileiros que mais gerou dificuldades por parte dos médicos militares em propor um controle profilático sobre os soldados. Considerado por parte da classe médica do exército como um dos flagelos da humanidade, em conjunto com a sífilis e a tuberculose (REVISTA MEDICINA MILITAR, 1924, p. 159), o alcoolismo, nos parâmetros científicos da época, era responsável por desencadear uma série de outras doenças, como por exemplo, a tuberculose (REVISTA MEDICINA MILITAR, 1924, p. 160). Mas o principal temor que o alcoolismo gerava, não só na classe médica militar, mas também no meio civil, era a sua capacidade de transmitir seus efeitos degenerescentes as proles futuras (REVISTA MEDICINA MILITAR, 1924, p. 160).

Pautados pelos conhecimentos científicos que vinham da Europa, os médicos militares afirmavam que alguns casos de fraqueza, ataque de nervos, epiléticos e degenerados seriam de responsabilidade daqueles que ingeriram ou ingeriam o álcool (REVISTA MEDICINA MILITAR, 1924, p. 160). Mas qual o motivo do alcoolismo ser uma doença de difícil controle profilático? A resposta desta questão está no fato do alcoólatra ser classificado como um doente mental³. Além disso, muitos médicos viam o alcoolismo ligados a questões hereditárias, como ressalta Sérgio Carrara, “os descendentes de alcoólatras [...] muito provavelmente receberiam como legado um organismo anatômica e fisiologicamente alterado, uma tara que os predisponha a uma infinidade de males físico-morais” (CARRARA, 1996, p. 56). Para este autor, a crença na hereditariedade do alcoolismo permanece até a década de 1940, na qual era considerada responsável pelos casos de “perversão instintiva” ou “psicopatia infantil”, causadora dos altos índices de criminalidade dos menores (CARRARA, 1996, p. 66).

Murillo de Campos em seu artigo “Notas sobre Hygiene Mental no Exército”, aponta que os transtornos mentais verificados nos soldados se enquadram “na degeneração mental, na psicose alcoólica, na demência precoce, na psicose manio-depressiva e na epilepsia” (CAMPOS, 1925). Continuando, para o autor no conjunto de medidas da higiene mental, no meio militar o médico deveria agir de quatro formas, a primeira seria a recusa e a eliminação dos deficientes mentais e nervosos, a designação dos conscritos de acordo com as suas aptidões e inclinações, o afastamento dos fatores habituais de degeneração neuro-psíquicas,

³ Arthur Lobo da Silva e Murillo de Campos um foram um dos médicos militares defensores desta tese.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

em especial a sífilis e o alcoolismo, e por último a assistência psíquica ao soldado por um pessoal especializado (CAMPOS, 1925).

Assim como na França Henri Damaye defendia a efetivação de um médico psiquiatra no corpo de Saúde do exército francês para selecionar e fiscalizar aqueles que apresentassem algum distúrbio psíquico em meio a uma multidão de soldados (DAMAYE, 1924), Murillo de Campos apresentava propostas parecidas aqui no Brasil. Para o autor, no exército brasileiro, “com as atuais normas e instruções sacrifica-se notavelmente o exame psíquico; apenas portadores de distúrbios psíquicos muito acentuados, são reconhecidos e enviados à observação” (CAMPOS, 1925, p. 164), e por este motivo era preciso um médico especializado para realizar exames mais rigorosos nas tropas.

Desta forma, o papel deste médico psiquiatra no exército, de acordo com Henri Damaye e Murillo de Campos, seria de identificar os doentes e agir de maneira higiênica, ou seja, identificar aqueles que apresentavam distúrbios mentais dependendo do tipo ou do grau grave ou leve e buscar sempre o tratamento, ou encaminhar para o polícia que ficaria responsável por analisar casos relacionados aos crimes cometidos, ou enviar para sanatórios (DAMAYE, 1924, p. 13). Uma hipótese para a dificuldade encontrada pelo médico militar para combater o alcoolismo no exército, seria o receio do soldado relatar o seu vício ao médico militar e acabar sendo tratado como um indivíduo portador de algum problema mental⁴.

Para Murillo de Campos e outros médicos militares, um dos principais fatores de risco para o aumento de alcólatras dentro dos quartéis era a permanência do sistema de recrutamento voluntário. Para o autor, “os voluntários, comumente indivíduos tarados, tem pela carreira militar acentuada predileção; não raro são náufragos de todas as outras profissões ou incorrigíveis, cuja melhoria os parentes procuram na caserna” (CAMPOS, 1925, p. 164). A instituição do sorteio militar como um agente profilático não foi somente defendida por Murrilo de Campos.

Arthur Lobo em entrevista cedida ao jornal “A Rua” em 1932, comentou sobre suas pesquisas realizadas décadas anteriores, na qual também ressaltou a importância dos cuidados médicos aos soldados que recente chegam aos exércitos “ora, o exército, ao receber seus sorteados, precisa instruí-los, treina-los num maior amor patriótico e especialmente conservar

⁴ Um ponto interessante no artigo de Murrilo de Campos foi o fato do autor defender a ideia de que casos de insubordinação, rebelião, resistência e fugas, deveriam ser analisados como algum possível mal psíquico que afeta o soldado.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

ou melhorar, se possível a sua saúde” (A RUA, 1932, p. 1). O exército na concepção de Arthur Lobo, tem uma responsabilidade grande ao cuidar dos novos recrutas pois, a “sociedade entrega ao Exército os seus membros sadios, pois aqueles que não gozam perfeita saúde, são rejeitados pelas juntas de inspeção” (A RUA, 1932, p. 1), desta maneira é interesse e obrigação do exército “ que findo o prazo do serviço obrigatório, tais indivíduos sejam devolvidos a sociedade, donde vieram, nas mesmas ou melhores condições de saúde do que quando entraram para as fileira” (A RUA, 1932, p. 1).

Segundo o relatório do Serviço de Saúde da 1ª região militar e a 1ª região de infantaria de 1923 apresentado ao diretor de Saúde da Guerra, pelo tenente-coronel Dr. F.A. Antunes, chefe do serviço daquela região, dentre os problemas encontrados naquela guarnição, tanto a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo deveriam ser combatidos logo no exame de admissão dos soldados (REVISTA MEDICINA MILITAR, 1924). Além do sorteio militar, outro meio profilático para diminuir o número de alcoólatras no exército seria a inspeção e a obrigatoriedade da abstinência do álcool para os militares, somente sendo liberado seu uso em casos clínicos, no tratamento de doenças.

A tuberculose no meio militar foi outro problema que gerou inúmeros debates no meio médico do exército. Considerada pelos médicos militares como uma doença mortal, segundo dados coletados por Arthur Lobo enquanto trabalhava no Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro, entre 1909 a 1916, foram registradas 569 entradas de pacientes diagnosticados com tuberculose no hospital, e de 1917 a 1922, foram registrados 350 casos da doença, com 114 óbitos (SILVA, A., 1929, p. 117).

Para Murillo de Campos a primeira medida profilática do exército com relação a esta doença, é a execução de uma rigorosa seleção dos recrutas no momento da inspeção dos selecionados (CAMPOS, 1924). Porém para este médico militar, somente a seleção dos recrutas não é suficiente para erradicar este mal nos quartéis, é preciso também inspecionar periodicamente todas as praças, para identificar os casos iniciais e os remover do convívio dos soldados saudáveis (CAMPOS, 1924, p. 214). Todos aqueles que apresentassem emagrecimento, casos de anorexia ou tosse matinais, deveriam ser analisados pelos médicos das tropas e encaminhados para os hospitais, com grande urgência (CAMPOS, 1924, p. 214).

O que mais chama a atenção da análise feita por Murillo de Campos, é a crítica ao destino dado ao soldado tuberculoso. Assim como os demais da sua classe e do seu período, Murillo de Campos afirma que esta instituição deve contribuir de maneira eugênica para o futuro da nação brasileira, porém, para este autor, não é isto que estava acontecendo. Segundo

o médico os vários casos de tuberculose diagnosticados no interior dos quartéis rederam inúmeros casos de exclusão por incapacidade física, somente aqueles que possuíam anos de exército, e conseqüentemente graduação, poderiam ser reformados e asilados (CAMPOS, 1924, p. 214).

No entanto, esta atuação se colocava contrária a conduta proposta pelos médicos militares, de que o exército tinha como uma das suas funções o combate as doenças. Murillo de Campos ainda afirma que se o soldado contraiu a doença no interior do exército, era dever do Estado amparar o mesmo, o tratando e o dando condições de sobrevivência (CAMPOS, 1924, p. 214). A exclusão desse soldado e o seu retorno ao meio civil apenas contribuiria para a disseminação deste mal. Em seu ponto de vista, “ao invés do exército concorrer para a luta universal contra a peste branca, excluindo por esta forma o tuberculoso, concorre para a sua disseminação” (CAMPOS, 1924, p. 214).

Arthur Lobo em uma matéria publicada na Revista Medicina Militar também fez algumas considerações sobre este assunto. Com o objetivo de explicar o que acontece com os soldados doentes do exército com suspeita de tuberculose, Arthur Lobo é sucinto em sua resposta: “simplesmente isto: eles baixam ao Hospital Central do Exército e são sujeitos a vários exames para a diagnose do mal” (REVISTA MEDICINA MILITAR, 1938, p. 32). Segundo Arthur Lobo, na medida que os exames apresentassem laudos negativos, os soldados se tratariam em enfermarias e após o tratamento retornariam as suas atividades normais (REVISTA MEDICINA MILITAR, 1938, p. 32). Caso o contrário, os exames apresentassem laudos positivos para tuberculose, os soldados seriam removidos para a enfermaria especial de tuberculose, onde aguardariam seus destinos. “Alguns, a juízo médico, serão enviados para o Sanatório Militar de Itatiaia, outros [...] julgados incapazes e, como consequência, excluídos do serviço ativo do Exército” (REVISTA MEDICINA MILITAR, 1938, p. 32).

O problema da tuberculose no exército para este médico, está na dificuldade de se diagnosticar o doente, ocorrendo na maioria dos casos o diagnostico tardio. Continuando a sua análise, Arthur Lobo defende a classe a médica do exército, ressaltando que “apesar dos esforços dos competentes clínicos, não apresenta condições de meio favoráveis a permanência dos doentes [...] não dispendo dos necessários recursos para resolver definitivamente o importante problema da tuberculose pulmonar no exército” (REVISTA MEDICINA MILITAR, 1938, p. 32).

Apresentado perspectivas não muito promissora para os diagnosticados com tuberculose no exército, Arthur Lobo não concorda com estes procedimentos aplicados aos

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

soldados doentes. Como ressalta este médico, após a baixa no exército o ex-soldado possuía apenas duas opções voltar a “residir no seio da população civil, ou conseguir ser admitidos no Asilo de Inválidos da Pátria” (REVISTA MEDICINA MILITAR, 1938, p. 32). Na visão do Arthur Lobo “estas duas últimas soluções são más, pois sendo tuberculoso em estado adiantado um portador e disseminador de bacilos específicos, será um foco ambulante de contágio que muito prejudicará a população do Asilo ou da localidade onde se achar” (REVISTA MEDICINA MILITAR, 1938, p. 32).

Um dos principais problemas encontrados pelos médicos militares para agir de forma profilática no combate à tuberculose dizia respeito à dificuldade em gerar o diagnóstico da cura desta doença e o seu prognóstico. Plácido Barbosa, médico do Serviço de Saúde do exército, chama atenção dos médicos militares para a compreensão do que é a cura da tuberculose. Para este autor, o médico militar deveria estar atento ao estágio que se encontrava o tuberculoso. Baseando a sua análise em autores europeus como Dettweiler e Kuss, segundo os quais a tuberculose apresenta estágios de cura, que são a cura aparente, cura real, cura clínica, cura relativa, cura semiológica, cura anatômica, cura completa (BARBOSA, 1925).

A cura aparente como o próprio nome diz, é o estado no qual o indivíduo tuberculoso, após algum tempo de tratamento, apresenta melhora significativa. Tanto os batimentos, como a estabilidade da capacidade respiratória levam o médico militar a crença de que o doente está totalmente curado, porém este indivíduo ainda permanece em estado de risco de nova recaída (BARBOSA, 1925, p. 184). Já a cura real é o estado em que o indivíduo que havia contraído o bacilo de Koch se encontra após dois anos do estado de cura aparente (BARBOSA, 1925, p. 184). Neste estado, o indivíduo poderia retornar as suas atividades, desde que mantivesse os cuidados higiênicos.

Seguindo sua análise, Plácido Barbosa recorre a definição de Breccia que define a cura anatômica como o estado de cicatrização da lesão tuberculosa, estado no qual o indivíduo já não apresenta mais nenhuma característica da doença. Por fim, a cura completa ou absoluta, segundo Plácido Barbosa, era algo impensável para os médicos brasileiros em 1925, ao menos que houvesse mudança no tratamento empregado para a cura deste mal (BARBOSA, 1925, p. 186). A falta de um medicamento que tivesse ação efetiva sobre esta moléstia era o principal fator de preocupação dentro e fora do exército (BARBOSA, 1925, p. 184). Os tratamentos até então oferecidos pelos exércitos apenas “camuflavam” a doença, dificultando a cura completa do doente, além disso o tratamento de cinco anos receitados pelos médicos dificilmente era

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

concluído pelos doentes, restando somente a profilaxia como uma das alternativas para o combate à doença nos quartéis (BARBOSA, 1925, p. 188). Murillo de Campos, além dos tratamentos profiláticos já citados para o combate à tuberculose, prescrevia que para combater a tuberculose era preciso ventilar os quartéis, substituir o chão dos quartos por assoalhos que não retessem poeiras, varrer sempre o chão com uma vassoura húmida, e por fim aumentar o número de escarradeiras e desinfeta-las todos os dias (CAMPOS, 1924, p. 216).

Considerações finais

De acordo com a historiografia (CARDOSO, 2013; LIMA, 1996) as primeiras décadas do século XX ficaram marcadas no Brasil pela ampliação do projeto de saneamento dos espaços brasileiros. Reproduzidos pelo Estado, os discursos médicos se apropriaram de diversas instituições para implementar ideias modernizadoras. Neste mesmo período, o exército passava por um processo semelhante, a classe médica militar através do Serviço de Saúde do Exército produzia um conhecimento médico voltado para as causas militares. A medicina militar, tornou-se um tema amplamente discutido no interior do exército. Ambos os processos de higienização ocorreram simultaneamente, nos permitindo observar as estratégias usadas pelos médicos militares para reapropriar-se destes discursos médicos difundidos no Brasil, para conseguir destaque e também ganhar legitimidade, frente os problemas sociais que eram debatidos no período, o que acabou colocando o exército no rol das instituições que procuravam responder as questões lançadas pelos intelectuais brasileiros sobre os problemas nacionais.

No contexto intelectual brasileiro nas décadas iniciais do século XX, higienizar viraria sinônimo de modernizar. Amparados pelo o que se tinha de mais recente, no que diz respeito as produções científicas que se produzia nos Estados Unidos e também na Europa, os intelectuais brasileiros resignificaram as teorias que condenavam o Brasil ao fracasso, as transformando em teorias otimistas. O otimismo desencadeado pelos intelectuais brasileiros, passava pela redenção da sua população, através do combate nacional as principais mazelas sociais, por meio do saneamento e da profilaxia.

Para o Estado a profilaxia das doenças e o saneamento deveriam ser uma das principais bandeiras carregadas pelos brasileiros, rumo a construção de uma nação forte. Diversas instituições passaram a ser a chave para ampliar este projeto de inserção do Estado através do saneamento. Escolas, hospitais e até mesmo o exército serviram de ferramenta para inculcar novos hábitos na população brasileira. O exército passou por mudanças profunda em

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

sua estrutura, o seu sistema de recrutamento e até mesmo a sua função na sociedade precisaram ser revistos para que esta instituição se enquadrasse no processo de modernização.

Os médicos do Serviço de Saúde do exército, foram os responsáveis por alterar o status do exército neste processo de modernização. Por meio da medicina e higiene militar, os médicos militares passaram a defender de maneira plural, o papel do exército como um dos agentes capazes de aperfeiçoar a população brasileira. Como um dos apelos desta classe médica, o recrutamento obrigatório seria a chave para eugenzar, ou seja, instruir, aperfeiçoar, e sanear, a população brasileira. Como uma das principais vozes dentro do exército, Arthur Lobo tornou-se um dos defensores deste novo papel social que o exército passava a desempenhar em tempos de paz. Cuidar, curar e controlar os corpos dos rapazes brasileiros passou a ser um dos papéis dos médicos militares.

Referências

ALVES, Claudia. Participação do Exército na proclamação da República: Revendo a Questão Militar. **Anais XXII Simpósio Nacional de História** – ANPUH, João Pessoa, 2003.

BARBOSA, Placido. Sobre o diagnóstico da cura da tuberculose. **Revista de Medicina Militar**, Rio de Janeiro, n. 7-8, jul./ago. 1925.

BRITTO, N. **Oswaldo Cruz**: A construção de um mito na ciência brasileira. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. **A República do Picapau Amarelo**: uma leitura de Monteiro Lobato. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CAMPOS, Murillo de. A tuberculose no exército. **Revista de Medicina Militar**: Rio de Janeiro, n. 7, jul. 1924.

_____. Notas sobre Higiene Mental no Exército. **Revista de Medicina Militar**, Rio de Janeiro, n. 7-8, jul./ago. 1925.

_____. Alimentação do soldado brasileiro. **Anais Congresso Brasileiro de Higiene**, tema X, p. 119.

CARDOSO, Rachel Motta. **A Higiene Militar**: um estudo comparado entre o Serviço de Saúde do Exército Brasileiro e o Cuerpo de Sanidad do Exército Argentino (1888-1930), Rio de Janeiro, 2013.

_____. **As revistas militares de saúde e seu cenário científico no Serviço de Saúde do Exército brasileiro (1910-1931)**.

CASTRO Celso. Insubmissos na Justiça Militar (1874-1945). 'Usos do Passado'. **XII Encontro Regional de História**, ANPUH-RJ, 2006.

DAMAYE, Henri. O problema do médico militar. **Revista de Medicina Militar**, Rio de Janeiro, n. 1. p. XX, jan. 1924.

Dicionário Histórico-Bibliográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>

Dicionário Histórico-Bibliográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

Dicionário Histórico-Bibliográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

FERREIRA, Luiz Otávio. João Vicente Torres Homem: Descrição da Carreira Médica no Século XIX. **PHYSIS** - Revista de saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1994.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento**: As bases da política de Saúde Pública no Brasil. Editora Hucitec: São Paulo, 2006.

“Hygiene para o soldado”. **Revista de Medicina e Hygiene Militar**, ano XIII, n. 5, mar. 1924.

LIMA, Nísia Trindade, HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, p. 1996-252.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro. Editora Revan, 1999.

LÖWY, I. **Vírus, mosquitos e modernidade**: a febre amarela no Brasil entre ciência e política. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MENDES, Fabio Faria. **O tributo de sangue**: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial. Iuperj, 1997.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA GUERRA, 30 dez. 1904, n. 4, ano 1905.

SÁ, Dominichi Miranda de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o “imenso hospital”. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 16, p. 333-348, jul. 2009.

SAMPAIO, Monteiro. “Higiene Militar e Medicina Militar”. **Revista Médico-Cirúrgica do Brasil**, n. 5, maio 1942.

SILVA, Arthur Lobo da. **A luta contra as moléstias venéreas no exército brasileiro**. Imprensa gráfica editora Paulo Pongetti & Cia. Rio de Janeiro, 1929.

_____. **O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro** (Historia evolutiva desde os tempos primórdios até os tempos atuais). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco**: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A política biológica como projeto**: A ‘eugenia negativa’ e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). Dissertação (Mestrado História das Ciências), Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2006.

STEPAN Nancy Leys. **A Hora da Eugenia**: Raça, Gênero e Nação na América Latina. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005

_____. **Gênese e Evolução da Ciência Brasileira**: Oswaldo Cruz e a política de Investigação Científica e Médica. Rio de Janeiro, Editora Artenova, 1976.

FRAGMENTOS DO PASSADO: INVESTIGANDO OS RESQUÍCIOS DO REGIME MILITAR NO COTIDIANO DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Valdemir Paiva¹

Pedro Henrique Caires de Almeida²

Introdução

Em dois mil e quinze o Brasil comemorou trinta anos do início da redemocratização. A transição do governo militar, que se iniciou em 1964 com a deposição do presidente João Goulart, para o civil foi marcada pela votação que elegeu Tancredo Neves presidente da República.

Por parte do governo, não houve uma celebração oficial de aniversário. Em um ano marcado por escândalos de corrupção e crise na economia, não havia muito a festejar. Ao contrário: havia quem quisesse o retorno dos militares ao poder, objetivando uma “reestruturação do caos vigente”.

Enquanto parte dos adultos caía em ostracismo referente à data, ou alguns tentavam um retrocesso, os alunos nas escolas aprendiam sobre o período de vinte e um anos em que o Brasil viveu sob a égide opressiva dos militares e, juntamente com professores, se regozijavam pelo fim do Regime e de toda a sua influência na sociedade. Mas, essa afirmação é verdadeira? Após o fim da ditadura, dissiparam-se todas as suas heranças, sobretudo no campo educacional? O presente artigo, elaborado durante o estágio supervisionado, tenta responder à questão, ou trazer o tema à baila, tendo como base observações feitas em um colégio estadual na cidade de Campo Mourão, interior do Paraná. Todavia, antes de investigar se há resquícios de normativas impostas no Regime militar no colégio, faremos um breve histórico das mudanças ocorridas na educação brasileira durante a ditadura.

“Gigante pela própria natureza”: a cristalização do discurso militar

A massificação da educação, bem como a industrialização de produção dos materiais didáticos foi um processo que teve início no período da intervenção militar. Como Silva (1990) salienta, entre 1950 e 1980, ocorreu no Brasil o mais intenso processo de modernização pelo qual o país já passou, alterando profundamente a fisionomia social,

¹ Mestrado, PPGHIS, UFPR, valdemirpaiva001@hotmail.com

² Bolsista Técnico – Fundação Araucária, Unespar, pedrohcaires@gmail.com

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

econômica e política do país, processo que foi desencadeado no período pós-Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria. Foi nítida a mudança em todos os setores da vida brasileira, com alterações estruturais relevantes e definitivas na industrialização, a integração no conjunto econômico capitalista mundial, concentração de renda e na área educacional.

A instituição escolar passou a funcionar como um aparelho do governo, no intuito de dar sentido ao modo administrativo do Estado no período corrente de 1964-1985. O governo toma para si a responsabilidade de produzir o material didático e distribuir para as escolas públicas. Tendo como principal ideal, de construir um sentido de nacionalidade e também de legitimar a forma de governo vigente, o período da ditadura militar deixou marcas irreparáveis no sistema de ensino brasileiro.

A escola foi gradativamente sendo descaracterizada: de uma instituição responsável em promover o ensino e aprendizagem, aberta a questionamentos e reflexões, passa a ser rigidamente controlada pelo governo de forte hierarquia que ditava o que se deveria ser lecionado. Neste sentido, o papel do professor também se perde paulatinamente no que tange à função de formular, planejar e aplicar as aulas. Este profissional passava a se tornar um colaborador sem voz, que apenas seguia ordens governamentais, desenvolvendo atividades de caráter reprodutor e repetitivo e não reflexivo. Estava instituída a educação tecnicista, que teve por objetivo a neutralidade científica, inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade.

Durante este período, a sociedade brasileira sofreu, gradativamente, com a imposição dos Atos Institucionais (AI's), os quais sufocaram a população com a finalidade de impossibilitar manifestações coletivas e lhe tirou o gozo de direitos e liberdades. Depois de todas as restrições impostas ainda na década de sessenta, o governo militar, juntamente com os membros políticos estadunidenses (grandes financiadores do golpe), concretizaram acordos através da parceria entre o então Ministério da Educação e Cultura (MEC) e United States International for Development (USAID) realizando acordos responsáveis por reformas de leis no nosso sistema educacional, que tinham como finalidade atribuir à educação características autoritárias e domesticadoras³.

O sistema de gestão no Brasil estava em adaptação do ensino, agora, voltado a uma mentalidade empresarial tecnocrata, com vistas ao crescimento econômico planejado pelos militares. Para Aranha (1996), a política estadunidense direcionada ao Brasil se assentava em

³ Sobre o tema, ver Paulo Freire.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

três pilares ideológicos: educação e desenvolvimento; educação e segurança; educação e comunidade.

O Decreto-Lei n. 477, de 1969, ampliou a repressão e o terrorismo governamental às redes de ensino. O primeiro artigo desse decreto definiu como “infração disciplinar” de professores, alunos e funcionários dos estabelecimentos de ensino público e particular: o aliciamento e incitamento à greve, o atentado contra pessoas, bens ou prédio, os atos destinados à organização de movimentos subversivos, o sequestro e o uso de estabelecimentos escolares para fins de subversão, entre outros (PILETTI, 1990, p. 115-116).

Em virtude dessa política e das leis instituídas em seu benefício, muitos músicos, professores, artistas, escritores e estudantes foram perseguidos, presos, torturados e exilados. É natural compreender, portanto, que àquela altura as pessoas viviam sua forma particular de censura, ou o que é possível chamar de autocensura, ou seja, manter uma postura social em que possibilitaria permanecer livre do julgo ditatorial, isso possibilitado pelo medo em que se formará a respeito dos métodos de repressão (ROSA, 2006, p. 41).

Dentro do processo de repressão na época, os DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) mantinham listas de professores e estudantes que eram tidos como subversivos.

Destarte, estabeleceram-se leis na educação como ferramentas para manipulação da sociedade brasileira, utilizando de tais leis totalmente autoritárias e radicais, que se instituíam através do poder monopolizador nos estabelecimentos educacionais e na sociedade, voltado a uma ideologia tecnicista com propósitos capitalistas.

Uma das leis mais emblemáticas instituídas ao sistema de educação foi a de n. 5.692, de 1971. Esta lei, aprovada praticamente sem discussão com a sociedade, segundo Germano (2005), foi recebida entusiasticamente pelos educadores, sob a influência da “euforia” nacional decorrente do crescimento econômico que predominava no país. O “transformismo” volta à tona sob a forma de adesão e mesmo de certa mobilização dos educadores em favor do projeto educacional do Regime (p. 164).

Romanelli (1996) comenta que a Lei 5.692 de 1971 teve como principal intenção criar uma maneira de formar estudantes, com o objetivo de, após qualificá-los, atender a necessidade latente do mercado de trabalho. Assim, cabia a escola promover conteúdos e métodos que possibilitassem além da cultura geral básica, também a educação para o trabalho e a educação de formas de relacionamento humano em que estivessem proscritos, “de uma vez por todas, seus aspectos autoritários e inibidores” (ROMANELLI, 1996, p. 237).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A ampliação de operários no mercado de trabalho resvalou no processo de ensino e aprendizagem, onde a necessidade de formação de indivíduos técnicos em que soubesse apenas “como fazer” e não “para que se fazer”, são ideais cultivados no âmbito escolar e que se somam a um forte discurso nacionalista promovido pelo governo a fim de atestar a onda capitalista defendida, modelo de formação que se configura por ser o princípio do ensino tecnicista.

A Lei n. 5.692, de 1971, apresentou, no entender de Germano (2005), dois pontos fundamentais: 1) a ampliação da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos, abrangendo todo o denominado ensino de 1º grau (junção do primário com o ginásio), ou seja, a faixa etária de 7 a 14 anos; e 2) a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2º grau.

Como destaca Piletti (1990), nos currículos de 1º e 2º graus emergiu um núcleo comum obrigatório, integrado pelas disciplinas de Língua Portuguesa, Estudos Sociais, Matemática, Ciências, Educação Moral e Cívica (EMC), Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde (PILETTI, 1990, p. 122). Em relação a esse núcleo comum e obrigatório, ele trouxe prejuízos para a educação, tais como: a abolição de algumas disciplinas escolares como a Sociologia, Filosofia e a Psicologia (tendo seus conteúdos reunidos, em parte, na disciplina de Organização Social e Política no Brasil – OSPB) no 2º grau por necessidade de espaço nos currículos, e as uniões, como as da História e Geografia, constituindo os Estudos Sociais no 1º grau.

Segundo Pellanda (1986), como fórmula para “limitar” as ciências humanas, extraiu-se o principal objetivo através do engessamento do censo crítico e do desenvolvimento da relação professor/aluno. O ensino deveria estar voltado para o desenvolvimento científico e tecnológico, culminando no chamado cientificismo, isso causou uma visão restrita, limitada e reduzida, segundo a qual, a ciência (exata) é o único conhecimento válido.

Com as alterações necessárias no ensino, o currículo escolar é dividido em duas partes: uma em educação generalista (1º grau) e outra de formação profissional (2º grau); essa última deveria ser programada conforme a região, proporcionando sugestões de habilitações correspondentes a três áreas econômicas: primárias (agropecuária), secundária (indústria), e terciária (serviços).

Em 1983, as escolas deixaram de ser obrigadas a ofertar o ensino profissionalizante no segundo grau, pois, reconhecidamente, essa imposição só trouxe caos ao sistema educacional, haja vista que os estabelecimentos não possuíam a mínima condição para tanto (PILETTI,

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

1990). No mesmo período, debates são intensificados pelo retorno da Filosofia (ARANHA, 1996). Nos anos de 1990, as disciplinas de OSPB e EMC são extintas dos currículos oficiais.

Outro fator a se destacar é que desde os idos da ditadura, o governo sempre priorizou investimentos na educação privada em detrimento da pública, sucateando ainda mais o sistema gratuito de ensino.

A partir de 1985, já com a Nova República, as preocupações com a produção dos materiais didáticos passam ganhar foco. Cria-se o FNLD – Fundo Nacional do Livro Didático, instituição que financia fundos para a produção de livros, funcionando juntamente com o Ministério da Educação – MEC, órgão esse que avalia os materiais que irão para uma lista de compras disponível para escola. Nesse cenário, há a participação efetiva do PNLD – Plano Nacional do Livro Didático, programa do governo federal que tem a incumbência de comprar esses materiais.

Diante disso, notamos o desencadear de um grande processo problemático em que a educação nacional passou e ainda perpassa. Podemos constatar atualmente nas escolas públicas justamente o que Piletti (1990) descreve como um fracasso escolar, onde se podem encontrar altos níveis de repetência, grande descontentamento dos educadores em buscar uma educação com maior e melhor qualidade.

A partir de 1964, a educação brasileira, da mesma forma que os outros setores da vida nacional, passaram a ser vítima do autoritarismo que se instalou no país. Reformas foram efetuadas em todos os níveis de ensino, impostas de cima para baixo, sem a participação dos maiores interessados, alunos, professores e outros setores da sociedade. Os resultados são os que vemos em quase todas as nossas escolas: elevados índices de repetência e evasão escolar, escolas com deficiência de recursos materiais e humanos, professores pessimamente remunerados e sem motivação para trabalhar, elevadas taxas de analfabetismo (PILETTI, 1990, p. 114).

No tocante ao processo de ensino e aprendizagem na escola, esse é caracterizado como um longo caminho em que o aluno percorre para a sua formação e, conseqüentemente, a formação de um cidadão, dotados de opiniões e ideais que são adquiridos no convívio escolar. Neste contexto, em que a ação pedagógica reproduz uma cultura dominante, e, também, relações de poder, é que se obtém em um modelo com raízes tradicionais. Bourdieu e Passeron (2004) afirmam que, na escola, a ação pedagógica se configura como uma força pura e de pura razão.

A imposição de poderes à instituição escolar tem como artifício instituir e delimitar os espaços, comportamentos, ideais. Os modelos de ensino usado por uma instituição não são

novos, originais, atuais ou criados para atender uma específica realidade. Sob os modelos usados na instituição escolar, são verificáveis métodos, que são construídos de modo a formar uma teia de discursos e representações que reverberaram no produto final, o aluno.

Segundo Michel Foucault (1997), o discurso é um conjunto de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmico e estratégico em outro. Ou seja, “a prática discursiva é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem, numa dada época e para uma determinada área”.

Dessa forma, em consonância com a afirmação de Foucault, percebemos que o discurso vigente na instituição escolar que objetiva no aprendizado da grande maioria o mercado de trabalho e também as aprovações nos vestibulares. Contudo, nota-se que os discursos disseminados pela instituição são viabilizados pelas relações de poder.

Ainda de acordo com Foucault (1988), sobre a ideia de poder, segundo o mesmo, não existe algo uno ou global que possa ser chamado de poder, em suma, trata-se de práticas sociais constituídas historicamente. Assim sendo, é possível considerar que o poder, marca/adestra os corpos, na medida em que os condiciona a determinadas condutas e ao fazer construções sociais.

“Verás que um filho teu não foge à luta”: o colégio estadual Marechal Rondon

Tem-se, como foco da pesquisa, investigar o Colégio Estadual Marechal Rondon, situado na cidade de Campo Mourão, centro-oeste paranaense.

Como consta do Projeto Político Pedagógico (PPP) do colégio, em 02 de fevereiro de 1952, de acordo com o Decreto Governamental n. 14730 foi criado o primeiro Grupo Escolar da cidade de Campo Mourão, que funcionava desde 1947 até aquela data como escola isolada. O Complexo Escolar ‘Marechal Rondon’ foi criado pelo decreto n. 5340 de 08 de agosto de 1978. O nome da instituição, homenagem ao militar homônimo, foi definido na década de 1950, portanto, antes do Golpe Militar.

O Grupo Escolar Marechal Rondon integrou-se na reforma de ensino nos moldes da Lei n. 5.692 de 1º de agosto de 1971, recebendo autorização para implantação, de conformidade com o parecer n. 062/75 e aprovação pelo Decreto n. 2.129 de 9 de dezembro de 1977, e reconhecimento do curso de 1º Grau – Regular na Escola “Marechal Rondon”, e, depois, Ensino de 1º Grau pela Resolução de 17 de março de 1982.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

A expansão da área estrutural do Colégio Marechal Rondon foi grande no decorrer dos anos: a ampliação a partir de uma pequena casa de madeira, hoje conta com uma grande área total construída de 4.319 m², num terreno de 15.500 m².

Quando da realização do último exame do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), em 2015, o colégio obteve a nota 4,7⁴, uma das maiores da cidade e da região da COMCAM⁵ (Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão) entre as escolas públicas. Nos Índices de 2007, 2009 e 2011, o colégio obteve expressivos 5,0 de média. Essa queda na nota se deve, provavelmente, ao aumento de problemas de indisciplina e baixo rendimento dos alunos, problema esse que afeta quase todos os colégios públicos da cidade. Porém, cabe ressaltar, que, diferentemente de outros estabelecimentos da cidade (sobretudo os mais periféricos), o Colégio Estadual Marechal Rondon não sofre com problemas graves de segurança.

Isso deve ser levado em conta, tendo em vista que, cada vez mais se tornam corriqueiras, infelizmente, as notícias de falta de segurança em escolas públicas. Sejam ataques de vandalismo à estrutura física, ou de violência cometida contra funcionários, corpo docente e discente, tais atos instigam na sociedade o anseio, cada vez maior, de proteção ao patrimônio escolar.

A situação é tão grave que não se trata mais de uma problemática da área educação. Alguns estados veem o assunto como matéria de segurança pública e, assim sendo, problema a ser resolvido pela polícia, nesse caso, a Polícia Militar.

Em vários estados brasileiros, como Goiás e Amazonas, sob os protestos de especialistas em educação, a Polícia Militar ou os Corpos de Bombeiros Militares, têm assumido a administração de escolas públicas, principalmente aquelas em áreas de grande risco social. Já nos primeiros anos os resultados aparecem: os casos de violência escolar contra educadores e educandos são praticamente extintos, o tráfico e o uso de drogas também; o rendimento escolar melhora consideravelmente como mostram os indicadores que avaliam a educação.

Como explica Luciano Silva Gomes, que é Tenente da Polícia Militar e Especialista em Docência do Ensino Superior e Gestão Pública,

⁴ IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=6728683>. Acesso em: jan. 2016.

⁵ COMCAM – Comunidade dos Municípios de Campo Mourão. Localizada na região centro-ocidental do Paraná compreende 25 municípios.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

Nessas escolas, o uso do fardamento é obrigatório e deve estar sempre bem alinhado. O corte de cabelo, para os alunos, deve obedecer à altura prevista no regimento interno. Para as alunas deverá estar sempre preso. Os horários devem ser cumpridos com rigor. Os professores não perdem tempo de aula fazendo chamadas ou conferindo os faltosos. As turmas são apresentadas ao mestre pelo aluno chefe de turma assim que este entra em sala. Com professores e demais servidores civis e militares é obrigatório o uso do tratamento “senhor” ou “senhora”. Semanalmente, na maioria dessas escolas, ocorre uma chamada geral com todos os alunos onde ocorrem desfiles e instruções de caráter geral sobre a vida escolar ou os atos de cidadania que devem praticar fora dos muros da escola. Enfim, existe toda uma rotina diferenciada que contribui sobremaneira com a formação de alunos que respeitem a autoridade que esteja sobre eles, dentro e fora da escola⁶.

Entretanto, apesar desses resultados positivos, há ainda – por parte de uma parcela da população em geral e por parte de estudiosos na área da educação – certo preconceito ou resistência quando se fala em escolas administradas por militares. Talvez, pelo fato de tal administração remeter em alguns os tempos da ditadura, levando-os a acreditar que os princípios trabalhados nessas escolas cerceiem a liberdade criativa e individual dos alunos, tornando-os apenas, nas palavras de Luciano, “robôs, cumpridores cegos de regras”. Contudo, como defendem os apoiadores dessa ideia, os altos índices de violência nas escolas públicas, principalmente nos grandes centros urbanos, têm tornado a alternativa de “militarizar” escolas cada, vez mais comum. Em primeiro lugar por ser uma opção de baixo custo. Segundo: a opção alcança não apenas a escola, mas toda a comunidade em que ela esteja inserida.

O Colégio Marechal Rondon, como qualquer outro do estado do Paraná, não foi militarizado, todavia, queremos com esse trabalho mostrar que, mesmo sendo uma escola civil, possui características militares em sua pedagogia, adjacentes, provavelmente, do período do Regime Militar, época onde a instituição mais cresceu e se tornou referência de ensino na cidade.

No Rondon, é notório o cultivo de atividades cívicas que são remanescentes do período militar, atividades essas que buscam, ao nosso ver, cultivar o valor nacionalista. Nos dias que compreendem a Semana da Pátria, a escola cumpre um ritual de cantar os Hinos da Independência e o Nacional, onde os alunos, enfileirados por turma, frente aos mastros, acompanham o hasteamento das bandeiras nacional, estadual e municipal. Os pavilhões só são arriados ao término da semana comemorativa. Após o ensejo, ocorre normalmente a leitura de uma mensagem, poema ou curiosidade sobre o assunto.

⁶ Entrevista concedida pelo Tenente da Polícia Militar. Especialista em Docência do Ensino Superior de Gestão Pública, para o CT – Portal de notícias de Tocantins em 20/07/2015. Disponível em: <http://www.clebertoledo.com.br/estado/2015/07/20/70938-violencia-no-ambiente-escolar-e-a-quot-militarizacao-das-escolas-publicas>. Acesso em: jan. 2016.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

Além disso, é também obrigação dos alunos (visto que há atribuição de nota) desfilarem no dia do feriado de 07 de setembro, data em que tradicionalmente as escolas saem para desfilarem e comemorar a Independência do Brasil e também fazer viver o sentido de patriotismo.

Nos desfiles há a demonstração da força de uma “tradição” iniciada no período da militarização que ainda faz viver não só o elemento de desfiles nas avenidas de forma sempre a colocar os alunos perfilados, uniformizados e sem bonés, na intenção de demonstrar respeito, mas também o elemento da fanfarra que desfila com tambores, batuques e zabumbas, aludindo às bandas marciais das Forças Armadas.

Em ocasião das comemorações do Dia da Bandeira, em 2016, o colégio promoveu uma grande solenidade, recepcionando 90 atiradores do Tiro de Guerra da cidade, além de oficiais como sargento e subtenentes e comandantes da Polícia Militar.

A cerimônia também foi marcada pela incineração de uma bandeira inservível do Brasil, visto que o símbolo, por lei, não pode ser descartado de qualquer jeito. Em entrevista à Agência Estadual de Notícias, divulgada no site do Núcleo Regional de Educação, a atual diretora, professora Rita Cartelli de Oliveira, comentou: “Teremos 94 atiradores do TG fazendo as apresentações das bandeiras históricas, apresentação da Bandeira Nacional e o canto do Hino à Bandeira. Também houve a leitura da Ordem do Dia e o hasteamento da Bandeira, o que simboliza um importante momento de civismo aos nossos alunos”. A própria reportagem enfatiza: “No CE Marechal Rondon, o tema civismo tem sido prioridade para os professores que efetuam ações como a leitura dos hinos cívicos e pesquisas sobre os símbolos nacionais”⁷. Notamos assim o incentivo da direção escolar na presença do policiamento e o cultivar das heranças militares no ceio escolar.

Em outra reportagem sobre a ocasião, veiculada no jornal Tribuna do Interior, um dos subtenentes presentes destacou que a iniciativa de transferir a comemoração do TG para o Colégio Marechal Rondon foi para resgatar valores de cidadania junto aos estudantes. “É importante porque a escola é um pólo difusor de cidadania junto ao município e sabemos que nos dias de hoje esses valores vão se perdendo” disse. Ao mesmo jornal, a diretora também destacou a oportunidade que a escola teve de reforçar a importância do civismo aos seus estudantes: “Durante a minha gestão, uma das prioridades é trabalhar o civismo com nossos estudantes e profissionais da educação. Datas comemorativas como essa, que fazem referência

⁷ Agência Estadual de Notícias – PR 17/11/2016. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=10229>. Acesso em: dez. 2016.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

à nossa pátria, sempre merecem atenção especial dos alunos e professores em sala de aula, por isso é uma honra contar com o Tiro de Guerra hoje em nossa escola para essa formatura”⁸.

Mas indo além dos desfiles e canto do Hino Nacional na Semana da Pátria, identificamos vários outros resquícios do período militar na instituição, como o monitoramento dos alunos em pátios e corredores (agora feito por câmeras), a delimitação dos locais (carteiras) onde os alunos sentam-se na sala de aula, conhecido como “mapeamento de escolar”, além disso, há presença frequente de policiais militares na instituição.

No que tange à presença do policiamento no ambiente, cabe ressaltar a presença de duas moradias de policiais militares nas dependências da escola a fim de zelar pela segurança. Tais elementos são considerados como mecanismos de controle e porque são “um modelo de ensino” de fortes raízes militar e tradicional. No pátio, em grandes e desenhadas letras, podemos encontrar a letra do hino do colégio, o verde das paredes se faz forte e se torna vivo quando olhamos os alunos uniformizados impecavelmente, sem nenhuma exceção. O controle do bom andamento das aulas recebe incondicional atenção da equipe que está sempre em contato com os pais. Os inspetores de corredor são responsáveis em manter a ordem e coibir dispersões.

Importa ressaltar também que o Marechal Rondon foi o único colégio da cidade a impedir sua ocupação por estudantes em um período (setembro-novembro de 2016⁹) em que grande parte das escolas e universidades do Estado foram ocupadas, como forma de protesto, por alunos contrários à reforma do ensino médio, aprovada pelo Congresso sob a forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 34/2016, ao Projeto de Lei “Escola sem Partido” (PL 193) e à Proposta de Emenda à Constituição que cria um teto para os gastos públicos (PEC 241 na Câmara, 55 no Senado).

O texto da reforma do ensino médio estabelece a segmentação de disciplinas de acordo com áreas do conhecimento e a implementação do ensino integral. Com as mudanças, apenas as disciplinas de Português e Matemática continuam obrigatórias nos três anos do ensino médio. O currículo será dividido entre conteúdo comum e assuntos específicos de acordo com o itinerário formativo escolhido pelo estudante (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica). Pela lei, os professores da formação técnica poderão

⁸ Jornal Tribuna do Interior, edição 41390 de 19/11/2016. Disponível em: <http://www.itribuna.com.br/noticia/tg-presta-homenagens-junto-a-alunos-do-marechal-rondon> Acesso em: jan. 2016.

⁹ A chamada “primavera secundarista” atingiu também outros estados, porém com menor adesão.

ser profissionais de notório saber em sua área de atuação ou com experiência profissional atestados por titulação específica ou prática de ensino.

A reforma recebeu muitas críticas por ter sido enviada ao Congresso como uma medida provisória e sem o debate necessário com a sociedade, professores e, sobretudo, os alunos.

Em Campo Mourão cerca de 10 escolas foram ocupadas, além do campus da Universidade Estadual do Paraná. O colégio Marechal Rondon, após consulta aos alunos, ratificada pelos pais em assembleia, decidiu impedir a ocupação e, para tanto, montou um “esquema” de guarda da escola: os pais ficam no portão de entrada da escola das 7h às 23h, e depois desse horário seguranças contratados, com recursos da associação de pais e mestre, cuidam da instituição¹⁰. Segundo a diretora, os alunos são contra a reforma, porém não queriam ficar prejudicados sem aulas. A ação da diretora virou notícia e registrada, de forma positiva, até em discurso na Câmara, pelo deputado federal Rubens Bueno, do PPS. Porém, não foi bem vista por outros professores e alunos, que consideram essa atitude um “desserviço” à luta dos trabalhadores da educação contra o chamado “desmonte” dos direitos sociais promovido pelos governos federal e estadual.

É mister destacar que após esse episódio, o colégio foi contemplado com recursos da Secretaria Estadual de Educação na ordem de 400 mil reais para reparos na sua estrutura.

De acordo com alguns argumentos já citados, podemos perceber que há por parte da administração um forte controle sob os alunos a fim de buscar o ensino, mas, nosso intuito também é de investigar, qual é a perspectiva por parte dos educandos sobre esse controle, e para isso, foi aplicado aos mesmos um questionário com perguntas objetivas e subjetivas. Optamos em realizar a aplicação deste questionário em dois alunos e duas alunas do 6º e 2º anos, dos ensinos fundamental e médio, respectivamente. A escolha deste foi realizada por um sorteio por cumbuca. Vale ressaltar que nossa intenção não foi a quantidade de fontes, e sim a qualidade em que será feita a análise, portanto, foi colhida uma pequena amostra de dados, e com esses, buscar entender qual é a intenção do aluno após o término dos estudos, o que acham da instituição em que estuda, o que pensam no que se refere à forma administrativa seguida pela escola, como são vistas as regras da instituição, entre outras perguntas.

¹⁰ Segundo reportagem do G1, de 19/10/2016, disponível em: <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2016/10/pais-vigiam-colegio-estadual-para-evitar-ocupacao-por-estudantes.html>. Acesso em: dez. 2016.

Os questionários eram compostos por treze questões. Uma questão que se destoa das demais é a unanimidade na resposta da pergunta que procura saber dos alunos(as): *Gosta da escola e de estar nela?*

Todos os alunos entrevistados responderam assinalando *sim*, gostam da escola e de estar nela, com diversas justificativas, entre elas: “porque se aprende”, “meus amigos estão lá”, “é necessário se preparar para o futuro e também de aprender”, entre outras. A unanimidade entre as respostas acusadas nos questionários também é seguida de outra. Com resposta à pergunta: *Você acha que as regras ajudam na aprendizagem*, obteve-se 100% de resposta *sim*, assim sendo, nota-se que a percepção em que se tem do aluno é de necessário haver o auxílio de regras que contribuirá para o seu processo de aprendizagem.

Dando seguimento nas perguntas objetiva, foi aplicada a pergunta: *O que pretende após concluir o ensino médio?*

Como respostas tivemos 50% (4 alunos), seguindo a alternativa *Prestar Vestibular*, e 37,5% (3 alunos) preferem *Procurar emprego* e 12,6% (1 aluno) optou em *Fazer um curso Profissionalizante*; nenhum aluno optou em *Trabalhar em negócio próprio/ou da família*.

Ao passo em que a educação e os materiais que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem se tornaram uma mercadoria, o conhecimento é tido como um produto que servirá aos alunos passarem nos vestibulares e, por fim, procurar um emprego.

Bauman (2010) destaca a importância em pensarmos o consumismo do conhecimento descartáveis, que atinge a educação escolar, haja vista a valorização da memória recente cultivada e que descartada logo após o seu uso. Ao utilizar a metáfora do termo “líquido” em sua análise para se referir ao movimento de passagem de uma fase “sólida” para uma fase “líquida” de fluidos, Bauman ainda salienta:

E os fluídos são assim chamados porque não conseguem manter as formas por muito tempo e, a menos que sejam derramados num recipiente apertado, continuam mudando de forma sob a influência até mesmo das menores forças. Num recipiente fluído, não há como saber se o que se espera é uma enchente ou uma seca – é melhor estar preparado para as duas possibilidades (BAUMAN, 2008, p. 239).

Na sociedade líquida, crianças e jovens valorizam a rapidez e o descartável, ou seja, o que foi feito para “usar e jogar fora”, em detrimento do que é duradouro rígido e tradicional.

No bojo de muitas discussões em que a educação e a conservação de eventos ritualísticos construídos na escola estão em pauta, entretanto, não é o caso da escola investigada, visto a permanência e a conservações de atos cívicos como desfiles no dia 7 de

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

setembro e o entoar o hino todo dia na semana da pátria. Em consonância à essa questão, os alunos responderam à pergunta: *Gosta de cantar o hino nacional?*

Em resposta, obtemos 62,6 % (5 alunos) considerando ‘sim’, gostam de cantar o hino nacional, em complemento de por quê, são vistas justificativas variadas como sentimento de patriotismo e honra. Em contrapartida, 37,4% (3 alunos) afirmaram não gostar do hino nacional, alegando não gostar desse tipo de música, de não apreciar permanecer em filas e também de achar desnecessário.

No que tange às questões organizacionais do ambiente escolar, foi perguntado aos questionados: *O que acha da organização e regras do colégio?*

A essa questão, obtivemos 50% (4 alunos) afirmando que as regras da instituição são sim, boas, pois ajudam os alunos na aprendizagem e a impor limites. No entanto, os demais entrevistados não concordaram com tais afirmativas. Vinte e cinco por cento (2 alunos) assinalam uma opinião não satisfatória tendo como justificativa a decadência das regras, ou seja, essas já estão ultrapassadas. Neste segmento, os outros 25% (2 alunos) acusaram de forma contundente a necessidade de haver uma reorganização, pois segundos os entrevistados, os tempos mudam, além disso, também sendo consideradas chatas por não poder usar aparelhos celulares na escola.

Ao considerarmos os métodos organizacionais, tendo como principais mecanismos de administração da instituição, regras tradicionais e conseqüentemente não só para a administração da escola, mas também por necessidade, tendo em vista o precário repasse para inovar o ensino e buscar a inclusão de novas formas didáticas para o ensino bem como novas ferramentas para auxílio do professor em sala de aula, os principais descontentes com a falta de interesses são os alunos e alunas.

Sobre a presença do policiamento diário na instituição, percebemos que 76,6% (6 alunos) discorrem ser necessária, boa e importante a presença de policiais, tendo como justificativas o afastamento de brigas e drogas. Do outro lado, (2 alunos) 24,4% consideram desnecessária a presença de policiamento na instituição, pois acreditam ser uma questão de educação e consciência saber se portar no ambiente escolar. Dessa forma, nota-se por parte dos alunos entrevistados a confiança e a importância dada a presença de policias na instituição escolar, sendo para coibir o tráfico de drogas, separar brigas e até mesmo evitá-las.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

Considerações finais

No decorrer desta pequena investigação, percebemos os efeitos que o político e o econômico do país incidem sobre a educação, deixando cicatrizes ainda visíveis. Controlar, instituir e delimitar podem ser consideradas como sendo palavras-chaves do período que compreendeu a ditadura civil-militar. No entanto, foi neste contexto de autoritarismo em que a educação passou por um processo ímpar: a massificação da educação, o processo de ensino seriado, a divisão do ensino em médio e fundamental. Nesta trama, muitas disciplinas foram prejudicadas como a História, Filosofia e Geografia, sendo reformuladas, comprimidas a fim de ceder espaço a outras novas disciplinas como “OSPB” e “Moral e Cívica”.

Ao passo em que o Brasil vivia os avanços de prosperidade econômica até então nunca vista, ocorrendo a imediata necessidade de formar técnicos para suprir a necessidade de operários que soubesse e fossem minimamente educados para o trabalho, vivíamos a era do tecnicismo.

Após o período da redemocratização, os ares educacionais tiveram outras atenções, mas agora com intuito de democratizar o processo de ensino e aprendizagem, visando buscar desenvolver a crítica, interpretações e debates, elementos de uma nova geração da educação iniciado no final do século XX e início do século XXI.

O grande desafio da educação brasileira se passa nesses limiares, na transição de uma educação em que visa desenvolver entendimentos, interpretações dos sujeitos e não um ensino direcionado e tendencioso como era passado no período militar. Frente a esse paradigma, os avanços tecnológicos, a mobilidade informativa e também a juventude que se encontra na instituição escolar são outras.

Conseguimos visualizar no Colégio Marechal Rondon os entraves em que muitas instituições brasileiras passam. Os desafios atuais dos estudiosos da educação é tentar promover o processo de ensino de crianças e jovens, pertencentes a um momento histórico, onde viver “plugado” nas redes sociais é necessário para sempre estar atualizado, frente a isso nota-se a insuficiência dos investimentos feitos na educação por parte do governo. Dessa forma, buscando “tirar leite de pedra”, é que os profissionais da educação vivem, mas ao buscar promover a educação sem uma atualização estrutural da instituição escolar, muitas vezes a instituição escolar acaba adotando métodos antigos, arcaicos e ditatoriais a fim de promover o processo de ensino. Proibir o uso de aparelhos celulares na escola, delimitar o espaço do aluno, vigiar, uniformizar e criar um ambiente de poder a ser obedecido se faz presente na escola investigada, com a intenção de priorizar o processo de ensino-

aprendizagem, que, como vimos, não possui uma estrutura de ferramentas capaz de inovar, atrair e reter a atenção da nova juventude.

Portanto, escolas como a pesquisada usam de mecanismos remanescentes da ditadura a fim de controlar e promover a educação democrática e moderna, no entanto, essa modernidade é apenas de conteúdos, pois no que se refere à estrutura escolar, bem como todo aparato de ferramentas que auxiliam o professor no ensino, que fazem parte do mundo interativo que vivemos, não tem-se usufruto, sendo os investimentos não o suficientes para reformular e atualizar os métodos de ensino, pois o que se percebe é a mudança dos alunos e a estagnação da instituição escolar.

Recorrer ao incentivo da maior presença do Tiro de Guerra e toda companhia policial nas cerimônias escolares, como vem ocorrendo no colégio Marechal Rondon, além da arregimentação, por parte da administração e da comunidade escolar, contra movimentos de greves e ocupações, evidencia o cultivo do ensino vigiado, rígido de regras verticalizadas. Assim, buscando sondar as sombras do período militar em uma escola, encontramos mais que sombras, encontramos, outrossim, a forte movimentação de controle a fim de proporcionar o ensino longe de ser estruturalmente atualizado, no sistema que já vem ruindo há muitos anos.

Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. Moderna, São Paulo, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- _____. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma Teoria do Ensino. Lisboa: Vega, s/d.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 5º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- G1. **Pais vigiam colégio estadual para evitar a ocupação por estudantes**. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2016/10/pais-vigiam-colegio-estadual-para-evitar-ocupacao-por-estudantes.html>. Acesso em: dez. 2016.
- MEC. **IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica** Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=6728683>. Acesso em: jan. 2016.
- PELLANDA, Nize Campos. **Ideologia e educação & Repressão no Brasil Pós 64**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

PILLETI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PORTAL CLEBER TOLEDO. **Violência no ambiente escolar e a "militarização" das escolas públicas**. Disponível em: <http://www.clebertoledo.com.br/estado/2015/07/20/70938-violencia-no-ambiente-escolar-e-a-quot-militarizacao-quot-das-escolas-publicas>. Acesso em: jan. 2016.

Projeto Político Pedagógico Colégio Estadual Marechal Rondon. Disponível em: <http://www.cpmrondon.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=26>. Acesso em: 24 set. 2015.

ROMANELLI, Otaízo de Oliveira. **História da educação brasileira (1930-1973)**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ROSA, Juliano de Melo. **As vozes de um mesmo tempo: a educação física institucionalizada no período da Ditadura Militar em Cacequi**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria: 2006.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **CE Marechal Rondon comemora o Dia da Bandeira**. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=10229>. Acesso em: dez. 2016.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização (1964-1984)**. In LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História geral do Brasil (da colonização portuguesa a modernização autoritária)**. 4. ed. Rio de Janeiro, 1990.

TRIBUNA DO INTERIOR. **TG presta homenagens junto a alunos do Marechal Rondon**. Disponível em: <http://www.itribuna.com.br/noticia/tg-presta-homenagens-junto-a-alunos-do-marechal-rondon>. Acesso em: jan. 2016.

‘REVOLUCIONÁRIO’ MOVIMENTO ORQUESTAL DO EL SISTEMA NACIONAL DE COROS Y ORQUESTAS JUVENILES E INFANTILES DE VENEZUELA E CONTRIBUIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA DE ORQUESTAS JUVENILES E INFANTILES DE JUJUY

Viviana Carolina Jaramillo Alemán¹

Introdução

No âmbito da orquestra sinfônica surgiu, há 41 anos, um projeto que atribuiu a esta formação musical funções de tipo social. Trata-se do El Sistema de Coros y Orquestas Juveniles e Infantiles de Venezuela, conhecido mundialmente como El Sistema. Este projeto orquestral se considera pioneiro em iniciativas deste tipo e tal reconhecimento é também evidenciado por projetos orquestrais inspirados no El Sistema enquanto modelo, como se observa no texto de apresentação da Fundación Sistema de Orquestas Infantiles y Juveniles del Uruguay, detalhado no início de sua web página oficial e que expressa:

La Fundación participa de la red mundial denominada “El Sistema”, que toma como ejemplo la dinámica de Acción Social por la Música, lanzada en Venezuela en el año 1975 por el internacionalmente reconocido Maestro José Antonio Abreu. (PRESENTACIÓN).

Nos últimos anos as orquestras com funções sociais adquiram status de tendência. Considerando unicamente as iniciativas formalmente ligadas ao El Sistema, este conta com parcerias com outros projetos orquestrais em mais de 50 países. Ademais desta última consideração, existe um incontável número de iniciativas orquestrais que não estabelecem vínculos institucionais com El Sistema, mas que afirmam terem se inspirado em dita formação, como é o caso do SOJ², projeto orquestral do qual trataremos adiante.

El sistema nacional de orquestas y coros juveniles e infantiles de Venezuela

Fundado em 1975 pelo economista e músico venezuelano José Antonio Abreu, El Sistema Nacional de Orquestas y Coros Juveniles e Infantiles de Venezuela está para cumprir

¹ Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latinoamericanos: Programa de Demanda Social UNILA de Bolsas de Pós-Graduação Stricto Sensu, UNILA, viviana.aleman@aluno.unila.edu.br

² Sigla para o Sistema de Orquestas Juveniles e Infantiles de Jujuy.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

42 anos desde sua fundação. Seu órgão reitor é a Fundación Musical Simón Bolívar³ que está vinculada ao Ministerio del Poder Popular del Despacho de la Presidencia y Seguimiento de la Gestión de Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela (FUNDAMUSICAL, 2017).

Com os objetivos de organizar a prática (e instrução) coletiva e individual da música através de orquestras sinfônicas e coros e de incluir socioeconomicamente a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, El Sistema, uma vez que recebe o apoio do Estado venezuelano, se torna um plano nacional.

Seus meios de comunicação oficial, conscientes das proporções adquiridas pelo El Sistema, afirmam que este modelo possui interesses pedagógicos, artísticos e sociais e que “constituye el programa de responsabilidad social de mayor impacto en la historia de Venezuela” (FUNDAMUSICAL, 2017). Assim, seu fundador a até agora reitor, José Antonio Abreu, manifesta a importância do projeto na reforma da educação musical venezuelana:

Desde el principio, cuando fundamos la primera orquesta juvenil, comprendimos que habría que vencer muchos obstáculos, que no podíamos dedicarnos únicamente a tocar. Tuvimos que luchar mucho durante los años iniciales para dar a conocer, en todos sus aspectos, esta reforma de educación musical y todas sus bondades sociales y culturales a fin de que creciera y se convirtiera en un programa sustentable, como en efecto lo hemos logrado (ABREU apud FUNDAMUSICAL, 2017).

Desta memória da fundação do El Sistema narrada por Abreu se desprende o lema da fundação, “tocar y luchar”, no que se destaca que uma das pretensões do projeto foi/é a reforma da educação musical a nível nacional, almejando resultados sociais e culturais⁴. Nos dados disponíveis na web página oficial da FundaMusical Bolívar informar-se que mais de 787.000 crianças e adolescentes venezuelanos, sendo: “1.681 orquestras juveniles, infantiles y pre-infantiles; 166 agrupaciones del Programa Alma Llanera, 1.389 coros infantiles y juveniles, 1.983 agrupaciones de iniciación musical y un personal docente de más de 10.000

³ También denominada FundaMusical Bolívar.

⁴ Esta reivindicação se baseia em um discurso deixado de lado pelos estetas da música do século XIX, que tentavam provar a existência de um “belo musical esteticamente autônomo”, pois, esta arte durante muito tempo esteve relegada a um rol secundário, de acompanhamento de outras artes, ou seja, sem valor em si mesmo. Carl Dahlhause que afirma que as premissas das teorias da arte “são de caráter histórico” e que tem que ser entendidas como tal para basear a sua relação com a historiografia, sistematiza que a teoria da arte dos séculos XVI e XVII partiu da relação entre funções sociais e técnicas de composição; a dos séculos XVII e XVIII se baseou nos objetos de exposição musical: as emoções; a do século XVIII e XIX na pessoa do compositor e a do XIX ao XX na estrutura das obras por separado. Com a criação de uma estética da música, que se baseia na estrutura das obras por separado, esta passa a ser uma arte autônoma. Neste contexto a orquestra sinfônica se transforma no maior dispositivo de apresentação da música desta estética, conhecida como música de concerto.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

profesores en los 24 estados de Venezuela” (FUNDAMUSICAL, 2017). Afirma-se, ademais, que 75% das crianças e adolescentes participantes vivem abaixo do índice de pobreza e, muitos deles, em povos distantes das capitais e centros de produção (FUNDAMUSICAL, 2017).

As agrupações fundadas pelo El Sistema ao longo de seus 40 anos de existência conformaram, segundo seus meios de comunicação oficial, uma rede nacional de “orquestas, coros, módulos, programas especiales, núcleos, escuelas de música y centros de luthería y fabricación de instrumentos musicales” (FUNDAMUSICAL, 2017). Esta rede alcançou reconhecimento mundial não apenas na área da Música, mas nela em especial, inspirando diversas outras iniciativas musicais. Ao mesmo tempo, o El Sistema, ao se considerar “un modelo de paz y progreso para la humanidad” exporta ese modelo, chegando a inaugurar sedes em mais de 50 países.

El sistema segundo seu discurso oficial

Em primeiro lugar, se procurou realizar uma análise dos discursos ao redor do El Sistema com o fim de vislumbrar suas características mais destacáveis. Uma vez revisado os tipos de discurso que abordam esse projeto orquestral, iniciamos sua análise. Considerando seu discurso oficial, notamos que seus principais objetivos se resumem a uma democratização da música através da inclusão social no acesso à educação musical, ademais do alcance da excelência acadêmica musical que lhes coloque ao “mismo nivel de las mejores orquestas del mundo” (FUNDAMUSICAL, 2017). As pretensões do El Sistema elevam o conjunto de seus objetivos a conformarem uma reforma da educação musical venezuelana. Aclara-se que este trabalho não pretende responder em que medida dita reforma alcançou êxito, ponto que está fora do escopo do trabalho. Ainda assim, se entende que, atualmente, o El Sistema funciona como um plano nacional de educação musical. A través de uma estrutura dividida entre o que denominam como núcleos, módulos⁵ e programas o El Sistema se distribui em todos os Estados da Venezuela.

O reconhecimento acerca do caráter social do projeto permite posicioná-lo como uma das primeiras iniciativas musicais que questionou o conceito tradicional de orquestra sinfônica. Sua expansão a nível mundial lhe permitiu grande visibilidade e contribuiu para a

⁵ O Núcleo é a estrutura pela qual o El Sistema se distribui nos vinte e quatro estados do território venezuelano, segundo os músicos e investigadores do El Sistema Verhagen, Panigada y Morales: “Tanto los módulos como los núcleos son espacios de formación donde el equipo de instructores está mayoritariamente dedicado a fortalecer la educación ciudadana y no a la formación de músicos profesionales”.

tendência das orquestras adquirem fins sociais. Entretanto, este trabalho propõe problematizar o reconhecimento deste projeto orquestral enquanto ‘revolucionário’, principalmente devido às decisões do El Sistema, que o levaram a manter a estrutura da orquestra sinfônica. Esse modelo será contrastado com um dos projetos orquestrais que nele se inspirou, mas que se consolidou em torno de uma diferença: o tipo de repertório.

Transformações do modelo

El Sistema de Orquestas Juveniles e Infantiles de Jujuy

O SOJ, como se conhece ao El Sistema de Orquestas Infantiles y Juveniles de Jujuy é uma das produções orquestrais da província de Jujuy, localizada na Argentina, que surgiu no ano 2009 a partir da Orquestra Infanto Juvenil de la Provincia de Jujuy, fundada no ano 2000 como uma iniciativa independente. Segundo o Projeto de lei da criação do Sistema de Orquestas Juveniles e Infantiles de Jujuy, somente desde o ano 2006 a Orquestra Infanto Juvenil de Jujuy passou a formar parte de um Programa da Secretaria de Turismo y Cultura da Provincia o que possibilitou sua expansão na província. O SOJ pasa a ter 23 grupos orquestrais em quatro localidades dentro da província de Jujuy – Argentina: San Salvador de Jujuy, Purmamarca, Maimara e Palpala; e, segundo sua página web oficial, o SOJ, actualmente, conta com 700 crianças e jovens, de faixa etária entre 4 e 18 anos de idade, divididas em núcleos.

Concebe-se ao SOJ como um fenômeno que permite ser estudado desde diversas perspectivas, seja desde uma perspectiva estritamente musical, educativa, social, entre outras. Na presente ocasião, se propõe desenvolver as primeiras conjecturas de uma perspectiva a partir da noção de identidade, acentuando o aspecto que consolida este projeto orquestral: o repertório andino.

A transformação de repertório proposta pelo SOJ se destaca e permite questionamentos como: Quem e que interesses motivam a seleção de repertório? Por que o Sistema de Jujuy se autodenomina El Sistema? A performance do Sistema de Jujuy segue os rituais da orquestra sinfônica? A interpretação de um repertório andino modifica o conceito que se atribui à orquestra sinfônica? O que significa tocar esse tipo de repertório? A sonoridade da Orquestra sinfônica de SOJ dialoga com a sonoridade da região que lhe acolhe? Etc. Não se espera encontrar respostas definitivas as estas indagações, ainda assim, tais problemas guiarão o sentido deste texto com o objetivo de observar, de forma mais ampla, as transformações do SOJ tomando como referência o modelo do El Sistema em que se inspirou.

Autoidentificação com El Sistema venezuelano

O Sistema de Orquestras Infantis y Juveniles de Jujuy se autodenomina como um Sistema em tentativa de se identificar com o movimento orquestral mundialmente conhecido como El Sistema, que se encarregou de organizar a prática e instrução coletiva e individual da música através de coros e orquestras sinfônicas como um plano nacional de educação musical em Venezuela. E, de fato, existem correspondências entre o modelo mundial e o projeto provincial de Jujuy, principalmente quanto aos objetivos de inclusão social através da orquestra e quanto ao aspecto acadêmico. Entretanto, quando se trata de repertório o projeto de Jujuy contrasta com o modelo do El Sistema mundial.

Por um lado, El Sistema, sob o lema da ‘excelência musical’, optou por conservar os cânones do repertório sinfônico, o que segundo eles permite estar ao nível das melhores orquestras sinfônicas do mundo. O que implica que a ‘revolução’ atribuída a este movimento em virtude da função social que pensaram junto à orquestra e que é reconhecida por renomados personagens da música acadêmica, não alterou as estruturas do conceito mesmo de orquestra. Por outro lado, o repertório do SOJ, ao mesmo tempo em que segue as tendências mundializadas do movimento de El Sistema, ao interpretar obras orquestrais do cânone da música europeia, também incorpora a seu repertório peças da música andina que, nos momentos de apresentação, passam a compor o repertório principal. Uma inovação, portanto, no contexto da ideia de orquestra sinfônica. E, partir desta inovação, o SOJ se insere em um novo âmbito a respeito das funções que a orquestra pode cumprir. Assim, a seleção de um tipo de repertório andino nos leva a uma discussão obrigatória.

Em primeiro lugar, é necessário aclarar que se entende pelo termo andino no presente trabalho. O termo andino se entende como um conceito com caráter histórico, como afirma o antropólogo estudioso do mundo andino, Juan Ossio. Com esta ideia, Ossio ressalta a herança cultural que os povos pré-colombianos da América do Sul que alcançaram um maior nível de complexidade, deixaram na região em que assentaram e, que, de alguma maneira, sobreviveu ao reordenamento colonial e ao posterior reordenamento republicano. Neste contexto, a música andina se conformou sobre sucessivas construções exógenas do ‘mundo andino’ que, através dos auge pelos quais passou esse gênero, segundo o musicólogo Juan Pablo Gonzales, foi substituindo os sujeitos e práticas que representa. Ou seja, a sonoridade que hoje em dia conhecemos como andina não é própria da herança inca. Gonzáles afirma que aos finais dos anos 50, na Argentina, foi indispensável a indústria musical na visibilidade que ocasionou a posterior internacionalização da música andina, pois teve uma voz determinante

na construção sonora da mesma. Os grupos de folclore argentino, segundo o musicólogo, não eram propriamente andinos, entretanto, internacionalizaram sua interpretação do “estilo andino”, fazendo que os nascentes grupos bolivianos e chilenos seguissem a mesma tendência. Desta maneira também se conformou a instrumentação e indumentária que na atualidade estão consagradas no repertório andino. A construção de uma sonoridade andina se configurou na construção de gêneros nacionais em alguns países que, de alguma maneira, contradiz sua latente limitação regional.

Após estas “reinterpretações” da música andina, sua sonoridade se manteve através do tempo sem mudanças significativas durante aproximadamente 50 anos. Assim também se manteve todo o simbolismo ao redor da interpretação deste repertório. No final de contas, poderíamos falar de dois tipos de Música Andina: uma Música Andina Original e uma Música Andina Construída, tomando em consideração que os fluxos da construção da cultura andina não permitem uma delimitação exata do que seria uma Andinidade Original e o que seria uma Andinidade Construída.

Valorização da Memória Andina vs Valorização de uma Cultura Externa

O SOJ toma elementos de uma Música Andina Construída e cria um repertório que, em sua interpretação orquestral, conduz à modificação de sua performance pois substituem seus instrumentos sinfônicos por zampoñas, bombos, quenás, entre outros instrumentos étnicos dos Andes, ademais, incluem bailarinas e desenvolvem uma interação mais informal com o público. Ainda que os elementos resgatados pelo SOJ possam parecer os estereótipos criados no auge da música andina, isso não implica que a andinidade pretendida pela orquestra se reduza a reprodução de estereótipos, pois, a adaptação e reformulação provocadas pela orquestra parecem ter como objetivo o resgate de um sentido de identidade e é, justamente com esse fundamento, que se apresentou o projeto de lei que criou o Sistema de Orquestras Juveniles e Infantiles y Juveniles De Jujuy quando se referiu ao repertório:

El Sistema busca permanentemente promover y consolidar el sentido de identidad y pertenencia cultural, con una mirada amplia, a través de la difusión de un repertorio orquestal integral, incluyendo obras universales y folclóricas, propiciando la incorporación de instrumentos orquestales y autóctonos (PROYCETODELEY).

Essa modificação de repertório que o SOJ aproveitou para criar uma distintiva performance, ao mesmo tempo modifica a instrumentação e a indumentária, a forma de toque,

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

a sonoridade e a disposição, optando, ademais, por incluir a dança e algumas representações do homem e a mulher andinos, assim como alguns outros personagens simbólicos de tal cultura. Ressalta-se, assim, o contraste em relação ao modelo consagrado e mundializado por El Sistema, e um contraste, inclusive, com o conceito mesmo de orquestra sinfônica. Aos objetivos de excelência acadêmica e de inclusão social, os jujeños lhes somam o valor do resgate de uma (s) “memoria (s) cultural (es) (ASSMANN, 2011). Mediante a interpretação de seu repertório, o SOJ parece tentar uma aproximação com as manifestações culturais e musicais mais orgânicas de uma “sociedade tradicional” e se distancia da orquestra que veio da modernidade com o fim único de apresentar uma música de concerto. As orquestras do SOJ se desenvolvem no marco da cultura andina e, através da música e performance, buscam representar simbolicamente as memórias culturais que reivindicam. Esta tentativa de proporcionar visibilidade a cultura andina por meio da interpretação deste tipo de repertório, aparenta estar vinculado a uma necessidade social do “presente” das orquestras do SOJ que buscam recuperar e conservar memórias e uma identidade que excede os limites da identificação nacional, pelo que sua identificação com o lugar é determinante.

Por outro lado, as orquestras do El Sistema, como dispositivo de um plano de desenvolvimento, posicionaram a Venezuela como um centro de referência de estudos de Música e a tendência é a homogeneização de um modelo de educação que se assenta na centralidade de uma música que prioriza um repertório canônico. Estas orquestras tocam principalmente obras da música que compõem a história musical europeia. Ademais, ainda que a nível discursivo se mantenha uma ideia da diversidade musical, a principal agrupação que esta iniciativa exporta é a própria orquestral⁶ e termina opacando outras agrupações com propostas distintas. Neste sentido, se permite questionar o seguinte texto, em que o El Sistema se refere à música como um reflexo dos povos, e assim, nos perguntamos: qual povo está sendo refletido?

Más que el producto de la genialidad y el virtuosismo de sus creadores, la música es un reflejo del alma de los pueblos y, en este caso, el resultado de un programa educativo que en 40 años ha traspasado fronteras y superado expectativas (FUNDAMUSICAL).

Este dispositivo termina normalizando e reproduzindo expressões alheias as da cultura venezuelana. A metodologia de ensino não se encontra veiculada nos meios oficiais de

⁶ Sendo a Orquestra Sinfônica Simón Bolívar a orquestra pioneira do projeto do El Sistema.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

comunicação do El Sistema, entretanto, são relatados princípios que norteiam tanto o ensino como a aprendizagem. O mais claro destes princípios é o aprendizado da música através de atividades em grupo para além daquelas individuais, para qual existem formações musicais divididas segundo a idade dos participantes. No caso das orquestras, El Sistema informa que são compostas orquestras pré-infantis, infantis e juvenis. Outro princípio declarado é a chamada “secuenciación repertorial”, que quer dizer que os participantes tocam seus repertórios também de acordo com parâmetros etários. O projeto afirma que “el proceso de enseñanza-aprendizaje mantienen un vínculo constante con la comunidad y la familia, con el fin de propiciar un entorno motivador y que ayuda al participante, e indirectamente a su familia y comunidad”, e desta forma, o último destes princípios parece assinalar na direção de uma educação humanizada. E é justamente este conceito que é utilizado por Franka, Panigada, Morales, músicos participantes do El Sistema e investigadores, ao referirem ao tipo de educação desenvolvida no projeto:

La educación humanística (en el sentido de la filosofía moral clásica griega) busca la formación de virtudes humanas creando un ciudadano culto y socialmente sensible. A través del quehacer y la exploración musical en comunidad, la excelencia en la interpretación y ejecución, y la apreciación de los procesos históricos que rodean la obra de arte, la educación musical de El Sistema coadyuva a la formación del carácter de nuestros niños y jóvenes (VERHAGEN, PANIGADA, MORALES, 2016, p. 40).

A ênfase no estudo técnico de instrumentos, junto à classificação de um repertório, somadas a menção do conservatório de música e a finalidade de educação cidadã como meio civilizatório aproxima sua metodologia justamente à praticada nos conservatórios, com o diferencial do destaque da aprendizagem coletiva.

Considerações finais

Nosotros tratamos siempre de hacer un repertorio académico porque eso posibilita el crecimiento de los chicos, en un primer momento hacíamos algunos arreglos o adaptábamos cosas lo cual era interesante, pero empezó a ser cada vez más necesario ir mutando para que los integrantes de la orquesta no sintieran que estaban en el mismo estadio siempre. Con el tiempo empezamos a sumar en cada concierto una huella de arreglos de música jujeña que le dan un colorido importante y mayor identidad a la orquesta y es la parte de los conciertos que los chicos hacen con muchísima convicción, dónde salen sus corazones latiendo muy fuerte y donde el público explota (JURADO, 2015 apud ALEMÁN).

Com este epígrafe extraído de entrevista realizada com o diretor da principal orquestra do SOJ, se pode notar, em primeiro lugar, sua preocupação por dar continuidade ao que o

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

modelo de orquestras do El Sistema propõe em seu projeto em relação ao repertório. Sem embargo, a necessidade de somar um tipo de repertório da música local advém em primeira instância das necessidades próprias dos participantes e da preocupação para com o público. Sergio Jurado, ademais, explica que as intenções do SOJ ao fazer a reformulação do repertório se devem a busca de uma identidade.

E é pela inovação do SOJ na seleção de um repertório, a motivação principal que levou a seleção deste projeto orquestral para realização de um trabalho de campo. A mudança de repertório ocasiona mudanças em toda a estrutura da orquestra e termina sendo dissonante com o repertório consolidado nas orquestras do El Sistema a nível mundial, pois este último é selecionado sistematicamente e com predomínio da música de concerto, assim, as orquestras que se unem à rede do El Sistema, acostumaram a tocar esse repertório standard. O SOJ, por sua parte, aproxima à esfera da orquestra sinfônica no repertório de música popular – mais especificamente andina – o que conduz à transformação do “produto final” apresentado ao público.

Destaca-se a importância do estudo das experiências particulares das orquestras que se inspiraram no El Sistema, pois existem particularidades específicas das experiências do El Sistema em cada realidade nas quais é implementado. Estas não chegam a ser uma reprodução da experiência venezuelana, mas manejam discursos similares. Tanto o SOJ como El Sistema compartilham o objetivo social que vem ressonando nos últimos anos e que, de alguma forma, é um dos aspectos mais visíveis que a imprensa e suas próprias vozes se encarregaram de explorar. Não obstante, nos aspectos de excelência musical e acadêmica se dificulta o encontro de parâmetros razoáveis de comparação, já que ao haver uma mudança de repertório a metodologia de ensino pode vir a ser modificada, bem como os problemas de ordem acadêmica e de repertório.

Outro aspecto que o SOJ e o El Sistema contrastam são os alcances de suas propostas. Por um lado, o El Sistema de Venezuela se constituiu como um dispositivo de promoção dos interesses nacionais, pois, como já explicado, seus propósitos (especialmente os iniciais) compreendiam a transformação do sistema de educação musical em nível de país. Este projeto orquestral combinado com o interesse dos gestores de políticas públicas incentiva e projeta os valores de cidadania nas crianças e jovens participantes, em seus familiares e contatos. No caso do SOJ, a adaptação local revela um caráter transnacional que supera a noção que supõe o discurso dominante da globalização – que toma o Estado-Nação como grande lugar dos processos sociais, pois os objetivos do SOJ, através de seu repertório, mostram melhor uma

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

manifestação local capaz de levar suas reivindicações a redes globais ou regionais. Neste sentido, o caráter transnacional do SOJ poderia ser visto desde dois âmbitos.

De um lado, se localiza na categoria dos sistemas de orquestras que democratizam a esta formação musical e, por ende, o ensino da música instrumental. Preocupam-se por dar uma função social a um espetáculo que desde a constituição da orquestra na modernidade unicamente serviu ao entretenimento, e em situações se viu reduzido a um mecanismo de reprodução e manutenção de lugar social. O SOJ se constitui como um evento local que, ainda que se encontre nos limites de um Estado-Nação, não apresenta interesses nacionalistas, é uma iniciativa que forma parte de uma rede global.

Por outra parte, no projeto jujeño se manifesta um segundo caráter transnacional quando este, através da orquestra, procura conservar práticas musicais andinas, pois se colocam como reivindicadores de dita memória, como explicado anteriormente. Neste sentido, dita reivindicação e sua relação com o espaço é fundamental, afinal, a província de Jujuy é parte da pequena proporção de território argentino pertencente à geografia andina. As manifestações e reivindicações promovidas pelo SOJ somam-se a vozes e a diferentes manifestações culturais e políticas que impulsionam as mesmas reivindicações, fortalecendo e consolidando a ideia de uma região andina. As tentativas de reconhecê-la e conserva-la criaram a consciência de que se encontra em uma geografia limitada, e assim também se cria um sentimento de pertencimento e comunidade. Neste sentido, a reivindicação promovida pelo SOJ, principalmente através de seu repertório, instrumentalização e performance encontra e manifesta sua identidade: mais como pertencentes a uma cultura andina que com caráter de destaque nacionalista.

As seleções, a não seleção, o que se mantém e o que se transforma são parte da construção da identidade do projeto orquestral e que se relacionam com a sociedade aonde se encontra, com a reprodução das tradições, das memórias e heranças. Estas conduzem a sentido regionalista com noções de cultura locais.

Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**. Editora da Unicamp, São Paulo 2011.

DAHLHAUSE, C. **La idea de la música absoluta**. Barcelona: Idea Books, 1999.

DECOSTER, J.J. **Identidad étnica y manipulación cultural**: La indumentaria inca en la época colonial, Estudios Atacameños N° 29, pp. 163-170, Cuzco, 2005 disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-10432005000100008. Acesso em: 5 fev. 2017.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

DISCURSO DEL DR. JUAN OSSIO ACUÑA AL SER INCORPORADO COMO DOCTOR HONORIS CAUSA POR LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE TRUJILLO, 2011. Disponible en: <http://www.facsoc.unitru.edu.pe/pdf/LA%20CULTURA%20ANDINA.pdf>. Acceso em: 4 fev. 2017.

FUNDACIÓN SISTEMA DE ORQUESTAS JUVENILES E INFANTILES DE URUGUAY. **Presentación.** Disponível em: <http://www.orquestas.com.uy/elsistema>. Acceso em: 5 mar. 2017.

FUNDAMUSICAL Bolívar. **Orquesta Sinfónica Simón Bolívar de Venezuela.** Disponible en: <http://fundamusical.org.ve/actividades-artisticas/agrupaciones-actividades-artisticas/orquestas/orquesta-sinfonica-simon-bolivar-de-venezuela/#.Vln-k3YvfIV>. Acceso em: 25 jan. 2017.

HANSLICK, E. **Do belo musical:** Um contributo para a revisão da estética da arte dos sons. Covilhã: Lusso sofia press, 2011.

GONZÁLEZ, J. P. Música chilena andina 1970-1975: Construcción de una identidad doblemente desplazada. **Cuadernos de Música Iberoamericana**, Santiago de Chile, v. 24, 2012.

SASSEN, Saskia. **Una Sociología de la Investigación.** 1. Ed. Buenos Aires, 2007.

SOJ, Página web oficial de El Sistema jujeño. Disponível em: <http://sistemadeorquestasdejujuy.com/>. Acceso em: 1 mar. 2017.

VERHAGEN, F. PANIGADA, L. MORALES, R. El Sistema Nacional de Orquestas y Coros Juveniles e Infantiles de Venezuela: un modelo pedagógico de inclusión social a través de la excelencia musical. **Revista Internacional De Educación Musical**, Caracas, n. 4, p. 35-45, 2016.

JOSÉ DE MELO E SILVA: DISCURSOS DE UMA OBRA

Wagner Henrique Neres Fiuza¹

Beatriz Anselmo Olinto²

Numo Dat Quot Nom Abem
(Ninguém dá o que não tem)

Introdução

A epígrafe de José de Melo e Silva foi publicada em *Fronteiras Guaranis (1939)* é uma frase latina que referia-se à determinadas qualidades que a cultura guaranizada da fronteira Brasil-Paraguai poderia demonstrar. Para o autor, não seria possível que aqueles seres dessem aquilo que não tinham: civilização, trabalho, valores e moral cristã, enfim, a essência da brasilidade (MELO; SILVA, 2003, p. 118). Porém, podemos aplicar este pensamento à própria pesquisa sobre a historicidade deste autor e sua obra. Porém, para fazê-lo não existe fontes nem grandes memórias de/sobre José de Melo e Silva justamente porque na medida em que o autor viveu, deixou poucos rastros para serem perseguidos na posteridade.

Tudo o que se sabe do autor consta nos trabalhos de Carla Villamaina Centeno. O restante foi silenciado pelo tempo e pelo esquecimento, em processos próprios da dinâmica do campo intelectual brasileiro do período. Na busca por José de Melo e Silva, Centeno julgou que os registros sobre o trabalho na magistratura exercido pelo autor eram fragmentados, e que perseguir sua vida era demasiado complexo, devendo ser executado por meio de tênues pistas. Após doze anos de pesquisas, escreveu o que chamou de “precária biografia”. Contudo, mesmo assim Centeno escreveu que os argumentos daquele autor “permitem concluir que José de Melo e Silva foi um intelectual pouco comum na região e à época em que viveu. Foi um historiador que merece ser estudado” (CENTENO, 2012, p. 170).

Para pensar, se ninguém dá o que não tem, seria possível saber alguma coisa sobre José de Melo e Silva, se de sua vida sobrou pouco ou quase nada? Ora, essa posição nos instigou a procurar caminhos alternativos para compreender a relação entre este autor, sua obra e pensar a condição de anonimato sob uma perspectiva relacional. Afinal, quais as tramas discursivas em que o nome próprio José de Melo e Silva esteve envolvido? Neste

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro, SEED, wagnerunicentro@hotmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro, Unicentro, bialinto@hotmail.com

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

sentido, este texto apresenta algumas das discussões desenvolvidas nesta pesquisa até o momento, a partir dos conceitos de campo e discurso, bem como a construção de regiões permite perceber novas funções de autoria e circulação de obra.

Um ilustre anônimo

A partir do trabalho de Carla Villamaina Centeno, sabe-se que José de Melo e Silva foi seminarista e missionário católico na década de 1910, posteriormente formou-se em direito e obteve doutoramento na Faculdade de Direito do Ceará. Embora tenha nascido em Missão Velha, no interior do mesmo estado, continuou seus estudos na capital Fortaleza, o que fez Centeno sugerir uma origem pequeno-burguesa, mas não aristocrática (CENTENO, 2007, p. 21). De sua formação, além da erudição, passou a trabalhar como juiz de direito, assumindo um cargo no Sul de Mato Grosso, em 1933 até 1947, período em que vivenciou o regime de Getúlio Vargas e o Estado Novo (1937-1945) e os efeitos de um conflito de escala global, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ali, trabalhou nas cidades de Ponta-Porã e Porto Murtinho, e também viajou por todos os municípios daquela fronteira. Viu nascer e dissolver o Território Federal de Ponta-Porã (1942-1945), e escreveu apenas dois livros: *Fronteiras Guaranis* (1939), publicado em São Paulo, e *Canaã do Oeste* (1947), publicado no Rio de Janeiro. Na medida em que o local da escrita define uma hierarquia de poder sobre o que foi escrito, devemos lembrar que Mato Grosso foi construído como espaço oposto ao litoral e, por conseguinte, à civilização.

Nos idos do século XX, os intelectuais que escreveram a partir do Oeste brasileiro, representando estados como Mato Grosso ou Goiás, viviam um conflito identitário e político de dupla ordem. De um lado, o Mato Grosso representava uma terra pura, lugar do reduto do homem brasileiro por excelência, lugar onde se realizava a identidade nacional; já “por outro, continuava a carregar o estigma do atraso econômico” (CALONGA, 2011, p. 131). E Calonga continua ao dizer que a relação entre interesse nacional e interesse regional convergiu sob a ideia de progresso:

Neste cenário, a convergência de interesses nacionais e locais tornou-se o escopo da política de integração nacional em Mato Grosso, uma vez que avançar para o sertão realimentava a ideia da existência de um lugar a ser civilizado e melhor aproveitado economicamente, em consonância aos anseios da elite mato-grossense (CALONGA, 2011, p. 131).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A convergência de interesses econômicos com a ideia de civilização foi própria do Estado Novo. Dentro dos processos políticos-ideológicos levados à cabo no governo de Getúlio Vargas, que tratavam de uma integração nacionalizadora leste/oeste, Pereira diz que “à disposição do Estado estavam os modelos das sociedades nordestina, mineira e paulista como alternativas para a construção da nacionalidade” (PEREIRA, 1997, p. 115). A escrita de Melo e Silva reflete, portanto, uma época em que diversos intelectuais lançaram seus projetos de Brasil. Inclusive, a década de 1930 nos legou textos e nomes como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que fazem parte do cânone da escrita nacional brasileira. Seus textos, ao discutir interpretações gerais do Brasil, impactaram e fomentaram inúmeros debates desde o momento em que foram publicados, agregando enorme capital simbólico tanto por seus objetos, quanto pelo lugar de sua escrita e as sociabilidades externas ao texto. Com isto, foram envoltos em processos de consagração no campo intelectual brasileiro, alçados à condição de clássicos.

Esses processos de consagração e as sociabilidades externas foram praticadas por intelectuais formavam redes de influência, ou seja, redes de contatos que possibilitavam publicar em determinados lugares ou coleções, garantindo visibilidade às ideias e autores. No mercado de textos e ideias da década de 1930, grandes grupos editoriais como a Melhoramentos ou a Companhia Editora Nacional contratavam intelectuais para organizar coleções de obras ou autores considerados relevantes ou com potencial de mercado. No caso da Editora Companhia Nacional, por exemplo, “em 1939, o fundo de edições já se encontrava praticamente todo organizado em coleções [...] Cada coleção era definida de acordo com o público que pretendia atingir” (TOLEDO, 2010, p. 142).

Durante o Estado Novo, o tema do Oeste brasileiro não foi explorado apenas por cânones, mas também por autores como *Marcha para Oeste (1940)*, de Cassiano Ricardo, ou *Oeste (1943)*, de Nelson Werneck Sodré, que embora não sejam considerados do primeiro escalão, ainda assim constituíram-se como importantes nomes do campo intelectual brasileiro (CÂNDIDO, 2001, p. 13-18). Ora, o primeiro texto conhecido de José de Melo e Silva, *Fronteiras Guaranis (1939)*, possui vasta bibliografia, indicada em notas de rodapé, e foi escrito com intentos de cientificidade. Isso quer dizer que o autor lançou mão de um método de escrita que contemplava o confronto de ideias, a observação e uma pretensa posição de neutralidade em busca da verdade, construída a partir de bastante erudição, qualidades valorizadas no campo intelectual do período. Além disso, Melo e Silva buscou a visibilidade

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

do texto, enviou seu texto para publicação em São Paulo, e não de Cuiabá ou de Campo Grande, cidades regionais.

Contudo, mesmo assim não foi indicado a nenhuma coletânea e acabou por publicar sua obra em uma instituição lateral. Acabou por publicar na Editora Imprensa Metodista de São Paulo, ao que consta uma pequena editora, ou ao menos com circulação em um público específico, com publicações para jovens e senhoras cristãos no período. Após intensa pesquisa, não encontramos o nome de José de Melo e Silva em nenhum periódico como colunista, nem instituição de saber como sócio ou sócio correspondente.³ Mas, sem nenhum tipo de entrada no campo intelectual para além da sua formação em magistratura e seu período como missionário católico, como conseguiu uma publicação em São Paulo, que projetava-se como capital econômica do Brasil? Entende-se que seu prefaciador, o então Deputado Federal Monte Arraes, pode ter intermediado contatos para a publicação de seu texto.

Contudo, a pesquisa sobre *Fronteiras Guaranis* (1939) indicou algumas citações na imprensa, por Virgílio Correa Filho, ou ainda em notas de rodapé dos textos de Cassiano Ricardo. O cuidado com o método de escrita e argumentação da primeira obra não está presente da mesma forma em seu segundo livro. Na publicação de *Canaã do Oeste* (1947), o texto torna-se um manifesto político de diálogo direto com os parlamentares que discutiam a redivisão territorial brasileira. Isso porque o Território Federal de Ponta-Porã havia sido criado e extinto em um breve período de três anos, algo que indignava Melo e Silva, que ansiava pela presença do Estado nacional brasileiro na sua fronteira.

Depois desse período, sua atuação enquanto intelectual desapareceu em dois sentidos. Primeiro porque, até onde se sabe, o autor deixou de se envolver com o campo intelectual na posição de escritor, não construindo sociabilidades nem continuando o processo de busca por capital simbólico. Ao sair do Sul de Mato Grosso, foi exercer o cargo de Juiz de Direito em Rondônia, um Oeste tão distante quanto aquele do qual escreveu anteriormente, e contribuiu para o segundo desaparecimento nos grandes centros urbanos brasileiros. Segundo, porque suas ideias e textos tiveram repercussão apenas em veículos especializados, como duas pequenas resenhas em jornais locais de Cuiabá, e uma resenha de *Fronteiras Guaranis* (1939), de Virgílio Correa Filho, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

³ A pesquisa incluiu a base de dados da Hemeroteca Digital Brasileira, com pesquisas em periódicos entre 1910 e 1960, nos estados em que Melo e Silva trabalhou e/ou publicou os dois livros, bem como estados vizinhos ou próximos, a saber: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Pará, Maranhão, Ceará e Pernambuco. Além disso, pesquisou-se listas de membros e sumários das revistas de instituições de saber como os Institutos Histórico e Geográficos nacionais e regionais destes estados acima citados, onde jamais encontramos rastros de Melo e Silva ou seus temas.

(IHGB), na Revista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1941. Seria essa circulação esperada e planejada por Melo e Silva?

Talvez se possa afirmar que ao mudar o estilo de escrita da primeira para a segunda obra, Melo e Silva não estava apenas se apresentando ao campo intelectual, mas também ao campo político. Contudo, suas ideias sofreram processos de esquecimento ou silenciamento em ambos os campos, ao ponto de sua obra se tornar rara e de difícil acesso ao grande público. Contudo, essa é uma pesquisa que ainda se está por fazer, principalmente a partir da comparação com outros textos do período sob o viés das propostas políticas veiculadas nos textos. De qualquer forma, embora esbanje erudição e conhecimento bibliográfico, fez-se e foi feito anônimo naquele campo intelectual brasileiro. Muito embora, acrescentamos, um eloquente anônimo.

Isso porque o nome próprio José de Melo e Silva, bem como a obra associada a ele, foi vinculado a um novo campo postumamente, e seu anonimato sofreu modificações na década de 1980. Melo e Silva foi eleito patrono da cadeira n. 14 do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul (IHGMS) e alçado à condição de cânone da historiografia regional produzida no rol de membros e memórias do IHGMS. O mesmo instituto optou por republicar suas duas obras, mas em ordem inversa. Reeditou primeiro sua obra menos conhecida, *Canaã do Oeste (1947)*, dentro da Série Historiográfica, no conjunto das obras mais importantes de Mato Grosso do Sul, em 1989. Já *Fronteiras Guaranis (1939)*, que na primeira escrita teve maior repercussão, foi preterida e republicada apenas em 2003.

Nesta nova relação, pode-se dizer que houve um processo de fabricação de Melo e Silva para o Mato Grosso do Sul. A circulação em novos contextos e recepção do *lector* influenciou na posição do autor e de sua obra. Nesta pesquisa, entendemos que o seu nome transita em diferentes campos e, portanto, a análise deve ser relacional. Houve, portanto, uma modificação na condição de nome próprio, um autor sem alcance no campo intelectual brasileiro, mas canonizado no campo de produção do saber regionalista, conforme entendido por Durval Muñiz Albuquerque Jr, e cujo texto participou do ritual de criação do Mato Grosso do Sul. Pensar as fontes sob esta perspectiva exigiu uma construção teórico-metodológica que desse conta de analisar um autor a partir de uma trama discursiva tão diversa.

Campo, discurso e o Mato Grosso do Sul

Neste trabalho, entende-se que as posições e disposições do autor no mercado de bens simbólicos advém de embates discursivos no campo intelectual. Para Pierre Bourdieu, o

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

conceito de campo representa o jogo pelo poder simbólico, no qual os agentes envolvidos buscam divulgar e legitimar suas posições. Assim, compreender um campo significa “apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram” (BOURDIEU, 2010, p. 69).

Segundo Pierre Bourdieu, a constituição de um campo erudito ou intelectual está diretamente ligada às tomadas de posição no âmbito de um mercado de bens simbólicos, e à autonomização de uma hierarquia de produção, circulação e nomeação de produtores culturais (BOURDIEU, 1992, p. 150-250). Nesta ótica, a relação entre a autonomização do campo de intelectuais e a circulação de impressos é decisiva para os contornos e limites que engendraram as nações (ANDERSON, 2008, p. 71-84). O Estado Novo (1937-1945) foi um momento de aproximação dos intelectuais da esfera pública, seja por sua cooptação dentro dos projetos de hegemonia estatal, ou por sua afirmação como intelectuais críticos (OLIVEIRA, 1990, p. 187). Todo este contexto precisa ser levado em consideração na análise dos textos em seu momento de produção.

Este conceito permite compreender as posições e disposições dos agentes ou instituições que criam ou sofrem os efeitos de seus atos. Nos termos de Pierre Bourdieu, pode-se dizer que tornar-se um autor é um momento de uma trajetória social (BOURDIEU, 2013b, p. 167). Seja na primeira escrita ou nas republicações, Melo e Silva esteve relacionado a diferentes campos de diferentes tempos e espaços sociais. Neste sentido, também podemos concordar com Bourdieu que, na trajetória que perpassa a ilusão biográfica, a única coisa que permanece fixa entre os jeitos e trejeitos dos agentes é o nome próprio (BOURDIEU, 2006, p. 183-191). Assim, tornar-se um autor pode ser entendido como tornar-se um nome próprio (BOURDIEU, 2013a, p. 132).

Todavia, é importante também retomar algumas considerações de Michel Foucault acerca do autor e da autoria. A partir da crítica à noção de autoria individual e sobre a forma como o autor pode preceder sua própria obra ou confundir-se com ela, ao ponto de diluir-se em seus textos e nos discursos que perpassam seus textos. Nos fazem considerar que, em relação ao nome do autor, a “impossibilidade de tratá-lo como uma discrição definida; mas impossibilidade igualmente de tratá-lo como um nome próprio comum” (FOUCAULT, 2001, p. 2). O autor pode tornar-se, portanto, tanto um discurso quanto porta-voz de diferentes discursos em sua trajetória.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Neste sentido, compreendemos discurso como um conjunto de enunciados que não se reduzem à fala e objetos linguísticos, mas que estão submetidos a regularidades na ordem dos discursos, nos termos de Michel Foucault. Neste caso, a região Mato Grosso do Sul pode ser caracterizada como um discurso na medida em que é enunciada e anunciada com características únicas, fruto de um processo de lutas e classificações, afinal “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2014, p. 10).

Neste sentido, o autor deixa de referir-se a uma existência individual e passa a fazer parte de uma trama discursiva, na qual se luta por efeitos de verdade. Isso porque, na genealogia do autor, o nome como marca individual não é suficiente quando se trata da tradição textual, e “a ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado e a ligação do nome do autor com o que ele nomeia não são isomorfias nem funcionam da mesma maneira” (FOUCAULT, 2014, p. 11). A função-autor separa o indivíduo de seu discurso e seria “falso buscar o autor tanto do lado do escritor real quanto do lado do locutor fictício: a função autor é efetuada na própria cisão – nessa divisão e nessa distância” (FOUCAULT, 2014, p. 19).

Sendo assim, a relação entre autor e campo pode ser intermediada pela ideia de função-autor no âmbito dos discursos a partir da metodologia de trabalho, pois,

estudar os discursos não mais apenas em seu valor expressivo ou suas transformações formais, mas nas modalidades de sua existência: os modos de circulação, de valorização, de atribuição, de apropriação dos discursos variam de acordo com cada cultura e se modificam no interior de cada uma; a maneira com que eles se articulam nas relações sociais se decifra de modo, parece-me, mais direto no jogo da função-autor e em suas modificações do que nos temas ou nos conceitos que eles operam (FOUCAULT, 2001, p. 27-28).

Este viés metodológico, nos permite perceber o salto da posição do autor: de uma irrelevância no campo intelectual para a condição de patrono do IHGMS e a posição de bibliografia fundamental da história de Mato Grosso do Sul. A hipótese que nos ocorre é: a obra de Melo e Silva foi escolhida porque narrou um espaço considerado privilegiado, e tornou-se um mecanismo de forja de região que não esteve vinculado ao autor dos textos, mas a função-autor e seu conteúdo. Poderia ter sido qualquer um a narrar aquela obra. A autoridade do texto não está contida no fato de ter sido escrita por Melo e Silva, mas por ter narrado um território que, posteriormente, foi feito politicamente distinto, foi elevado à condição de região, deslocando sutilmente os sentidos propostos originalmente na relação

Fronteira-Nação, e reafirmando outros, intencionalmente ou não. Está embebido, portanto, do paradoxo foucaultiano do comentário das obras:

Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito (FOUCAULT, 2014, p. 24).

Este processo torna necessário empreender a busca pela genealogia dos conceitos em que a obra pode ser compreendida, que também é um instrumento metodológico poderoso, principalmente no que diz respeito a discussões de Nação, Fronteira, Memória, Identidade e Representação, que podem ser ferramentas importantes de análise documental.

Sendo assim, e considerando a trajetória dos textos de José de Melo e Silva, nossas fontes nos permitem dizer que sua participação em diversos campos, mesmo que com o pouco ou nenhum alcance de sua obra que o legaram à condição de anonimato no campo político e intelectual brasileiro da década de 1930 e 1940, a trajetória de seus textos submeteu seu nome próprio à condição de função-autor. Tal dispositivo possibilitou ainda que houvesse nova reviravolta na mesma medida em que houve uma transformação no campo discursivo: Em 1979, o Sul de Mato Grosso também tornou-se um nome próprio, Mato Grosso do Sul. Isso está diretamente ligada ao retorno às obras de Melo e Silva para fazer nascer socialmente uma região, buscando em sua obra elementos de autoridade sobre o passado testemunhado, a paisagem narrada e as reivindicações de investimento federal ali contidas, de forma que fossem reatualizadas aquelas demandas e fosse impressa, por meio de sua obra, uma região retroativa. Ao republicar a obra de Melo e Silva, o IHGMS coloca novamente em circulação textos impressos reposicionados como discursos de constituição de região.

Considerações finais

Neste sentido, José de Melo e Silva esteve envolto em uma trama discursiva. Num primeiro momento, tornou-se um anônimo em ambos os campos que procurou visibilidade. Construído por um contexto social e linguístico, confundiu-se com sua própria obra. Ao procurar instituir o real, foi por ele instituído. Até seu nome próprio esteve em jogo, foi tensionado em uma trajetória que excede à existência individual. Autor e obra ocuparam diferentes lugares em diferentes discursos a trajetória dos textos.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Assim, a materialidade e a discursividade presente na função-autor de Melo e Silva pode ser entendida tanto como um processo de redescoberta em *Canaã do Oeste* (1989) “fenômenos de analogia ou de isomorfismo que, a partir das formas atuais do saber, tornam perceptível uma figura que foi embaralhada, ou que desapareceu” (FOUCAULT, 2001, p. 24); quanto por uma reatualização, no caso de *Fronteiras Guaranis* (1939) “a reinserção de um discurso em um domínio de generalização, de aplicação ou de transformação que é novo para ele” (FOUCAULT, 2001, p. 25).

Esta redescoberta tem sentidos específicos, pois a primeira opção de republicação foi a segunda obra de Melo e Silva, e não a primeira. O que estaria inscrito neste reordenamento dos discursos? Ora, o “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2014, p. 25). Neste sentido, a criação simbólica de Mato Grosso do Sul, a partir de 1979, buscava instituir uma nova região no imaginário local e federal. A busca pelos textos de Melo e Silva montou uma operação discursiva para convencer e fazer crer essa ligação com o passado e o regional. Esse tipo de movimento foi objeto de estudo e crítica de Albuquerque Jr.:

A região, portanto, é um objeto em permanente construção e desconstrução, em constante movimento, embora seja uma característica dos discursos e das práticas regionalistas a busca da cristalização, da imobilização de uma dada forma, de uma dada significação ou definição para o regional (ALBUQUERQUE, 2008, p. 63).

Outrossim, este trabalho expõe a compreensão de José de Melo e Silva sob uma trama discursiva, na qual o seu nome próprio foi tensionado em diferentes tempos e espaços. Neste sentido, pode-se dizer que autor e obra se confundiram na medida em que as definições da região e do regional estiveram em jogo no Mato Grosso do Sul. Para retomar a frase do próprio Melo e Silva: *numo dat quot nom abem*, significa em tradução literal: “ninguém dá o que não tem”. Em outro sentido daquele usado pelo autor, questionamos: seria possível que Melo e Silva construísse o Mato Grosso do Sul antes de sua existência? Teria condições de fazê-lo? Entendemos que sua obra tem sido submetida a diferentes operações discursivas para legitimar projetos de existência regional, cujo nome próprio foi tensionado em diferentes ambientes sociais e assumiu funções específicas em discursos de região. No entanto, esta é uma outra história.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unesp - Campo Mourão

Referências

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muñiz. O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Revista Fronteiras**, Campo Grande, v. 10, n. 17, p. 55-67, 2008.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- _____. O mercado de bens simbólicos. In: _____. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- _____. Habitus Intelectual e Condição de Classe. In: _____. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013b.
- _____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA; AMADO. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.
- CÂNDIDO, Antonio. Prefácio. In: MOREIRA, Luiza Franco. **Meninos, Poetas e Heróis: Aspectos de Cassiano Ricardo do Modernismo ao Estado Novo**. São Paulo: EdUSP, 2001, p. XX.
- CENTENO, Carla Villamaina. **José de Melo e Silva: A Educação para a Nacionalização da Fronteira de Mato Grosso com o Paraguai (1939-1948)**. In: ALVES, Gilberto Luiz et al (Org.). **Pensamento e Práticas Educacionais: Entre clássicos, Instituições Escolares, Educadores e o Mercado**. Campo Grande: UNIDERP, 2007a. p.15-44.
- _____. **José de Melo e Silva: Construindo uma biografia por meio de tênues pistas**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Dossiê Patrimônio, Cuiabá, n. 70, p. 156-170, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- _____. O que é um autor? In: _____. **Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 264-298.
- OLIVEIRA, Lúcia L. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PEREIRA, Eliane M. C. Manso. O Estado Novo e a Marcha para Oeste. **História Revista**, v. 2, n. 1, p. 113-129, jan/jun, 1997.
- TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções: entre a formação do leitor e o mercado de livros. In: BRAGANÇA, Anibal; ABREU, Marcia. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

UMA INTERPRETAÇÃO DA RELIGIOSIDADE LUSO-BRASILEIRA NA PERSPECTIVA PSICOSOCIAL DE RUDOLF OTTO

Michel Kobelinski¹

Introdução

A colonização do Brasil foi marcada pelo encanto e pela brutalidade. Os estereótipos afirmavam constantemente a falsa premissa da insensibilidade ameríndia. Aliás, o termo sensibilidade significa perceber a si mesmo diante do mundo, a capacidade de conter-se, de agir e reagir a estímulos físico-psíquicos, capacidade que se expressa através de sensações, condutas, imagens e representações, as quais oscilam ao longo do tempo, mudando tanto as percepções quanto os comportamentos no interior de uma cultura, tendo também, na maior parte dos casos, a influência de outros grupos humanos².

O trabalho de Deckmann Fleck (2003) representa um ponto de partida para a análise das sensibilidades religiosas no final do século XVIII. De forma indireta também é possível estudarmos as sensibilidades indígenas. Portanto, nosso pressuposto, embasado na vertente teórica História Cultural das Sensibilidades, defende a possibilidade de averiguar, nos documentos, uma história das emoções e dos sentimentos. Contudo, não a consideramos isolada da história dos modos de pensar de uma época. Mesmo porque, nossa convicção é a de que a investigação histórica circunscreve-se aos modos de ser, pensar e sentir.

Na história brasileira o indígena foi visto como um ser cruel e cevicioso, um ser irracional e incapaz de se desprender de sua animalidade. E, por isto, devia sujeitar-se à conquista, à catequese e ao trabalho braçal (RAMINELLI, 1996). De acordo com Fleck (2003), as narrativas de cronistas, viajantes e missionários eram seletivas e tendenciosas. Elas não levavam em conta a cultura do outro. Assim, do mais exacerbado sentimento de superioridade, foram incapazes de compreender os simbolismos e as sensibilidades outras.

¹ Michel Kobelinski é Professor de História da América (Unespar, União da Vitória) e do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória (Unespar), campus de Campo Mourão. Pós-doutor pela UFPR, linha de pesquisa Intersubjetividade e pluralidade: reflexão e sentimento na História. Entre suas publicações constam: Ufanismo e ressentimento: de Minas Gerais aos Sertões de São Paulo (século XVIII) (2012), Escritos sobre História (2013), Reflexões sobre História (2013), Nuevas Sensibilidades en América Latina: ensayos de historia y literatura (2016), The inventory of botanical curiosities in Pierre-François-Xavier de Charlevoix's Nouvelle France (1744), (História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 2013) e Negation and exaltation of the sertanistas of São Paulo in the discourses of Pierre-François-Xavier de Charlevoix, D. José Vaissettean Gaspar da Madre de Deus (1756-1774). Manufacturing otherness: missions and indigenous Cultures in Latin America, 2013. Contato: mkobelinski@gmail.com

² Sobre história e sensibilidades e, especificamente, sobre o termo “sensibilidades” ver: Pesavento (2004); Pesavento e Langue (2007); Ertzogue e Parente (2006).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Igualmente os discursos jesuíticos, ressignificaram as tradições culturais dos Tupis-Guaranis. Na verdade, os sentimentos de piedade e devoção, manifestados nas festas, nas danças, nos cantos e nas saudações lacrimais, não podem ser vistos apenas como estratégia de sobrevivência ou estratégia evasiva. Significava, da mesma forma, uma manifestação da sensibilidade e da consciência de sua própria religiosidade (FLECK, 2003).

Nossa contribuição a este debate resultou de dois encaminhamentos. A disposição de analisar um episódio emblemático da história do Sul do Brasil: os contatos e os confrontos de luso-brasileiros com as populações Caingangues, nos campos de Guarapuava, 5ª Comarca de São Paulo. A outra orientação consistiu na aplicação dos conceitos de Rudolf Otto (1869-1937); a análise histórica, psíquica e cultural, bem como os conceitos de *sagrado*, ou como se refere Mircea Eliade (1992), estudo de modalidades da experiência religiosa mostrou-se pertinente aos nossos propósitos: estudar os sentimentos contraditórios nas experiências religiosas ligadas à vida e à morte nos ermos coloniais. Portanto, neste capítulo, o objetivo é analisar comportamentos racionais e psicológicos relacionados à fenomenologia do sagrado, a partir de dois eixos norteadores: a) de forma direta, investigamos as relações entre a religiosidade popular e a religião cristã entre os luso-brasileiros; b) de forma indireta, exploramos a projeção dos sentimentos dos luso-brasileiros sobre as populações indígenas em sonetos e em aquarelas e, por outro lado, a manifestação indireta da religiosidade ameríndia.

O contexto histórico

No final do período colonial, a história brasileira parecia retornar às origens. E, de fato, esta espécie de *déjà vu* era uma redescoberta retórica que ocultava as reais intenções de reis, governantes e vassallos. O avanço militar para os sertões de Guarapuava almejava aquilo que nem sempre era possível: o enaltecimento pessoal, a honraria, o prazer da conquista territorial frente aos espanhóis e o sentimento exacerbado de possuir para si toda a riqueza a ser descoberta. A ganância pelo ouro e as disputas dentro da cadeia de comando militar provocava desafetos mútuos, rigor no cumprimento das atividades, deserções e percepções ambíguas da natureza e dos índios, embora contraposta à generosidade e ao afeto.

Da mesma forma que nos primeiros contatos entre europeus e as populações americanas, ignoraram-se as sensibilidades indígenas, apesar das recomendações regias e governamentais. O argumento era o da superficialidade e da incompreensibilidade dos sentimentos indígenas. E, é claro, isto exigia o controle de práticas espirituais destoantes da ótica cristã. É curioso constatar que, os documentos que informavam à Coroa Portuguesa os

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

resultados da colonização e da política de conversão indígena do Marquês de Pombal, insinuavam um tratamento afetuoso dos indígenas e, simultaneamente, evocavam antigas crenças pagãs e simbologias cristãs, relacionadas tanto aos ritos sacramentais quanto aos elementos da natureza.

Em fins do século XVIII, no governo de Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão (1722-1798), incorporaram-se os valores do despotismo esclarecido português e novas mágoas internas entre representantes do poder, população e soldados. As ações militares, a historiografia e as produções cartográficas que continham informações sobre as áreas extremas foram valorizadas. A área de maior interesse na administração do Morgado de Mateus eram os sertões do Tibagi, situados a Oeste da capitania de São Paulo. Neste período a colônia luso-brasileira merecia atenção especial, uma vez que era objeto de litígio com os espanhóis, desde o início do século XVII. Os portugueses haviam fundado a Colônia de Santíssimo Sacramento (1680) e, em contrapartida, os espanhóis estabeleceram a colônia jesuítica de Sete Povos das Missões (1687), ocupando a colônia luso-brasileira. Apesar de os conflitos serem amenizados pelo Tratado de Utrecht, em 1713, as tensões permaneceram. O Tratado de Madrid (1750) assegurava à coroa espanhola, a soberania da colônia de Sacramento, e à coroa portuguesa, o domínio de Sete Povos das Missões. Mas isto não foi suficiente para aplacar as disputas. A aplicação do princípio do direito internacional, embasado no direito privado romano, garantia que a ocupação de um território implicava em sua posse, isto é “*uti possidetis, ita possideatis (como possuís, assim possuís)*” (GONÇALVES, 2010, p. 38).

A conquista dos campos de Guarapuava justificava-se pela necessidade de introduzir a fé cristã nos incultos e imensos sertões. Portanto, os índios deveriam ser tratados de forma afável, deveriam ser “animados com alguns presentes, para que entrem no seio da igreja e obedeçam a Nosso Rei, que os há de estimar e honrar, como tem feito” (SAMPAIO E SOUZA, 1956, p. 71)³. Um dos propósitos da conquista territorial era descobrir novas minas de ouro. Isto fica evidente quando este governo denominou a área de interesse como “Minas dos Prazeres de Tibagi” (SAMPAIO E SOUZA, 1956, p. 118-119). É neste sentido que o Tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza fora incumbido de realizar expedições militares, fortalecer as posições luso-brasileiras e colocar a bom termo a política indigenista do Marquês de Pombal⁴.

³ Ver também: Gonçalves (2010).

⁴ Sobre este assunto, ver Kok (2004).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Como aponta o historiador Nicolau Sevcenko (2003), o objetivo de Pombal era uma “ampla reforma educativa e cultural no Reino, reduzindo a influência do clero e estabelecendo um modelo de Estado leigo, baseado em premissas racionais, determinado a estimular a prosperidade econômica e garantir a segurança de seus territórios, colônias e riquezas”. Para isto era preciso reverter a independência da educação jesuítica, principalmente nos domínios de ultramar, onde as missões catequéticas explorávamos índios em seu favor e à margem do Reino. Argumentava-se que a liberdade indígena dependia do ensino leigo, da aprendizagem da língua portuguesa, da liberdade do casamento e do trabalho, os quais permitiriam “povoamento, colonização e defesa do território brasileiro” (SEVCENKO, 2003, p. 19). Porém, como a escassa população portuguesa não podia participar desta iniciativa, cabia aos soldados luso-brasileiros assumir o papel de colonos. Em complemento, a utópica estratégia consistia em abolir as diferenças entre os índios e as populações coloniais. Entendia-se que esse novo comportamento dos nativos atuaria em favor dos interesses metropolitanos, pois simultaneamente eles consolidariam a ocupação das terras em disputa e atrairiam para junto de si, os nativos que estavam do lado espanhol. O Morgado de Mateus e seu subordinado e primo, Afonso Botelho de Sampaio e Souza, pretendiam apenas as ações militares e a exploração do trabalho indígena.

O Vice-Rei, marquês de Lavradio, responsável pela política indigenista de Pombal se opunha a estas ações. No seu entendimento, os índios perderiam suas terras, sentiriam o ímpeto dos paulistas e, por isto, recomendava a paralisação das expedições militares àqueles sertões: “temia que, atacados pelos paulistas, os indígenas ou se voltassem contra os portugueses de forma geral, com medo ou ressentimento, ou abandonassem a área, indo se refugiar no outro lado das fronteiras espanholas” (SEVCENKO, 2003, p. 22). Diga-se de passagem, que no século XVIII recomendava-se a incorporação do índio à sociedade através do aldeamento e do trabalho na agricultura e na mineração. E, acaso resistissem, recomendava-se a escravização e o extermínio, uma vez que eram tidos como empecilho à civilização (KOK, 2004). Como explica Nicolau Sevcenko (2003) o documento intitulado “Notícia da conquista e descobrimento dos sertões de Tibagi”, que é constituído de narrativas militares, correspondências, sonetos e pinturas, indica que se trata de uma “peça de propaganda”, tanto da defesa das campanhas militares, quanto do tratamento de humanidade, simpatia e afetuosidade dos militares em relação aos indígenas.

Desta maneira, identificam-se entrelaçamentos políticos, religiosos e culturais nos afetos ativos e nos afetos reativos. Como a narrativa ameríndia não teve registro naquele

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

momento, amparamo-nos na análise indireta e nas informações antropológicas mais recentes. Assim, algumas questões podem ser colocadas: quais os sentimentos manifestados nos contatos e nos confrontos entre luso-brasileiros e indígenas no sul do Brasil, em fins do século XVIII? Quais as manifestações do sagrado entre os soldados e a população da Capitania de São Paulo? E, em termos aproximativos, como os Cainguangues mostraram sinais de sua experiência com o sagrado durante a ocupação dos sertões coloniais pelos soldados luso-brasileiros?

Modos de sentir

No século XVIII os comportamentos religiosos tornaram-se complexos em razão do intercâmbio entre as culturas europeia, indígena e africana⁵. Entre os paulistas que viveram nesta época estavam presentes novos comportamentos, como o temor e a evocação do sobrenatural. Isso acontecia quando eles se sentiam intimidados pelas forças da natureza ou se colocavam em perigo. Estes comportamentos também estavam associados a pequenas esculturas sacras feitas de barro cozido (chamadas de *Paulistinhas* porque existiam apenas em São Paulo), as quais rendiam homenagem a Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio e São João (ETZEL, 1971, p. 108-109).

As *Paulistinhas* representavam o sagrado e, ao mesmo tempo, um simulacro do altar da igreja. Estimulavam a fé, estabeleciam relação sensorial e perceptiva com o misterioso, com o terrível e com o fascinante. De acordo com Ailton Alcântara (2008, p. 82) “estas pequenas imagens de devoção se tornaram um elemento catalisador de sentimentos, presentes nos lares de uma região rural carente, despojados de vaidade e prepotência, traço típico das pessoas humildes consumidoras destas imagens sacras, cuja fé católica permeava o destino”. Este tipo de comportamento religioso demonstra a necessidade da religião, que se manifesta na prática contemplativa de devotos humildes, na veneração de objetos artísticos e piedosos, que carregavam em si mesmos, alto valor simbólico. Na perspectiva de Otto (2007), a religião traz em si mesma, aspectos racionais e irracionais, porém o segundo elemento é preponderante, pois ao contrário esgotaria “a ideia de divindade” (p. 34) e fugiria do que chama de “religião mais profunda”, do “totalmente outro” (p. 62). Como veremos mais à frente, em várias situações análogas, o *numinoso* também compreende o sentimento de beatitude (*mysterium fascinans*), observável entre os paulistas e também entre os lusitanos.

⁵ Serge Gruzinski (1999), ao estudar a mesoamérica assinala que, nas relações entre vencedores e vencidos, prevaleceu a pluralidade da mestiçagem (biológica, linguística, cultural, de comportamentos, etc.). Ver também Gruzinski e Bernard (1997).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Assim, nestas práticas de arrebatamento do século XVIII, presenciemos o sentimento de salvação, encanto e alívio. Contudo, como esclarece Otto: “o que o demoníaco-divino tem de assombroso e terrível para a nossa psique, ele tem de sedutor e encantador” (p. 68)⁶.

Esta ambivalência, que torna a religião necessária aos homens, seja como função, seja como necessidade, e que permite uma vida melhor pela manifestação de admiração e temor por Deus, podem ser exemplificadas em outras passagens dos relatórios das expedições militares aos sertões da capitania de São Paulo (VERGOTE, 1996). A título de exemplo constam invocações, ladainhas, terços, missas, orações, cruzes, ermidas, capelas, oratórios e a denominação topográfica dos sertões, caracterizam essa dualidade na devoção aos santos da Igreja Católica, cujos objetivos eram propagar a fé cristã, preparar para a morte, evitar febres palustres ou epidemias, enfrentar tempestades e remediar a fome.

O frei beneditino Antônio de Santa Tereza do Espírito Santo que acompanhava a expedição de Estevão Ribeiro Baião convalidava tais sensibilidades nos processos litúrgicos, de enfermagem e de exploração dos sertões de Tibagi. Sua função era “minimizar o medo da morte e encaminhar a alma à salvação”. Sua narrativa valoriza o providencialismo divino, especialmente durante a morte de seu comandante após uma incursão aos sertões: “o capitão Estêvão Ribeiro faleceu depois de três dias, que chegou a sua casa: eu o senti, e fiquei certo, que se não fosse a sua moléstia, havia de dar conta desta diligência, porém, já que Deus assim foi servido, permita tê-lo na sua glória, e a nós dar-nos vida para o servir”⁷. Em sua carta (20/011/1769), escrita às margens do rio D. Luis, “pôrto de São Rafael” e, encaminhada a Afonso Botelho, justificava-se a força da natureza sobre os soldados, a falta de mapas e a precariedade das informações para mostrar que fazia mais do que era determinado. A expedição perdeu-se na imensidão dos sertões e foi marcada por uma mescla de sentimentos de felicidade, medo e angústia. O mal-estar geral também se referia à maneira como as populações foram submetidas ao esforço de conquistar os sertões, à “ruminação da dor” e a impossibilidade da reação⁸.

Pelo que ficou claro nas narrativas militares, há um campo de absorção dos elementos culturais e religiosos pela via *numinosa*. No relatório de Estevão Ribeiro Baião, por exemplo,

⁶ O termo *numinoso* vincula-se à transcendência do divino, significando algo que lhe é exclusivo, indizível, inexplicável, impronunciável e que a permite existir (OTTO, 2007, p. 37).

⁷ Ordens que foram ao tenente Francisco Lopes da Silva em 2 de janeiro de 1770 (SAMPAIO E SOUZA, 1956, p. 101-102). Para Reinhard Maack (1981, p. 46), Estevão Ribeiro Baião estava com malária, mas as fontes indicam apenas o termo moléstia.

⁸ O problema da militarização promovida pelo Morgado de Mateus causava pavor. Afinal de contas, havia ordens expressas para alistar toda a população masculina de “quatorze a sessenta anos” para servir nas Tropas Auxiliares “sem exceção de nobres, plebeus, brancos e mestiços”.

a esquadra não deu continuidade às explorações mesmo precisando caçar pelo fato de “os homens terem medo” do dia de São Lourenço (10 de agosto de 1769), “que diziam ser aziago”, tanto que levantaram uma cruz e ouviram missa. Trata-se de um reflexo da psique, isto é, a percepção de si, o sentimento de criatura, que se torna ainda mais denso ao pressentir algo oculto. O *tremendum* (temor ou santificação), que se evidencia acima por um calendário religioso e, indiretamente por uma referência bíblica, conota uma “inacessibilidade absoluta” à ira do criador. Assim, “a ira é complementada com elementos da razão ética: justiça divina na retaliação e punição por falta moral” (OTTO, 2007, p. 51).

As *nominatas* seguem a tendência do *mysterium fascinans*: “chamou-se este pouso de S. Bartolomeu, por pousarmos aí em seu dia” (23 de agosto de 1769); “o capitão e eu chamamos a este porto de S. Rafael por chegarmos à sua foz, no dia dele”; “na terça-feira, continuei a jornada, e indo por diante, achei o rio, que procurava, o qual julguei ser o mesmo que se procurava pelos sinais acima; e para satisfazer à promessa, que fiz à Senhora Santa Ana, logo rezamos a ladainha”. Frei Antonio de Santa Tereza também incluía associações entre um antigo universo mental e religioso às “lembranças” de paisagens da topografia portuguesa: “no dia 12 sábado, prosseguimos adiante por áreas campestres, e passamos o primeiro braço do Ubaí, a que chamei de Rio da Ave em memória a outro de Portugal, e por se matar nele um pato”; “chamei rio Tinto em memória de outro de Portugal”. O referencial simbólico traz à tona o chão pátrio, o solo português cuja referência espelha a rocha original que dá origem aos “filhos” e, portanto, a partir de seus mais “elevados” representantes portugueses estabelecidos na colônia, dava um sentido à dominação dos sertões enquanto extensão material, “ideológica e sensível” do Império luso-brasileiro.

Em 1771, o capelão voluntário, Inácio Abraão de Santa Catarina solicitou seu desligamento das expedições militares aos Campos de Guarapuava, alegando enfermidades, falta de alimentos e a dificuldade em avançar para os interiores. O comandante das expedições, Afonso Botelho de S. Paio e Souza não concordou com isto e esclareceu: “parece-me que não é novo padecer no sertão o que fora dele tinha experimentado tantas vezes, por cuja causa não devo privar a essa expedição da estimável pessoa de Vossa Reverendíssima quando considero, que fora do sertão tem padecido maiores moléstias do que as que presentemente padece”. Havia ainda a necessidade de suas palavras, como as que havia pronunciado durante a páscoa. Sua ausência perturbaria os homens, impedindo-os de cumprir o seu papel. A seu ver, tal atitude seria imoral. Não deveria ceder aos embaraços demoníacos às portas do sertão e tão perto de cumprir os desígnios divinos. Em vão, o comandante

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

enfaticava a necessidade da religião, tanto como ritual purificador (*tremendum*), quanto como reconhecimento do Criador (*mysterium fascinans*):

tenho mais que dizer a Vossa Reverendíssima o motivo, que me obrigou a encaminhar-lhe para essa expedição foi para que tomando o gentio, como já se tinha visto, pudesse dispor a redução deles, e o bom trato, que queremos conservar com esta gente, pois se Deus foi servido, que resistíssemos a tantos trabalhos, vencêssemos tanta dificuldade, e gastássemos tanto tempo para acharmos caminho, que nos levasse para as portas do sertão, estando tão perto, como se me informa, parece que o mesmo Senhor quis dificultar-nos tanto a ação para conhecermos a grandeza dela, e agora que achamos tão bom caminho, e estamos à porta do mesmo sertão para introduzirmos nele a Fé de Cristo, pareceria indecoroso ao caráter de Vossa Reverendíssima estando tão perto, sem ver o fruto de seu trabalho, pois creio, que Nossa Senhora do Carmo, que o conduziu a esse sertão, será para adquirir muitas almas para o Céu, e levar o seu Santíssimo Nome a esses incultos sertões, e atroar os abismos com tão respeitável nome como o de Maria Santíssima Senhora Nossa.

No final de dezembro de 1771, o comandante geral das expedições, Tenente-coronel Afonso Botelho, os capitães de cavalaria Francisco Carneiro Lobo, Lourenço Ribeiro de Andrade, José dos Santos Rosa e o frei franciscano José de Santa Teresa, ao todo mais de cento e cinquenta soldados, todos voluntários, entraram nos sertões de Guarapuava. Em seu relatório, priorizou a grandiosidade da natureza como obra divina. Eis aí novamente o sentimento beatífico do fascinante. As chuvas e o tempo fechado provocavam estados depressivos temporários, mas marcados pelo milagre. Assim, a “predisposição psíquica” provocada pelo *mysterium tremendum*, manifesta-se entre os soldados luso-brasileiros na experiência milagrosa:

passando o rio na cachoeira, que faz o mesmo porto, e permitia vau com algumas dificuldades, pela corrente, que faz o despenhado das águas, e muito mais pelos caldeirões, e canais, que tem pelas lajes, em que tropeçando os cavalos fica evidente o perigo. Como sucedeu nesta ocasião, que caindo os cavalos de quatro camaradas, um destes se avizinhou à morte por não se poder desembarcar dos estribos, sendo levado pelo impulso das águas a lugar fundo, onde se viu dar três voltas o cavalo por cima dele, e que por milagre de Deus escapou, e assim mesmo continuou a viagem. Deste perigo se livrou o dito tenente-coronel, pois caindo o cavalo, lançou-se fora da sela com brevidade, e ficou em pé no meio do rio, dando-lhe a água por baixo dos braços, e sendo socorrido pela gente de pé, que se lhe avizinhava para acautelá-lo o mesmo perigo, passou a pé o mais arriscado até ganhar uma laje alta, que está quase em meio ao rio, o qual tendo nesse passo mais de cinquenta braças de largo, a maior parte dele é perigoso, por cujo motivo para não repetir o perigo e voltar à barraca para mudar roupa, o fez no meio do rio sobre a mesma laje, mandando-a vir pela gente de pé, que a de cavalo corria o mesmo risco, ficando o referido sucesso a este rio o nome Jordão (CARVALHO, 1956, p. 28-29).

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

A *nominata* acima também remonta aos primórdios da religião. No discurso religioso embasado no Novo Testamento, por exemplo, dá-se grande ênfase ao ritual de batismo que significa nascimento, regeneração e purificação. Foi nas águas do rio Jordão que Jesus Cristo foi batizado por João Batista, e este o batizou. O fato de alguns membros da expedição de Afonso Botelho serem “batizados” nas águas daquele rio permitem várias ponderações. A imersão, nesse caso aponta para um ritual de iniciação, uma forma de batismo, que significa vida. Como a água alude ao oceano, ao meio amniótico, os rituais a ela relacionados evocam um contato materno. Portanto, lembravam também, “renascimento ou regeneração”. Segundo Espírito Santo (1990), as fontes de água que brotam da terra também possuem prestígio sagrado e significado; na maioria dos casos, mais simbólico do que medicinal. Contudo, outra alusão é recorrente e simultânea, a aspersão. As provações daqueles homens foram recompensadas com o milagre divino (*mysterium fascinans*). No Velho Testamento, a busca pela terra prometida revolve o imaginário social e abarca uma profunda dimensão que se solidificou através dos tempos⁹. Para Espírito Santo, constata-se que “a localização, o nome e a paisagem da aldeia foram escolhidos por heróis míticos. Das montanhas até às menores concavidades dos rochedos, toda a paisagem ostenta a marca sagrada dos gênios fundadores”. Sem estas marcas, o ambiente é considerado perigoso, ao contrário da aldeia, que é um espaço fechado e seguro em razão de seus limites definidos e assinalados por representações diversas como “fontes e cruzes”.

Diga-se, que em Otto, o sagrado é composto por categorias apriorísticas, ou seja, vai além da simples percepção da primeira origem porque é inerente à psique humana, abrangendo os componentes racionais (organizar em conceitos) e irracionais (indizível, inominável). E, de fato, se o conhecimento se inicia com a experiência, esta não o define, pois se estrutura em impressões sensoriais. Deste modo, a conceituação de Deus é condicionada e

⁹ Para Michel Vovelle (2004), a religião popular é injeção temática, que obriga os historiadores a terem uma definição consensual, pois elas são muitas para podermos tipificá-las. Ela pode ser independente, residual e imóvel, pois seus resquícios foram provenientes do paganismo, de “superstições”, “gestos mágicos” (Boligni). Mas a relação entre a imobilidade e os traços estruturais intangíveis (Carla Russo) é tão problemática quanto à dicotomia povo-elite. E, de fato, parecem ser uma coisa só. A religião popular e a religião oficial também são forças culturais dentro de uma mesma relação dialética (Gramsci). Contudo é na longa duração que se verifica, por parte da igreja a sua aceitação parcial. Depois, com as ordens mendicantes e as pastorais, as elites religiosas se sentiram ameaçadas pela “cultura rural e oral”, promovendo um novo modelo de cristianização. O qual culminou com um modelo que “aculturou” as práticas pagãs, exercendo práticas repressoras, que impeliram a religião popular para as capelas provinciais (Delumeau). Desse modo, além de o autor nos dirigir para as origens pré-cristãs, considera que a religião popular não é imóvel ou residual, ou outra religião proveniente do paganismo, conservada exclusivamente no mundo rural, mas também relacionada às assimilações, contaminações e criatividade popular.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

precedida da experiência com o sagrado. Em outros termos, a “religião não se esgota em seus enunciados racionais” (OTTO, 2007, p. 36).

Aliás, na descoberta dos sertões, o comandante Affonso Botelho de Sampaio e Souza relacionou a percepção da natureza ao processo civilizador luso-brasileiro e às origens da história judaico-cristã. Afirmava ele em 22 de dezembro de 1771: “cheguei a estes campos de Guarapuava no dia de Santa Bárbara, 4 de dezembro, pelas 3 horas da tarde, com gente e equipamentos, que consta no mapa incluso, passando todo o sertão, que é mato grosso, de 30 léguas”. À “primeira vista”, a paisagem e a natureza levavam à monotonia, ao cansaço e ao deslumbramento perante sua vastidão. Mas depois, estes elementos tornavam-se “íntimos” e sublimes porque são os elementos constituintes da idealização nacional e uma referência ao jardim do Éden (Gênesis, 2 e 3), que deveria ser cuidado e guardado: “campos, ribeirões e cachoeiras” são “alegres e de boa aparência”. E, se a princípio “os cavalos não aturavam o mato por que há pouco pasto” (...), na paisagem de planalto, os “pastos bondosos” eram propícios à atividade criatória: “se Deus permitir que se povoem será um delicioso país” (SAMPAIO E SOUZA, 1855, p. 245). Então, nesta perspectiva, as benesses divinas não se restringiriam ao ar puro, à água excelente e à terra fértil. Significavam também conquista territorial, riqueza e predestinação dos lusitanos: “e assim podem formar-se muitas fazendas e povos, de onde resulta para sua majestade grandes utilidades, pois também há esperanças de ouro para a parte de oeste”.

O que podemos concluir pelos indícios da narrativa acima exposta é que há o deslumbramento com a obra do criador e, depois, sua associação à predestinação lusitana, envolvem o que Otto chamou de harmonia de contrastes. Ora, se *numinoso* é simultaneamente arrepiante e prodigioso, o mistério que não pode ser revelado, pelo menos, pode ser insinuado pela correspondência estética. Assim, o *excelso*, o sentimento de sublime “humilha e eleva ao mesmo tempo, reprime a psique e a transporta para além de si, desencadeia, por um lado, um sentimento semelhante ao temor e, por outro, enche a pessoa de felicidade”. Em segundo lugar, de acordo com Otto (2007), o sentimento de sublime (*excelso*) se “aproxima” do *numinoso* e sugere uma mudança no modo de sentir (o povo escolhido, na narrativa). Contudo, “não se trata, na verdade, de uma transformação, e sim sou eu que passo de um sentimento para outro, mudando-se o meu estado, onde um sentimento gradativamente diminui enquanto o outro aumenta” (OTTO, 2007, p. 83). Desta maneira, devemos admitir a individualidade de Affonso Botelho de Sampaio e Souza e a aglutinação coletiva de sentimentos, representada por sua narrativa.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

Desta maneira, no dia 8 de dezembro de 1771, sábado, véspera do dia de Nossa Senhora da Conceição, a cruz e o batismo do território significavam a conquista humana do meio selvagem: “pelas 11 horas se principiou a missa, foi cantada pela melhor forma que foi possível e no fim se deu uma descarga de 4 tiros de artilharia”. Mas, com a intensificação dos contatos com os índios Caingangues e a dramaticidade das experiências, a paisagem imaginada de Afonso Botelho esmaece. Ao chegar no “primeiro alojamento dos índios”, depreciou a cultura material (SAMPAIO E SOUZA, 1956, p. 21)¹⁰, os estranhos hábitos alimentares, a forma de armazenamento dos alimentos pelos índios¹¹. Depois, no dia dezesseis, durante a noite, diante de um relicário instalado sobre um lenço, chamou a atenção um “besouro muito grande”, permanecendo ali até o final das orações, para logo depois ser incinerado “por se lembrarem, que o inimigo nesta figura queria embarçar o bom princípio da continuação com os índios e a grande esperança de reduzi-los ao conhecimento do verdadeiro Deus” (SAMPAIO E SOUZA, 1956, p. 31).

Nesse ato, fica clara a simbologia parental da religião popular portuguesa na qual entram em combate “imagens do pai e da mãe”, ou seja, do Sol e da Lua. O sobrenatural se manifesta repentinamente nas encarnações do mundo animal. “O animal preto é ‘ruim’, cúmplice da Lua e mensageiro das potências ctônicas – agrada ao Demônio, que tanto é Príncipe das Trevas como Lúcifer (o que engendra a luz)”. Animais ou mesmo insetos de coloração escura significam mau presságio e, além disso, são associados à imundície, repugnância, desprezo. São abundantes, nocivos e “pululam na América” (GERBI, 1996).

Em seguida, os documentos informam sobre a cautela em relação aos indígenas: “tratando-os com todos os sinais de amor, e desejosos de conservar tratos de amizade até conseguir o fim de os reduzir ao grêmio da Igreja, verdadeiro projeto desta expedição”. Assim, durante mais de vinte dias, as relações entre a expedição e o “gentio” se manteve amistosa; as visitas dos indígenas foram constantes e tudo parecia normal. Além disso, o acampamento provisório serviu de base para outras explorações, evidenciando a conquista e a

¹⁰ Desprezaram-se “alcôfas, cestinhas”, “panelas, porongos, ou cabaços grandes”, “carracaxazes”. Elogiou-se apenas um adorno - simitrunfa - novelos de fio e uma fita branca.

¹¹ Relação do primeiro encontro que tivemos com os índios do sertão do Tibagi, nos campos de Guarapuava, aos 16, e aos 17 de dezembro de 1771 (SAMPAIO E SOUZA, 1956, p. 30). No interior dos “ranchos” havia “cabaços de mel”, mas ao redor da aldeia, “nas fontes vizinhas milho de molho, e nos lagos pinhão, e outros viveres que costumavam sustentar-se”. Entre os índios Caingangues não foram descritas imagens correspondentes às esculturas sacras de São Paulo, as Paulistinhas, embora estas possuam alguma correspondência às simiés ou zemes da Mesoamérica, por terem como significado a simulação e sentidos que extrapolam os da própria imagem. Os cemiés ou zemes eram conjuntos de objetos de adoração de pedra, madeira, com nomenclatura de um ancestral, que tinham funções políticas, climática, terapêutica, agrícola, etc. Eram entidades vivas ou inanimadas que possuíam uma memória ancestral. Ver: Gruzinski (2006).

posse do território ocupado: “não só para tomar verdadeiro conhecimento daquele país”, como para conhecer os grupos indígenas neles existentes (SAMPAIO E SOUZA, 1956, p. 21). Porém, o Rio Jordão tornou-se local de conflito e de morte de sete membros da expedição, em oito de janeiro de 1772:

Caíram na imprudente resolução em passar o rio com eles cada um por sua vez Manoel Pinto, José Pinto, Vicente Domingos, João de Ramos, o soldado Manoel Francisco, Lourenço camarada do reverendo capelão, um rapaz do Capitão José dos Santos, todos a pé, e sem armas, e o capitão Carneiro a cavalo, e de lá persuadidos dos carinhos daqueles bárbaros os acompanharam até encobrirem-se com a lombra que fica quase meia légua distante do nosso abarracamento, levando-os com muitos folguedos, e brincos até onde estava grande multidão de que tinham ficado escondidos, e os fizeram parecer com muita crueldade, que bem mostravam a tirania bárbara dos seus corações. O Capitão, que ia a cavalo, tinha-se apeado a beber água com eles, e montando outra vez a cavalo continuava para onde eles o guiavam, acompanhando-o sempre um grande número de gentio, mas como ficava mais alto, pôde ver a um dos camaradas morto no chão, e conheceu a traição, dissimulou, e tanto que pôde ganhar alguma distância, deu de esporas ao cavalo, e a toda carreira pôde ganhar um passo pela banda de baixo, estando todo o alto coberto de índios, e correndo venceu o escapar-lhes, com a felicidade de lhe não acertarem com as infinitas flechas com que lhe atiraram, sendo providência do Altíssimo para que escapando viéssemos no conhecimento da aleivosa, e ferocidade daqueles cruéis inimigos (SAMPAIO E SOUZA, 1956, p. 267).

Afonso Botelho, em correspondência ao Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Mello e Castro, dizia que desejava atacar os índios, ir “aos seus alojamentos; queimá-los; destruí-los; degolar todos os homens, deixando somente as mulheres, e os meninos, para os educar em povoado nunca se há de viver nos campos com Liberdade” (MELLO, 2003, p. 19)¹². O referido secretário, respondia-lhe de forma incisiva:

diz Vossa Senhoria, que estes bárbaros, com a maior dissimulação, e aleivosa matarão sete Paulistas, dos que acompanhavam ao referido Tenente Coronel Affonso Botelho de Sampaio, na descoberta do do Tibagi: Porém, Vossa Senhoria deveria perguntar ao mesmo Tenente Coronel que lhe deu esta notícia: quantos milhares de índios teriam massacrado os pais e avós dos referidos Mortos? E com a embrança destes infames Massacres transmitida entre os mesmos índios de filhos a netos; que crime, ou que culpa pode-se imputar, de serem inimigos Mortais, e de defenderem as suas terras, a sua liberdade, e as suas vidas de uma nação de assassinos seus ascendentes? E de praticarem com alguns indivíduos dela, o mesmo que ela praticou com tantos milhares deles? (MELLO, 2003, p. 19).

¹² Registro de minuta de correspondência a ser dirigida ao governador da Capitania de São Paulo – Coleções de registros de ofícios e minutas remetidos para o Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Nova Colônia de Sacramento; AHU, códice 1787 (MELLO, 2003, p. 19).

Modos de representar

Os confrontos entre as tropas luso-brasileiras e os índios Caingangues foram representados em quarenta cenas elaboradas por José Joaquim de Miranda. Elas trazem imagens da superioridade portuguesa em termos de sua técnica, de seu aparato militar, do controle dos interiores coloniais. Como destacam Belluzzo e Piccoli, a série de estampas produzidas por Joaquim José de Miranda, membro da expedição militar de Afonso Botelho, tinha por objetivo a reabilitação da honra do Morgado de Mateus e de Afonso Botelho, que eram acusados de má conduta na execução dos projetos metropolitanos. As trinta e nove “estampas” que retratam o choque cultural dos índios Caingangues com o destacamento militar comandado pelo Coronel Afonso Botelho não ilustram diretamente o relatório, pois “as imagens parecem ter sido feitas com o propósito de demonstrar e convencer D. Maria I de que os índios é que tinham sido vilões da história” (BELLUZO; PICCOLI, 2003, p. 49)¹³. Contudo, este tipo de representação não era uma prática usual na “América portuguesa do século XVIII” (BELLUZO; PICCOLI, 2003, p. 44)¹⁴. Nesse caso, como notam Belluzzo e Piccoli, vinham acompanhadas de “Carta Corográfica e aquarela”. Simultaneamente, as pranchas narram a epopeia dos paulistas e a selvageria dos índios, admitindo sensibilidades em oposição.

Sem dúvida, as imagens de Miranda comportam um conjunto de significados relacionados aos modos de sentir e de representar. A mescla entre textos e imagens, produz novas mensagens e reitera os efeitos do *numinoso* e suas categorias. Deste modo, além de se referir à harmonia de contrastes e ao excelso, envereda para o aspecto do *augustum*, pois também se manifestam como respostas-sentimentos diante da experiência com o sagrado, os quais são minimamente evocados e representados em textos e imagens (OTTO, 2007, p. 90).

Note-se que as representações artísticas de Miranda trazem à tona uma utopia pastoril, onde os elementos essenciais à sobrevivência estariam disponíveis: campos propícios ao trabalho humano, a facilidade na abertura de caminhos, a abundância da caça e da alimentação, a disponibilidade de recursos hídricos e florestais necessários ao estabelecimento humano. Para Belluzzo destaca-se o barrete vermelho, uma referência àquele abençoado pelo

¹³ A autora afirma que o documento organizado por Afonso Botelho foi elaborado após a coroação de D. Maria I, em 1777, e pode não ter sido encaminhado, pois deveria existir cópia do relatório no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo do Estado de São Paulo, e não apenas em sua documentação pessoal.

¹⁴ Na documentação, aparecem apenas as legendas das respectivas cenas, que abrangem os seguintes dias do mês de dezembro: dia 17 estampas 1 a 27; dia 22 estampas 28, 29 e 30; dia 23 estampa 31; dia 28, estampa 32. Em janeiro de 1772, dia 8, estampas 33 a 39, perfazendo pelo menos cinco dias de contatos diretos em dias intervalados.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

papa e dado a Cabral antes de sua vinda à América como “signo carregado de simbologia religiosa, que evoca imagens ligadas à conversão do índio à fé cristã” (BELLUZO; PICCOLI, 2003, p. 51). Por conseguinte, outro signo importante são os uniformes militares, que também apareciam nos trabalhos de José Joaquim da Rocha (1777) e nas ilustrações do século XVIII das Minas Gerais, em Carlos Julião. Os uniformes são símbolos ligados à nobreza. Significam a transformação militar da capitania de São Paulo, a epopeia na qual os “soldados” se sacrificam perante índios bárbaros para atender às determinações reais. Segundo Sevcenko (2003, p. 23), trata-se do “primeiro documento, e por certo um dos únicos no seu período a consagrar o projeto indigenista igualitário de Pombal, subvertendo a mais flagrante perversidade do colonialismo, a preponderância do colonizador sobre as terras e as pessoas dos colonizados”.

Dois anos após este “massacre” e de uma “retirada” estratégica dos Campos de Guarapuava, o Tenente Paulo Chaves de Almeida (1956) recebeu a missão de “observar” novamente aqueles campos; eram vinte e três voluntários e seis soldados “remunerados”. De início, em seu relatório descreve-se o culto à Virgem Santíssima Senhora da Conceição, a protetora oficial das expedições. Sua imagem ia estampada na “bandeira real” da expedição (8/12/1773), pois todos eram consensuais em afirmar que ela evitara que a expedição de Afonso Botelho fosse completamente trucidada pelos índios:

Foi grande o contentamento desta noite, porque os aventureiros do acampamento formavam danças em seus quartéis, mostrando com a falta dos necessários instrumentos o que lhes sobrava de gosto, e ao mesmo tempo, que assim folgavam, disparavam vários tiros, para mostrar também que o contentamento os não fazia esquecer as armas que professavam. Mandou o senhor coronel cantar uma coroa, ladainha, hinos, e orações a Nossa Senhora, presente ele tão alegre como devoto, e assistindo o reverendo padre capelão frei João de Santa Ana Flores, havendo ao mesmo tempo fogos pelas ruas do acampamento, e muita gente que por elas passava. [...] Ao amanhecer do dia 8 se deram outros três tiros de artilharia: confessou-se, e comungou o senhor coronel, e se disse missa, no fim da qual se dispararam 5 tiros de artilharia (ALMEIDA, 1956, p. 270).

Mas, depois, a expedição do Tenente Almeida foi perseguida pelos índios e, após a retirada, “chegaram ao lugar chamado Pinhão, onde pousaram, e como se julgaram livres da infestação do gentio, não aplicaram tantas providências, como as que praticaram no campo, e por isso só debaixo de uma sentinela, que tinham para a guarda dos ranchos, pernoitaram” (ALMEIDA, 1956, p. 288). Indiscutivelmente, a parte mais intrigante deste documento foi a comoção coletiva que ocorreu no dia 21 de dezembro de 1773, uma terça-feira, quando a

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

expedição chegou às margens do rio Jordão e constatou atitudes indígenas que consideraram repugnantes:

O que mais intimamente feriu o coração de todos os da partida, foi o conhecer-se que o braço da cruz, que se deixara plantada no terreiro daquele acampamento, fora tirado de propósito pelos índios, para assim mostrar desfeitas as nossas obras, em ódio da nossa amizade, recaíndo esta feroz demonstração naquele soberano madeiro, em que o Divino Filho de Deus Padre, em forma humana, padeceu para nos remir do cativo da culpa (ALMEIDA, 1956, p. 277-278).

Tratava-se de um insulto aos cristãos e à memória dos mortos. Destruir a cruz e espalhar os ossos pelo campo era imperdoável. As declarações que se seguiram foram rancorosas e, desse modo, defendia-se a eliminação dos bárbaros, mesmo porque eles os consideravam seres inferiores. Portanto, exclamam com profundo sentimento: “falta de caridade que usam estes bárbaros em não quererem consentir debaixo da terra os corpos mortos daqueles a quem eles temiam vivos”, e não “receavam que sucedesse o mesmo na presente ocasião” (ALMEIDA, 1956, p. 278). A fereza, as atitudes sacrílegas dos índios eram renegadas por não serem condizentes com os preceitos religiosos; elas geraram um profundo rancor, já que havia ordens expressas para não revidar qualquer forma de hostilidade.

Estes episódios assinalam de forma objetiva, o que é inconcebivelmente valioso na perspectiva de Otto, o sentimento de veneração, o mais sagrado valor: “aquilo que assim é exaltado não é apenas poderoso por excelência, a exigir e impor seu poder, mas aquilo que em sua própria essência tem o direito supremo de reivindicar culto [Dienst], que é exaltado pelo simples fato de ser digno de exaltação” (OTTO, 2007, p. 92). Porém, podemos ver que há também a manifestação *numinosa* do assombroso. Especialmente quando, diante das provas, os sujeitos são levados a imaginar ou mesmo mensurar os limites do divino. Esta impossibilidade é descrita por Otto (2007, p. 80-81) desta maneira: “o monstruoso-assombroso então facilmente passa a ser o *stupendum* ou *mirium*, enquanto totalmente inesperado, tão diferente a ponto de causar estranhez”.

Assinale-se, este deslocamento, no diário de Paulo de Chaves Almeida (25/12/1774), que apresenta dois sonetos, de autoria desconhecida. Vejamos o primeiro:

Para que, ó Jordão veloz, maquinas /no curso que prossegues lisonjeiro /encobrir-
nos o cofre pregoeiro /das pedras que reclusas diamantinas. /As águas que
despenhas cristalinas / bem nos mostram de ouro ser luzeiro: /não queiras esconder
como grosseiro /as que sabemos tem joias tão finas. /Bem podes atender agradecido
/a um Souza cuja fama é tão geral /que fulmina fazer-te enobrecido; /Pois por te dar

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

a ti glória imortal, / manda que se escreva engrandecido / em teus troncos – *Viva El-Rei de Portugal.* /

Como as expedições também buscavam o ouro, o poeta relacionou o mito do eldorado às águas do rio Jordão. O conteúdo líquido, associado à suposta revelação da riqueza desejada, denota a claridade das águas à pureza da súplica, embora esta não seja endereçada diretamente a Deus. O rio, uma referência ao Antigo Testamento, incitava o poeta a se perguntar sobre a finalidade de engendrar o jogo de aparências. Assim, rio deveria se curvar ao seu soberano, deveria ser súdito. No jogo de escalas e de poder, a hierarquia foi a primeira a ser definida, em razão da predisposição real: Rei de Portugal, Morgado de Mateus, seu sobrinho e os domínios senhoriais, incluindo-se aí a natureza, as correntes d'água, enfim, o território e suas riquezas. Assim, diante das dificuldades, somente Afonso Botelho e Sampaio e Souza poderia immortalizá-lo, mostrando a prosperidade nos domínios ultramarinos.

O rio, considerado perspicaz, artiloso e dissimulado, mostrava algumas maravilhas, mas escondia o principal. Ele seduzia pela beleza cênica e ofuscava a visão, tal qual uma miragem. Suas águas límpidas lembravam a luminosidade do ouro e do diamante, embora que resistisse a transformar sonhos em realidade. Daí a súplica, que vincula-se à religião popular cristã pela alusão aos elementos naturais. A água e a árvore são símbolos sagrados (SANTO, 1990). Nos documentos também aparece o termo “tronco epitáfio”, isto é, a personificação, árvore/homem era estampada nos dizeres: “foram à margem do rio para em um tronco se escrever para a memória doces palavras: *Viva El-Rei de Portugal* o que se fêz em um grande pinheiro, que parece a natureza o produziu para este fim tão glorioso” (ALMEIDA, 1956, p. 279-280).

Não haveria algo mais profundo e arraigado na cultura portuguesa do que uma ligação obscura entre religião e natureza quando estes homens entalham nas árvores e nas rochas o sinal da cruz e as iniciais V. R. P. (Viva o Rei de Portugal)? Segundo Espírito Santo, na religião popular portuguesa esta vinculação estabelece simbologias entre as relações familiares – filho, mãe e pai –, e conseqüentemente os atos de fecundação, nascimento e regeneração que implicam permanências históricas profundas. A árvore é um símbolo religioso poderoso, frequentemente ligado à árvore da vida e ao paraíso. Nesta simbologia arbórea, há o culto à Virgem Maria onde se expõe subjetivamente uma relação maternal, manifestada nas características naturais das árvores, como o crescimento, desabrochar, proteção, sombra, flores, frutos, a fonte da vida, enraizamento. Além do mais, sua essência lenhosa estava na cruz onde Jesus foi crucificado, de forma que tornou-se um símbolo

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

maternal e de proteção, “logo a cruz/árvore é vista como uma mãe na qual o filho se deseja pregar” (SANTO, 1990, p. 43).

Em novo contato com os índios, a aproximação se fez por gestos e, percebeu-se que eles estavam “zangados”, evitavam presentes e se preparavam para o combate: “a nada assentiam, e só queriam (como supunham) inteiramente destruir-nos, pretendendo valer-se da mesma traição, com que já tinham adquirido a posse de nos tyrannizar sem receberem o castigo bem merecido pelos seus insultos” (CARNEIRO, 1986, p. 185). As tropas retrocederam. Em 30 de dezembro de 1773, os 80 índios que atacaram o forte foram repelidos. Mas, o documento só menciona que “os atingidos caíram e os outros não recuaram. À segunda descarga, porém correram para o mato” (CARNEIRO, 1986, p. 196). No dia seguinte, as tropas enfrentaram mais de 400 índios; eles foram repelidos com a descarga de armas de fogo e, “vendo que se tornavam a carregar, e disparar, pondo muitos as mãos onde recebiam dano, se voltaram com todos repentinamente para o mesmo mato onde se haviam escondido a primeira vez” (ALMEIDA, 1956, p. 285). Em 2 de janeiro de 1774, encontraram o acampamento base Nossa Senhora do Carmo em ruínas. Isto causou um sentimento de impotência diante da afronta.

O segundo soneto, que aparece nesta documentação, expressa o sentimento de impotência, da seguinte forma:

Onde está, Fortaleza, onde a escultura / que em ti foi por um Marte decifrada / pois que ostentas, só vejo eternizada / essa que aí conservas, sepultura? / Com valor um herói a ofensa dura / vingar-te quer, ó Tróia destrozada, / lembrando de que foste despojada / sem respeito a tão alta arquitetura. / Dos bárbaros verás essa fereza / por um, Mavorte irado já vencida / para glória imortal da redondeza / Verás esta campanha reduzida / à nossa sujeição, sem ter defesa, pela espada de um Afonso, embravecida/.

A impotência se ampara na mitologia e na impossibilidade de desforra plena. O mito catalisa a crítica ao relacionar uma situação à Marte, deus da guerra dos romanos. Assim, a impotência, isto é, o não agir, assemelha a ruína do forte Nossa Senhora do Carmo à Tróia. A inconveniência era os soldados se parecerem com os cadáveres emboscados. Numa hierarquia impertinente da inércia, os soldados se reificariam em escultura e arquitetura. O conveniente seria a resposta à altura. Fereza contra fereza. Só assim haveria sujeição e obediência à navalha de Afonso Botelho. Diante de uma paisagem em ruínas o autor assume o papel de herói bárbaro. Sua vingança, sua justiça e valores se manifestam em seus versos. Em outra parte da documentação se desvela a inspiração do autor:

Quebraram as cangalhas, arrasaram os ranchos e, o que sentimos, foi lançarem por terra a Sagrada Cruz, que no terreiro se havia levantado novamente; e ainda não satisfeitos com esta feroz demonstração de sua barbárie, despedaçaram a mesma cruz, e lançaram as relíquias por toda a terra, ação que penetrou no íntimo do coração de todos, e os instigava a tomar a justa vingança de tão execrada barbaridade, indo para isso seguidamente aos alojamentos para destruí-los e acabá-los; porém, a obediência atou os passos e ligou as mãos, para que não obtendo o que desejavam, só arrancassem do íntimo dos doidos corações, os suspiros, e dos enternecidos olhos, as lágrimas, com que fizeram público o seu sentimento, a sua mágoa e a sua dor. Replantaram a cruz, como tão necessário instrumento para a redução daqueles infiéis, assim como foi para a nossa redenção (ALMEIDA, 1956, p. 287).

A expedição do tenente Paulo Chaves de Almeida terminava no acampamento da Esperança. No final do relatório militar, assinado por Paulo Chaves de Almeida, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, Sebastião Cordeiro e Marcelino Gomes da Costa, em 9 de janeiro de 1774, valorizou-se a honra e a glória de Deus, o interesse da Monarquia Portuguesa naqueles sertões, o benefício que os hereges teriam e, por isto, eles, colocavam-se na posição de fiéis vassallos do rei de Portugal.

É importante retomar a concepção de Otto, pois do aspecto de *augustum* do *numinoso*, especificamente seu aspecto objetivo, que ilustramos a partir dos momentos de maior comoção, resultam as noções de sagrado e de profano. Assim, “somente quando o caráter desse desvalornuminoso é transferido também para a transgressão moral, nela se instalando ou a abarcando, é que mera ‘ilegalidade’ passa a ser ‘pecado’, a anomia para a ser *hamartía*, passa a ser ‘abominável’, ‘sacrilégio’” (OTTO, 2007, p. 93).

Sensibilidades ameríndias

A correspondência do tenente Cândido Xavier, de 1770, é preciosa pelos informes sobre os grupos indígenas contatados: “de estatura agigantada, alguns são alvos, outros bem vermelhos: todos têm cabelos e barbas crescidas [...] com camisas muito alvas; uns armados com paus compridos em forma de cajado e curvos na ponta; outros de arco e flechas [...]. Também vinham uns vestidos com umas tangas curtas, que mostravam ser mulheres”¹⁵. Vários autores identificam os grupos indígenas acima descritos como pertencentes aos Caingangues, população Jê Meridional (UNKEL, 1987; BALDUS, 1937, SCHADEN, 1953, SILVA, 2002)¹⁶. Seu sistema de descendência considera a exogâmica patrilinear e uma visão

¹⁵ Cópia da carta do tenente Cândido Xavier escrita no pôrto Nossa Senhora da Victória, a 24 de outubro de 1770 a Affonso Botelho. (SAMPAIO E SOUZA, 1956).

¹⁶ Os Caingangues também são denominados coroados, bugres, ou ainda Xaclan.

VI Colóquio Nacional

Cultura & Poder

Grupo de Pesquisa
Cultura e Relações
de Poder

25 a 27 de abril de 2017
Unespar - Campo Mourão

de mundo dualista. Isto é significativo e pode explicar, parcialmente, o sentido dos contatos e dos confrontos entre estas populações e os soldados luso-brasileiros.

Nesta parte do trabalho recorreremos às cosmologias Tupi e Macro-Jê com o objetivo de apreender as manifestações sensíveis, mais ou menos comuns entre vários grupos étnicos, mesmo que coletadas em fins do século XIX e início do século XX. Desta forma, na cosmologia Caingangue, os gêmeos civilizadores, denominados de *Kamé* e *Kainru-kré*, representam uma ordem social baseada na oposição e na complementaridade. Dualismo este que engloba “os elementos classificatórios no âmbito da natureza e de sua exploração, as relações entre os homens, a organização social e ritual do espaço, a cultura material, as representações sobre as características físicas, emocionais e psicológicas, as diferenciações de papéis sociais e os padrões gráficos representados em vários suportes” (BAPTISTA DA SILVA, p. 192).

Note-se, por exemplo, que a procedência da alma (*ayvucué*), que permite dar nomes às crianças, relaciona-se às forças mágicas, aos poderes e sabedorias do divino, os quais também são localizáveis no espaço geográfico e devem ser mediados pelo xamã (*Kuiã*). Assim, o Ocidente é *olocus* ocupado pelo Deus ancestral *Ñanderuvucu*, a luz resplandecente que vive em meio às trevas, e o Oriente, pela deusa ancestral *Ñandercy* (Nossa mãe), que deu à luz aos gêmeos *Kamé* e *Kainru-kré*, cujos temperamentos foram determinados durante o nascimento pelo *acyguá* (UNKEL, 1987, p. 29-30). Como descreve Curt Nimuendajú Unkel (1987, p. 33-34), o *acyguá* “é uma alma animal”, que se junta à alma humana com o nascimento, e que se manifesta nos comportamentos brandos (*ayvucué*) e violento (*acyguá*): “a calma é uma manifestação do *ayvucué*, o desassossego, do *acyguá*. O apetite por alimentos vegetais e leves provém do *ayvucué*, o por carne, do *acyguá*”. Note-se que, tanto na dialética dos índios Achuar (Amazônia) quanto na dos índios Cainganges, homens, plantas e animais são inseparáveis¹⁷.

A chegada das tropas luso-brasileiras aos sertões de Guarapuava subverteu a sensibilidade religiosa dos Cainganges, provocando o que se pode chamar de experiência *terrífica e irracional*. O invasor luso-brasileiro pode muito bem ter sido considerado como manifestação de desequilíbrio do sagrado, provocando atração e medo, além de consolidar a

¹⁷ “Os Achuar da Amazônia equatoriana, por exemplo, dizem que a maioria das plantas e dos animais possui uma alma (*wakan*) similar àquela dos humanos, uma faculdade que, ao assegurar-lhes a consciência reflexiva e a intencionalidade, os inclui entre as “pessoas” (*aents*), torna-os capazes de experimentar emoções e permite-lhes trocar mensagens com seus pares e com membros de outras espécies, e, assim, com os homens”. Ver: Descola, 1998, p. 25-26.

crença no catastrofismo diluviano universal. Provavelmente os Caingangues constataram que os soldados, que chegaram do Oriente e passaram a explorar os espaços ocidentais interferiram na ordem cósmica sem qualquer tipo de intermediação ritualística. Adentrar os campos, as florestas e as habitações significava deturpar um espaço sagrado. Os primeiros contatos dos soldados com os índios Caingangues, já demonstravam uma quebra de protocolos culturais e religiosos desde o início. O tenente Candido Xavier, ao chegar ao Porto do Funil, encaminhou seis soldados em uma canoa para providenciar suprimentos para a tropa. Estes, depois de abaterem uma anta, confrontaram-se com um grupo de índios. O soldado Bento Teixeira colocou-se “de joelhos e bateu palmas, com as quais eles suspenderam o ímpeto e, porque os soldados botaram a canoa no largo, eles mostravam suas flechas e nos chamavam com uma língua nunca vista; mas vendo, que fugíamos, ficaram muito irritados e batiam no peito nos ameaçando” (SAMPAIO E SOUZA, 1956, p. 128). Na cultura portuguesa bater palmas para chamar alguém era corriqueiro, desde longa data (CASCUDO, 1987). Mas, para os Caingangues, a invasão de um território de caça, os gestos associados a uma língua estranha, impunham-se ao espaço sagrado ameríndio, ainda mais pela usurpação de um poder conferido apenas ao xamã. As expedições militares desconheciam o temperamento violento dos Caingangues, isto é, o *acyuguá* de jaguar ou de gato-do-mato. De acordo com Nimuendajú eles “não são como jaguares ou comparáveis a jaguares ou simbolizados pelo jaguar; não, eles são intrinsecamente jaguares, apenas em forma humana” (UNKEL, 1987, p. 34). Além disso, os índios associaram, aos luso-brasileiros, o comportamento brando (*ayvucué*), o que significava que deveriam ser dominados imediatamente, muito embora possuíssem armamentos que indicavam possibilidade de confronto.

Por outro lado, em contraponto à busca de um paraíso cristão, havia o mito da Terra sem Mal (*Yvyymarãey*), o qual estava condicionado, de forma simbólica e prática, no cotidiano e no sentimento de sagrado dos Caingangues. Segundo Schaden (1962, p. 164), entre os Guaranis a crença no paraíso (*Aguydjê*) visa a felicidade no mundo sobrenatural, que só podia ser obtida mediante o “cumprimento de umas tantas prescrições religiosas, “morais” ou simplesmente mágicas”. Este paraíso se refere a uma ilha oceânica na qual se pode conviver eternamente com as divindades. Contudo, para Schaden a fusão do mito da “Terra sem Males” ao mito da destruição do mundo por um cataclismo diluviano, decorre da influência jesuítica do período colonial, paraíso este idealizado como *locus* de refúgio e segurança, sentido atribuído ao mito que: “decorre da ativação da crença na destruição do mundo através

das experiências religiosas de determinados feiticeiros” (SCHADEN, 1962, p. 170). Deste modo, pelas informações antropológicas, os Caingangues supostamente mantiveram algum tipo de contato com os jesuítas. Sobre este assunto, Melo de Oliveira informa que os trabalhos de Nimuendajú sobre os índios Apapocúva, publicados no início do século XX, incrementaram a etnografia brasileira. As informações sobre o sagrado entre os Guaranis passaram a ser reconhecidas como testemunhos que remontavam o século XVI, permitindo-nos conhecer “o drama cósmico de um povo que vivia a certeza do fim do mundo, do dia em que a terra iria desmoronar e a espécie humana seria devorada por Jaguarový, o Jaguar Azul. O mito de Guyrapotý, o pajé legendário que reuniu os guarani e os conduziu em direção ao mar, era o fundamento das migrações místicas” (OLIVEIRA, 2015, p. 418).

Quanto ao episódio dos ossos espalhados pelo campo, atitude esta recriminada pelos soldados luso-brasileiros, pode-se afirmar que, para os Caingangues, o comportamento do invasor significava uma ameaça real e destrutiva de seu mundo, pois quebraram-se os rituais *post-mortem*, momento em que ocorria a fragmentação dos componentes do *ayvucué* e o *acyigua*, além de suspender temporariamente a ordem natural das coisas. Daí a necessidade dos rituais e das danças para convidar os deuses a conduzir os espíritos ao seu lugar de acomodação.

Considerações finais

Neste trabalho a análise se concentrou nas experiências humanas com o sagrado, vivenciadas por soldados luso-brasileiros e índios Caingangues, à luz dos conceitos de Rudolf Otto e da Histórica Cultural das Sensibilidades. Em razão da limitação que o documento impõe à interpretação do historiador, além da própria presunção de descobrir algo significativo, identificamos algumas manifestações do sagrado, que a nosso ver são muito interessantes para a historiografia da religião e para a História Moderna. Foi preciso filtrar as informações em leitura à contrapelo de uma documentação de elevada riqueza. Contudo, a associação de textos e imagens dos contatos e confrontos (Ciclo Mirandino) entre soldados e indígenas, ainda careça de maior aprofundamento, o qual não foi possível realizar neste momento. O fato histórico, aberto a este tipo de interpretação é o da Conquista dos Campos de Guarapuava (1768-1774), Sul do Brasil, capítulo à parte do governo do morgado de D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão (1765 a 1775), que envolveu, de um lado, o reconhecimento estratégico dos interiores coloniais, mapeamento de recursos hídricos e minerais, e o controle das populações indígenas e, de outro lado, a aplicação da política

pombalina de tratamento afetuoso dos indígenas. De qualquer forma, apesar de a iniciativa do Marques de Pombal ser louvável e, implicitamente ter interesses subterrâneos, as sensibilidades ameríndias foram ignoradas pelas expedições militares. As manifestações sensíveis em torno do sagrado, entre os soldados e a população colonial estavam relacionadas a invocações às imagens de santos e práticas de arrebatamento religioso, as quais tornaram a religião e suas práticas uma necessidade, tanto para manifestar a fé e a devoção, quanto para enfrentar a morte e os infortúnios da vida na exploração dos sertões coloniais. Nos episódios relativos às investidas militares pelos territórios indígenas é possível identificar algumas raízes mais profundas do cristianismo, ligadas a crenças, simbologias e ritos sacramentais ligados aos elementos da natureza. Por conseguinte os sentimentos apresentados foram diversificados e podem ser entendidos através da presença do sincretismo religioso e da mestiçagem cultural: felicidade, beatitude, alívio, salvação, encanto, sublime, bem aventurança eterna, sublime e, também, assombro, espanto, medo, ódio, rancor, angústia e melancolia. Em contrapartida, é preciso assinalar que o choque entre as culturas luso-brasileira e ameríndia resultou na incompreensão recíproca das sensibilidades alheias, na tragédia do conflito armado e na oposição entre a busca do paraíso terreal e o mito da Terra sem Mal. Por fim, as sensibilidades dos índios Caingangues mostram uma riqueza e uma complexidade excepcionais porque o sagrado estava em todas as coisas ao redor, numa harmoniosa sincronia entre o social, o natural e o divino.

Referências

- ALCÂNTARA, Ailton S. de. **Paulistinhas**: imagens sacras, singelas e singulares. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Estadual Paulista, São Paulo: UNESP, 2008.
- ALMEIDA, Paulo Chaves de. Diário de tudo o que sucedeu na marcha que fez a partida, que saiu aos Campos de Guarapuava, comandada por Paulo de Chaves de Almeida, por ordem do ilustríssimo senhor Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, Governador, e Capitão-General desta Capitania de São Paulo, distribuída pelo ilustríssimo senhor Coronel Afonso Botelho de S. Paio e Souza. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. Notícia da conquista dos sertões de Tibagi [...]. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 269-290.
- BALDUS, Herbert. **Ensaio de etnologia brasileira**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1937.
- BAPTISTA DA SILVA, Sergio. Dualismo e cosmologia Kaingang: o xamã e o domínio da floresta. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 8, n. 18, p. 189-2009, 2002.
- BELLUZO, Ana Maria de Moraes; PICCOLI, Valéria. Desenho e conquista territorial. In: **Do contato ao confronto**: a conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: BNP Paribas, 2003, p. 49.

- CARNEIRO, David. **Afonso Botelho de São Payo e Souza**. Curitiba: Litero-Técnica, 1986.
- CARVALHO, Francisco Olinto de. Relação do primeiro encontro, que o Tenente Coronel Afonso Botelho de S. Paio e Souza teve com os índios do Sertão do Tibagi, nos campos de Guarapuava. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. Notícia da conquista dos sertões de Tibagi [...]. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956. p. 28-68.
- CASCUDO, Luis da Camara. **História dos nossos gestos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- DESCOLA, Philippe. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 23-45, 1998.
- ELÍADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ERTZOGUE, Marina Haizenrede; PARENTE, Temis Gomes. **História e Sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.
- ETZEL, Eduardo. **Imagens religiosas de São Paulo**: apreciação histórica. São Paulo: Melhoramentos-Edusp, 1971, p. 108-109.
- FLECK, Eliane Cristina Deckmann, Da negação à resignificação: a sensibilidade indígena nas narrativas coloniais, **Estudos de História**, Franca, v. 10, n. 2, p. 43-63, 2003.
- GERBI, Antonello. **O Novo Mundo**: história de uma polêmica (1750-1900). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GONÇALVES, Izabela Gomes. **A sombra e a penumbra**: o Vice-Reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2010.
- GRUZINSKI, Serge. **La pensée métisse**. Paris: Fayard, 1999.
- _____; BERNARD, Carmem. **História do Novo Mundo**: da descoberta à conquista, uma experiência europeia (1492-1550). São Paulo: Edusp, 1997.
- KOK, Glória. **O sertão itinerante**: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004.
- MELLO, Magnus Roberto de. **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América Portuguesa (1772)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.
- OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de. “Terra sem mal” e messianismo entre os guaranis do Paraguai colonial (séculos XVI e XVII). **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 415-428, dez. 2015.
- OTTO, Rudolf. **O Sagrado**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatay. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 223-238.
- _____; LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- RAMINELLI, Ronaldo. **Imagens da colonização**. A representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. Descoberta dos Campos de Guarapuava. 1771. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1855. p. 245, Tomo XVIII.

SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. Relação do primeiro encontro, que o Tenente-Coronel Afonso Botelho de S. Paio e Souza teve com os índios do Sertão do Tibagi, nos campos de Guarapuava. In: SAMPAIO E SOUZA, Afonso Botelho de. Notícia da conquista dos sertões de Tibagi [...]. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956, 16 e 17 de dez., 1771, p. 28-29.

SANTO, Moisés Espírito. **A religião popular portuguesa**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. O ciclo de Miranda: utopia indigenista no Brasil pombalino. In: BELUZZO, Ana Maria Moraes. **Do contato ao confronto: a conquista territorial de Guarapuava no século XVIII**. São Paulo: BNP Paribas, 2003, p. 15-23.

SCHADEN, Egon. A origem dos homens, o dilúvio e outros mitos Kaingang. **Revista de Antropologia**, São Paulo, ano 1, n. 2, 139-141, 1953.

_____. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

SILVA, Sergio Baptista da. Dualismo e cosmologia Kaingang: o xamã e o domínio da floresta. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 8, n. 18, p. 189-209, 2002.

SOUZA, Afonso Botelho de Sampaio e. Notícia da conquista dos sertões de Tibagi, na capitania de São Paulo, no governo do Governador e capitão-general Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de sua majestade (1768-1774). **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações, [1768-1774], 1956.

UNKEL, Curt Nimuendajú. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: Hucitec, 1987.

VERGOTE, Antoine. **Religion, belief and unbelief: a psychological study**. Amsterdam-Atlanta, Leuven University Press, 1996.

VOVELLE, Michel. A religião popular. In: _____. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 157-206.